UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

ANA CAROLINA GONÇALVES LEITE

# O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista

V. 2

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2015

ANA CAROLINA GONÇALVES LEITE

# O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista

V. 2

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

São Paulo

2015

## Sumário

**VOLUME 1**


INTRODUÇÃO ..... 1

*1. O problema enfrentado nessa investigação* ..... 1

*2. Desdobrando o modo como investigamos o problema* ..... 6

*3. A exposição do problema nos capítulos que compõe o trabalho* ..... 12

CAPÍTULO 1– UMA QUESTÃO DE TERRA ..... 20

*1.1. Notícias de uma região anunciada* ..... 21

*1.2. A chegada do estranho* ..... 32

*1.3. Crise de um sistema* ..... 47

*1.4. A luta de Vicente Nica e dos posseiros de Mato Grande e São Miguel* ..... 66

*1.5. Os conflitos provocados pela chegada da Acesita em Jabuticaba* ..... 83

*1.6. A formação da Fazenda Alagadiço* ..... 92

*1.7. Conflitos fundiários na Chapada do Lagoão* ..... 104

CAPÍTULO 2 – QUEM ERAM E COMO SE REPRODUZIAM OS CAMPONESES REGIONAIS ..... 118

*2.1. O paradigma da reprodução camponesa* ..... 118

*2.2. Reprodução camponesa ou reprodução regional?* ..... 156

*2.3. O campesinato regional em seu processo de formação* ..... 183

*2.4. A reprodução camponesa das relações regionais de produção* ..... 244

*2.5. A reprodução camponesa das relações regionais de produção numa perspectiva de gênero* ..... 286

CAPÍTULO 3 – DE COMO A FORMAÇÃO DA "REGIÃO" PÔS FIM AOS CAMPONESES REGIONAIS ..... 307

*3.1. Crise da reprodução regional ou emergência de uma "região"?* ..... 307

*3.2. Modernização como perspectiva* ..... 317

*3.3. Conservadorismo como perspectiva e modernização como processo* ..... 328

*3.4. Reprodução regional, bacharelismo e autonomização do Estado* ..... 343

*3.5. Burocracia técnica e institucionalização do bacharelismo* ..... 356

*3.6. Intervenção estatal e reprodução regional* ..... 368

*3.7. De como a modernização nacional se desdobrou do processo de reprodução regional* ..... 386

**VOLUME 2**

CAPÍTULO 4 – AINDA CAMPONESES? ..... 423
*4.1. Homogeneização, diferenciação e reposição da acumulação primitiva* ..... 423
*4.2. Camponeses migrantes ou assalariados superexplorados?* ..... 486
*4.3. Reprodução "camponesa": totalidade independente em meio à reprodução do capital?* ..... 518
*4.4. As condições atuais de reprodução das relações "camponesas" de produção: trajetórias de lavradores no Vale do Jequitinhonha* ..... 558
*4.5. As condições da reprodução crítica da mobilidade do trabalho dos camponeses* ..... 646

CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 692

REFERÊNCIAS ..... 715
*1. Livros, teses, dissertações e artigos* ..... 715
*2. Fontes cartográficas primárias digitais* ..... 738
*3. Fontes primárias oficiais impressas* ..... 738
*4. Caracterização das fontes primárias citadas* ..... 739
Entrevistas gravadas e transcritas ..... 739
Entrevistas parcialmente gravadas, transcritas e registradas em Caderno de Campo ..... 741
Entrevistas registradas em Caderno de Campo ..... 741
Cadernos de Campo ..... 741

APÊNDICES ..... 742
APÊNDICE A – ESTUDOS CARTOGRÁFICOS ..... 743
APÊNDICE B – FOTOGRAFIAS ..... 747

ANEXO ..... 760

# CAPÍTULO 4
# AINDA CAMPONESES?

## *4.1. Homogeneização, diferenciação e reposição da acumulação primitiva*

Antes de apresentarmos os últimos passos da argumentação que procuramos desenvolver, recapitularemos brevemente o caminho percorrido até esse momento, assinalando, inicialmente, que tratamos do processo de territorialização do capital desdobrado a partir da colonização das Índias Ocidentais, posteriormente nomeadas como continente americano. Como evidenciamos, uma colonização estabelecida nos termos do *sistema colonial* do mercantilismo europeu (Novais, 1979), portanto, um processo cujo sentido foi determinado em um quadro que exige a sua crítica para além de qualquer concepção de povoamento demasiado genérica, como aquela sugerida pelo conceito empregado por Max. Sorre (1984). Algumas referências às colônias mercantis são encontradas na discussão realizada por Marx (1984: cap. XXIV). O autor apresentava-as conjuntamente com o escravismo e o absolutismo como momentos da assim chamada *acumulação primitiva*, embora o cerne desse processo fosse atribuído por Marx à expropriação do povo da sua base fundiária, que então avançava em certas parcelas da Europa.

As chamadas *trocas desiguais* entre as colônias e metrópoles, assentadas no monopólio comercial e no tráfico negreiro possibilitaram a identificação da exploração colonial, conforme a proposição de Novais (1979), como fundamento da acumulação primitiva europeia, ou, ainda mais especificamente, inglesa. Contudo, o problema da expropriação se mantinha para mobilizar as relações sociais de produção que se desenvolveram na colônia. Se não tivemos dúvida da necessidade de se interpretar o escravismo colonial como decorrência do tráfico (cf. Prado Jr. 1979; Novais, 1979 e Alencastro, 2000), indicamos ainda o papel assumido pela violência no processo de expropriação radical dos trabalhadores inseridos num contexto em que a ampla disponibilidade de terras passíveis de serem ocupadas demandava um mecanismo que impedisse os mesmos de se apropriarem imediatamente daquele meio de produção. O escravismo surgiria assim como o primeiro expediente que permitia contornar a barreira contra a qual o processo de territorialização do capital se defrontava nas colônias, para tomarmos a formulação empregada por Marx (1984: cap. XXV).

O questionamento do escravismo, levado a cabo simultaneamente por pressões externas, sobretudo inglesas (cf. Novais, 1979 e Mello, 1987), mas também internas (cf.

Beiguelman, 2005), imporia condições diferenciadas de mobilização do trabalhador, observada certa manutenção daquela situação de ampla disponibilidade de terras colonizáveis. Conformado como um desdobramento do conflito entre a forma de territorialização do capital que reproduziu a mineração colonial na zona velha do Jequitinhonha e Araçuaí, por um lado, e aquela sobre a qual se fundamentou o estabelecimento das sesmarias pecuárias no Alto Sertão, por outro, o processo de constituição das fazendas e sua dinâmica regional de mobilização do trabalho foi problematizado como desdobramento do primeiro expediente que mencionamos anteriormente.

A derrubada das matas nativas se dava tanto por meio da abertura das posses chamadas "livres", realizada pelos posseantes das fronteiras, como pela constituição de fazendas diretamente comandadas por chefes colonizadores. Ambos os processos participavam da formação do capital constante, cujos custos eram rebaixados pela desnecessidade de remunerar a instituição das fazendas, visto que os posseantes eram frequentemente invadidos, dando lugar a pastagens que deviam ser expandidas simultaneamente ao crescimento dos rebanhos. Apenas conseguiam prosseguir como posseantes derrubando outros trechos de mata localizados mais adiante, nas fronteiras, podendo igualmente se tornarem agregados no interior dos domínios que iam sendo estabelecidos. O acesso à terra nas fazendas como favor imposto em seu processo de formação era a marca daquelas relações de produção amiúde interpretadas como *não-capitalistas* (cf. Martins, 2004).

A produção direta dos meios de vida, assim como inúmeras formas de contraprestações relacionadas com a autoridade pessoal daqueles fazendeiros e sua possibilidade de exercer diretamente a violência como fundamento da mobilização do trabalho foram entendidas todavia como formas que possibilitaram a territorialização do capital num contexto de ausência da superpopulação relativa a comprimir os salários suficientemente, viabilizando uma acumulação. Se a extração de excedentes dos trabalhadores, assim mobilizados como camponeses *regionais*, era evidente, porque o trabalho objetivado na produção dos meios de vida estava visivelmente separado do excedente, não pago, objetivado na formação das novas pastagens, na manutenção da infraestrutura das fazendas ou na cessão de partes do milho, mandioca, feijão e outros produtos agrícolas familiares (Moura, 1988), o referido mecanismo de acumulação não poderia ser totalmente reduzido à obtenção de taxas de lucro sob a forma de renda capitalizada extraídas da exploração do campesinato (Martins, 2004), uma vez que o excedente ou o mais-produto social extraído não se fundamentava na separação dos rendimentos que depois pareceriam

provir autonomizadamente da terra, do capital e do trabalho. Assim, correspondia a uma espécie de tributo, pago não apenas em razão do monopólio fundiário, como também do monopólio da violência, que viabilizava a mobilização do trabalho (cf. Toledo, 2008).

O destaque a esse duplo fundamento da reprodução daquelas classes dominantes interessa ainda porque permite deslocar a crítica amiúde dirigida à resistência ao parcelamento da terra no país como base sobre a qual se assentou um Estado com características oligárquicas. O coronelismo não foi apenas condição da mobilização do trabalho, como a própria forma de existência do Estado em formação no processo de territorialização do capital que foi progressivamente superando dinâmicas regionais de acumulação "fechadas" em favor da emergência de um território nacional. Frente ao resumido, embora seja possível identificar naquelas relações sociais de produção que comportaram a emergência de um campesinato regional uma espécie de forma particularizada de acumulação do capital, destacamos ainda que com a diversidade de condições de reprodução anteriormente discutidas procuramos não simplesmente nos prendermos a esses mecanismos de exploração de excedentes, mas nomeadamente problematizar as maneiras como os trabalhadores iam se estabelecendo como sujeitos sujeitados à mediação social abstrata da mercadoria, mesmos nos contextos em que, diminuída certa pressão relativa sobre os meios de produção, sobretudo as terras, os camponeses podiam usufruir de maior autonomia com relação aos fazendeiros, mas dificilmente com relação à *dependência reificada* que se forjava.

O processo extensivo de formação das fazendas regionais, conforme viemos apresentando, poderia fazer pressupor a expansão da fronteira agrícola como o próprio limite enfrentado pela reprodução regional, devido ao esgotamento das terras pela derrubada constante das matas nativas e pela técnica manejada nas roças de coivara (Ribeiro, 1997). O parcelamento constante das posses e dos sítios camponeses poderia aparecer ainda como outro limite para a reprodução daquele que foi entendido como um *sistema de economia de subsistência* (Voll, 1984 e Amaral, 1988). Embora pudéssemos efetivamente relacionar a destituição da terra de sua primeira fertilidade e a vantagem deslocada sempre para a fronteira com o estabelecimento de determinadas relações de produção em contextos específicos, não seria esse o fundamento, por assim dizer, exclusivamente "interno", da ruptura daquelas relações. A busca dos fazendeiros pela fertilidade das terras que eram dominadas na fronteira poderia explicar a relativa descompressão sobre os meios de produção na zona velha que levou à muito frequente caracterização daquela como uma zona completamente camponesa (Graziano e Graziano Neto, 1983; Moraes Silva, 1988 e 1999; Amaral, 1988 e Ribeiro, 1997).

Entretanto, como vimos anteriormente (cf. seção 2.4 dessa tese) a possibilidade de apropriação relativamente autônoma das parcelas familiares não se separava totalmente de formas conjugadas de extração do mais-produto, por exemplo, relacionadas com a criação de rebanhos de fazendeiros "na larga" em matas nativas das chapadas avizinhadas das comunidades camponesas. Também a diminuição da fertilidade relativa das terras mais antigamente ocupadas poderia explicar o aumento da pressão sobre agregados cuja "condição" obrigatoriamente paga àqueles que personificavam o domínio regional, fundiário e coronelista, ia aumentando progressivamente. Esse poderia ser o caso nas fazendas estabelecidas em Araçuaí (cf., por exemplo, trajetória de Antônio Gomes, discutida na seção 2.4 dessa tese), onde pudemos observar incrementos na sistematicidade e na proporção em que era exigida a formação das "mangas", a partição dos mantimentos, culminando mesmo em circunstâncias nas quais a agregação viria a confundir-se com o trabalho na diária, contexto bastante diferente, por exemplo, daquele apresentado por Ribeiro (1997) para o Mucuri e Jequitinhonha abaixo, onde o agrego parecia ter se reproduzido quase sem cobranças até seu rompimento.

Conforme a perspectiva assumida, não seriam, entretanto, esses os limites a inviabilizar a reprodução regional. Afirmamos antes que eles não eram estritamente "internos", no que tange ao esgotamento daquelas relações de produção fundadas na extensividade da constituição das fazendas. Mas também não seriam completamente "externos", como sugeriam inúmeras análises que apontaram o avanço das relações capitalistas desarticulando aquela economia camponesa apresentada como se fosse completamente autônoma (Graziano e Graziano Neto, 1983; Moraes Silva, 1988 e 1999; Amaral, 1988 e Maia, 2004). Antes, a superação daquela forma regional como o capital se territorializava seria resultado contraditório da sua própria acumulação, que permitiu a autonomização da gestão do Estado da propriedade do capital, criando as bases para a emergência dos projetos de modernização que estabeleceriam efetivamente o Vale do Jequitinhonha como uma "região-objeto" de intervenção, fazendo aparecer o Estado capturado pelo capital monopolista que então controlava a reprodução do Centro-Sul (Oliveira, 1987) como "agente" do processo de modernização que deixava de ser problematizado como um *processo*, para ser interpretado nomeadamente enquanto um *projeto*.

O processo de modernização regional não poderia, assim, ser apresentado simplesmente como uma acumulação primitiva. As vinculações entre o processo de colonização e a formação do capitalismo mundial sustentavam nossa análise sobre o

desenvolvimento da territorialização do capital que viria inclusive a instaurar no país "arquipélagos" (Prado Jr., 1979) cuja produção de mercadorias se conectava internacionalmente ao imperialismo, que comandava a realização, além da apropriação de parcela da mais-valia produzida regionalmente (Oliveira, 1987). Mesmo nos dedicando sobretudo ao processo de reprodução expansivo de fazendas que abasteciam apenas o "mercado interno" em constituição, problematizamos relações sociais de produção estabelecidas em condições análogas, nos levando a indicar que, para além de uma perspectiva mais imediatista do represamento da formação de relações propriamente capitalistas pela exploração imperialista (Oliveira, 1987), a questão do estabelecimento regional de formas particulares de acumulação do capital tinha que ser discutida como desdobramento da não-simultaneidade entre a territorialização do capital em escala internacional e a formação de uma superpopulação relativa em escala nacional, ou ainda, tornando mais precisa a formulação, a instauração de uma superpopulação relativa a possibilitar a emergência do Estado nacional, superando a dinâmica dos antigos "arquipélagos" herdados da colônia. Assim, o processo de rompimento da reprodução regional faria referência, antes de tudo, a uma *modernização retardatária* que buscava "atualizar" a inserção nacional na concorrência internacional, sobretudo por meio da industrialização do país.

Aparece comparável a uma acumulação primitiva, considerado o quadro da territorialização do capital antes mencionado, justamente porque sob a capa de mero desenvolvimento técnico das forças produtivas, o processo de modernização nacional carregava consigo a necessária autonomização entre terra, trabalho e capital, ou seja, o processo de expropriação que instauraria a dupla liberdade ou, ainda, a *mobilidade do trabalho* (Gaudemar, 1977) como fundamento da entrega ao capital dos corpos dos trabalhadores, docilizados por uma série de instituições que passariam a mediar progressivamente esse processo, entre elas, com destaque importante, a escola (Foucault, 1999). Sem embargo, como viemos problematizando, nosso entendimento daquela expropriação não deveria ficar reduzido ao aniquilamento de antigas condições regionais de acesso à terra, podendo ser discutido em termos de uma desestruturação da própria forma de acumulação que reproduzia as mencionadas condições, ou seja, em termos de uma expropriação daquelas relações regionais de produção, das quais emergiu aquele campesinato regional que se reproduzia de forma particular como momento do processo mais geral da territorialização do capital e da imposição do trabalho no país.

Nesse processo, da perspectiva de alguns autores, como vimos anteriormente, o campesinato não apenas perderia suas condições de reprodução, mas também ganharia relativa emancipação com relação ao seu domínio ou sujeição personificados mais diretamente pelas famílias com mais "força", naquele contexto em que o monopólio fundiário não podia sem o monopólio político, e vice-versa. Entre essas interpretações, apareciam frequentemente abordagens que encararam positivamente aquele processo de generalização do assalariamento, como constituição de uma classe com potencial revolucionário, como denunciou Martins (1981), crítico daquele pacto político fundamentalmente urbano. Também interessa lembrar que a perspectiva de Estado, modernizadora, que tinha como seu sentido a formação de um mercado de trabalho nacionalmente articulado, acabava coincidindo com a abordagem de alguns autores, preocupados com a ruptura do sentido da colonização e da acumulação quase que exclusivamente orientada "para fora", com a criação do mercado interno no Brasil, consequentemente reféns, ainda que críticos da distribuição desigual da riqueza e do desenvolvimento desigual e combinado em âmbito internacional, de uma concepção igualmente modernizadora (cf., por exemplo, Prado Jr., 2000).

Embora a modernização retardatária (Kurz, 2002) possa ser considerada nomeadamente um processo de intervenção movido por Estados que se estabelecem em economias "defasadas" na concorrência mundial, buscando perseguir os níveis de produtividade sobre os quais a produção de mercadorias se assentava nos países do capitalismo central, sua possibilidade de realização, ao menos como se desdobrou no chamado antigo "terceiro mundo" (o caso da União Soviética e do bloco socialista seria bastante diferenciado, como notou Kurz, estudando aquele processo de modernização retardatária), esteve definida no processo de reprodução do capitalismo mundial: a acumulação ou, ainda melhor, a superprodução de capitais (Lênin, 1990), "ociosos" da perspectiva da reprodução do capital no centro, embasou a exportação que viria a fundamentar a chamada industrialização periférica. O processo sugeria que qualquer possibilidade de reprodução daqueles capitais internacionais parecia depender de sua realização fora do contexto em que foram acumulados. Ainda que os termos como a modernização retardatária tenha conseguido se desdobrar devam ser ainda precisados, podemos começar a contornar seu caráter fazendo menção aos inúmeros empréstimos internacionais, tomados tanto pelo setor público como pelo privado, que integraram o endividamento externo, por exemplo, brasileiro, em aumento, mais que progressivo, exponencial, desde a década de 1950. Assim como à chamada crise das dívidas, que acometeria diferentes países latino-americanos em sucessão, desde 1983, ocorrendo a

moratória brasileira em 1986, evidenciando que os países que acessaram os capitais mobilizados na forma de créditos quase invariavelmente não conseguiram saldar os empréstimos obtidos.

Ainda assim, o Sistema Nacional de Crédito Rural seria estabelecido como "promessa" de industrialização da agricultura nacional e passaria a transformar, principalmente nos setores em que se estabeleceram os CAI, a composição orgânica dos capitais no campo brasileiro. Como veremos adiante, o mencionado processo de modernização coincidiria, na perspectiva de diversos autores, como a constituição do trabalhador "bóia-fria" e do contexto de *superexploração* do trabalho que o mesmo manifestava. Antes de passarmos à questão das condições de exploração do trabalho instauradas no país, sobretudo na agricultura, queremos assinalar, sem embargo, que a referida interpretação teria como seu pressuposto o processo de generalização do assalariamento.

Podemos encontrar esse ponto de vista mesmo na abordagem de Oliveira (1987) acerca da emergência do planejamento regional. Para o autor, como mencionamos anteriormente, uma região corresponderia a um espaço econômico insertado na divisão internacional do trabalho enquanto reserva e produtor de acumulação primitiva, cuja reprodução se funda em formas de produção do valor bastante diferenciadas e em uma estrutura de classe correspondente. Faz referência, portanto, a relações de produção particulares que permitem reproduzir tais formas de acumulação do capital. Sua homogeneização monopolista, por sua vez, corresponderia precisamente à imposição das formas mais avançadas de reprodução do capital e o concomitante desdobramento e aprofundamento da força de trabalho como mercadoria, superando as formas "não-capitalistas" de reprodução dos trabalhadores (cf. Oliveira, 1987).

Assim, o autor indagava-se o que viria a ser uma "*região* num contexto nacional hegemonicamente controlado pelos setores mais avançados da produção capitalista" (1987: 25-26, grifo no original), sugerindo a redefinição daquele conceito num sistema de base produtiva capitalista ou até mesmo a perspectiva de "uma completa desaparição dessas 'regiões'" (1987: 26). Referindo-se ao desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos Oliveira alegava: "Afinal de contas, qual é a diferença essencial, num país capitalista plenamente desenvolvido como os Estados Unidos da América do Norte, entre a Califórnia e New York, entre Michigan e a Nova Inglaterra? À parte certas diferenças que chamaremos aqui de 'culturais' – e que a própria evolução capitalista, sob a forma das comunicações, da televisão, da indústria 'cultural' em suma, se encarrega de dissolver – na essência do

movimento de reprodução do capital, na estruturação das classes sociais, não há mais 'regiões' no país norte-americano; há *zonas de localização diferenciada* de atividades econômicas" (1987: 26, grifo no original).

Não obstante, para Oliveira o processo se manteria como uma tendência de homogeneização monopolística do espaço econômico: "Num sistema econômico de base capitalista, existe uma *tendência* para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as 'regiões', no sentido proposto" (1987: 27). Exatamente porque, para o autor, "o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado" (1987: 27) permitindo um impressionante grau de homogeneização pela concentração e centralização do capital ocorridas, por exemplo, no território norte-americano, mas quase nunca a completa e acabada materialização daquela tendência. A exacerbação da homogeneização no caso mencionado relacionar-se-ia para Oliveira, precisamente com o fato dos Estados Unidos serem "o país líder da economia mundial: a face interna do imperialismo é essa incoercível tendência à homogeneização do espaço econômico, enquanto sua face externa na maioria das vezes não apenas aproveita das diferenças regionais reais, como as cria para seu próprio proveito" (1987: 27).

Apesar das duas faces da reprodução do imperialismo, uma "interna", homogeneizadora, e a outra "externa", criadora, inclusive, de diferenças regionais, em proveito próprio, o autor reafirmava a tendência mencionada visto que admitia o "fusionamento" de diferentes formas do capital. Oliveira postulava, por um lado, o reconhecimento das "marcadas diferenças entre as várias formas de produção do valor dentro do capitalismo" (1987: 30), na medida em que era pressuposto decisivo do reconhecimento "em primeiro lugar, e a nível mais abstrato, [da] lei do desenvolvimento desigual e combinado, e mais concretamente, [do] *processo de constituição* do próprio capital enquanto relação social" (1987: 30). Exatamente o mencionado processo de constituição fá-lo-ia asseverar, por outro, que a investida para o desaparecimento das "regiões" seria desencadeada pela predominância do capital industrial fundido com o bancário, dando lugar, portanto, ao capital financeiro e na etapa monopolista do capital, posteriormente, pela especial fusão entre Estado e capital (cf. Oliveira, 1987: 30).

Essa "fusão", diga-se de passagem, pois a questão foi antes suficientemente problematizada, se diferencia completamente da *falta de aparência de autonomia* entre Estado e capital, momento, como mencionamos anteriormente, do processo regional de constituição do Estado nacional no país. Ao contrário, corresponde ao processo de

generalização daquela que Oliveira (1987) caracterizou como a forma mais avançada de reprodução do capital, para a qual, como observaremos posteriormente, o Estado se faz imprescindível. O concurso, por assim dizer, daquelas categorias autonomizadas não equivaleria ao processo em que ambas ainda não haviam adquirido uma aparência de autonomia, uma com relação à outra, e, portanto, não poderiam ter sua existência "independente" pressuposta. A diferença que distinguimos nos parece suficiente para sustentar a existência de determinado processo histórico de ruptura daquela "fusão" de caráter regional em favor de outra, se assim concordarmos em identificar relações diferenciadas pelo mesmo nome, sob o risco de permitir confusões, característica da constituição do Estado nacional e da forma como se torna pressuposto da reprodução capitalista. Se esse processo correspondeu à homogeneização da reprodução do capital monopolista e, com a mesma, da homogeneização da reprodução do trabalho como mercadoria força de trabalho no processo de modernização desencadeado no Vale do Jequitinhonha deve ser um problema para desdobrarmos adiante.

Momentaneamente seria importante nos atermos a outra forma de apresentar o problema do desenvolvimento desigual e combinado, indicado por Oliveira (1987), procurando atritar blocos conceituais com a perspectiva de então fazer emergir questionamentos às interpretações das quais inicialmente partimos. Em 1984, o geógrafo escocês Neil Smith publica o livro *Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço* (1988), resultado dos seus estudos sobre a concepção de natureza dominante no pensamento ocidental em conjunto com investigações sobre o processo de gentrificação que o autor observava em cidades da América do Norte. O produto final apresentado pretendia ser uma ponte entre interrogação filosófica dos conceitos e sua utilização numa busca de renovados aportes teóricos, perspectiva que o autor teria desenvolvido, sobretudo em torno da concepção de que "a gentrificação era, ela própria, produto das forças mais universais, ainda que bastante específicas, que operam em diferentes escalas: o processo geral era o de desenvolvimento desigual" (Smith, 1988: 8).

Sua tentativa de "descobrir os padrões e processos gerais que engendram as desigualdades geográficas do desenvolvimento capitalista" (Smith, 1988: 10) partia, portanto, de um problema a princípio bastante diferente daquele enfrentado por Oliveira (1987) em seus estudos sobre a emergência do planejamento regional como mediação fundamental da intervenção estatal no processo de rompimento das formas regionais de acumulação capitalista, ainda que ambos chegassem ao problema do desenvolvimento desigual. O teórico do chamado terceiro mundo tomava a ruptura de certos padrões de desigualdade impostos

como fundamento da acumulação primitiva do capitalismo primeiramente colonial e depois imperialista, perguntando-se sobre a emergência da homogeneização de uma forma monopolista de reprodução do capital, presidida pelo financeiro e pela "fusão" entre capital e Estado. O estudioso do centro observava a gentrificação no seio das cidades e da sociedade norte-americana que seriam, segundo Oliveira, como vimos anteriormente, o melhor, e talvez único, parâmetro para a homogeneização da face "interna" do imperialismo. Ainda que os critérios para serem estabelecidas as diferenças no desenvolvimento capitalista fossem diferentes, como discutiremos em seguida, interessa notar que ambos preocupavam-se com determinada expressão, por assim dizer, "geográfica" do processo investigado. A perspectiva de Neil Smith deve ser desdobrada adiante. Em Oliveira (1987), apenas a título de lembrança, apontamos o destaque dado pelo autor para determinado processo de "fechamento" territorial que a reprodução daquelas formas particulares de reprodução do capital impunham sobretudo como condição para mobilizar o trabalho.

Buscando situar brevemente a abordagem de Smith (1988), apontamos que sua investigação toma como objeto de preocupações a distinção pouco tematizada e até naturalizada, num certo sentido, entre espaço absoluto e espaço relativo, consolidada ao menos desde Newton, quando esse último consagrou o espaço como simples abstração, apresentando-o como algo em si mesmo. Aquela abstração do espaço em um conceito distante da prática, Alfred Sohn-Rethel relacionaria com o desenvolvimento da troca de mercadorias[1]. Como um desdobramento daquela divisão inicial entre espaço absoluto e espaço relativo, Smith alcançaria a perspectiva que associava, de maneira igualmente naturalizada, o mundo dos fenômenos físicos, biológicos e geográficos à base material do espaço físico, enquanto que o chamado espaço social poderia ser encarado de maneira puramente relativa: "Existindo dentro do espaço absoluto, a relatividade do espaço social é determinada pelas relações particulares que ocorrem numa dada sociedade" (Smith, 1988: 119). A base material para aquela segunda bifurcação seria, por sua vez, atribuída pelo autor ao desenvolvimento da segunda natureza a partir da primeira natureza: "Na prática, a sociedade teve que ser separada da natureza antes que o espaço social pudesse ser completamente distinguido do espaço físico. Este espaço físico absoluto foi associado ao espaço *natural* da primeira natureza; aqui o espaço físico e o espaço natural são indistinguíveis. Já o conceito de espaço social foi

[1] "Tempo e espaço tornaram-se abstratos sob o impacto da troca de mercadorias, sendo marcados por homogeneidade, continuidade e falta de todo conteúdo natural e material, visível ou invisível (por exemplo: o ar). A abstração da troca exclui tudo o que compõe a história, o ser humano e até história natural... O tempo e o espaço assumem, assim, aquele caráter de temporalidade e universalidade históricas absolutas que devem marcar a abstração da troca como um todo e cada um dos seus aspectos" (Sohn-Rethel, 1972: 48-49 *apud* Smith, 1988: 118).

abstraído cada vez mais de qualquer referência ao espaço natural" (Smith, 1988: 119-120, grifo no original).

O autor destacou a atenção crítica dada ao dualismo que surgia entre espaço e sociedade sobretudo pela chamada Geografia humanística pós-positivista e pela tradição política radical baseada em perspectivas teóricas de inspiração marxista. O positivismo metodológico dos envolvidos no tratamento analítico inicial da disciplina geográfica, assinalava o autor, inibia a identificação de qualquer "contradição necessária entre a existência do espaço em termos absolutos e seu uso social segundo critérios econômicos" (Smith, 1988: 121). Espaço "físico" e/ou "natural" e espaço "social" eram mantidos apartados como domínios separados que, no máximo, interagiam. A referida abordagem humanística da Geografia questionaria o espaço enquanto uma estrutura pretensamente objetiva, exigindo encará-lo como uma experiência composta de camadas entrelaçadas de sentido social: o conceito de espaço social seria aceito, contanto que encarado como explicitamente geográfico. Era usado contra o dualismo que até então tinha ajudado a sustentar.

Para as perspectivas teóricas de inspiração marxista não se tratava exatamente de negar a pretensa objetividade do espaço geográfico, mas de "explicá-lo como simultaneamente objetivo e produto de forças sociais" (Smith, 1988: 122). Sociedades diferentes usariam e organizariam o espaço de modo diferente e os diferentes padrões geográficos resultantes ostentariam características evidentes daquela sociedade que usa e organiza o espaço. Para Smith, graças às mencionadas tradições pós-positivistas a atual concepção de espaço geográfico estaria bastante mais refinada. Contudo, o passo fundamental, que consistiria em questionar a cisão entre espaço e sociedade, presa à concepção absoluta de espaço, ainda não tinha sido dado, pois aquelas perspectivas reiteravam o dualismo na "noção de que o espaço e a sociedade 'interagem' ou que os padrões espaciais 'refletem' a estrutura social" (Smith, 1988: 122). Duas coisas apenas poderiam interagir ou refletir uma a outra se fossem supostas sobretudo como coisas separadas.

Buscando escapar de uma concepção dualista do espaço e da sociedade para posteriormente concluir, demonstrando sua unidade, o autor propunha a inversão do problema, tematizando a *produção do espaço* como "prática humana" mediante a compreensão da qual os mistérios que conduzem a teoria ao misticismo poderiam encontrar uma solução: "Com 'a produção do espaço', a prática humana e o espaço são integrados no nível do 'próprio' conceito de espaço. O espaço geográfico é visto como um produto social; nesta concepção, um espaço geográfico que é abstraído da sociedade torna-se uma 'amputação' filosófica. Além disso, a relatividade do espaço não se torna uma questão

filosófica, mas um produto da prática social e histórica; igualmente, a unidade do espaço geográfico é um resultado social, mais do que filosófico" (Smith, 1988: 123).

Embora partisse de um conceito também ele abstrato de prática humana ou de produção do espaço, Smith tentaria contornar essa indiferenciação relacionando-a à generalização das sociedades baseadas na troca de mercadorias. O lugar e a sociedade fundidos numa unidade, o lugar "tratado em termos de relações sociais que, em si mesmas, não se desenvolveram além do estado natural" (Smith, 1988: 124) teria dado lugar à possibilidade, determinada pelo mercado, "de se abstrair do lugar imediato [...] e de se conceber uma extensão espacial para além da experiência imediata" (Smith, 1988: 124). Mais que ao simples desenvolvimento de uma existência conceitual independente do "espaço", o autor se referia ao desenvolvimento real de uma "segunda natureza" e conjuntamente à mesma "de um espaço produzido socialmente (e tão real quanto ele) a partir do espaço natural" (1988: 124). Argumentava que a conclusão obtida anteriormente de maneira abstrata era então alcançada como um resultado do desenvolvimento histórico concreto: a produção do espaço geográfico ocorria por meio da integração progressiva e transformação de espaços absolutos em espaços relativos. Os espaços absolutos são apresentados como a própria "matéria prima" para a produção do espaço relativo[2] (Smith, 1988: 127-130).

Adotando esses questionamentos como um ponto de partida, Smith passaria a confrontar certa concepção espacial derivada diretamente da crítica marxiana com uma história contemporânea do espaço. Sobre o primeiro aspecto do problema, distinguiu a maneira como Marx retornava periodicamente, em suas discussões acerca do caráter contraditório da forma-mercadoria, para a esfera dos valores de uso, e como entre os elementos integrantes desses últimos destacava as suas propriedades espaciais. Com o transporte de mercadorias, por exemplo, ocorre uma mudança material no produto do trabalho: a alteração da sua existência espacial transforma o valor de uso, aumentando inclusive o seu valor, na mesma proporção em que a modificação exige dispêndio de trabalho. Sem embargo, para Smith, aquela característica chave da produção material, revelada por Marx, apenas poderia ser entendida de maneira a ultrapassar a concepção absoluta de espaço ao levarmos em conta que, segundo os termos desse último autor, o processo concreto de trabalho realiza-se contraditoriamente como dispêndio de trabalho abstrato, implicando em

[2] "A ideia de que as coisas acontecem 'no espaço' não é somente um hábito do pensamento mas também um hábito da linguagem, e apesar de seu apelo absoluto, o espaço natural é anacrônico, até mesmo nostálgico e uma barreira à compreensão crítica do espaço. Por suas ações, a sociedade não mais aceita o espaço como um receptáculo, mas sim o produz: nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos 'no' espaço, mas sim produzimos o espaço vivendo, atuando e trabalhando" (Smith, 1988: 132).

um sistema espacialmente integrado de troca de mercadorias, relações monetárias e mesmo mobilidade do trabalho: "Para o valor tornar-se a forma universal do trabalho abstrato como de fato ele busca fazer no modo capitalista de produção, diferentes processos de trabalho concreto, em lugares distintos, devem ocorrer conjuntamente no mercado. O isolamento social dos processos particulares de trabalho, tão prejudicial à universalização do valor, não pode ser superado sem primeiro vencer o isolamento espacial dos diferentes processos" (Smith, 1988: 128). A integração espacial torna-se um elo, estritamente indispensável, da produção das mercadorias em diferentes lugares, por meio da troca. Para Smith, esse seria o fundamento a dar uma perspectiva crítica às análises sobre a localização.

O outro aspecto do problema discutido por Smith referia-se ao processo de "expansão social do domínio do trabalho assalariado" (1988: 131). Embora a perspectiva mobilizada pelo autor para enfrentar o problema do desenvolvimento desigual seja desdobrada a partir da articulação entre ambos os níveis indicados da interpretação, o problema de um suposto caráter "expansivo" da acumulação capitalista, sugerido anteriormente como uma dimensão da abordagem de Oliveira (1987), aparece aqui igualmente tematizado. Com uma diferença fundamental, na medida em que Smith relacionava a emergência da necessidade de produzir um espaço relativo sobretudo à determinada emancipação do espaço natural provocada pela universalização do trabalho assalariado, conduzindo "à emancipação das relações e instituições sociais de qualquer espaço absoluto herdado, que anteriormente chamamos de 'espaço natural'"; enquanto Oliveira ocupava-se de um processo de territorialização relacionado justamente com a inexistência da possibilidade de generalização do assalariamento, no qual, contudo, a mobilização do trabalho operava, ainda que sem ter a dupla liberdade como o seu fundamento.

Central nos desdobramentos da argumentação de Smith, a reprodução do trabalho como mercadoria[3] fundamentava sua perspectiva de que uma emancipação crescente do espaço numa direção, proporcionada pelo desenvolvimento social capitalista, acabaria se tornando contraditória com a fixidez espacial, advinda da necessidade progressiva de produção de espaço relativo[4]. Embora diretamente atrelada com a produção do espaço

[3] "Sob as primeiras sociedades feudais, os servos estavam presos à terra do senhor feudal e, assim, definição das relações de classe incluíam uma definição do espaço absoluto do trabalho do servo. [...] O mesmo não ocorre para o trabalhador assalariado, que é definido pela dupla característica de ser livre para vender sua força de trabalho como uma mercadoria e também de estar destituído de quaisquer meios de produção ou de subsistência necessários à sobrevivência. Ele é, portanto, livre para mover-se; de fato, na maioria dos casos, tem que ir para a cidade uma vez que será privado de qualquer meio de subsistência no campo" (Smith, 1988: 131).

[4] "Como uma condição da universalização do valor, os custos de transporte e o tempo dedicado ao transporte têm que ser reduzidos ao mínimo. As distâncias relativas entre os lugares de produção e os de consumo, e os meios de superar essa distância – em suma, sua localização relativa – crescem em importância, proporcionalmente ao

relativo, essa fixidez se desdobraria igualmente na produção de "espaços absolutos específicos" (Smith, 1988: 133), reconhecíveis especialmente no estabelecimento da propriedade privada e, em uma escala diferente, na separação do mundo entre Estados nacionais diferentes. O ponto assinalado não se refere apenas a uma questão teórica, integrando o próprio problema da produção do espaço, uma vez que a sua realização capitalista impõe escalas distintas de organização espacial que podem (e devem) ser deduzidas daquele próprio desenvolvimento.

Smith reconhecia ainda um processo histórico de transformação da forma como espaços absolutos foram produzidos ao longo do desenvolvimento histórico capitalista. Identificava uma "primeira fase" em que "a expansão social e o desenvolvimento foram simultaneamente geográficos" (1988: 135). A produção do espaço relativo teria ocorrido inicialmente por meio da expansão do espaço absoluto: "A expansão social foi alcançada através da expansão geográfica" (Smith, 1988: 135). Com respeito ao problema, o autor preocupava-se sobretudo com a extensão da relação assalariada por todo o globo, se apropriando progressivamente do mercado mundial que ele acreditava "herdado" pelo capitalismo e transformando-o em mercado especificamente capitalista, constituído progressivamente pela universalidade do valor. Pelo menos desde a partilha final das colônias instauradas, no entanto, os limites ditos "externos" dos territórios ainda não ocupados teriam sido alcançados, forçando a transformação da "expansão absoluta num espaço dado" em uma "diferenciação interna do espaço global" (Smith, 1988: 136). Tal necessidade reiteraria afinal a contradição, central na argumentação do autor, entre mobilidade e fixidez. Como um setor da acumulação capitalista, a produção do espaço relativo tornar-se-ia cada vez mais objeto de imobilização do capital por períodos relativamente longos[5], produzindo espaços geográficos diferenciados que seriam constantemente confrontados pelo desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, pela necessidade de extrair mais-valia relativa uma vez que a produtividade do trabalho se estabelecia como o mais poderoso instrumento de acumulação,

---

acumulo de capital e à multiplicação das mercadorias, das comunicações e dos créditos que têm e devem ser movimentados. Do mesmo modo, na medida em que a escala do processo da produção aumenta com o desenvolvimento das forças produtivas, torna-se cada vez mais necessário que um número progressivamente maior de trabalhadores esteja concentrado espacialmente nas proximidades do lugar de trabalho. [...] O capital pode realizar uma emancipação social do espaço natural somente na medida em que se envolve na produção simultânea do espaço relativo" (Smith, 1988: 132).

[5] Por exemplo, "na forma de fábricas, maquinaria, vias de transporte, armazéns e uma série de melhoramentos" (Smith, 1988: 137). "Isto exige um contínuo investimento de capital na criação de um ambiente construído para a produção. Estradas, ferrovias, fábricas, campos, oficinas, armazéns, cais, encanamentos, canais, usinas de energia, depósitos para o lixo industrial – a lista é infinita. Estas e outras infinitas infraestruturas são as formas geograficamente imobilizadas de capital fixo, tão fundamentais ao progresso da acumulação" (Smith, 1988: 176).

comandando inclusive o desenvolvimento da ciência com o fito de revolucionar incansavelmente as referidas condições de produção. O *desenvolvimento desigual*, de acordo com a abordagem reivindicada por Smith, resultaria precisamente dessa tendência à igualização e à diferenciação movidas pela necessidade de repetido revolucionamento do espaço relativo produzido à imagem do capital.

Apontando as referências a esse problema na tradição marxista que teria lhe proporcionado os fundamentos para o desenvolvimento sugerido, o autor assinalava nomeadamente a obra de Lênin. Marx teria oferecido fundamentos para discutir conjuntamente a relatividade do espaço e o problema das localizações, visto que estava preocupado com a tendência contínua do capital superar todas as barreiras espaciais, aniquilando o espaço pelo tempo. A emancipação com relação ao espaço por meio da aniquilação do tempo expressaria a tendência universalizante do capital: a produção de "um mundo cada vez menor" como uma necessidade específica do progresso da acumulação. Outra faceta do problema seria desdobrada por Rosa Luxemburgo, escrevendo meio século mais tarde que Marx e criticando-o por ter pressuposto uma dominação universal. No último capítulo do primeiro livro de *O capital*, o processo colonial até aparece como momento contraditório ou possibilidade da resolução de certas contradições internas à reprodução capitalista, que poderiam ser deslocadas em direção à periferia daquele sistema. Sem embargo, não teria sido desdobrado nenhum limite a partir dessa conclusão, torcida por Luxemburgo para formular a perspectiva de que o "engolimento" das sociedades não-capitalistas conduziria ao acirramento final das contradições internas e à fase final do capitalismo. O passo de Lênin seria decisivo, na medida em que ele nem se deteria na perspectiva de dominação universal completa, nem tomaria a homogeneização como tendência histórica, apresentando-as, como teria feito Luxemburgo, enquanto um legado do passado. Para Smith, esse último teria identificado o imperialismo à sobrevivência do capitalismo porque enxergava as raízes da diferenciação geográfica no próprio desenvolvimento do capital, não identificando sua progressiva reprodução com uma eliminação hipotética de tais diferenças. A contradição entre igualização e diferenciação permaneceria, entretanto, implícita, embora, na prática, conduzisse à produção especificamente capitalista do espaço.

Uma observação da desigualdade nos padrões espaciais como parte do todo contraditório em que consiste o desenvolvimento capitalista seria exatamente a questão desdobrada pelo autor de toda a discussão enunciada. A tendência para a mencionada diferenciação emergiria do processo que faz com que a apropriação de certas vantagens

naturais deixe de ser acidental, conforme o progresso do desenvolvimento capitalista. Diferentemente do que teria sugerido a Geografia Tradicional, portanto, Smith sugeria interpretar as condições geográficas diferenciadas e a localização das atividades pelos homens, não como um dado, mas mediante um processo concreto de produção (e de reprodução do capital), cuja lógica que preside a localização afasta-se cada vez mais de considerações naturais. Produto do processo de divisão do trabalho (que conduziria igualmente à divisão do capital em departamentos, em setores e mesmo em capitais individuais), o processo de diferenciação social poderia ter suas escalas verificadas respectivamente ao mesmo. Por acontecer na escala da fábrica, a divisão *específica* do trabalho, necessidade técnica ditada em última análise pela produção capitalista dos instrumentos de trabalho, implicaria pouco para a diferenciação social que leva ao desenvolvimento desigual. A divisão *geral* do trabalho, primeiramente assentada no apartamento entre agricultura e indústria levaria, conforme argumentava Smith, a uma separação da cidade e do campo, fundamento, tanto lógico como histórico, do desenvolvimento da mobilidade do trabalho e da sua divisão social. Industrialização da agricultura e urbanização do campo expressariam a tendência à homogeneização antes comentada, não eximindo a reprodução capitalista, contudo, das contradições desde aí advindas. Esse também não seria um fator determinante nos "padrões de diferenciação espacial" buscados pelo autor.

Faltaria analisar a divisão entre *departamentos*, entre *capitais individuais* e entre setores específicos da produção capitalista, a chamada divisão *particular* do trabalho. Justamente nessas duas últimas escalas mencionadas daquela divisão social o processo de diferenciação social aconteceria, culminando em uma divisão geográfica do mundo capitalista: "Na escala dos capitais individuais, o processo de diferenciação é bastante direto; o capital é concentrado e centralizado em alguns lugares em detrimento de outros. Na escala da divisão particular do trabalho [...] a diferenciação do espaço geográfico é menos direta. Ela ocorre de maneira cíclica de acordo com a igualização da taxa de lucro dentro de dado setor, e com o movimento resultante do capital entre os setores, daqueles com uma baixa taxa de lucros para aquelas com uma taxa de lucro mais alta" (Smith, 1988: 168). A dimensão espacial assumida por esse movimento entre setores faz referência ao fato da acelerada expansão de setores relativamente novos da economia a atraírem quantidades de capital coincidir com algum tipo de expansão ou deslocamento geográfico cujo sentido seria "oferecer o espaço para a germinação das estruturas produtivas" (Smith, 1988: 169); até o ponto em que setores "velhos" perdem grandes quantidades de capital e, tendo sido

produzidos com uma concentração relativamente próxima na paisagem, impõe uma desvalorização sistemática de localizações inteiras de capital fixo.

A divisão em *departamentos* foi deixada, propositalmente, para o final da apresentação, pois Smith não reconheceu nela nenhum efeito direto sobre a atual diferenciação espacial do capital, ainda que uma contraposição da sua abordagem nos possibilite retomar alguns aspectos da exposição de Oliveira e Mazzucchelli (1977). Para o primeiro, a concentração seletiva de departamentos teria alcançado uma importância considerável na escala da economia mundial, com referência sobretudo à especialização das economias coloniais nascentes cuja função era a produção de matérias primas para o colonizador europeu. Acreditava, contudo, que, estando em operação o impulso nada "natural" advindo da colonização, a especialização social basear-se-ia "na diferenciação natural da superfície da Terra" (Smith, 1988: 167). Assim, seria anacrônica frente às possibilidades que o desenvolvimento do capital impôs a essas mesmas produções de mercadorias: "Com a contínua emancipação da produção social dos imperativos naturais, os padrões naturais de diferenciação estão ficando cada vez mais impotentes para determinar a diferenciação espacial dos departamentos econômicos de produção. Na medida em que as matérias primas se tornam cada vez mais o produto de numerosos processos de trabalhos anteriores [...] as nações subdesenvolvidas se tornam cada vez menos ligadas à produção exclusiva de matérias primas e tem conhecido considerável desenvolvimento industrial de algumas áreas" (Smith, 1988: 167).

O autor criticaria a perspectiva que costuma dividir o globo em função de a acumulação ser "autocentralizada" nos países centrais do capitalismo, enquanto que na periferia a estrutura do desenvolvimento seria basicamente desequilibrada. A argumentação tem bastante pertinência quando exige de análises, por exemplo, a de Samir Amin, uma transformação que dê conta de tratar do papel exportador assumido pelo mundo, antes subdesenvolvido, quando industrializado. Sem embargo, acaba deixando do lado o problema reiterado por Oliveira e Mazzucchelli (1977) de que a industrialização, quando acontece, dificilmente permite a "internalização" do departamento produtor de máquinas, que pode continuar alojado no centro. Assim, mesmo quando industrializado, tendo inclusive a agricultura ou a produção de matérias primas no campo bastante tecnificada, os antigos países coloniais podem continuar a ocupar, predominantemente, a posição de "consumidores", não necessariamente de bens de consumo da indústria do centro, mas de maquinarias que possibilitem a sua industrialização. Certo está que uma preocupação como essa coincidia com uma perspectiva nacionalista ocupada das possibilidades de um desenvolvimento "autônomo"

da produção capitalista que pudesse concorrer frente ao capital internacional, processo sempre prejudicado pela reiterada transferência de parcelas da remuneração do capital para o exterior, que impunha uma acumulação insuficiente para o reestabelecimento dos seus próprios pressupostos em bases mais competitivas. Não pode deixar de ser notado, contudo, como fizeram Oliveira e Mazzucchelli (1977), que a necessidade constante de remessas impôs, muitas vezes, como ocorreu no processo de modernização retardatária brasileira, uma crise estrutural na balança de pagamentos de economias desse tipo, que o Estado buscaria contornar com incentivos declarados à diversificação das exportações agrícolas, como denunciava Delgado (1985) tratando da transição entre duas fases do desenvolvimento rural no país e do modo como o processo mobilizava desdobramentos para a questão agrária brasileira. Fazendo jus ao aspecto financeiro reiteradamente destacado pela crítica ao imperialismo, seria de considerar aquele desequilíbrio na balança, mais precisamente, como um resultado da necessidade de pagamentos das dívidas externas, como apontamos antes, contraídas para viabilizar a industrialização nacional. Assim, a perspectiva da crítica do processo de exportação de capitais, também mencionado anteriormente, evidenciaria os chamados países subdesenvolvidos sobretudo como "consumidores", para recuperar a expressão antes utilizada, do capital superproduzido, "ocioso" da perspectiva do centro da reprodução capitalista. Ou seja, apresentavam-se como possibilidades para uma pretensa "externalização" das contradições da acumulação central.

Smith (1988) não vislumbrava a divisão em departamentos culminando em uma diferenciação espacial, ainda que considerasse a distribuição desigual das indústrias no chamado mundo desenvolvido e subdesenvolvido, destacando que mesmo para Amin, perspectiva que pode ser estendida para a abordagem de Oliveira (1987), o problema das exportações ganharia predominância no cerne da diferenciação entre os países[6]. Embora possamos concordar com o fato do desenvolvimento desigual entre os países não ser originado na divisão entre departamentos, seria relevante destacar como a distribuição desigual da industrialização mundial coincide com a oposição instaurada pelo processo de colonização. Justamente porque a industrialização ocorrida nas metrópoles não pode ser entendida sem que se leve em conta a acumulação primitiva desdobrada da exploração

[6] "A produção para exportação, não se levando em conta o departamento em que esta ocorre, é de importância central para a análise de Amin. Consequentemente, mesmo para Amin, não é a diferenciação entre departamentos que está na gênese da diferenciação entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Até o ponto em que uma diferenciação entre departamentos não tenha uma dimensão espacial – e é inegável que a atividade produtiva em todos os quatro departamentos discernidos por Amin está concentrada no mundo desenvolvido. Este padrão é um produto de alguma diferenciação espacial anterior, cuja explicação deve ser procurada em outro lugar" (Smith, 1988: 168).

colonial. Enquanto que a modernização retardatária ocorrida posteriormente nas antigas colônias teria que ser considerada não simplesmente como um problema relativo ao desenvolvimento das forças produtivas ou sua importação nos padrões concorrenciais competitivos desde o centro do capitalismo mundial, mas enquanto um processo que implicava no desdobramento da autonomização do capital "internamente" ao território nacional em formação, incluído aqui o problema relativo à oferta de trabalhadores mobilizados.

Smith parecia perder de vista ambas as questões aludidas por não se ater ao processo de constituição de certas condições de acumulação do capital nas chamadas periferias do sistema capitalista, resguardando-se numa concepção estática de produção especificamente capitalista e economias não-capitalistas apenas submetidas ao mercado mundial[7]. Um pouco da perspectiva de Prado Jr. (1979) seria suficiente para permiti-lo articular o modo de produção propriamente capitalista que se desenvolvia no centro ao mercado mundial que o mesmo instaurava como condição central da sua acumulação primitiva. Assim, independente do "segredo" da exploração do trabalho assalariado na metrópole ainda estar às claras, por assim dizer, nas relações de trabalho coloniais, não significa isso que o sentido da colonização já não estivesse prenhe da acumulação pela acumulação. Justamente por isso seria também de se ressaltar que, pelo menos no que se refere à colonização brasileira, nenhuma relação de produção pré-capitalista tinha sido "mantida", sendo ao contrário, produto do tráfico e do seu posterior questionamento no contexto da dinâmica mundial de reprodução do capital. Nesse sentido, ainda que compreendamos que aproximações desse tipo são possíveis, por exemplo, na colonização inglesa ocorrida na Índia, para usar um exemplo algumas vezes apresentado pelo autor (Smith, 1988: 166, por exemplo), a própria concepção de uma produção pré-capitalista poderia resultar questionada, mediante o reconhecimento da instauração da produção enquanto tal como resultado do processo de generalização da produção de mercadorias enquanto sentido da colonização.

[7] "O capitalismo herda, como uma condição para seu bem-sucedido desenvolvimento, um mercado para seus produtos, que é organizado na escala mundial. Mas se herda um modo de circulação que opere na escala mundial, o capitalismo tem que buscar tornar igualmente universal o modo de produção. A acumulação pela acumulação e a necessidade inerente de expansão econômica conduzem à expansão espacial assim como à expansão social do domínio do trabalho assalariado. O processo de exploração que ajudou a unificar o mercado mundial é progressivamente ocultado pelo processo de colonialismo, que não apenas lança as sociedades pré-capitalistas no mercado mundial mas eventualmente introduz a relação especificamente capitalista de trabalho assalariado em tais sociedades. Embora haja exceções significativas, incluindo-se a permanência da escravidão e a fossilização das relações pré-capitalistas de produção a serviço do mercado mundial capitalista, o trabalho assalariado torna-se, cada vez mais, universal" (Smith, 1988: 131).

Após discutir as referidas tendências para a diferenciação, Smith passava ao julgamento das chamadas disposições universalizantes do capital: embora ocorra a diferenciação interna do espaço geográfico em escalas, que podem ser tomadas como espaços absolutos distintos, a produção do mesmo em escala mundial se desenrolaria enquanto um espaço relativo. Para o autor, alguns indícios a esse respeito existentes na tradição marxiana se referem ao caráter "expansivo" do processo de circulação: certa necessidade de expandir constantemente o mercado para os seus produtos teria feito a burguesia se desenvolver sobre toda a face do globo terrestre. Isso não ocorreria, sem embargo, sem que o capital operasse como um "nivelador", num processo que Marx igualmente teria observado: com a imposição de caráter concorrencial da igualdade nas condições de exploração do trabalho, ou seja, em sua produtividade em todas as esferas da produção. Smith abordaria o problema principalmente em termos de uma equalização da produção resultante da universalização do trabalho abstrato na forma de valor, o que quer dizer o mesmo, para o autor, que a universalização da relação salário-trabalho (cf. Smith, 1988: 170). Assim, a acumulação do capital avançaria não simplesmente por meio do desenvolvimento da divisão do trabalho, mas pelo nivelamento dos chamados modos de produção pré-capitalistas ao plano do capital[8]. Esse nivelamento ocorreria com o próprio trabalhador que desceria para um nível comum, sendo a natureza humana nivelada por baixo[9] e com a natureza, produzida como apêndice universal do capital[10].

Essa faceta, por assim dizer, inicial do processo capitalista de igualização seria superada em muito com a necessidade constantemente reiterada de desenvolvimento das forças produtivas. Quando o capital passa a depender sobretudo do reinvestimento do excedente relativo, o aperfeiçoamento tecnológico ganha o centro da questão, movido concorrencialmente pela necessidade dos capitais individuais conseguirem se manter no mercado[11]. O processo de inovação seria desencadeado, ainda, porque um avanço em um

[8] "O desenvolvimento da divisão do trabalho é possível somente na medida em que o capital conquista o modo de produção" (Smith, 1988: 170).

[9] "O 'carro de Jagarnate do capital', para usar a expressão de Marx, faz os trabalhadores descerem para um nível comum, e até o ponto em que o respeito ao indivíduo torna 'a ausência de qualquer desenvolvimento uma peculiaridade'. A natureza humana é nivelada por baixo" (Smith, 1988: 170).

[10] Retomando a conclusão de Marx, de que a produção capitalista apenas se desenvolve minando as fontes originais de toda a riqueza, o solo e o trabalhador – todo progresso no aumento da fertilidade do solo por um dado tempo é um progresso para a ruína da fonte permanente daquela fertilidade – Smith sugere que aquilo se aplicaria "não somente ao solo, mas também aos recursos minerais, animais e vegetais da Terra. [...] Em dois sentidos gerais, a produção da natureza acarreta uma igualização na relação com a natureza: em primeiro lugar, a natureza se tornou o apêndice universal do capital; em segundo lugar, a qualidade da natureza é nivelada por baixo nas mãos do capital" (Smith, 1988: 171).

[11] Uma olhada para a maneira como Marx apresentou o conceito da mais-valia relativa pode ajudar a fixar os termos da relação entre concorrência e desenvolvimento tecnológico: "O capitalista que aplica o modo de

setor pode exigir avançar os setores que estão intimamente relacionados com aquele: um exemplo clássico, empregado por Marx, refere-se à mecanização da fiação que fez da tecelagem com máquinas uma necessidade, promovendo, ambas, revoluções nas técnicas tingidoras, branqueadoras, etc. Consequência da mencionada dinâmica o processo de produção não mais deve estar submetido à habilidade do trabalhador, mas sobretudo à aplicação tecnológica da ciência. Com a autonomização do capital, como vimos anteriormente, e a formação de uma aparência de autonomia entre trabalho simples e complexo, os atributos da ciência como força produtiva aparecem como pura dotação do capital, mais especificamente, do *capital fixo*[12].

Na medida em que essa forma de manifestação do capital em sua rotação ganha centralidade, a "relatividade do espaço" passaria, para Smith, a ser "cada vez mais determinada pelos padrões de investimento em capital fixo" (1988: 172), com as formas econômicas traduzidas diretamente em uma forma geográfica, intensificando a aludida tendência para certa igualização. Ao incrementar sua dependência com relação aos investimentos em capital fixo, argumentou o autor, apoiado no Marx dos *Grundrisse*, a reprodução do capital arruinaria tendencialmente a base da sua sobrevivência (cf. Smith, 1988: 173). Smith compreendia que o capital fixo nunca poderia se tornar uma fonte independente de valor, destacada do dispêndio de trabalho vivo. Com sua preocupação, procurava apontar, diferentemente, uma tendência para a diferenciação que emergia do próprio seio daquele processo de universalização.

O estabelecimento de uma dinâmica contraditória entre ambos retomaria a problemática da localização, antes enunciada. Para além da perspectiva burguesa da microeconomia, não seria a chamada decisão individual, de acordo com o autor, a ser generalizada como fundamento da "economia espacial" em seu conjunto. O processo de

---

produção aperfeiçoado apropria-se portanto de maior parte da jornada de trabalho para o mais-trabalho do que os demais capitalistas no mesmo ramo. Ele faz individualmente o que o capital, na produção da mais-valia relativa, faz em conjunto. Mas, por outro lado, aquela mais-valia extra desaparece tão logo se generaliza o novo modo de produção, pois com isso a diferença entre valor individual das mercadorias produzidas mais baratas e seu valor social se desvanece. A mesma lei da determinação do valor pelo tempo de trabalho, que se fez sentir ao capitalista com o novo método na forma de ter que vender sua mercadoria abaixo de seu valor social, impele seus competidores, como lei coercitiva da concorrência, a aplicar o novo modo de produção. Portanto, o processo inteiro só afeta finalmente a taxa geral de mais-valia se o aumento da força produtiva do trabalho atingiu ramos de produção, portanto barateou mercadorias que entram no círculo dos meios de subsistência necessários e consequentemente constituem elementos do valor da força de trabalho" (Marx, 1983: 253).

[12] O autor retomaria, para discutir essa questão, uma passagem dos *Grundrisse* em que Marx destacava precisamente o mencionado processo de autonomização, embora Smith não considerasse o processo por ele identificado nesses mesmos termos: "A acumulação de conhecimento e de habilidade das forças produtivas gerais da inteligência social é absorvida pelo capital, enquanto algo oposto ao trabalho, e daí aparece como um atributo do capital e, mais especificamente, do *capital fixo*... As *máquinas* aparecem, então, como a forma mais adequada de *capital fixo* e o capital fixo, no que diz respeito às relações do capital consigo mesmo, aparece como a forma mais adequada de capital, enquanto tal" (Marx, 1973: 646 *apud* Smith, 1988: 172).

concentração e centralização social do capital deveriam ser pensados em termos duma centralização espacial do capital. Inicialmente, Smith apresentou a questão em termos, conhecidos na bibliografia burguesa, das "economias de escala": certa tendência ao agrupamento espacial de capitais em locais de produção determinados, de maneira a possibilitar o usufruto dos "poderes de cooperação geográfica" (Smith, 1988: 181), desenvolvimento que deve ser lido com relação ao problema da anulação do espaço pelo tempo. Essa centralização espacial não faria referência, certamente, unicamente aos instrumentos e objetivos de trabalho, mas também aos seus próprios sujeitos, os trabalhadores. Que fique indicado o fato de o autor abordar "a questão da centralização espacial como uma questão que diz respeito particularmente ao capital produtivo" (Smith, 1988: 181), colocando no centro, portanto, a necessidade de rebaixamento dos custos, inclusive com os custos de reprodução da força de trabalho.

Além da tendência a estabelecer sua reprodução nas ditas economias de escala, a reprodução do capital seria organizada ainda e fundamentalmente por aquilo que Smith identificava como o ritmo cíclico da acumulação do capital. Definidas, portanto, as localizações em torno da economia dos referidos custos de produção, investimentos no ambiente construído forjariam padrões geográficos diferenciados que influenciariam definitivamente a acumulação do capital. Tal montante de capital fixo, por sua vez, se desvalorizaria periodicamente num movimento em "ondas longas" que o autor esquematicamente constrói a partir da argumentação de Harvey, apoiado, esse último na conhecida problemática dos ciclos de Kuznets (cf. Smith, 1988: 183). O centro do questionamento anunciado se refere a certa tendência do capital se "superacumular" de maneira a deixar de encontrar possibilidades de investimento lucrativo, em função da dinâmica própria do reinvestimento reiterado da mais-valia relativa em capital fixo e da aniquilação tendencial do fundamento da acumulação[13]. Articulado o desenvolvimento

[13] "A mais completa análise da crise, feita por Marx, vem na parte III, volume três de *O capital*. O mesmo desenvolvimento histórico das forças produtivas que se tornaria a alavanca da acumulação também acarreta 'o crescimento gradual de capital constante em relação ao capital variável' – isto é, do capital investido em matérias-primas, maquinaria, etc., em relação à força de trabalho – e uma vez que isto faz encolher a base relativa da qual o lucro é produzido, isso deve necessariamente conduzir a *uma queda gradual da taxa geral de lucro*. Por haver desenvolvimentos inerentes que contrariavam essa necessidade, por exemplo, uma taxa crescente de mais-valia, Marx enfatiza que a taxa de lucro decrescente é, sempre, tão somente uma tendência. Além do impulso imediato de acumulação, uma queda na taxa de lucro 'acelera mais ainda a concentração do capital e sua centralização através da expropriação de capitalistas menores'. Isto dá um impulso maior ao processo de acumulação, que leva finalmente à superacumulação do capital. Desse modo, a 'taxa decrescente de lucro e a superacumulação originam-se das mesmas condições' e, por sua vez, levam a 'crises violentas e agudas', a súbitas e poderosas desvalorizações (*entwertung*), à real estagnação e ao rompimento do processo de reprodução e, assim, a uma real queda na reprodução" (Smith, 1988: 185).

capitalista em circuitos[14], entretanto, a superacumulação em um circuito poderia ser enfrentada com transferências de investimento para outros. Segundo Smith, "a crise no circuito primário poderia ser evitada, transferindo-se investimentos de capital para os setores secundário e terciário" (1988: 183).

O segundo circuito seria em geral subcapitalizado devido ao longo período de "estacionamento" do capital na forma de capital fixo e a tendência aos equipamentos produzidos serem nomeadamente voltados para o consumo coletivo. A transferência de capital ao meio-ambiente coletivo seria facilitada, todavia, por certas instituições como o sistema de crédito e o Estado. A "migração" dos investimentos, sugerida pelo autor, entretanto, seria sempre e somente uma "solução temporária" pois levaria novamente à superacumulação igualmente nos circuitos receptores, ao menos até o momento em que diferentes padrões geográficos não tenham sido provocados: "A superacumulação resulta numa desvalorização maciça do capital e, por causa de seu longo período de movimentação, o capital fixo é particularmente vulnerável. Diferentemente da desvalorização rotineira do capital fixo no processo produtivo, esta desvalorização representa uma absoluta destruição do valor. Como Harvey enfatiza, a desvalorização é localmente específica e isto cria possibilidade de que áreas inteiras do ambiente construído sofram desvalorização rápida e ampla" (Smith, 1988: 184). As crises poderiam ocorrer de modo *parcial* ou *setorial*; em áreas inteiras, deixadas em favor de outras, sendo assim crises de *transferência*; ou crises globais, que afetariam, até certo ponto, o sistema capitalista conjuntamente.

Procurando argumentar de maneira a considerar o aspecto contraditório da problemática, Smith indicava, todavia, o caráter agudamente *funcional* das crises, visto que, as mesmas, prepariam o terreno para novas fases do desenvolvimento capitalista[15]: a desvalorização daqueles elementos do capital constante permitiria contrabalancear seu aumento com relação ao variável com uma redução no seu valor: a estagnação parecia preparar sua subsequente expansão e assim ciclicamente períodos de acumulação seriam intercalados por crises e recessões. Sendo desvalorizações tanto "setoriais" como "localmente específicas", os momentos pós-crise herdam um espaço geográfico altamente diferenciado a ser "recolonizado" por fases de expansão tendendo a produzir equilíbrio, não nos termos

[14] "O circuito primário é o *lócus* da produção da mais-valia e do consumo, assim como da reprodução da força de trabalho; o circuito secundário envolve o investimento de capital especificamente em capital fixo e o fundo de consumo, parte do qual vai para a formação do meio-ambiente construído; e o terciário é a esfera de investimento na ciência, educação, tecnologia, em gastos sociais e assim por diante" (Smith, 1988: 183).

[15] "As fusões, encampações e falências, assim como a desvalorização geral (das mercadorias, da força de trabalho, da maquinaria, do dinheiro) e a destruição do capital (tanto do variável quanto do constante), que acompanham as crises, também preparam o terreno para nova fase de desenvolvimento capitalista" (Smith, 1988: 185).

burgueses da teoria da localização, mas num processo de "igualização das diferenças econômicas, espacialmente" (cf. Smith, 1988: 188-189): "Implícita nela [na questão do equilíbrio] está a questão de se, em última análise, o modo de produção capitalista pode resolver ou então deslocar suas contradições inerentes através de algum tipo de solução espacial, um 'fixo espacial'" (Smith, 1988: 189)[16].

A abordagem que o autor identificou como os "rudimentos do desenvolvimento desigual" (1988: 212) seria, assim, evidenciada não simplesmente pela produção de um espaço relativo com padrões geográficos diferenciados, mas, mais que isso, por um desenvolvimento contraditório e "em vaivém" do capital. Numa formulação sintética, a acumulação do capital acarretaria certo desenvolvimento geográfico; a direção desse desenvolvimento seria guiada pela taxa de lucro, pois o capital procuraria se mover para locações em que a taxa de lucro poderia resultar alta; seus movimentos todavia se sincronizariam por certo ritmo de alternância entre acumulação e crise; a mencionada mobilidade acarretaria, assim, o desenvolvimento de áreas com máxima lucratividade e subdesenvolvimento de outras, com potencial de lucro menor; o próprio desenvolvimento, contudo, levaria à diminuição dessa taxa de lucro mais alta[17], estimulando a nova transferência, que configura o chamado "vaivém": "O capital tenta fazer um 'vaivém' de uma área desenvolvida para uma área subdesenvolvida, para então, num certo momento posterior, voltar à primeira área que agora se encontra subdesenvolvida, e assim sucessivamente" (Smith, 1988: 213). Se há algo que possamos identificar como um "equilíbrio", entre as conclusões de Smith, seria fundamentado numa produção da desigualdade pela desvalorização constante, a sustentar a completa alternância entre mobilidade e fixidez como reiteração de uma tentativa de ajuste espacial: "Realizar o movimento em 'vaivém' como meio de contrabalançar a decrescente taxa de lucro, quanto mais absolutos são os espaços que o capital

[16] Embora a tradução "fixo espacial" (para a expressão, em inglês, *spatial fix*) tenha sido adotada na edição brasileira do livro de Smith (1988), optaremos por utilizar, no corpo de nosso trabalho, a tradução "ajuste espacial", mais frequentemente empregada nas edições brasileiras do trabalho de Harvey no Brasil (cf., por exemplo, Harvey, 2006), tanto em razão de aquela expressão ter sido inaugurada por esse último autor, cujo ensaio homônimo foi publicado pelo primeira vez em 1981, portanto, antes do *Desenvolvimento Desigual*, de Smith, como em razão do trabalho de Harvey ter recebido mais edições no país, consagrando em língua portuguesa a tradução ajuste espacial para nos referirmos ao problema aludido.

[17] O próprio desenvolvimento levaria à diminuição da taxa de lucro mais alta, segundo Smith, em razão da tendência para equalização da mesma, do crescimento do nível salarial provocado pela diminuição do desemprego e desenvolvimento de sindicatos, do aumento da renda da terra. "No polo oposto, o do subdesenvolvimento, a falta de capital ou seu constante excesso leva a altas taxas de desemprego, baixos salários, e reduzidos níveis de organização dos trabalhadores. Desse modo, o subdesenvolvimento de áreas específicas conduz precisamente àquelas condições que faz uma área altamente lucrativa e suscetível de rápido desenvolvimento. O subdesenvolvimento, como o desenvolvimento, ocorre em todas as escalas espaciais e o capital tenta se movimentar geograficamente de tal maneira que continuamente explora as oportunidades de desenvolvimento, sem sofrer os custos econômicos do subdesenvolvimento" (Smith, 1988: 213).

deve criar para provocar a acumulação e para localizar a desvalorização, maiores são as barreiras à mobilidade necessária para realizar o 'vaivém' do capital. Na medida em que o capital olha para o futuro e remonta ao passado, é tentado continuamente a abraçar a mobilidade ou a fixidez como versões alternativas do fixo espacial" (Smith, 1988: 216).

Movimento simultânea e sucessivamente de igualização e diferenciação, o desenvolvimento desigual resultaria duma produção do espaço relativo que para ser "convidativa" da perspectiva da acumulação do capital, deve ser sempre, não apenas diferenciada, como passível de ser substituída. Diferenças apareciam, por fim, na argumentação do autor, com relação à fluidez ou estabilidade daquela desigualdade, condicionada pela imobilização característica da produção de cada uma das escalas produzidas como espaços absolutos. Smith distinguiu-as em três – escala urbana, escala global e escala da nação – Estado. As conclusões sobre o processo de desenvolvimento desigual na escala urbana nos pareceram as mais impactantes para a produção teórica posterior do autor, bastante devotada aos estudos de gentrificação[18]. Um resumo completamente insuficiente das mesmas, visto que o debate dos seus desdobramentos efetivos exigiriam um aprofundamento agora impossível, conhecidos os limites desse trabalho, incluiria o papel fundamental desempenhado pela chamada renda do solo mediatizando a diferenciação geográfica do espaço urbano, na medida em que a unidade básica da produção do espaço absoluto nessa escala seria a propriedade privada e os rendimentos dela passíveis de serem extraídos. As conclusões referentes às outras duas escalas olharemos mais de perto, pois nos devem permitir retomar questões acerca da igualização e da diferenciação mais próximas aos termos que viemos enfrentando anteriormente em nossa discussão.

O global como escala teria sido herdado pelo capitalismo na forma do mercado mundial. Lembramos aqui um problema anteriormente mencionado: para Smith, teria ocorrido certa "acumulação primitiva do espaço" que desembocou nas condições de desenvolvimento do capitalismo. Nada contra reconhecer as diferenças entre aquele processo, assim chamado, não à toa, por Marx, de acumulação primitiva. Questionamos somente que a sua apresentação como um processo não-capitalista se baseie fundamentalmente na inexistência de uma suposta completa generalização do trabalho assalariado. Como viemos

[18] Em 1986, Smith publicaria uma coletânea de artigos, em conjunto com outros autores, intitulada *Gentrification of the city*; em 1996, o livro *The new urban frontier: gentrification and the revanchist city*; em 1999, uma coletânea das conferências realizadas na Universidade de La Laguna, nas Ilhas Canárias, chamada *Globalización: transformaciones urbanas, precarización social y discriminación de género*; em 2005, Smith publicaria o artigo "El redimensionamiento de las ciudades: La globalización y el urbanismo neoliberal", na coletânea *Capital financeiro, propiedad inmobiliaria y cultura*; e em 2006, o livro *The politics of public space*, com artigos de outros colaboradores. Em português pode ser conferido o artigo "Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano" (2007).

argumentando sistematicamente, uma crítica a certo sentido tautológico da transformação de dinheiro em mais dinheiro nos exigiria ultrapassar o problema da exploração tipicamente capitalista do trabalho em favor da crítica de suas mediações totalizantes. Assim, reivindicamos um debate das transformações operadas no processo de autonomização do capital, mas propomos a sua crítica integralmente, fundamentada na discussão da forma social da mercadoria gestando e em gestação na constituição do mercado mundial como o próprio "mundo".

Assumindo como pressuposto a universalização do trabalho assalariado, a escala internacional seria, conforme o autor, um produto da tendência para a igualização das relações de produção: uma aproximação dos limites da expansão absoluta imporia a transformação daquela integração *formal* do mercado numa integração *real* da produção relativa do espaço, forçando a passagem do antigo colonialismo no imperialismo. No primeiro, a expansão geográfica absoluta corresponderia a um ajuste espacial "exterior", integrado posteriormente e reproduzido como momento de uma diferenciação interna: "espaço exterior", embora "produzido *dentro e como parte da Geografia global do capitalismo*. Isto é o 'desenvolvimento do subdesenvolvimento'" (Smith, 1988: 202, grifos no original). Igualizado no que se refere à generalização do salariado, a diferenciação nessa escala ocorreria, para Smith, sobretudo com relação ao valor da força de trabalho e ao padrão geográfico dos salários. Em busca das fontes mais baratas para os elementos físicos da produção o capital transformaria os "espaços exteriores" em espaços de produção e acumulação de mais-valia relativa[19]. Busca transformá-los também em consumidores das mercadorias superproduzidas no centro, ainda que, para isso, precise acabar aumentando salários, contradizendo aquela vantagem inicial da diferença salarial. O autor sugeriu ter havido, historicamente, uma ênfase nas possibilidades de acumulação, mais que para o consumo, mantendo as diferenças de salários com base em uma acentuada divisão internacional do trabalho e uma diferenciação sistemática entre a composição orgânica do capital nas áreas desenvolvidas e nas subdesenvolvidas. O fato apontaria determinada incompletude, de acordo com a análise de Smith, na transição completa da chamada integração formal para a real: "Como tal, não realizaram a transição completa da integração formal para a real e a integração real do espaço-economia global é necessariamente incompleta. Quanto mais a força de trabalho é mercadorizada na economia mundial, mais o valor da força de trabalho se torna um

[19] "Na medida em que se originou com a acumulação primitiva e com a oposição do capital às sociedades pré-capitalistas, conserva a forma dicotômica. Mas, hoje, ela é mais uma questão de desenvolvimento num polo e de desenvolvimento do subdesenvolvimento no outro [...] que uma questão de 'articulação de diferentes modos de produção'" (Smith, 1988: 204).

instrumento de ruptura da tendência para a integração espacial. Ele se torna, assim, tão aparente que o fundamento político do capital mundial é a principal barreira ao maior desenvolvimento social" (Smith, 1988: 204).

A escala da nação – Estado seria, das três antes mencionadas, o produto menos imediato das tendências contraditórias entre igualização e diferenciação. O impulso à produção dessa escala emergiria das competições entre diferentes capitais no mercado mundial, oferecendo um fundamento nacional à lei mais universal do valor de modo a organizar as "trocas desiguais". O Estado resultaria, assim, da necessidade de defender militarmente certos nichos de acumulação, de viabilizar sua reprodução com incremento infraestrutural e, inclusive, possibilitaria certa divisão da classe operária em unidades nacionais, que proporcionariam desenvolvimentos ideológicos centrais à estabilidade da reprodução social capitalista (cf. Smith, 1988: 204-206). Organizaria, ainda, a passagem da exploração direta e do expansionismo colonial ao mecanismo de expansão fundado na exportação de capitais, ajuste espacial de contradições da acumulação "internas" a determinado Estado[20].

Na escala das nações – Estado separadas a diferenciação assumiria a forma do desenvolvimento regional desigual, sendo essa uma expressão da divisão do trabalho. Concentração regional do capital seria resultado direto da tendência para a centralização espacial produzindo uma divisão territorial do trabalho. Certa cristalização das regiões cumpriria, portanto, a mesma função daquela desigualdade global, constituindo "fontes geograficamente fixas (relativamente) de trabalho assalariado [...] sob o controle mais direto do capital nacional" (Smith, 1988: 208). Um padrão primitivo de divisão territorial do trabalho estaria fortemente influenciado pela disponibilidade desigual de distribuição de matérias primas. Com a "emancipação das forças produtivas das injunções da natureza" (Smith, 1988: 208), o estímulo ao padrão pré-capitalista "herdado", das especializações regionais, deixa de ser dado e o referido mosaico é destruído em favor da integração das economias locais "nas economias nacionais e internacionais, como parte de uma nova configuração espacial" (Smith, 1988: 208). As novas diferenças produzidas, por sua vez, resultariam da produção da escala nacional a reproduzir disparidades que são oportunas à reprodução do capital: diferenças salariais e de especialização dos trabalhadores.

[20] "Quando a desvalorização e a crise surgiram, a divisão do mundo em nações – Estado provou ser um mecanismo capaz de deslocar os efeitos mais destrutivos da competição do nível econômico da empresa individual para a esfera política do Estado. Os componentes individuais do capital nacional certamente experimentam surtos de desvalorização, mas, na medida em que todo o capital nacional é ameaçado na economia mundial, o Estado o defende com todas as forças, utilizando desde as tarifas até os embargos comerciais, desde os tributos até os tanques de guerra (usados tanto 'em casa' quanto 'fora')" (Smith, 1988: 206).

Com a ocorrência frequente de crises de desvalorização, as regiões geográficas reestruturam-se como resultado daquele "vaivém" do capital. Contudo, frente a essa possibilidade, Smith haveria de se questionar se "as diferenças são convergentes ou divergentes, por sua vez provocando a questão mais fundamental: se as diferenças regionais não se tornam irrelevantes" (Smith, 1988: 215). Uma igualização das condições e níveis de produção diminuiria progressivamente o nível da desigualdade regional, recolocando-o, sem embargo, noutra escala, segundo a perspectiva do autor, como não poderia deixar de ser, em razão daquele resultado, profundamente diferenciador, desencadeado no referido "vaivém": "Na medida em que o crescimento metropolitano prossegue firmemente na escala das definições regionais, então, de fato, as diferenças regionais tornam-se diferenças entre centros urbanos" (Smith, 1988: 215).

A partir de questões bastante diferentes daquelas levantadas por Oliveira (1987), Smith (1988) parecia ter chegado a conclusões algo parecidas sobre um hipotético "desaparecimento" das chamadas regiões intranacionais, para usar uma expressão desse último, que esteve ocupado ainda da emergência das regiões supranacionais, como a Comunidade Europeia, por exemplo. Mais que isso. Ambos pareciam, de certo modo, concordar com a perspectiva de que ocorre uma mundial generalização do trabalho assalariado. Os caminhos para chegar a tais conclusões, sem embargo, divergem. Assim, tratemos de compará-los. Smith tem a generalização do trabalho assalariado como um "dado" relativamente esquemático e não tematizado entre suas reflexões. Sua apresentação do colonialismo se apoia bastante, como dissemos anteriormente, na perspectiva de que determinadas relações pré-capitalistas e mesmo a escravidão teriam simplesmente "permanecido", a serviço do mercado mundial. A ideia de uma pretensa "permanência" sustenta sua abordagem do desdobramento histórico de uma *subsunção formal*, em um processo de produção do espaço absoluto entendido de maneira quase exclusivamente extensiva. Sua dita "extensividade" até poderia ser encarada como um atributo para caracterizar o processo de formação do capitalismo mundial, mas esse modo de tratar o problema não poderia guardar nada duma perspectiva "expansiva" do desenvolvimento capitalista a partir do "centro". O chamado capitalismo mundial e o próprio "mundo", enquanto tal, foram resultantes ambos do mesmo processo de igualização do globo, que transformou esse último em uma escala produzida por aquelas relações sociais em desenvolvimento, embora a mencionada igualização não tenha prescindido de uma diferenciada "alocação de papéis", por assim dizer, num processo que incorporou as metrópoles e as colônias em posições bastante diferentes.

Reforçamos essa perspectiva anteriormente sugerida procurando assinalar que, para a instauração do capitalismo nas colônias aparecer como uma imposição das metrópoles, o capitalismo teve antes que se constituir nas metrópoles, processo para o desdobrar do qual a exploração colonial foi imprescindível. A contradição entre igualização e diferenciação, muito pertinentemente indicada por Smith, talvez seja, assim, fundante do colonialismo como processo de instauração do capitalismo mundial não devendo ser preservada como desdobramento exclusivo da saturação da produção do mundo capitalista como espaço absoluto. Considerando rigorosamente as implicações do nosso argumento, poderíamos inclusive sugerir que do ponto de vista da universalização da mercadoria como forma social, desdobrando criticamente a abordagem de Caio Prado Jr. (1979), outras vezes antes mencionada, a produção do espaço relativo não estaria atrelada unicamente com a generalização do assalariamento. Num sentido, certamente que compreendemos a imprescindibilidade, para a efetiva totalização da argumentação de Smith, da realização tautológica da mais-valia relativa, movida pela concorrência e a mover o processo de tecnificação constante conduzindo ao aumento da composição orgânica. Contudo, a universalização do mundo presidida pelo estabelecimento da mercadoria como forma fetichista e abstrata da mediação social geral teria que ser mais bem considerada para ultrapassarmos o marco da constituição do capitalismo a partir da generalização do assalariamento, cuja crítica permanece dualista e presa ao problema da exploração e distribuição.

O caráter de um "dado" relativamente esquemático da generalização do trabalho assalariado aparecia bastante claramente quando Smith contrapunha sua formulação mais genérica a um esforço de historicização. Ao identificar o mencionado processo com a passagem do colonialismo para o imperialismo em que as diferenças passariam a ser produzidas (somente então) "internamente", sobretudo apresentadas como níveis diferenciados (rebaixados, no caso referido) de rendimentos, a atrair o capital para superexplorar trabalho assalariado nos chamados países subdesenvolvidos (produtos do desenvolvimento de outros) o autor não chegava sequer a vislumbrar o problema desenvolvido por Oliveira (1987), do imperialismo criando "reservas" constantes de acumulação na reprodução da periferia enquanto periferia. Assim como não poderia considerar quais seriam as condições (de constituição) nacionais a sustentarem aquela passagem da exploração colonial ao processo de exportação de capitais, entre as quais ressaltamos a formação de uma superpopulação relativa, problema com o qual o próprio Marx havia se ocupado por compreender que o desenvolvimento capitalista nas antigas colônias

exigiria uma *colonização sistemática* (1984: cap. XXV), pós-colonial. Uma passagem esquemática entre colonialismo e exportação de capitais também poderia ser questionada considerando as políticas de importação de imigrantes como parte dos mecanismos de colonização sistemática empregados naquele processo regional de modernização desenrolado no país e, simultaneamente, como parte da exportação de "capitais" que já se encontravam superproduzidos no centro. Afinal, uma forma de manifestação da crise de superacumulação é o excesso relativo de capital de um lado e trabalhadores de outro, sem possibilidade de um encontro oportuno, do ponto de vista da acumulação, entre ambos. Ou seja, os trabalhadores "exportados" desde o centro como momento da colonização sistemática na periferia realizava-se já como "externalização" da contradição que havia conduzido à superacumulação manifesta inclusive na forma de trabalhadores mais do que sobrantes (considerando que a concepção marxiana de uma superpopulação só pode ser relativa) e por isso passíveis de serem exportados.

Comparar os argumentos de Smith e Oliveira nessa perspectiva contribui para distinguir como os pontos de vista de um e de outro se constroem em relação com a inserção dos mesmos no processo de modernização global, mas experimentado, respectivamente, a partir do centro e da periferia do mundo capitalista, ainda assim vividamente caracterizados, sobretudo no momento em que os mesmos escreveram os trabalhos discutidos. Num certo sentido, apesar das conclusões a princípio relativamente semelhantes, são bastante divergentes os caminhos de análise seguidos por ambos os autores. Smith vai procurar processos de diferenciação justamente a partir das suas investigações sobre as cidades norte-americanas. O lugar incômodo de quem olha a gentrificação como conflitos de classe urbanos em meio ao pretenso *lócus* do desenvolvimento capitalista *total* não o permite nivelamentos como aquele sugerido por Oliveira que identifica na face interna do imperialismo uma incoercível tendência à homogeneização do espaço econômico. O papel assumido por esse último autor, que vislumbra as contradições, ao menos aquelas criadas pelo imperialismo, cujo debate se encontra no cerne do trabalho discutido, preferencialmente como face externa daquele processo, criadas em seu proveito, evidencia muito de uma perspectiva nacionalista que se mantém presente mesmo no socialismo de Oliveira, como vimos anteriormente. Parece-nos, salvo engano, que o autor preocupa-se com um "ponto de chegada" do desenvolvimento nacional que, a depender da maneira como fosse conduzido, poderia desembocar numa certa emancipação nacional da exploração internacional, já que o conflito "interno" entre capital e trabalho ainda não precisava estar em primeiro plano da análise uma vez que ainda não havia

sido inteiramente posto, antes resultando da frustração, pela homogeneização do capital monopolista, das possibilidades socialistas de superação do imperialismo.

O nacionalismo de Oliveira, embora criticável, não lhe tira um mérito, em nossa perspectiva, decisivo em seu trabalho, de problematizar a divisão internacional do trabalho, também em termos da instauração e da transformação das relações sociais de produção. A maneira como o autor apresentava as formas regionais de mobilização do trabalho, da luta de classes e da acumulação estava assentada em sua concepção, anteriormente anunciada, de que "não reconhecer [...] que existem marcadas diferenças entre as várias formas de produção do valor dentro do capitalismo é não reconhecer [...] a lei do desenvolvimento desigual e combinado" (Oliveira, 1987: 30). Afirmar que a discussão proposta pelo autor procedia de uma análise das diferenças nas relações sociais de produção, estabelecidas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, já seria bastante suficiente para distinguir sua argumentação daquela formulada por Smith, o qual, pressupondo a universalização do assalariamento ficava constrangido a procurar a diferenciação nos níveis de renda da força de trabalho e no modo como a subida ou rebaixamento dos mesmos ofereceriam possibilidades de elevação da taxa de lucro, desencadeando novos possíveis ciclos para a acumulação do capital em crise.

Mais que isso, ou melhor, de fundo a tudo isso, seria relevante assinalarmos que a maneira como Oliveira abordava o desenvolvimento desigual e combinado diferenciava-se também da formalização do problema conforme sugerida por Smith. Embora bastante implícito em sua exposição ao longo de toda a *Elegia para uma Re(li)gião*, o autor partia da mesma contradição estruturante da reprodução ampliada do capital que motivou o trabalho do geógrafo escocês e todo o grande debate acerca do imperialismo. Parecia ter considerado, salvo engano, mais rigorosamente que Smith o problema identificado por Luxemburgo nas análises de Marx. Não aceitava a tese da dominação universal, tendo de encarar relações de trabalho e produção empiricamente conflitantes com a perspectiva de generalização do assalariamento. Interpretava o "engolimento" das sociedades não-capitalistas, no entanto, sobretudo a partir de uma perspectiva de *recriação constante* de reservas de acumulação primitiva. Não aderia à chamada perspectiva "subconsumista" da autora, mas via na reiteração da acumulação primitiva uma contratendência à progressiva diminuição das condições propriamente capitalistas de acumulação[21]. Ao tratar o problema desse modo, o autor teria

[21] Seria um descuido não considerar como abordagens bastante semelhantes à mencionada sustentaram a formulação de inúmeras teorias e análises sobre a chamada recriação do campesinato no modo de produção capitalista. Para fazer referência apenas a pouquíssimos "clássicos" sobre esse problema, ambos publicados ainda na década de 1970, citamos os trabalhos de Meillassoux (1977) e Taussig (2010). Um importante continuador atual dessa discussão é Teodor Shanin (cf., por exemplo, em português, o bastante recente e

deixado de considerar como uma questão, sem embargo, aquela que seria a principal conclusão de Luxemburgo, de que a progressiva "internalização" das sociedades não-capitalistas conduziria ao acirramento definitivo das contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista e à sua fase final[22]. A conclusão proposta por aquela autora parecia ter sido desmentida pela história do século XX e uma explicação para aquele fato poderia ser conseguida com a perspectiva de que as reservas de acumulação primitiva teriam sido recriadas ao invés de terem se extinguido (um desdobramento diferente do problema levantado pela autora, pode ser cf., como exceções ao debate referido, em Kurz, 1995a e Mello, 2007).

Considerado o que viemos apresentando com relação à maneira como Oliveira interpretou certa tendência à homogeneização do capital monopolista no Brasil, o mencionado processo de reposição da acumulação primitiva, na abordagem do autor, mudaria de forma: não estaria mais, ao menos predominantemente, na recriação do campesinato, mas teria sido deslocado sobretudo para as cidades e para a aviltante persistência daquilo que passou a ser interpretado como *certa forma* de acumulação primitiva, a chamada *superexploração* do trabalho, por exemplo, por meio da extração reiterada de mais-valia absoluta (mesmo que conjuntamente à mais-valia relativa) ou no pagamento de um salário "nominal" sempre abaixo do "real", ou seja, insuficiente para assegurar a reprodução do trabalhador. O processo de urbanização decorrente desse mecanismo de acumulação seria objeto da discussão do clássico *Crítica à razão dualista* (Oliveira, 2003), sendo tratado o problema da

---

importante artigo publicado em 2005). É de ser ressaltada também a importância dessa perspectiva na obra desenvolvida por José de Souza Martins, no Brasil, além da sua influência bastante decisiva na elaboração da geografia agrária uspiana (cf., por exemplo, Oliveira, 1986 e 1991; Marques, 2000; Bombardi, 2006 e Cavalieri, 2010).

[22] "Se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não-capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, da ruína dessas formas. Necessitando obrigatoriamente do meio não-capitalista para a acumulação, dele carece como meio nutriente, à custa do qual a acumulação se realiza por absorção. Considerada historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalistas e os não-capitalistas (...). Sob esse prisma, ela consiste na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação de capital não pode existir sem as formações não-capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital. O que Marx adotou como hipótese de seu esquema de acumulação corresponde, portanto, somente à tendência histórica e objetiva do movimento acumulativo e ao respectivo resultado teórico final. O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil simples, e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – ao domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos. E é nesse ponto que começa o impasse. Alcançado o resultado final – que continua sendo uma simples construção teórica – a acumulação torna-se impossível: a realização e a capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas insolúveis. No momento em que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, o fim da produção capitalista. A impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo. Daí resulta o movimento contraditório da última fase, imperialista, como período final da trajetória histórica do capital" (Luxemburgo, 1985: 63).

autoconstrução da moradia na produção das periferias urbanas ainda, e mais especificamente, no ensaio *O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil* (Oliveira, 2006).

Encontraria, temos de admitir, enfim, o mesmo problema dos níveis de renda apresentado por Smith (1988). Todavia a interpretação de Oliveira (1987) nos interessa especialmente porque permite pensar no longo processo de imposição do trabalho, como viemos fazendo, a partir do debate da modificação nas relações sociais de produção, ao invés de mantermo-nos centrados na crítica estrita à exploração do trabalho. Assim, a análise de Oliveira (1987, mas também 2003) deixaria bastante claro que não apenas "hoje", conforme sugerido na formulação de Smith (1988: 204), mas nunca o problema do desenvolvimento num polo e subdesenvolvimento no outro teria sido uma questão de articulação de diferentes modos de produção, nem mesmo no processo de constituição do capitalismo. Com certeza concordamos com a sua perspectiva, no que se refere à explicitação de que tudo que possa ser chamado de subdesenvolvimento resulta unicamente do próprio desenvolvimento contraditório do capitalismo e que não estamos, portanto, a pedir mais desenvolvimento como solução daqueles problemas, assim caracterizados pela "falta". Mas essa compreensão teria de ser entendida, como antes afirmamos, para o próprio processo de mundialização e instituição do capitalismo como possibilidade de romper as duas totalidades que segundo a explicação de Smith, se mantiveram separadas ao menos durante a fase inicial "expansiva" do capitalismo. Retomarmos esse ponto da crítica permite agora reconectá-lo com toda a crítica a uma totalidade camponesa apartada que viemos conduzindo ao longo do nosso esforço de interpretação.

A perspectiva de crítica da autonomização do capital que assumimos, por não admitir a existência de um momento no qual a integração capitalista teria se desdobrado apenas de maneira formal, não nos permitiria também aceitar a possibilidade da sua incompletude como o faz Smith, que sugere uma integração real do espaço-economia necessariamente incompleta em função do rompimento da tendência para a integração espacial movida pelo reiterado desnivelamento, além do acirramento, das condições de reprodução dos trabalhadores. A forma-mercadoria faz muito se universalizou como *mediação* de todas as relações sociais, desdobrando-se até o espetáculo como seu mais totalizante e totalitário desenvolvimento (Debord, 1997) e, nesse sentido, nenhum desenvolvimento precisa ser completado. Igualmente se existe um fundamento político naquele constante desnivelamento, sua superação estrita como possibilidade de distribuição mais equitativa da riqueza social, se

continuada a ser reproduzida de maneira tautológica e abstrata não conduziria a nada próximo de um desenvolvimento social, conforme sugeriu o autor (cf. Smith, 1988: 204), aceitável.

Sem se preocupar imediatamente com questões acerca da igualização e da diferenciação, e, portanto, da *produção* do desenvolvimento desigual, Harvey (2005) também havia tematizado, em ensaio publicado pela primeira vez no ano de 1981, anteriormente ao trabalho de Neil Smith (1988), a relação entre a tendência crítica de desenvolvimento do capitalismo e "o papel da expansão geográfica e da dominação territorial, do colonialismo e do imperialismo, na estabilização do capitalismo" (Harvey, 2005: 96). O autor partia de uma constatação sobre a existência do problema como "moldura comum de questões e hipóteses" (2005: 107) para as formulações bastante divergentes de Hegel, Von Thünen e Marx: "Todos os três introduzem a ideia da transformação interna e externa como meio de restaurar a estabilidade social e rechaçar as crises do capitalismo" (2005: 107). Com efeito, procurava evidenciar que tanto Von Thünen como Marx respondiam a uma questão deixada em aberto por Hegel em sua *Filosofia do Direito*, respectivamente, o primeiro com a sua doutrina sobre salário fronteiriço e o último com a sua crítica à "teoria moderna da colonização". Harvey assinalava certa estranheza que lhe causava o primeiro volume de *O capital*, todo ele respeitante ao capitalismo enquanto um "sistema econômico fechado" (2005: 95) ser encerrado justamente com um capítulo sobre colonização, bem como lhe intrigava o tratamento desdenhoso conferido por Marx à resposta "muito pueril" de Von Thünen, embora considerasse que aquele teria formulado corretamente a questão sobre como o trabalhador foi capaz de passar de dono do capital – como seu criador – a seu escravo (Harvey, 2005: 95).

Harvey distinguiria determinadas passagens da argumentação de Hegel que estranhamente teriam passado despercebidas ou, mediante as quais, Marx parecia ter silenciado em sua *Crítica da "Filosofia do Direito" de Hegel*, sobretudo relativas à assombrosa descrição que esse último teria feito das contradições internas da chamada sociedade civil e suas possibilidades de superação. Marx voltava sua crítica contra a perspectiva mistificadora de Hegel sobre o Estado moderno, que apenas procuraria transfigurar e glorificar o estado existente de coisas. Segundo Harvey, Hegel teria efetivamente como intenção oferecer uma interpretação sobre a lei, a vida ética e a moralidade, enquanto expressões objetivas e institucionais do espírito que permitiriam transcender as dualidades entre a vida familiar privada e a sociedade civil, regidas, respectivamente, pelo altruísmo privado e pessoal e pelo egoísmo universal, "e assim restaurar a unidade quebrada da existência humana" (Harvey, 2005: 96).

Antes de proceder, sem embargo, à sua análise detalhada do Estado enquanto a realidade da Ideia ética, aquele autor teria abordado, de maneira surpreendente, as contradições inerentes, contínuas e crescentes da sociedade civil. Hegel rejeitava obstinadamente a perspectiva de que a "mão invisível" do mercado propalada pelo pensamento da economia política poderia refrear, em benefício de todos, o egoísmo universal. As coordenações do mercado seriam imperfeitas e não gerariam a harmonia reivindicada por Adam Smith exatamente porque o trabalho privado, embora fosse o mediador ativo entre os homens e a natureza e fonte de toda a prosperidade, seria socializado por meio de um sistema de mercado fundamentado no lucro, cuja busca ininterrupta imporia uma transformação perpétua das necessidades sociais, bem como a expansão perpétua da produção e do consumo.

Hegel teria se concentrado no problema resultante da acumulação crescente de riqueza, por um lado, e na crescente massa de empobrecidos, por outro, enquanto o fundamento da ruptura social. A acumulação de riqueza resultante do engajamento da sociedade civil na expansão do setor industrial e da população interna intensificaria a generalização da ligação dos homens pelas suas necessidades e dos métodos que possibilitariam satisfazê-las, como um processo duplo no qual os maiores ganhos seriam obtidos (cf. Harvey, 2005: 97-98). Sem embargo, para Hegel, a expansão da produção coincidiria ainda com a dependência e a desgraça da classe vinculada a certo tipo de trabalhos, uma turba de pobres cuja vida se reproduzia abaixo de determinado nível de subsistência, portanto, em condições que não os permitiriam sentir ou desfrutar das liberdades e dos benefícios intelectuais da sociedade civil, enquanto a riqueza ficava concentrada em poucas mãos. Mediante essas circunstâncias, o problema sobre como a pobreza seria abolida se colocava para aquele autor como uma das questões mais perturbadoras a inquietar a sociedade moderna.

Segundo Harvey, Hegel fornecia duas soluções para a questão levantada. Uma possibilidade consistia em cobrar impostos dos ricos para favorecer pobres por meio da beneficência pública ou oferecer novas oportunidades de trabalho para esses últimos, procurando impedir o mergulho da sociedade civil em condições funestas. O limite dessa última solução apareceria na medida em que exacerbaria a produção, incrementando o problema antes mencionado[23]. Logo, para Hegel, aquela "dialética interna" da sociedade civil

[23] "Por exemplo, a criação de novos empregos aumentaria o volume da produção, quando 'a calamidade consiste precisamente no excesso de produção e na falta de um número proporcional de consumidores, que também são produtores'. Por razões desse tipo, 'torna-se evidente que, apesar do excesso de riqueza, a sociedade civil não é suficientemente rica; isto é, seus recursos são insuficientes para estacar a pobreza excessiva e a criação de uma ralé penuriosa'" (Harvey, 2005: 98).

seria constrangida a exceder seus limites buscando os meios necessários à sua reprodução, mercados inclusive, em outros países "deficientes" naqueles bens superproduzidos ou "atrasados" no setor industrial, o que conseguiria igualmente fundando colônias e possibilitando que a sociedade retornasse a vida sobre uma base familiar enquanto desenvolvia nova demanda para sua indústria.

A possibilidade de transformação *interna* seria impossibilitada pela própria acumulação da riqueza na sociedade civil e o colonialismo e o imperialismo eram apresentados como soluções necessárias para que a referida "dialética interna" não culminasse na instabilidade social e na guerra entre classes: "A superprodução e o subconsumo, provocados por desequilíbrios na distribuição da renda, também solapam a coerência interna do empreendimento industrial. A sociedade civil é forçada a buscar uma transformação *externa* por meio da expansão geográfica, pois sua 'dialética interna' cria contradições, não admitindo soluções internas" (Harvey, 2005: 99, grifo no original). A solução imperialista não alcançava, sem embargo, maiores desenvolvimentos na argumentação de Hegel. Segundo Harvey, "ele nos deixa às escuras quanto a se o imperialismo e o colonialismo podem estabilizar a sociedade civil por meio da eliminação da pobreza e do infortúnio social, seja a curto ou longo prazo" (2005: 99). Seria o único questionamento que Hegel deixaria sem resposta em seu sistema (cf. Avineri, 1972 e Hirschman, 1976). A transcendência da sociedade civil pelo Estado moderno aparecia novamente para ocupar o lugar daquela questão na argumentação de Hegel, sugerida implicitamente como única solução viável aos conflitos indicados. O problema parecia resolvido. Harvey distinguia, todavia, a inquietação do desafio lançado por Hegel em desenvolvimentos formulados por outros autores sobre o problema.

Embora não fizesse nenhuma referência mais direta a Hegel, para Harvey, as preocupações de Von Thünen na segunda parte de sua primeira obra publicada, *O Estado isolado*[24], são muito semelhantes aos problemas discutidos nos trechos da *Filosofia do Direito*

[24] A *Filosofia do direito*, de Hegel, havia sido publicada em 1821, sofrendo acréscimos no ano de 1833. O primeiro esboço de *O estado isolado* foi redigido entre 1818 e 1819, tendo sido revisado amplamente em 1824 e publicado em 1826. Segundo Harvey, embora o conceito de Estado mobilizado por Von Thünen estivesse próximo da tradição do idealismo especulativo e filosófico, não se pode perceber sinais de uma influência hegeliana direta. O constructo ideal formulado por Von Thünen combinava-se ainda com observações empíricas bastante rigorosas e acabou canonizado entre os estudos geográficos e regionais como uma das primeiras tentativas sistemáticas de formular uma teoria coerente sobre localização e organização social do espaço. A segunda parte da obra de Von Thünen na qual o autor afirmava ter abandonado as concepções herdadas das classes proprietárias, tendo formulado uma abordagem inteiramente nova, não seria divulgada com a sua iniciativa por medo de ser considerado fanático ou revolucionário (cf. Dempsey, 1960). Viria a público apenas em 1850, no ano de sua morte, um trabalho concentrado nos princípios morais e econômicos que determinavam o *salário natural* (e com ele o *salário justo*) dos trabalhadores, que, todavia, não destoava completamente da primeira parte da obra, mantendo o constructo ideal do Estado, mobilizado naquele caso para analisar maneiras mediante as quais se mantém a estabilidade e harmonia em uma sociedade civil ameaçada por desordens

que tratavam das contradições internas da sociedade civil. Também para Von Thünen a "mão invisível" do mercado não seria suficiente para refrear o egoísmo em benefício de todos e as contradições inerentes à sociedade civil culminariam em uma inevitável deterioração mediante a qual as possibilidades de reconciliação e do estabelecimento de medidas curativas implicariam em mudanças tanto internas como externas. Conclusões tão parecidas com as de Hegel refletiam diretamente a situação tumultuada da Europa anterior às revoluções de 1848 e a preocupação do autor com a popularização das concepções comunistas, que ganhavam terreno com suas divisas igualitárias e distributivas numa conjunção em que nem mesmo o *salário natural* era garantido aos trabalhadores.

Para Von Thünen não seria, contudo, no plano do espírito universal que o desenvolvimento humano deveria ser buscado. Mediante a completa ausência de uma justificativa moral evidente para os salários insignificantes e a pobreza opressiva que alcançava a maior parte da massa do povo, incitando seu total descontentamento, a descoberta do *salário justo* seria imperativa para estabelecer direitos e obrigações da burguesia[25]. Além disso, para Harvey, a principal contradição da sociedade civil seria identificada por Von Thünen de maneira mais precisa que por Hegel. O primeiro reconheceria no divórcio entre trabalhadores e produto do trabalho o fundamento do infortúnio social e do antagonismo de classe[26]. Von Thünen buscava identificar, sem embargo, uma distribuição ótima que nem afetasse os níveis de acumulação e ainda possibilitasse a quota dos trabalhadores nos benefícios resultantes do aumento da produtividade[27].

---

originadas em antagonismos de classe e na pobreza das massas. Além dos questionamentos análogos, paralelos na linguagem e aparato conceitual pareciam, para Harvey, muito próximos para serem acidentais. Além do que, "nas décadas de 1820 e 1830, dada a estatura de Hegel na vida intelectual alemã, torna-se muito improvável que Von Thünen ignorasse os argumentos de Hegel" (Harvey, 2005: 100).

[25] Von Thünen criticava as doutrinas do salário de subsistência por não oferecerem resposta para a questão crucial acerca das causas do recebimento de salário tão ínfimo por parte dos trabalhadores: "O salário insignificante que o trabalhador comum recebe quase em todo lugar é um salário natural ou é causado pela exploração que o trabalhador não pode evitar". Julgava o autor, diferentemente, que os deveres da burguesia deviam ser definidos em termos da descoberta do salário *natural* ou *justo*, uma vez que "na percepção da verdade e da justiça, e no controle do egoísmo, fazendo que, de modo voluntário, os privilegiados desistam do que injustamente possuem, residem os meios da humanidade, pacífica e alegremente, obter maior desenvolvimento e alcançar objetivos superiores" (cf. Dempsey, 1960: 217-220).

[26] "Isso significa que os dois fatores de produção – capital e trabalho – que têm de cooperar para produzir qualquer coisa, existem numa relação antagônica entre si. 'Nesse interesse contrário, portanto, jaz a razão pela qual o proletariado e os proprietários se oporão permanentemente como inimigos naturais, e se manterão irreconciliados enquanto a divisão de seus interesses não for eliminada'" (Harvey, 2005: 102).

[27] "Se a organização social, lamenta Von Thünen, concedesse aos trabalhadores, apenas um quinto dos benefícios resultantes da melhoria da produtividade, 'a alegria e a satisfação se espalhariam entre milhares de famílias e, na primavera de 1848, os distúrbios e a violência pelas quais os trabalhadores forçaram um aumento salarial para si não teriam ocorrido, e o excelente vínculo patriarcal, que, no passado, existiu entre os mestres e aqueles sob sua responsabilidade, não teria sido destruído'" (Harvey, 2005: 102).

A resposta dada por Von Thünen sobre como estabelecer a distribuição justa do trabalho social, dando para os trabalhadores oportunidades de progresso pessoal e possibilitando represar a insatisfação social generalizada se fundamentava sobre a sua doutrina do *salário fronteiriço*. Adotando, como padrão para os salários, o produto do trabalho obtido no contexto de fronteira[28], onde o acesso à terra permitiria que os trabalhadores escapassem da exploração, ficava estabelecida a parte que poderia ser apropriada de maneira justa pelos trabalhadores, com relação ao produto criado pelos mesmos. Para Von Thünen, nos contextos em que as condições de reprodução dos trabalhadores não correspondiam àquelas encontradas nas fronteiras, o padrão salarial mencionado deveria ser estabelecido pelo Estado isolado[29] como garantia para a sua reprodução equilibrada, uma vez que o produto total, tanto a parcela apropriada na acumulação do capital como aquela retida pelos trabalhadores seriam simultaneamente maximizadas[30].

O autor seria criticado por Harvey em função de mobilizar uma abordagem extremamente coisificada sobre o capital, que o apagaria como uma relação social estabelecida entre classes[31]. Eixo da sua argumentação, aquela concepção herdada da economia política fundamentava sua explicação sobre os juros como ganho marginal possibilitado pelo uso de ferramentas, quando comparado ao trabalho realizado sem a utilização das mesmas[32]. Alfred Marshall consideraria aquela argumentação como o fundamento para a *teoria da produtividade marginal do capital*, não obstante achasse inaceitável a apologia à livre mobilidade do trabalho sobre a qual se assentavam as perspectivas de equilíbrio de Von Thünen, mediante as quais o Estado e a propriedade privada

[28] "A solução de Von Thünen está contida na doutrina do salário fronteiriço: 'Na fronteira da planície cultivada do Estado Isolado, onde há terra em quantidades ilimitadas, nem a arbitrariedade dos capitalistas, nem a concorrência dos trabalhadores, nem a magnitude dos meios necessários de subsistência determinam o valor dos salários, mas o produto do trabalho é o próprio padrão dos salários'" (Harvey, 2005: 102).

[29] "Desse modo, 'os salários e os juros que se produzem na fronteira do Estado isolado fixam a norma para todo o Estado'. [...] Von Thünen conclui que o salário natural em todo o Estado isolado se fixava pela fórmula Ö*ap*, onde *a* representa as necessidades mínimas de subsistência do trabalhador e *p* o produto do seu trabalho" (Harvey, 2005: 103).

[30] "É o salário pelo qual tanto 'os trabalhadores como os capitalistas têm interesse mútuo no aumento da produção'. É o salário em que a luta de classes, que existiu até agora, desaparecerá e a harmonia social será alcançada" (Harvey, 2005: 103).

[31] "Von Thünen define o capital como coisas, isto é, 'ferramentas úteis' produzidas pelo trabalho humano aumentando a eficiência desse trabalho. O capital existe, portanto, sem pressupor nenhuma relação de classe entre capitalistas e trabalhadores" (Harvey, 2005: 103).

[32] "Na 'condição original', todos trabalham, mas há dois tipos de trabalho: aquele usado para produzir ferramentas (capital) e aquele usado para produzir necessidades de subsistência. Os trabalhadores frugais e mais eficientes são capazes de produzir um produto excedente sob forma de ferramentas e, por causa da maior eficiência proporcionada pelas ferramentas, produzem excedentes ainda maiores. Esses excedentes poder ser emprestados a outros, que estarão dispostos a renunciar, em troca, à parte do produto excedente que as ferramentas obtidas por empréstimo ajudaram a gerar. Aí reside a origem dos juros" (Harvey, 2005: 103-104).

apareciam como barreiras, passíveis de serem contidas, sem embargo, pela possibilidade de livre acesso às terras ainda sem donos nas fronteiras[33].

Von Thünen parecia suspeitar, contudo, que aquele "estado paradisíaco" de mobilidade e igualdade poderia ser ameaçado. Atribuía o problema ao aumento da densidade populacional que acabaria fechando a fronteira, num processo extensivo de ocupação. Além disso, devia dar respostas para os conflitos que se desdobravam na sociedade civil europeia, onde a fronteira, ao menos se pensarmos dum ponto de vista "interno", há muito se encontrava fechada. Encontrado o padrão natural dos salários, o Estado isolado ofereceria as condições de reprodução mais justas para todos. Como argumentou Harvey, assim, aquele autor conseguia se desviar de qualquer "solução imperialista", concentrando-se em planejar a transformação interna que poria fim às contradições da sociedade civil.

Embora tivesse concentrado seus trabalhos em propor a fórmula definitiva da harmonia social, o autor não poderia escapar todavia de uma questão embaraçosa que resultava das suas próprias conclusões: na "condição original", trabalho produtor de ferramentas e trabalho produtor da subsistência seriam equiparados em razão da livre mobilidade. Em outras condições, entretanto, a injustificável subordinação de classe prevalecia e podia ameaçar a sociedade com os conflitos dela originados. Como os trabalhadores puderam passar de sua condição de "donos" do capital, enquanto seus produtores, à condição de dominados por seu próprio produto, seria justamente o questionamento cuja pertinência Marx teria identificado nos trabalhos de Von Thünen. Contudo, Marx consideraria, não à toa, sua resposta "muito pueril" na medida em que atribuiria os desníveis de classe simplesmente à frugalidade e à eficiência de alguns trabalhadores em relação aos outros. Como o salário dependia não apenas dos meios necessários para a manutenção do trabalhador mas também dos juros pagos ao capital equivalente ao custo dos treinamentos dos trabalhadores capacitados, quanto mais os trabalhadores procurassem agregar "capital" a si mesmo e aos seus filhos, por exemplo, estudando, mais conseguiriam elevar seus níveis salariais, por um lado, *quiçá* vindo a conseguir ultrapassar a barreira porosa que separava trabalhadores e capitalistas. Sem a disciplina imposta pelo capital, sem embargo, os trabalhadores não seriam capazes de

[33] "Na condição original, os trabalhadores que produzem meios de subsistência poderiam 'passar de maneira idêntica, à produção de capital se o trabalho aplicado [...] recebesse um salário maior [...]'. A transferência dos trabalhadores continuaria 'até o equilíbrio ser alcançado: isto é, até ambos os tipos de trabalho serem pagos de modo igual'. A livre mobilidade do trabalho é condição essencial para a obtenção do equilíbrio. A propriedade privada e a regulamentação estatal parecem impor barreiras a essa mobilidade. No entanto, [...] apenas sob escassez de recursos (terra) em relação ao crescimento populacional. [...] A barreira relativa à propriedade privada é contida pelas terras sem donos na fronteira" (Harvey, 2005: 104).

recuperar sua liberdade e seu domínio sobre o sofrimento acabando provavelmente mergulhados na apatia e na indolência[34].

A posteriormente bastante conhecida *teoria do capital humano* parecia estar em gestação naqueles apontamentos de Von Thünen. Garantiria harmonia e liberdade nas circunstâncias em que a fronteira não mais estivesse aberta, todavia apenas quando relacionada ao vínculo patriarcal que justificava os benefícios dos capitalistas e suas obrigações em relação ao trabalhador[35], harmonizando interesses seus inicialmente antagônicos. Além disso, a fundamentação com princípios marginalistas evidenciava a "fronteira" mobilizada na argumentação de Von Thünen como recurso puramente ideal analítico. O retrato romantizado que o autor construía da América do Norte já fornecia indícios para essa constatação, que ficava mais claramente pavimentada, todavia, pela perspectiva de uma hipotética justiça fronteiriça que não passava de transposição da racionalidade ideal do Estado e do indivíduo modernos, a legitimar e a justificar uma perpetuação das relações de classe: "A vontade divina – o plano do espírito universal – [poderia] ser realizada aqui na Terra por meio da ação humana. Desde que os serem humanos adquiram a consciência universalista da economia marginalista" (Harvey, 2005: 107).

Marx não somente enfrentaria o mesmo desafio lançado por Hegel, que veio a inquietar Von Thünen, como também contraporia ao mesmo resposta alternativa que suplantava a "puerilidade" da formulação desse último. Para Harvey, entretanto, sua perspectiva crítica apenas se tornou possível porque Marx foi capaz de subverter o procedimento hegeliano extraindo daquela lógica determinadas descobertas reais ao transformar "as qualidades ocultas e misteriosas do 'espírito universal' de Hegel nas materialidades mundanas do mercado mundial" (Harvey, 2005: 108). A problemática da polarização entre classes desencadeada pela "dialética interna" da sociedade civil seria também seu ponto de partida, remodelado, contudo, em termos teóricos materialistas, identificados por Harvey na formulação marxiana acerca da lei geral da acumulação capitalista. Para esse autor, a principal decorrência derivada por Marx do processo de acumulação seria a "reprodução da 'relação do capital numa escala progressiva: mais

[34] "Embora, à primeira vista, 'algo repugnante', essa concepção permite ver que quanto mais os trabalhadores agregam capital em si mesmos e nos seus filhos, maiores se tornam seus salários e mais facilmente podem transpor o limite poroso – fixado principalmente pela educação – entre capitalistas e trabalhadores. [...] Por esse motivo, 'é necessária a compulsão que o domínio do capital impõe sobre os homens, para conduzi-los ao seu destino superior, e, assim, não deve mais se afigurar como flagelo, mas como instrutora da humanidade'. O vínculo patriarcal tão caro a Von Thünen, encontra sua justificativa. 'O capital', declara ele alegremente, 'domina o homem, mas de modo maravilhoso'" (Harvey, 2005: 106).

[35] "Esquemas de distribuição dos lucros, educação e disciplina externamente imposta para formar 'capital humano'" (Harvey, 2005: 107).

capitalistas em um polo, mais trabalhadores assalariados em outro polo" (2005: 109). Analogamente ao argumento estruturado por Hegel, a produção sempre excedente de trabalhadores implicaria em miséria porque os trabalhadores seriam constantemente "liberados" pelas inovações tecnológicas e organizacionais poupadoras de trabalho, funcionando como exército de reserva a rebaixar salários, alavanca fundamental para acumulação adicional do capital e fundamento da acumulação de "trabalho pesado, escravidão, ignorância, brutalidade e degradação mental no outro polo" (Harvey, 2005: 109).

A perspectiva de Marx de que o progresso da acumulação estaria baseado, nomeadamente, na capacidade dos capitalistas coordenarem oferta e demanda de trabalhadores confrontaria todavia a lei da oferta e da procura, permitindo que Harvey distinguisse em Marx uma aceitação tácita da crítica de Von Thünen ao padrão de funcionamento da mesma no mercado de trabalho. Suas conclusões indicaram, contudo, direção totalmente oposta com relação ao argumento daquele último. Controlar a disponibilidade de trabalhadores ofertados no mercado implicaria na produção de excedentes, ou mobilizando reservas "latentes" de trabalhadores ou criando-as pelo desemprego tecnologicamente induzido, e quaisquer ameaças a esse controle seriam contrapostas por meios violentos e pela interferência estatal. A possibilidade dos trabalhadores obterem acesso à terra na fronteira não aparecia, portanto, na discussão marxiana, como fundamento de uma liberdade quase "natural". Contrariamente, teria de figurar como objeto daquele controle ativo, expresso na existência de políticas de colonização. O problema da transformação externa como síntese da dialética interna reaparecia na argumentação, mas, diferentemente da fronteira, em todos os sentidos idealizada, de Von Thünen, a fronteira, conforme apresentada por Marx, permitia problematizar o cerne da socialização capitalista.

Os mitos a respeito da origem do capital na parcimônia e frugalidade de alguns trabalhadores que seriam recompensados tornando-se capitalistas era inteiramente desmentido. Os processos de colonização, nas dificuldades enfrentadas exatamente para mobilizar os trabalhadores revelavam que onde a acumulação florescia para o próprio trabalhador a acumulação tornava-se impossível. O capital não poderia corresponder, portanto, simplesmente ao produto físico do trabalho mas se apresentava como a relação social fundada na destruição da propriedade auto-obtida, ou em outras palavras, na expropriação do trabalhador[36]. Harvey recuperava aquele argumento decisivo em Marx

[36] "Nas colônias, a burguesia foi forçada a reconhecer o que procurava esconder em seu país natal: o trabalho assalariado se baseia na separação forçosa do trabalhador do controle dos meios de produção" (Harvey, 2005: 111).

procurando opô-lo definitivamente a Von Thünen, criticando o sentido da reprodução capitalista, que não teria sido explicitado por esse último: a criação, a manutenção e a expansão da dominação e da exploração do trabalhador expropriado e assalariado pelo capital[37].

A perspectiva marxiana oferecia, portanto, um contraponto à possibilidade de solucionar externamente, na fronteira, contradições inerentes à "dialética interna" da sociedade civil. Von Thünen identificava como fonte do infortúnio o divórcio entre trabalhador e seu produto, na medida em que o crescente empobrecimento da massa trabalhadora em meio ao processo de acumulação se assentava sobre o mesmo, desencadeando a emergência e o acirramento do antagonismo de classe ao invés de possibilitar a harmonia social. O conflito mencionado poderia até ser contornado com a migração dos trabalhadores para alguma fronteira onde voltariam a ter uma vida genuinamente não alienada. Marx mostrava, contudo, que onde os trabalhadores conseguissem consolidar seu acesso à terra, trabalhando para si mesmos ao invés de enriquecerem aos capitalistas, o modo de produção capitalista nunca poderia ser desenvolvido. Essa forma de expansão talvez fosse vantajosa para os trabalhadores, não obstante, conforme sugeriu Harvey, "não pode solucionar os problemas do capitalismo" (2005: 111): "A abolição da pobreza, do desemprego e do excedente de mão de obra eliminaria a base social para acumulação adicional do capital" (2005: 111). O controle capitalista sobre os processos de colonização se constituía como momento do seu necessário comando sobre a disponibilidade de trabalhadores ofertados no mercado. A concepção de fronteira mobilizada por Von Thünen se revelava completamente ideal mediante a crítica do capital como relação social. Sua "puerilidade" se assentava na perspectiva fetichista que naturalizava o capital como coisa.

Hegel também identificava na apropriação do produto do trabalho de outrem o fundamento dos conflitos que emergiam na sociedade civil contrapondo a crescente acumulação de riqueza ao aumento paulatino da massa de empobrecidos como fulcro da ruptura social. No entanto, apesar da vinculação estabelecida por Harvey entre os argumentos daquele autor, os de Von Thünen e de Marx, fundada no fato dos três considerarem sobretudo "fundamental o trabalho humano, enxergando alienação entre o trabalho e seu produto como

[37] "Pretender que a pobreza pudesse ser abolida sem a quebra do 'vínculo patriarcal' entre capital e trabalho é, de acordo com Marx, vã ilusão, embuste cruel. A insistência de que o capital pode dominar o trabalho de 'modo maravilhoso' é crassa apologética. O melhor que os esquemas de distribuição de lucros – do tipo defendido por Von Thünen – poderia conseguir era um relaxamento ocasional – e apenas para um grupo privilegiado de trabalhadores – da tensão do 'grilhão dourado' que liga o capital ao trabalho" (Harvey, 2005: 111).

fonte dos infortúnios a serem superados" e enfocarem "antagonismos de classe", tomando "posição contra a tese central da economia política inglesa", sua doutrina da "mão invisível" (2005: 107), Hegel parecia ocupar-se nomeadamente da calamidade provocada por um excesso de produção em relação à proporcional falta de consumidores.

Apregoava, pois, que a colonização permitisse a recomposição da vida sobre uma base familiar estável numa nova terra, desde que incrementasse também a demanda para a indústria da metrópole[38]. A versão do "ajuste espacial" formulada por Von Thünen pretendia oferecer solução para o primeiro questionamento apontado. Contudo, como posteriormente alertaria Marx, a população unicamente se "[ofertaria] a si mesma" como consumidora, de maneira inteiramente voluntária, se não pudesse trabalhar para satisfazer, por assim dizer, diretamente, suas necessidades, estando, contrariamente, obrigada a enriquecer com o seu trabalho o capitalista. O constrangimento que Marx apresentava na fronteira como necessidade de destruição da propriedade auto-obtida guardava como seu momento a imposição de que os produtores se tornassem também consumidores[39] dos produtos industrializados metropolitanos.

Embora Harvey não tenha explorado essa analogia, concentrando-se, como sugerimos anteriormente, sobretudo na atenção conferida pelos autores ao antagonismo entre classes, o constrangimento ao trabalho que Marx havia distinguido em seu capítulo sobre a "colonização sistemática", na medida em que estabeleceria à população que se ofertasse também como consumidora, poderia ser relacionado com a *interdependência universal* que caracterizaria, para Hegel, o âmbito público em oposição ao privado. Conforme a apresentação feita por Harvey da sua argumentação, Hegel havia reconhecido uma contradição entre a esfera do mercado, essencialmente competitiva, e a esfera familiar, onde a vida ética podia ser realizada, abordando o problema sobretudo em termos da oposição entre egoísmo e altruísmo, respectivamente. Confrontar sua perspectiva com a crítica marxiana nos permitiria ainda inferir que as esferas referidas são contraditórias, mas não em razão das "formas de consciência" que decorreriam das mesmas, passíveis de serem superadas por uma "consciência universalista", cujas expressões objetivas seriam as instituições do Estado moderno (cf. Harvey, 2005: 96). Ao contrário, aquela contradição se referiria mais precisamente à impossibilidade da recriação duma "base familiar em uma nova terra"

[38] Nos termos de Hegel, a fundação de colônias pela sociedade civil em crise deveria possibilitar que uma parcela da sua população "retorne a uma vida sobre uma base familiar em uma nova terra" enquanto também "oferte a si mesma com uma nova demanda e um novo campo para sua indústria" (Hegel, 1967: 150-152 *apud* Harvey, 2005: 98).

[39] Ou, nas palavras de Hegel, "consumidores, que também são produtores" (Hegel, 1967: 150-152 *apud* Harvey, 2005: 98).

mediante a necessidade de imposição, também na colônia, do caráter *reificado* da *interdependência*, ocultado quando da sua apresentação segundo a perspectiva liberal, incorporada por Hegel (cf. Harvey, 2005: 96). A perspectiva de sujeição ao trabalho, estabelecida na fronteira como condição para a colonização parecia guardar como seu momento necessário uma forma de sujeição que apenas seria evidenciada se criticada enquanto *fetichismo da mercadoria*.

Para Harvey, a discussão sobre o processo colonial, mobilizada por Marx como fechamento do primeiro volume de *O capital*, serviria sobretudo para evidenciar a "puerilidade" das concepções burguesas que afirmavam uma origem da acumulação fundamentada no próprio trabalho, assim como para mostrar que a perspectiva de transformação "externa" das contradições da "dialética interna" da sociedade civil não passaria de equívoco daqueles que pareciam não perceber que a colonização tinha necessariamente de "transplantar" consigo determinadas condições de produção metropolitanas. Como "ajuste espacial" não teria efetividade alguma, funcionando, no máximo, para revelar o sentido oculto daquelas mesmas condições em sua explicitação violenta, imperativa na fronteira, onde os recursos extraeconômicos se mostrariam imprescindíveis para o estabelecimento da acumulação capitalista[40].

Para os "dilemas sociais" impostos pelo capitalismo, a possibilidade de "ajuste espacial" numa "fronteira ideal", conjecturada por Von Thünen, seria rechaçada definitivamente por Marx como mera "puerilidade". Harvey assinalaria sobretudo esse aspecto da argumentação marxiana, afirmando que "o capítulo sobre a colonização talvez [fosse] suficiente para o primeiro volume de O capital, em que Marx se concentra exclusivamente nas questões de produção" (2005: 112). A constatação sobre a impossibilidade do ajuste espacial como solução para as contradições da mencionada "dialética interna" seria todavia um desfecho provisório no argumento de Harvey, que reconhecia a retomada do tema por Marx, maiormente nas discussões reservadas para o terceiro volume da obra[41]. A polarização indicada pelo autor nas passagens marxianas subsequentes parecia, contudo, assumir outra forma, diferente daquela anteriormente

[40] "O capitulo de Marx sobre a colonização parece indicar a impossibilidade concernente a qualquer ajuste espacial permanente. Pode ser considerado, então, como a inevitável coda em relação ao penúltimo capítulo, em que a expropriação dos expropriadores é incitada como única solução válida para os dilemas sociais impostos pelo capitalismo. Marx procura fechar com firmeza a porta que Hegel deixou parcialmente entreaberta" (Harvey, 2005: 111-112).

[41] "Mas e quanto ao terceiro volume, em que Marx mostra que as exigências da produção conflitam com as exigências da circulação produzindo crises de desequilíbrio na acumulação? A polarização então assume a forma de 'capital não empregado, em um polo, e população trabalhadora desempregada, no outro polo". Será que o estabelecimento de tais crises pode ser contido por meio da expansão geográfica?" (Harvey, 2005: 112).

apresentada em termos de "dilemas sociais". Enquanto *crise*, essa forma parecia estar sugerida na exposição de Hegel sobre a "dialética interna" da sociedade civil. Harvey, entretanto, ao discutir o capítulo sobre a colonização sistemática, parecia ter perdido o problema de vista, concentrando-se, como apontamos anteriormente, na questão do antagonismo entre as classes. O apontamento feito por Harvey sobre o modo como a possibilidade de ajuste espacial retorna na obra de Marx deve nos permitir desdobrar o problema colocado.

Considerando o tratamento de Marx sobre essas questões exasperadamente assistemático, Harvey propõe a definição de uma estrutura para sintetizar as diversas observações do autor sobre a potência do ajuste espacial. Centrando-se então no aspecto crítico da "dialética interna" do capitalismo (cf. Harvey, 2005: 122 e seguintes), ele apresentava uma "versão simplificada" daquele tópico sujeito a controvérsia: "Capitalistas distintos, presos à luta de classes e coagidos pela competição intracapitalista, são forçados a ajustes tecnológicos, que destroem a possibilidade relativa de uma acumulação equilibrada, e, desse modo, ameaçam a reprodução tanto da classe capitalista quanto da classe trabalhadora. O produto final de tal processo é uma condição de *superacumulação* de capital, definida como excesso de capital em relação às oportunidades de empregar esse capital rentavelmente. Esse excesso de capital pode existir como excedente de mercadorias, de moeda, de capacidade produtiva, e também leva a um excedente de força de trabalho (desemprego ou subemprego amplo)" (Harvey, 2005: 112-113).

Sem considerar o ajuste espacial, a única solução para aquela condição de superprodução que parecia caracterizar o sentido do desenvolvimento do capitalismo, consistiria em uma desvalorização do capital tanto na forma de moeda (inflação), de mercadorias (cujos preços diminuiriam mediante sua superabundância no mercado), de capacidade produtiva (com estagnação, subutilização e ociosidade produtiva presidindo falências), como na forma de capital variável (impondo o rebaixamento dos níveis de reprodução dos trabalhadores). Contudo, para Harvey, parecia haver em Marx uma possibilidade de resolução das contradições manifestas pela superacumulação perante expansão espacial do capital, ao menos temporária. O autor agrupou as observações marxianas em três tópicos vinculados com aquela expansão, os mercados externos, a exportação de capital e a expansão do proletariado por meio da acumulação primitiva,

analisando-os com respeito à "durabilidade" das possibilidades de solução e ao que representariam para a teoria de Marx e seu projeto revolucionário[42].

Com relação ao tópico dos mercados externos, Harvey apontava como caso o empréstimo de meio de pagamento superacumulado na Inglaterra para que a Argentina pudesse comprar seu excesso de mercadorias superproduzidas. No melhor dos casos, os efeitos daquele ajuste seriam muito efêmeros, pois os efeitos da superacumulação se espalhariam "sobre o espaço durante a fase de expansão alimentada pelo crédito" (Harvey, 2005: 113). O exemplo era trazido ao argumento para evidenciar a crítica de Marx à perspectiva de que as crises manifestas como falta de demanda efetiva pudessem ser atribuídas inteiramente ao "subconsumo". Outro caso seria o comércio com países identificados por Harvey como "formações sociais não-capitalistas", em cuja discussão mobilizava como exemplo o comércio entre Inglaterra e Índia. O nível de alívio proporcionado por ajustes desse tipo dependeria do grau de integração daquelas ditas formações ao sistema capitalista, mas seu resultado seria temporário em função da necessidade de criar novos recursos produtivos nos países que receberiam aqueles empréstimos de modo a viabilizar o pagamento do crédito contraído, sem o que se manifestaria novamente a crise.

A ampliação da capacidade produtiva nas formações não-capitalistas encetaria o conjunto de problemas relativo ao tópico da exportação de capitais para produção. O mecanismo encontrado por Harvey nos textos de Marx se assemelha com a forma de transferência bastante discutida por Neil Smith (1988): as mais altas taxas de lucro, prometidas naquelas formações, incentivariam a exportação de capital. Quando são efetivamente realizadas, aumentam, entretanto, a taxa geral do lucro no sistema como conjunto. Assim, essa solução também resultaria provisória: "Lucros maiores significam crescimento na massa de capital que busca aplicação rentável, e a tendência à superacumulação se exacerba numa escala geográfica expansível" (Harvey, 2005: 115). Harvey deduzia do mecanismo a tendência à formação do mercado mundial e da intensificação do volume de trocas, assinalando, todavia, igualmente, a existência de tendência contrária a emergir da concorrência entre os Estados nacionais no mercado

[42] "Marx não exclui a possibilidade de que o comércio exterior pode se contrapor à tendência da margem decrescente de lucro a curto prazo. No entanto, quão longo é o curto prazo? Se se prolonga por muitas gerações, então o que isso representa para a teoria de Marx e sua prática política associada de buscar transformações revolucionárias no núcleo da sociedade civil?" (Harvey, 2005: 112).

mundializado, forçando desvalorizações[43]. Respectivamente as mesmas tendências à igualização e à diferenciação, nos termos de Smith (1988), conforme discutimos anteriormente.

As crises dessa qualidade seriam momentaneamente localizadas, regional ou setorialmente. Uma transformação reiterada das forças produtivas permitiria superá-las, potenciando, contudo, a abrangência em que as mesmas ocorreriam. Para Harvey, o estabelecimento "de uma crise verdadeiramente global do capitalismo" (2005: 116) dependeria sobretudo do "esgotamento das possibilidades para novas transformações revolucionárias ao longo do curso do capitalismo" (2005: 116). O autor procurava problematizar, com essa afirmação, não a capacidade do capitalismo propagar, expansivamente, as forças produtivas desenvolvidas, mas, sim, a sua capacidade para comandar a oferta de novas forças de trabalho: retornava o problema da acumulação primitiva, anunciando a última possibilidade de ajuste espacial, mediante a expansão do proletariado.

Harvey retomava a argumentação de Marx, no capítulo sobre a lei geral da acumulação capitalista, alcançando como principal conclusão a reiterada recaptura da população na fronteira como força de trabalho assalariada, a mostrar que nenhum expansionismo mitigaria efeitos da crise num prazo mais largo. Um momento da sua argumentação deve ser retido, ainda assim, na medida em que permite precisar a caracterização do caráter crítico da "dialética interna" do capitalismo. Assumindo o crescimento populacional liberado do controle sobre os meios de produção como uma condição necessária para a acumulação se manter em processo contínuo, Marx passava a distinguir as formas de existência daquela que seria, como discutimos antes, uma superpopulação relativa às necessidades do capital. Seus elementos latentes seriam mobilizados apenas mediante processos de acumulação primitiva, enquanto que a oferta flutuante dependeria, ou da produção declinante de mercadorias, ou das inovações tecnológicas poupadoras de trabalho. Harvey identificaria no argumento maxiano uma tendência à absorção completa da superpopulação relativa latente, *numa* determinada sociedade civil, até que restasse unicamente sua forma flutuante.

Com isso, a sociedade escaparia dos transtornos da acumulação primitiva, passando a sofrer com desemprego tecnológico. A reprodução capitalista apoiada sobre seus próprios pés,

[43] "Provavelmente, a desvalorização apresenta-se de qualquer forma. O país iniciante entra num beco sem saída. Nas novas regiões, o desenvolvimento desimpedido do capitalismo, estimulado pela exportação de capital, provoca a desvalorização no país natal mediante a competição internacional, mas impede o dinamismo que cria oportunidades para a exportação rentável de capital" (Harvey, 2005: 116).

para tomarmos a metáfora de Marx, conduziria, sem embargo, sistematicamente, para crises de superacumulação, ou seja, desemprego de capital, num lado, e de trabalho, no outro. Assim, "embora os capitalistas talvez não estejam cônscios disso, há uma vantagem sistemática de explorar as reservas latentes de mão de obra em vez das flutuantes. Quanto mais os capitalistas dependerem das reservas flutuantes, provavelmente mais graves serão as crises de desvalorização" (Harvey, 2005: 118). A limitação da reprodução ampliada à superpopulação relativa flutuante indicaria precisamente o caráter da crise como exponencialmente crescente (em uma "espiral", para retomarmos outra das metáforas marxianas).

A dinâmica dupla de atração de capitais e trabalho para a fronteira aberta[44] estabeleceria, como um dos seus resultados, a generalização da luta de classes a se desdobrar dos ajustes espaciais. Essa não seria, sem embargo, sua única, nem talvez a principal, consequência. Lênin, que viria a encontrar a obra de Marx numa moldura fundamentalmente não espacial, considerada a supressão das análises acerca do ajuste espacial como momento do desmantelamento da economia política tradicional e sua autonomização como reserva exclusiva da teoria política[45], apontaria a outra, em circunstâncias que obrigaram os marxistas a retomar mais diretamente o debate sobre a relação dinâmica entre transformação interna e externa do capitalismo: as rivalidades interimperialistas, o embate entre os Estados nacionais na guerra destrutiva de capital derivada da concorrência e das contradições daquela "dialética interna" da reprodução capitalista[46].

Ao formular o problema nesses termos, não apenas Lênin, como também Rosa Luxemburgo e Bukharin, teriam, para Harvey, extraído um importante *insight* da teoria marxiana de maneira a "preservar a análise econômico-política pertinente ao seu tempo" (2005: 121). Contudo, acabaram por construir "uma nova imagem retórica na tradição marxista" (Harvey, 2005: 121), em que a luta de classes seria transposta, de maneira

[44] "Na terra natal, a absorção de reservas latentes conduz à criação de reservas flutuantes por meio da mudança tecnológica. Tais reservas flutuantes são atraídas para alguma fronteira aberta. Além disso, no país natal, a dependência de reservas flutuantes exacerba os problemas de superacumulação e desvalorização. Desse modo, o capital também é atraído para alguma fronteira aberta. O capital e a força de trabalho desempregados – a marca da concepção de Marx sobre a crise – são ambos atraídos pela fronteira. No entanto, se a acumulação deve ser satisfeita, a mão de obra que se deslocou para a fronteira em busca de uma existência não alienada deve ser recapturada como mão de obra assalariada" (Harvey, 2005: 119).

[45] "Cortando toda conexão direta com a realidade cotidiana da circulação do capital e das suas contradições, e [substituindo-as por] uma teoria organicista do Estado (enredada na luta pela sobrevivência, no *lebensraum* [espaço vital] necessário), associando doutrinas de destino manifesto, responsabilidade do homem branco, superioridade racista" (Harvey, 2005: 120).

[46] "Nas profundezas das crises, os capitalistas desencadeiam a violência da acumulação primitiva uns sobre os outros, destroem grande quantidade de capital, canibalizam-se e liquidam-se na 'guerra de todos contra todos'. [...] O que Marx não prevê em parte alguma, mas Lênin enfatiza, é a conversão desse processo em lutas econômicas, políticas e militares entre Estados-Nações" (Harvey, 2005: 123).

frequentemente vulgar, para a escala da relação entre os países, aparecendo o "centro" explorando as "periferias", enquanto a interpretação daquela "dialética interna" do capitalismo seria ocultada ou mesmo substituída. Com relação a esse aspecto, Harvey construiria uma crítica excepcional dos desdobramentos nacionalistas da teoria social, solapando até "qualquer explicação simples relativa às expectativas de Marx por um internacionalismo proletário, com base na consciência universalista nascida da universalidade do sofrimento da classe trabalhadora" (Harvey, 2005: 122).

Sem embargo, o autor sugeria ainda que passar através daquela porta, aberta primeiramente por Hegel, implicaria "aceitar a tensão entre a transformação interna e externa como foco de interesse teórico" (2005: 122). Ante a sua proposição, compete questionar, não obstante, se aceitá-la, ou, mais precisamente, se aceitarmos a separação proposta entre *interno* e *externo* não implicaria na recuperação de certos aspectos da perspectiva nacionalista que, assim como Harvey, procuramos criticar. Como vimos anteriormente, a crítica nacionalista centrada na concepção de que "centros exploram periferias, a metrópole explora sua hinterlândia, o Primeiro Mundo domina e explora impiedosamente o Terceiro Mundo etc." (Harvey, 2005: 122) tem bases profundamente dualistas. De modo geral, o objeto da acusação é a espoliação reposta à periferia, que impediria o seu livre desenvolvimento. A miséria que permitiria caracterizar de maneira particularizada essas zonas, ou, porque não dizer, regiões, aparecia imposta como um resultado do processo de expropriação, sendo atribuída, portanto, à descapitalização das mesmas em benefício do "centro". O problema das colônias, periferias e do chamado terceiro mundo seria, assim, sobretudo explicado por certa falta de desenvolvimento capitalista "interno".

A abordagem proposta por Harvey, ao partir da existência ou da conformação contraditória de certo âmbito considerado "externo" à mencionada "dialética interna", enquanto *lócus* para o possível desdobramento de um ajuste espacial, parecia assumir tacitamente, como o seu pressuposto, a perspectiva de que haveria, a configurar aquele âmbito, enquanto tal, a referida falta de desenvolvimento capitalista, internamente ao mesmo. O que justificaria a "externalidade" da periferia com relação àquela "dialética interna" seria, portanto, a espoliação descapitalizadora promovida pelo "centro". O argumento, implícito, aparecia manifesto especialmente na caracterização, sugerida por Harvey, das relações que teriam emergido da imposição da acumulação primitiva no mencionado âmbito "exterior": "A forma exata alcançada do processo laboral e das relações sociais pode variar muito, de acordo com as condições iniciais e os tipos de lutas de classe postos em movimento. Marx identificou algumas das variações. As colônias associadas a monoculturas, dirigidas por capitalistas com

base na mão de obra escrava ou de imigrantes, podem ser formalmente integradas ao capitalismo sem se fundarem na mão de obra assalariada livre. Os modos de exploração em sociedades baseadas no trabalhador rural tradicional também podem ser convertidos em subordinação formal e não real do trabalho sob o capital" (Harvey, 2005: 118).

Ocupado com as formas assumidas pela luta de classes naqueles contextos de acumulação primitiva, o autor encarava o trabalho como uma relação naturalizada, preocupando-se sobretudo com o modo como era "dominado" pelo capital, nos casos discutidos, subsumido de uma maneira meramente formal. O "processo laboral", o "trabalhador rural tradicional", a "mão de obra escrava ou de imigrantes", ou seja, o "trabalho" ou os "trabalhadores", entendidos de modo indeterminado, deixavam de ser pensados no processo histórico da sua formação contraditória para serem entendidos ossificadamente como o "outro" do capital, só que dominado de maneira formal em decorrência da falta de desenvolvimento "interno" do capitalismo, que impediria a constituição das chamadas relações sociais propriamente capitalistas, no caso, o assalariamento.

Na medida em que também retirava a periferia do âmbito das contradições especificamente capitalistas, apresentadas enquanto uma "dialética interna" restrita aparentemente ao "centro", Harvey acabava afirmando certo fundamento dualista do nacionalismo que buscava criticar. Não percebia que o polo oposto de uma discussão circunscrita a enfrentar o problema da luta de classes no "centro" seria, quase que necessariamente, o reconhecimento da sua ausência, ao menos em termos propriamente capitalistas, na periferia, sobre o qual se assentava a perspectiva nacionalista que caracterizava essa última por falta de desenvolvimento capitalista, reivindicando, mesmo implicitamente, mais modernização como possibilidade de superação da dominação imperialista a produzir uma subsunção formal.

Sugerimos, ao contrário, que a totalidade social progressivamente imposta pelo mercado mundial ultrapassaria aquela perspectiva de "dentro" e "fora", sobretudo se fundamentada em qualquer perspectiva de "falta" de capitalismo no chamado âmbito "externo". As contradições da "dialética interna" mencionada não se circunscrevem a nenhuma "sociedade civil", enquanto totalidade apartada, se referindo antes ao mercado mundial, embora tenhamos certamente que considerar, do ponto de vista da concorrência internacional, as diferentes posições assumidas por cada um dos Estados nacionais: seus "níveis de desenvolvimento", contudo, mesmo quando nos referimos de maneira pretensamente crítica aos níveis de desenvolvimento das forças produtivas, em relação

contraditória com as relações sociais de produção, não passam de uma espécie de "escalonamento" mundial, estabelecido de maneira fantasmagoricamente objetiva pela concorrência. As discrepâncias resultantes desse processo não implicam efetivamente na ausência de capitalismo nas periferias menos desenvolvidas, especialmente porque consideramos a mercadoria como forma de mediação social em processo a totalizar fetichistamente sua reprodução social enquanto "alvo" da nossa perspectiva crítica ao capitalismo.

Por isso sugerimos anteriormente que Harvey, restringindo-se a criticar certo idealismo de Von Thünen e de Hegel, uma vez que as proposições dos mesmos não guardavam nenhuma possibilidade de "ajuste espacial" para os "dilemas sociais" que emergiam da "dialética interna" da sociedade civil, ocupado, portanto, sobretudo em desenvolver uma crítica às soluções idealistas para as lutas de classes, não teria ficado suficientemente atento à vinculação que poderia ser estabelecida, mesmo a partir da argumentação de Hegel, entre a subsunção do trabalho e a instauração de uma interdependência universal reificada numa escala mundial. Sendo o "alvo" da sua problemática a reiteração da luta de classes na periferia, imposta, em decorrência dos bloqueios à mobilização fronteiriça do trabalho, apenas à custa de muita violência, a constituição da *dependência reificada* como forma de coação muda no processo de mobilização dos trabalhadores acabava sendo colocada em segundo plano na crítica desenvolvida, embora Marx não tivesse descuidado do problema em seu debate sobre acumulação primitiva[47].

Com nossa reivindicação duma abordagem que tome em conta o processo de instauração das diferenças entre a reprodução capitalista "central" e "periférica" como momentos da generalização mundial da mediação social abstrata e tautológica da forma-mercadoria buscamos não apenas confrontar aquela perspectiva de uma separação entre *interno* e *externo*, a pressupor certa ausência de capitalismo num polo que faltaria ser desenvolvido; mas também sugerir que não seriam simplesmente "os capitalistas" responsáveis pela imposição do processo de dominação ou exploração de formas de reprodução social aparentemente autônomas com relação ao capitalismo, porque não assalariadas. Como essas formas, também "os capitalistas" emergiam no bojo da generalização de uma socialização fetichista, *personificando*, apenas, um processo de

[47] "Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro polo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também que forcem-nas a se vender voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes" (Marx, 1984: 277).

imposição que se desdobrava tautologicamente das exigências fantasmagóricas da concorrência. As "materialidades mundanas do mercado mundial", em que Marx teria transformado, de acordo com Harvey, "as qualidades ocultas e misteriosas do 'espírito universal'", pareciam guardar, assim, algo da opacidade reivindicada por Hegel para caracterizar as relações que se desdobravam na "sociedade civil", embora, em uma perspectiva crítica do fetichismo, a referida opacidade não faça referência a nenhuma qualidade misteriosa do "espírito", mas, ao contrário, à própria reprodução social fundamentada em uma forma de mediação abstrata que "reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas" (Marx, 1983: 71). Momento inequivocamente premente numa forma de reprodução social assentada na reiteração ampliada da produção de mercadorias, a partir da qual se desenvolvera a emergência das necessidades sociais, e não o contrário, as aludidas "materialidades mundanas" ocultariam, todavia, "a relação social dos produtores com o trabalho total" fazendo-a aparecer como "uma relação social existente fora deles, entre objetos" (Marx, 1983: 71). Em razão desse *quiproquó* reivindicamos uma necessária crítica ao caráter metafísico físico ou social assumido pelas materialidades mundanas tão logo sejam produzidas como mercadorias; assim como uma problematização do trabalho não simplesmente como produtor de materialidades *distribuídas* de modo capitalista, mas, sobretudo enquanto uma forma de satisfação social cujas necessidades não estariam pressupostas, mas seriam abstratamente produzidas, como momento daquela reprodução tautológica.

Assumindo, portanto, a perspectiva de que o trabalho enquanto produtor de materialidades reproduz simultaneamente uma relação fetichista em que seus produtos autonomizam-se em uma relação aparentemente estabelecida entre coisas, além da perspectiva de que não é a simples apropriação do trabalho alheio em razão do estabelecimento do monopólio da classe capitalista sobre os meios de produção a "responsável" por uma forma de dominação *impessoal* em que os "guardiões" das mercadorias "se relacionam entre si como pessoas", mas "cuja vontade reside nessas coisas" (Marx, 1983: 79), podemos voltar para a maneira como Harvey criticava o relaxamento do grilhão dourado entre trabalho e capital proposto por Von Thünen, identificando em seu argumento sobretudo uma crítica da forma de distribuição das materialidades.

Harvey criticava Von Thünen por pretender reestabelecer na fronteira a harmonia social esfacelada internamente à sociedade civil, assinalando nomeadamente que o mencionado recurso seria sempre "ocasional", além de ficar restrito a certo "grupo

privilegiado de trabalhadores" (cf. Harvey, 2005: 111), ou seja, que o mesmo não "solucionaria" o antagonismo de classe, enquanto o fundamento das contradições da sociedade civil. Parecia pressupor, assim, que o "grilhão dourado" seria efetivamente "relaxado" na fronteira, criticando apenas a ocasionalidade e a circunscrição daquele relaxamento, sem problematizá-lo inserido numa forma de reprodução social cujas determinações não estariam restritas às decorrências do monopólio de classe sobre a propriedade privada dos meios de produção, supostamente inexistente naquele âmbito considerado "externo", mas se estabeleceriam por meio de uma relação em que pessoas existem exclusivamente como representantes de mercadorias, não sendo mais que personificações de uma relação entre coisas, refletida como relação de vontade[48]. Condescendendo com a concepção de um relaxamento do grilhão na fronteira, Harvey acabava reiterando, ainda, a perspectiva de que a fronteira podia ser caracterizada como âmbito "externo" por lhe faltar desenvolvimento capitalista, circunstância sobre a qual estariam assentadas as hipotéticas melhores condições daqueles produtores, em tese, "diretos", uma vez que o autor criticava especialmente a incorporação ou a subsunção "externa" dos mesmos, mas não sua forma de mediação como momento da dominação impessoal comandada pela produção tautológica generalizada das "coisas" que "protagonizam" fetichistamente a relação entre as pessoas.

Isso para não desdobrarmos novamente a problematização que realizamos anteriormente da abordagem adotada por Neil Smith (1988) que poderia ser remetida igualmente para a interpretação de Harvey: a perspectiva de que na fronteira há um relaxamento ocasional do grilhão porque os produtores diretos não estão dominados completamente pelo capital, não tendo sido expropriados de todas suas condições de reprodução, pode ocultar a violência necessariamente portada pelo capital na fronteira enquanto o fundamento da mobilização do trabalho, que nem mesmo chegava a ser mencionada naquelas interpretações, por circunscreverem a exploração capitalista ao monopólio privado, exclusivo de uma classe sobre os meios de produção.

[48] "O misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação existente fora deles, entre objetos" (Marx, 1983: 71). Contudo, "para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. [...] As pessoas aqui só existem, reciprocamente, como representantes de mercadorias e, por isso, como possuidores de mercadorias. [...] Os personagens econômicos encarnados pelas pessoas nada mais são que as personificações das relações econômicas, como portadores das quais elas se defrontam" (Marx, 1983: 79-80).

A relação algo "externa" que Harvey apontava para articular colônias às suas metrópoles ou a "periferia", desdobrada do processo de colonização, ao "centro" desconsideraria, assim, certa continuidade entre âmbitos diferenciados como *interno* e *externo*. Acabava por aparecer como condição para a realização do ajuste espacial que existissem âmbitos não "internos" a serem incorporados à dinâmica capitalista. Um pressuposto como esse exigiria não tomar em conta que os vínculos desdobrados na colonização, condição da incorporação daquelas monoculturas dirigidas por capitalistas, fundavam-se justamente na forma-mercadoria a se generalizar naquele processo. A indisfarçável violência portada pelo capital na fronteira permitia revelar o "segredo" da acumulação capitalista no "centro", apenas na medida em que o sentido de ambos os processos coincidia, embora com formas de manifestação radicalmente diferenciadas, exigidas, como vimos anteriormente, pelas próprias condições em que se realizava a acumulação. Consequentemente, parece haver um problema na perspectiva de que a acumulação primitiva tem que ser realizada por cada sociedade civil: como supor a necessidade de inauguração "interna" dum processo cujo sentido foi a simultânea mundialização de uma forma abstrata de mediação social?

No trabalho que controvertemos, sobre *O ajuste espacial*, esse problema aparecia circunscrito ao processo de incorporação formal de certos âmbitos temporariamente "externos", parecendo em seguida se resolver com a efetiva incorporação dos mesmos, atribuída por Harvey sobretudo à superação de outras possibilidades de "ajuste", no processo de exportação de capitais a presidir a instauração em tese definitiva do assalariamento. O aludido processo, por sua vez, conduziria ao aprofundamento da crise inerente à "dialética interna" da sociedade civil, ao que parecia, de acordo com a argumentação do autor, assim ampliada para a escala mundial, com o progressivo esgotamento das reservas de superpopulação relativa latentes, substituídas de maneira generalizada pelas flutuantes, como a problemática do desemprego tecnologicamente induzido, associada àquela substituição: "A circunstância geral permanece. Embora a expansão acelerada da força de trabalho assalariada [...] possa mitigar as tendências para a produção de crise a curto prazo, as relações sociais que impulsionam a dialética interna do capitalismo são meramente recriadas numa escala geográfica mais ampla. Sob tais circunstâncias, não há ajuste espacial a longo prazo para as contradições internas do capitalismo" (Harvey, 2005: 120).

Num trabalho publicado mais de vinte anos depois de *O ajuste espacial*, Harvey parecia rever, todavia, o problema dos limites para a transformação "externa" das contradições "internas" do desenvolvimento capitalista. Sugeria, no livro *O novo*

*imperialismo*, "uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação 'primitiva' ou 'original' no âmbito da longa geografia histórica da acumulação" (2004: 120), propondo inclusive uma adaptação daqueles termos pelo conceito "acumulação por espoliação", em razão de parecer "estranho qualificar de 'primitivo' ou 'original' um processo em andamento" (Harvey, 2004: 121). O autor recolocava o problema formulado por Luxemburgo, ao qual já havia feito referência no trabalho que viemos comentando, e do mesmo partia, aproveitando principalmente sua perspectiva de que o desenvolvimento capitalista requer sempre algo fora de si mesmo (Harvey, 2004: 118), em detrimento da concepção sugerida pela autora do subconsumo enquanto fundamento da crise, abordagem que Harvey buscava criticar[49].

Para o autor, mereceria exame, particularmente por fazer eco ao problema antes apresentado por Hegel, a concepção de que, para se estabilizar, o capitalismo buscaria "soluções externas a si" (2004: 118). Harvey destacaria novamente a importância das "reservas latentes" mobilizadas entre o campesinato nacional, a "mão de obra barata de colônias e outros ambientes externos" (2004: 118). Além delas, apresentaria, com sutil inversão de perspectiva com relação ao trabalho anteriormente comentado, o exército de reserva dos trabalhadores desempregados pelas transformações tecnológicas como componentes desse âmbito algo externo[50]. Numa síntese, afirmaria a ideia de que o capitalismo cria, necessariamente e sempre, seu próprio "outro": "O capitalismo pode tanto usar algum exterior preexistente (formações sociais não-capitalistas ou algum setor do capitalismo que ainda não tenha sido proletarizado) como produzi-lo ativamente. [...] Vou examinar de que maneira a 'relação orgânica' entre reprodução expandida, de um lado, e os

[49] "Rosa Luxemburgo sustenta sua análise numa compreensão particular das tendências de crise do capitalismo. O problema, alega ela, é o subconsumo, uma falta geral de suficiente demanda efetiva para absorver o crescimento da produção [...] dificuldade [que] advém da exploração dos trabalhadores, que, por definição, recebem bem menos valor para gastar do que aquilo que produzem, e os capitalistas são obrigados ao menos em parte a reinvestir em vez de consumir. [...] Poucos aceitariam hoje a teoria do subconsumo de Luxemburgo como explicação das crises. Em contrapartida, a teoria da sobreacumulação identifica a falta de oportunidade de investimento lucrativo como o problema fundamental. De vez em quando, a falta de suficiente demanda efetiva da parte do consumidor pode ser parte do problema [...]. O hiato que Luxemburgo julgava ver pode ser facilmente transposto pelo reinvestimento, que gera sua própria demanda de bens de capital e outros insumos. E, como vimos, no caso das ordenações espaço-temporais, a expansão geográfica do capitalismo que está na base de boa parte da atividade imperialista é bastante útil para a estabilização do sistema precisamente por criar demanda tanto de bens de investimento como de consumo alhures. [...] Mas também é possível acumular diante de uma demanda efetiva em estagnação se os custos dos insumos (terra, matérias-primas, insumos intermediários, força de trabalho) sofrerem um declínio acentuado. Logo, o acesso a insumos mais baratos é tão importante quanto o acesso a mercados em ampliação na manutenção de oportunidades lucrativas" (Harvey, 2004: 116-117).

[50] "Se isso não der certo, o capitalismo pode usar seus poderes de mudança tecnológica e investimento para induzir ao desemprego (dispensas), criando assim, diretamente, um exército industrial de reserva de trabalhadores desempregados. [...] Ora, em todos esses casos, o capitalismo requer efetivamente algo 'fora de si mesmo'" (Harvey, 2004: 118).

processos muitas vezes violentos de espoliação, do outro, tem moldado a geografia histórica do capitalismo" (Harvey, 2004: 118).

Começando a identificar a ampla gama de processos que poderiam ser interpretados sob o conceito de *acumulação por espoliação*, Harvey partiu da descrição marxiana da acumulação primitiva[51], tomando da mesma as ideias de mercadificação, privatização e apropriação da terra e dos recursos naturais a aniquilarem outros diversos direitos de propriedade, suprimindo formas alternativas ou autóctones de produção e consumo. O autor retomava, além disso, mais ou menos de passagem, a importância da dívida nacional e do sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva, sobretudo para destacar a proeminência do Estado naquele processo: "A transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado. O papel desenvolvimentista do Estado começou há muito tempo" (Harvey, 2004: 121). Para Harvey, todas as dimensões citadas da acumulação primitiva continuariam fortemente presentes na atual geografia histórica do capitalismo[52].

Alguns mecanismos teriam mesmo sido aprimorados para desempenhar um papel bastante mais forte que no passado, sobretudo o sistema de crédito e o capital financeiro, segundo Harvey, voltados a servirem definitivamente de trampolins para o roubo e a predação, sobretudo em função do seu caráter especulativo[53]. Além desses, teriam sido forjados, ainda, mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação, como a propriedade intelectual, o patenteamento e o licenciamento de material genético e a biopirataria, todos resultando numa escalada tanto da destruição global dos recursos ambientais como da transformação da produção agrícola e de um conjunto de formas

[51] Antes disso, Harvey faz referência ao fato de Marx não considerar, em *O capital*, a possibilidade de uma recriação da acumulação primitiva, "exceto no caso da criação de um exército industrial de reserva mediante o desemprego induzido pela tecnologia" (2004: 119), sobretudo por estar preocupado em mostrar, com a interpretação desenvolvida naquela obra, como o projeto liberal dos economistas políticos clássicos não produz uma situação harmoniosa, mas, ao invés disso, níveis mais acirrados de desigualdade.

[52] "A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual)" (Harvey, 2004: 121).

[53] "Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívidas que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos [...] decorrentes de manipulações do crédito e das ações – tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo. [...] Mas temos de examinar sobretudo os ataques especulativos feitos por fundos derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro como a vanguarda da acumulação por espoliação em épocas recentes" (Harvey, 2004: 123).

culturais, históricas e da criatividade intelectual, respectivamente, em formas capital-intensivas e em mercadorias (cf. Harvey, 2004: 123). Aos mesmos se somaria, ainda, a ampla desregulamentação de direitos conquistados pelos trabalhadores e daquilo que o autor identificou como direitos comuns de propriedade, como aposentadorias remuneradas pelo Estado e sistemas nacionais de serviços médicos, por exemplo.

Para Harvey, apesar do emaranhado de violência política e luta pelo poder, seria possível discernir, sem embargo, leis férreas do processo econômico a organizarem determinado *modus operandi* que caracterizaria a acumulação por espoliação: "O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero)" (Harvey, 2004: 124), permitindo que o capital sobreacumulado, ou seja, o excedente de capital ocioso que não têm em vista escoadouros lucrativos, se apodere dos mesmos, para empregar-lhes com uso lucrativo (cf. Harvey, 2004: 124). Os amiudados processos contemporâneos de "liberação de ativos" seriam, segundo o autor, determinantes para contornar a dificuldade crônica de superacumulação que o capitalismo mundial viria enfrentando pelo menos desde 1973.

Assim, todo o chamado "projeto neoliberal de privatização" faria sentido como tentativa para resolver o problema[54]. Mas não seria a única possibilidade para o prolongamento das condições de acumulação. Harvey, assim como Smith (1988) destacaria também a desvalorização dos ativos de capital e da força de trabalho existentes que poderiam ser reciclados com lucro no circuito do capital sobreacumulado, sobretudo depois de crises, inclusive "orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema" (Harvey, 2004: 125). O caminho argumentativo se parecia muito com aquele formulado em *Desenvolvimento Desigual*: "O resultado é a criação periódica de um estoque de ativos desvalorizados, e em muitos casos subvalorizados, em alguma parte do mundo, estoque que pode receber um uso lucrativo da parte de excedentes de capital a que faltam oportunidades em outros lugares. [...] Surgem crises regionais e desvalorizações baseadas no lugar como recurso primário de criação perpétua pelo capitalismo de seu próprio 'outro' a partir do qual se alimentar" (Harvey, 2004: 125).

A acumulação por espoliação sairia de uma "condição clandestina" para se tornar forma dominante de acumulação frente à reprodução ampliada (cf. Harvey, 2004: 127), segundo o autor, principalmente em razão da instauração de crises naquela mesma

[54] "A privatização (da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água etc. na Inglaterra, por exemplo) tem aberto em anos recentes amplos campos a ser apropriados pelo capital sobreacumulado. O colapso da União Soviética e depois a abertura da China envolveram uma imensa liberação de ativos até então não disponíveis na corrente principal da acumulação do capital" (Harvey, 2004: 124).

reprodução. Mais e mais acentuada desde 1973, se estabelecia como uma espécie de "compensação" para aqueles "problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida" (Harvey, 2004: 129), tendo como um dos seus mais importantes veículos a orquestração de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear, sempre que necessário, processos de desvalorização em setores e territórios inteiros. Embora identificável, sobretudo por seus métodos, com a assim chamada acumulação primitiva, a acumulação por espoliação se diferenciaria da primeira com referência às expectativas de integração provocadas e sua capacidade de cumpri-las. Para Harvey, "embora seja óbvio que [...] a verdadeira tragédia se traduz em atrair com grande rapidez (por vezes à força) populações para o proletariado e logo depois descartá-las como mão de obra redundante, julgo igualmente plausível que o segundo movimento prejudicou bem mais as esperanças, aspirações e possibilidades de longo prazo das massas empobrecidas do que o primeiro. A implicação disso é que a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação que faz ruir tudo e destrói um caminho já aberto" (2004: 135).

Retomando um problema colocado em *O ajuste espacial*, o autor trataria de diferenciar a acumulação por espoliação daquela acumulação "originária", ainda, identificando-a nomeadamente com o imperialismo. Como decorrência de certa "recusa política de tentar uma solução" para os problemas crônicos de sobreacumulação na reprodução expandida "por meio da reforma interna", teria emergido o processo de "acumulação por espoliação como resposta a isso, simbolizado pela ascensão de uma política internacionalista de neoliberalismo e privatização, [...] [e] vinculado com a visitação de surtos periódicos de desvalorização predatória de ativos numa ou noutra parte do mundo" (Harvey, 2004: 148). Harvey afirmaria, portanto, que, embora "comandada" por determinadas leis férreas do processo econômico, a "conversão a uma forma liberal de imperialismo [...] não resultou de imperativos econômicos absolutos, mas da resistência política da burguesia à renúncia de quaisquer de seus privilégios e, por conseguinte, da recusa a absorver a sobreacumulação internamente por meio de reformas sociais domésticas" (2004: 107). O problema assumia, também nesse aspecto, características semelhantes àquelas descritas por Smith (1988): como uma resposta ao caráter crítico intrínseco à acumulação do capital, certa lógica territorial imperialista emergiria como maneira de empurrar para "fora" de uma "sociedade civil" em crise o processo de desvalorização de ativos, estabelecendo "uma base para desenvolvimentos geográficos desiguais" (Harvey, 2004: 149).

Assim, a acumulação por espoliação aparecia como uma espécie contemporânea de ajuste espacial, num contexto internacional em que os Estados Unidos teria ganhado decisivamente proeminência tanto por concentrar o efeito de sobreacumulação das contradições daquela "dialética interna" da acumulação como por portar os principais mecanismos para a sua "externalização", sobretudo por meio de seu aparato militar e financeiro, de modo a viabilizar constantes transferências dos custos do processo de desvalorização de ativos para as periferias ou países recém-ingressantes na corrida internacional, como os antigos países socialistas. Isso não significa que o autor, embora concentrasse esforços para desenhar certa orquestração geopolítica internacional desencadeada por disputas em torno do petróleo (Harvey, 2004: cap. 1 e 2), não tivesse distinguido também uma dinâmica em vaivém do desenvolvimento desigual, além de processos internos ao próprio "centro" do capitalismo mundial de desvalorização e revalorização espoliadora de ativos, sobretudo por meio de privatizações, cortes nos benefícios sociais e direitos adquiridos e processos de gentrificação (Harvey, 2004: 130-133).

Ampliando o âmbito externo passível de sofrer ajuste espacial para além das possibilidades limitadas de incorporação extensiva de um "outro" preexistente, Harvey passaria a ocupar-se do processo reiterado de produção do "outro", por meio da "internalização" na reprodução capitalista, como ativos liberados a custos sempre muito baixos, de tudo aquilo cuja produção não se encontrava submetida às formas capital-intensivas ou mantinha-se ainda protegido pelo Estado. Sem dúvida nenhuma, essa formulação impõe problemas semelhantes àqueles que enfrentamos discutindo *O ajuste espacial*. Assim como contestamos certa restrição da reprodução capitalista às relações assalariadas, reivindicando uma crítica da simultaneidade da generalização da forma-mercadoria a mediar inclusive a produção da não-simultaneidade como momento da contradição entre a constituição de um mercado mundial e a inserção dos Estados nacionais na competição internacional, caberia então discutir, partindo da maneira como Harvey caracterizava o "outro", quais as condições apontadas para que o mesmo, "internalizado" ou "reciclado" após ter sido desvalorizado, possibilitasse à acumulação enfrentar seus próprios limites internos.

Argumentando ainda aquém de uma proposição acerca da existência ou não de "limites" para o ajuste espacial, problemática para desdobrarmos adiante, interessa distinguirmos a maneira como Harvey se insere no quadro que desenhamos para as interpretações de Oliveira (1987) e de Smith (1988). Num primeiro plano analítico, considerando seus dois trabalhos trazidos para o debate, o autor parecia pressupor um

processo de generalização do assalariamento. Uma dinâmica inicialmente expansiva do capitalismo "abocanharia", na fronteira, relações não-capitalistas que passariam, sem embargo, a se desenvolver como relações capitalistas em decorrência dos impactos modernizadores desencadeados pelo próprio ajuste espacial. Qualquer "solução" dessa natureza tornar-se-ia, assim, necessariamente provisória. O recurso reiterado do desenvolvimento capitalista em crise à "internalização" do "outro" não necessariamente preexistente, mas também criado pelo próprio capitalismo teria obrigado Harvey, não obstante, a rever os termos da igualização ou "dominação universal" implicitamente pressupostas.

O processo de diferenciação em curso, caracterizado pelo autor, não parecia, entretanto, ficar restrito aos diferenciais nos "níveis de renda da força de trabalho" e à maneira como o rebaixamento dos mesmos oferecia possibilidades de elevação da taxa de lucro, desencadeando novos ciclos lucrativos para a acumulação em crise. Embora considerasse, assim como Smith (1988) a importância do processo de desvalorização de ativos, que poderiam ser reciclados em novos ciclos de acumulação, Harvey não circunscreveu as possibilidades de acumulação por espoliação a esse mecanismo, em "vaivém", a produzir como sua face o desenvolvimento desigual e a resolução sempre provisória das crises, que por isso mesmo, tornam a se recolocar ciclicamente.

Ao movimento, que aparecia claramente apresentado com relação ao papel determinante da desvalorização tanto do capital fixo como da força de trabalho, se associariam, ainda, outras dinâmicas de incorporação em que os fatores de produção não simplesmente eram desvalorizados, mas, ao serem extraídos de outras condições não-capitalistas de produção, ingressariam naquele ciclo muitas vezes com custo zero ou aproximado de zero. Destaques possíveis com referência a esse ponto seriam o processo contínuo de incorporação de trabalhadores, terras, recursos naturais e bens de produção intermediários. Embora não fique suficientemente esclarecido ao longo da sua exposição, Harvey nos permite deduzir que, apesar do ímpeto "expansivo" do desenvolvimento capitalista, algumas reservas dessas relações teriam restado para "fora" de uma forma capitalista de reprodução. Nesses casos, vale o apontamento já feito, que localiza as preocupações do autor especialmente com a "entrada" desses fatores de produção em processos produtivos capital-intensivos, *lócus* privilegiado da exploração da mais-valia relativa, desconsiderando sistematicamente outras formas de produção ou apropriação do valor, assim como uma crítica às mediações pressupostas na reprodução dessas mesmas formas e no processo de mobilização do trabalho decorrente das mesmas. Entre as

mencionadas reservas, destacaríamos ainda as diversas qualidades de ativos recém-mobilizadas com a queda do socialismo em diversos países que vem se reintegrando à economia nacional, aspecto que Harvey trata com bastante ênfase.

Se não teriam restado para "fora" como relações reproduzidas em condições diferenciadas, não ficava muito claro como o capitalismo reproduzia novas condições de acesso à terra em fronteiras sempre recriadas, ainda que o argumento sobre a criação do "outro" fosse bastante desdobrado no caso do processo de privatização espacialmente tematizado por Harvey. Nesses casos, seria o próprio desenvolvimento capitalista, nomeadamente respondendo às contínuas pressões estabelecidas pela luta de classes, a constituir instituições de regulação social "fora" do seu âmbito mais imediato para a acumulação, que posteriormente seriam "internalizadas" naquela forma de reprodução ampliada, sobretudo com a redução de diversas dimensões da sociabilidade referidas ao campo dos direitos ou da atenção social mobilizada pelo Estado, progressivamente convertidos em empresas lucrativas.

Harvey sistematizava, assim, sob o espectro do conceito de acumulação por espoliação, reservas de fatores de produção que ainda não haviam sido capitalistamente mobilizados; reservas de um sem número de ativos nacionais, públicos ou de propriedade coletiva, produzidos "fora" do ciclo capitalista de acumulação, sobretudo no âmbito do Estado, mas passíveis de serem submetidos a uma reprodução empresarial de objetivo lucrativo; além das reservas criadas num processo "interno" a forma especificamente capitalista de acumulação, sobretudo ligadas ao rebaixamento do preço de determinados ativos como resultado de sua desvalorização, mas também aos mais estruturalmente desvalorizados, como o exército industrial de reserva, considerado, pelo menos imediatamente, "fora" daquela reprodução. O autor não teria dado nenhuma atenção ao problema da extração da renda capitalizada de um "campesinato", assim reproduzido, enquanto tal, discutindo sobretudo sua incorporação, levada a cabo por processos de expropriação ainda frequentes, como força de trabalho de baixíssimo custo. Assim, se concentrou na conjugação entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa como *modus operandi* da acumulação capitalista, possibilitado pela disponibilidade sempre recriada da superpopulação relativa, bem como na importância do capital financeiro nos processos especulativos pressupostos à dinâmica de desvalorização dos ativos e aos processos de privatização.

Essa mistura inesperada de âmbitos tão diferentes que passariam a integrar a reprodução capitalista em crise, dando-lhe renovadas oportunidades para retomar sua

capacidade lucrativa, justificava-se sobretudo porque a preocupação do autor estava concentrada na maneira como o rebaixamento dos custos com os fatores de produção incorporáveis à acumulação funcionariam como possíveis contratendências às quedas na lucratividade. O problema encontrava-se abertamente formulado, ainda, no trabalho *O Enigma do Capital*, mais recente livro publicado por Harvey (2011): "O próprio Marx, na verdade, listou uma série de influências de contratendência para a queda da taxa de lucro, incluindo as taxas crescentes de exploração do trabalho, a redução dos custos dos meios de produção (inovações de economia de capital), o comércio externo que reduziria os custos dos recursos, um enorme aumento do exército industrial de reserva de mão de obra que inibe o estímulo ao emprego de novas tecnologias, juntamente com a constante desvalorização do capital, a absorção do excedente de capital na produção de infraestruturas físicas e, finalmente, a monopolização e a abertura de novas linhas de produção com trabalho intensivo. Essa lista é tão longa que torna a explicação de uma "lei" sólida de queda da taxa de lucros uma resposta mecânica à inovação para economizar trabalho, que permanece uma resposta insuficiente. O último item na lista de contratendências de Marx merece aprofundamento porque o problema da absorção do excedente de capital poderia há muito tempo ter levado ao fim do capitalismo, se não fosse pela abertura de novas linhas de produtos. Desde a época de Marx, a elaboração de novas linhas e nichos de produtos tem sido um salva-vidas para o desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo que tem transformado a vida diária, até mesmo das populações de baixa renda dos países em desenvolvimento" (2011: 82).

O espectro bem amplo de contratendências e mecanismos de acumulação por espoliação apresentado por Harvey (2004 e 2011) nos conduziria a deduzir que a sua perspectiva de um limite para o ajuste espacial como possível solução para a crise inerentemente desdobrada no desenvolvimento capitalista havia sido revista, desde que modificados os termos do problema: a diferenciação entre interno e externo não poderia restringir-se ao processo expansivo de incorporação territorial de cunho imperialista, mas deveria ser desdobrado na compreensão de uma gama de "outros" assim caracterizados especialmente por não serem reproduzidos mediante o processo de reprodução ampliada do capital, *lócus* central da dinâmica tendencialmente crítica da acumulação. Assim, a apresentação do "centro" do sistema mundial ou da "sociedade civil" fechada como momentos "internos" de um processo de reprodução que tem tendência e necessidade constante de se "exteriorizar", capturando o que estaria de "fora" acabava revista, em benefício de uma interpretação que parecia contrapor o capitalismo como um sistema econômico fechado, a reproduzir-se segundo os mecanismos criticamente discutidos em *O*

*capital*, aos meios de acumulação ainda baseados na fraude e no roubo e, portanto, na violência política e direta, embora fundida e conduzida pelas leis férreas da reprodução capitalista, num processo de incorporação de um "patrimônio" produzido pelo trabalho humano, mas não de forma capitalista. O problema, de fundo, da generalidade excessiva, quase não histórica, das relações de trabalho voltava à cena e deve ser novamente problematizado, contudo, mediante desdobramentos a serem conduzidos posteriormente.

Além dos "critérios" utilizados para distinguir as relações e seus produtos que estariam de "fora" ou de "dentro" da dinâmica capitalista de acumulação, devemos igualmente problematizar os "efeitos" de cada uma das incorporações, mencionadas por Harvey como momentos da espoliação, no processo de acumulação ampliado, buscando discutir se impactam efetivamente como contratendências e como interferem naquela dinâmica estruturalmente crítica apresentada por Marx. Assim, no limite, uma pergunta possível, frente ao conjunto de mecanismos investigados por aquele autor, se refere ao caráter da crise, se resulta cíclico em função das contratendências, se as mesmas podem efetivamente operar como "ajustes" ou se os próprios ajustes encontram seus limites, conforme formulado no primeiro trabalho de Harvey (2005) que investigamos.

Conclusões como as referidas devem ser, sem embargo, antecedidas por um desdobramento do problema da igualização e da diferenciação a partir processo de modernização, responsável por definir o Vale do Jequitinhonha enquanto uma "região", mediante a transformação ou a ruptura das relações sociais de produção que, antes, reproduziam uma dinâmica regional de acumulação do capital fundada na expansão das fazendas, além de possibilitarem o estabelecimento dos camponeses regionais enquanto momento da mobilização do trabalho que fundava aquela forma particular de reprodução capitalista. Para tanto, partiremos das teses sobre os resultados daquela modernização regional, do problema da constituição do "bóia-fria" e das migrações temporárias dos camponeses para o trabalho assalariado tentando pensá-los no contexto do debate que instauramos sobre a generalização do trabalho assalariado, a permanência da mais-valia absoluta em meio à pretensa generalização da mais-valia relativa, além da reposição da "acumulação primitiva", tendo em vista desdobrarmos um quadro crítico acerca das condições de reprodução do capitalismo contemporâneo.

### *4.2. Camponeses migrantes ou assalariados superexplorados?*

Ocupada com o problema da formação do proletariado rural em Minas Gerais, conforme vimos anteriormente, Muls (1989) apresentou as transformações ocorridas na agropecuária mineira em termos de uma redefinição nas relações de produção, "acompanhando, em uma relação dialética, as transformações nas forças produtivas e apontando para uma nova estrutura de classes" (1989: 62), cujos resultados mais fundamentais teriam sido "a expropriação e a proletarização do campesinato" (1989: 73). Centrado na ampliação da exploração empresarial e na constituição dos complexos agroindustriais, segundo a autora, o processo de modernização e industrialização da agropecuária mineira teve as seguintes consequências básicas: 1) mudança na estrutura fundiária e na pauta produtiva, com uma intensificação no aproveitamento do espaço econômico das regiões modernizadas; 2) modernização da base tecno-econômica, com aumento do índice de mecanização e de utilização de insumos modernos; 3) expulsão crescente dos pequenos produtores camponeses das suas terras e aumento da tensão e violência no campo; 4) mudança das relações de produção, que passam a se assentar sobretudo no trabalho assalariado; 5) empobrecimento e semiproletarização dos pequenos produtores que conseguiram permanecer em suas terras; 6) transformação das regiões modernizadas em expulsoras de sua mão de obra, mesmo quando o movimento assume caráter sazonal ou temporário: "A pequena unidade camponesa coloca-se também como fornecedora de mão de obra para as empresas agrícolas de outras regiões de Minas Gerais e do Brasil (São Paulo, sobretudo) e portanto como condições de reprodução do capital nas áreas de agricultura moderna e industrializada" (Muls, 1989: 76).

Embora a autora tivesse centrado muitas das suas observações acerca da modernização desencadeada em Minas Gerais na tecnificação e na industrialização da agropecuária, podemos notar que identificava o processo também em termos de homogeneização das relações de produção, em função do que teria dado bastante importância para a expropriação e a proletarização do campesinato. A maneira como caracterizou o processo ocorrido, enquanto uma "expansão do capitalismo no campo mineiro" (Muls, 1989: 62), significando "a subordinação efetiva do trabalho ao capital" (Muls, 1989: 76, nota 30) remetia diretamente para a discussão sobre o caráter homogeneizador da expansão capitalista, a que antes fizemos referência.

Muls reconhecia na industrialização da agricultura mineira, sem embargo, um "processo desigual" que, em sua particular "correlação de forças sociais e de disponibilidades

tecnológicas" (1989: 76, nota 30) não teria culminado nem na homogeneização das composições dos capitais nem nas formas de trabalho. Seriam "contradições", de acordo com a autora, resultantes do "caminho escolhido" para a capitalização do campo mineiro (Muls, 1989: 74), determinado maiormente pelo autoritarismo da ação estatal modernizadora durante o regime militar. A primeira dessas contradições diria respeito à incapacidade do setor moderno em implantação contribuir efetivamente para o desenvolvimento econômico e social da "região", "porque, apesar dos incentivos fiscais e financeiros através dos quais o Estado mineiro subsidia o capital aí investido, a remuneração desse capital não é reinvestida na região, por pertencer a grupos econômicos de outras áreas. [...] Sem falar nos projetos agropecuários e/ou agroindustriais que foram aprovados e não foram implantados, deixando a terra, adquirida a baixo custo, como reserva de valor. Nesta medida, os projetos implantados beneficiam, na verdade, os grandes grupos econômicos, representantes do capital industrial-financeiro, nacional e estrangeiro, localizados nos grandes centros do país" (Muls, 1989: 74).

Enquanto a segunda contradição trataria da incapacidade daqueles esforços e sua formidável aplicação de recursos serem revertidos na generalização da produtividade empresarial, não alcançada nem mesmo com os programas de apoio para pequenos produtores. O planejamento inadequado das intervenções estatais, o frequente desvio dos recursos, a fragilidade da assistência técnica, as irregularidades na liberação de crédito e a sua inadequação às possibilidades reais de pagamento de juros por pequenos produtores, o estrangulamento causado pela estrutura de comercialização, a falta de planejamento da produção numa relação adequada entre os potenciais de clima e solo e as demandas do mercado, aliados ao baixo nível de mobilização dos pequenos produtores, teriam obstaculizado a eficácia dos planos oficiais de integração comercial daquela pequena produção (cf. Muls, 1989: 74).

Seriam, ambas as contradições, "resultados perversos" de um "modelo de desenvolvimento" (Muls, 1989: 75) que, para a autora, uniria certo favorecimento à especialização produtiva voltada para abastecer o mercado externo, assim como as agroindústrias, culminando na substituição das lavouras alimentares básicas, à abrupta valorização das terras e a concentração das mesmas, conduzindo ao aceleramento da eliminação dos pequenos produtores tradicionais, que, em geral, acabaram se semiproletarizando ou perdendo suas terras[55] e se transformando em trabalhadores assalariados, rurais ou urbanos.

[55] "Muitos deles vão sendo expulsos de suas terras pelo avanço do capital, através da invasão de suas terras, via fraude, a grilagem e inúmeras outras formas de violência. Inúmeros outros, com dificuldades de acesso ao

Sem embargo, para a autora, embora o processo apontasse para uma maior subordinação da agricultura ao capital industrial e financeiro, não teria se apresentado suficiente, de maneira a "eliminar completamente a terra e a natureza como a base da produção rural" (Muls, 1989: 76). Assim, Muls ressaltava que embora as mudanças expressassem modificações na composição orgânica dos capitais, com intensificação do capital constante (máquinas, implementos agrícolas e insumos modernos) e aumento do capital variável (proletarização), não teriam significado "ainda a erradicação do binômio latifúndio-minifúndio e da importância da terra-matéria no processo produtivo agropecuário, traços ainda constitutivos da estrutura agrária mineira, onde permanece tanto a grande propriedade tradicional, pouco produtiva e com largas faixas de terras inexploradas, quanto à pequena produção camponesa; esta sob pena de estagnação ou de desaparecimento, se vê obrigada a se redefinir, através da modernização e a transformar-se, assim, em um espaço a mais de valorização do capital (embora seus ganhos passem às várias formas de capital com as quais é obrigada a se articular)" (Muls, 1989: 76).

Ou seja, a autora reconhecia determinado caráter homogeneizador na expansão capitalista, mas identificava na maneira particular como havia se desencadeado a modernização mineira durante o regime ditatorial militar[56], a base central para o estabelecimento de um "processo desigual" de desenvolvimento, tanto social como econômico, no qual teriam persistido, assim como sido instituídas certas relações de produção, cujo caráter se parecia não-capitalista. Como vimos, para a autora, a homogeneização das composições orgânicas não teria culminado na erradicação nem da pequena nem da grande produção "tradicional". Notadamente voltada para possibilitar o abastecimento do mercado externo e das agroindústrias, a reestruturação da agropecuária mineira teria culminado na ampla substituição das lavouras alimentares e formas tradicionais de apropriação fundiária, sobretudo as camponesas. O referido processo de expropriação teria sido completado, segundo Muls, com proletarização ou semiproletarização dos pequenos

crédito ou em saldar suas dívidas bancárias – caso tivessem tido acesso ao crédito –, sem assistência técnica adequada e condições favoráveis de comercialização, não tem tido condições de levar à frente um empreendimento de tipo capitalista" (Muls, 1989: 74).

[56] "Assim expansão do capitalismo mineiro também é um caso bastante particular, notadamente pelo sucesso da atuação do Estado como coordenador e dinamizador desse processo que, se consolidando a partir do início da década de setenta redunda na industrialização das atividades agrárias mineiras. [...] O golpe de 1964, expressando a consolidação do modelo econômico implantado na década de cinquenta e expressando um novo pacto político que excluía as classes trabalhadoras, recoloca as bases para a expansão capitalista da economia brasileira, consolida a internacionalização do mercado interno e reforça a aliança entre Estado, o capital nacional e o capital externo. Possibilita, assim, a implantação definitiva do modelo de desenvolvimento capitalista associado, com ênfase na produção de bens de capital e bens de consumo duráveis e exigindo a incorporação do setor agropecuário como espaço de valorização do capital, através da industrialização da agricultura" (Muls, 1989: 63).

produtores que embora não tivessem sido expulsos das suas terras pelo avanço do capital, não tiveram condições de concorrer dentro dos níveis de produtividade que se estabeleciam, terminando incapacitados de realizarem sua produção ou mesmo endividados. A inexistência de reinvestimento do capital, que pertenceria fundamentalmente a grupos econômicos de outras áreas, na "região" completaria o quadro sugerido pela autora, inviabilizando a modernização dos seus latifúndios e empurrando os trabalhadores proletarizados a buscar trabalho em empresas agrícolas de outras regiões de agricultura moderna e industrializada, sobretudo mediante o assalariamento de caráter sazonal ou temporário.

A proletarização teria ocorrido, mas sem chegar a se completar, conforme a perspectiva de Muls, visto que as transformações que teriam se dado "na agricultura mineira, na sua base tecno-econômica e nas relações de produção" pareciam não ter chegado "a se constituírem como condições objetivas necessárias – embora não suficientes – ao surgimento de um processo de formação de classe do proletariado rural" (1989: 62): mantinha-se a pequena produção camponesa e apesar do seu risco de desaparecimento ou de estagnação, passava a operar como um espaço a mais para a valorização, com seus ganhos capturados pelas diversas formas de capital com que a mesma se encontrava articulada. Os pequenos produtores, sem lograrem se reproduzir integralmente com a sua produção, acabavam semiproletarizados, indo engrossar, conjuntamente com os proletários expropriados, as fileiras dos trabalhadores que conseguiriam se empregar apenas em outras regiões, como migrantes sazonais numa agricultura mais moderna, mas que tinha aquela mão de obra fornecida pelas regiões expulsoras como condição de reprodução do seu capital.

Em meio ao processo de homogeneização das condições ditas "modernas" de reprodução capitalista, mantinham-se focos de reprodução camponesa a transferirem rendimentos para capitais que se estabeleciam em torno das mesmas, assim como o trabalhador temporário se constituía sobre a impossibilidade da obtenção regional de empregos. Embora a autora não identificasse os processos mencionados nem como manutenção nem como recriação da acumulação primitiva, sustentava determinada perspectiva de que relações como essas apenas se reproduziam pois o processo de modernização não teria significado *ainda* a erradicação de algumas características constitutivas da estrutura agrária mineira. Com essa abordagem, deixava entrever, abertamente, a concepção de que a "falta de capital" seria a maior responsável pela inexistência ou precariedade do desenvolvimento social e econômico de determinadas regiões, reiterada, como vimos antes, na perspectiva de que o "setor moderno em implantação" não reinvestia os rendimentos do seu capital em benefício das mesmas. Como também reiterada

na perspectiva de que o "modelo de desenvolvimento" desencadeado, sobretudo a partir do golpe, em 1964, teria se assentado numa reiterada transferência de rendimentos para reforçar alianças estabelecidas entre Estado, capital nacional e externo, que acabava excluindo as classes trabalhadoras daquele novo pacto político.

A autora traçava, assim, um quadro de "descapitalização" a interromper o desenvolvimento social e econômico em distintas escalas. No chamado âmbito regional ocorreria uma espécie de "espoliação", fundamentada no processo desigual de homogeneização das composições dos capitais. Para Muls, sem embargo, essa escala parecia ser produzida por outra, determinada pelo caráter "associado" do modelo de desenvolvimento capitalista adotado no país, segundo o qual rendimentos seriam "transferidos" para grupos monopolistas e para o capital externo, impondo uma "internacionalização do mercado interno" que não beneficiava nem o desenvolvimento nacional nem as classes trabalhadoras, prejudicadas por uma partição desfavorável das receitas inclusive a ponto de ver sua realização enquanto proletariado precarizada ou dificultada, por exemplo, com relação à possibilidade de obter postos de trabalho permanentemente.

Se o processo amiudado de "descapitalização" parecia produzir maior suscetibilidade daqueles trabalhadores submetidos a uma espécie de "superexploração", segundo a autora, as circunstâncias de exploração do trabalho criadas a partir da transformação das regiões modernizadas em expulsoras de mão de obra, incluída a semiproletarização dos pequenos produtores que não mais conseguiam se reproduzir unicamente com a sua produção, operavam como condições da reprodução do capital mesmo nas áreas de agricultura moderna e industrializada. Ou seja, aquela forma de acumulação *ainda* não completamente capitalista parecia operar como pressuposto da reprodução mesmo dos grupos mais "capitalizados". A abordagem de Muls acabava sugerindo, assim, não somente que o "setor moderno" seria incapaz de contribuir efetivamente para o desenvolvimento econômico e social das regiões em que teria se implantado, como também que sua reprodução, mesmo nas áreas de agricultura industrializada e moderna, dependia igualmente das condições de "superexploração" do trabalho.

Muitos dos autores que discutiram o processo de modernização no Vale do Jequitinhonha notaram certa homogeneização em curso, assim como Muls em sua apresentação sobre a incorporação dos cerrados mineiros e a "integração do setor agropecuário ao sistema capitalista monopolista, através da agroindústria e da empresa capitalista independente" (1989: 77). Outrossim, teriam verificado também determinados processos de diferenciação ou manutenção, como também fez a referida autora, de

características constitutivas daquela estrutura agrária que não teriam sido *ainda* ou *completamente* destituídas ou suplantadas por aquele chamado "modelo de desenvolvimento". Mesmo sem haver se voltado diretamente para a investigação dos resultados do processo de modernização do Vale do Jequitinhonha, Moura (1988) distinguiria, nos próprios "mecanismos jurídicos" responsáveis por conduzir as transformações nas formas de apropriação fundiária anteriormente existentes, a *manutenção* de certos aspectos das relações sociais que a emergência do "direito transformado da fazenda", em oposição ao direito costumeiro em que vigorava a copropriedade, aniquilava (cf. Moura, 1988: capítulo IV).

Analisando declarações de "morada de favor", existentes nos sindicatos de trabalhadores em cuja documentação arquivada realizou sua pesquisa, uma vez que colocavam "em texto escrito os fundamentos da transformação das relações sociais entre lavradores e fazendeiros" (1988: 53), a autora apontava como "violência do favor" e "violência do contrato" apareciam combinadas nos processos de rompimento da copropriedade e expulsão dos lavradores das terras que passavam a ser dominadas exclusivamente pelas fazendas. Num dos documentos discutidos por Moura, constava a seguinte passagem: "Declaro-me satisfeito em nada reclamar diante desta" (1988: 56). A autora julgava elucidativo o modo como o verbo "reclamar" era empregado naquela declaração, que pretendia assinalar a inexistência de qualquer vínculo, nem como agregado nem como empregado, entre fazendeiro e lavrador. Para Moura, se estava dando "uma declaração a mando de outrem, para que o próprio se proíba o direito de reclamação. Ora este fato põe a nu o caráter de obrigação devida por uma parte à outra parte (do agregado para o fazendeiro). Quando o favor se transforma em desfavor, ele não passa a ser contrato. Ele se transforma em *des*/favor e *dis*/trato. Essa agitação de verdades jurídicas na feição dada à declaração de morada de favor denuncia a existência de partes secretas na relação rompida. Elas se radicam na relação de dependência do chamado *morador de favor* para com o fazendeiro, que decepava a liberdade do lavrador, mesmo quando ele não é mais agregado. A menção de 'nada a reclamar' mostra que a finalidade do documento é a defesa dos direitos do fazendeiro, em juízo ou fora dele; em uma palavra, declara-se hoje a mando dele para não se reclamar contra ele no futuro" (1988: 56, grifos no original).

Assim, segundo a autora, estaria a ocorrer uma transformação do "favor" em "desfavor", que *não passava* a se realizar como contrato. Com a obrigação devida por lavradores aos fazendeiros, evidenciada pela necessidade de perpetrarem a "mando de outrem" as mencionadas declarações, a relação de dependência acabaria reiterada, "decepando" a liberdade dos lavradores, mesmo quando deixavam de ser agregados.

Esbulhados da antiga copropriedade sob o domínio das fazendas, condição para sua reprodução enquanto lavradores, não teriam recebido em "troca" nem liberdade nem igualdade, supostas nas relações contratuais que emergiam: continuavam sob o jugo dos fazendeiros, ao menos num certo sentido[57].

Criticando certa *incompletude* da inserção daqueles lavradores nas relações juridificadas ou, ainda, os próprios limites dessas relações no reconhecimento aos "oprimidos" dos "direitos" que lhe seriam devidos, assim como nas "leis injustas" reproduzidas no "atual regime social", Moura acabava ignorando uma transformação fundamental ocorrida no sentido possuído pelo "favorecimento dos lavradores pelos fazendeiros", no processo de ruptura das antigas relações de dependência existentes: reafirmava apenas a reiteração do "favor", que prosseguia decepando a liberdade de lavradores, sem notar que a liberdade que se afigurava tinha seus próprios conteúdos negativos.

Como mecanismo de supressão das antigas relações de produção em que se reproduziam camponeses, fazendeiros e domínios, a violência contida na mencionada "obrigação" se estabelecia, mas unicamente para negar qualquer "retribuição" antes pressuposta como condição para que se pusesse em marcha tal forma regional de territorialização, maiormente o processo de mobilização do trabalho sobre o qual a acumulação do capital se assentava. Não ocorreria, portanto, nenhuma reiteração da dependência entre lavradores e fazendeiros com a referida transmutação dos antigos agregados em "moradores de favor": o "favor" somente passava a definir a relação estabelecida, respectivamente, entre aqueles que possuíam "obrigações" e aqueles que concediam a "permissão", quando o conteúdo das mesmas como forma possível de territorialização do capital havia sido socialmente destituído pela formação de uma superpopulação relativa que possibilitava uma forma de mobilidade fundamentada na

[57] Sobre as perspectivas assumidas pela autora com relação ao direito e às relações contratuais, as seguintes passagens da conclusão do seu trabalho são emblemáticas: "Do lado dos lavradores, favor e contrato se configuram de forma combinada: o favor é vivido como dominação que abafa direitos, mas que tem sua razão social nas relações cotidianas. O fato de inúmeros lavradores não quererem sair da terra desfavorecidos resulta um saber que as relações contratuais em si mesmas acrescentam pouca ou nenhuma substância ao pleno exercício de sua cidadania" (Moura, 1988: 201). "Valer-se de uma sociedade concreta, permite observar como nela o jurídico ampara e desampara continuamente os subordinados, ratifica perdas sociais dos lavradores, mas para, em determinado ponto ou momento, negar e ser negado nessas suas características. Nega, quando dá ganho de causa ao subordinado; é negado, quando o subordinado recusa ganhos de causa contrários aos seus direitos e apela sucessivamente a instâncias judiciais mais altas, socializando cada vez mais sua questão, ao mesmo tempo em que aprofunda suas razões e argumentações. Esses dois procedimentos são o fulcro de uma mesma dialética. Ela não aponta para a extinção do direito, mas das leis injustas. Aponta para o reconhecimento cada vez mais amplo – pelas forças sociais comprometidas com a transformação do atual regime social – dos direitos dos oprimidos, sejam eles maiorias (como os lavradores) ou minorias (como as etnias e as nacionalidades)" (Moura, 1988: 209).

liberdade contraditória do trabalhador. Em seu sentido negativo, a liberdade não estava a ser decepada. Era, ao contrário, inaugurada, mas como condição para a nova forma de acumulação do capital que se generalizava. Em seu sentido positivo, mesmo quando recolocava a necessidade de vínculos entre lavradores e fazendeiros[58], afigurava-se no estabelecimento de relações remuneradas de trabalho entre ambos, cujo caráter de impessoalidade seria conferido pela mediação do dinheiro, por exemplo, no caso dos vaqueiros ou antigos agregados que se mantinham ou retornavam às fazendas como empregados.

Sem prescindir de diversas "soluções" encontradas pelos lavradores em suas estratégias de sobrevivência, que se estabelecem "a nível pessoal", o fundamento da mobilização dos trabalhadores se autonomizava da imposição antes personificada por fazendeiros, na mesma medida em que terra e trabalho se autonomizavam com a transformação da forma de acumulação do capital que anteriormente apenas os podia mobilizar "fundidos", no descrito processo de incorporação, (ainda que) extensivamente ampliado, do sobretrabalho. Estamos a distinguir, assim, uma forma de mobilidade do trabalho cuja imposição torna-se impessoal, aparecendo inclusive como determinada exigência do fazendeiro que o mesmo seja igualmente "liberado" da reprodução do trabalhador. Acontece que a liberdade criada, para ambos, não tem nenhum caráter apologético. Não seria necessário caracterizá-la decepada para perceber seu sentido francamente negativo: opera como *redução* de quaisquer outras condições em que os lavradores podiam se reproduzir naquele contexto regional em que se realizavam como campesinato, a expropriação das "terras" evidenciando o processo mais geral de autonomização a que viemos fazendo referência.

Tratar-se-ia, portanto, sobretudo de nos voltarmos criticamente contra o aprofundamento de uma forma social reificadamente mediada, ao invés de buscarmos numa certa incompletude daquela generalização da modernização os problemas das condições de reprodução que se impunham para os trabalhadores. Ao mesmo tempo, seria o caso de

[58] "É preciso ceder e acomodar soluções a nível pessoal, com seus dominadores ou antigos dominadores, para garantir trabalho e sobrevivência. Se isso era inteiramente verdadeiro, quando estavam em plena vigência as relações sociais na fazenda, também após a violência da invasão e expulsão de sua terra torna-se imperativo a muitos ex-lavradores participar de *démarches* do poder, na expectativa de salvar circuitos de comunicação que permitam trabalho e sobrevivência física em outras bases, bem como a própria comunicação cultural no cotidiano. [...] Se as relações de favor são negadoras da sua cidadania, não há indicação de que as relações contratuais sejam libertadoras da cidadania, *porque* se exercem pelo corte de todos os elos que os ligavam aos poderosos. O corte total de tais elos seria um procedimento de última instância, mas, se transportados para a vida diária, a transformariam num estado de guerra permanente, tornando impossível ir à mesma igreja ou participar da mesma festa" (Moura, 1988: 202).

distinguirmos como fundamento da emergência das relações contratuais a aludida generalização da mediação abstrata da forma-mercadoria, de maneira a não ficarmos circunscritos exclusivamente à crítica de *determinadas leis*, pretensamente "injustas", alcançando o próprio *direito*, ou, ainda, a juridificação da sociedade, como momento determinante na reprodução da forma social estabelecida. Inicialmente, porque passa a conferir ao exercício da violência uma aparência de objetividade, desdobrada da autonomização entre a reprodução das formas de acumulação vigentes e o emprego da violência: o monopólio dessa última por parte do Estado e a sua regulamentação pela legislação fazem com que apareça como pressuposto da reprodução do "público", estabelecido em contraposição ao "privado", como se fossem campos inteiramente autônomos, além de antagônicos.

Contudo, a regulamentação jurídica que reproduz o "público" está entre os pressupostos necessários para a generalização da troca de mercadorias, inclusive da *mercadoria força de trabalho* que passa a figurar entre as mesmas, uma vez que o intercâmbio supõe igualdade formal entre os guardiões das mercadorias que devem reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados[59]. Embora a referida "relação jurídica" seja, conforme distinguiu Marx (1983), uma "relação de vontade", em seu "conteúdo" não deixa de estar refletida a "relação econômica", nomeadamente como necessidade que o proprietário da força de trabalho tem de realizá-la, como única possibilidade para garantir sua reprodução. Assim, a igualdade formal pressuposta no intercâmbio de mercadorias entre aqueles que devem reconhecer-se como proprietários privados apaga, de modo igual ao apagamento do processo de produção na troca de mercadorias, o processo de formação da propriedade como monopolização dos meios de produção por uma parte da sociedade em detrimento da outra, que fica "liberada" de quaisquer outras condições de reprodução que não a venda das suas próprias forças de trabalho[60]. O direito, como expressão jurídica das relações mercantis, carregaria,

[59] "De tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma" (Marx, 1983: 79).

[60] "Se os indivíduos estão nus, como se realiza então sua liberdade e sua igualdade? Em que esfera da vida social os indivíduos se constituem como *sujeitos da sua liberdade* e *de sua igualdade*? No mundo da troca, na esfera da livre escolha econômica e política. A troca supõe vontades soberanas e iguais, que se defrontam para intercambiar equivalentes. A equivalência é o conteúdo real das vontades soberanas. Isto posto, vejamos o que se passa neste '*reino encantado*' – o mercado. 'Cada sujeito é um trocador, isto é, tem com o outro a mesma relação social que este tem com ele. Considerado como sujeito da troca, sua relação é pois, de *igualdade*, ou (...) as mercadorias que esses indivíduos intercambiam são equivalentes' (Marx, 1971: 179). [...] 'No ato da troca, o

consequentemente, a contradição entre a equivalência do *dinheiro personificado* e a desigualdade fundante do estabelecimento da *propriedade*, escamoteada com a reunião daquelas diferentes personificações na condição de "cidadãos", em prol de cujo "bem comum" a lei agiria.

Assim, os limites de um conflito entre as classes, ou entre os opressores e os oprimidos, cujo reconhecimento cada vez mais amplo deveria se manifestar, conforme sugerido por Moura (1988), em termos de uma legislação "justa", teriam que ser problematizados, posto que o Estado ou as leis não operam como forças especiais efetivamente separadas da sociedade, embora a autonomização atribua-lhes a simples aparência de serem convenções ou meios neutros de regulação social: dependem estruturalmente do dinheiro para se reproduzirem, de maneira que, tão somente aparentemente, sua objetividade seria "própria", pois se reproduz fundamentada na objetividade fantasmagórica da reprodução reiterada do "sujeito automático" capital, enquanto forma social. Portanto, ainda que se trave determinado campo de confronto e negociação de classe na definição das leis, as mesmas não seriam suficientes para impossibilitar a reprodução das relações de produção pressupostas ao seu processo de instituição.

Ocupada com a "expropriação do campesinato" desencadeada pelos "planos de modernização edificados durante os anos 1960 e 1970, pelos governos da ditadura militar" Moraes Silva (1999: 27) também distinguiria, assim como Muls (1989), um processo de homogeneização em curso, claramente identificado, em sua argumentação, com a generalização do assalariamento, no Brasil como um todo, mas em particular nas circunstâncias sociais sob seu exame, tanto no processo de incorporação das terras identificadas como devolutas por companhias reflorestadoras, entre outras, no Vale do Jequitinhonha, como em razão do fim do colonato, notadamente em São Paulo (cf. Moraes Silva, 1999: 27-79). Não deixaria de notar, sem embargo, que a mencionada igualização se

---

indivíduo, cada um deles, se reflete em si mesmo como sujeito exclusivo e dominante daquele ato. *Com isto está dada a liberdade total do indivíduo: transação voluntária, nenhuma violência de ambas as partes'* (Marx, 1971: 182-183). De fato, no mundo da troca, no intercâmbio dos valores de troca, a igualdade dos sujeitos não é uma ilusão; se afirma como necessidade. [...] Efetivamente, [contudo] a troca consagra o *mundo da coerção*. Sua coercitividade impregna e se impõe sobre todas as vontades que a constituem. Esta coerção 'é por um lado a indiferença dos outros frente a minha necessidade enquanto tal [...]" (Marx, 1971: 183). Quem são os indivíduos que intercambiam? Eles existem sob determinações diferenciadas de comprador e vendedor. Um compra uma mercadoria particular [...], a força de trabalho [...], e o outro vende sua própria pele [...]. E a indiferença constitutiva dessa relação está reportada no suposto da equivalência; afinal, o dinheiro (como coisa) circula, ora em umas mãos, ora em outras. Esta indiferença (o dinheiro como equivalente universal) dá materialidade à igualdade. 'Cada um aparece ante o outro como possuidor de dinheiro, *como dinheiro personificado*, se se tem em conta o processo de troca' (Marx, 1971: 183)" (Rego, 1988: 14-15, grifos no original).

processava instaurando como seu momento uma *diferenciação fundante*, assentada na maneira como aqueles camponeses foram transformados em trabalhadores.

Sua perspectiva de diferenciação afastava-se, nesse aspecto, daquela presente no trabalho de Muls (1989), em cujo argumento o processo de homogeneização aparecia confrontado pela manutenção do binômio latifúndio-minifúndio que as disponibilidades tecnológicas, assim como a correlação de forças sociais em que se estabeleceu a modernização da agropecuária mineira não teriam conseguido superar. Como também se distinguia da abordagem de Moura (1988), embora das proposições dessa última se aproximasse mais, pois estava igualmente preocupada com as condições em que os trabalhadores do campo foram inseridos no processo de juridificação em curso, sem reconhecer, entretanto, a manutenção de determinados aspectos da sociedade agrária suplantada, enquanto assinalava sobretudo a instauração de novos mecanismos de diferenciação social.

Para a autora, os mecanismos mencionados seriam "reflexos do autoritarismo vigente", característicos da "*tragédia desta modernização*" (Moraes Silva, 1999: 79, grifos no original) também no que se referia aos seus resultados e não simplesmente ao modo extremamente violento como conduziu o processo de expropriação: aos camponeses proletarizados teria sido *negado* serem trabalhadores, por uma legislação que não lhes assegurou os direitos, tornando possível a existência *formal* do *trabalhador eventual*, enquanto tornava muito mais custosa para a reprodução do capital a manutenção dos trabalhadores permanentes[61], ou seja, definindo o caráter *precário* da incorporação dos assalariados produzidos naquele processo de modernização[62]: "Essas leis, na verdade,

[61] "Dessa sorte, o empregador é obrigado a pagar 27,1% sobre cada jornada de trabalho dos trabalhadores permanentes, correspondentes aos gastos sociais. Eis um ponto que toca o centro da questão, segundo a qual os trabalhadores permanentes são mais onerosos e, por isto, eles são despedidos, para serem, em seguida, admitidos como volantes, isso é, uma força de trabalho mais barata, porque os gastos sociais não seriam computados. [...] Este estatuto não deve ser considerado como um meio de melhorar as condições de vida dos trabalhadores; ele representou justamente o contrário, pois regulamentou a intensificação da exploração da força de trabalho" (Moraes Silva, 1999: 64).

[62] "A implantação dessas duas legislações", argumenta Moraes Silva, referindo-de ao Estatuto da Terra e ao Estatuto do Trabalhador Rural, "deve ser interpretada no bojo dos conflitos sociais e do processo de modernização da agricultura brasileira sob a chancela do Estado, da *modernização trágica*" (1999: 62, grifos no original). "Frisa-se que essas leis não só regulamentaram a expulsão como também legitimaram a condição de volante, do *excluído da lei pela lei*. Esse processo de volantilização da força de trabalho permitiu os sucessos da modernização agrícola [...], dirigida por um duplo sentido: a) conservar o poder político dos proprietários rurais; b) polarizar seus interesses, juntamente com as outras frações da classe dominante para um interesse comum que consistisse na exploração econômica e na dominação política. Este último aspecto da dominação não é levado em conta nas análises da 'caificação' [crescimento do número, tamanho, importância, poder e integração dos CAI, segundo Martine (1991)] da agricultura. Graças a esta combinação de interesses, o Estatuto da Terra atinge seus objetivos: aumento da produção e da produtividade mediante o processo de industrialização da agricultura" (Moraes Silva, 1999: 67, grifos no original).

regulamentaram a expulsão dos trabalhadores do campo, retirando-lhes não apenas os meios de subsistência como também os direitos trabalhistas. Surge o 'bóia-fria', trabalhador volante, eventual, banido da legislação" (Moraes Silva, 1999: 66).

Ainda que a acusação movida contra a legislação, nesse caso, diversamente da argumentação de Moura (1988), não acuse nenhuma permanência daquelas antigas "obrigações" não contratuais, mas, precisamente, a instauração de um processo de juridificação inédito e inerentemente precário, que teria definido a generalização do assalariamento no campo apenas mediante o surgimento do trabalhador volante ou temporário, certa perspectiva de *manutenção* parecia permear a formulação da autora, estabelecendo os termos em que a homogeneização do assalariamento não se realizaria suficientemente homogênea no Brasil, especialmente na chamada moderna agricultura implantada: o processo que teria tornado possível não somente a existência, mas a prevalência do trabalhador eventual emergiria, segundo Moraes Silva (1999), como principal resultado de determinado pacto de classes voltado para conservar o poder político dos latifundiários, redirecionado, em conjunto com os interesses das outras frações da classe dominante nacional, para a exploração econômica e a dominação política.

Mantinha-se, assim, a crítica ao caráter da legislação estabelecida circunscrita ao âmbito da luta de classes, sem avançar nem em direção a uma crítica do direito, que antes viemos reivindicando, nem em direção à crítica das contradições imanentes ao processo de acumulação, a produzirem modificações nas condições em que os trabalhadores são incorporados, sobretudo em meio à inauguração dos processos críticos de reprodução capitalista. Ou seja, sem avançar numa crítica da forma social fetichista, para além das pretensamente determinantes estratégias de ampliação irrestrita dos ganhos de classe possibilitadas por determinado pacto econômico e político entre Estado, burguesia e latifundiários, que imporia as condições legais para a *superexploração do trabalho*, a possibilitar a recriação de condições "algo externas", para retomarmos a formulação de Harvey (2004), no progresso da acumulação, que, em tese, deveria se desenvolver em condições "normais".

Isso não quer dizer que Moraes Silva (1999) não tenha formulado uma crítica incisiva a interpretações que pensaram o processo de modernização da agricultura quase que exclusivamente como industrialização ou desenvolvimento tecnológico, ressaltando pertinentemente a importância de problematizarmos as transformações ocorridas nomeadamente no campo das relações de produção como momento fundante daquela

modernização[63]. A promulgação das mencionadas legislações era reivindicada em sua argumentação como uma inflexão na posição assumida pelo Estado de maneira a regulamentar certos conflitos que vinham ocorrendo no campo, desencadeados por sistemáticas expropriações de terras camponesas e processos de estabelecimento da propriedade privada, frente aos quais emergiram inúmeras formas de luta social e organizações políticas[64].

Contudo, na medida em que a autora centrava suas críticas no impacto que as legislações tiveram sobre os desdobramentos daquela luta de classes, não somente desapossando o trabalhador da terra e da possibilidade de obter diretamente a sua subsistência, mas, sobretudo negando-lhes direitos trabalhistas, sua abordagem acabava restringida à crítica da "intensificação da exploração da força de trabalho" ou sua superexploração, ameaçando, para retomarmos outra sugestão de Harvey, "engolfar e substituir a interpretação da dialética interna do capitalismo, elaborada tão cuidadosamente por Marx" (2004: 122).

Ou seja, a crítica da superexploração do trabalhador volante, legalmente não reconhecido como trabalhador, de acordo com as palavras de Moraes Silva, parecia ganhar preponderância frente à crítica da exploração do trabalho, momento fundante daquela "dialética interna" mencionada por Harvey (2004), sobre o qual se assentava a própria

[63] "Verena Stolke (1986) ao cotejar os diferentes trabalhos acerca das mudanças das relações de trabalho em São Paulo, revela que grande parte das reflexões assentava-se sobre os aspectos econômicos, tais como: concentração de terra, erradicação dos cafezais, implantação da pecuária, mecanização etc. Não obstante, salienta que tais fatores de per se não explicam as mudanças das relações de trabalho, tornando-se mister vincular os processos econômicos aos conflitos de classe e às mudanças políticas que ocorreram no meio rural nesse período. Ou seja, o processo de acumulação do capital e o da industrialização da agricultura, representados pelos Complexos Agroindustriais (CAI) não podem ser entendidos como as únicas forças propulsoras das mudanças das relações de trabalho" (Moraes Silva, 1999: 62).

[64] "A partir dos anos 50, o aumento da produção agrícola vai ocupar o centro do discurso das classes dominantes por meio da ideologia desenvolvimentista que condenava o atraso do campo, a fraca produtividade, os métodos atrasados e a miséria dos trabalhadores. Esse discurso ideológico foi colocado em prática mediante a realização de um verdadeiro diagnóstico dos cafezais paulistas em 1957, realizado pela FAO, CEPAL e IBC (Paiva, 1961). Este estudo é de importância fundamental, porque foi por meio dele que se justificou a intervenção direta do Estado na maneira de produzir e na promoção da mudança das relações de trabalho. Essa ação do Estado realizou-se no contexto das fricções existentes do bloco de poder (do qual os proprietários fundiários eram parte importante) e das lutas dos trabalhadores rurais. Os resultados da ação do Estado fizeram-se sentir mediante a erradicação dos cafezais e da diversificação das culturas agrícolas, durante os anos 60 e 70 [...]. Quanto aos parceiros, colonos, arrendatários, pequenos proprietários, sofrem os efeitos do processo de expulsão. [...] Todavia, isto não ocorreu, como sustentam os teóricos da 'caificação', em virtude da passagem 'da dinâmica da inércia à dinâmica industrial' (Muller, 1985), ou seja, a partir da própria dinâmica de um capital, supostamente, acima das relações sociais. É preciso não se esquecer dos inúmeros acontecimentos políticos, das pressões por reformas sociais e políticas advindas dos setores da esquerda, trabalhadores urbanos e rurais organizados em todo o país. As ligas camponesas do nordeste, os movimentos pela reforma agrária congregando elementos da igreja, partidos políticos, sindicatos, federações de trabalhadores agitaram a cena política do país, culminando na realização do Primeiro Congresso Nacional de Trabalhadores Agrícolas, organizado pela ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil), com considerável respaldo do governo João Goulart em 1961 (Stolke, 1986: 213)" (Moraes Silva, 1999: 62-63).

abordagem marxiana sobre a *luta de classes*, permitindo-nos derivar da interpretação desenvolvida por aquela autora duas posições, implícitas em sua argumentação, que desejamos problematizar. Em primeiro lugar, sob a perspectiva de que o problema fundamental do processo desencadeado seria uma negação aos volantes de terem o reconhecimento dos seus direitos, a concepção de que seria "mais justa" a exploração do trabalho se o seu reconhecimento legal ocorresse. Sem queremos desconsiderar as significativas diferenças nas condições de reprodução experimentadas pelos chamados trabalhadores flexibilizados e precarizados, distinguimos em Marx a necessidade de ultrapassar a perspectiva de justiça, na medida em que estaria fundada na apologética burguesa de que a relação entre trabalhadores se estabelece com base numa troca de equivalentes.

Com o conceito de mais-valia relativa o autor buscava criticar o processo de exploração que se realiza mesmo em condições ditas "normais" de regulamentação do trabalho, como fundamento do processo de acumulação. Mesmo com o trabalho sendo vendido por seu valor e independente de qualquer extensão da jornada, a troca entre trabalhadores e capitalistas se assentaria na possibilidade de incorporação por esses últimos do excedente objetivado pelo trabalho dos primeiros para além da parcela comprometida com a remuneração dos seus salários. Ou seja, existiria uma diferença fundamental entre o valor de troca do trabalho, pago na forma de salário de modo a possibilitar sua utilização e o valor objetivado pelo seu consumo produtivo, em cuja apropriação capitalista consiste a *mais-valia*, uma forma, portanto, de troca, não de equivalentes, mas essencialmente desigual.

Em segundo lugar, embora não menos importante, sob a perspectiva de que o problema seria superexploração ou, noutros termos, sobretudo extração da mais-valia absoluta, desejamos problematizar a concepção implícita de que a intensificação da produtividade do trabalho permitiria superar essa forma de exploração do trabalho supostamente antediluviana em favor da modalidade da mais-valia relativa em que coincidiriam o aumento da taxa de exploração pelo capital e um padrão considerado relativamente mais equânime de distribuição da riqueza. No momento em que estava escrevendo *O capital*, Marx (1983) não reconhecia na mais-valia relativa nenhuma potencialidade de liberar os trabalhadores do jugo da superexploração[65]. Tal perspectiva

[65] Ao contrário, asseverava Marx: "Economia do trabalho por meio do desenvolvimento da força produtiva do trabalho não objetiva, portanto, na produção capitalista, a redução da jornada de trabalho. Seu objetivo é apenas reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado quantum de mercadorias. O fato de que o trabalhador, com força produtiva aumentada de seu trabalho, produz, em 1 hora, digamos 10 vezes mais mercadorias que antes, precisando, portanto, 10 vezes menos tempo de trabalho para cada peça de mercadoria,

estabeleceu-se posteriormente, sobretudo em função de uma projeção essencialmente socialdemocrata de que o aprofundamento da modernização periférica, assim como o fordismo proporcionaria o estabelecimento do dito Estado "de bem estar social" ou "keynesiano", podendo lograr melhorias nas condições de vida e reprodução da classe trabalhadora. Além de teleológica, pois se assenta numa perspectiva algo etapista de substituição das modalidades de exploração que, como vimos, Marx não sugeriu, tal concepção tem o problema de atribuir para a "falta de desenvolvimento capitalista", os malefícios fundamentais da socialização capitalista, vislumbrando a incorporação dos trabalhadores em estado de direito e a restrição da sua exploração àquela ditas condições "normais" como etapa a ser alcançada – pela modernização[66].

Maia (2004) também identificou um processo de homogeneização em curso, principalmente a partir da década de 1960, no Vale do Jequitinhonha. Apoiada em observações do economista Medeiros Silva (1990), a autora assinalava medidas governamentais voltadas para a ruptura do "isolamento geoeconômico" da "região", sua "articulação" e sobretudo sua "incorporação na economia de mercado" (2004: 94), responsáveis por desencadear uma importante "transformação da estrutura agrária e econômica" (2004: 95) no Vale do Jequitinhonha[67]. Associou a esse processo certa intensificação das migrações sazonais naquela "região", incorporando, sem embargo, a perspectiva historicista de Ribeiro (1996), que distinguia a existência das mencionadas migrações temporárias desde tempos muito remotos[68], sem atentar para uma radical transformação sofrida por aqueles "deslocamentos" no bojo das mudanças profundas

não impede, de modo algum, de fazê-lo trabalhar, assim como antes, 12 horas e produzir, nestas 12 horas, 1200 peças em vez de como antes 120. Sua jornada de trabalho até pode ser prolongada, ao mesmo tempo, de modo que produza agora, em 14 horas, 1400 peças etc. Por isso, nos economistas da estirpe de um MacCulloch, Ure, Senior e *tutti quanti*, pode-se ler, numa página, que o trabalhador deve gratidão ao capital pelo desenvolvimento das forças produtivas, porque este reduz o tempo de trabalho necessário e na página seguinte que ele deve manifestar essa gratidão passando a trabalhar, em vez de 10, 15 horas. O desenvolvimento da força produtiva do trabalho, no seio da produção capitalista, tem por finalidade encurtar a parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para prolongar a outra parte da jornada de trabalho durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista" (Marx, 1983: 254-255).

[66] Sobretudo se realizada democraticamente, de maneira a dirimir o seu caráter "trágico" (Moraes Silva, 1999) ou "conservador" (Delgado 1985). Uma crítica às perspectiva que não teriam reconhecido a negatividade inerente ao processo de modernização, reivindicando seu desdobramento em outros termos, realizamos em nossa dissertação de mestrado (cf. especialmente o terceiro capítulo da segunda seção, Leite, 2010).

[67] "A ação estatal pautou-se no sentido de homogeneizar as condições de intercâmbio intra e interregionais de mercadorias e de impor as bases capitalistas ao uso da terra e da força de trabalho locais, objetivando integrar o espaço econômico do Vale ao patamar e estilo de acumulação de capitais dominante no país" (Medeiros Silva, 1990: 108 *apud* Maia, 2004: 94).

[68] "Saíam há cem anos atrás para colher café na 'Mata de Ponte Nova', atual Zona da Mata mineira. Depois iam em grupo para colher café da 'Mata de Teófilo Otoni', onde eram chamados 'chapadeiros'. Foram depois para São Paulo, também colher café nos anos de 1930 a 1950, levados pelos serviços de migração que lhes pagavam passagem. Foram ainda ao Paraná, e depois a Goiás e de novo a São Paulo para colheita de cana" (Ribeiro, 1996: 31-32 *apud* Maia, 2004: 93).

cocorridas nas relações sociais de produção, questão central para a qual, como vimos anteriormente, Moraes Silva (1999) havia chamado a atenção, ainda que sua crítica estivesse direcionada, no referido trabalho, especialmente para as análises da "caificação" da agricultura.

Embora assumisse a perspectiva da homogeneização, a mesma não aparecia desdobrada, no trabalho de Maia, em direção a um processo de generalização do assalariamento. Ao contrário, a autora ocupou-se, antes de tudo, em expor a questão migratória como "estratégia de reprodução social" para alguns "grupos camponeses" e "famílias em particular" (2004: 89). Para a autora, "a migração em suas diversas modalidades" funcionaria como um "recurso tradicional para aliviar tensões econômico-sociais" (2004: 89). Com uma aceleração do seu ritmo, sobretudo a partir de meados do século XX, teria começado a ser utilizada não somente por camponeses "expulsos pelo processo de herança", sendo também bastante "impulsionada pelo processo de desenvolvimento que se deu no país baseado na industrialização e urbanização" (Maia, 2004: 89).

Adotava, para pensar a migração, a abordagem de Durham (1973), de que o desenvolvimento econômico resultante da industrialização estaria associado a outros "fenômenos complementares", como o "incremento das desigualdades regionais" e a "constituição de grandes metrópoles", também responsáveis por desencadear aquelas "correntes migratórias" (Maia, 2004: 89). O problema do historicismo, apontado anteriormente, revela aqui suas maiores implicações. Sem considerar o processo de expropriação em curso, portanto, um problema que deveria ser encarado no campo da produção da força de trabalho como uma mercadoria, Maia descrevia as mencionadas migrações em termos de "deslocamentos" e "fluxos", organizados em contextos de "expulsão" e "atração" dos trabalhadores[69], pressupostos "móveis", independente da problematização do processo de formação da mobilidade[70], disparada, ao que ficava parecendo, em razão do "abandono de sistemas econômicos pouco produtivos por uma

[69] "São Paulo é, neste quadro, o estado que mais se destacou como área de atração de população migrante, apresentando-se como uma das áreas mais urbanizadas, industrializadas e em acelerado processo de modernização da agricultura. Inversamente, Minas Gerais caracterizava-se como um estado tipicamente expulsor de população para outros estados. [...] Minas, juntamente com outros estados do nordeste, formava uma zona de emigração caracterizada por 'uma grande população rural, relativamente muito densa em termos dos recursos técnicos de que dispõe e presa ainda às relações de trabalho tradicionais'" (Maia, 2004: 89).

[70] Embora creiamos que as discussões travadas no primeiro e segundo capítulos dessa tese tenham sido suficientes para evidenciar nossa perspectiva acerca da necessidade de pensar as migrações como momento do processo de mobilização do trabalho (Gaudemar, 1977), indicamos, para uma crítica de algumas correntes teóricas que interpretaram a migração no Brasil, um trabalho em que nos dedicamos exclusivamente a esse problema (cf. Leite *et al.*., 2013).

população que procura integrar-se no sistema capitalista-industrial" (Durham, 1973: 32), portanto, se estabelecendo "das regiões economicamente mais atrasadas para as mais prósperas e se [apresentando] em grande parte, como transferência de mão de obra para sistemas mais produtivos" (Durham, 1973: 45).

Além da aceitação sem crítica do historicismo de Ribeiro (1996), em nossa perspectiva, o problema do referido modo de abordar as migrações decorre ainda da interpretação daquele processo como mera *estratégia*, sem mais. Como se o mesmo se constituísse despido de caráter propriamente social e operasse como uma espécie de mecanismo ou ferramenta, vazio de significado, que certas "populações camponesas", igualmente apresentadas de maneira inteiramente abstrata, ahistórica e indeterminada, *utilizariam* a seu bel-prazer, segundo sua lógica aparentemente apartada e inerente, de maneira quase independente do processo social mais amplo de desdobramento das contradições da forma social capitalista. Nosso leitor não está enganado se imaginou reconhecer aqui mais um desdobramento do individualismo metodológico que vimos procurando criticar.

Os questionamentos apresentados não retiram do trabalho de Maia (2004) a importância de ter assinalado a articulação entre a migração para o assalariamento, estabelecida como decorrência do processo de modernização ocorrido no Vale do Jequitinhonha e a reprodução das famílias camponesas que, apesar dos impactos desencadeados pelas diversas transformações advindas, sobretudo a partir de meados do século XX, teriam conseguido permanecer em suas terras[71]. Para a autora, como antes mencionamos, de passagem, a migração seria "uma das principais estratégias para manutenção na terra e de se reproduzirem enquanto grupo social" (2004: 91), sem se estabelecer, contudo, para todos os membros da família, sendo adotada sobretudo pelo "pai/provedor principal e os filhos maiores" (2004: 92). Os outros membros do grupo manteriam a "agricultura de *mantimentos*, meio pelo qual garantem a permanência e o vínculo com a terra patrimônio" (2004: 92, grifo no original).

Sempre decorrentes de prévia "negociação no grupo doméstico", as "trocas de mercado, através do assalariamento dos homens no corte de cana" possibilitariam, para a autora, "os recursos monetários essenciais para a reprodução do grupo doméstico", enquanto a

[71] "As mudanças estruturais no Vale do Jequitinhonha e a expansão da economia de mercado deram origem a transformações nos padrões de reprodução social tradicionais dos grupos camponeses e, consequentemente, a elaboração de novas estratégias econômicas através de combinações diversas de agricultura de subsistência com trocas de mercado, expressa principalmente na entrada dos homens adultos da família no mercado de trabalho" (Maia, 2004: 105).

permanência das mulheres garantiria "as trocas tradicionais e a condição de camponeses" (Maia, 2004: 92). A combinação entre migração sazonal e agricultura de subsistência era apresentada como a principal estratégia de reprodução das famílias camponesas e como um elemento imprescindível da conservação da posse da terra patrimônio. Apresentando a questão nesses termos, a autora tomava como modelo de interpretação a perspectiva de que a unidade familiar era o *lócus*, por excelência, da reprodução social e que, assim como a decisão de migrar, o retorno seria previsto e estabelecido "pela vida da unidade [...] camponesa" (2004: 106). Conforme Maia, "a migração e o retorno dos homens são determinados, portanto, pelas necessidades de sobrevivência e 'bem-estar' imanentes das unidades familiares e de acordo com a racionalidade camponesa de acumulação e redistribuição" (2004: 108).

A família parecia, assim, de acordo com a abordagem de Maia, orientar sua reprodução a partir de uma "racionalidade" tipicamente camponesa. A referida "autodeterminação" familiar sugerida pela autora contrastaria, não obstante, com a necessidade cada vez mais premente da mesma conseguir recursos monetários para possibilitar sua subsistência[72]. Embora a autora mencionasse o problema, sobretudo na medida em que aparecia nos depoimentos dos seus informantes[73], que reiteravam a necessidade de "ganhar dinheiro" fora como o seu "motivo básico para migrar", principalmente "porque o lugar é fraco" (2004: 110), não tematizaria a relação entre autonomia camponesa e dependência do dinheiro como mediação social com maior profundidade. Naturalizando o recurso dos camponeses ao mercado enquanto um "mecanismo" para conseguirem dinheiro para consumir aquilo que não produziam diretamente, Maia, ao contrário, renunciava a qualquer debate mais detido sobre a concepção de autonomia mobilizada, deixando de confrontá-la com o impacto das transformações sobrevindas nas condições de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha, tanto no que

[72] "Essas necessidades são expressas na compra de remédios, no pagamento da venda, na construção ou reforma da casa, instalação de rede elétrica, na aquisição de eletrodomésticos e parabólicas e mesmo na garantia de 'tocar a roça' e manter as 'criações'. O que se constituem em necessidades de consumo que são supridas pelos recursos financeiros adquiridos através de trocas mercantis. Embora sejam produtores diretos de sua subsistência, não são necessariamente autossuficientes, ou seja, que possam satisfazer todas as suas necessidades sem recorrer ao mercado" (Maia, 2004: 109).

[73] "Vamos supor antes de trabalhar na osina não dava pra comprar uma sandalha pros meninos ir pra escola, né, que tudo é comprado, né. Cuía pouquinho mantimento, e as outras coisas que faltar, vamos supor vestir uma criança, comprar um remédio, não tinha jeito" (Dona Letícia, Banco Setúbal, entrevista *apud* Maia, 2004: 109).
"O dinheiro pra tocar o serviço, pra fazer a despesa que não colheu nada, né? Pra fazer a despesa da casa, tem os filhos, por causa disso. Nesse ano não tinha colhido nada. Que já faz bem tempo que nós não colhe nada aqui quase. Que nem eu te falei, nós colhia bastante feijão. Tinha andu, nós colhia bastante andu, era feijão, era meduim, aí quando tinha, quando colhia aí não precisava sai né?" (Rosa, Lagoa dos Patos entrevista *apud* Maia, 2004: 111).

se refere ao surgimento de dificuldades para "colher" mantimentos para a subsistência como no que tange ao aumento da demanda por mercadorias industrializadas, situações apontadas em ambos os depoimentos que reproduzimos anteriormente.

Mesmo após ensaiar uma formulação sobre a maneira como "a entrada dos camponeses na economia de mercado" (2004: 111) modificava sua dependência com referência ao dinheiro[74], a autora não questionaria determinada conceituação que caracterizava, por seu caráter supostamente limitado, a interferência dos salários e dos trabalhos obtidos fora das unidades na reprodução camponesa. Identificava-os respectivamente como "salário complemento" e "trabalho acessório" (Maia, 2004: 111), embora argumentasse que o dinheiro proveniente do assalariamento na condição de migrantes era "condição necessária até mesmo para 'tocar roça' e fazer a *despesa*, comprando produtos de primeiras necessidades antes produzidos" (2004: 111, grifo no original). Ou seja, embora acabasse por considerar o dinheiro como uma mediação pressuposta, sem a qual a reprodução camponesa não parecia se realizar no Vale do Jequitinhonha, mesma aquela caracterizada pela agricultura de mantimentos, a autora prosseguia afirmando a completa autonomia familiar e da sua "racionalidade" como fundamento das decisões, encaradas de maneira meramente "estratégicas", sobre a concretização ou não da migração.

Em determinadas passagens isoladas, Maia reconhecia "a entrada no circuito migratório quase sempre como uma resposta às condições de existência e marcada pela necessidade imediata" (2004: 111), mas acabava perdendo de vista essa perspectiva conjuntural, por exemplo, contrapondo a migração "dos mais velhos", orientada pela "incerteza da produção" à dos homens solteiros, que começariam a migrar segundo influências daqueles que já migraram ou de modo a atender a "interesses individuais" (cf. 2004: 111-112). Voltava assim a ocupar-se restritamente do plano da racionalidade camponesa, conseguindo distinguir diferenças nas estratégias utilizadas por cada grupo migrante (homens, mulheres, solteiros, casados, jovens e velhos), mas deixando de problematizar as transformações que instituíram a migração como possibilidade a ser assumida, num contexto em que o dinheiro foi se tornando mediação cada vez mais *necessária* das relações sociais.

A autora pretendia mesmo criticar as perspectivas que atribuíam um caráter "individual" para a migração, além da maneira como o caráter de solução estrutural,

[74] "A entrada dos camponeses mais efetivamente na economia de mercado – em decorrência de rearranjos de relações tradicionais de trabalho e da destruição de sistemas costumeiros de apropriação da terra – aumentou a dependência do mercado de produtos que antes eram produzidos por eles próprios" (Maia, 2004: 111).

responsável por viabilizar uma totalidade social, ficava encoberto nas explicações dos informantes[75]. Reproduzia, entretanto, o individualismo metodológico em outra escala analítica, interpretando a migração como uma consequência de fatores supostamente "internos" ao campesinato, isto é, da "organização camponesa do Vale, centrada no cruzamento de estratégias coletivas e estratégias individuais dos membros da unidade familiar" (Maia, 2004: 114-115), sem considerá-los estabelecendo-se em condições mediadas pela reprodução social capitalista enquanto forma social.

Sem chegar a tatear a reprodução social criticamente em sua totalidade, Maia assinalava as "duas identidades" e "realidades culturais diferentes e contraditórias" experimentadas pelos migrantes temporários, "de camponês no 'lugar de origem' e de trabalhador assalariado no 'lugar de destino'", ou seja, distinguia um processo de diferenciação que se mantivera em curso, apesar dos planos estatais de modernização conduzidos na "região", mas não conseguia sustentar sua análise sobre o processo de imposição de bases capitalistas integrando o Vale do Jequitinhonha aos padrões de acumulação nacionais, uma vez que não relacionava com o referido processo nem as migrações, nem a constituição da mobilidade do trabalho, interpretados como meras estratégias econômicas de sobrevivência naturalizadas.

Mais preocupado com as transformações que permitiram fazê-las emergir e procurando, assim, o fundamento da existência das migrações temporárias e do assalariamento precarizado e flexibilizado que as mesmas pressupunham, o trabalho publicado por Moraes Silva (1988) na *Travessia, a revista do migrante*, já havia sugerido a articulação identificada por Maia (2004) entre a reprodução camponesa e o trabalho assalariado, problematizando, para além do mero caráter de "estratégia" daqueles deslocamentos, o sentido que assumiam na forma de reprodução do capital que a modernização desencadeada nacionalmente a partir de meados do século XX teria inaugurado.

Nesse estudo, a autora não havia tratado com tanto destaque o processo de diferenciação imposto por uma incorporação, inclusive legal, dos trabalhadores ao assalariamento, que lhes negava a condição plena de trabalhadores cujos direitos são

[75] "As explicações das informantes, quando indagadas sobre os motivos desse tipo de migração, são sempre individualizantes. A migração é vista como uma opção individual. Esse tipo de explicação, como afirma Woortmann (1995), encobre, ou oculta, o processo enquanto uma solução estrutural que viabiliza a reprodução de um todo social. Como demonstra Silva, as pessoas não migram somente pela vontade individual ou porque sentem desejo de fazer isso, pois a migração 'é um processo social, possuindo condicionantes sociais, políticos, econômicos, culturais que atingem os indivíduos independentemente de sua vontade (Silva, 1988: 10)" (Maia, 2004: 115).

reconhecidos. O problema da manutenção ou recriação de diferenças "internas" à homogeneização era discutido sobretudo com relação à conjugação entre a produção capitalista e a camponesa: "Este é um processo de migração temporária rural-rural, possuindo características de uma migração circular, isto é, os migrantes partem mas voltam ao mesmo local. Esta migração temporária-circular ocorre porque, em geral, estes contingentes são camponeses que possuem suas terras e buscam empregos assalariados nas plantações capitalistas. Do ponto de vista da produção agrícola capitalista, esta migração temporária constitui-se numa ótima solução para resolver os problemas de maior demanda de mão de obra durante a fase das colheitas. Esta migração, por definição supõe que estes trabalhadores tenham outros meios de subsistência durante os outros períodos do ano. Caso contrário, estes trabalhadores dependeriam totalmente do trabalho assalariado ou desapareceriam como fonte de mão de obra para as plantações capitalistas. Portanto, através dessa migração, estabelece-se uma relação entre duas formas de produção agrícola diferentes, a produção capitalista e a camponesa" (Moraes Silva, 1988: 10-11).

Embora não tivesse aprofundado, nesse trabalho, suas considerações sobre o problema, a autora identificava aspectos centrais da discussão acerca da articulação entre formas capitalistas e não-capitalistas de exploração do trabalho: as migrações temporárias apresentavam-se como uma solução por resolver o problema da disponibilidade de trabalhadores nos momentos de maior demanda, como as safras, sem exigir dos empregadores, no caso as chamadas "plantações capitalistas", que tivessem de se comprometer com custosos vínculos empregatícios permanentes, aspecto cuja problematização seria aprofundada, como vimos, em Moraes Silva (1999). Além disso, o assalariamento temporário guardava como sua condição um *rebaixamento salarial* característico de condições de trabalho que, por serem temporárias, não tinham que possibilitar a reprodução integral do trabalhador (e sua família) por meio das relações salariais. No caso em discussão, seria a produção camponesa de subsistência a "complementar" a reprodução familiar para que se tornasse viável mesmo naquelas circunstâncias em que o salário parecia não garantir que aqueles trabalhadores não "desaparecessem" como força de trabalho disponível para exploração nas plantações capitalistas.

Embora mantivesse, em certa medida, aquela concepção da migração como "estratégia", na medida em que a associava a uma forma de resistência adotada pelo

campesinato para não se desconfigurar como grupo social[76], ao mobilizar em sua interpretação igualmente uma observação "do ponto de vista da produção agrícola capitalista", a autora conseguia tornar simultânea ao debate acerca das condições estabelecidas para sua reprodução, uma análise das maneiras particulares como os trabalhadores realizavam sua liberdade negativa, aproximando-se de uma abordagem da mobilidade do trabalho que reconhece seu caráter não simplesmente "duplo", mas contraditório. No estudo mencionado, o individualismo metodológico se anunciava na manutenção da reprodução camponesa e da reprodução capitalista como dimensões antagônicas apesar da dita "penetração do capitalismo na agricultura" (Moraes Silva, 1988: 10). Embora a autora as denunciasse "articuladas", inclusive em proveito da acumulação capitalista, a relação sugerida parecia se estabelecer unicamente a partir de "fora" da reprodução camponesa, envolvendo-a e dela extraindo excedentes, sem chegar serem tematizadas dimensões daquela sociabilidade cuja mediação teria a forma abstrata da mercadoria, de maneira que poderíamos vê-la como momento da reprodução daquela totalidade capitalista como forma social.

No artigo *Condição camponesa e migração: caminhos e descaminhos do roçado*, Pereira (2008) se dedicaria a uma discussão sistemática justamente sobre a questão mencionada. Assim como Moraes Silva (1988), o autor articulava como dimensões para sua interpretação tanto a migração, entendida enquanto estratégia, como a dinâmica de acumulação, a produzir formas capitalistas e não-capitalistas como momento da sua reprodução: "Se o assalariamento temporário aparece como estratégia de reprodução social do campesinato, por um lado, por outro, dentro da dinâmica paradoxal do capital, tanto as formas pré-capitalistas quanto as capitalistas são produzidas e reproduzidas sob a égide da mais-valia. Isso quer dizer que, quando a grande propriedade avança ou há intempéries naturais como seca, enchentes ou expansão de *plantations* sobre terras de moradores, há uma tendência de o camponês se proletarizar com o objetivo de garantir o sustento da família. Mas tal sustento não pode ser garantido exclusivamente pelo salário, posto que esse é baixo. Em muitos casos não chega nem mesmo a pagar os custos de reprodução de sua própria força de trabalho como operário. Isso acaba fazendo, não com exclusividade, os operários se recriarem como camponeses para poder sobreviver" (Pereira, 2008: 309).

[76] "No momento anterior, onde somente os homens adultos migravam, as mulheres assumiam o trabalho na terra. Na verdade, esta estratégia representava uma resistência ao processo de proletarização do grupo familiar como um todo" (Moraes Silva, 1988: 14).

Para discutir o problema das migrações como estratégia, Pereira recorria a interpretações como aquelas formuladas por Garcia Jr. (1989) e por Durston (1998), segundo as quais as migrações representam "parte das estratégias de permanência da família na terra, na medida em que as remessas enviadas pelos migrantes permitem à família, em seu local de origem, manter a propriedade, investir na atividade agrícola e melhorar seu padrão de vida" (Pereira, 2008: 305). Para o autor, contudo, ainda que a mencionada tese não seja descartável, a mesma não se traduziria para a maior parte dos agricultores familiares brasileiros, nem, em especial, para os lavradores do Vale do Jequitinhonha, cuja migração para o trabalho assalariado na agroindústria seria uma manifestação da expropriação e expulsão de camponeses de suas terras. No limite, a reprodução da condição camponesa dependeria, em alguns casos, das possibilidades de "reconversões por meio, por exemplo, do acesso à terra via assentamentos de reforma agrária" (Pereira, 2008: 305). Por isso, a concomitância entre o assalariamento como estratégia e a recriação como camponeses não poderia ser considerada de modo linear, enquanto projetos "concebidos e executados de forma ininterrupta no tempo e no espaço" (2008: 305).

Diferentemente, em muitos casos, como indicou o autor, essa concomitância se realizaria unicamente por meio do "sonho", conservado por "migrantes (em certos casos famílias inteiras) que vão trabalhar em fábricas, construção civil, lojas, etc., nos grandes centros urbanos [...] de voltar à atividade agrícola em terras próprias, seja em seu local de origem ou no local de destino" (2008: 305). Não seria, todavia, a concretização do mencionado sonho, uma regra nas experiências de migração camponesa, visto que as dificuldades enfrentadas não apenas para a sua reprodução como um grupo social determinado, mas também para obtenção da estrita sobrevivência, mesmo enquanto proletários, se estenderiam do destino à origem. Assim, por um lado, os empregos conseguidos estariam deixando de proporcionar condições para a reconfiguração da reprodução camponesa, progressivamente dificultada, por outro lado, igualmente pelo chamado avanço do grande capital sobre as pequenas propriedades[77].

Assim, ainda que Pereira caracterizasse aqueles migrantes de "caráter híbrido" enquanto "camponeses-migrantes" ou "camponeses-trabalhadores", nos termos de Shanin

[77] "Para esses migrantes, a migração ou o 'Sul' não tem mais se constituído como o caminho do roçado. Mais que isso, para eles a migração ou o 'Sul' têm significado menos reprodução social da condição camponesa e mais produção social de proletários urbanos, em muitos casos sem emprego formal, dada a crise do emprego na sociedade contemporânea. A migração ou o 'Sul' na trajetória desses agentes sociais tem apontado para o açambarcamento das pequenas propriedades pelo grande capital. Mesmo Afrânio Garcia Jr. (1989) constatou esse tipo de expropriação das terras camponesas dos migrantes camponeses do Nordeste. O avanço do agronegócio em Santa Catarina (soja), oeste paulista (soja, cana, laranja), norte de Minas Gerais (eucaliptos) e algumas regiões do Nordeste (cana) ilustra bem essa reflexão" (Pereira, 2008: 308).

(2005), o próprio autor parecia admitir a completa precarização nas suas condições de reprodução social tanto na condição de camponeses como naquela de trabalhadores assalariados. O referido processo, Pereira relacionava com as transformações políticas, econômicas e culturais do mundo contemporâneo estabelecidas pela globalização, mundialização do capital, desemprego estrutural entre outras dimensões do capitalismo contemporâneo (cf. 2008: 298). Para o autor, até existiriam esforços de resignificação simbólica e de práticas da vida social, "procurando se ajustar e/ou adequar novos instrumentos de sociabilidades e socialização às suas atividades, ao seu cotidiano laboral em prol da sobrevivência", sem embargo, ajuste e adequação não dependeriam, "exclusivamente, de sua ação e seu imaginário", os fatores "endógenos" às unidades familiares[78], estando "intimamente relacionados à globalização e à reorganização do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório hegemônico, embora não exclusivo" (Pereira, 2008: 298).

Essas reflexões o autor constrói com base na análise de Ianni (2002) sobre o desenvolvimento do capitalismo não meramente como processo de industrialização da agricultura, mas enquanto processo civilizatório, que revoluciona condições de vida e trabalho. Indo além da perspectiva da constituição de um campesinato inteiramente expropriado das terras, roças, moradas, meios e instrumentos de trabalho, processo completado no país em apenas algumas décadas, enquanto noutras realidades havia prosseguido por séculos, Ianni distinguiria outras formas de integração à dinâmica da sociedade urbano-industrial nacional e mundial, do chamado "mundo agrário": "O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo é também o desenvolvimento intensivo e extensivo da urbanização, secularização, individualização, racionalização. [...] A própria cultura de massa, de origem nacional e mundial, espalha-se por todos os cantos e recantos. Modos de vestir, falar, agir, pensar, lutar, imaginar são impregnados de signos do mundo urbano, da cidade global" (Ianni, 2002: 50 *apud* Pereira, 2008: 299).

Pereira retomava, assim, a tese de Ianni, segundo a qual, embora uma categoria presente em contextos decisivos, o campesinato teria mudado de figura, sofrendo transformações quantitativa e qualitativamente que exigiriam investigar seus novos significados, tanto teóricos como históricos[79]. Sem embargo, considerando mais

[78] Assinalados por Pereira em termos de "visões de mundo, organização do trabalho, negociações, costumes, etc." (2008: 298).

[79] Para Ianni, no mencionado contexto, "o 'campesinato' muda de figura. Continua a ser uma realidade em muitos lugares, mas com outros significados tanto históricos como teóricos. Uma categoria presente e muitas vezes decisiva em revoluções burguesas e socialistas, sofre transformações quantitativas e qualitativas básicas

rigorosamente os diversos momentos da sua argumentação, o autor não deixara de sustentar que esse embaralhamento de fronteiras entre campo e cidade não havia sido suficiente para aniquilar certo "*ethos* cultural" do campesinato, "não necessariamente refratário, [mas] diverso do famigerado 'espírito do capitalismo'" (Pereira, 2008: 299), retomando a tese de Shanin (2005) acerca da extensão de determinados impactos do desenvolvimento capitalista na transformação do campesinato[80].

Tendo identificado a "precariedade social" em diversas escalas como causa fundamental para o desencadeamento daquelas migrações temporárias[81], o autor argumentava que quaisquer caminhos para a modificação da referida situação deveriam incluir uma reflexão sobre os mínimos vitais[82] que seriam capazes de promover uma "existência digna em sociedade", reforçando, além disso, "a necessidade de ações conjugadas entre o poder público e as famílias, principalmente ouvindo os migrantes, para que possam ser elaborados e executados projetos que viabilizem uma agricultura familiar na região capaz de lhes oferecer um padrão de vida melhor" (Pereira, 2008: 308).

---

quando as corporações transnacionais intensificam e generalizam a industrialização do mundo agrário" (2002: 50 *apud* Pereira, 2008: 300).

[80] "Teodor Shanin (1980) indica que o desenvolvimento do capitalismo no campo concorre para a transformação do campesinato, por um lado, e, por outro, tal desenvolvimento não aponta necessariamente a extinção social do campesinato. Isto é, não ocorreria proletarização absoluta dos camponeses em contextos de capitalismo" (Pereira, 2008: 309).

[81] "Guardadas as devidas exceções, o Vale do Jequitinhonha apresenta infraestrutura social precária. Há uma demanda muito grande por empregos, educação, tratamentos de saúde e condições mínimas de sobrevivência como obtenção de alimentos. As comunidades visitadas se mostram extremamente carentes no que se refere à questão sanitária e à saúde; à falta de água para a lavoura; e às condições adequadas de habitação. Em algumas comunidades, muitas famílias habitam casas de pau-a-pique com o reboco muito desgastado, o que propicia a convivência muito próxima com o 'barbeiro' (inseto portador do *Trypanosoma cruzi*, causador da Doença de Chagas). Além disso, a maioria das famílias não dispõe de um sanitário adequado onde possam tomar banho e fazer suas necessidades fisiológicas. Embora a maioria das famílias tenha caixas d'água, disponibilizadas por meio dos projetos ASA e Cáritas, bem como pequenas barragens, elas ainda sofrem com a falta de água para regar lavouras e dar de beber aos animais. [...] Mas as lavouras e a produção de leite não são perenes", principalmente em razão de um período de "chuvas escassas e irregulares, o que provoca seca em rios, lagoas, pastagens e forte queda na produção. É também nesse período que a maioria dos homens migra. Os que ficam, idosos, crianças e mulheres ficam incumbidos de não abandonar a terra e procurar meios de sobrevivência que são muito variados e se tornam expressão da criatividade e resistência, sobretudo das mulheres. [...] Além da falta de empregos, estradas adequadas e meios de transporte para escoamento da produção, outros fatores sociais intensificam a precariedade da região. Os jovens do sexo masculino apresentam defasagem educacional muito grande. [...] A defasagem educacional, somada à precariedade das condições de vida e à expropriação das terras camponesas pelas empresas madeireiras, concorre para que os jovens, bem como homens e mulheres casados, não vislumbrem outras alternativas de sobrevivência senão a migração temporária, o que reforça seu caráter compulsório" (Pereira, 2008: 301-303).

[82] Em última instância, Pereira argumentava sobre a necessidade de se considerar o "problema da reforma agrária. Sem planejamento racional, a urbanização do campo se processará cada vez mais como um traumatismo cultural e social, em que a fome e a anomia continuarão a rondar o seu velho conhecido. [...] No estado atual, a migração [...] é uma fuga do pior para o menos mau, e não poderá ser racionalmente reorientada se não partir do pressuposto de que as conquistas fundamentais da técnica, da higiene, da divulgação intelectual e artística devem convergir para criar novos mínimos vitais e sociais (Candido, 1971: 224-225)" (Pereira, 2008: 308).

No referido trabalho, Pereira retomava muitas das questões que viemos problematizando ao longo da nossa argumentação. Mesmo sem ter sido muito mais desdobrado, o problema da acumulação não somente aproveitar-se, mas, igualmente, reproduzir relações de produção não-capitalistas em seu benefício aparecia diretamente identificado, sobretudo em torno da extração da mais-valia absoluta possibilitada pela precarização do trabalho, conforme a remuneração de um salário insuficiente para a reprodução da força de trabalho mostrava. O autor caracterizava, assim, uma forma de diferenciação que teria acompanhado a expansão do assalariamento, sem impedi-lo necessariamente de se tornar homogêneo, mas restringindo bastante as "promessas civilizatórias" que pareciam pressupostas ao processo de superação daquela forma de dominação dita "pessoal" ou "arcaica" a que estavam submetidos os camponeses nas relações tradicionais em que se achavam inseridos anteriormente. Sobretudo aquelas identificadas à transformação dos mesmos em assalariados com direitos trabalhistas, condições para a reprodução familiar, direitos sociais e cidadania, todos completamente assegurados.

Ancorado em uma tradição de estudos bastante clássicos, o autor relacionava a mencionada forma de diferenciação com a *recriação do campesinato*: embora não fosse alternativa exclusiva para contornar as dificuldades de sobrevivência impostas pela precarização, frente aos seus baixos salários, o operário poderia complementar a sua reprodução familiar refazendo-se como um camponês. Para Pereira, contudo, essa possibilidade, sugerida numa parte dos trabalhos com os quais o autor estabelecia interlocução, apresentava-se dificultada pelos contínuos processos de expropriação promovidos pela investida do grande capital que continuava a ocorrer no Vale do Jequitinhonha, assim como pela progressiva precarização social que vinha tornando compulsória a migração a partir daquela região. Como ressaltava o autor, migração e assalariamento até se articulariam em *estratégias* familiares para sua recriação como campesinato, mas, quase que exclusivamente, em "projetos" nada lineares e de prazos bastante longos. Por isso, tornavam-se ou apareciam como "sonhos".

Diferentemente de abordagens que atribuíam a chamada "precariedade social" característica de "regiões" como o Vale do Jequitinhonha à ausência de uma efetiva modernização, o autor procurava, ao contrário, apresentá-la diretamente como uma decorrência da mesma, apontando nomeadamente a expropriação como o elo que

fundamentaria as outras dificuldades de sobrevivência[83]. Pereira distinguia, assim, um processo de expansão e de transformação do capitalismo, que o caracterizaria como "mundializado" ou "globalizado", responsável por precarizar as condições de vida e reprodução, tanto para trabalhadores como para camponeses[84].

Que o autor tratasse a precarização social a que se encontram submetidos os "camponeses-migrantes", tanto na origem como no destino, como resultado do desenvolvimento capitalista, não o impedia de reivindicar, todavia, a necessidade de intervenção do Estado para remediar problemas sociais ligados à saúde pública, à escolarização, ao abastecimento de água, à empregabilidade, etc., assim como para proporcionar a alternativa de reprodução social daqueles migrantes como *agricultores familiares*[85]. Consequentemente, Pereira acabaria supondo como uma possibilidade a realização da modernização em outros termos, mais *distributivistas*, que não estivesse voltada, portanto, exclusivamente ao proveito do "grande capital", sendo, ao contrário, sobretudo capaz de promover, entre outros processos de transformação social, a reforma agrária[86].

Quando destacava a importância das aposentadorias na reprodução de inúmeras famílias, inclusive migrantes, do Vale do Jequitinhonha, Pereira (cf. 2008: 302-303) anunciava uma discussão, que não chegava a aprofundar, sobre o papel do Estado na reprodução daqueles "camponeses-migrantes". Esse papel era reivindicado ainda na problematização sobre os mínimos vitais necessários para possibilitar uma existência em sociedade mais digna. Certas concepções de Candido (2001) retomadas pelo autor assinalavam o mesmo: a ideia de um planejamento capaz de generalizar "conquistas civilizatórias" como mínimos vitais para a reprodução social como um todo implicava claramente certa posição a ser assumida pelo Estado nesse processo. Se determinadas condições de socialização com seus mínimos havia sido rompida, mediante algumas

[83] "Essa dinâmica negativa está diretamente ligada à penetração do capitalismo no campo com a chegada das empresas madeireiras de papel e celulose, que ocupam as melhores terras, como as veredas e chapadas, e expulsam os camponeses para terras não agricultáveis" (Pereira, 2008: 304).

[84] Tornava-se migrante por não conseguir se reproduzir como camponês, mas, enquanto tal, também não conseguia se reproduzir integralmente apenas como assalariado e muito menos recriar as condições para se manter como camponês.

[85] Pereira fez menção às dificuldades de sobrevivência desencadeadas por um escoamento problemático da produção, além de sugerir que a precariedade estaria "vinculada às políticas de desenvolvimento rural, em geral de difícil acesso aos camponeses e mais acessíveis aos fazendeiros. Entre outras atividades, essas políticas se expressam na construção de açudes ou barragens para irrigar terras onde predominam a agricultura e a pecuária de caráter empresarial, como pode ser constatado em alguns setores regionais do Alto e Baixo Jequitinhonha, onde predominam a pecuária de corte e a produção de frutas, como manga e mamão, para exportação" (Pereira, 2008: 304).

[86] Essa perspectiva se mostrava claramente quando Pereira atribuía o êxodo "ao não equacionamento da questão agrária brasileira", argumentando ainda que a "possibilidade de permanência no campo" dependeria, entre outros fatores, da "elaboração de políticas públicas que freiem a expansão das grandes sobre as pequenas propriedades; e [da] eleição da agricultura familiar como modelo de vida e produção alternativo ao agronegócio" (2008: 311).

conquistas que teriam permitido inclusive ultrapassar condições ditas "arcaicas" de dominação, tratar-se-ia de dirigir a modernização como um processo democrático e redistributivo que proporcionasse a todos tomarem parte naqueles "avanços" técnicos, intelectuais e artísticos.

Novamente, assim como numa grande parcela dos trabalhos que tivemos a oportunidade de discutir, o que parecia estar em causa naquela argumentação seria a conhecida problemática das formas de divisão da riqueza social, que nem sempre compreendia o processo de produção da mesma enquanto momento necessário para a construção da crítica procurada. Pereira não havia ficado circunscrito, seguramente, à denúncia dos baixos salários e das precárias condições de trabalho experimentadas por migrantes. Não obstante, ao encerrar essa discussão numa crítica ao processo de proletarização, "corrigível" inclusive pela reapropriação dos meios de produção, nomeadamente da terra, com a reforma agrária, o autor deixava de lado uma maior problematização sobre a forma-mercadoria, o dinheiro, o Estado, como momentos e fundamentos da socialização capitalista.

O problema dessa perspectiva, como viemos argumentando, seria justamente o tratamento demasiado neutro, por um lado, do caráter do Estado, que não permite identificá-lo como momento do processo de autonomização, a partir do qual gestão e exercício da violência "separam-se" da propriedade do capital, passando a serem personificados por funcionários cuja remuneração vem para atestar a aparência de objetividade e autonomia do trabalho que realizam, com relação ao processo imediato de reprodução capitalista. Inversamente, aparecia apresentado como mero "meio" de regulamentação social, podendo servir, a depender das disputas em torno do mesmo estabelecidas, ao benefício de uma ou de outra classe, de maneira completamente independente, portanto, de uma crítica da sua aparência de autonomia sustentada fetichistamente por meio da forma social a partir da qual o mesmo se reproduz.

Por outro lado, a dificuldade daquela perspectiva seria também o tratamento igualmente neutro atribuído para a forma assumida pela riqueza social no processo de socialização capitalista. Modificando-se sua forma de distribuição, a começar pelo rompimento do monopólio de classe sobre a terra enquanto um meio de produção, reivindicado com a perspectiva de reforma agrária, mas passando sobretudo pelo intervencionismo estatal a cumprir o papel de promover a distribuição das referidas "conquistas civilizatórias", numa modernização de caráter popular e democrático, a precariedade social ficaria resolvida. Em uma escala, poderíamos argumentar que a

perspectiva de superação da atual precarização a que se encontram submetidos os assalariados, por meio do reconhecimento abrangente e assegurado dos seus direitos trabalhistas, sociais e políticos não chegaria a alcançar nem mesmo uma crítica da exploração do trabalho, ficando restrita a tomar como problema o processo de superexploração desencadeado como momento da reprodução do "capitalismo contemporâneo". Noutra, teríamos, todavia, que reafirmar os limites da própria crítica reivindicada, na medida em que a mesma naturaliza o trabalho, sua divisão social e a mercadoria, mediações sociais de uma forma de produção e circulação, fetichista e tautológica, que não tem nada de neutra, não obstante o seu caráter abstrato. Consequentemente, se transformados em *agricultores familiares*, os atuais "camponeses-migrantes" precarizados teriam as suas condições de reprodução social sem dúvida modificadas, mas não no que se refere à necessidade de se mediar nos termos da socialização capitalista.

Considerando a reprodução capitalista igualmente como desenvolvimento da urbanização, secularização, individualização e racionalização, no processo mundial de constituição de uma cultura de massas, Pereira (2008), assumindo como apoio a argumentação de Ianni (2002), se aproximava de uma abordagem cuja crítica não se circunscreve à exploração dos excedentes do produto do trabalho de uma classe, fundamentada na monopolização dos meios de produção por outra. Voltava ao típico procedimento do individualismo metodológico, contudo, ao considerar a reprodução camponesa como uma totalidade apartada, cujo sentido se estabeleceria de maneira pretensamente independente da forma abstrata de mediação social.

Por um lado, ao reivindicar a emancipação daquele grupo social das formas contemporâneas de sua subordinação, assentadas na superexploração do trabalho e na precarização das suas condições de vida decorrentes do chamado processo de "mundialização" do capital, enquanto admitia, não obstante, ser "autônoma" a sua reprodução, ainda que submetida à necessária mediação do Estado, da produção e do intercâmbio de mercadorias. Assim, o capitalismo tornava a aparecer, na mencionada explicação, como mero processo de exploração e apropriação privada, orientado subjetivamente pelos chamados "interesses de classe", que "abarcaria", desde "fora", espoliando excedentes, modos de vida dele diferenciados.

Por outro, quando argumentava que os camponeses, embora tivessem sofrido transformações que exigiriam investigar seus novos significados tanto teóricos como históricos, sempre se recriariam assentados sobre um *ethos* cultural diferenciado do

capitalismo[87]. Além de hipostasiar determinadas práticas, costumes e comportamentos, caracterizados como "tradicionais", enquanto relações essencialmente camponesas, sem considerar a constituição das mesmas no próprio processo de estabelecimento do campesinato, resultante das determinações regionais da territorialização do capital desencadeada pelo sistema colonial, aquela argumentação aceitava a "cultura" como dimensão quase que naturalmente separada das outras esferas, assim pressupostas, da reprodução social. A completa transformação sofrida pelas condições de reprodução camponesa, com a passagem de uma forma regional de acumulação para outra, por assim dizer, nacional, não parecia impactar decisivamente porque o que caracterizaria fundamentalmente o campesinato seria o seu *ethos* cultural, sempre susceptível a transformações, mas nunca "dissolvido", enquanto essência diferenciada. A própria emergência da cultura como esfera cuja aparência de autonomia resultava do mesmo mencionado processo de autonomização do capital acabava, assim, igualmente, não tematizada.

Hipostasiando tanto o âmbito da cultura como certo *ethos*, característico do campesinato, Pereira não chegaria, assim, a criticar a radicalidade do processo de expropriação que transformou quaisquer outras formas de reprodução, que não a comercialização das forças de trabalho ou outras mercadorias que seriam diretamente produzidas, alternativa a ser viabilizada com a transformação dos "camponeses-trabalhadores" precarizados em agricultores familiares, em "projetos" ou "sonhos" cujos termos da construção parecem ter de passar inequivocamente pela aceitação amiúde naturalizada da forma abstrata e fetichista de mediação social.

Consideradas as ressalvas sugeridas, fundamentais da perspectiva crítica que buscamos construir, a interpretação proposta pelo autor teria, ainda assim, o mérito indiscutível de exigir pensar nos resultados da expropriação ocorrida no Vale do Jequitinhonha para além da simples dedução de uma pretensa generalização do assalariamento, imposta num processo de absoluta homogeneização ou igualização da reprodução capitalista. Seguramente, Pereira teve a seu favor a distância temporal dos processos de transformação e ruptura nas relações regionais de produção que viemos apresentando: se num momento foi possível pensar ser apenas uma questão de tempo a completa e inequívoca redução da totalidade dos antigos camponeses à condição de

[87] "Nesse processo, a tradição não é soterrada ou simplesmente dissolvida. Porém percepções e comportamentos são reelaborados a partir da ressignificação de símbolos e costumes tradicionais. Isso mostra que os agentes sociais envolvidos não são completamente passivos à ordem dominante" (Pereira, 2008: 299).

assalariados, com o passar dos anos as formas de resistência que possibilitaram a sobrevivência daqueles que conseguiram permanecer na terra teriam que passar a ser consideradas.

Além disso, acreditamos que a referida característica do seu trabalho seria proveniente, ainda, de determinada abordagem sobre o processo histórico que não se estabelece independente, e nem mesmo afastada, das trajetórias e suas formas de representação daqueles que são *sujeitos* ao mesmo, personificando suas condições de realização. Como saldo dessa perspectiva, o estudo de Pereira teria ainda o mérito determinante de exigir pensar acerca das novas condições de reprodução social dos camponeses que assim teriam "permanecido", apesar da necessidade frequente de se assalariarem e da pressão cada vez mais brutal para sua completa proletarização[88]. Substituindo relações de dominação "pessoal" ou coronelista, por vezes discutidas na literatura que se ocupou do campesinato reproduzido tutelado a fazendas e domínios fundiários (cf. Moraes Silva e Neves, 2008), nas trajetórias apresentadas pelo autor, pudemos identificar a destacada presença das *instituições estatais* integrando as condições de reprodução tanto dos lavradores que não migram como das famílias dos migrantes. O consumo também aparecia ganhando outra dimensão naquela sociabilidade, a marcar o contexto em que os próprios lavradores muitas vezes identificam-se por sua *pobreza*, recolocando, ainda que diferentemente, como poderemos discutir, os termos daquela classificação consagrada pelos relatórios e diagnósticos estatais de que tratamos anteriormente. Isso para darmos apenas alguns exemplos.

Se viemos reivindicando a historicidade da constituição do campesinato e as transformações das suas condições de reprodução social no bojo do processo de autonomização do capital, trata-se então, não de caracterizar o atual campesinato que conseguiu "permanecer" ou se recriar por qualquer essência que pretenda definir, diferenciando seu *ethos*, mas principalmente de investigar as mediações sociais que o reproduzem. Ou melhor, de investigar as mediações sociais que reproduzem certa possibilidade de acesso à terra, determinadas condições de vida para aqueles que nela sobrevivem, além de algumas formas de representação das mencionadas condições,

[88] "Entretanto, eles [os fatores internos ao grupo familiar] não bastam por si. Suas estratégias são fortes, mas isoladas, não impedem que a proletarização exista como fenômeno social. Como visto, nem todos os agentes sociais que saem da terra conseguem retornar com plenas condições de nela permanecer e preservar sua condição camponesa. Para os migrantes sem perspectivas de permanecer na terra, ainda que de modo temporário, sobretudo os jovens e as jovens solteiras, a reconstrução do território ou a recriação da condição camponesa aparece menos como possibilidade e mais como algo que se distancia no tempo e no espaço. Para eles, o 'Sul' conduz menos ao roçado e mais à proletarização" (Pereira, 2008: 311).

subjetivadas, mas igualmente interpretadas, mediante categorias como "camponês", "lavrador", "agricultor familiar", entre outras, mobilizadas igualmente nas relações estabelecidas com o Estado, em processos políticos de organização e reivindicação. Ou seja, trata-se de colocarmos em causa as atuais condições de "reprodução camponesa", enquanto uma possibilidade para investigarmos criticamente os desdobramentos contemporâneos do processo contraditório do desenvolvimento capitalista.

Para além do âmbito da reprodução camponesa, cujas condições continuaremos problematizando em seguida, a interpretação sugerida por Pereira exigia também um aprofundamento da discussão acerca da relação entre processos de diferenciação e reprodução ampliada do capital. Se, por um lado, a abordagem daquele autor ressaltava aspectos consagrados nos estudos acerca da necessidade de reposição da chamada superexploração do trabalho e da mais-valia absoluta, para caracterizar o "capitalismo contemporâneo"; por outro lado, anunciava o aumento da precarização e geração de subempregos[89] ao lado da formação de um contexto de "desemprego estrutural" que demandaria repensarmos os termos da funcionalidade do rebaixamento salarial na acumulação, entendida como um processo amplo, que se reproduz ao nível do capital enquanto totalidade social.

Ou seja, trata-se de retomarmos o debate sobre o papel atual da produção de subsistência camponesa procurando investigar, por um lado, se e como impacta no rebaixamento dos salários frente aos processos de precarização e de flexibilização do trabalho, considerando que os mesmos emergiram num contexto intensificado de desenvolvimento das forças produtivas e de mecanização, a promover igualmente a progressiva substituição do "trabalho vivo" em numerosas etapas da produção de mercadorias, tanto a industrial como a agroindustrial. Enquanto, por outro lado, problematizamos o sentido hodierno da chamada "reprodução camponesa", a ser procurado não somente na relação entre camponeses e mercado, mas igualmente na transição dos nexos entre reprodução camponesa e expansão dos domínios fundiários coronelistas para a relação entre reprodução camponesa e Estado nacional, observado seu papel na reprodução capitalista contemporânea.

Se, por um lado, portanto, o processo de modernização investigado não se circunscreveria ao mero desenvolvimento técnico das forças produtivas, por outro, considerada a necessidade de uma análise acerca das transformações nas relações de produção, também a generalização do assalariamento e sua realização em condições

[89] "O êxodo rural desses camponeses, inclusive para outros países, faz parte do processo de globalização e compõe um problema social estrutural então cognominado de reestruturação do capital acompanhado de forte flexibilização das relações de trabalho, cujos desdobramentos configuram-se na intensa geração de subempregos" (Pereira, 2008: 310-311).

completamente homogêneas não poderiam, ambos, ser considerados os resultados inequívocos do mesmo: diferenciações persistiriam, tanto nas formas existentes de acumulação como nas formas de sobrevivência dos trabalhadores mobilizados, cuja reprodução parece poder ocorrer inclusive em condições camponesas. Mantidas ou reproduzidas, tais diferenciações não se referem a qualquer persistência de um caráter pretensamente "arcaico" em determinados setores ou relações a serem, ainda, "modernizados", devendo ser problematizadas na medida em que constituem e/ou se desdobram do próprio processo de modernização, tomado da perspectiva crítica da generalização da mercadoria e do dinheiro enquanto formas de mediação social.

### *4.3. Reprodução "camponesa": totalidade independente em meio à reprodução do capital?*

Nos inúmeros trabalhos sobre os resultados da modernização no Vale do Jequitinhonha, a relação entre reprodução camponesa e reprodução capitalista foi problematizada com diferentes perspectivas. Muitos desses trabalhos, como discutimos anteriormente, partiram da ideia de que o capitalismo teria "chegado" à "região" exclusivamente a partir de meados do século XX. Ou seja, quando aquelas análises reconheciam a relação mencionada, consideravam, em geral, que a mesma teria se estabelecido unicamente a partir do processo, por isso mesmo, definido como uma *acumulação primitiva*. Entre os estudos que se voltaram para pensar as migrações, temporárias ou definitivas, enquanto principal resultado da modernização regional, encontramos, como indicado anteriormente (cf. seção 4.2 dessa tese), aquelas que presumiram a *homogeneização do assalariamento*, evidência do caráter propriamente capitalista das relações sociais de produção que se formavam. De acordo com essa perspectiva, a relação travada entre reprodução camponesa e reprodução capitalista estabeleceu-se enquanto uma *supressão*: a "chegada" do capitalismo no Vale do Jequitinhonha foi responsável por expropriar o campesinato de quaisquer opções de reprodução que não a venda das suas forças de trabalho e a sua transformação em proletariado. Assim, a acumulação primitiva desencadeada teria instaurado certa homogeneização das ditas relações sociais propriamente capitalistas de produção, considerado, sem dúvida, o debate já mencionado sobre as diferenciações que "permaneceriam", por exemplo, nas formas de superexploração do trabalho.

Outras interpretações, diferentemente, embora concordassem com a primeira perspectiva distinguida, no que se refere à "chegada" do capitalismo no Vale do Jequitinhonha, não atribuíram ao seu estabelecimento a aniquilação da reprodução camponesa, mas sim sua *deterioração*, aumentando o recurso ao *trabalho acessório*[90] sobretudo mediante migrações temporárias. Teriam emergido, assim, "camponeses-migrantes" naquela "região" modernizada. Essa abordagem atribuiu à permanência do campesinato certa *funcionalidade*, criticando, portanto, concepções que tomavam a reprodução capitalista por sua tendência à homogeneização. O rebaixamento salarial proporcionado pela produção direta dos meios de subsistência familiares permitiria a exploração da mais-valia absoluta que nunca deixaria de ser oportuna à acumulação capitalista.

O último grupo de análises, embora também tivesse partido da "chegada" do capitalismo na "região", sequer chegava a problematizar a relação entre reprodução camponesa e reprodução capitalista. Caracterizavam trabalho acessório e migrações temporárias como meras *estratégias* visando garantir a reprodução familiar, cujas determinações proviriam fundamentalmente das necessidades internas às unidades camponesa, sem dizerem nenhum respeito às necessidades intrínsecas da reprodução capitalista. Essa abordagem pressupunha a existência de determinada "lógica" ou "racionalidade familiar" como o fundamento central para caracterizar a reprodução camponesa enquanto uma *totalidade independente*.

Embora muito menos evidenciada, essa caracterização aparecia igualmente pressuposta nas outras duas perspectivas de análise das migrações, anteriormente mencionadas. Na primeira delas, apresentava-se do seguinte modo: a "chegada" do capitalismo, considerada um processo homogeneizador, aniquilaria todas as demais totalidades cuja reprodução não se assentava em relações capitalistas, mas em "racionalidades" ou "lógicas" antagônicas à mesma. Na segunda, apesar do destaque conferido para a articulação entre reprodução camponesa e reprodução capitalista, refinadamente descrita, o campesinato permanecia apartado como uma totalidade independente do capitalismo, sendo dominado desde "fora" mediante a extração de rendimentos. A acumulação de mais-valia absoluta se baseava na diminuição salarial

[90] Ariovaldo Umbelino de Oliveira distinguia a existência de "nove elementos estruturais da produção camponesa" (1986: 69), entre os quais figurava o trabalho acessório: "Meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar da unidade camponesa" (Oliveira, 1986: 69).

proporcionada pela produção familiar de subsistência e impunha não meramente a "permanência", mas sobretudo a "recriação" de relações não-capitalistas de produção, diferente totalidade em processo.

Em outros trabalhos que se ocuparam das mudanças ocorridas no Vale do Jequitinhonha sem se prenderem especialmente ao desencadeamento das migrações temporárias, a relação entre reprodução do capital e reprodução camponesa, até onde sabemos, foi muito pouco problematizada. Numa das únicas investigações que se debruçaram de um modo mais aprofundado sobre as transformações ocorridas nas fazendas, para além das muito breves referências à expansão, reestruturação ou modernização da pecuária existentes nalguns trabalhos que discutimos antes[91], essa articulação não foi tratada, segundo a perspectiva assumida por Ribeiro (1997), em consequência das mesmas não terem levado ao desenvolvimento de uma produção efetivamente capitalista nas fazendas.

O autor distinguia "na história que foi escrita depois" acerca das referidas transformações o destaque dado para a "revolução produtiva que atingiu com muita intensidade o conjunto do rural" (1997: 233). Segundo sua perspectiva, no entanto, as fazendas teriam se tornado empresas de produção pecuária "não por ter entrado um capitalismo que assim se impôs, [...] [mas por ser] a derradeira opção [...] que então sobressaiu diante da diversidade anterior" (Ribeiro, 1997: 233). Os programas de desenvolvimento rural, conforme Ribeiro, teriam passado "mais ou menos ao largo do Nordeste de Minas Gerais" (1997: 237). O crédito rural até teria alcançado fazendas, operando, contudo, muito poucas transformações: "[As políticas] nunca representaram proposição de transformação daquelas fazendas, não possuíam sistematicidade e atingiam apenas parcela daquela organização; tocaram ligeiramente o aspecto produtivo duma trama mais extensa que unia homem e terra" (Ribeiro, 1997: 237).

Para o autor, excetuando-se reflorestamento e produção cafeeira que foram implantados no alto Jequitinhonha, nos quais a terra teria servido unicamente para a montagem de um sistema produtivo totalmente transplantado, e partes localizadas do

[91] Encontramos menções à expansão, reestruturação ou modernização da pecuária existente no Vale do Jequitinhonha nos trabalhos de Pinheiro (1988), Muls (1989) e Maia (2004), todas elas apresentadas anteriormente (cf. seção 1.2 dessa tese). Essa escassez de referências à transformação nas fazendas não espanta, considerada a ínfima importância dada para as mesmas nas interpretações sobre as condições de reprodução social existentes no Vale do Jequitinhonha antes da segunda metade do século XX. Menções aparecem apenas tangencialmente tanto em Amaral (1988) como em Ferreira Ribeiro (1993) (cf., respectivamente, seções 2.1 e 2.2 dessa tese), ganhando papel central na caracterização das relações existentes antes do estabelecimento da "região" somente em Moura (1988) e em Ribeiro (1997). Como sabemos, o trabalho de Moura (1988) não desdobrou, todavia, um aprofundamento da análise sobre os processos que se seguiram ao período de conflitos mais detidamente investigado.

Jequitinhonha e Mucuri abaixo, nas quais a SUDENE custeou a tecnificação dos empreendimentos, a maioria dos sítios e das fazendas teriam continuado "as unidades extratoras que sempre foram" (Ribeiro, 1997: 238). Os primeiros sofreram apenas transformações nos limites para o consumo extensivo dos capões, exigidas na quase totalidade dos sistemas camponeses de produção. As últimas contaram com poucas modificações, resumíveis pela introdução de raças europeias de gado e por certo aperfeiçoamento industrial dos cruzamentos.

A "verdadeira revolução" percebida por Ribeiro, o mesmo caracterizou como "fundiária" (1997: 239). O autor indicou a supressão do antigo costume das fazendas compartilharem terras com agregados e a consolidação de "um regime novo de uso e apropriação da terra" (1997: 239) como os principais impactos do estabelecimento do mercado nacional de terras. Para o autor, o "caminho da formalização da renda" teria proporcionado o "afortunejamento [...] sem sustos" dos fazendeiros que, ao invés de modernizarem efetivamente seus empreendimentos, simplesmente aproveitaram a obrigatoriedade da "revisão" dos "seus estatutos de domínio" (1997: 240), além de aproveitarem recursos advindos das "tetas do governo", que se apresentavam para "fazendeiros e políticos [...], para eles e para os seus" com base em determinada caracterização da "região" por sua pobreza e carência (1997: 248).

Ou seja, sem haverem promovido, segundo os termos de Ribeiro, nenhuma transformação produtiva visando o desenvolvimento de uma produção efetivamente "capitalizada", mantendo como atividade quase exclusiva das fazendas uma pecuária extensiva, os fazendeiros teriam incorporado não relações de produção propriamente capitalistas, mas sim uma espécie de "rentismo" com base na formação da propriedade privada e em incentivos estatais. Por mais que buscasse criticar a perspectiva que sepultava outras "opções" de mudança advindas da ruptura ocorrida no Vale do Jequitinhonha, a partir de meados do século XX, para além da conformação de uma polarização entre modernização ou manutenção do atraso[92], com a abordagem que mencionamos, o autor reiterava a caracterização daquelas fazendas por sua falta de desenvolvimento capitalista, legitimando os termos daquela concepção. Com vimos anteriormente, Ribeiro sustentava a sua interpretação

[92] "O problema dessa análise é sepultar outras opções possíveis. É tão fatal sua racionalidade que elimina crítica e reflexão: elas deslocam-se necessariamente para os resultados, nunca para a interação. O agro fica preso numa camisa de força onde as duas únicas saídas históricas teriam sido atraso ou modernização. Quais seriam, porém, as outras escolhas a serem postas fora do projeto visceralmente conservador da fazenda ou da modernidade a todo custo da empresa rural? Essa radicalidade das escolhas, derivada da leitura limitada da história daquele período, silenciou toda a possibilidade de refletir sobre o domínio da terra, técnicas, modelo de desenvolvimento" (Ribeiro, 1997: 236).

em uma apreensão bastante *coisificada* do capital[93]. Isso para apontarmos uma questão que salta aos olhos em sua problematização, cuja discussão mais aprofundada nos exigiria criticar igualmente a perspectiva de outro "modelo de desenvolvimento" possível, ainda mais fundado em categorias (técnicas, domínio da terra) cuja determinidade histórica nem chegava a ser cogitada.

Certas passagens de sua análise permitiam estabelecer pontos de contato entre constituição da propriedade privada da terra e processo de autonomização do capital, nomeadamente porque Ribeiro reconhecia a transformação da terra num ativo, sua incorporação aos circuitos mercantis e também financeiros[94]. Contudo, o autor não reconheceria o principal: como a referida mudança na relação entre homens e bens apropriados, principalmente a terra, teria implicado em expropriação, formação da mobilidade do trabalho, autonomização entre "terra" e "trabalho", ou seja, no estabelecimento da *relação-capital*, para além de qualquer alteração técnica, empresarialização e créditos, meros momentos da reprodução social capitalista em processo, que não podem ser caracterizados, *em si mesmos*, como "capital".

As atuais condições de reprodução camponesa apareciam completamente desconectadas da reprodução do capital porque, para Ribeiro, sistemas camponeses continuaram sendo meramente "unidades extratoras", compondo uma totalidade independente, cuja "lógica" não coincidia com a capitalista e, embora o autor desse importância para a ruptura desencadeada pelo fim da agregação nas relações entre camponeses e fazendas, nem mesmo essas últimas o "capitalismo" teria alcançado efetivamente. Instalado em poucos enclaves, não mobilizaria as novas condições de reprodução social, caracterizadas pelo "rentismo".

No estudo de Amaral (1988), no qual a relação entre fazendas e reprodução camponesa apareceu apenas tangencialmente na investigação sobre as condições de

[93] Já bastante comentada em nossa crítica à interpretação de Ribeiro (1997) acerca das relações que tradicionalmente reproduziam as fazendas, essa perspectiva aparecia também na polarização desenhada pelo autor entre a chamada "revolução modernizadora" como ocorreu nas fazendas pecuárias e nas chapadas apropriadas na implantação das companhias reflorestadoras: "Apenas sua chapada; mas aí é caso muito a parte porque seu estatuto de cerrado plano solicitou mais que dinheiro para exploração: exigiu capital – coisa diferente – porque careceu ser fabricada à custa de tratores e química para receber, abençoadamente a qualificação de terra. Essa terra é um produto direto do capital, não da natureza, e por isso é diferente de tudo que se fala aqui – as outras terras – que são apenas dotação natural subordinada a modos de apropriação" (1997: 240).

[94] "Ela [a terra] foi incorporada aos circuitos mercantis de todo o país, feita mercadoria de caráter geral, transformada em ativo de rendimento financeiro equivalente às outras aplicações de mercado. Essa revolução – consequência da integração mercantil rural-urbana, financeira, resultado da formação de um mercado geral de bens agrícolas – atingiu frontalmente a fazenda. Criou, junto ao mercado urbano de trabalho do Sudeste e o esgotamento ambiental, uma profunda transformação nas relações dos homens com a terra, de modo que sem qualquer alteração técnica, empresarialização e créditos, foi instituído um novo convívio dos homens com aqueles bens apropriados, irreprodutíveis, capitalizados" (Ribeiro, 1997: 239).

reprodução social existentes antes do processo de modernização ocorrido no Vale do Jequitinhonha, as modificações sofridas pelos domínios fundiários foi igualmente caracterizada por ter conduzido ao estabelecimento de uma espécie de "rentismo", diferenciado da instauração de uma produção considerada efetivamente capitalista. Nomeadamente como um efeito das migrações sazonais, a autora distinguiu uma "decadência" dos fazendeiros e proprietários na "pequena localidade do Vale do Jequitinhonha" (1988: 180) onde realizou sua investigação. Isso não teria implicado, "necessariamente, em sua ausência da região", mas, diferentemente, num processo identificado pela autora como "redução da estrutura de dominação econômica dos fazendeiros" (1988: 180).

Por não poderem contar com "mão de obra suficiente e barata" para darem "continuidade aos seus empreendimentos agrícolas" muitos fazendeiros, aqueles cujas condições de reprodução não pioraram a ponto de assemelhá-los aos lavradores "independentes" ou "fracos", teriam tratado de "reverter os recursos acumulados para negócios mais rendosos" (Amaral, 1998: 181). Segundo a autora, mantiveram-se proprietários, todavia dedicados "basicamente a atividades especulativas" (Amaral, 1988: 182), sobretudo aquelas oportunizadas pelo advento das migrações temporárias: os fazendeiros passaram a emprestar dinheiro a juros diretamente aos próprios lavradores migrantes ou aos "gatos", para que mobilizassem as condições necessárias para "arregimentar" turmas que seriam contratadas por usinas[95].

Outros fazendeiros teriam se retirado para as cidades vizinhas do povoado de Cachoeira, oferecendo suas terras para a exploração no sistema de parceria, "a terça", geralmente, inclusive para pequenos proprietários que o faziam visando complementar produção ou propiciar descanso para parcela de suas terras. Apesar dos lavradores trabalharem em terras que eram "controladas indiretamente pelo proprietário" (1988: 182-183), a ausência desses últimos nas fazendas, para a autora, contribuía "para tornar esta categoria de pequenos lavradores – os 'terceiros' – homogênea à dos pequenos proprietários, em razão de um processo de trabalho autônomo, situação normal dos lavradores do bairro rural de Cachoeira" (1988: 183). A redução na dominação dos fazendeiros, permitida por

[95] "Os gatos recorrem a seus empréstimos para investir nos gastos necessários a formação de suas turmas: contratar transporte para os lavradores migrantes que só lhes pagarão após o primeiro salário; emprestar dinheiro àqueles que precisam deixar algum recurso para a família até o 1º pagamento, além de saldar dívidas de armazém e fazer as despesas de viagem; abastecer o bar que mantém nos alojamentos das usinas; comprar mantimentos para a complementação alimentar de sua turma de trabalhadores; providenciar documentos e outros arranjos necessários. Os próprios lavradores migrantes recorrem a este tipo de empréstimo no momento da viagem para São Paulo, e de lá, passam a enviar o pagamento da dívida com juros que – na época da pesquisa – chegavam a 25% ao mês" (Amaral, 1988: 182).

aquelas novas condições de acesso à terra, reforçaria na consciência dos lavradores uma "imagem" de liberdade em oposição ao cativeiro[96]. Conquanto Amaral a considerasse "idealizada", distinguia uma tendência real de *autonomização* dos pequenos lavradores.

Assim que a autora, embora caracterizasse como *econômica* a dominação desempenhada pelos fazendeiros sobre os lavradores, parecia conferir destaque nomeadamente para os constrangimentos proporcionados pela presença imediata dos fazendeiros nas terras, que, anteriormente, impediriam os lavradores de realizarem *autonomamente* seu processo de trabalho. Com a retirada deles para a cidade e o estabelecimento do sistema de parceria, ainda que os pequenos lavradores terceiros remunerassem a utilização das terras com parte da sua produção, a autora apontava considerável redução naquela estrutura de dominação[97].

A redução na estrutura de dominação dos fazendeiros identificada pela autora podemos atribuir efetivamente ao processo de *autonomização* dos lavradores, o qual compreendemos, contudo, diferentemente de Amaral (1988), para quem autonomia e autonomização pareciam ser sinônimos. Inúmeros fazendeiros efetivamente teriam se transferido para as cidades, mas não teria sido simplesmente a ausência dos mesmos nas fazendas a responsável por fundamentar uma diminuição na estrutura de dominação econômica existente. Ao contrário, segundo a nossa perspectiva, seria precisamente a

[96] "Observa-se, nesta área do Vale do Jequitinhonha, uma real independência do pequeno lavrador, até mesmo pela inexistência da prática de arrendamento e pagamento do 'foro'. Percebe-se, assim, que não há ausência total do fazendeiro, mas uma redução de sua presença e, o que é mais fundamental, da relação de dependência – dominação que vigorou num passado não muito remoto. Como é uma situação que se apresenta ao pequeno produtor como uma tendência real e em expansão, reforça na sua consciência a imagem idealizada da 'liberdade' em oposição ao 'cativeiro'. Esta ideia fornece-lhe a lógica que informa a sua atuação presente face a seu passado, projeção em um futuro. Quando se referem ao fim do 'cativeiro', estão dando a sua interpretação a este processo de redução da estrutura de dominação dos fazendeiros ao lado da autonomização dos pequenos lavradores em geral. Este é um aspecto fundamental para compreender as mudanças que vêm ocorrendo nas relações econômicas, políticas e no seu sistema de representações" (Amaral, 1988: 183).

[97] O apontamento sugerido pode ser desdobrado sem dificuldades a partir do trabalho de Amaral (1988). Contudo, em determinadas passagens a autora teceu comentários que nos pareceram conflitantes com a argumentação desenvolvida pela mesma. Após ter afirmado que a ausência dos proprietários fundiários contribuía para tornar os "terceiros" uma categoria de pequenos lavradores cujo processo de trabalho era autônomo, ainda que trabalhassem em sistema de parceria, a autora sugeriu, conforme vimos na citação apresentada na nota anterior, que a real independência dos pequenos lavradores naquela área do Vale do Jequitinhonha devia-se à inexistência da prática de arrendamento e pagamento de "foro". Excetuando-se o problema do pagamento de "foro", que pode corresponder a uma forma de tributação sobre as relações de morada ou agregação, conforme a investigação realizada por Garcia Jr. (1988) acerca da transição para o trabalho livre no Nordeste brasileiro, julgamos, salvo engano, que arrendamento e sistema de parceria possam ser assemelhados, precisamente por consistirem, ambos, no pagamento de uma espécie de "aluguel", respectivamente em dinheiro e em produto (no caso discutido, a terça parte da produção conseguida pelo parceiro), pela utilização de terras que não pertencem ao lavrador. Perante a semelhança assinalada, mencionamos nossa estranheza com relação às conclusões alcançadas por Amaral, segundo as quais a inexistência de arrendamento correspondia à real independência dos lavradores naquela área do Vale do Jequitinhonha, enquanto que o sistema de parceria possibilitava uma diminuição na estrutura de dominação econômica dos fazendeiros.

autonomização daquela estrutura a possibilitar a transformação dos fazendeiros em *proprietários absenteístas*, uma vez que a nova forma de mobilização do trabalho estabelecida não mais dependia da sua possibilidade de exercício direto da violência, conferida durante a chamada República Velha pelas patentes outorgadas pela Guarda Nacional.

Assim, podemos sugerir que era reduzida a estrutura de dominação econômica *personificada* diretamente pelos fazendeiros, mas, de modo nenhum, que os pequenos lavradores deixaram de estar inseridos em uma forma social de dominação abstrata, tautológica e fetichista que, apesar de aparecer restrita ao campo autonomizado da "economia", reproduz a sociedade capitalista como uma *totalidade*. Assentado em novo fundamento, como vimos anteriormente, a expropriação ou, em termos mais amplos, a autonomização entre terra, trabalho, capital e violência, apagado nas novas relações juridificadas, o caráter *sempre forçado* da mobilidade do trabalho acabaria por ficar naturalizado. No referido processo, a relação entre camponeses e fazendeiros, ambos, tornados igualmente proprietários, configurava-se como mera troca de equivalentes. Remunerava-se, naquele sistema de parceria reestruturado, que adquiria caráter completamente contratual, embora continuasse a recorrer ao pagamento em espécie, rendimentos correspondentes ao emprego das terras monopolizadas por fazendeiros, determinados, portanto, pela propriedade fundiária, uma relação que se apresentava absolutamente independente, porque autonomizada, da mobilização do trabalho dos lavradores.

Tanto antes como depois da transformação dos fazendeiros em proprietários absenteístas, reconhecemos a existência de uma forma de dominação "econômica" em processo. Não obstante, como viemos argumentando, alteradas as condições para a mobilização do trabalho, mudaram também os processos que deviam ser diretamente personificados pelos fazendeiros. Sem atentar-se a essa transformação central, Amaral imputava para a transferência dos fazendeiros para centros urbanos, ou seja, para o rompimento na antiga forma de personificação que aparecia como exercício de uma "dominação pessoal", a redução de uma estrutura de dominação econômica que, sem embargo, se manteve vigente, embora tenha assumido, por assim dizer, um caráter aparentemente impessoal.

A dominação econômica tornada irreconhecível, fantasmagórica, possibilitava inclusive que as atividades desenvolvidas hoje pelos fazendeiros, por se tornarem "basicamente especulativas", fossem reconhecidas como uma espécie de "rentismo" diferenciado da realização de uma produção efetivamente relacionada à reprodução

capitalista. Enquanto o campesinato, inclusive os "terceiros", tinha sua reprodução considerada *autônoma*, dado que a mercadoria como forma social de mediação e o fundamento da mobilidade do trabalho ficavam ambos apagados no processo de autonomização do capital.

O modo como Amaral (1988) caracterizou a autonomia camponesa frente à reprodução capitalista referia-se não somente ao "processo de trabalho". O aspecto mencionado foi bastante destacado em suas descrições das relações travadas entre camponeses e fazendeiros, porque a autora considerava autônomos apenas pequenos lavradores que não tivessem que subordinar a sua força de trabalho aos donos das propriedades[98]. Sem embargo, a mencionada autonomia camponesa com relação à reprodução capitalista aparecia ainda caracterizando determinado modo de proceder da chamada "economia de subsistência". De acordo com Amaral, a "lógica econômica" responsável por orientar aquela "modalidade de produção" seria fundamentalmente diferenciada da capitalista, prestando-se exclusivamente ao consumo doméstico e à reprodução das condições de produção, mas nunca à *acumulação*: "A economia de subsistência supõe, portanto, a obtenção de uma renda monetária por meio de uma participação no mercado, cujo objetivo é reproduzir a unidade de trabalho familiar enquanto tal. Assim, é considerado legítimo o negócio que se realiza tendo-se como intenção não mais que obter a renda correspondente ao consumo familiar. Caso contrário, a venda recebe uma conotação negativa – como acontece mesmo com os vendeiros e donos de armazém – identificada como exploração, utilizando-se das expressões 'tirar o couro' e 'rolo'" (Amaral, 1988: 187).

O ponto foi bastante discutido por Amaral (1988), que buscava confrontar interpretações que restringiam a noção de economia de subsistência à produção para abastecimento estrito da casa. A produção para a venda, informada "por uma lógica econômica própria" nada mais expressaria que a "meta [de] suprir a despesa do grupo doméstico [...] não se caracterizando, portanto, como uma forma de ganhar dinheiro" (Amaral, 1988: 190). Coexistiria com as lavouras de subsistência e ambas seriam consideradas complementares na medida em que apenas juntas poderiam fornecer o necessário para o consumo familiar: "Este caráter residual da *sobra* não se configuraria, portanto, como *excedente*, no sentido capitalista do termo" (Amaral, 1988: 191, grifos no original). Igualmente, o dinheiro conseguido com a venda da produção, segundo a

[98] Amaral assinalava que em sua área de pesquisa não havia registrado nenhum caso em que um pequeno lavrador ou a sua família, mesmo em se tratando dos "terceiros", que cultivam "a lavoura de subsistência no sistema de parceria, entregando a terça parte da colheita ao proprietário" da terra, "subordina sua força de trabalho ao dono da propriedade, mantendo, assim, a sua autonomia no processo de trabalho" (1988: 184).

mencionada "lógica", teria exclusivamente a função de possibilitar a compra de complementos, ou seja, de possibilitar uma adequação entre produção e consumo imprescindíveis em "toda a unidade doméstica" (Amaral, 1988: 192).

Mesmo sem colocar a questão nesses termos, a autora parecia caracterizar a reprodução camponesa e sua "lógica econômica própria" como uma forma *simples* de circulação das mercadorias[99]. Do nosso ponto de vista, a distinção entre reprodução camponesa e produção capitalista teria como principal objetivo condenar processos produtivos que têm como sentido a obtenção de dinheiro e de "mais" dinheiro, respectivamente representados pelas expressões D – M – D e D – M – D', numa contraposição aos processos que visam unicamente à satisfação de necessidades, representados pela expressão M – D – M ou "vender para comprar". Os primeiros, relacionados à acumulação e à obtenção de renda acima das necessidades de consumo familiar, tornar-se-iam objeto de crítica por se assentarem na exploração da força de trabalho, enquanto os segundos se configurariam como processos legítimos por se fundamentarem no dispêndio autônomo do trabalho, voltado somente à reprodução camponesa.

Concentrando a sua crítica exclusivamente na exploração da força de trabalho existente nas chamadas relações de assalariamento capitalista[100], Amaral deixava de considerar formas de acumulação do capital assentadas em outras relações sociais de produção, que se forjavam, como vimos, em determinados contextos do processo de territorialização do capital[101]. Mantinha, assim, a reprodução camponesa enquanto uma

[99] As expressões "circulação simples de mercadorias" e "circulação do capital" foram usadas em estudos desenvolvidos por Ariovaldo Umbelino de Oliveira como referências para caracterizar, respectivamente, "produção camponesa" e "produção capitalista". Segundo o autor, "no trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, temos o movimento de circulação do capital expresso nas seguintes fórmulas: D – M – D na sua versão simples, e D – M – D' na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, estamos diante da seguinte fórmula: M – D – M, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poderem obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É, pois, um movimento de vender para comprar" (1986: 68).

[100] A referida abordagem era evidenciada ainda nas passagens em que Amaral diferenciava "a alternativa de trabalhar fora", desde que mobilizada unicamente "entre pequenos produtores", do trabalho acessório num sentido convencional, porque o recurso ao sistema camarada pago, quando "denota um estado de 'necessidade', 'precisão'" do contratante, em momentos do ciclo produtivo nos quais o trabalho da família se tornava insuficiente, "[perderia] o significado de exploração" (1988: 192).

[101] A crítica que dirigimos para Amaral (1988) não poderia ser igualmente endereçada para Oliveira (1986). Embora ambos reconhecessem uma distinção entre reprodução camponesa e produção capitalista, a autora unicamente admitia a existência de processos de acumulação nas chamadas relações de assalariamento capitalista, enquanto o autor identificava-os também na sujeição da renda da terra ao capital. Nas palavras do autor, "na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá sobretudo pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura; ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É nesse contexto que

totalidade independente, que se articularia à reprodução capitalista apenas quando do assalariamento eventual de membros da família realizado dentro de uma estrutura de dominação propriamente capitalista. Além disso, na diferenciação que propunha entre produção com vistas à acumulação e produção com vista à exclusiva satisfação de necessidades, a autora ficava sem transpor uma apreensão estritamente empírica das categorias observadas, sem reconhecê-las como categorias sociais, que possuem, consequentemente, *forma social*. O dinheiro, a troca de equivalentes ou a produção de mercadorias apareciam em sua análise de modo totalmente neutro e sem nenhuma historicidade, como se fossem categorias "vazias", que pudessem ser socialmente manipuladas e significadas conforme "lógicas" pretensamente autônomas, ou seja, independentemente do sentido que as conformam na condição de mediações que se desdobram da forma-mercadoria[102].

Poderíamos, perante a mencionada perspectiva, reivindicar a historicidade das categorias trabalho, mercadoria e dinheiro, bem como criticar o estatuto de mediação fetichista das mesmas. Poderíamos também mostrar como a perspectiva que toma as mercadorias como meros objetos concretos destinados à satisfação das necessidades desconsidera a autonomização entre mercadoria e dinheiro (cf. Marx, 1983: cap. I-III), mediante o qual a contradição entre valor de uso e valor (ou forma relativa e forma equivalente), internamente estruturante da mercadoria, se desdobra numa antítese externalizada entre dinheiro e mercadoria. Ou seja, desconsidera que o caráter abstrato, embora projetado sobre o dinheiro, seria propriedade inerente da forma-mercadoria. Poderíamos, ainda, apresentar a crítica marxiana àquela apreensão historicista e

---

devemos entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital" (1986: 67). Diferenciando-as da abordagem de Amaral (1988), a crítica mais adequada às formulações do autor deveria apontar sua caracterização do processo mencionado como uma "recriação de relações não-capitalistas de produção", produzidas em razão da necessidade permanente da "produção do capital" ou da acumulação primitiva no desenvolvimento da reprodução ampliada (cf. Oliveira, 1986: 11-13). O autor apresentaria, assim, uma abordagem na qual a *dominação do trabalho* aparece estritamente como alvo da crítica. Embora não a restringisse à exploração da força de trabalho, discutindo igualmente a subordinação da produção camponesa, o autor mantinha-a voltada contra uma espécie de dominação do trabalho que se realizaria a partir de "fora" dele, mediante a extração de rendimentos, respectivamente, a mais-valia e a renda fundiária (que não seria outra coisa senão mais-valia), sem, com a mesma, problematizar o próprio trabalho produtor de mercadorias como uma forma histórica de mediação social fetichista e abstrata.

[102] Anselm Jappe, crítico cuja grande parte da produção teórica também se estabeleceu em diálogo com as anteriormente mencionadas revistas alemãs *Krisis* e *Exit!*, sugeria que "o subcapítulo sobre o fetichismo não é um simples apêndice: dele, Marx tira as conclusões de sua análise precedente da forma-valor. Nele, as categorias de base já são descritas como fetiches, mesmo se a palavra 'fetichismo' não aparece ali. Sempre é preciso lembrá-lo: Marx não 'define' tais categorias como pressupostos neutros, como o fazia David Ricardo e como fariam os marxistas posteriores. Ele denuncia, desde o início da análise, o seu caráter negativo e destruidor – não acrescentando um juízo 'moral' a um desenvolvimento 'científico', mas ressaltando a negatividade de sua própria análise" (Jappe, 2014: 10).

indeterminada do dinheiro, que toma o mesmo simplesmente como um meio para a socialização supostamente direta do trabalho, desconsiderando que o dinheiro como equivalente geral emerge como mediação justamente na sociedade capitalista, em que o trabalho não é diretamente socializado[103].

Como tais críticas já foram bastante mobilizadas em outras passagens do nosso trabalho, sugerimos agora problematizar a diferenciação entre circulação simples de mercadorias e circulação do capital partindo do tratamento conferido por Marx para o processo de circulação do capital. Com relação à mencionada discussão, Marx (1985) propunha que, da perspectiva da reprodução dos trabalhadores, aquele processo se evidenciava como circulação simples de mercadorias, representada por intermédio da expressão M – D – M[104]. Não temos dúvida de que Marx se refira à reprodução dos trabalhadores assalariados, que compram todas as mercadorias necessárias para sua automanutenção mediante o salário recebido em troca do consumo produtivo da única mercadoria que lhes teria restado, sua força de trabalho – FT – ou simplesmente M, na expressão geral M – D – M. O desenvolvimento da argumentação de Marx não se circunscrevia, contudo, a uma caracterização do ponto de vista da reprodução dos trabalhadores no processo de circulação do capital, mas procurava, indo além disso, evidenciar que a circulação simples que *aparecia* não era mais que um momento do movimento do capital global[105].

---

[103] "A pergunta por que o dinheiro não representa diretamente o próprio tempo de trabalho, de forma que, por exemplo, uma nota de papel represente *x* horas de trabalho, se reduz simplesmente à pergunta por que, na base da produção de mercadorias, os produtos de trabalho precisam representar-se como mercadorias, pois a representação de mercadoria implica sua duplicação em mercadoria e mercadoria monetária. Ou por que o trabalho privado não pode ser tratado como seu contrário, trabalho diretamente social. Já tratei minuciosamente, em outra parte, do utopismo superficial de uma 'moeda trabalho', com base na produção de mercadorias. [...] Observaria ainda que, por exemplo, a 'moeda trabalho' de Owen é tão pouco 'dinheiro' como um bilhete de teatro. Owen pressupõe trabalho diretamente socializado, uma forma de produção diametralmente oposta à produção de mercadorias. O certificado de trabalho constata apenas a participação individual do produtor no trabalho comum e seu direito individual à parte do produto comum destinada ao consumo" (Marx, 1983: 87, nota 50). Marx emenda sua crítica afirmando que Owen não nota a pressuposição da produção de mercadorias como base para seu raciocínio [pero a Owen no se le ocurre tomar por base de sus razonamientos la producción de mercancías] (cf. Marx, 1975: 116, nota 50) e, apesar disso, quer "escamotear suas condições necessárias por meio de artimanhas monetárias" (Marx, 1983: 87, nota 50).

[104] "O trabalhador assalariado vive somente da força de trabalho. A manutenção desta – a automanutenção dele – exige consumo diário. Seu pagamento precisa portanto ser repetido constantemente em prazos mais curtos, para que ele possa repetir as compras necessárias à sua automanutenção, o ato FT – D – M ou M – D – M" (Marx, 1985: 32).

[105] Assim Marx insere a circulação simples de mercadorias como momento da reprodução capitalista cujo sentido e forma de mediação estabelecem a totalidade social em processo: "Ao funcionar, o capital produtivo consome seus próprios componentes, para convertê-los em massa de produto de valor maior. Como a força de trabalho só opera como um de seus órgãos, também o excedente do valor do produto acima do valor de seus elementos constitutivos, gerado por seu mais-trabalho, é fruto do capital" (Marx, 1985: 33).

Retido esse momento da argumentação marxiana, regressemos ao problema da circulação simples de outras mercadorias que não a força de trabalho, comercializadas de maneira a possibilitar a reprodução camponesa. Não simplesmente por se integrarem no processo de circulação do capital num sentido fenomênico[106], a circulação simples de mercadorias, que possibilita a reprodução das famílias e das condições de produção camponesas, e, conjuntamente com a mesma, categorias como o dinheiro, a troca de equivalentes e a mercadoria, que lhe são pressupostas, devem ser tomadas enquanto momentos do movimento do capital global. Além de integrarem, por assim dizer, imediatamente a totalidade conformada pela relação global[107], integrariam-na, ainda, *categorialmente*, visto que as determinações elementares da circulação simples de mercadorias, assim como do dinheiro, da troca de equivalentes e da própria produção desdobram-se da qualidade própria inerente ao todo mediado em si mesmo da relação fetichista do capital[108].

Frente ao problema da "inserção" de determinadas relações ou categorias aparentemente autônomas na reprodução capitalista, tomada como mediação social em processo, consideramos, em uma perspectiva que busca confrontar o individualismo metodológico, a necessidade de uma apreensão dialética do todo, que não siga, consequentemente, nenhum raciocínio modelar. Para Kurz, "as categorias reais do capital que são objecto da exposição teórica de Marx devem [...] ser entendidas desde o início e em todos os planos da exposição como meras categorias do todo social, do capital global e do seu movimento global, enquanto massa global que não pode ser abarcada de uma forma empírica

[106] O que a perspectiva que afirma a autonomia da reprodução camponesa em geral admitiria, por considerar a comercialização da produção camponesa no mercado chamado capitalista, justamente no qual ocorreria, inclusive, o rebaixamento dos preços dos produtos camponeses de maneira a suprimir o pagamento da renda fundiária a que corresponde uma parte do valor dos mesmos.

[107] A circulação das mercadorias produzidas pelo campesinato aparece como mera circulação "simples" somente do ponto de vista da reprodução da unidade familiar. O dinheiro recebido em troca das mesmas, responsável por assegurar a complementação da subsistência do grupo doméstico, oculta sua inserção no movimento do capital global. Sua transformação em matéria prima consumida na produção de outras mercadorias, inclusive industriais, seu consumo como meio de reprodução da força de trabalho ou até seu consumo improdutivo viabilizado por políticas públicas mediante as quais o Estado subsidia a produção camponesa são apenas alguns exemplos da incorporação daquele circuito simples de troca no processo de circulação do capital como um todo.

[108] "As determinações elementares da forma do valor da mercadoria enquanto momento do capital nem sequer podem ser desenvolvidas com base na mercadoria individual. Este problema prolonga-se no conceito de capital, que igualmente não pode ser desenvolvido com base no capital individual (uma vez mais, ideal-típico). As determinações analíticas da forma-mercadoria e do capital só podem ser derivadas da análise conceptual da relação global. Com isso, porém, fica excluída uma terminologia 'ideal-típica' e independente dos momentos individuais. A mercadoria individual e o capital individual não constituem nenhum 'modelo' para a relação global; pelo contrário, é esta que, imbuída da sua qualidade própria, determina as mercadorias individuais e os capitais individuais não tem qualquer estatuto representável de forma ideal-típica, sendo o mesmo sempre meramente empírico" (Kurz, 2014: 152).

imediata porque, tanto em termos qualitativos como quantitativos, é diferente do movimento empírico dos capitais individuais" (2014: 158-159).

A despeito da reivindicação enunciada, Kurz (2014) considerava, todavia, a impossibilidade de apreendermos a relação global somente a partir dos seus registros empíricos[109]. Conduzir-nos, portanto, segundo essa perspectiva crítica teria como sua condição de possibilidade não nos limitarmos ao mero exame positivo das categorias investigadas, das suas funções, etc., procurando, ao contrário, problematizá-las como momentos da totalidade conformada pelo sentido de uma reprodução social abstrata, tautológica e fetichista[110].

Após caracterizar a "lógica econômica particular" sobre a qual se assentaria a reprodução camponesa[111], Amaral descreveu algumas mudanças nas condições de sobrevivência do campesinato no Vale do Jequitinhonha, que acreditava terem sido desencadeadas por uma intensificação das migrações temporárias. Além da produção agropecuária, também os produtos da indústria doméstica teriam perdido espaço na subsistência dos lavradores, nomeadamente "devido à entrada de novos produtos industrializados" (Amaral, 1988: 193), responsável por desencadear como tendência dominante maior consumo e uma produção cada vez menor (cf. Amaral, 1988: 194-195). Segundo a autora, impactava ainda o aumento do poder aquisitivo decorrente do assalariamento e o interesse pelo consumo despertado nas experiências vividas pelos migrantes. Nas cidades e povoados, onde aquelas mercadorias eram encontradas mais facilmente, o fascínio pelas mesmas seria maior[112].

Nas unidades camponesas situadas nos córregos pareciam persistir, contudo, lavradores que se mantiveram orgulhosos dos seus ofícios, como tecelãs, fiandeiras,

[109] "No entanto, este último é o único que se apresenta aos actores na prática, ao passo que o verdadeiro movimento do capital global real só pode ser registrado de forma empírica com base nos seus efeitos sociais (sobretudo em tempo de crise)" (Kurz, 2014: 159).

[110] "Uma abordagem diferente que integre conscientemente a contradição só é possível no *modus* da crítica categorial, ou seja, de uma determinação negativa. A crítica como forma de conhecimento da categoria dinheiro não imputa os fenômenos sociais destrutivos patentes na sociedade moderna, dominada pelo dinheiro, a um modo irracional de se lidar com a categoria, mas à irracionalidade da própria categoria. Por isso, o dinheiro não é pressuposto como inquestionável, mas pensado tendo em conta a sua constituição. O impulso crítico negativo obtido com base em experiências de sofrimento é, nesta medida, a condição de possibilidade do conhecimento deste objecto enquanto tal, em vez de nos limitarmos a inquiri-lo quanto às suas funções de um modo 'científico' positivo" (2014: 32).

[111] Até poderíamos admitir que a chamada "lógica econômica própria da reprodução camponesa" fosse efetivamente uma "lógica econômica particular", conforme sugerido por Amaral (1988: 192), mas exclusivamente desde que a "parte" a qual ela corresponde no todo social fosse entendida enquanto um momento, e não como a própria totalidade.

[112] "O interesse pelos produtos industrializados é muito mais frequente aí do que nos córregos, assumindo o povoado uma feição mais citadina. Nos córregos, este processo ocorre num ritmo muito mais vagaroso" (Amaral, 1988: 194).

paneleiras, fazedores de cangalha e artigos de couro, o que Amaral associou a uma preservação maior da "matriz cultural" tradicional: "saber fazer tudo" seria ainda um princípio presente[113]. O sistema de comércio dos produtos da indústria doméstica assemelhava-se ao dos produtos agropecuários, servindo para complementar renda nas unidades familiares. O preço mediante o qual se comercializava a produção nunca contabilizava a extração de lucros, podendo inclusive ser negociado segundo a disponibilidade de recursos do comprador. Mesmo assim, em muitos casos, a produção artesanal não conseguiria competir com os produtos industrializados, perdendo gradativamente, nas palavras da autora, seu valor social[114].

Embora afirmasse que a produção da indústria doméstica não era mantida constantemente, a autora reconhecia em algumas atividades, em função da habilidade requerida, o potencial para serem encaradas como "profissões", como era o caso, por exemplo, da produção de panelas de barro. Num contexto em que a renda monetária se tornava cada vez mais importante, entretanto, aquelas atividades emergiam como "alternativas" ao trabalho assalariado[115]. A produção dos engenhos existentes naquela comunidade, cumprindo igualmente um papel complementar na reprodução familiar camponesa, teria encontrado, entretanto, um destino oposto ao da produção artesanal: diminuiu enormemente em função da "garantia de renda monetária proporcionada pelo trabalho assalariado" (Amaral, 1988: 198).

Além de integrarem os meios de subsistência, tanto cana-de-açúcar como seus derivados (açúcar, rapadura, melaço, aguardente, etc.) tinham as chamadas "sobras" comercializadas para a complementação da reprodução. Com a entrada dos produtos industrializados, contudo, frequentemente não alcançavam bons preços, casos em que, segundo Amaral, os lavradores preferiam "estocar a produção do que dela se dispor para venda" (1988: 199). A concorrência teria provocado igualmente uma diminuição na tecelagem do algodão: "Se, antes, até mesmo as roupas eram confeccionadas com o tecido fabricado nestes teares caseiros, hoje, a produção está limitada às 'cobertas' de algodão,

[113] "Assim, é na sede – o povoado – que se percebe um esvaziamento maior das práticas tradicionais e do saber correspondente. [...] São nesses locais [nos córregos] que se pode acompanhar certas atividades mais ligadas a um saber e a uma tecnologia mais próxima ao que podemos chamar matriz cultural, ponto de partida" (Amaral, 1988: 194).

[114] "Hoje, com a entrada dos produtos industrializados e o maior poder aquisitivo conseguido com trabalho paulista, estes produtos tradicionais vêm perdendo gradativamente seu valor social, principalmente no povoado. É o caso, por exemplo, das panelas de barro cujo consumo diminuiu em função do uso de panelas de metal" (Amaral, 1988: 197).

[115] Anjo, um dos informantes na pesquisa realizada por Amaral afirmou: "Tem muito tempo que eu não faço telhas. Agora que eu não fui pra São Paulo, então vim fazer telha, porque o custo de vida tá muito ruim. Então já dá pra alguma coisa" (Amaral, 1988: 197).

utilizadas na proteção contra o frio. O consumo de cobertores de lã industrializados tem influído na diminuição da procura e no interesse dos jovens em aprender este ofício" (Amaral, 1988: 200).

Quando comparada com a produção da indústria doméstica[116], a tecelagem e a produção dos engenhos parecia ter mais dificuldade para concorrer com os produtos industrializados. Para a autora, o fato decorria principalmente da preferência dos consumidores pelos produtos industrializados e da deficiência de competitividade dos pequenos produtores locais. Outros aspectos desse problema devem ser discutidos posteriormente, quando apresentarmos as atuais condições de reprodução camponesa, partindo das trajetórias de alguns lavradores no Vale do Jequitinhonha. Agora, o mais importante seria notarmos, a despeito da classificação feita pela autora da produção agropecuária e artesanal comercializada como "sobra", diferente do excedente, no sentido capitalista do termo, que a produção camponesa se estabelece como alternativa ao assalariamento, não em razão de ambos serem, supostamente, meros complementos à subsistência familiar, mas precisamente por ser plenamente intercambiáveis enquanto mercadorias. Independentemente da discussão sobre a "lógica" ou a "racionalidade" camponesa, a possibilidade dos lavradores realizarem os produtos do trabalho que despenderam na fabricação de telhas como uma alternativa ao assalariamento ou armazenarem a produção esperando um aumento dos preços para sua posterior comercialização assenta-se fundamentalmente no caráter contraditório, simultaneamente, concreto e abstrato, da produção camponesa como produção de mercadorias. Suas determinações não poderiam, portanto, ser atribuídas estritamente a nenhuma lógica econômica particular: o trabalho (privado) despendido na mesma, embora não seja assalariado, encerra *duplo caráter social*[117].

Ou seja, a possibilidade da produção camponesa encerrar, recorrendo à troca, inclusive, a completa satisfação das necessidades da unidade familiar assenta-se,

[116] "Nos córregos, mostra-se, ainda [o consumo de panelas de barro] como hábito mais arraigado não só pelo preço mais em conta, mas pela flexibilidade do negócio no ato da transação como pela preferência por este uso considerado mais adequado" (Amaral, 1988: 197).

[117] "Somente dentro da troca, os produtos recebem uma objetividade de valor socialmente igual, separada da sua objetividade de uso, fisicamente diferenciada. Esta cisão do produto de trabalho em coisa útil e coisa de valor realiza-se apenas na prática, tão logo a troca tenha adquirido extensão e importância suficientes para que se produzam coisas úteis para serem trocadas, de modo que o caráter de valor das coisas já seja considerado ao serem produzidas. A partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores adquirem realmente duplo caráter social. Por um lado, eles têm de satisfazer determinada necessidade social, como trabalhos determinados úteis, e assim provar serem participantes do trabalho total, do sistema naturalmente desenvolvido da divisão social do trabalho. Por outro lado, só satisfazem às múltiplas necessidades de seus próprios produtores, na medida em que cada trabalho privado útil particular é permutável por toda espécie de trabalho privado, portanto lhe equivale" (Marx, 1983: 72).

precisamente, na igualdade de trabalhos totalmente diferentes, que só pode consistir, conforme sugeriu Marx, numa abstração da sua verdadeira desigualdade, na redução ao caráter comum que possuem como dispêndio de trabalho humano abstrato, que dá à mercadoria o seu valor (1983: 72). O referido processo, caracterizado por Marx como *abstração real*, torna o valor de uso e o trabalho privado concreto mera forma de manifestação dos seus contrários, respectivamente o valor e o trabalho sob forma imediatamente social e abstrata[118]. Nas palavras de Jappe, "estamos diante do coração do problema: ali onde os indivíduos só se encontram enquanto produtores separados que devem reduzir os seus produtos a uma medida comum – que os priva de toda qualidade intrínseca – para poder trocá-las e formar uma sociedade, o valor, o trabalho humano abstrato e o trabalho 'universalmente humano' (isto é, não específico, não social, o puro dispêndio de energia sem relação com os seus conteúdos e consequências) sobrepujam o valor de uso, o trabalho concreto e o trabalho privado. Os homens, mesmo continuando a executar trabalhos concretos e privados, devem constatar que a outra 'natureza' desses mesmos trabalhos, o lado abstrato, é o único que conta a partir do momento em que quiserem trocá-los contra algo distinto. Por exemplo, o camponês que trabalhou o dia inteiro para colher o seu trigo, como ele sempre o fez, poderia constatar no mercado que a sua jornada de trabalho concreto e privado subitamente 'vale' apenas duas horas de trabalho, porque importações de trigo, provenientes dos países onde esse tipo de trabalho é mais 'produtivo', estabeleceram um novo padrão – e, assim, o lado 'abstrato' se torna terrivelmente real para esse camponês que cai na miséria" (2014: 10-11).

Por fim, a análise de Amaral sugeria que as mudanças que teriam ocorrido nas condições de reprodução dos camponeses em Cachoeira não se deviam unicamente ao aumento das migrações temporárias, mas também à chegada de "novos atores sociais" naquela comunidade rural, entre os mesmos a EMATER. O órgão de extensão rural organizava grupos (de mães, jovens e produtores) para os quais fornecia sobretudo orientações de saúde, higiene e saneamento, cursos de economia doméstica e indústria

[118] "A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos de trabalho, a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio de sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho, finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação entre os produtos do trabalho" (Marx, 1983: 71). Marx atribuiu a proveniência do caráter místico das relações sociais que se assentavam na produção de mercadorias ao fato "dos homens trabalharem uns para os outros de alguma maneira" (Marx, 1983: 70), o que conferiria ao seu trabalho caráter social. As análises dessa assertiva frequentemente relacionavam-na estritamente à exploração da força de trabalho, ao trabalho assalariado, esquecendo-se de que os "homens trabalham uns para os outros" mesmo quando são possuidores das suas condições de trabalho, em razão da dependência reificada existente entre os mesmos, fundamento fetichista exclusivo da satisfação de necessidades numa sociedade do trabalho (dividido).

artesanal, preparo técnico para a produção agropecuária e hortifrutigranjeira, além de estimular a formação de lideranças para o desenvolvimento de trabalho comunitário. Analogamente à influência da chegada dos produtos industrializados, também o extensionismo teria impactado mais fortemente, de acordo com a autora, lavradores estabelecidos nos povoados que nos córregos[119].

Teria sido, todavia, a criação de uma associação ou entidade de ação social representativa a atuação mais marcante da EMATER no povoado. Mediante a SUC (Sociedade Unida de Cachoeira), os líderes emergentes na comunidade mobilizavam reivindicações para diversos órgãos públicos, religiosos e também privados visando o atendimento de suas demandas locais, além da emergência "[do] progresso e [do] 'desenvolvimento' para a sua região" (1988: 210). De acordo com a autora, realizavam, consequentemente, uma ação de caráter modernizador cuja "racionalidade", embora impactasse os outros moradores da comunidade[120], ficava quase totalmente restrita aos líderes[121].

Se Amaral não se equivocou ao identificar o caráter modernizador da atuação desenvolvida pela EMATER e assumida em seguida pela SUC[122], diferentemente da perspectiva enunciada pela autora, julgamo-lo não um mero atributo da racionalidade mobilizada pelos "novos atores sociais" e ensinada para as lideranças emergentes, mas resultado do processo de institucionalização que integrava, como seu momento, a modernização retardatária, a partir da qual o Vale do Jequitinhonha foi efetivamente produzido como uma "região". Por um lado, as referidas demandas comunitárias transformavam-se em reivindicações dirigidas ao Estado, uma vez que não mais se estabeleciam no âmbito da relação entre fazendeiros e lavradores, deixando inclusive, justamente por isso, de figurarem como "favores", no sentido coronelista do termo, e passando a aparecerem como direitos sociais. Assim, tinham de se objetivar na forma

[119] "Em primeiro lugar, porque a sede destas atividades foi o povoado, considerado pelos seus promotores o local mais central para reunir a população. Em segundo lugar, porque foram estes moradores que se mostraram mais receptivos ao programa" (Amaral, 1988: 209).
[120] "Os líderes [...] colocaram-se à frente destes trabalhos que hoje funcionam como a base material de sua atuação, sendo os moradores do povoado os mais atingidos por sua ação modernizadora" (Amaral, 1988: 210).
[121] "Poderíamos sugerir que não houve, no geral, principalmente entre os moradores dos córregos, uma mudança significativa de mentalidade, no sentido de uma racionalidade do trabalho em busca de um progresso econômico, e uma organização comunitária nos moldes já descritos" (Amaral, 1988: 212).
[122] "A líder alude à entidade como uma ideia do lugar. Na verdade, é uma proposta já incluída no programa da EMATER, mas por corresponder a certas representações já presentes na proposta religiosa que [havia sido] incorporada [anteriormente pela comunidade], [fazia] com que a intenção da EMATER se lhe aparecesse como conatural aos interesses do grupo. Contribui para essa identidade o fato da extensionista ter se afastado do trabalho logo após a implantação, ficando o funcionamento da entidade totalmente por conta dos líderes" (Amaral, 1988: 211).

institucional mediante a qual o poder público relaciona-se com os cidadãos, ganhando proeminência nesse processo sobretudo os "projetos" mobilizados pela associação comunitária com vistas à captação de recursos[123]. Por outro lado, o processo de institucionalização mencionado também se tornava fragrante no papel de medição desempenhado pela técnica nos esforços de inserção da produção agrícola e artesanal camponesa num mercado que passava a se estruturar nacionalmente[124].

Com objetivo e forma de atuação bastante semelhante aos da EMATER e da associação comunitária, a autora mencionou ainda os programas desenvolvidos pela ACHANTI (Associação Chapadense de Assistência às Necessidades do Trabalhador e da Infância), com recursos do Fundo Cristão de Assistência à Criança[125] e apoio da Codevale: "Pensava-se em solucionar problemas da região através de uma ação pedagógica que levasse os moradores locais, a partir de uma análise e detecção de suas necessidades, sob orientação de técnicos da área social e agrícola, a elaborar propostas e projetos e a encaminhá-los aos órgãos competentes" (Amaral, 1988: 214). Buscando possibilitar a "fixação do homem no campo" com o objetivo "de por fim à migração" (Amaral, 1988: 214), a ACHANTI ministrava cursos com vistas à ampliação da tecnologia agrícola, ao beneficiamento da produção e à racionalização da gestão dos negócios[126]. A interposição de tais entidades entre cidadãos e Estado, adequada ao mencionado processo de institucionalização fazia, afinal, com que aparecessem como substitutas "da Prefeitura, do Estado e dos políticos que, como dizem, só sabem fazer promessas na época de eleição" (Amaral, 1988: 215).

Embora os referidos programas se voltassem, para além do provimento de infraestrutura e "da satisfação de novas necessidades na área da saúde, educação, água, saneamento, transporte" (Amaral, 1988: 215), sobretudo para melhorar a inserção da produção camponesa no mercado, a autora não fazia nenhuma menção à relação entre reprodução camponesa e reprodução capitalista. Independente de uma maior inserção

[123] Um dos informantes na pesquisa realizada por Amaral, Toni, presidente da SUC, apontou, referindo-se à importância da entidade, que "a importância é isso aí, uai. De trabalhar juntos em comunidade, de realizar trabalhos comunitários. Nós já temos até um projeto no Prodecon para construir uma sede pra SUC (...) A gente que trabalhos que dê resultados. Conseguir projetos para plantio" (Amaral, 1988: 211).

[124] Ainda segundo Toni, "o técnico da EMATER ensinou plantar, como trabalhar, comprar implementos. Mas a turma não é bem acostumada, agora que a gente tá começando a trabalhar. Pensamos em conseguir cursos de bordado, costura, isso tava parado aqui na região. E o que fosse possível. Na medida do possível que a SUC puder trabalhar, a gente tá aqui pra ajudar. Para desenvolver aqui" (Amaral, 1988: 211-212).

[125] Segundo Amaral, os recursos dessa entidade de natureza civil, sem fins lucrativos e filantrópica seriam provenientes "de donativos de famílias americanas – pelo sistema de apadrinhamento – com a finalidade de amparar a criança carente em áreas subdesenvolvidas e promover o bem estar de suas famílias" (1988: 213-214).

[126] "A intenção é criar condições para o advento do progresso econômico, num esforço educativo que forneça estruturas elementares – tanto material como de pensamento – para a melhor utilização dos recursos disponíveis. É, portanto, o órgão que tem contribuído com maior intensidade na formação de uma mentalidade racional, fundada numa lógica instrumental e técnica" (Amaral, 1988: 214).

mercantil da produção artesanal e agrícola e ou da tecnificação dessa última, o que intensificava o consumo de produtos industrializados não apenas na reprodução dos lavradores, mas também à montante da sua produção, na qual passavam a ser usados implementos e insumos químicos, por exemplo, a autora sustentava seu tratamento da reprodução camponesa como uma totalidade independente porque organizada por uma "lógica" própria. Consoante com a perspectiva apontada, sua preocupação voltava-se sobretudo para a abrangência da adesão dos lavradores àquele "novo padrão" de racionalidade[127], ganhando importância ainda a problematização do desempenho das lideranças emergentes, supostamente as mediadoras do processo caracterizado como "assimilação" cultural[128].

Como o de Amaral, o trabalho de Ricardo Ferreira Ribeiro (1993) tratou apenas tangencialmente da relação existente entre o campesinato e as fazendas antes das transformações ocorridas no Vale do Jequitinhonha a partir de meados do século XX. Diferentemente daquela autora, ele identificou, entretanto, o advento de mudanças efetivamente "produtivas" na pecuária do Vale do Jequitinhonha, resultantes da "modernização do capital" que teria ocorrido naquela "região" (Ferreira Ribeiro, 1993: 95). No período de 1967 a 1975, a pecuária teria passado por uma expansão importante em decorrência do estímulo do Plano de Assistência aos Rebanhos dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, baseado na cessão de incentivos fiscais e crédito subsidiado a juros baixíssimos. Para o autor, além da mera expansão, essa política teria permitido "uma modernização daquela atividade na região. O crédito, associado à assistência do IESA, proporcionaram a adoção de técnicas mais modernas, a melhoria dos rebanhos e das instalações, a utilização de insumos industriais e a formação de novas pastagens" (1993: 96).

Não obstante sua expansão, modernização e integração comercial, essa última promovida pelo aumento do consumo nos grandes centros urbanos e pelo avanço nas condições de transporte[129], de acordo com Ferreira Ribeiro, a produção pecuária do Vale do Jequitinhonha não teria conseguido viabilizar sua efetiva integração com a indústria.

[127] "Fora os membros mais ativos [da SUC], não é comum encontrar quem possa explicar com clareza o objetivo desta entidade. Poderíamos sugerir que não houve, no geral, principalmente entre os moradores dos córregos, uma mudança significativa de mentalidade, no sentido de uma racionalidade do trabalho na busca de um progresso econômico, e uma organização comunitária nos moldes já descritos" (Amaral, 1988: 212).

[128] "[Os líderes] cuidam, assim, de criar as condições de assimilação, por parte dos moradores, da base racional do desenvolvimento de Cachoeira" (Amaral, 1988: 219). Sem criticar a condição dos mesmos de meras personificações de um processo que seria apenas momento da modernização, entendida como desdobramento contraditório das forma de mediação social capitalista, aquelas lideranças ganhavam a aparência de serem "sujeitos" do mesmo: "A estes atores sociais, venho chamando de líderes modernizadores" (Amaral, 1988: 219).

[129] "Que permitiam o deslocamento do gado em caminhões gaiola, diminuindo perdas de peso e de cabeças com as longas jornadas, realizadas anteriormente até as áreas de invernada" (Ferreira Ribeiro, 1993: 96).

Consequentemente, manter-se-ia tributária das "regiões" limítrofes, especialmente por ter perdido a primazia para a instalação de frigoríficos, depois do FRIMUSA e do FRIGONORTE terem sido serem implantados em Teófilo Otoni e em Montes Claros, respectivamente. Apenas o leite, que tinha papel secundário naquela produção pecuária passaria "a ser processado industrialmente em alguns pontos do Vale", aumentando a abrangência da sua comercialização (Ferreira Ribeiro, 1993: 96).

Ferreira Ribeiro (1993) se afastaria consideravelmente da abordagem que foi mobilizada por Amaral (1988) e Eduardo Ribeiro (1997), segundo a qual não havia se estabelecido uma pecuária efetivamente capitalista no Vale do Jequitinhonha, não simplesmente por ter identificado certa *tecnificação* naquelas condições de produção. Consideraria, ainda, as mudanças na estrutura fundiária da "região" como impactos determinantes da modernização capitalista das fazendas, a deteriorarem a reprodução camponesa. Resultantes da expansão da pecuária, esses impactos não teriam sido desencadeados, sem embargo, por um processo de incorporação de terras "novas". Diferentemente, a especialização das fazendas e sua conversão em estabelecimentos estritamente pecuários a presidir o incremento do plantio de pastagens é que teria sido decisiva para a ruptura das formas "costumeiras" de acesso à terra, asseguradas pela agregação e parceria (cf. Ferreira Ribeiro, 1993: 102).

Segundo o autor, os limites impostos à feitura de roças no interior das fazendas modernizadas teriam provocado a simultânea desestruturação das antigas relações coronelistas: "Os laços de submissão e lealdade pessoal entre camponeses e fazendeiros sofrem mudanças a partir da expansão da pecuária [...]. Suas relações passam a ser reguladas cada vez menos pelos códigos costumeiros, e mais por uma lógica contratual nova, que retira do camponês vantagens do antigo vínculo pessoal, de forma especial o acesso à terra, sem, no entanto, assegurar-lhe os direitos trabalhistas consagrados em lei" (1993: 107).

Na medida em que identificava uma diminuição no papel das relações de contraprestação entre os camponeses e os fazendeiros, a abordagem de Ferreira Ribeiro se assemelhava com a que encontramos no trabalho de Amaral (1988). Diferenciava-se da mesma, entretanto, uma vez que o autor reconhecia, ao invés de uma "diminuição da estrutura de dominação econômica", a redução daqueles antigos vínculos pessoais "costumeiros" a relações *estritamente* econômicas. Cerceados da possibilidade de acessar terras para sua produção, os camponeses transformavam-se, muitas vezes, em meros empregados das fazendas que, além de terem perdido as vantagens da contraprestação, previstas nos antigos códigos "costumeiros", não teriam recebido em troca nenhum reconhecimento legal da sua

"nova condição" de trabalhadores, posto que acabavam contratados, na maioria das vezes, como diaristas completamente *precarizados*.

Ferreira Ribeiro distinguiria o processo mencionado sobretudo para apontar o *cerceamento dos direitos* trabalhistas a antigos agregados e parceiros, sem chegar a problematizar a funcionalidade da emergência de relações de trabalho precarizadas na reprodução econômica das fazendas. Ainda assim, sua concepção acerca das relações capitalistas e o modo como vigoravam na pecuária superava em muito a perspectiva extremamente coisificada que criticamos anteriormente no trabalho de Eduardo Ribeiro (1997). Embora esse último também tivesse dado alguma atenção para as referidas transformações ocorridas na estrutura fundiária da "região", não relacionava o fim da agregação com a emergência de novas relações de produção a definirem os termos da vinculação entre reprodução camponesa e reprodução das fazendas. Não considerava a existência de qualquer relação tida como propriamente "capitalista" naqueles empreendimentos cujo caráter, em sua perspectiva, não ultrapassaria o "rentismo", precisamente por não haverem sofrido a tecnificação supostamente necessária ao desenvolvimento de uma produção verdadeiramente "capitalizada". Afastando-se dessa abordagem, a análise de Ferreira Ribeiro evidenciava que as fazendas, embora autonomizadas, não se tornariam completamente independentes dos trabalhadores reproduzidos nas unidades camponesas.

Além de desencadear a transformação nas relações sociais de produção que vinculavam camponeses e fazendas, a redução dos vínculos costumeiros a relações estritamente econômicas teria reverberado, ainda, na diminuição da legitimidade dos "modernos" fazendeiros para que exercessem politicamente sua autoridade sobre os lavradores. Não obstante, para Ferreira Ribeiro, as práticas coronelistas não teriam desaparecido completamente, retornando desgastadas, não mais como lealdade e reciprocidade, por exemplo, na "compra aberta de votos dos eleitores pobres" (1993: 108). Segundo a perspectiva que viemos sugerindo, embora permitissem certo controle dos lavradores, ao menos do ponto de vista eleitoral, mecanismos como o anteriormente assinalado não poderiam ser considerados simplesmente evidências da manutenção do coronelismo, num sentido estrito, por não mais se basearem na falta de aparência de autonomia entre "política" e "economia". Colocariam a descoberto, sem embargo, a dependência estrutural que a política autonomizada, como também a própria reprodução estatal, nunca deixariam de estabelecer com relação ao dinheiro, seu móvel de ação pressuposto.

A ausência de qualquer caráter efetivamente coronelista nas novas relações engendradas pelos "modernos" fazendeiros era evidenciada ainda pelo completo enfraquecimento da sua capacidade de controlar os trabalhadores da "região". O poder político mantido pelos mesmos não mais assegurava a mobilização do trabalho e os fazendeiros frequentemente perdiam empregados perante as novas oportunidades proporcionadas por "gatos" e reflorestadoras[130]. Embora sugerisse a manutenção do coronelismo, mesmo Ferreira Ribeiro conseguia perceber as diferenças nas novas relações estabelecidas, mesmo quando reiteravam dependência e subordinação: "Nesse processo, criam-se outros laços de dependência e subordinação, que se estendem aos comerciantes locais e aos 'gatos', que através do empréstimo de dinheiro ou da venda no fiado, asseguram a sobrevivência de muitas famílias nos momentos mais difíceis. Se o trabalho assalariado nas empresas do Vale ou nas usinas de outras regiões significa em um primeiro momento, uma perspectiva de emancipação frente à dominação tradicional; em alguns anos, o camponês do Jequitinhonha descobre a duras penas, que ele também pode ser o lugar de outro tipo de exploração e dominação" (1993: 108).

Para o autor, contudo, os camponeses do Vale do Jequitinhonha não apenas descobririam novas modalidades de exploração e dominação. Passariam a experimentar igualmente outras formas de resistência. O engajamento cada vez mais sistemático dos mesmos em greves revelaria que tinham começado "a perceber de forma diferente a sua condição de assalariado temporário" (Ferreira Ribeiro, 1993: 108-9). Além disso, as migrações temporárias e "os contatos por vários meios com os valores e as ideias do mundo urbano e industrial [trariam] novos elementos ao imaginário social do camponês do Jequitinhonha, que incorpora e reelabora várias categorias com as quais ele examina a realidade em transformação" (Ferreira Ribeiro, 1993: 109). Entre as referidas categorias, Ferreira Ribeiro assinalava nomeadamente as novas concepções de "direitos" e "cidadania", cuja elaboração se aprofundava com a participação nas CEBs, nos sindicatos e nos partidos políticos que emergiram com o advento da redemocratização do país.

As mudanças na estrutura fundiária responsáveis por deteriorar as condições de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha não teriam resultado unicamente da modernização das fazendas pecuárias. De acordo com o autor, em algumas áreas, a concentração fundiária teria sido intensa em razão da ocupação das chapadas por

[130] "Novos elementos vão contribuir de diferentes formas para enfraquecer o poder das antigas elites locais: a oferta de trabalho nas reflorestadoras e através dos 'gatos' diluem o quase monopólio que os fazendeiros e políticos possuíam nesse campo, abrindo brechas para o camponês buscar saídas frente à dominação tradicional" (Ferreira Ribeiro, 1993: 108).

reflorestadoras[131]. Mesmo sem expropriarem diretamente as terras das grotas, onde se concentravam as unidades familiares camponesas, a chegada daquelas companhias comprometia inúmeras estratégias de reprodução baseadas na utilização *em comum* das chapadas para a criação pecuária realizada "na larga", entre outras práticas extrativas (cf. Ferreira Ribeiro, 1993: 101). Além disso, para Ferreira Ribeiro, a implantação daquelas empresas teria representado "o assalariamento de milhares de camponeses, que ou se proletarizaram completamente, ou passaram a dividir o tempo entre o trabalho naquelas empresas e as atividades na sua própria unidade de produção. A necessidade de renda monetária e a grande oferta de empregos no momento da implantação do reflorestamento, em que o plantio demanda mais mão de obra, incentivou o abandono da terra por muitos antigos pequenos produtores e o seu deslocamento para as cidades e povoados da região" (1993: 101).

Embora o autor tivesse apontado expansão da pecuária, produção cafeeira e reflorestamento como as três frentes centrais da modernização do capital no Vale do Jequitinhonha, provocando inclusive conflitos fundiários, "não só com fazendeiros e empresas, mas também entre os camponeses, [...] claro sintoma da limitação crescente da oferta desse fator de produção na região" (1993: 100), para o mesmo, as mudanças nas condições de reprodução camponesa se relacionavam sobretudo, conforme vimos anteriormente (cf. seção 1.3 dessa tese), à integração entre Vale do Jequitinhonha e "regiões" limítrofes para onde escoava significativamente sua produção a um mercado nacionalizado. De acordo com Ferreira Ribeiro, a mencionada deterioração nas condições de sobrevivência camponesa advinham, por um lado, da limitação "às possibilidades do camponês obter renda monetária, através da comercialização da sua produção" e, por outro, do aumento da "sua demanda por dinheiro para permitir a aquisição de bens industriais ofertados pelo mercado" (1993: 100).

Frente aos limites às estratégias de reprodução camponesa impostas pela impossibilidade de fazer roças nas fazendas, pela expropriação das chapadas e pelas

[131] "A expansão da pecuária e a implantação da monocultura do eucalipto resultou em modificações da estrutura agrária na região, que se deram, no entanto, de forma diferente. O reflorestamento implicou num aumento espantoso da área total dos estabelecimentos com mais de 100 ha, de 4,2 em MINAS NOVAS e 5,4 vezes em RIO PARDO, entre 1970-85. Porém este crescimento praticamente não se processou sobre as terras das grotas, onde se localizavam as pequenas propriedades" (Ferreira Ribeiro, 1993: 100-101). "Nas outras duas áreas, a expansão da pecuária resultou num aumento total das áreas das propriedades com mais de 100 ha em taxas bem menores que as das áreas de reflorestamento: 1,2 vezes em ARAÇUAÍ e 1,5 vezes em SALINAS, tanto no período 1960-70, quanto 1970-85. [...] A expansão da pecuária se processou não apenas em um ritmo de incorporação menor de novas áreas, em relação ao reflorestamento, mas também de forma diferente, pois o incremento das áreas de pastagem e a especialização maior das fazendas naquela atividade determinaram o rompimento de antigas relações de agregação e parceria e também a expropriação de posseiros e até pequenos proprietários" (Ferreira Ribeiro, 1993: 102).

transformadas condições de inserção num mercado que se tornava demasiadamente competitivo para a produção regional, de acordo com o autor, duas alternativas se apresentaram para os camponeses do Vale do Jequitinhonha: a adequação, em muitos aspectos, das suas condições de produção, visando uma melhor inserção no mercado, estratégia adotada especialmente pelos chamados produtores "independentes" ou a comercialização das suas forças de trabalho.

Seriam empurrados em direção a essa última alternativa nomeadamente os camponeses com menos recursos. Muitos deles assumiram postos de trabalho nas reflorestadoras, no processo de implantação e expansão inicial daquelas companhias. Entretanto, a redução progressiva da sua necessidade de empregados e a paulatina precarização das condições de trabalho[132], somadas aos baixos valores das "diárias" remuneradas pelas fazendas e suas condições de trabalho igualmente problemáticas, acabariam culminando com a intensificação das migrações temporárias no Vale do Jequitinhonha, questão somente apontada, uma vez que Ferreira Ribeiro não se dedicaria especialmente à sua investigação.

Diferente da migração definitiva que se apresentava como alternativa para a preservação das pequenas unidades de sua divisão excessiva, mediante a saída de determinados membros da família que passavam a viver em cidades, no Vale do Jequitinhonha ou fora dele, segundo o autor, "a migração sazonal se tornou uma das principais fontes de renda monetária para a parcela mais pobre do campesinato" (1993: 106). O surgimento dessa estratégia teria sido possibilitado, de acordo com Ferreira Ribeiro, pela expansão da lavoura canavieira em São Paulo, principalmente a partir da criação do PROÁLCOOL, na década de 1970, assim como pela melhoria nas vias regionais de circulação, permitindo "um fluxo do Vale (concentrado nas áreas de MINAS NOVAS e ARAÇUAÍ) em direção principalmente à região de Ribeirão Preto" (1993: 106) com sazonalidade bastante intensa, favorecida pelo calendário agrícola de ambas as regiões. Marcada por idas e vindas em períodos de 4 até 8 meses, "praticamente não havendo coincidência entre o período da safra da cana na região de destino (de abril a setembro) e o do plantio das culturas anuais no Vale (de setembro a março), [as migrações temporárias permitiriam], assim, a combinação das duas atividades: uma geradora da renda monetária e a

[132] "Nos anos 1980, com o ritmo de crescimento menor das áreas de eucalipto, diminuiu a demanda por mão de obra para esse setor, ao mesmo tempo que se agravavam as condições de exploração dos trabalhadores, marcadas pelo desrespeito à legislação trabalhista, especialmente quando as empresas substituíam a contratação direta pela subcontratação via empreiteiros. Essas condições impulsionaram a organização e a luta sindical dos assalariados das reflorestadoras em algumas cidades, inclusive com o surgimento das primeiras greves, na região" (Ferreira Ribeiro, 1993: 101-2).

outra que garante pelo menos parte dos alimentos para o consumo doméstico" (Ferreira Ribeiro, 1993: 106).

Os chamados camponeses independentes, por sua vez, aqueles com melhores condições de inserção da sua produção no mercado, teriam sido os únicos a receber incentivos estatais para a modernização da sua produção. Corrigindo as análises que apontaram o latifúndio e as empresas como beneficiários exclusivos dos projetos de desenvolvimento regional, o autor distinguia o apoio fornecido para uma parcela dos pequenos produtores como parte da modernização em curso: "As ações do Estado nas últimas duas décadas no Jequitinhonha, não se voltaram apenas para o incremento da grande produção no campo, mas também procuraram introduzir um processo de modernização junto aos pequenos produtores rurais. Desde o final dos anos 1970, mais de dez programas (envolvendo dezenas de órgãos dos governos federal e estadual), foram planejados para atender diferentes necessidades dos pequenos produtores do Vale" (1993: 98). A grande maioria do campesinato, não obstante, teria podido contar apenas com poucas ações francamente assistencialistas[133], devido aos benefícios restringirem-se quase que exclusivamente, de acordo com Ferreira Ribeiro, aos produtores com mais terras e recursos financeiros, consequentemente, aqueles com "melhores condições de se 'arriscarem' na adoção de propostas da assistência técnica ou na tomada de financiamentos, ao mesmo tempo em que eram os únicos que possuíam com certa regularidade, alguma produção a ser comercializada, ou que demandava equipamentos motorizados de uso comunitário, para o seu beneficiamento" (1993: 99).

Quase todos os projetos voltados para a modernização da pequena produção camponesa se encaixavam na linha dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), bastante em voga no Brasil durante os anos de 1970 e 1980, se propondo a integrarem a intervenção de diferentes organismos estatais e inclusive de organizações privadas na resolução dos problemas identificados pelas próprias comunidades rurais. Constavam entre as suas principais ações "a implantação de uma infraestrutura básica (estradas, eletrificação rural, telefonia, água, etc.), a melhoria de serviços públicos de educação, saúde, saneamento e outros, mas, principalmente, a modernização da atividade agropecuária, através da assistência técnica, crédito, apoio a compra de insumos e venda da produção, projetos comunitários de máquinas e implementos agrícolas" (Ferreira Ribeiro, 1993: 98-99). Para o autor, os principais limites dos programas mencionados teriam sido sua circunscrição a pouquíssimas comunidades e beneficiários assistidos. Nem mesmo os

[133] "Como a distribuição de cestas de alimentação e com melhorias nos serviços de saúde, educação, estradas, equipamentos comunitários, etc." (Ferreira Ribeiro, 1993: 99).

municípios-alvo foram atendidos em seu conjunto, beneficiados principalmente os camponeses cujas condições de reprodução não eram tão deterioradas. Além disso, mencionava a frequente sobreposição de certos órgãos e programas em detrimento de intervenções que terminavam sem nenhum apoio.

Como vimos, Ferreira Ribeiro (1993) se diferenciaria consideravelmente da perspectiva assumida tanto por Amaral (1988) como por Eduardo Ribeiro (1997), especialmente por evidenciar os nexos existentes entre a reprodução das frentes de modernização do capital identificadas no Vale do Jequitinhonha e a reprodução do campesinato. Ou seja, o referido autor não caracterizava a reprodução camponesa exclusivamente por sua suposta *autonomia* total com relação ao processo de trabalho, distinguindo igualmente o papel amiúde ocupado pela mesma como fornecedora de trabalhadores para fazendas e reflorestadoras, ainda que o problema fosse abordado nomeadamente da perspectiva da reprodução da unidade familiar. Logo, como mera *estratégia* do campesinato, entendido enquanto uma totalidade cuja "lógica" seria independente do capitalismo.

Mesmo quando o âmbito estrito de uma pretensa racionalidade propriamente camponesa era excedido em favor de um debate mais geral sobre as condições de incorporação dos trabalhadores no processo de modernização ocorrido no Vale do Jequitinhonha, por exemplo, quando Ferreira Ribeiro (1993) destacava a frequente falta de reconhecimento dos direitos trabalhistas aos empregados tanto dos empreendimentos pecuários como das companhias florestais, o autor continuava a tratar a reprodução camponesa de maneira independente da reprodução capitalista. Tomava-a como uma totalidade em si mesma apartada, ainda que reiteradamente "reunida" mediante sua dominação desde "fora" pelo capital, com a finalidade de explorar-lhe algum dos seus rendimentos. Com relação a esse aspecto unicamente, sua perspectiva poderia ser assemelhada ao mais crítico dos eixos de análise sobre as migrações temporárias que discutimos anteriormente.

Contudo, quando o autor tomava esse pressuposto analítico para discutir a transformação nas condições de inserção da produção camponesa no mercado, sua interpretação mostrava seu caráter apologeta da reprodução capitalista e seu processo de modernização. Vejamos. Por ser condição necessária para a reprodução das unidades familiares, Ferreira Ribeiro tomava sem nenhuma crítica a realização da produção camponesa enquanto *mercadoria*. Perante a integração do Vale do Jequitinhonha e suas "regiões" limítrofes num mercado que se nacionalizava, tanto dificultando a obtenção de renda

monetária como aumentando a demanda camponesa por dinheiro, o autor acabava legitimando a modernização da produção camponesa como perspectiva possível de manutenção da reprodução camponesa em condições independentes. Como vimos anteriormente, sua única crítica aos programas de desenvolvimento rural se referia à abrangência limitada dos mesmos. Para preservar o processo de trabalho autônomo supostamente inerente à produção camponesa, submetida efetivamente à reprodução capitalista somente quando do assalariamento de determinados membros da família camponesa, Ferreira Ribeiro chegaria até a ratificar a própria modernização da mesma, independentemente da maior inserção mercantil tanto dos seus produtos como dos pressupostos da sua reprodução. Crítica estrita da exploração que teimava em não se desdobrar numa problematização da dependência reificada e da dominação fetichista fundamentada na produção tautológica de mercadorias.

Voll (1984), como veremos, ofereceria diferente resposta aos problemas que apontamos no trabalho de Ferreira Ribeiro (1993). Sua pesquisa foi dedicada à relação entre a produção de subsistência e a atuação do Estado no Vale do Jequitinhonha. Chegaria a mencionar a implantação de empreendimentos de produção cafeeira e companhias reflorestadoras naquela "região", caracterizando ambos como "atividades econômicas comerciais" cujo estabelecimento, entre outros fatores, teria sido responsável por desestruturar o "sistema fechado" no qual a "economia de subsistência" haveria se reproduzido, ao menos até a metade do século XX. Sem embargo, sua análise seria especialmente dedicada não aos chamados "fatores de mudanças", mas a "um fator predominante, o de permanência, que abrange a grande maioria da população, [...] a permanência da economia de subsistência" (Voll, 1984: 22-23). Ou seja, voltar-se-ia sobretudo para "ressaltar as principais características atuais" da massa dos pequenos produtores rurais socialmente organizados, conforme a autora, "como há muitas décadas atrás" (1984: 23).

No primeiro tratamento que conferiu para o problema, Voll apresentou uma caracterização geral dos "pequenos produtores", categoria definida, como vimos anteriormente, segundo a terminologia do Programa Estadual de Promoção de Pequenos Produtores Rurais, no qual a autora havia atuado como técnica. O primeiro aspecto investigado foi a questão da *subsistência* daqueles produtores. Segundo Voll, sua automanutenção seria o objetivo primeiro do agricultor, sendo estabelecido todo o

planejamento do cultivo em função do consumo familiar[134]. Ainda assim, por serem demasiadamente pequenas as unidades camponesas encontradas pela autora em sua investigação, frequentemente a produção obtida mostrava-se insuficiente perante as necessidades familiares: "A terra é trabalhada, completamente cultivada, e mesmo assim é pouca a quantidade produzida, legando à família a fome e a pobreza" (1984: 23).

A necessidade de *completar sua subsistência*, dificultada pelo tamanho das propriedades, empurraria as famílias a procurar uma ou mais fontes de recursos monetários, "para o consumo de bens não produzidos ou complementação dos produtos alimentares, que, mesmo tendo sido cultivados, seu produto não foi suficiente para a manutenção da família" (Voll, 1984: 23). Os produtores realizariam, portanto, frequentemente, uma gama de trabalhos paralelos à produção das suas roças, em que ocupavam a "força de trabalho excedente da família" (Voll, 1984: 24). O garimpo[135], a indústria doméstica, a troca de trabalho por mercadorias, geralmente mantimentos, e a produção de lavouras em parceria com outros proprietários seriam algumas fontes de complementação da subsistência mobilizadas pelas famílias camponesas do Vale do Jequitinhonha.

Mas a principal delas, inequivocamente a "alternativa mais viável e segura para obtenção de renda monetária" (Voll, 1984: 24), seria a *migração*. "Costume amplamente difundido", de acordo com a autora, as migrações teriam se intensificado como um desdobramento da crise do sistema de economia de subsistência desencadeada pelo adensamento populacional, sobretudo a partir de 1960[136]. Levados por "gatos" ou individualmente, os produtores partiriam em direção ao interior paulista por período coincidente com a entressafra da sua lavoura de subsistência. Contudo, "o avanço das pesquisas na cultura da cana [estenderia] esse período para além de outubro, [vindo] a dificultar mais ainda a já sofrida labuta do lavrador migrante, que tem que voltar a tempo de preparar sua lavoura" (1984: 25).

Outro destino, por vezes adotado pelos pequenos produtores do Vale do Jequitinhonha, seria o Alto São Francisco, onde os migrantes eram empregados nomeadamente no corte de lenha em carvoarias. Alternativa menos procurada que os canaviais paulistas, segundo Voll, contaria com as piores condições de exploração e insegurança. Além do Alto São Francisco, a zona urbana de São Paulo já havia se

[134] "Desde a diversidade de produtos à quantidade plantada de cada um" (Voll, 1984: 23).
[135] "É ainda muito comum o garimpo nos córregos e rios, atividade esta também realizada em períodos de seca, quando o nível da água está mais baixo possibilitando a faiscação das bateias" (Voll, 1984: 24).
[136] "[A] estrutura fundiária baseada na pequena propriedade não tinha mais condição de absorver a partição das terras pelos processos de herança, inviabilizando a subsistência mesmo nos níveis observados até então" (Voll, 1984: 18).

apresentado, igualmente, como um destino importante. Não obstante, devido ao escasseamento de trabalho na construção civil e nos setores industriais, essa corrente migratória teria arrefecido bastante[137].

Sendo as migrações temporárias tratadas sobretudo como uma *estratégia* de reprodução familiar, em uma única passagem do texto, a autora fazia referência à *funcionalidade* do trabalho acessório realizado pelos pequenos produtores: "O processo migratório empreendido pela população do Jequitinhonha possibilita a manutenção dessa força de trabalho de reserva, enquanto não está sendo utilizada, através do retorno e do trabalho na sua lavoura, desonerando a região onde é explorada sua força de trabalho, e onde fica depositada a maior parcela da riqueza que produz, enquanto sua família permanece na região de origem" (1984: 12). Apesar da brevíssima menção ao problema, Voll parecia distinguir uma ligação entre reprodução dos trabalhadores na "região" de origem e acumulação da maior parte da riqueza produzida na "região" de destino, eximida da manutenção daquelas forças de trabalho "reserva". Concentrando seus esforços na problematização de uma espécie de "exploração regional", a autora, entretanto, não conduziria sua análise em direção aos nexos mais profundos da acumulação do capital, evocando só de passagem a questão da superexploração do trabalho e seu papel na acumulação capitalista.

Além de ser voltada para a subsistência e ter necessidade de complementação monetária, conseguida geralmente mediante a realização de trabalhos acessórios, especialmente aqueles executados por migrantes temporários, a pequena produção se caracterizaria ainda por seu *tradicionalismo* inerente. Segundo Voll, devido à grande fragilidade das condições de vida dos pequenos produtores, os mesmos prefeririam, ordinariamente, manter a sua produção nas condições as mais usuais possíveis: "Sua submissão à natureza é total [...] devido às condições econômicas de sua vida e trabalho. Sendo assim, o certo para ele é aquilo que viu seu pai e avô fazerem, o que seus vizinhos fazem, aquilo que é consensual" (1984: 26). Sem embargo, de acordo com a autora, o tradicionalismo não representaria nenhum entrave, mas, ao contrário, um fator que possibilitaria a reprodução da pequena produção, mantendo seu custeio em um nível extremamente baixo, sobretudo em razão da ausência de investimentos.

[137] Voll não deixaria de observar, ainda assim, a migração definitiva de algumas famílias de pequenos produtores, radicadas sobretudo na cidade de São Paulo. Para a autora, "o fator definidor da permanência no grande centro [seria] o sucesso da obtenção de um emprego estável" (1984: 25).

Além do breve apontamento sobre o papel da reprodução direta dos meios de subsistência na concentração da riqueza, a caracterização dos pequenos produtores preconizada por Voll não diferia muito da maior parte das definições de orientação chayanoviana. Os debates sobre o balanço trabalho-consumo, o dispêndio de trabalho excedente fora da unidade familiar, a migração como estratégia de reprodução e o tradicionalismo inerente à pequena produção passaram todavia a um plano de análise coadjuvante, conforme a autora considerava a relação entre produção de subsistência e desenvolvimento capitalista no Vale do Jequitinhonha.

Investigando o problema desse ponto de vista, Voll priorizaria não mais a caracterização geral dos pequenos produtores rurais, mas, ao contrário, sobretudo as diferenciações internas estruturantes daquela categoria. Segundo a autora, embora os pequenos produtores do Vale do Jequitinhonha não tivessem condições de produção facilmente distinguíveis, devido aos seus hábitos de vida semelhantes[138], seriam diferenciáveis especialmente no que se refere à quantidade e à qualidade das terras apropriadas[139]. Nas palavras de Voll, "esse fator é decisivo quanto à sua posição social e econômica, e influencia todos os fatores. A posse – legal ou não – de um pedaço de terra maior que a média da comunidade possibilita ao lavrador a disponibilidade de um fator de produção raro numa área de minifúndios, ou seja, a própria terra. Possibilita ainda opções entre dar parceria ou meiação, criar gado, 'por morador' ou não, enfim, dá poder aquele produtor sobre a renda e a produção de outras famílias. A disponibilidade maior de terra gera, na maioria dos casos uma quantidade maior de produção, gerando maior renda para aquele produtor" (1984: 71).

Numa das extremidades da escala de heterogeneidade social existente nas comunidades rurais investigadas, a autora identificou os *parceiros*, dependentes e subordinados aos proprietários fundiários, sobretudo por não possuírem uma relação permanente de apropriação da terra, sendo constrangidos ao pagamento da renda e às condições impostas pelos proprietários em cada contrato. Subtraídos os abatimentos estabelecidos pela parceria e pelas necessidades de reprodução familiar, quase nunca sobrariam produtos comercializáveis, tornando esse pequeno produtor um frequente

[138] "Para o observador mais incauto, pode parecer que o pequeno produtor da região se situa, em totalidade, numa idêntica condição de pobreza e carência. Ocorre que as condições de isolamento econômico e cultural da região resultaram no homem rural que se apresenta de uma maneira geral, semianalfabeto, com hábitos de vida tradicionais no que se refere à alimentação, moradia, vestimentas etc. Assim, não se distingue, à primeira vista, o médio proprietário, dono de uma propriedade com algum equipamento, do seu parceiro pauperizado. Ambos têm hábitos de vida quase idênticos" (Voll, 1984: 70).

[139] Para Voll, esse fator figuraria entre as "diferenciações básicas que distinguem internamente a categoria dos pequenos produtores dentro do sistema capitalista" (1984: 71).

assalariado eventual, única alternativa para a obtenção de rendimentos monetários complementares.

Em um nível mais elevado da referida escala que os parceiros estariam os *minifundistas*, pequenos produtores com "autonomia (propriedade ou posse) sobre um pequeno pedaço de terra" (Voll, 1984: 73). De acordo com Voll, os minifundistas se assemelhariam bastante aos parceiros sem terra, "porque eles também oferecem sistematicamente sua mão de obra para o assalariamento" (1984: 73). Mais que isso, as categorias chegariam a se confundir, posto que também os minifundistas empreendem lavouras em parceria, insuficientes que são as suas posses frente às necessidades de reprodução familiar[140].

Embora a denominação pequeno produtor tivesse sido utilizada pela autora inicialmente como classificação geral para os lavradores existentes nas comunidades investigadas, dentro da escala de heterogeneidade social construída, referir-se-ia exclusivamente aos possuidores de terras entre 10 ha e 100 ha[141], "estrato médio entre os pequenos produtores" (Voll, 1984: 74). Os *pequenos produtores* possuiriam maior diversificação das suas atividades dentro das unidades de produção, capaz de gerar, ordinariamente, a manutenção de sua família de um modo satisfatório. Contando com possibilidades de beneficiamento, o que facilita a armazenagem e comercialização da produção, conseguem quase sempre obter lucros acima das suas necessidades. Quando produzem migrantes, esses são, em geral, jovens, que buscam reunir reservas para o casamento ou a compra de novas terras.

Na outra extremidade da escala de heterogeneidade social sugerida por Voll concentrar-se-iam os proprietários com mais de 100 ha. De acordo com a autora, esses produtores seriam diferenciáveis em dois tipos. O primeiro moraria ordinariamente nas cidades, entregando sua terra ao cultivo sobretudo por parceiros: "É o tipo tradicional, que usufrui da propriedade os lucros, explorando os parceiros que são mantidos em condições de estrita subsistência" (Voll, 1984: 75). O segundo, que apenas teria emergido mais

[140] "Consideramos aqui os produtores com até 10 ha de terra. Estes irão compor, em Minas Novas, 56% das propriedades, e em Turmalina, 55% delas, ocupando respectivamente, 3,4% e 7,8% das terras" (Voll, 1984: 73).
[141] Os produtores com terra entre 10 ha e 50 ha "correspondem a 39% dos estabelecimentos em Minas Novas e 37% em Turmalina, ocupando 22% e 21% das áreas, respectivamente" (Voll, 1984: 74) e foram identificados primeiramente como o estrato dos pequenos produtores. Logo em seguida, entretanto, Voll sugeriu que "os produtores que possuem de 50 a 100 ha não diferem muito da classe anterior [...]. Devido às características do solo na região, os manchões de terra fértil não são frequentes nem extensos, e a relação positiva entre maior quantidade de terra e melhores condições de produção não é automática. É possível e frequente se encontrar proprietários de até 100 ha em situação econômica pior que um proprietário de 20 ou 30 ha de terra mais fértil" (Voll, 1984: 75).

recentemente conduziria empreendimentos "intensivamente [explorados] com técnicas agrícolas modernas, com grande número de trabalhadores assalariados" (Voll, 1984: 75). Grandes proprietários do primeiro tipo, segundo Voll, quase sempre reverteriam os seus ganhos em comércios estabelecidos nas cidades, mantendo suas atividades restritas à exploração por parceiros.

Com relação à caracterização geral inicialmente estabelecida para os pequenos produtores, a construção de uma escala de heterogeneidade social certamente trouxe acréscimos importantes. Evidenciava, por exemplo, embora a autora não tivesse sequer mencionado a articulação entre campesinato e fazendas[142], a existência de relações de dominação e exploração, sobretudo encadeando grandes proprietários tradicionais aos parceiros, tanto completamente despossuídos como minifundistas. Em sua busca pelas diferenciações da categoria de pequeno produtor, Voll, inicialmente mais próxima da abordagem assumida por Eduardo Ribeiro (1997) e Amaral (1988), cujas questões se voltaram, como vimos, especialmente para a "lógica" de reprodução dos sistemas camponeses, alcançaria ponto de vista análogo ao exibido por Ferreira Ribeiro (1993): adotava como objeto principal da sua crítica a dominação, desde "fora", da totalidade camponesa, fosse por meio do assalariamento dos membros da família de pequenos produtores, fosse por meio da exploração dos parceiros que, não tendo terras, viam-se compelidos a pagar renda fundiária.

Como Ferreira Ribeiro (1993), a autora sustentava uma defesa das condições as mais autônomas possíveis de sobrevivência para os camponeses, sem tomar criticamente sua produção enquanto produção de mercadorias e, consequentemente, sua inserção na reprodução capitalista. Não desconfiava, com efeito, que a autonomia reivindicada seria unicamente autonomização. Como vimos no trabalho de Ferreira Ribeiro, tais pressupostos conduziram-no a uma defesa dos programas de modernização da pequena produção, conquanto os mesmos permitissem a obtenção de incrementos naquela autonomia, independentemente da necessária "capitalização" das unidades produtivas. Abordando problemas semelhantes aos enfrentados por aquele autor, referentes aos impactos dos programas de modernização da pequena produção, a investigação de Voll chegaria, entretanto, a conclusões um pouco diferentes.

[142] Sem ter sido efetivamente discutida por Voll, a relação entre campesinato e fazendas poderia ser deduzida a partir da passagem em que a autora argumentava que a posse de um pedaço de terra maior que a média da comunidade permitiria aos produtores dar parceria, criar gado ou por morador. Contudo, deduzida apenas de maneira bastante problemática, posto que a autora encadeava algumas relações que poderiam ser travadas naqueles pedaços de terra, sem discutir as condições sociais e históricas de existência das mesmas.

Segundo a autora, o Programa Estadual de Promoção de Pequenos Produtores Rurais, mais conhecido como MGII, teve início no ano de 1980 e desenvolvia ações vinculadas ao Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), contando com financiamentos do Banco Mundial e dos governos, tanto estadual como federal[143]. Subdivididas em três campos – Produção, Infraestrutura e Social[144] – as ações do MGII voltavam-se para os pequenos produtores rurais cujas terras não excedessem o tamanho máximo de 100 ha[145], com os objetivos gerais de "promover o desenvolvimento rural integrado; conter as correntes migratórias; combater a pobreza rural; melhorar as condições de vida da população rural e aumentar a produção e a produtividade agropecuária nas pequenas propriedades" (Voll, 1984: 40).

Voll direcionou inúmeras críticas ao MGII. Manifestaria, inicialmente, o seu incômodo com a abrangência dos critérios de seleção do público-alvo, que acabavam empurrando a triagem dos beneficiários aos técnicos responsáveis pela execução do programa[146]. Não se limitava, contudo, a distinguir de um ponto de vista estritamente organizacional o problema mencionado. Para a autora, a abrangência dos critérios denunciaria, maiormente, como perspectiva central do MGII, não o proclamado "fortalecimento da pequena produção" (1984: 45), mas, ao contrário, a progressiva "diferenciação interna" (1984: 46) e a constituição de uma camada de produtores efetivamente capitalizados[147], nos países, regiões e municípios em que predominava a

[143] "[O PDRI se colocou] como 'a primeira tentativa sistemática e geral de recuperar a pequena unidade de produção agropecuária' [...], [representando] um conjunto de ações organizadas e planejadas para atender ao pequeno produtor rural" (1984: 40).

[144] "A área de Produção, que compreende os componentes Crédito Rural, Assistência Técnica e Extensão Rural, Associativismo, Comercialização e Pesquisa e Experimentação Agropecuária [...], visa, de maneira geral, a extensão das políticas agrícolas e estratégias de produção às pequenas propriedades e à produção de subsistência. A área de Infraestrutura, que corresponde aos componentes Legitimação de Terras, Recuperação de Várzeas, Reflorestamento, Estradas, Eletrificação Rural e Telefonia, objetiva dotar as regiões de concentração de pequenas propriedades de condições infraestruturais para se libertar das condições de produção de subsistência. A área Social, que engloba os componentes Educação, Saúde e Saneamento, Desenvolvimento Comunitário, Centros Comunitários Rurais e Apoio às Pequenas Empresas não Agrícolas e ao Artesanato, visa diminuir a ausência ou deficiência dos serviços sociais básicos nos municípios beneficiados pelo Programa MGII" (Voll, 1984: 41).

[145] "O pequeno produtor, para o Programa MGII, é definido como 'proprietários, parceiros e arrendatários, usufrutuários e posseiros com áreas de até 100 ha para os municípios das regiões do Nordeste e Rio Doce, e até 50 ha para os municípios das regiões da Zona da Mata e Sul de Minas" (Voll, 1984: 43).

[146] "Dentro dessa definição tão genérica, baseada principalmente no tamanho da propriedade, que se encaixaram os pequenos produtores de subsistência, ao lado de pequenos empresários familiares, os parceiros de fazendas, enfim, a definição formulada aprioristicamente deixou em aberto a participação de uma camada relativamente ampla de pequenos produtores, cabendo à dinâmica de execução do programa em cada município a real seleção dos beneficiários, através da ação dos técnicos" (1984: 43).

[147] Que fique bem clara a diferença entre os dois conceitos de diferenciação mobilizados ao longo do nosso trabalho: o conceito de *diferenciação interna* usado por Voll (1984) foi formulado por Lênin (1985) para caracterizar o processo de integração da chamada economia natural ao desenvolvimento do capitalismo na Rússia. A interpretação mais consagrada sobre o seu trabalho sugere que Lênin assumia como perspectiva a

agricultura de baixa renda[148]. Manter-se-ia, assim, o equilíbrio político[149], enquanto se procurava empreender a superação "de algumas barreiras à expansão capitalista, [representadas] por uma população marginalizada do consumo industrial" (Voll, 1984: 46-47).

A perspectiva de diferenciação interna e criação de um estrato capitalizado de pequenos produtores poderia ser inferida, ainda, de acordo com Voll, a partir de uma orientação básica prevista no programa, a *integração*: "Seguindo a filosofia de ação dos PDRIs, a integração é entendida 'no sentido de pensar globalmente a pequena unidade de produção, tanto em termos de suas necessidades internas quanto às suas inter-relações com o setor urbano e infraestrutura'" (Voll, 1984: 53). Para a autora, entretanto, a principal consequência procurada com essa linha de atuação prevista seria "a incorporação dos pequenos produtores, até então marginalizados, ao sistema econômico e social vigente" (1984: 54).

De acordo com Voll, ante "uma realidade tão complexa e vulnerável como é a estrutura da economia de subsistência", a referida integração unicamente poderia ser alcançada com "uma participação real e efetiva dos pequenos produtores no processo de execução do Programa, o que viria, em última análise, aplainar os conflitos inerentes à intervenção" (1984: 54). Se a participação dos pequenos produtores assegurava a possibilidade dos mesmos serem beneficiados por ações previstas no MGII, isso não significava, de maneira nenhuma, "um poder decisório sobre o planejamento de ações do Programa" (1984: 54). Ao contrário, seriam chamados a participar apenas os pequenos

---

completa dissolução das relações não-capitalistas de produção no campo, cuja persistência indicaria certa incompletude do desenvolvimento em curso, sendo, portanto, resíduos em vias de extinção. Nas palavras do autor: "O velho campesinato não está apenas se 'diferenciando'; ele está sendo totalmente dissolvido, está deixando de existir, deslocado por tipos de população rural totalmente novos, por tipos que constituem a base da sociedade na qual dominam a economia mercantil e a produção capitalista. Estes tipos são a burguesia rural (pequena burguesia, principalmente) e o proletariado rural, a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos trabalhadores agrícolas assalariados" (Lênin, 1985: 177). Como se pode notar, o mesmo difere inteiramente do conceito de diferenciação empregado por Smith (1988) para caracterizar desdobramentos do *desenvolvimento desigual* que se contraporiam reiteradamente, de acordo com sua abordagem, a um suposto processo de homogeneização que decorreria da modernização capitalista. Assim, podemos afirmar que o conceito utilizado por Smith não apenas se opõe frontalmente àquele formulado por Lênin como, inclusive, possui forte orientação "luxemburguista".

[148] "O Programa MGII atua em cento e dois municípios selecionados [...] e agrupou os municípios onde é maior a incidência da agricultura de baixa renda" (Voll, 1984: 44). "O Programa MGII, como outros simultâneos e semelhantes dentro do Estado [...], faz parte de uma estratégia do Banco Mundial para os países periféricos, com planos de execução em outras regiões do país, principalmente na região Nordeste, e na Colômbia, Equador, Bolívia e México, e que [...] visa à criação de um estrato de pequenos produtores capitalizados, orientados especialmente para o mercado interno" (Voll, 1984: 45).

[149] "Se busca uma forma de se manter o equilíbrio político, através do controle das tensões sociais da população rural de baixa renda" (Voll, 1984: 46).

produtores cujas demandas coincidissem com as ações já planejadas para cada local e momento da intervenção.

Decorrência de um processo de integração que consistiria especialmente na "acomodação dos diferentes seguimentos sociais aos padrões dominantes, emanados do sistema de poder" (Voll, 1984: 54), segundo a autora, a participação possibilitada aos pequenos produtores poderia consistir somente num "mecanismo compensatório" de eliminação de conflitos: "Os mecanismos participativos que se mostram viáveis dentro do Programa significam antes um processo de cooptação seletiva, uma vez que a participação, tal como se dá, virá a cumprir uma função meramente compensatória no processo de superação dos conflitos" (Voll, 1984: 55).

Para Voll, a integração corresponderia assim a um processo "discriminador por natureza" (1984: 55), que proporcionava a efetiva adesão apenas de uma camada muito pequena de produtores ao programa e às suas propostas, enquanto a "maioria não [apresentava] condições de atingir os requisitos mínimos [...] para sua incorporação ao processo" (1984: 55), distanciando-se cada vez mais dos produtores que seriam diferenciadamente incorporados ao dito sistema social e econômico: "Enquanto a grande maioria se vê crescentemente proletarizada, [por meio] de um processo acelerado de migrações, outra pequena camada se incorpora ao mercado financeiro e de produtos, vinculando a sua produção ao mercado consumidor, [e] atendendo aos objetivos do Programa" (Voll, 1984: 55).

A principal crítica da autora se dirigia, portanto, ao "caráter modernizador do Programa MGII", na medida em que ele influiria no desenvolvimento das relações de produção, impondo para as mesmas "um sentido específico" que privilegiava alguns produtores apenas, "cumprindo um papel catalisador das tendências observáveis no desenvolvimento capitalista em geral" (1984: 56).

Entre as chamadas estratégias de operacionalização da inserção econômica dos pequenos produtores, de acordo com Voll, a concessão de crédito rural seria a mais importante como também aquela que provocaria o maior impacto no processo de diferenciação interna antes mencionado. Num contexto em que as migrações sazonais representavam a principal, se não uma das únicas alternativas para a obtenção de renda monetária e, no mais das vezes, os produtores se endividavam no comércio local para adquirem os poucos insumos, ferramentas e bens não produzidos que consumiam, a subvenção de crédito rural teria provocado um grande entusiasmo e conduzido à arregimentação, tanto em Minas Novas como em Turmalina, ambos os municípios

investigados pela autora, "de um número de mutuários maior que o pré-estabelecido como meta para o Programa" (Voll, 1984: 57). Justamente em decorrência de os pequenos produtores não terem podido contar com o acompanhamento de uma assistência técnica efetiva, que possibilitasse aos mesmos reconhecerem o caráter diferenciado daquele endividamento[150] e a necessidade de uma "aplicação produtiva" dos recursos, as consequências da concessão de crédito rural teriam sido, segundo Voll, "para muitos produtores, muito ruins". Conforme a ata da segunda reunião do Núcleo Municipal de Turmalina do programa[151], citada pela autora, "sobre o crédito (o representante da comunidade do Barreiro) explicou que muitos pequenos produtores do Barreiro pegaram o crédito rural e a maioria se deu mal, com os produtores com muitas dificuldades para saldar suas dívidas, e que há casos que até hoje pessoas estão endividadas, tendo que vender criação, trechos de terras e lavouras pra pagar o Banco. O Proagro[152] não foi aplicado e os produtores não entenderam porque, como no caso do produtor que plantou amendoim financiado e choveu durante a colheita, comprometendo seriamente a safra e que está em sérias dificuldades. Outro caso que os produtores não entenderam foi a perda da safra de feijão das águas, que foi geral, e que o Banco alegou que a safra de milho cobre o prejuízo. Todos sabem que o preço do milho é muito inferior ao do feijão, além de ser um produto indispensável à subsistência da pequena propriedade. Um outro representante do Barreiro [...] explicou que a imigração está chegando na comunidade do Barreiro com o crédito agrícola, como no caso do moço do amendoim, que está trabalhando no corte de cana em Ribeirão Preto para pagar o crédito" (Voll, 1984: 59).

Os impactos negativos da concessão de crédito agrícola se relacionariam, especialmente, de acordo com Voll, da inadequação daquela política à produção de subsistência. Em primeiro lugar, a pequena produção não adequava facilmente sua produtividade ao padrão necessário para o pagamento das dívidas[153]. Em segundo lugar,

[150] "Uma dívida que, diferentemente das dívidas assumidas até então com pessoas da sua vizinhança, representava um risco potencial para a segurança de sua propriedade" (Voll, 1984: 57).
[151] Realizada em 31 de maio de 1982, oportunidade em que os pequenos produtores avaliaram os impactos do crédito aplicado no ano agrícola que estava terminando.
[152] O Proagro ou Seguro Rural deveria funcionar como uma segurança para o produtor rural que tomou empréstimos. Segundo Voll, não obstante, muitos dos que perderam sua produção não foram efetivamente segurados por não terem correspondido às exigências técnicas de utilização de insumos e padronização das lavouras.
[153] Conforme a ata da segunda reunião do Núcleo Municipal de Turmalina do Programa MGII, supracitada, "um representante do Barreiro alegou que as lavouras financiadas têm que ser plantadas conforme a maneira que eles (os técnicos agrícolas) falam. Mas que no Barreiro os produtores não podem usar o Aldrim 40% porque a água da comunidade é pouca e para todo uso, e não podemos envenená-la" (Voll, 1984: 60).

embora o crédito concedido tivesse subsídios[154], seus juros eram maiores que as "possibilidades da lavoura de subsistência, devido à sua característica marcante de lucratividade virtualmente nula" (Voll, 1984: 61). Impactariam, ainda, os prazos, que variavam entre 3 e 11 meses, insuficientes para a reversão da produção em renda monetária[155]. E, em último lugar, certo "desperdício de capital pelo uso impróprio de insumos" (Voll, 1984: 62), desencadeado pela obrigatoriedade do uso de técnicas pré-estabelecidas.

Ante as dificuldades enfrentadas por muitos dos pequenos produtores que, inicialmente, teriam usufruído do crédito rural, os critérios de concessão teriam sido progressivamente modificados, passando cada vez mais, de acordo com a autora, a privilegiarem apenas um grupo de produtores, que se conformaria como uma espécie de "freguesia do Programa" (1984: 64), frequentando assiduamente os encontros de grupo, usufruindo dos benefícios dos projetos, participando das promoções: "Ao concentrar ações nesse grupo ou indivíduo, cuja posição de 'liderança' é definida pela posição econômica, o Programa reforça as diferenciações internas da comunidade, na expectativa do sucesso do 'efeito demonstração'" (Voll, 1984: 65).

A seleção dos mutuários passaria a ser feita, portanto, com base na sua "real capacidade de absorção das estratégias inovadoras inerentes à política do crédito agrícola" (Voll, 1984: 84), beneficiando unicamente o estrato entre os pequenos produtores efetivamente capaz de realizar a capitalização da sua produção, de aumentar a sua produtividade e de melhorar a sua inserção no mercado, tanto no que se refere ao abastecimento do mercado interno[156] como no que concerne à sua transformação em consumidor de insumos produtivos e de crédito. Embora Voll tivesse assinalado a inadequação da referida política creditícia aos pequenos produtores, para a autora, os resultados alcançados não deveriam ser tomados, sem embargo, como meras falhas organizativas ou dificuldades de projeção das condições que seriam enfrentadas para a execução do programa. Ao contrário, os resultados da concessão de crédito rural apenas

[154] Os juros do crédito rural concedido no âmbito do Programa MGII eram iguais aos da área da SUDENE.
[155] Segundo Voll, o prazo dado pelo banco seria suficiente para a comercialização da produção, no caso de uma boa safra, mas não para que os pequenos produtores pudessem esperar por melhoras nos preços: "O que se observa é que o produtor, para pagar sua dívida no prazo, venderá o produto colhido, desvalorizado pela época de safra, o que o forçará a vender toda a produção, em detrimento do consumo, o que o empurrará a proletarização para a manutenção da família" (Voll, 1984: 61).
[156] "Uma camada de pequenos produtores que, aumentando a produtividade de suas lavouras, se responsabilizaria pelo fornecimento de alimentos para o seu sustento e dos núcleos urbanos regionais" (Voll, 1984: 83).

afirmariam a perspectiva central do MGII, de diferenciação interna e capitalização de um estrato de pequenos produtores[157].

A maioria dos pequenos produtores, cujas condições de sobrevivência já se encontravam deterioradas, de acordo com a autora, em razão da integração do Vale do Jequitinhonha ao mercado que se nacionalizava e do adensamento populacional e minifundização decorrente, sofreriam, quando escapassem do endividamento e de uma possível proletarização, os impactos da alteração dos padrões de produtividade e do "amadurecimento das condições de comercialização de produtos". Não apenas seriam excluídos do processo de capitalização, como teriam suas condições costumeiras de reprodução tornadas insuficientes em face do contexto de inserção no mercado, que se acirrava.

Aos mesmos restava, Voll reafirmaria, as migrações e a possibilidade de proletarização, que poderia se realizar de maneira temporária, embora a ameaça da proletarização definitiva nunca deixasse de se apresentar aos pequenos produtores, por exemplo, quando das tentativas sem retorno dos investimentos de crédito rural e da modernização da produção. O argumento mobilizado seria bastante cabível no contexto investigado pela autora, de pauperização crescente[158]. Sem embargo, seu excessivo "leninismo" levaria a mesma a posições bastante peremptórias, sobretudo com relação à iminência da total impossibilidade da reprodução dos pequenos produtores no Vale do Jequitinhonha[159].

---

[157] "O privilegiamento desse produtor ou grupo de produtores vem reforçar uma distância da grande maioria da população local, reforçando as diferenciações internas da comunidade. [...] A capitalização das propriedades médias, promovendo o seu equipamento, [...] torna ainda mais inviável a manutenção da agricultura em minifúndios subfamiliares, pelo amadurecimento das condições de comercialização de produtos e aplicação de toda uma legislação inerente à política agrícola (taxas do INCRA, taxas de desmate, taxas de retirada de lenha, impostos sobre o registro da terra etc.)" (Voll, 1984: 85).

[158] "O trabalho fora da região vem se tornando, para o pequeno produtor, cada vez mais indispensável para a manutenção das famílias e sua reprodução como pequenos produtores. Isto se acentua ainda mais com a crise econômica que atinge duramente essa população que já vivia em condições de extrema penúria. Simultânea e combinadamente a esse processo interno de pauperização ocorrem fatores de proletarização enquadrados no avanço das forças produtivas capitalistas" (Voll, 1984: 80).

[159] Um dos âmbitos da vida dos pequenos produtores em que Voll reconhece limites claros à reprodução corresponde ao adensamento populacional das comunidades rurais investigadas: "Quanto ao adensamento demográfico regional, ele decorre sobretudo do processo de subdivisão dos minifúndios, que alcançou um ponto máximo possível, que impede a retenção de mais uma geração de pequenos produtores, pois a maioria das propriedades já é insuficiente para o sustento das famílias. [...] As condições de vida na região e a ausência de infraestrutura social e de apoio à produção, inviabilizam a manutenção de uma agricultura de baixa renda, que não suportará uma redivisão das unidades produtivas para os futuros herdeiros" (Voll, 1984: 80). Poderíamos contrapor a abordagem de Voll aos argumentos classicamente utilizados nas análises que afirmam a possibilidade de reprodução do campesinato, entre eles, estratégias de obtenção de renda monetária para a aquisição de novas unidades produtivas e, até mesmo, posseamento de terras em fronteiras ainda abertas. Preferimos retomar o problema quando apresentarmos nossa investigação sobre as atuais condições de vida do

Embora, como vimos anteriormente, Voll mantivesse relativa proximidade com a interpretação mobilizada por Ferreira Ribeiro (1993) sobre a "lógica" de reprodução camponesa e suas condições de dominação e exploração em contextos de reprodução capitalista, a autora trataria os programas de modernização voltados para os pequenos produtores de maneira diferente desse último. Criticava diretamente os impactos da intervenção estatal, sobretudo na medida em que diferenciavam os estratos de pequenos produtores existentes nas comunidades rurais investigadas, desestruturando as bases da solidariedade vicinal que caracterizaria esses grupos[160]. Inicialmente, a crítica da autora parecia restringir-se à exclusão de uma parte dos produtores, especialmente os chamados minifundistas, nas mencionadas políticas e em seus benefícios. Contudo, ao apontar insistentemente a diferenciação interna, a autora reforçava o caráter de ruptura imposto naquela modernização: uma parte dos produtores transformar-se-ia em pequenos empresários familiares e outra terminaria irremediavelmente proletarizada.

Com essa perspectiva, apesar do caráter excessivamente taxativo destacado anteriormente, Voll conseguiria ultrapassar a defesa incondicional de uma maior e mais eficiente inserção dos pequenos produtores no mercado, mostrando um conjunto de dificuldades decorrentes dessa imposição[161] e desviando o problema das condições de reprodução camponesa de uma necessária capitalização de sua produção para uma transformação desejada nas formas de apropriação fundiárias que possibilitassem a manutenção, algo idealizada, assinalamos, das características típicas da economia de subsistência: "A prática social junto a essa população de produtores pauperizados vem indicar que uma reivindicação básica permeia cada problemática individual, cada questionamento, cada conclusão de discussão. É a questão da estrutura fundiária, que significa para o agricultor de subsistência sua própria reprodução enquanto pequeno produtor" (Voll, 1984: 88).

---

campesinato no Vale do Jequitinhonha demonstrando a possibilidade efetiva da sua reprodução, problematizada, contudo, com outra perspectiva de análise.

[160] "Ocorre, pois, que essa capitalização de pequenas propriedades verá reduzidos seus efeitos de contenção das correntes migratórias ao âmbito das famílias beneficiadas. Ao contrário do que propõe, irá promover a saída dos demais produtores, devido ao reforço das diferenciações internas das comunidades. Isso pode resultar em quebra da solidariedade vicinal e distanciamento de interesses, tornando-se, pois, a causa de conflitos e desagregação social" (Voll, 1984: 86).

[161] Além disso, cabe notar pela relevância do comentário, apesar do seu caráter bastante breve, Voll dirigiria também uma crítica às estratégias definidas pelo sistema de planejamento: "As questões colocadas pelo desenvolvimento capitalista para a economia de subsistência consiste numa prática que exige do cientista social uma postura que precisa ser antes de tudo crítica e comprometida com os agricultores. As estratégias definidas pelo sistema de planejamento, apesar de usarem um discurso onde estão presentes objetivos tais como a melhoria do nível de vida, aumento de renda e contenção das correntes migratórias, correspondem, na realidade, a resultados diversos, que acabam por contribuir para a manutenção do sistema de dominação vigente" (Voll, 1984: 87).

Aparte as dificuldades já discutidas, concernentes à repetição de um modelo de interpretação em que a reprodução camponesa figura sempre como uma totalidade independente, quando muito, articulada à reprodução capitalista, por mecanismos de dominação e de exploração[162], e para além do importante desvio mobilizado pela autora quando tematizou a questão fundiária como momento decisivo da questão agrária[163], a abordagem de Voll trazia, ainda, embora de maneira muito breve, a inserção de outros aspectos referentes às condições estudadas de reprodução camponesa que deveriam ser tomados em conta de modo a aprofundar uma reflexão sobre as suas conexões com a reprodução capitalista. Ultrapassando a perspectiva de que a articulação mencionada restringia-se à exploração do trabalho ou à extração da renda da terra, a autora chamava a atenção para a importância de pensarmos a tão discutida relação entre a reprodução camponesa e a reprodução capitalista, também do ponto de vista da realização dos camponeses na posição de consumidores, para usar as palavras da autora, da produção industrial e do mercado financeiro. Esperamos conseguir aprofundar o debate sobre tais temáticas adiante.

## *4.4. As condições atuais de reprodução das relações "camponesas" de produção: trajetórias de lavradores no Vale do Jequitinhonha*

Pudemos constatar que todos os trabalhos discutidos acerca das transformações ocorridas no Vale do Jequitinhonha a partir de meados do século XX, cada qual a sua maneira, recusaram a ideia de que a completa homogeneização das relações sociais de produção estaria entre os resultados da modernização regional. Em meio aos mesmos, inúmeros constataram a reprodução de condições para a permanência ou recriação do campesinato, embora conferindo diferentes tratamentos para a articulação entre aquela totalidade que teria se mantido supostamente independente e a reprodução capitalista (cf. seção 4.3 dessa tese). E mesmo os trabalhos que identificaram a emergência de um processo

[162] Mecanismos de dominação e de exploração da reprodução camponesa que, diga-se de passagem, apenas em casos excepcionais, ao menos entre os autores que discutimos nessa tese, foram articulados, por sua vez, às condições inerentes à reprodução do capital e o debate existente acerca da sua necessidade de diferenciação, de reposição da acumulação primitiva, da superexploração do trabalho e das crises.

[163] "Somente quando se tomar como ponto de partida para o desenvolvimento rural a questão da estrutura fundiária, encarando-a como definidor primário da pobreza rural, se poderá alcançar objetivos fundamentais que venham a atingir não só aqueles que já têm, mas, sobretudo, os desprovidos, os deserdados da terra" (Voll, 1984: 88).

de generalização do assalariamento consideraram, por sua vez, a reposição de determinados mecanismos de acumulação primitiva a manter a diferenciação como fundamento da reprodução do capital (cf. seção 4.2 dessa tese).

Como viemos enunciando, o debate acerca da manutenção dos processos de diferenciação mesmo com o efetivo estabelecimento das ditas relações propriamente capitalistas de produção interessa-nos sobretudo na medida em que permite tematizar a reiteração de um papel para a acumulação primitiva no processo de modernização da reprodução do capital. Sem embargo, mesmo recusando a perspectiva de uma total homogeneização, muitos dos trabalhos mencionados, como vimos, não se ocuparam efetivamente em investigar mais a fundo os atributos da reprodução capitalista de que derivariam sua necessidade continuada de subordinação das chamadas relações não-capitalistas (conforme fizeram Oliveira, 1987; Smith, 1988 e Harvey, 2004, destacando o caráter desigual e combinado da mesma e, sobretudo os dois últimos, seu caráter imanentemente crítico), limitando-se, quando muito, a identificar a permanência da acumulação primitiva. Ainda assim, caracterizaram o contexto decorrente da referida modernização regional, de modo a distinguir processos de diferenciação na forma de reprodução das relações sociais de produção instituídas, cuja investigação nos parece determinante em nosso debate sobre o papel da reposição da acumulação primitiva no processo de modernização.

Em vista disso, nesse momento da argumentação em que iremos tematizar as condições de reprodução social que se estabeleceram naquela "região" modernizada, assumindo como ponto de partida o exame de trajetórias dos lavradores no Vale do Jequitinhonha, retomaremos os mencionados apontamentos sobre os processos de diferenciação que teriam se mantido vigentes. Isso faremos, no entanto, de maneira a problematizar o caráter de totalidade apartada atribuído às relações de produção cuja reprodução foi identificada como camponesa; procurando, além disso, criticar a abordagem, segundo a qual a recusa da ideia de uma total homogeneização teria necessariamente que passar pela caracterização dos processos de diferenciação como reposição de totalidades independentes, porque tomadas enquanto não propriamente capitalistas. Ou seja, ao invés de sustentarmos aquele procedimento francamente classificatório, característico do individualismo metodológico, buscaremos sobretudo examinar a forma de mediação social que define a reprodução dos processos de diferenciação como momentos de uma mesma totalidade, cujo caráter, como vimos, é contraditório e fragmentário. Além de conduzirmos a

retomada dos mencionados apontamentos de maneira a articulá-los em uma discussão acerca do caráter geral da acumulação capitalista e suas atuais condições de reprodução social.

Nas narrativas dos lavradores sobre as suas trajetórias encontramos inúmeras referências às mudanças nas condições de reprodução decorrentes do processo de modernização sobrevindo no Vale do Jequitinhonha. Domingos Pereira dos Santos[164], morador da comunidade rural de Jabuticaba, localizada no município de Minas Novas, apontou impactos bastante diferenciados daqueles prometidos pela Acesita em sua implantação, no ano de 1974: "*A maior influência que ela falava que ia trazer aqui pra comunidade era a geração de emprego, mas acabou com todo aquele problemão que eu contei para a senhora, pegando terra dos pessoal, muito por falta de conhecimento dos antigos e apoio das próprias autoridades*". Além de desencadear inúmeros conflitos fundiários e culminar em processos diretos de expropriação (cf. seção 1.5 dessa tese), a implantação do reflorestamento teria causado outros danos e prejuízos responsáveis por deteriorar as condições de reprodução dos lavradores naquela comunidade. Entre eles, Domingos apontou a derrubada da mata nativa existente antes das chapadas serem reflorestadas com eucalipto. Teriam sido substituídas, segundo o lavrador, uma série de árvores cujos frutos não apenas integravam diretamente a dieta alimentar das famílias camponesas como também serviam para a comercialização com a qual se auferia renda monetária para garantir o consumo de outras mercadorias que não eram diretamente produzidas: "*Além do pequizeiro e dos pés de mangaba, araçá, cagaita, caju, goiaba, guabiroba, entre muitas outras frutíferas, a Acesita tirou os paus que davam lenha, as madeiras boas que usávamos em construção, para casa, para cerca e curral. Usou nossas terras, usou o tanto que pôde. O tanto que ela quis. Nossas matérias primas, que nós tínhamos. Pequi era matéria prima, mangaba, peroba, tantas outras coisas que tinha no mato. Todos aqueles paus. Os animais. A pastagem que o gado comia na chapada. Ela derrubou isso aí tudo*".

E não apenas. De acordo com Domingos, a instalação da Acesita também teria impactado decisivamente nas condições de apropriação da água pelos lavradores de Jabuticaba. Tanto em razão do assoreamento de rios e córregos e das profundas transformações no regime de chuvas desencadeadas pelo reflorestamento como em decorrência da monopolização direta de fontes de água por aquela companhia: "*Foi assoreando, acabando com nossas águas. E nós aqui embaixo, no pé do morro, morrendo de*

[164] Domingos tem 67 anos. DOMINGOS PEREIRA DOS SANTOS. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

*sede. Às vezes, [a empresa] faz uma barragem numa nascente de água, que escolhe as melhores. Ela escolhe as melhores. Quando chega agora no mês que enche ela tá lá com o caminhão pipa apanhando água e molhando eucalipto e nós passando sede cá embaixo. Nós não temos o direito de ir lá colocar uma mangueirinha naquela barragem e puxar pra nossa casa, mas ela tem o direito de pegar a água. Até a água que vai encher o Buriti, que é um córrego aqui. Eu conheço ele da barra à cabeceira, até encontrar com o Fanado. Quando chega de julho a agosto em diante não existe mais água na barra, porque a barragem segura a vazão e eles vão só apanhando pra molhar eucalipto. No Capivari é a mesma coisa. Tudo gerado dessa empresa. Eu não considero que foram os tempos de Deus que mudaram, não. Porque todo ano chove. Quando não chove setecentos, oitocentos, chove mil e tantos milímetros. E é muita água. A gente vê indo embora, os rios assoreando e eles usando e abusando. Não é que eu tenha nada contra ninguém de Arcelor, de Acesita, nem nada. De Aperam, agora parece que é Aperam. De pessoa, não. É contra a empresa que está aí e não nos enxerga. Se nos enxergasse podia chegar e nos procurar: vamos recuperar alguma coisa aí que foi estragada? Pelo menos devolver as terras de quem tem necessidade delas*".

A derrubada da mata nativa existente nas chapadas, bem como o impacto nas condições de apropriação da água naquela comunidade rural, teriam sido acompanhados, ainda, segundo o lavrador, do controle violento sobre o acesso aos poucos meios de sobrevivência restantes nas terras que foram apropriadas privadamente pela companhia reflorestadora: "*Antes íamos para a chapada arranjar lenha. Na chapada é que nós retirávamos lenha pra cozinhar, pra usar nos fornos. Agora não tem mais mata, assim, nativa, mata de cerrado que fala, mas sempre tem aqueles garranchinhos que caem do eucalipto, que, às vezes, as mulheres vão e apanham. Mas tem uns guardas que ficam olhando as árvores para a empresa. Já conseguiram até tomar os feixes de lenha das mulheres que estavam apanhando eles na chapada. Aqueles gravetos secos, que ficam lá jogados. Os guardas conseguiram correr as mulheres, tomaram aqueles feixes de lenha e até bateram nelas. Pegando lenha caída no chão. Já correram algumas pessoas dali, dizendo que estão invadindo a área dela. Catando garrancho pra fazer biscoito. E isso os guardas são pagos para ficarem olhando*".

Quase como uma síntese da deterioração nas condições de sobrevivência dos lavradores desencadeadas pela chegada da Acesita em Jabuticaba, Domingos apontou o envenenamento sistemático dos rios, dos córregos e das próprias famílias em razão da aplicação de defensivos e outros insumos agrícolas empregados no reflorestamento: "*Gradeavam as terras tudo direitinho. Se sobrava resíduo lá que eles nem ocupavam, mas*

*deixavam lá a céu aberto, quando chovia e chove até hoje, aquela água, ela não vai subir morro, ela só vai descer, né? Pra nós que morávamos naquelas grotas, lá embaixo, que bebíamos água dos córregos, água de cacimba, uai, nós bebemos foi veneno apurado. Durante muitos anos. De 1970 até 1992, por aí, eles usavam fazer esse tipo de coisa. Hoje enfraqueceu mais porque, na verdade, o eucalipto já tá velho e aí eles não usam tanto a correção da terra, né? Só quando vão tirar novas áreas, aí ele utilizam. O veneno que eles usam mais hoje nas áreas deles é pulverização por avião, essas coisas assim que de qualquer maneira nós estamos recebendo aquela poluição que a gente não sabe o que vai gerar. Porque o avião passa no alto, pulverizando aquelas plantas. Nós cá embaixo recebendo aquilo, será que não atinge a nós também não? Deve de ser*".

O envenenamento causado pela aplicação de defensivos e insumos voltados à preparação do solo teria afetado também, bastante diretamente, os animais criados na chapada. De acordo com o lavrador, "*com a chegada da Acesita reduziu, né? Nós não deixamos de criar, mas a gente reduziu muito a criação. Até hoje o povo ainda põe lá na chapada, mas nem parece com o que era antigamente. Porque, na verdade, eles mataram muito. A gente nem sabe calcular quantas mil cabeças de gado, criação de animal e gado, que eles mataram na época que chegaram aqui. Com aquele tratamento do terreno. Matação de inseto. Inseticida que eles colocavam pra matar formiga, pra matar outros bichinhos que tem na terra e até os próprios adubos, que era preciso colocar na terra pra fazer o tratamento deles. Eles largaram lá naquela chapada toneladas e toneladas de Aldrim. Toda hora que chovia, a criação bebia aquela dicoada, aquele veneno e acabava que morria a criação. Tinha gente que contava 50, 60 reses mortas, uma atrás da outra naquela beira onde se juntam as águas, né? Até hoje ainda morre e até hoje nós ainda temos criação na área. Ninguém tirou*".

Embora muitos tivessem mantido a criação dos seus animais em meio ao reflorestamento, segundo Domingos, teria ocorrido uma enorme redução do tamanho do rebanho criado na chapada, em decorrência da liquidação dos pastos nativos e, posteriormente, do envenenamento sistemático dos animais sobreviventes: "*Pra você ver, tinha um Benedito Marcos, que comprou a terra do Zé Benício. O próprio Zé Benício nem eu não conheci. Só desse Benedito Marcos, você podia contar mil cabeças de gado dele aqui, criadas, assim, pelo pessoal. Hoje, minha filha, se juntar tudo, de todo mundo, se der quinhentas, seiscentas cabeças, dá muito*". Além das causas apontadas acima para a diminuição do rebanho, o lavrador descreveu ainda maus tratos e até o extermínio dos animais, operados, ambos, a mando da companhia: "*Ela não autorizava a gente deixar os*

*animais, né? Mandavam tirar. Só que nós não tiramos. Aí eles punham vaqueiros, empregados deles. Houve uma época que até matavam criação da gente de propósito. Judiavam as criações aí nessas áreas. Mas devido à mobilização do povo, que foi tomando consciência, eles viram que isso aí não era saída. Porque nós também começamos a fazer muita pressão neles. Até uma época que os proprietários fizeram uma coisa que não deviam fazer. Botava fogo lá pra queimar eucalipto, queimar os trem tudo, mas acabava matando muita criação com o fogo. Mas eles pararam de matar a criação da gente. Diretamente eles não fazem mais nada. Manda tirar, a gente não tira*".

Para Domingos, a enorme redução do rebanho operada progressivamente com a chegada da Acesita teria sido responsável pela deterioração definitiva nas condições de reprodução dos lavradores naquela comunidade rural. Não somente pelo prejuízo direto resultante da morte dos animais, mas, como vimos antes (cf. seção 1.5 dessa tese), sobretudo em decorrência da destituição da pecuária do seu papel de principal meio de aquisição dos recursos monetários que garantiam o consumo de tudo o que não era diretamente produzido. De acordo com o lavrador, os mantimentos obtidos nas roças atendiam exclusivamente a satisfação das necessidades de subsistência, não produzindo nenhuma "sobra" para a obtenção da renda necessária para o pagamento de outras despesas. Assim, a reprodução familiar dependia da existência de outras fontes de recursos que não somente a produção de lavouras, dentre as quais a comercialização da criação ocupava posição privilegiada. Com a limitação sofrida pela pecuária em razão da implantação do reflorestamento, exatamente para cobrir custos anteriormente assegurados pela mesma, segundo Domingos, teriam emergido a exportação de migrantes e o corte de cana como momentos necessários para a reprodução dos lavradores.

No depoimento de Domingos foram comentados inúmeros aspectos das transformações nas condições de reprodução camponesa repetidamente assinalados nos trabalhos que viemos investigando acerca dos impactos do reflorestamento no Vale do Jequitinhonha, entre eles a expropriação dos lavradores das suas terras localizadas nas chapadas, a destruição da mata nativa e a destituição dos mesmos da possibilidade de completarem a sua subsistência com a comercialização da criação e outros produtos lá coletados. Apresentar essa mudança tão somente em termos de uma deterioração nas condições de sobrevivência acarretada pela progressiva impossibilidade de obtenção de rendimentos monetários poderia dar a entender, sem embargo, que a reprodução dos lavradores da comunidade rural de Jabuticaba se caracterizava como a dos chamados camponeses "independentes", para empregarmos terminologia presente em muitos dos

estudos que discutimos acerca das condições de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha.

Não obstante, como vimos antes, o depoimento do próprio Domingos sobre as condições de reprodução regionais daqueles lavradores (cf. seção 2.4 dessa tese) fazia referência, diferentemente, a relações que proporcionavam, por um lado, a reprodução expansiva das fazendas e dos seus rebanhos e, por outro, a reprodução das unidades camponesas. Entre os vínculos que articulavam os lavradores aos fazendeiros naquele processo de territorialização regional do capital, encontramos, para dar apenas alguns exemplos, serviços frequentemente realizados em troca de "favores" concedidos pelas fazendas, além de cuidados despendidos no trato dos animais "emprestados" por seus proprietários para que famílias consideradas "fracas" pudessem consumir leite.

Assim, embora Domingos tenha se referido especialmente a deterioração nas condições de sobrevivência dos lavradores de Jabuticaba provocada pela progressiva impossibilidade dos mesmos adquirirem recursos monetários com a comercialização dos animais, certamente podemos inferir que as mudanças desencadeadas na reprodução camponesa que se associaram com a desestruturação do antigo sistema de pecuária desenvolvido "na larga" diziam respeito também ao desmantelamento dos nexos entre lavradores e fazendeiros que permitiam a reprodução de ambos, mas num processo de acumulação de capital.

Ante o aspecto de liberação guardado pela destituição daquelas antigas relações regionais de produção, não espanta, todavia, que não aparecessem no depoimento de Domingos nenhuma referência sequer à deterioração nas condições de reprodução dos lavradores decorrente da "falta" que deviam fazer os fazendeiros no suprimento de determinadas necessidades dos mesmos. Ao contrário de colocá-los numa posição de favorecidos, dependentes, parasitos ou mumbavas, o que buscamos com tal assertiva é evidenciar que no mencionado processo de modernização se desarticulavam inúmeras relações da qual a reprodução dos lavradores seguramente dependia, mas que simultaneamente as mesmas eram também relações de produção que possibilitavam a reprodução do capital naquelas condições regionais de territorialização.

Modificavam-se assim as condições de reprodução camponesa num processo abrangente de transformação da forma assumida pela territorialização do capital e pela mobilização do trabalho. O que quer dizer que, embora ressaltemos certo aspecto de deterioração nas condições de vida daqueles lavradores, o que está em jogo não é simplesmente explicar a mudança ocorrida naquela comunidade pela *falta*, mas,

diferentemente, reconhecer a formação de outras relações de produção e formas de reprodução do capital que teriam passado a mediar a reprodução camponesa, como veremos posteriormente, não apenas em Jabuticaba, em Minas Novas ou no Vale do Jequitinhonha.

Voltando aos termos do depoimento de Domingos, o lavrador destacava a impossibilidade da pecuária, além da coleta e do extrativismo realizado na chapada – incrementos não apenas à subsistência direta, mas também na medida em que, comercializados os seus produtos, permitiam consumo mediante a aquisição de renda monetária – a deteriorar as condições de vida dos lavradores da comunidade rural de Jabuticaba, restando para os mesmos pouco mais que suas moradas em unidades comprimidas, quase sem terra e água para produção. Frente a esse contexto, Domingos assinalou a necessidade de promover mudanças na produção agrícola que a permitisse desempenhar o papel que anteriormente foi cumprido pela pecuária na reprodução dos lavradores: "*Nós temos que colocar na cabeça desse agricultor uma nova agricultura, não seria aquela agricultura velha, plantar cana, plantar feijão, plantar milho. Quer dizer, aqui nós sabemos que não dá mais porque na área chove pouco; as terras que sobraram nós não é uma terra de boa qualidade pra esse tipo de planta; e nós temos que incentivar a fazer o que? É a mudar. Organizar o pessoal e mudar a mente dos pequenos, que ainda tem quem acredita que plantar o milho, plantar o feijãozinho. Mas pra sobrevivência nós temos que ter outra planta que seria fruta, que seria horta, fruticultura. Porque nós não podemos mais tirar ela nem do gado, nem do comércio de pequi pra as tropas, isso nós não podemos mais. Então temos que mudar. Mesmo nesses restos de terra que nós ainda temos. Isso sem falar nas outras que ainda estão ocupadas. Porque a fruticultura o que vem ajudar? Se a gente tem ali bastante abacaxi, manga, banana, laranja, assim por diante, qualquer tipo de fruta, uma produção boa por comunidade, ele tem com o que vender e comprar, porque a fruta você não vai perder. Ela não morre sem dar, porque ela aguenta o tempo. Parece que tem uma seca nessa área do estado e nós temos que trabalhar em cima dessa linha e não estou falando que não pode plantar o milho, o feijão. Tem que plantar. Planta um pouco menos pra poder plantar algo que ajuda na sobrevivência. Mas só nós aqui num aguentamos, nós aqui da associação a dar condições e mudar a mentalidade desse povo. Nós temos que ter políticas públicas pra ajudar*".

A perspectiva assumida por Domingos mobilizava aspectos presentes em determinados discursos e práticas que reconheciam a necessidade de modernização da agricultura como forma de assegurar condições de sobrevivência para lavradores empobrecidos. Entre esses aspectos aparecia, por exemplo, a importância conferida à

formação, especialmente dos jovens, para que pudessem levar adiante uma produção apropriada: "*Falta muito o trabalho educativo nessa área. Tem que investir muito na capacitação desses jovens, desses meninos. E não só na capacitação teórica. Pra prática mesmo. Eu até achava que deveria, que o primeiro passo que tem que dar pra incentivar esse pessoal aí é fazer pequenos campos demonstrativos na área rural. Esse que é meu sonho. Escolher umas comunidades, começar a implantar uns pomares demonstrativos. Bota as comunidades pra trabalhar naquilo. Começar a levantar a mesma língua, de orientar e vir para as escolas com umas coisas dessas, porque os meninos tem que ser incentivados na escola a ficar na roça e não a sair dela. Começar a formar o filho de agricultor, técnico agrícola. Porque é um incentivo bom*".

Como vimos anteriormente, a defesa de uma formação técnica nomeadamente aplicada esteve presente desde os primeiros passos da formulação de uma concepção modernizadora da agricultura, ainda em fins do século XIX (cf. seção 3.3 dessa tese), ou seja, antes mesmo da institucionalização da extensão rural, pautada sobretudo pela necessidade de transformar os lavradores em consumidores dos pacotes tecnológicos que incluíam maquinários, insumos, defensivos e sementes modificadas produzidas nomeadamente pela indústria norte-americana. Por sua vez, a reivindicação de um alargamento da inserção da produção agrícola no mercado como forma de possibilitar melhores condições de sobrevivência para os lavradores apareceu frequentemente, por exemplo, entre as proposições mobilizadas pelos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, nos quais culminava inclusive na defesa declarada da diferenciação interna dos camponeses em pequenos empresários familiares rurais. A despeito das semelhanças assinaladas com determinados discursos e práticas que reconheciam a necessidade de modernização agrícola, a perspectiva assumida por Domingos incorporava também, entretanto, determinadas críticas historicamente dirigidas aos mesmos, especialmente em função do seu caráter "difusionista". Assim, seu reclamo por certa especialização da agricultura convivia com uma preocupação sistemática com os prejuízos trazidos pela utilização indiscriminada de defensivos, entre outros insumos, como também com um estímulo à produção das lavouras de subsistência: "*Temos que produzir uma alimentação sadia? Sim, a gente tem que plantar comida sim. Mas temos que ter uma alternativa de sobrevivência também pra evitar de esses meninos ficarem tendo que sair para fora. Até porque lá os produtos todos que você encontra tem agrotóxicos à beça. Além de ser uma alimentação cara, quando você pensa que está comendo, na verdade aquilo está te envenenando*".

Para além da identificação das diferentes concepções a informar a perspectiva assumida por Domingos, interessa percebermos como cerne dos seus argumentos a constatação, mais ou menos implícita nos apontamentos reproduzidos acima, de que as condições de reprodução dos lavradores apenas poderiam ser asseguradas com um aprofundamento do seu engajamento na *produção de mercadorias*. Nesse sentido, o lavrador apontou a necessidade de certa especialização produtiva, além da escolha de produtos melhor adaptados às condições climáticas existentes naquela "região" e cuja inserção no mercado possibilitasse a obtenção de renda suficiente para viabilizar a sobrevivência das famílias, evitando a exportação forçada de migrantes devido à disponibilidade quase nula de empregos no Vale do Jequitinhonha.

Em sua proposta de promover mudanças na agricultura, Domingos sugeria explicitamente uma vinculação entre a progressiva impossibilidade dos lavradores da comunidade de Jabuticaba comercializarem sua produção pecuária, além de produtos anteriormente coletados na chapada, e o imperativo dos mesmos ampliarem a inserção mercantil da sua produção agrícola, procurando garantir a obtenção de rendimentos monetários. Essa forma de apresentar a questão nos conduz novamente à caracterização daqueles lavradores como "independentes", dessa vez projetada, diferentemente, como possibilidade ideal de configuração para as atuais condições de reprodução social dos mesmos.

Voltando um passo na descrição oferecida pelo lavrador sobre os resultados da implantação da Acesita, identificamos, sem embargo, a sugestão de que teria sido especialmente a migração a emergir como o requisito central para a manutenção das condições de vida dos moradores da comunidade rural de Jabuticaba. Essa forma de apresentar o problema, de outro modo, permite não apenas precisar, a despeito do ideal buscado por Domingos, a efetiva situação atual daqueles lavradores, como também demonstrar que qualquer ampliação da inserção mercantil daquela produção agrícola substituiria, na verdade, a migração que já se havia estabelecido como resposta ao rompimento das antigas condições regionais de reprodução camponesa.

Mais que uma sugestão destinada a estimular qualquer diferenciação interna do campesinato, perspectiva assumida, por exemplo, pelas proposições mobilizadas nos programas de modernização da agricultura discutidos por Voll (1984), a substituição assinalada acima se constituiria, para Domingos, como imperativo premente exigido nomeadamente pelas condições atuais enfrentadas pelos camponeses como migrantes assalariados. Com relação ao corte de cana-de-açúcar, o lavrador apontava mudanças

provocadas pelo avanço da mecanização da colheita em curso naquela cultura. Para Domingos, "*a juventude tem que retomar o trabalho na agricultura porque a própria necessidade vai fazer com que sim. Esse pessoal que está migrando pra São Paulo hoje, daqui a dois, três anos, eu não sei mais. Se hoje saem pra lá no máximo umas três mil pessoas, daqui a dois anos vai muito é quinhentos. Parece que hoje vão umas três mil. Antigamente ia sete mil pessoas acima. Num vai mesmo mais nada. É redução cada vez maior. Aí eles vão partir pra Bahia, pra Goiás, pra outro canto. Chega lá a exploração vai ser dez vezes pior do que em São Paulo. Em São Paulo melhorou com aquele trabalho que nós todos fizemos. Está beleza. Por isso até que eles estão mandando máquina, porque eles não estão aguentando o custo da mão de obra, com as mudanças que tiveram. Direito, tudo quanto há. Para o empresário, se lasque quem lascar, eu quero meu dinheiro. Agora esse povo vai voltar pra esse lugar aqui e vai ter outra guerra pra nós, nessa Bahia, nesses fins de Nordeste estão começando essas atividades de escravidão, que é escravidão. Vai chegar num ponto em que a própria necessidade deles vai fazer com que eles voltem para a roça se eles tiverem incentivo*s".

O que estaria em questão, de acordo com Domingos, não seriam exatamente dificuldades advindas de um suposto término do corte de cana desencadeado pela mecanização progressiva da colheita naquela monocultura, mas, diferentemente, a precarização das condições de trabalho decorrentes da expansão canavieira para outros estados sobretudo do Nordeste em que a conquista de certos direitos ainda não estaria assegurada, predominando formas de superexploração do trabalho: "*Essa mão de obra que tem aqui, que são os migrantes, a gente tá vendo que ela pode não acabar, porque as empresas precisam tocar seus serviços, mas também não dão sustentabilidade nenhuma. É uma superexploração o que está colocado aí pros cortadores de cana. Uma piora geral, a volta de todas as irregularidades que nós combatemos sempre. E a gente tá tentando fazer um trabalho com essas associações [comunitárias rurais do município de Minas Novas] é pra assegurar o futuro. Porque nós sabemos, não existe outra forma melhor do pequeno, pobre, do lavrador que volta com sua família aqui pra esses lados, ele sabe que não existe outra fonte de renda melhor pra ele do que a agricultura, do que a roça. Ele sabe lavrar o chão, ele sabe plantar e colher. E é uma coisa que todo mundo depende. E hoje nós deparamos com isso*".

Além da preocupação de Domingos com os impactos advindos da diminuição do trabalho manual no corte da cana, a dificultar as condições de reprodução daqueles "camponeses-migrantes", o lavrador fazia referência igualmente à deterioração da

sobrevivência nas cidades, para onde teriam partido os migrantes costumeiramente caracterizados como "definitivos", sobretudo em razão da inexistência de geração de empregos: "*Muitos que foram pra São Paulo, vieram aqui pra cidade. Migraram para o urbano atrás de empregos, mas hoje estão vivendo mais dos benefícios do governo mesmo. Essas coisas que tem aí, programas do governo. Por enquanto, o que mais está dando situação atualmente é isso. E por isso estamos pelejando para retomar a atividade agrícola, porque sabemos que hoje em dia ela não dá um padrão de vida. Sabemos que assim está caminhando para a miséria aqui do lugar. Toda vez que muda uma família para a cidade e deixa de produzir pra ela comer, vai aumentando, inchando as periferias urbanas. Ninguém hoje, mesmo quem chegasse até a condição de formar, fazer a faculdade, fazer tudo, se formar todo mundo vai trabalhar pra quem? Não tem geração de emprego. Então a nossa preocupação é de segurar o pouco que ainda tem nessas áreas rurais para que amenize mais nas periferias, porque na verdade vai perder o jeito desse povo viver também. Porque já pensou retira esses benefícios do governo um dia. Um dia ele vai acabar. Onde é que você vai pegando e só dando. E do que é que esse povo vai viver? Já largou as terras que tinham sobrado; já não trabalha mais na cidade, você não tem como garantir emprego e não vai ter mais, não tem emprego pra esse tanto de gente que tem*".

Ou seja, a perspectiva assumida por Domingos se diferenciava daquele paradigma modernizador da diferenciação interna do campesinato, não apenas por não vislumbrar exatamente a transformação dos produtores que fossem mais adequados em pequenos empresários familiares, mas também por reconhecer uma modificação nas condições históricas de inserção dos camponeses proletarizados no atual mercado de trabalho estabelecido. Se o lavrador reivindicava uma nova agricultura, poderíamos situar a sua posição como uma resposta a crescente dificuldade dos seus pares, sobretudo jovens, de conseguirem oportunidades de emprego nas quais os direitos trabalhistas fossem minimamente assegurados ou mesmo, em alguns casos, de obterem quaisquer vagas de trabalho, que apontava ainda a ampliada dependência de bolsas e outros benefícios concedidos pelo Estado. Frente a esse quadro, a volta dos muitos migrantes para suas comunidades rurais de origem e a retomada da produção agrícola apresentava-se como alternativa possível.

Uma alternativa possível, mas cuja efetiva concretização, como vimos, para Domingos, devia contar ainda com o apoio das políticas públicas. Em sua narrativa, o lavrador deu bastante destaque para o papel das políticas já existentes e o modo como se articulava com as perspectivas que eles vinham buscando construir na Confrascom,

organismo no qual Domingos trabalha hoje em dia como coordenador. Primeiramente, o lavrador assinalou os impactos do Programa Luz para Todos (PLT) e do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), considerados benéficos apesar de restritos a proporcionar condições mínimas de vida, mas não necessariamente de produção no meio rural[165]: "*Hoje com esse programa de luz pra todos, com esse programa que o governo tem para a água também, como essas caixinhas d'água aí, como você viu na reunião [da Confrascom] hoje de manhã, o pessoal está elogiando. Mas você sabe, isso é coisa de matar a sede. É o mínimo. Melhorou muito as condições de moradia rural esses programas aí. Mas é o mínimo. Mas você vai aí, por causa desse êxodo que teve nessas terras que nós tínhamos, você pode contar aí mais de 20, 30 casas fechadas. Com a luz lá, mas sem morador. Porque só tem a luz e a casinha. Vai viver de que ali? Foram embora*".

Com relação à infraestrutura necessária tanto para melhorar as condições de sobrevivência nas comunidades rurais daquele município como para facilitar a inserção mercantil da produção agrícola almejada, o lavrador apontou ainda: "*É muita coisa que precisa fazer, mas está bem mais fácil. Porque, as estradas, péssima ou ruim, hoje tem em qualquer lugar. Eletrificação rural tem no município inteiro, tem luz em tudo quanto é buraco desse mato, que é um incentivo que tudo depende dele, uma máquina pra produzir. Agora é preciso discutir outras políticas a nível de município e de região. Porque o que a gente se depara é que não existe uma discussão de política pública que venha ajudar, incentivar esse pessoal. Na verdade, num município igual o nosso que grande parte está na zona rural, sabemos que tem hoje 2 ou 3 tratores. Para você ter uma ideia de como é que funciona. Tem hora que o agricultor paga uma hora de máquina pra arar o pedacinho dele, paga até adiantado e a máquina num vai*".

Embora Domingos assinalasse inúmeras deficiências nas condições enfrentadas atualmente pelos lavradores para se reproduzirem com base na produção agrícola,

[165] O Programa Luz para Todos (PLT) foi criado pelo Governo Federal no ano de 2003, com o objetivo de combater a chamada "exclusão elétrica" no país. É coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobrás e executado por concessionárias de distribuição de energia elétrica, em parceria com os governos estaduais. Os recursos são provenientes dos fundos setoriais de energia Conta de Desenvolvimento Energético e Reserva Global de Reversão, assegurados pelo Tesouro Nacional, dos governos estaduais e das distribuidoras de energia (cf. "Informações sobre o Programa". *Programa Luz para Todos*. Disponível em: <https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp>. Acesso em: 21 novembro 2014). O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) integra as ações do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido da Articulação no Semiárido (ASA) e conta com a parceria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e seus convênios firmados anualmente com governos estaduais e municipais. Os recursos liberados pelo MDS se prestam a construção de cisternas e a formação de famílias para a convivência com o Semiárido e para a gestão de recursos hídricos (cf. "P1MC". *ASA Brasil*. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=1150>. Acesso em: 21 novembro 2014; além de "Cisternas". *Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.* Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/acessoaagua/cisternas>. Acesso em: 21 novembro 2014).

simultaneamente apontava a existência de determinadas políticas, que constituíam o fundamento daquela alternativa: "*Porque já começou a ficar bom. Na verdade, em vista do nosso crédito, está bom demais até. Primeiro, nós não tínhamos crédito no banco de jeito nenhum. Nós temos. É um creditozim pra pobre, mas ajuda demais esse PRONAF. Num tem mais o cara reclamando da falta de crédito. Nós temos as compras diretas até para as escolas. Já andam falando da gente se mobilizar pra fornecer ainda mais pra esse programa*".

Para o lavrador, seria, portanto, o caso de incentivar, sobretudo os jovens cuja alternativa disponível para buscarem a sobrevivência sempre foi a migração, de que a produção agrícola, transformada, poderia viabilizar condições de vida melhores que as encontradas atualmente no mercado de trabalho: "*Tem que mostrar pra eles como fazer a mudança na agricultura. Num vamos falar que roça num dá. Se roça num desse, nós não estávamos vivos. Porque nós comemos da onde? Nós estamos com falta de gente pra poder estar educando o povo, mostrando pra eles outra alternativa. Na verdade, esses meninos novos, eles têm toda a razão, porque eles vão pra São Paulo pra cortar cana ou apanhar laranja, mesmo em outras regiões e recebem o deles é das empresas. Eles trabalham mesmo, colocam o dinheirinho no bolso e vem de lá com algum dinheiro, compram sua moto. Fica aqui três meses à toa, recebendo seguro desemprego. Quando for meio de março, volta pra lá outra vez. Para eles, eles vão mexer com roça pra que? O avô deles, o pai, só plantava o milho e o feijão. Plantava e perdia, morria de sol. Quando a produção dava, naquela época, não tinha quem comprasse na mão deles. Hoje tem que compra, tem o consumo, os programas de compra direta do governo garantem, mas não tem quem produza. Mas os jovens não acreditam nisso mais, porque viu os pais deles sofrerem daquele tanto. Eles só tem o serviço e mais nada*".

Embora Domingos não tivesse deixado de afirmar em nenhum momento do seu depoimento a importância da criação de novas políticas públicas, assim como do aprimoramento das existentes, o balanço feito pelo mesmo o levava a concluir que a consolidação de condições de reprodução para os moradores da comunidade rural de Jabuticaba *enquanto lavradores* dependeria igualmente de outras iniciativas, inclusive destinada a incentivar os jovens para que retomassem a produção agrícola. Assim, a proposição da importância de um trabalho educativo, afirmada pelo lavrador, parecia ultrapassar a necessidade da mera capacitação técnica em direção a uma espécie de "conscientização" dos jovens sobre as condições, sobretudo para produção, existentes atualmente no meio rural. Para Domingos, a dinâmica temporária das migrações possibilitaria

para os mesmos perceberem condições de vida cotidiana cada vez mais semelhantes, em determinados aspectos, às das cidades, mas a progressiva quebra da alternância entre trabalho assalariado sazonal e trabalho na roça teria feito com que desconhecessem as alternativas para a produção agrícola: "*Eles voltam todo ano, eles sabem de tudo que tem aqui. Todo mundo tem seu aparelho celular, seu aparelho de DVD. Por quê? Porque agora tem luz. Mas eles ficam no seguro desemprego. De férias. É como férias pra eles. Eles estão certos, porque em São Paulo, cortando cana ou o que for, em outros lugares, esses meninos ralam e muito. É trabalho muito pesado. Então eles foram perdendo o vínculo com a produção na terra. Porque não acreditam mais, mas também porque não sabem das alternativas. Nisso é que temos que trabalhar*".

A descrição das mudanças ocorridas na comunidade rural de Jabuticaba com a implantação do reflorestamento, a caracterização das atuais condições de reprodução dos lavradores e as reivindicações de novas alternativas de sobrevivência, expressas por Domingos, apontaram para a questão da reposição de processos de diferenciação na reprodução das relações sociais de produção que emergiram naquele processo de modernização regional desencadeado no Vale do Jequitinhonha. Longe de sugerir a generalização do assalariamento, Domingos distinguiu a manutenção de muitos como lavradores, mesmo tendo suas condições de vida bastante transformadas. Quando fez referência às migrações, destacou seu caráter temporário e a existência de relações de superexploração, essas emergindo novamente, depois de incontáveis lutas pela regulamentação de condições mínimas de trabalho, ao que parece como resultado de uma crise em curso na reprodução social. Ante ao atual contexto observado no mercado de trabalho o lavrador sinalizou para a retomada da agricultura como um imperativo para assegurar a reprodução de muitos migrantes que se encontram hoje precarizados ou desempregados, recolocando a reprodução camponesa ao invés do assalariamento como principal perspectiva de reprodução social.

Em seu depoimento, sem embargo, Domingos insistiu na importância de criar e aprimorar políticas públicas que retirassem o lavrador de uma condição miserável e explorada, defendendo a integração mercantil da sua produção agrícola como uma possibilidade de assegurar condições dignas de sobrevivência aos mesmos, como trabalhadores, consumidores e cidadãos. Embora não articulasse diretamente, como fundamento da diferenciação, agricultura tradicionalmente praticada pelos lavradores e superexploração dos mesmos como migrantes, com as suas reivindicações, buscava alternativas para ultrapassar a precariedade daquelas condições de vida, de maneira a

possibilitar uma integração mais homogeneizada do campesinato à reprodução social. Devemos investigar mais a fundo como as condições diagnosticadas e as alternativas propostas por Domingos para enfrentar dificuldades de reprodução dos lavradores na comunidade rural de Jabuticaba evidenciam as próprias condições atuais vigentes na reprodução social capitalista.

Como vimos anteriormente, as transformações ocorridas nas comunidades de Alagadiço, Quilombo, Santiago e São Pedro do Alagadiço, localizadas, assim como Jabuticaba, no município de Minas Novas, foram desencadeadas inicialmente pela constituição da Fazenda Alagadiço (cf. seção 1.6 dessa tese). Nesse processo, foram instituídas condições assalariadas de trabalho para os posseiros, dos quais os novos proprietários da fazenda não exigiram que abrissem mão das suas terras, embora condicionassem as possibilidades de apropriação das mesmas, por exemplo, limitando o cultivo de lavouras e exigindo dedicação exclusiva para as funções que exerciam como funcionários contratados. Marciano Soares[166] foi um daqueles lavradores a trabalhar na Fazenda Alagadiço: "*Eu já trabalhei de empregado, fichado em Alagadiço, que foi o único lugar onde eu trabalhei fichado. Com carteira assinada sim, a gente ganhava o salário mínimo, né? Eu já trabalhei com máquina, eu fui tratorista. Mas o meu salário era o salário mínimo, né? Fui contratado como trabalhador rural e não como tratorista. Depois de trabalhar no trator, eu trabalhei como encarregado na fazenda. Não sei se falei pra senhora sobre o negócio da granja que a fazenda tinha. Eu era o responsável. Tinha outras pessoas que trabalhavam. Mas era eu que comandava tudo lá, determinava como é que era pra fazer, como não era. Eu mexia com a horta, muito grande também, lá pra eles. [...] Então se eu mexia lá na horta, eu morava lá, eu não morava aqui, não. Eu já tinha essa casa aqui. Inclusive, eu não queria sair daqui, mas o gerente, ele foi e bateu um contrato pra mim. Aí eu pus uma pessoa pra morar aqui, só enquanto eu estava lá. Depois que a fazenda parou e tudo, eu rachei fora e vim pra cá, para o meu lugar*".

Além das mudanças decorrentes das novas condições de trabalho que foram estabelecidas, o lavrador destacou também o impacto provocado por algumas culturas implantadas em Alagadiço, sobretudo nas terras de chapada, que se fazem sentir ainda atualmente: "*Ela desmatou sim. Eles trabalhavam ali com aqueles tratores de esteira, quebrando toda essa chapada. Só que nessa época não tinha esse negócio de plantar eucalipto. Porque era pra plantar café, fazenda de café. [...] Só depois de noventa, noventa e*

[166] Marciano tem 71 anos. MARCIANO SOARES. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

*quatro pra cá que o povo começou a plantar esse eucalipto. Que viu que o eucalipto não dá muita mão de obra, né? Antes tinha mais café, que você tem que contratar gente. Tem que dar um trato nele porque se não ele não produz. [...] E foi ficando meio complicado porque depois disso, hoje, você não pode mais ficar desmatando, né? Por conta que a gente está vendo aí que a chuva tá ficando pouca, as águas minguando muito, porque isso aqui de primeiro tinha muita água. Sim. E muito lugar ainda tem. Aqui na comunidade nossa não secou a água ainda. A gente tá vendo ela bem minguada, mas tem lugar próximo que não corre mais água, não. Mas eu acho que o problema não foi desse eucalipto. Acho que foi mais por causa desse desmatamento, mesmo. Porque depois que desmata a chuva vem, bate e a água vai embora, rapidinha. Não penetra na terra. Que a gente não tem estudo, mas a gente percebe pelo que conhece aqui. Antigamente não secava assim porque tinha muita chapada e não tinha esse tanto de estrada que tem hoje*".

Embora Marciano afirmasse que muitas das mudanças apontadas tinham sido desencadeadas no intervalo em que a Fazenda Alagadiço esteve em funcionamento, as mesmas apenas se fizeram efetivamente sentir pelos lavradores daquelas comunidades posteriormente ao encerramento das atividades da empresa. Ou porque se tratavam de impactos que se manifestariam somente com o passar do tempo, como a mencionada diminuição dos recursos hídricos. Ou porque apareceriam como limitações unicamente quando os moradores daquelas comunidades voltassem a ter que se reproduzir como lavradores. A impossibilidade de manterem a pecuária realizada "na larga", bastante comentada por Domingos, apareceu também no depoimento de Marciano: "*Muito antigamente, antes até dessa fazenda [Alagadiço] aí, criava. Nós criávamos muito gado por aqui e também criava porco que andava por tudo quanto é canto aí, sabe, até achar dava trabalho. Mas depois dela chegar, depois que quebrou aquela chapada ali, parou tudo. Mas até hoje não tem mais espaço, não. Porque aqui ficou muito assim, dividido. Inclusive aqui eu não posso criar muito. Aqui cabe só umas dez cabeças abaixo. Eu tenho só essas duas vaquinhas e mais umas num piquete ali embaixo. A gente não tem muito espaço e solto nesse eucalipto eu não crio gado aqui porque sempre some. Tem muita gente que pega aí também, se você largar gado aí solto aí, eles pegam e consomem. Comem ou vendem pra outra pessoa*".

Como vimos anteriormente, com o encerramento das atividades da empresa administrada por Oswaldo e a Fundação Pietro Salini, muitas terras cujo controle se encontrava monopolizado desde que a fazenda havia sido instituída na condição de propriedade privada, foram novamente apropriadas pelos lavradores que mesmo tendo

vendido as mesmas não haviam deixado suas parcelas. A partir de então, tornaram-se *posseiros*. O apontamento de Marciano acerca da impossibilidade de terem mantido a pecuária "na larga" anunciava, sem embargo, que as referidas terras não teriam sido reapropriadas em sua totalidade. Sobretudo aquelas localizadas nas chapadas foram transferidas para diferentes empresas e particulares. Grande parte das terras passaram para o controle do Grupo CBI, que estabeleceu a Fazenda Tecad[167], onde se localiza o reflorestamento mencionado no depoimento de Marciano que citamos acima. Sobre a mesma o lavrador disse ainda o seguinte: "*Inclusive essa Fazenda Tecad que a senhora tá vendo aí, onde que tem aquele eucalipto plantado ali por cima da estrada, fazia parte de Alagadiço. Foi comprada dos italianos aquela parte pra lá, a Fazenda Tecad. Até hoje funciona. A CBI que hoje tá aí com essa Fazenda Tecad está tocando o lado dela*".

Apesar das limitações e mudanças nas condições de reprodução dos lavradores, desencadeadas tanto pela formação da Fazenda Alagadiço como, posteriormente, pela ocupação das chapadas daquelas comunidades rurais com o reflorestamento, segundo Marciano, depois que a fazenda parou e ele "*rachou fora*" para seu lugar, "*nós fomos trabalhar produzindo a terra aí e eu vivo até hoje desse jeito*". O lavrador nunca mais trabalharia "*pra fora*" daquele momento em diante: "*Eu decidi mexer porque eu não tinha emprego na fazenda mais. Aí eu fui aumentar meus pés de planta aqui. Que a gente faz mandiocal, a gente planta milho, planta feijão, planta batata, batata doce, né? De tudo você planta um pouco para a gente sobreviver*".

Inicialmente, a trajetória de Marciano contrapõe qualquer perspectiva de uma presumida homogeneização progressiva das relações sociais de produção. O processo de expropriação a que foram submetidos com a formação da Fazenda Alagadiço possuía características modelares: antigos lavradores perderam diretamente as terras ou tiveram cerceada a possibilidade de se reproduzirem enquanto tal tornando-se trabalhadores assalariados num empreendimento fundamentado nas chamadas relações tipicamente capitalistas de produção. Ante a desestruturação da fazenda, contudo, voltam a ocupar as terras anteriormente expropriadas, na condição de posseiros, e, mais que isso, voltam a procurar se reproduzir como camponeses, apesar das transformações decisivas em suas

[167] A Fazenda Tecad, localizada no município de Minas Novas, pertence ao Grupo CBI Estate Coffee, proprietário, no total, de 5 fazendas, duas localizadas no estado de São Paulo e três em Minas Gerais. Suas atividades concentram-se na produção de café, cuja exportação correspondia, em 2011, há 45% do total do faturamento do grupo. Dedicam-se, além disso, ao reflorestamento com eucalipto e ao seu carvoejamento, à pecuária e ao mercado imobiliário, atividades que correspondem respectivamente, a 35%, 7% e 13% do faturamento da empresa. Na Fazenda Tecad, 130 ha estão ocupados pela cafeicultura, 3.640 ha pelo reflorestamento e 307 ha com pastagens onde é criado um rebanho de 200 bovinos (cf. SIAM, 2013: 3-4).

condições de reprodução, mantidas em curso, como o depoimento de Marciano permite antever, inclusive devido à implantação de novos empreendimentos capitalistas a disputar terras naquelas comunidades. Processos de diferenciação poderiam ser identificados pelo menos em duas escalas distintas, mas relacionadas: na reposição do campesinato e na manutenção de conflitos fundiários e processos, mesmo parciais, de expropriação, como aqueles relativos ao reflorestamento das terras de chapada. Ao que parece, nem se homogeneizariam definitivamente relações tipicamente capitalistas de produção, nem o desenvolvimento capitalista, por assim dizer, maduro, passaria a prescindir daqueles mecanismos, como vimos, identificados por Harvey (2004) como "acumulação por espoliação". Qualquer caracterização mais incisiva dos mencionados processos de diferenciação, sem embargo, depende da continuidade de nossa problematização sobre o caráter das relações que passaram a possibilitar a reprodução daqueles lavradores.

Além do período em que foi um trabalhador assalariado registrado na Fazenda Alagadiço, Marciano havia tido ainda outras duas experiências de trabalho fora da sua unidade familiar. Uma delas no estado do Mato Grosso, onde foi meeiro numa fazenda durante três anos, com toda sua família: "*Fui pro Mato Grosso caçar melhora. Naquela fazenda lá eles mexiam com gado e lavoura de arroz, inclusive eu tocava umas lavouras de arroz mais uns primos meus. Aí eu vi que aquilo ali num dava pra mim. A gente trabalhava demais. [...] Só que lá nós não trabalhamos fichados, nós éramos meeiros, nós trabalhávamos para a fazenda de a meia tocando lavoura de arroz. Eu que era responsável por vender a minha parte. Tinha até compradores, que vinham do estado de São Paulo já com caminhão. Dava pra tirar um salário, mas só no final do ano que você via dinheiro. Quando você vendia sua produção, você tinha o dinheiro. Então tinha que combinar com o patrão assim: alguma coisa que nós precisávamos ele fornecia nós, ia anotando lá, quando era fim do ano, acertávamos tudo. [...] Tinha um cara que tinha um armazenzinho, um boteco, que tinha tudo. O que a gente precisava, ia lá procurando. Mas o problema era que lá no armazém pagava pelo preço do dia, né? [...] Não do dia que comeu, mas do dia do pagamento. Quando tinha aquela inflação, era problema. No acerto você acaba gastando, né? Mas isso já tem muito mais de vinte anos*".

E a outra, quando ainda era solteiro, no Paraná quando trabalhou por apenas dez meses, por volta do ano de 1965: "*Eu fui mais um padrinho meu, que mudou pra lá. Lá foi pior, porque lá eu enfrentei fiado, lá que foi feio. Era derrubada. Só que lá não usava essa motosserras. Pra derrubar aqueles paus, nós batíamos quatro machadas no pé de uma árvore. Você só via aquele que estava do seu lado e aqueles lá por detrás você só ouvia o*

*barulho do machado. Aquelas árvores que precisa juntar quatro pessoas pra embarcar uma e tudo no machado. Nessa época não era pra carvão, não. Só pra limpar a área mesmo, pra formar alguma coisa. Nessa fazenda tinha uma serraria e a madeira que servia pra móveis eles separavam. Aquele pau sem serventia ficava lá mesmo, tocava fogo. Trabalhei lá dois meses e falei: — 'Se eu tivesse dinheiro, eu ia embora daqui'. Porque lá era brabo demais viu moça*".

Marciano apontava os muitos problemas enfrentados "lá fora", justificando sua preferência de se manter em sua terra na condição de lavrador. Como Domingos, ele assinalava ser muito importante "conscientizar" os jovens sobre a possibilidade de sobreviverem com a produção agrícola, especialmente porque, aquelas dificuldades experimentadas no passado pelo lavrador, com o passar dos anos, teriam se somado a inúmeras outras: "*Aqui, você tem que aprender a viver aqui. Você planta seus pés de milho, suas canas, capim pra fazer ração. Inclusive, eu canso de ficar conversando com esse povo novo aí, porque tem uns meninos que ficam estudando e o pensamento deles é sair pra fora. Eu falo: — 'Você, olha, tem que aprender a viver aqui, porque lá fora é muito mais ruim'. Ficar longe da família. Outras vezes você não tem um emprego bom. E tem muito negócio assim de violência, de droga, que a gente vê pela televisão, nessas cidades assim muito grandes. Isso não é bom, não. Igual tem essas meninas aqui, que mora no Rio, cidade muito perigosa. Agora que tem uma menina minha e um menino meu que conseguiu aquele projeto Minha Casa, Minha Vida em Capelinha eles vão mudar. Agora no fim do ano, eles vêm embora*". Embora apontasse aspectos diferentes daqueles mencionados por Domingos, Marciano também insistia na produção agrícola como uma alternativa aos problemas advindos do que aparecia difusamente como uma crise na reprodução social: os filhos de Marciano possuíam emprego[168], mas, mesmo assim, sua reprodução não se encontrava assegurada devido à propalada "violência urbana", cujo lavrador tomava conhecimento inclusive pela televisão.

A justificar a produção agrícola como alternativa de sobrevivência, além das dificuldades que se enfrenta "lá fora", o lavrador destacou também a crescente impossibilidade de se obter trabalho no entorno das comunidades rurais, mesmo nas companhias reflorestadoras que haviam justificado a sua instalação com a promessa de geração de empregos: "*Essas firmas aí, essas grandes firmas aí estavam avançando em muitas máquinas e o povo ficou muito desempregado, viu? Está avançando porque de*

[168] Nas palavras de Marciano: "Eles moram no Rio. Lá meu menino trabalha de taxista. E essa menina minha é manicure, todas as duas que eu tenho lá é manicure".

*primeiro era um serviço muito pesado, que essa CBI, a CBI... Isso tudo deles era quase tudo manual, agora eles estão avançando em umas máquinas lá de... Para carregar o eucalipto, peão não pega mais naquelas toras. Têm aquelas máquinas, aqueles guinchos. Igual lá no corte de cana, não tem os guinchos? Pega e cai desse jeito também. A Arcelor Mittal, eu não sei, que eles mudaram até o nome dela. Aperam? Eles hoje só dão serviço manual lá no viveiro, lá em Itamarandiba. Lá para o pessoal, mas é tudo na base da máquina e se o cara não for um cara que tiver estudo mesmo, eles não operam uma máquina daquela, não. Pra plantar também, né? Hoje eles usam a plantadeira no trator que planta. Não sei quantos mil pés de eucalipto num dia e gasta só duas pessoas [...] No carvão era bravo também, o nego tinha que tirar tudo no braço. Hoje não, hoje eles têm uns fornos aí que, olha... Carrega com a máquina e na hora de tirar o carvão também carrega com a máquina, na hora de barrear... Porque o forno precisa barrear. Eles barreiam como um jato de um tratorzinho e tem um cara que vai lá com uma máquina e vai com o jato lá. [...] Tem uns fornos deles que tem 25 metros, já tiram uma carretona daquelas de 120 metros [de carvão] dos fornos*".

Marciano articulava a dificuldade de se obter trabalho nas proximidades das comunidades rurais com a mecanização dos processos produtivos nas companhias reflorestadoras. Demonstrava saber, sem embargo, que aquele não era um processo localizado, apontando sua ocorrência igualmente na produção canavieira, embora não mencionasse desdobramentos como a precarização e o desemprego, assinalados por Domingos. Além das dificuldades enfrentadas para se reproduzir "lá fora", o lavrador apontava também, fazendo apontamentos semelhantes àqueles do coordenador da Confrascom, uma "melhora" simultânea nas condições que garantiam viabilidade para a produção agrícola: "*Porque hoje tem jeito assim ó... Porque de primeira você produzia e não tinha como vender, mas hoje o consumo das coisas é demais, uai. É só o cara produzir que ele vende. Eu levo tudo amontoado, uai. Nós temos é... Eu entrego coisa ali pra prefeitura, aquele projeto lá do governo federal, sim. A Compra Direta. Então eles lá compram tudo amontoado uai, de mamão, tudo que eu produzir aqui, até esses limões que ficam aí caindo no quintal, limão desses... Limão besteira aí ó. De tudo*".

Mesmo caracterizando, comparativamente, aspectos atuais das condições de reprodução dos lavradores como uma "melhora", noutros momentos do seu depoimento, Marciano afirmou a viabilidade de sobreviver com os rendimentos auferidos com a agricultura antes inclusive da existência dos muitos programas estatais aos quais fez referência: "*Quando parou a fazenda aqui eu ainda não tinha aposentadoria, não. Uma renda assim pra viver a gente conseguia era plantando e vendendo alguma coisa. Você*

*vende. Que nem o feijão, nós tiramos um pouquinho, né? Porque a gente tem noção do que gasta, da despesa. E o resto a gente vende e assim por diante. A gente vendia... Hora que a gente faz farinha, vende uai. Hora que a gente... Lá vocês conhecem por saco, mas aqui a gente fala alqueire, aí a gente vendia alqueire de farinha, a gente sempre cria galinha, vende um ovo, você vende um frango. E assim a gente vai, né? Quando você desmama o bezerro, você pega e vende*".

Logo do encerramento das atividades na Fazenda Alagadiço, onde trabalhou assalariado, o lavrador insistira na produção agrícola como alternativa para a sua sobrevivência, tendo deixado de trabalhar "pra fora". Sua trajetória parecia destoar do contexto apresentado por Domingos, no qual a migração temporária teria adquirido importância ante os limites impostos pela chegada das reflorestadoras, especialmente à produção pecuária. Ao invés de invalidar a caracterização sugerida pelo morador da comunidade de Jabuticaba, a trajetória de Marciano revelava, diferentemente, outras condições que permitiram ao mesmo assegurar sua reprodução sem recurso ao trabalho acessório. O lavrador tem a posse de 65 ha de terra[169], encontrando-se em uma situação diferente da maioria dos outros posseiros, sobretudo dos moradores de São Pedro do Alagadiço onde, apesar de Norato não ter vendido sua gleba para Oswaldo, a divisão continuada da herança deixou cada um dos seus netos com menos de 10 ha. Para ele foi possível, portanto, manter a criação, ainda que bastante diminuta, de algumas cabeças de gado, além de ter sido possível realizar lavouras cuja escala excediam em muito as necessidades de consumo familiar, viabilizando a comercialização contínua.

Mesmo sabendo serem tais aspectos determinantes em sua possibilidade de sobrevivência como lavrador, Marciano apontou ainda outras condições que teriam assegurado a sua reprodução sem que tivesse que recorrer a migração: "*Eu consegui sobreviver sem a família passar necessidade, né? Mas uma melhora, assim, isso foi de agora só. Antes, quem queria pegar no dinheiro, no duro, tinha que sair pra fora. A gente tirava aquele pra viver, pro diário. E nos casos de um aperto ou outro tirava uma vaca, algum animal pra vender, né? Mas a senhora pode espiar aqui em casa que até hoje não tem esse tanto de trem que esses povo migrantes compra pra dentro de casa*".

[169] Nas palavras de Marciano: "Essa terra nossa já foi medida várias vezes, só que a gente não tem documento, o ITER mediu isso várias vezes. Só que uns tem trinta hectares, outros tem trinta e cinco. Quando mediu... Só que assim... Outros têm cinquenta, que mais de cinquenta ele não media... A minha aqui é sessenta e cinco, porque eu exagerei muito ali, que foi para fora ali. Mas aí o menino, o cara que mediu lá para mim falou assim: — 'ó, a sua terra...'. Aí eu falei: — 'aí moço, você me dá a quantia que foi essa área minha?'. Aí ele falou: — 'a sua área deu sessenta e cinco hectares, mas é assim, quando você receber o documento, você vai requerer esses quinze hectares que passou, porque vocês têm direito é de cinquenta'. Então é isso".

Muito mais que qualquer suposto juízo moral sobre o consumo, a narrativa de Marciano revela diferentes formas de ser da polaridade entre riqueza e pobreza, em transformação no discutido processo de modernização, responsável por desestruturar as antigas relações de produção regionais anteriores ao estabelecimento do Vale do Jequitinhonha como uma "região". Ante a maioria dos posseiros de Quilombo e das comunidades rurais vizinhas, Marciano teria sido um dos poucos a se manter com a posse de uma parcela de terra relativamente suficiente, no seu entender, para a reprodução da sua família[170]. Não era, nesse sentido, um "pobre absoluto" que não tinha nenhuma outra alternativa de vida que a comercialização da sua força de trabalho, como apontou Moura (1988:5) apoiando-se no conceito marxiano de expropriação para criticar a "pobreza ideológica" atribuída à terra pelo planejamento para justificar sua intervenção regional. Entretanto, ante as possibilidades de consumo crescentemente proporcionadas numa sociedade industrial, percebia-se relativamente "pobre" por não ter rendimentos o suficiente para acessar o conjunto de mercadorias cujo acesso evidenciava certo processo de "urbanização" do cotidiano rural.

Rigorosamente, segundo a abordagem amiúde assumida nas análises sobre a reprodução camponesa, Marciano poderia mesmo ser identificado como um lavrador "independente". Como vimos, contudo, na medida em que toma autonomização por autonomia, essa conceituação dificultaria uma apreensão da polaridade entre riqueza e pobreza que levasse em conta a maneira como os próprios lavradores subjetivam sua condição. Mais que isso, impedir-nos-ia de apontar que a independência mantida por Marciano frente ao assalariamento apenas foi possível, para além dos rigores aos quais o consumo familiar foi submetido, com o aprofundamento da sua posição de produtor de mercadorias, na qual a condição de lavrador passava a figurar, cada vez mais, como um *trabalho* entre outros.

Mesmo considerando a referida posição uma decorrência geral do processo de mobilização do trabalho que viemos investigando, interessa, ainda, considerarmos as mudanças percebidas por Marciano em suas condições de reprodução como lavrador, porquanto, mais do que meras "melhoras", conforme eram subjetivadas pelo mesmo, possibilitam-nos tatear transformações nas condições mais gerais da reprodução social capitalista. O cerne da diferenciação apontada pelo lavrador entre as condições de

[170] Marciano fazia referência a sua reprodução e da sua esposa, Ana Beota, considerando que os três filhos do casal moram fora da unidade familiar, possuem empregos e que os pais ajudaram-nos em sua sobrevivência, sobretudo as mulheres, majoritariamente no período em que ainda estudavam na cidade de Capelinha, trabalhando como domésticas e recebendo um salário insuficiente para seu sustento.

sobrevivência enfrentadas quando do fechamento da fazenda e aquelas com as quais se defronta hoje se referia especialmente à importância progressivamente assumida pelos programas estatais em sua reprodução: "*Quando vieram esses programas melhorou demais. O PRONAF, a Compra Direta. Isso melhorou bem. E outra coisa que a gente tinha uma demanda aqui por causa da energia, né? Isso deve ter uns... Só uns cinco anos que temos luz aqui. É pouco tempo, mas foi uma coisa que melhorou demais e tem várias coisas que melhorou aí. Até pra você ir na cidade estava difícil, viu? Mas a gente foi lutando aí, num está assim, muito bom, mas muitas coisas melhoraram bem pra gente viu? [...] Esse PRONAF... Isso é uma coisa que foi muito bom, dos planos que eles fizeram muito bom. Essa Compra Direta também é outra coisa que... Olha, coisa que você planta já sabendo onde vai entregar, assim. E também daí, se você produzir muito que dá pra sobrar. Se não der pra entregar tudo na Compra Direta, a gente tem como vender, porque a gente já aprendeu*".

Embora enxergasse na comercialização em feiras uma opção que se mantinha, Marciano dava destaque ao papel da Compra Direta[171] na realização da produção não simplesmente por corresponder a uma parcela grande, e fixa, dos seus rendimentos monetários, mas também por permitir uma colocação dos produtos com valores

[171] A Compra Direta é uma das modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo Governo Federal em 2003, com o objetivo de promover "acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar", além de contribuir "para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos". Coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), o PAA compreende cinco modalidades: a Compra Direta, a Compra Direta Local com Doação Simultânea, a Formação de Estoque, o PAA Leite e a Compra com Doação Simultânea. A participação no PAA pressupõe o enquadramento do beneficiário como "agricultor familiar", mediante a obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e os preços pagos na aquisição dos produtos são definidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (cf. "Programa de Aquisição de Alimentos" e "Modalidades". *Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.* Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>. Acesso em: 21 novembro 2014). Segundo informações obtidas com Isabel Gonçalves Ramos, técnica do PAA no município de Minas Novas, embora grande parte dos agricultores identifiquem o programa no qual participam de modo abreviado, simplesmente como "Compra Direta", na verdade, se referem à modalidade Compra Direta Local com Doação Simultânea do PAA. No dia em que realizamos nossa visita ao escritório local do PAA, no mês de junho de 2012. Isabel nos informou que 133 agricultores participavam até o momento no programa e que ela havia solicitado a integração de mais 98 agricultores. Posteriormente à sua aquisição, em Minas Novas, os alimentos são doados para a Associação Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), o Programa de Educação Tutorial (PET), o restaurante comunitário gratuito do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), as cestas básicas distribuídas gratuitamente pelo CRAS, o Hospital Municipal, a Creche Salesiana, a Casa dos Idosos São Vicente de Paulo, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), além de 58 escolas municipais, localizadas especialmente na zona rural do município. Além da participação no PAA, há outros agricultores, cujo número exato a técnica não soube informar, que fornecem alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), também conhecido como Merenda Escolar. Os critérios para participação nesse programa são idênticos àqueles utilizados pelo PAA e o mesmo também conta com recursos do Governo Federal para realizar compras organizadas por meio de Chamadas Públicas que ocorrem a nível municipal (cf. Caderno de Campo II. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências). Em consulta à Secretaria da Educação do município de Minas Novas fomos informados acerca da abertura de Chamada Pública para a aquisição de alimentos da Agricultura Familiar em mais ou menos 30 escolas do município no ano de 2014.

frequentemente maiores daqueles obtidos no mercado, sobretudo nos períodos de safra, quando a concorrência costuma derrubar os preços da produção agrícola: "*Nessa Compra Direta. Lá a gente podia entregar o valor de R$ 300 [por mês], mas depois eles aumentaram a cota lá. Aí você pode entregar mais, que aumentou mais R$ 1.000 [por ano]. Porque a gente tinha R$ 3.500 [por ano] para cada produtor e aí eles aumentaram pra R$ 4.500. Tirando a aposentadoria, assim fixo, é o rendimento maior, sim. E o preço que eles pagam nos produtos são bons porque, muitas coisas... Mas só porque, muitas coisas que, às vezes, você vai vender lá no mercado, lá na feira e eles não dão valor e lá eles dão valor. Que nem o mamão mesmo. Precisa ver o mamão lá na feira. Ninguém compra nada no quilo. E lá eles compram no quilo: laranja, banana, tudo no quilo, né? [...] Que nem a abóbora que a gente vende na feira tomando prejuízo. Aquela abóbora japonesa é R$ 1,50, banana R$ 1,60 o quilo, então eu acho que é um preço muito bom*".

Considerando a repercussão nas condições de reprodução familiares da renda monetária que passou a ser obtida com a comercialização da produção assegurada pela Compra Direta, além do recebimento da Aposentadoria por Idade Rural, da qual são beneficiários tanto Marciano como a sua esposa, Ana Beota, o lavrador apontou transformações também nas suas condições de consumo: "*Nós dois somos aposentados. A aposentadoria e essa Compra Direta faz muita diferença. Mas nossa produção não é só o que a gente entrega pra eles porque a gente sempre produz... Aqui tem coisas que a gente nem compra. Feijão. A gente tem uma horta ali. A gente tem as verduras. A gente compra mais essas coisas que a gente não produz, né? Então sempre a gente não gasta. Não vive só de aposentadoria, não senhora. A gente não fica queimando dinheiro pra comprar coisas assim. Guarda um pouco. Igual quando chegou essa luz aí. A gente sempre quando recebe essas coisas, a gente tem que comprar televisão, comprar uma geladeira pra coisa, né? Mas a gente já estava assim, fazendo aquela economia para quando chegasse o programa da luz a gente tivesse como comprar essas coisas assim, né? Na vida tem que pensar no dia de amanhã, né? Porque agora você tá vendo como nós estamos. Pra trás a senhora não viu*".

Além de viabilizar o consumo de produtos industrializados[172], a renda monetária aumentada, porque agora obtida não apenas com a venda da produção diretamente no

[172] Embora no apontamento acima citado Marciano tivesse ressaltado o consumo especialmente dos eletrodomésticos, em oposição aos alimentos diretamente produzidos que integravam a reprodução da sua família, entre os produtos de consumo pessoal adquiridos pelo lavrador e sua esposa no mercado poderíamos enumerar também: móveis, roupas, sapatos, eletroeletrônicos tais como telefones celulares, reprodutores de DVD, mídias, sobretudo "piratas", produtos para higiene doméstica e pessoal tais como desinfetantes, alcoóis, sabão liquido, em barra e em pó, sabonetes, xampus, hidratantes, entre outros, além de produtos alimentares tais como açúcar refinado, sal, macarrão, massa de tomate, achocolatado, óleo vegetal, margarina, arroz, enlatados

mercado local especialmente nas feiras livres que ocorrem semanalmente, aos sábados, permitiria também que o lavrador fizesse poupança. Manter pequenas "economias" de recursos para situações em que passavam por dificuldades eventuais, como em casos de doença, por exemplo, ou para a execução de estratégias de reprodução familiar, como a escolarização dos filhos, não seria uma possibilidade inédita na reprodução daqueles lavradores. Nova era a forma de objetivação assumida pela poupança, crescentemente monetarizada, a evidenciar não simplesmente modificações na forma de ser daquela polaridade entre riqueza e pobreza, como também mudanças profundas nas condições de apropriação da terra e dos recursos monetários: "*Eu guardo, não guardo muito, mas um dinheirinho sempre sobra, né? Mas agora eu guardo no banco. Você sabe por que eu não invisto em criação? Isso a gente fazia antigamente, né? Antigamente reserva era boi, vaca, animal. Como eu te disse, porque aqui é por conta do espaço, né? Que ficou muito apertadinho. Porque se você junta muito você tem que alugar pasto fora, né? Aí o que é que vira isso? Criação come demais e aqui não tem mais onde ela comer*". Como vimos anteriormente, nas condições regionais de reprodução do campesinato, o dinheiro se apresentava como um importante distintivo devido ao caráter bem pouco monetarizado daquela sociedade, cujo processo de mobilização do trabalho em geral prescindia dessa mediação. Por seu lado, a objetivação das "economias" em gado era possível graças a determinadas condições de apropriação fundiária que exigiam aquela forma de territorialização do capital. Narrando as suas atuais condições de vida, o lavrador nos descrevia o oposto: não apenas uma considerável facilidade em obter e poupar renda monetária, inclusive por meio do acesso a bancos, bem como uma grande dificuldade de acesso à terra, principal impeditivo para formação de rebanho, sobretudo em função do mesmo exigir remuneração monetária, por exemplo, no caso da necessidade de alugar pastagens. Mais que mera inversão da situação anterior, o apontamento de Marciano evidenciava o processo de autonomização que viemos buscando problematizar: a monetarização da terra revelava a sua possibilidade de ser mobilizada independente do trabalho, assim como sua transformação em uma fonte aparentemente autônoma de

---

tais como ervilha e sardinha, entre outros. O mencionado padrão de consumo não se restringe, sem dúvida, a família de Marciano sendo compartilhado também por muitos outros lavradores com mais acesso aos recursos monetários no Vale do Jequitinhonha. As mercadorias de consumo pessoal que diferenciam esse padrão, por assim dizer, "para cima" são principalmente carros, motos e parabólicas. Um importante momento do trabalho de campo consistiu em observar a produção de *lixo* derivada do consumo familiar de produtos industrializados que impõe uma dinâmica bastante diferente daquela experimentada no passado, no qual os rejeitos nem poderiam ser tomados enquanto tal, na medida em que se prestavam a alimentação de galinhas, porcos e outros animais criados no entorno das casas, em última instância sendo compostados em conjunto com as folhas amontoadas nos terreiros.

rendimentos monetários. Reunidos pelo dinheiro no processo produtivo, a nova forma de mobilização de terra e trabalho, então definitivamente tornados "fatores de produção", exigiria o decisivo aprofundamento da monetarização.

O acesso ao crédito disponibilizado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) também fazia parte das novas condições de reprodução distinguidas pelo lavrador como uma decorrência do seu acesso a inúmeros programas estatais: "*Eu fiz um 'pronafzinho' lá, só que meu projeto é pequenininho, porque a modo de comprar umas caixas de abelha para eu poder aumentar minhas abelhas e uma bombinha elétrica pra horta, sim. Aí eles fizeram com a minha declaração, mas fizeram porque era pequenininho, se fosse um projeto grande eles não faziam, não. Porque nós ainda não temos o documento dessas terras aqui. Como eu disse pra senhora, nós temos a consideração de posseiro, mas temos só essa declaração. O documento ainda não tem não. E o banco não gosta, porque você sabe que o banco só faz as coisas se eles não forem tomar prejuízo. E se não pagar eles querem ter a terra de garantia pra eles pegarem. Eles pegam as terras, pois é. Porque o banco não perde não, você sabe disso, né? Só que esse projeto meu é um projeto pequenininho*".

Mesmo identificando, em última instância, bem pouca margem de manobra nas relações estabelecidas com os bancos, o lavrador não demonstrou nenhum temor de efetivamente vir a perder as terras, demonstrando certeza quanto a sua possibilidade de realizar o pagamento do empréstimo tomado. Como podemos perceber todavia em seu depoimento, não necessariamente com recursos advindos da própria estrutura produtiva viabilizada com aquele investimento: "*Esse PRONAF aí é uma coisa muito boa porque eu vou começar a pagar isso só daqui três anos em diante, não é? E dá pra pagar sim, uai. Porque é um valor que nem chega a dez mil reais, dez mil reais a gente trabalhando a gente vai juntando, nem que não seja do mel, apesar de que o mel rende bem, a gente junta. A produção da horta, como eu falei pra senhora, essa eu já vou melhorar mesmo porque entrego muito na Compra Direta. E se faltar algum... A aposentadoria não deixa faltar. Mesmo se você precisa por um camarada, alguém pra te ajudar numa coisa em colheita assim, você tem aquele dinheiro certo ali, todo mês que você pode usar. Além disso, do mel, é o caso de aumentar as abelhas só, porque nós temos um projetinho que a gente já tem tudo. Quando é pra gente tirar o mel nós temos a casinha de tirar o mel. Um projeto que nós ganhamos do Banco do Brasil. Têm lá os equipamentos todos, a centrifuga, aquele decantador, tudo de inox*".

Além de permitir caracterizar as atuais condições de reprodução camponesa, os apontamentos de Marciano nos permitem também retomar o problema inicialmente apresentado na exposição do depoimento de Domingos: não se trata simplesmente de discutirmos as transformações nas condições de vida daquelas comunidades pela *falta*, embora nossas insistentes menções a sua manifesta deterioração sejam um modo de evidenciar o caráter de expropriação existente nas referidas mudanças. O movimento interpretativo apenas vai se completando, todavia, ao percebermos nas descrições dos lavradores indícios de outra forma de territorialização do capital em curso, cuja problematização deve ser ainda desdobrada. Como assinalamos anteriormente, nossa referência a "falta" que deviam fazer os fazendeiros no suprimento de determinadas necessidades da reprodução camponesa não pretendia sugerir, de maneira nenhuma, parasitismo ou favorecimento dos lavradores, mas sim a existência de uma forma de mobilização do trabalho, em cuja reprodução o coronelismo desempenhava papel determinante. Igualmente, o exame das novas condições de reprodução camponesa estabelecidas como realização da *mobilidade do trabalho*, cujo fundamento é a dupla liberdade, deve passar necessariamente pela identificação da forma como as práticas territoriais que atualmente asseguram o processo de territorialização do capital são personificadas e se reproduzem, abordagem na qual a discussão do papel do Estado é decisiva. Não se trata de estabelecer uma relação direta entre os desígnios dos antigos coronéis e as atuais funções do Estado autonomizado mas reconhecer que no referido processo de institucionalização se modifica a forma mas não o sentido do exercício de poderes que não podem ser entendidos apenas em seu aspecto relacional, posto serem momentos da reprodução capitalista como processo que mobiliza trabalho mediante a violência extraeconômica, mas também econômica.

Conforme mencionamos acima, Marciano contrapunha as atuais condições de reprodução na condição de lavrador, viabilizadas sobretudo, como vimos, na relação estabelecida com o Estado, às condições cotidianas e de trabalho existentes em grandes cidades e "lá fora", de uma maneira geral, argumentando sobre a necessidade de "conscientizar" seus filhos e os jovens sobre a possibilidade de se sobreviver naquelas comunidades rurais: "*Aqui já saiu muita gente. E sempre sai assim. Tem gente pra Belo Horizonte, pra Lagoa Santa, inclusive, tem gente pra o Rio de Janeiro, tem bastante gente da comunidade que mora lá. Mora lá, na cidade mesmo. Lá é assim... Vão pra trabalhar assim... Uns são manicures, uns trabalham de empregadas domésticas, lá naqueles salão. As mulheres, né? Os homens... tem uns menino daqui que trabalha de pedreiro, né? Em Lagoa*

*Santa, tem uma comadre minha lá em cima, que os meninos dela moram em Lagoa Santa. Eles trabalham lá, alguns trabalham assim, fazendo, ajudando, entregando... Esse pessoal que fica entregando bebida pra distribuidora, né? Tem uns no Rio que são porteiro, serventes, né? Motorista... Um que tem um barzinho, que conseguiu por um barzinho lá, né? E os outros trabalham de empregado. Esses não vêm e voltam, não. Eles ficam pra lá. Eles vêm pra cá só assim, quando dá uma folga pra eles lá, eles vêm visitar os pais deles e voltam. Quando dão uma fugidinha. Mas quem mais mexe aqui é o povo mais velho, porque o povo mais novo não tá querendo mexer com isso, não. Vai estudando e vai querendo pegar uma coisa mais maneira, viu? Aí eu acho que... Então o que é que... Por isso que eu fico preocupado com isso. Que esse povo novo tinha que ficar aqui, arrumar um jeito de aprender, de viver aqui ó. Hoje já tem jeito. Não precisa mais desse povo sair desse jeito que antes e passar trem ruim lá fora. Que eu já saí pra fora e sei que lá o negócio não é mole, não senhora*".

Em meio ao argumento antes referido, todavia, apareciam no depoimento outras considerações acerca da problemática e talvez a principal delas dissesse respeito à preocupação de Marciano sobre quem iria dar continuidade ao trabalho na terra, mas, sobretudo à própria unidade familiar. O medo de que os seus filhos vendessem ou simplesmente abandonassem as terras com a morte dos pais foi uma constante em sua narrativa. Não manifestava nenhuma preocupação direta com um suposto déficit de trabalhadores pois a aposentadoria, com vimos, assegurava-lhe como possibilidade a contratação de camaradas a dia para auxiliar a família nos momentos de maior pico de trabalho, sobretudo porque não contavam mais com as condições físicas de um jovem. Contudo, reconhecia a impossibilidade dos seus filhos e dos outros jovens que se reproduziram em quase toda a idade adulta como assalariados urbanos, muitas vezes precarizados, inclusive sem registro em carteira, de poderem contar com o referido benefício[173], cuja importância na reprodução familiar aparecia bastante destacada no depoimento do lavrador.

Como a impossibilidade de objetivar a poupança em rebanho, essa questão evidenciava igualmente o processo de autonomização entre terra e trabalho, ou seja, a possibilidade de serem mobilizados de modo aparentemente independente. No caso da comercialização da unidade familiar como mera "terra", separação definitiva, sem a

[173] Marciano se referia especialmente à impossibilidade de obterem, devido às suas trajetórias predominantemente urbanas de trabalho, a Aposentadoria por Idade Rural, mas reconhecia igualmente a dificuldade que enfrentariam para conseguir a Aposentadoria por Tempo de Contribuição Previdenciária, sobretudo por terem amiúde trabalhado de maneira informal ou sem registro em carteira.

possibilidade mediada de reunião, mas presente igualmente em práticas produtivas mobilizadas por moradores daquelas comunidades rurais em sua reprodução enquanto lavradores, das quais o exemplo mais evidente seria a produção de eucalipto, e, nomeadamente, o consórcio e o arrendamento de terras nas parcelas familiares para o reflorestamento realizado por companhias instaladas nas proximidades: "*Tem uns que plantaram uma mudinha aí, né? Eu planto aqui pra não ficar cortando as minhas madeiras nativas, eu vou lá e quando eu preciso fazer qualquer coisa aí... Fazer uma cerca, eu não plantei eucalipto pra eu vender, mas tem muita gente que planta pra negociar, né? O pessoal animou de plantar eucalipto. É porque o eucalipto, é que nem outro dia eu falei, eu já falei para vocês aí... Que o eucalipto é assim... É uma coisa que você planta ele, depois de um tamanho ele num dá despesa mais. Fica lá... E hoje isso está tendo muita extração. Ele pode ser deixado engrossando, que dá uma posição assim e o pessoal já compra. O cara chega ali... Só que aquilo é assim, tem outro problema: se eu vou cortar o eucalipto eu tenho que ir lá e tirar uma licença ambiental. [...] Mas como eu falei pra senhora que aqui nós éramos conhecidos como posseiros, agora que a gente passou pra sair um documento em nome da associação, só que ainda não saiu, até pro cara conseguir uma licença dessas pra cortar eucalipto, ele não consegue porque não tem o documento pra provar que a terra é dele, como é que ele vai provar que vai cortar? Então o que é que eles fazem? Tem muita gente que planta, que não tem esse documento, que planta consorciado ou arrendado com empresa, eles vendem isso para as pessoas que já tem uma guia e as pessoas cortam esse eucalipto e apresenta aquela guia que ele retirou pra cortar o dele lá, porque eles tem os documentos das terras deles e eles cortam. Misturam lá e depois, misturam. Fazem desse jeito. É como se vendesse a árvore mesmo de pé. Os outros que vem e tiram. Eu não sei se está compensando, porque eu nunca, assim, fiquei perguntando pra eles essas coisas, mas deve compensar porque eles estão investindo nesse trem. Agora eu nunca fui, assim, pra plantar nesses trem assim, ó. Eu gosto mais é de plantar coisa de alimento*".

A discussão sobre o plantio de eucalipto pelos lavradores apareceu também no encontro que tivemos com Domingos durante uma reunião da Confrascom na qual foi elaborado um plano de trabalho para a gestão atualmente em vigor[174] em conjunto com

[174] Encontro ocorrido no dia 4 de junho de 2012, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Minas Novas, quando realizamos uma espécie de ata da reunião, registrada em nosso caderno de campo e compartilhada com os presentes, da qual extraímos para integrar o nosso trabalho assertivas que citamos na sequência, em itálico e entre aspas, sem especificar os nomes daqueles que as proferiram, por não serem retiradas de uma entrevista previamente acordada. Caderno de Campo II. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

representantes de algumas associações comunitárias e quilombolas[175], que apontaram dificuldades de organização nas suas comunidades, além de problemas que as famílias enfrentam para sobreviver. Muitos representantes mencionaram o crescente plantio de eucalipto por lavradores em suas comunidades como uma alternativa de sobrevivência buscada ante os preços sempre insuficientes obtidos com a comercialização da produção agrícola e as condições cotidianas e de trabalho cada vez mais deterioradas nos empreendimentos agroindustriais e também nas cidades. Assinalavam que ninguém encampava aquela opção por "*vontade de enriquecer*", mas, ao contrário, somente procuravam se reproduzir "*nos seus locais de origem, sem ter que sair pra fora*". Sem embargo, demonstraram bastante preocupação com o andamento desse processo especialmente por dois motivos: o envenenamento continuado das águas daquelas comunidades rurais e a possibilidade dessa atividade desencadear novos processos de expropriação.

Ambas as preocupações relacionavam-se diretamente com o fato do plantio de eucalipto realizado pelos lavradores ocorrer amiúde numa relação com as empresas reflorestadoras. Como havia destacado também Marciano, uma parte do eucalipto seria plantado para utilização nas próprias unidades familiares, enquanto outra se destinava a comercialização. Em tais casos geralmente ocorria algum tipo de parceria com as reflorestadoras. Ou ocorria o arrendamento das glebas ou a venda ficava acertada desde o início da produção, que teria de ocorrer segundo os critérios definidos pela empresa que garantia a compra e ficava responsável pela colheita mecanizada do eucalipto. Em um aspecto, essa parceria era encarada como um problema por exigir o uso de defensivos e fertilizantes segundo padrão vigente entre as grandes companhias. Envenenava-se não somente as terras do lavrador que havia entrado no consórcio, como também as águas das comunidades como um todo.

Noutro, que não deixava de se relacionar com o primeiro, o problema consistia justamente na situação os lavradores em que ficariam com uma terra demasiadamente desgastada para a produção de lavouras, reféns das propostas de mobilização das suas parcelas, ou ao menos de parte delas, impostas pelas companhias: "*Acontece que o sujeito passa os anos com o eucalipto nas terras deles e aquilo vai comendo a terra. Vai desgastando. Tem que por coisa, assim, veneno demais, né? [...] E depois que as firmas*

[175] Na referida reunião estiveram presentes representantes das associações de Palmital da Barra, do Macuco, de Ribeirão do Meio, da Comunidade das Pedras, da Comunidade de Areião II, de Buritizal Verde, da Barra do Fanado, de Córrego Novo, de Cruzinha e da Rocinha, entre outras.

*colhem, o que é que você consegue produzir ali? Você pode ter um mandiocal? Você consegue fazer uma lavoura de milho, ou de feijão, de outra coisa qualquer sem colocar aquele tanto de fertilizante? Não consegue. Acontece que ninguém está pensando nisso. Ninguém está pensando nisso porque essa planta a colheita demora pra acontecer. Fica anos. E depois? E se a empresa não quiser por o eucalipto outra vez ali em seu terreno, porque o carvão não tem preço, porque vai por noutro lugar? A gente não sabe. Agora está acontecendo os primeiros casos dos que colheram. Daqueles que plantaram, a empresa chegou lá pra colher e diz que pode negociar outro acordo, mas volta é sim com uma proposta de comprar a terra por qualquer mixaria aí. Porque nem pra você aquilo lá num está mais valendo nada, não*".

Na relação estabelecida com as companhias, os lavradores identificavam a possibilidade vindoura de perda das terras, num processo duplo de "inutilização" e rebaixamento dos preços passíveis de serem obtidos em troca das mesmas[176]. A posterior aquisição das terras não parecia ser, entretanto, a única motivação dos consórcios estabelecidos pelas reflorestadoras, nem a única forma mediante a qual lavradores que produziam eucalipto pareciam poder perder progressivamente as suas condições de reprodução enquanto tal. Representantes de algumas associações distinguiram ainda o interesse das empresas "terceirizarem" a produção de eucalipto em decorrência das dificuldades crescentes enfrentadas pelas mesmas para obterem autorização para o desmatamento de novas áreas[177], portanto, nos casos em que necessitavam expandir a produção. A situação apontada se distinguia daquela identificada por Marciano nas comunidades do Alagadiço, em razão daqueles lavradores, alvos da investida das

[176] O apontado processo de "inutilização" se refere às dificuldades vislumbradas pelos lavradores para fazerem com que suas terras produzam novamente nos mesmos padrões, por exemplo, no que diz respeito ao uso de defensivos e fertilizantes, existentes antes do plantio de eucalipto em consórcio com as reflorestadoras.

[177] Segundo informações fornecidas por Murilo Nepomuceno, técnico do Instituto Estadual de Florestas (IEF) em Minas Novas, a autorização necessária para retirada de vegetação nativa chama-se Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental (DAIA) e sua obtenção exige fiscalização prévia para averiguação da legalidade do desmatamento na área em que foi requerido, segundo critérios como o bioma no qual a mesma se localiza, sua inclusão em Unidades de Conservação (UC) ou sua declaração como Reserva Legal (RL) obrigatoriamente mantida num imóvel rural nos limites definidos pela lei. Em função dessas características, deve ser diferenciada do Documento de Corte e Colheita (DCC) emitido unicamente para produtores de eucalipto previamente cadastrados. Umas das exigências para a obtenção do DCC, a guia mencionada por Marciano em seu apontamento, é que o produtor possua a titularização definitiva das terras nas quais o plantio deve ocorrer. Diferentemente do DAIA, o DCC não exige fiscalização prévia, podendo ser obtido mediante apenas a declaração do produtor. Além da "terceirização" do plantio de eucalipto, o técnico indicou ainda outro mecanismo utilizado pelas reflorestadoras para lidarem com dificuldades na obtenção do DAIA: como necessitam das algum tipo de autorização de retirada florestal para o transporte de carvão vegetal, muitas empresas solicitam o DCC ao invés do DAIA, fabricam carvão a partir da vegetação nativa e liberam novas terras para a expansão da produção florestal (cf. Caderno de Campo II. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências).

reflorestadoras, possuírem a titularização definitiva das suas parcelas, que lhes conferia condições plenas de mobilização das mesmas.

O debate ocorrido na reunião permitia entrever que ambas as estratégias se intercalavam no atual processo de territorialização do reflorestamento, a depender de circunstâncias diversas, tais como a disposição de cada uma das companhias para a incorporação de novas terras, suas diferentes chances de obterem autorização para desmatamentos, entre outros fatores. Além disso, foi bastante mencionado o interesse daquelas empresas em externalizarem quaisquer custos ou eventuais prejuízos com a produção, que também seriam, por sua vez, "terceirizados" para os lavradores: "*Elas terceirizam. Acaba que elas terceirizam o plantio. Fica mais fácil pra empresa, porque o risco fica com quem produz. Todo mundo sabe disso. Se vem uma seca, um ataque de formiga, outro bichinho qualquer... Qualquer prejuízo quem vai assumir é quem plantou. Além do que eles deixam de gastar com mão de obra que é o maior problema pra eles, né? Eles só tem o trabalho de vir comprar o eucalipto bonitinho, prontinho. [...] Eles é que cortam, mas pra isso eles já tem as máquinas deles mesmo*".

A produção de eucalipto foi apresentada por representantes de associações comunitárias e quilombolas como uma solução encontrada pelos lavradores frente às condições de trabalho cada vez mais degradadas nas cidades e nos empreendimentos agroindustriais e aos baixos preços comumente obtidos na comercialização da produção agrícola. Ao que parece, portanto, os lavradores buscavam enfrentar processos de diferenciação que pautariam a sua inserção na reprodução capitalista. Os exemplos apresentados seriam casos modelares da chamada "acumulação por espoliação", fundamentados, respectivamente, segundo a literatura consagrada sobre o problema, na superexploração do trabalho e na sujeição da renda da terra camponesa ao capital (cf. seções 4.2 e 4.3 dessa tese). Considerados nas suas particularidades por não corresponderem ao processo de reprodução ampliada do capital baseado na exploração da mais-valia relativa (cf. Marx, 1984: cap. X), os referidos processos devem ter os questionamentos acerca do seu sentido aprofundados posteriormente, quando buscaremos problematizar as interpretações até esse momento apresentadas sobre o papel que a sua reposição ocupa na atual reprodução capitalista.

Embora fosse acessada como possível solução para dificuldades enfrentadas pelos lavradores na obtenção de sua sobrevivência, a produção de eucalipto parecia, contudo, desencadear situações em decorrência das quais os mesmos poderiam perder progressivamente as suas condições de reprodução enquanto tal. Entre elas figurava

especialmente o envenenamento das águas das comunidades; o desgaste das parcelas mobilizadas para o plantio de eucalipto em consórcio com empresas reflorestadoras; a possibilidade das terras, após perderem seu valor de uso para a produção de lavouras, sofrerem ainda o rebaixamento do seu valor de troca; os novos desmatamentos da vegetação nativa em favor da expansão do reflorestamento; além dos eventuais prejuízos advindos dos riscos da produção florestal.

Uma parte das situações apontadas, tais como o envenenamento das águas e o desmatamento de novas parcelas de vegetação nativa, remetiam diretamente para o rompimento das antigas condições de reprodução daqueles lavradores, assemelhando-se bastante com processos descritos tanto por Domingos como por Marciano, ocorridos em decorrência da chegada das primeiras empresas reflorestadoras. Contudo, para serem compreendidas em sua atualidade, devem ser tomadas nomeadamente na relação que estabelecem com o processo de autonomização da terra francamente evidenciado na objetivação do referido desgaste das terras como rebaixamento do seu valor de troca. Na medida em que trabalho e terra podem ser mobilizados, como vimos, de maneira aparentemente autônoma, ainda que parcelas arrendadas ou consorciadas não sirvam imediatamente para a produção de roças que permitem, mediante seu consumo ou comercialização, a reprodução daqueles lavradores enquanto tal, prestar-se-iam a complementação ou provimento da sobrevivência familiar por meio da renda que fazem aportar.

Tais rendimentos correspondem a renda da terra recebida pelos lavradores conjuntamente ou de maneira "fusionada", poderíamos dizer, para relembrarmos a terminologia usada por Oliveira (1987), com a remuneração do trabalho despendido na produção florestal. Como no caso da comercialização dos produtos agrícolas esses rendimentos parecem não ser integralmente pagos quando do rebaixamento dos preços conseguidos pela produção vendida. De acordo com os lavradores, as reflorestadoras argumentam que pagam um pouco a menos que os preços de mercado em razão de assegurarem a compra da produção, além daquele rebaixamento ser devido ao fato da remuneração referente ao capital ficar retida em razão de serem as próprias empresas a disponibilizarem mudas, insumos e defensivos, além da máquina com a qual colheita e destoca são realizadas.

Apesar do rebaixamento dos preços que, como vimos, os lavradores identificam igualmente na comercialização da produção agrícola, o atual incremento do plantio de eucalipto poderia indicar uma melhor remuneração dos fatores de produção mobilizados no

reflorestamento ou, de um ponto de vista diferente, um menor dispêndio, dentre os mesmos, especialmente do trabalho, frente aos rendimentos em troca auferidos. Muitos lavradores afirmaram, como aparece no apontamento de Marciano, que a maior vantagem da produção florestal seria sua baixa exigência de dispêndio de trabalho, nomeadamente depois dos primeiros tratos, imediatamente subsequentes ao plantio. Uma efetiva comparação demandaria, sem embargo, considerarmos que a remuneração da mercadoria não se faz segundo o trabalho deveras despendido na sua produção, mas, diferentemente, segundo o dispêndio médio socialmente necessário vigente. Além disso, exigiria reconhecermos, considerada a diferença decisiva entre o trabalho assalariado e o trabalho diretamente despendido pelos lavradores nas suas terras, que, embora a autonomização entre terra e trabalho permita aos lavradores compararem a remuneração "fundida" dos fatores mobilizados na produção daquela mercadoria com os salários recebidos quando da comercialização da suas forças de trabalho, o cotejamento estritamente quantitativo dos rendimentos possivelmente auferíveis não permite explicar tudo quando os lavradores reconhecem um quadro geral de deterioração das condições enfrentadas "lá fora".

Com nosso trabalho não buscamos mostrar, contudo, o montante espoliado com o rebaixamento dos preços da produção camponesa e, muito menos, se a responsável pelo incremento da produção florestal seria uma efetiva melhor remuneração dos fatores de produção na mesma. Antes procuramos discutir, diferentemente, que a autonomização, embora possa aparecer positivamente da perspectiva da auferição das rendas para os proprietários dos fatores de produção mobilizados na produção de mercadorias, pode igualmente se fazer sentir como processo de expropriação. De modo a assegurar a sobrevivência para os lavradores, o valor de uso das terras que permitem sua reprodução enquanto tal pode ser intercambiado por rendimentos com os quais os mesmos adquirem meios de vida necessários à reprodução familiar. Contudo, ante a possibilidade do rebaixamento drástico dos preços das terras mobilizadas na produção do eucalipto em decorrência da sua deterioração ou ante os eventuais prejuízos resultantes da mesma, os lavradores podem não ter de volta aquele valor de uso que os permitiria voltarem a se reproduzir enquanto tal, tornando a expropriação um processo manifesto.

Para que o problema fique bem colocado interessa elucidarmos que ao processo decorrente das situações em decorrência das quais os lavradores poderiam perder progressivamente suas condições de reprodução chamamos *expropriação* não por consistir numa destituição completa dos lavradores de suas terras, nem por resultar de mecanismos irregulares ou ilegais utilizados por empresas para se apropriarem provisória ou

definitivamente das terras camponesas. Sabemos que a possibilidade daqueles lavradores empreenderem a produção de eucalipto como uma alternativa de reprodução consiste justamente na sua *liberdade*: o fazem de livre vontade, em muitos casos, sem estarem submetidos a nenhum mecanismo de coação. Ressaltamos, contudo, que o conceito de liberdade não está usado de modo apologético, mas, ao contrário, como uma crítica a autonomização que conforma a terra como uma fonte aparentemente autônoma de rendimentos, para a obtenção dos quais pode ser mobilizada inclusive enquanto uma estratégia de sobrevivência do campesinato, não obstante tenha tornado os lavradores completamente suscetíveis à perda, de nenhuma maneira irregular ou ilegal, das suas condições de reprodução. Como vimos acima, perda que poderia vir a se realizar como deterioração das condições de reprodução dos mesmos como lavradores, mas, no limite, realizar-se-ia com sua possível destituição das parcelas de terras cujos rendimentos complementariam ou proveriam, de uma maneira ou de outra, a sobrevivência familiar. Assim, além da possibilidade da autonomização se fazer sentir como processo de expropriação, o que buscamos enfaticamente criticar, não porque processos ilícitos não aconteçam, mas por a considerarmos o escândalo central da socialização capitalista, é sobretudo a *violência do dinheiro* como mediação abstrata generalizada a viabilizar as relações num contexto em que as condições de reprodução social se encontram todas fetichistamente autonomizadas em favor da produção tautológica de mercadorias.

Por conseguinte, mesmo impondo uma efetiva deterioração das condições de reprodução daqueles lavradores e, por isso mesmo, denunciado como expropriação, o processo apresentado, não pode ser simplesmente apresentado como uma forma de diferenciação na reprodução capitalista, posto que consiste exatamente num de seus pressupostos: a autonomização entre terra, trabalho e capital. Chegamos, assim, a circunstância mais modelar na qual se poderia identificar um processo de acumulação primitiva em curso, para reiterarmos que o sentido da atual reposição do mesmo exclusivamente pode ser entendido se confrontada sua ocorrência com as condições de reprodução social que ele destitui e permite instaurar. Buscaremos precisar esse ponto no decorrer da discussão.

Apesar das considerações de Marciano sobre o bastante avançado processo de mecanização nas reflorestadoras, não apenas o plantio consorciado de eucalipto ou o arrendamento das terras, mas também os vínculos empregatícios apareceram como uma dimensão em que atualmente se travam relações entre companhias e moradores das comunidades do Alagadiço, sobretudo no caso dos lavradores jovens. José Maria dos

Santos[178], morador de São Pedro do Alagadiço, é um desses jovens. Trabalha no reflorestamento implantado pelo Grupo CBI na Fazenda Tecad, registrado no cargo de operador de máquinas. Suas principais funções são a preparação do terreno, mediante gradeação e aragem e o plantio das mudas de eucalipto, para as quais usa uma mesma máquina. Além disso, ele auxilia no desgalhamento das árvores, empregando foice e machado.

José Maria é neto de Lourença Costa, uma das filhas de Honorato. Herdeiro, compartilha o terreno de menos de 10 ha no qual mora sua mãe, com seus outros quatro irmãos que continuaram em São Pedro. Outros três, sendo duas mulheres, moram em Capelinha, na sede do município. Assinalou a total impossibilidade de trabalhar como lavrador em terras tão reduzidas. Seus irmãos também são todos trabalhadores assalariados. Para José Maria, somente é possível que alguns irmãos e primos da sua mãe tenham se mantido como lavradores por receberem aposentadoria. No terreno em que vivem não realizam nenhum tipo de lavoura, produzindo apenas algumas verduras e hortaliças para consumo doméstico. Acreditava que, embora "sobrassem" terras na parcela da sua mãe, devido aos irmãos trabalharem todos "pra fora", "*o povo se acostumou a não fazer mais lavouras, porque o trabalho de roça não compensa, não. É esforçado demais pra não tirar nada de dinheiro*".

A partir dos 19 anos, José Maria migrou para "tirar safras" no corte de cana em diferentes empresas no estado de São Paulo. Trabalhou na Usina Bonfim[179], situada em Guariba e numa empresa terceirizada que arregimenta turmas de "bóias-frias" para os chamados fornecedores, fazendas particulares que fornecem cana para usinas. Fez isso durante quatro anos, buscando "levantar dinheiro" para construir uma casa e para o casamento com Marli de Almeida, com que vive atualmente. Depois desse momento, trabalhou por cerca de três anos como diarista nas comunidades rurais vizinhas, em propriedades de outros lavradores mais "fortes" do que ele. Marli disse achar positiva a experiência do marido de ter passado por diversos empregos diferenciados. Para ela, os homens que migram regularmente para cortar cana "nunca aprendem a se virar" na comunidade. José Maria possui opinião semelhante. Para ele "*o pessoal da região sempre quer mexer com corte de cana por causa da ilusão de ganhar mais e porque eles não conseguem ficar mais em casa, tem que sempre estar*

[178] José Maria tem 37 anos e Marli, 26. JOSÉ MARIA DOS SANTOS E MARLI DE ALMEIDA. Entrevistas parcialmente gravadas e transcritas e registradas em Caderno de Campo. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

[179] Usina pertencente ao Grupo Raízen, formado a partir da fusão Cosan-Shell, ocorrida em 2010. O grupo planta cana-de-açúcar e realiza seu beneficiamento industrial, produzindo energia, açúcar e etanol, esse último, exportado e comercializado no mercado varejista interno de combustíveis.

*saindo pra trabalhar fora, ficar ao menos um tempo longe. Mas tem coisa nas usinas que não é fácil, não. Então tem que aprender a se virar por aqui mesmo*".

José Maria começou a trabalhar na Fazenda Tecad como temporário, durante a colheita do café. Nos quatro meses posteriores à safra, foi contratado para operar uma despolpadora, máquina que descasca o café. Depois do período como temporário foi registrado empregado fixo e se tornou operador de máquina na produção florestal. José estudou até a 3º série do ensino fundamental e é alfabetizado, uma das exigências para desempenhar a função que ocupa. Disse que, por enquanto, a companhia não exige dele habilitação para operar máquinas, mas que está "*economizando para tirar a CNH*". Em virtude do seu registro em carteira, disse achar difícil conseguir se aposentar como trabalhador rural e quer "*ter a chance de encostar por tempo de serviço, se eu conseguir terminar aqui na CBI mesmo*".

Segundo José Maria, o avanço da mecanização no reflorestamento se concentra especialmente na produção de carvão vegetal, porque as máquinas ainda não possuem precisão suficiente para a feitura de postes de madeira de eucalipto, outro dos produtos beneficiados pelo Grupo CBI. Na Fazenda Tecad, o eucalipto plantado para produção carvoeira é colhido por uma máquina e arrastado por outra até os carreadores, onde trabalhadores manuais desgalham e picam os troncos que são empilhados e depois transportados para as carretas por gruas mecânicas. Na "bateria", conjunto de fornos empregados no cozimento da madeira para a produção do carvão vegetal, o trabalho é realizado de forma inteiramente manual e os funcionários são quase que exclusivamente temporários. A colheita é realizada com a mesma máquina que José Maria utiliza na preparação do terreno e no plantio. Ela serve, além disso, para a destoca das raízes, aproveitadas na produção de carvão com qualidade inferior. O operador de máquinas descreveu também o processo de trabalho realizado na produção de postes de madeira. Naquele caso, o eucalipto é colhido e cortado em pedaços com o uso de motosserras, desgalhado com foice e machado e empilhado manualmente, para depois serem cortados postes, novamente com motosserras. Na sequência, descascamento e carregamento das carretas são realizados de forma mecanizada.

Marli de Almeida também trabalha hoje na Fazenda Tecad, "tirando safras" na colheita do café. Antes de se casar com José Maria, ela morava com os pais nas terras apropriadas por outro lavrador, mais "forte", depois de haver trabalhado por um breve intervalo na Fazenda Alagadiço, sem nunca ter sido registrada. Sete meses antes de se mudar para o terreno da mãe de José Maria, começou a trabalhar como doméstica para uma servente,

funcionária da escola da fazenda que havia sido passada para a responsabilidade do município. Nesse emprego de caráter completamente informal, Marli recebia R$ 70 mensalmente para organizar a casa e preparar duas refeições. Com a mudança das proximidades da sede daquela antiga fazenda para São Pedro do Alagadiço, passou à doméstica na casa de Fabiano Xavier, o atual presidente da associação existente na comunidade. A esposa desse último também trabalhava como doméstica, na sede de uma fazenda chamada Santa Rosa. Segundo Marli, "*pra ela devia de compensar sair e deixar a casa aqui pra mim porque lá acho que o salário era maior. Eu ganhava R$ 80. Não sei quanto ela ganhava, não. Mas devia segurar alguma diferença, né?*".

Depois de passar o período de um ano e sete meses nesse emprego de caráter igualmente informal, Marli se demitiu às vésperas do nascimento do seu único filho, ocorrido em 2007. Quando o menino completou três anos ela passou a deixá-lo sob os cuidados da sua avó paterna para trabalhar durante a safra como colhedora de café. Inicialmente se empregou em uma fazenda particular existente nas proximidades, de propriedade do Dr. Silva, na qual trabalham, de acordo com Marli, muitas mulheres moradoras das comunidades do Alagadiço. No segundo ano como safrista, José Maria conseguiu que fosse empregada na Fazenda Tecad, na qual anualmente ela tem sido contratada de maneira temporária por um período que varia entre três e quatro meses, geralmente de julho a outubro. Segundo Marli, "*logo que deu voltei a trabalhar porque salário de homem só dá pro dia-a-dia, só. Se você quer comprar uma coisa, assim, pro menino ou aumentar a casa ou comprar uma moto, uma coisa, assim, para por dentro de casa, aí a gente tem que ajuda, né? Já tira um pouquinho e dá uma complementada*".

Diferentemente da colheita de café na qual havia trabalhado anteriormente, Marli afirmou preferir trabalhar na Fazenda Tecad porque o trabalho não é remunerado por produção. Mesmo assim, ela descreveu o pagamento de bônus que visam estimular a produtividade dos trabalhadores. Em todos os anos nos quais foi contratada, teve a sua carteira de trabalho assinada no valor fixo de um salário mínimo mensal, recebendo, entretanto, um pouco mais, em virtude daquela gratificação. Como safrista, cumpre uma jornada diária das 7 às 4h, oito horas de trabalho, além da uma hora de almoço, não remunerada. Por ter que se responsabilizar por sua alimentação, Marli se reconhece igualmente como "bóia-fria". Nas suas palavras: "*O pessoal fala 'bóia-fria' pros povo que saem pro corte de cana, mas a gente também é 'bóia-fria', pois quando chega à hora de almoçar aquelas marmita que a gente traz de casa, a comida já ficou tudo fria*".

Como vimos anteriormente (cf. seção 2.5 dessa tese), as interpretações sobre a reprodução camponesa frequentemente destacaram o papel "complementar" em que o trabalho das mulheres aparecia, sobretudo no que se refere à produção das lavouras, manutenção das unidades ou outros trabalhos considerados "pesados" naquela mesma acepção patriarcalmente conformada. No apontamento em que Marli indicou o papel assumido pelo trabalho que exercia, eram os rendimentos obtidos que apareciam como complementares, visto que a reprodução da sua família se baseava fundamentalmente no salário. O dinheiro ganho pelo homem seria aquele a prover a sobrevivência familiar, enquanto o dinheiro ganho pela mulher ofereceria uma "ajuda" para a aquisição de mercadorias, cujo consumo estaria além do estritamente necessário à reprodução.

No caso mencionado, esses papéis não apenas diferenciados, como também hierarquizados, seguramente eram reiterados pelo desnível existente entre os rendimentos obtidos por cada um dos membros do casal. Como operador de máquina, registrado em regime permanente pelo Grupo CBI, José Maria recebia um salário mínimo mensal e benefícios anuais assegurados por lei. Frente aos salários que Marli obtinha quando doméstica, decerto que a remuneração do marido assegurava uma parcela maior da reprodução familiar. Quando safrista, apesar de receber salário idêntico ao pago para José Maria, algumas vezes, até um pouco mais, em virtude do bônus por produtividade, a colhedora de café aportava dinheiro na reprodução apenas alguns meses por mês. Sem embargo, os referidos papéis não corresponderiam simplesmente a uma caracterização sexualmente neutra da proporção em que os salários recebidos por marido e mulher asseguravam a sobrevivência familiar. Mais que isso, afirmavam o exercício do trabalho diretamente responsável pela reprodução como um atributo masculino em oposição aos chamados afazeres domésticos, de responsabilidade das mulheres mesmo no caso de acumularem outra jornada de trabalho fora de casa.

Assim, mesmo trabalhando "fora", Marli preparava em casa o almoço levado na marmita. E nos casos das mulheres para as quais trabalhou como doméstica, se seus respectivos empregos não lhes permitia desempenhar suas supostas obrigações em casa, contratavam outra mulher que pudesse exercê-las. Mesmo que fosse para trabalharem, também elas, em funções caracteristicamente femininas segundo os atributos de gênero vigentes, todavia por um salário um maior. Como sugerimos anteriormente, não seriam, portanto, precisamente as relações de reprodução camponesa a serem patriarcais, mas, diferentemente, constituídas numa forma social fundamentada no valor e na dissociação (Scholz, 2009), reproduziriam relações patriarcais que *não* seriam superadas com o

assalariamento, embora a chamada dupla jornada, a contratação de mulheres como trabalhadoras assalariadas para o exercício de funções domésticas ou os salários frequentemente menores recebidos nas profissões tomadas como femininas indiquem mudanças na forma de reprodução das mesmas desencadeadas pelo processo de modernização.

Marli subjetivava tal processo afirmando que não tinha profissão. Apesar de ter estudado mais que José Maria, tendo chegado a concluir o ensino fundamental, ela argumentava sempre ter feito "*só esses trabalhos, assim, de casa. Limpar, cozinhar. Na minha casa mesmo ou na casa dos outros também. Desde que eu trabalhei lá naquela fazenda, que tinha lá no Alagadiço. Mas lá acho que eles só fichavam quem era 'serviços gerais'. Depois que apareceu o negócio do café. Muitas mulheres trabalham assim no Alagadiço. Porque são muito poucos meses, né? Assim você não precisa deixar completamente a casa e nem por outra pessoa, porque isso só dá pra fazer se o salário compensar muito. Mas, assim, profissão mesmo eu não tenho, não. Quero tentar me aposentar como trabalhadora rural, vamos ver se eu consigo. Profissão tem ele que é operador de máquina*".

Não apenas representações dos atributos sociais de gênero pareciam informar, contudo, a maneira como aparecia para ambos as relações sociais nas quais se acham inseridos. Apesar de José Maria estar atualmente empregado e Marli amiúde conseguir trabalhar nas safras, eles manifestaram pouca confiança na possibilidade de que suas condições de reprodução possam efetivamente "melhorar". Consideraram inviável uma retomada do trabalho agrícola em virtude da "*falta de espaço, da gente ter muito pouca terra*", mas também devido a crescente necessidade de dinheiro para assegurar a sobrevivência, em quantidades que, na opinião de ambos, dificilmente poderiam ser conseguidas com a produção agrícola. Nas palavras de José Maria: "*Hoje pra tudo você precisa de dinheiro. Viver de roça num dá mais, não. Pra gente não dá, sem a gente trabalhar pra fora? Porque você vê, a gente não recebe nada. Só ela que recebe um trocadinho, assim, dessa Bolsa Família, mas é só R$ 32, porque eu sou fichado*". Mas também não entendiam que a reprodução familiar estaria completamente garantida nos empregos que possuíam, vislumbrando possíveis dificuldades que atribuíam à baixa escolarização, à insuficiente oferta de trabalho existente na "região", assim como a um contexto mais amplo que nos permite indicar, como nos apontamentos de Marciano e Domingos, guardadas as devidas diferenças entre as perspectivas de cada um, para a percepção de um cenário de crise em curso na reprodução social. Segundo Marli, o seu

emprego, "*não dá pra contar com isso, sabe? Porque essas firmas, logo elas vão, elas não pegam mais. Pega gente de outros lugar mais longe e os daqui não pega. Ou vai e põe máquina que nem em outras fazenda por aí já tem. Que ela passa e chacoalha o cafezal todinho e os grãozinho vão caindo. Aí diminui o tamanho das turmas, você já não sabe se eles vão te chamar ou não e, às vezes, eles preferem, quem monta as turmas, preferem aquelas que não tem menino pequeno mais. Pra ele é mais certo, né? Mas tem que ficar correndo atrás. Tem que tirar essa habilitação. Porque ele já não tem muito estudo. Não pode deixar, não*". Ao que José Maria completou: "*Porque por aqui tem muito pouca alternativa, né? A alternativa qual era? Corte de cana. Mas parece que até isso tá ficando mais difícil hoje em dia. Pra gente que não tem muito estudo é difícil arrumar outra coisa. Mesmo pra quem estudou. Tem um monte de gente daqui da roça que estão aí, na cidade, Belo Horizonte, não sei mais onde. Terminou de estudar e tudo. Mas uma hora fica desempregado ou não consegue um contrato garantido. O jeito é ficar por aqui mesmo porque está ruim também lá pra fora. Tem muita gente voltando, até. Nem sabe se vai se virar, mas volta*".

Além das relações de trabalho travadas com empresas, Vitor Costa[180] apontou também, como no caso da colheita de café que foi realizada por Marli na fazenda de propriedade do Dr. Silva, os empregos existentes em plantio particulares de eucalipto. Diferenciava-os da produção realizada por lavradores das comunidades dizendo que os plantios "*não são de empresa... Assim, de uma firma mesmo, que registra os funcionários. Mas é de grandões assim, particulares, não é mesmo?*". Depois de trabalhar na Fazenda Alagadiço, o lavrador passara quase quarenta anos sobrevivendo da produção agrícola comercializada em feiras, além de realizar com frequência "diárias" em propriedades de lavradores mais "fortes" do que ele. Antes de se aposentar, no ano de 2012, o mesmo trabalharia uma única vez mais "pra fora", durante um ano e quatro meses, na fazenda particular de Mario Batista: "*Lá eu trabalhei, assim, olhando a área pra ele, olhando a madeireira que tem lá. Tomando conta pra ele. Lá tem o eucalipto dele, lá. Mas já tá plantado, já está tudo formado, então não tem ninguém mais trabalhando lá. Só na madeireira, mesmo*". Como grande parte do eucalipto produzido nos plantios chamados particulares, Vitor assinalou que a produção florestal existente naquela fazenda seria destinada não para a produção de carvão, mas sobretudo serviria para fazer postes. Nas palavras do lavrador: "*O eucalipto que eles tem, eles usam pra fazer aqueles postes que*

[180] Vitor tem 63 anos. VITOR COSTA. Entrevistas registradas em Caderno de Campo. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

*servem pra viga, pra mourão de cerca, usa em construção, tem serraria, tem tudo, mas móveis acho que eles não fazem, não*".

Rufino Moreira[181], lavrador e morador de São Pedro do Alagadiço, trabalhou igualmente numa propriedade particular voltada para a produção florestal. Nessa fazenda, localizada no município de Capelinha, Rufino produzia mudas de eucalipto que eram transportadas para novas áreas de reflorestamento que estavam sendo implantadas na comunidade de Lufa, localizada no município de Novo Cruzeiro, nas proximidades de Araçuaí. Conseguiu aquele emprego por intermédio de um "gato" de Carbonita, que agenciava trabalhadores sobretudo para o carvoejamento realizado nas várias "baterias" existentes em fazendas particulares de extração e produção florestal. Posteriormente, o lavrador trabalhou em uma empresa que compra o eucalipto "de pé", faz a retirada das árvores, a destoca do terreno e depois comercializa a madeira nos mercados que derem retorno maior, tanto faz se para a produção de carvão, postes ou móveis. Segundo Rufino, essa empresa geralmente compra a produção daqueles que não possuem máquinas para proceder à colheita das árvores, o que inclui a pequena produção de muitos lavradores plantadores de eucalipto. Nessa ocasião, o lavrador trabalhou como tratorista, porém realizando "diárias": "*Como eles não tem serviço certo nessa firma, quando aparece alguma coisa eles avisam e você vai. Aí tem que estar disponível, se não eles acabam chamando outras pessoas*". Rufino recebia uma remuneração entre R$ 30 e R$ 35 o dia de serviço, efetuando jornadas de não mais que oito horas. Considerava uma boa opção porque seu "salário" mensal frequentemente ultrapassava o valor do mínimo, embora não tivesse assegurados seus direitos trabalhistas. Quando deixou a empresa, sem embargo, afirmou receber um valor mais ou menos correspondente ao FGTS que lhe caberia, mas em um "acerto" realizado "por fora".

Segundo Rufino, "*todos os tipos de ilegalidade que pudermos imaginar*" são extremamente comuns nas relações trabalhistas estabelecidas com empresas e fazendas particulares existentes na "região". O lavrador apontou casos como o transporte de trabalhadores temporários em carretas presas a tratores, além da ausência de condições mínimas para descanso e alimentação, especialmente dos safristas que trabalham no café. Afirmou ainda que a remuneração nas fazendas particulares de café, realizada por produtividade, é extremamente reduzida, chegando, nalguns casos, a ser pago apenas R$ 2 pela lata de café colhida. De acordo com Rufino, é muito difícil, num dia de serviço,

[181] Rufino tem 53 anos. RUFINO MOREIRA. Entrevistas parcialmente gravadas e transcritas e registradas em Caderno de Campo. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

conseguir ganhar mais do que R$ 40, sendo que a média deve oscilar em torno de R$ 15, sem o desconto do valor da alimentação, pela qual os trabalhadores tem que se responsabilizar.

A primeira vez em que o lavrador trabalhou "pra fora" foi em 1982, na Usina São Vicente, localizada em Pitangueiras, como cortador de cana. Antes de migrar tinha a esperança de conseguir emprego na Acesita, que estava sendo implantada na "região", entretanto, Segundo Rufino, "*na Acesita não teve lugar pra todo mundo, não. Ficou gente precisando trabalhar. Mas também eles não assinavam muito a carteira por aqui, não. Naquela época era pior que hoje. Tudo irregular. Desde uns cinco anos pra cá que começaram com uma vigilância maior nessas firmas de peso daqui. Difícil alguém que trabalha sem fichar hoje em dia. Mas também já tem muita máquina, já. Aí acabou diminuindo o custo deles com mão de obra*". Nas outras cinco vezes em que migrou para "tirar safra" na produção de cana, esteve duas vezes na Usina Bonfim, localizada no município de Guariba, duas vezes no Mato Grosso e uma última vez no município de Guararapes, trabalhando em fornecedores de cana. Apesar de não ter mais migrado nos últimos anos, tem a impressão que o corte de cana se modificou bastante, com o que o lavrador retomava questões presentes no apontamento de Domingos antes citado, diferenciando sua posição, contudo, em alguns aspectos. Para Rufino, as condições de trabalho pareciam ter melhorado bastante, estando inclusive alguns direitos mais bem assegurados e a piora consistia na enorme queda sofrida pelas remunerações recebidas: "*Antigamente a gente reclamava do alojamento, reclamava da comida ruim, do roubo do fiscal, da contratação irregular, mas, pelo menos, conseguia tirar alguma coisa. O povo conta que hoje em dia está tudo direitinho, tem água gelada no talhão, banheiro, tudo. Mas não dá pra ganhar dinheiro, entendeu? O preço da cana foi lá embaixo, o que eu acho que é um jeito deles compensarem o custo que eles tem com a melhora das condições de trabalho, mas também com as máquinas que eles tão botando lá. Agora, assim, eu acho que não compensa, sabe? Porque você não vai ficar longe, não vai passar um tempo grande desse longe da família se não for pra você trazer algumas coisa que 'resolve', entendeu? Pra ganhar pouco você se vira por aqui mesmo*".

Buscando sobreviver como lavrador nos últimos anos, Rufino compõe seus rendimentos com a comercialização em feiras, com o fornecimento de produtos para o Programa Compra Direta, com a realização de "diárias" e com trabalhos temporários eventualmente obtidos em empresas e fazendas particulares, sobretudo ligados ao

reflorestamento, como aqueles descritos inicialmente[182]. Em sua opinião, a comercialização assegurada ajudou bastante, não apenas por garantir o recebimento de rendimentos monetários, como também pelos preços pagos pela produção, em geral maiores que os encontrados no mercado. Ainda sim o lavrador afirmou manejar sua comercialização, "segurando" para levar na feira, produtos cujos preços de mercado se encontram mais elevados que na tabela do programa. Rufino fez referência também ao PRONAF, cujos créditos acessou duas vezes para estruturar, respectivamente, a horta e um pomar de laranjeiras: "*Ajudou demais porque sempre tem um desconto na hora de você devolver, quando você paga em dia, né? Dá primeira vez eu tirei R$ 2.500 e paguei R$ 1.800. Na segunda, eu peguei foi R$ 1.500 e paguei R$ 1.120. Como eu estava empregado naquele período foi muito fácil pra pagar também. Separava um dinheiro por mês, pra garantir. Agora que eu estou entregando demais na Compra Direta, tá retornando*".

No depoimento de Rufino, como noutros apontamentos feitos por Domingos e Marciano, anteriormente comentados, o tratamento conferido à produção agrícola nos possibilita problematizar a noção de "sobra" usada por alguns autores (cf., por exemplo, Amaral, 1988) para caracterizar a parcela dos produtos destinados à subsistência que é comercializada de modo a complementar a reprodução com o ingresso de rendimentos monetários. Segundo abordagem consensual nos estudos sobre a reprodução camponesa discutidos, essa "sobra" não poderia ser caracterizada como "excedente", no sentido capitalista do termo, por resultar de uma produção cujo objetivo seria estritamente a subsistência. Uma reprodução composta, portanto, somente de *valores de uso*, embora viabilizá-la dependesse da comercialização residual dos mesmos. Com nosso primeiro questionamento a essa perspectiva, apontamos sobretudo o caráter social da forma contraditória assumida pelos produtos numa *sociedade produtora de mercadorias* (cf. seção 4.3 dessa tese).

Ante o apontamento de Rufino sobre o manejo que faz na comercialização da produção torna-se possível evidenciar formas de subjetivação daquela simultaneidade

[182] Nas palavras de Rufino: "Você vê eu mesmo como estou fazendo? Eu melhorei minha horta. Cresci ela e fiz esse pomar ali pra baixo. E olha que aqui é pequeno, hein. Mas tem que colocar essas coisas que sai mesmo. E isso sai muito, na feira. Não é sempre que tem um preço bom, mas a venda é quase garantida. Aí, pra fechar o mês você junta uma bolsa família. A gente mesmo recebe R$ 108, que já ajuda bastante. Você arruma uma 'diária' por aqui mesmo, que sempre aparece. Porque você levar as coisas pra cidade hoje em dia está muito fácil. Não é que nem antes, não, que você levava no burro, saía na madrugada e dormia por lá mesmo, no mercado. Você tem o carro [transporte da prefeitura], aí você já vai pra cidade mesmo, aí você leva uma coisinha que você tem. E assim você vai completando. Porque aqui hoje em dia é muito ligado na cidade. Todo mundo sempre vai. Acontece que uma hora é pra vender, outra hora é pra comprar e outra hora é pagar o que já comprou".

necessária entre valor de uso e valor inerente não meramente a coisas pontualmente produzidas para serem comercializadas como mercadorias, mas à *forma-mercadoria* fantasmagoricamente assumida pelos produtos do trabalho nessa forma reificada de socialização. Essa forma é que permite ao lavrador gerir os produtos de que dispõe procurando aumentar sua renda monetária, o que Rufino não faz apenas intercalando a distribuição nas feiras com o fornecimento ao programa de compra garantida, mas faz também manejando os produtos que serão produzidos e a opção por consumi-los ou comercializá-los a depender do contexto: "*O que é manejar? O que é manejo? É assim, a gente vê o que está valendo mais a pena, sabe? A gente tem opção de vender aqui e ali. Escolhe o que compensa mais, né? É como se faz... Assim, você vai plantar arroz se compensa mais ir buscar no mercado? Se não tem preço, se não tem saída. Tem uns aí que ainda plantam, mas você não vai... Você coloca uma fruta, que tem mais saída. Mas você pode manejar também aquelas coisas que você já tem, que você sempre tem, né? Se tem alguma coisa que o preço tá ruim e você pode segurar. Então você espera, né? Que nem capado que pega preço bom assim, algumas épocas, épocas de festa. É sempre bom tem algum pra abater. Ou você vê, se o preço compensa, você não deixa aqui pra usar, porque aqui sempre tem tanta coisa pra usar, aí o que tem um preço melhor, você leva*".

Com o apontamento, não buscamos retomar o problema da passagem de uma racionalidade caracteristicamente camponesa para outra tipicamente empresarial (cf., por exemplo, Martins, 1975), caracterizando um "modo de pensar" predominante entre os lavradores cuja reprodução investigamos. Sabemos, para utilizarmos as palavras muito apropriadas de Rufino, que alguns ainda produzem arroz, mesmo não "compensando", enquanto outros consideram isso inadequado. Com o mesmo também não buscamos caracterizar a suposta "racionalidade" de alguns lavradores como evidência da forma tipicamente capitalista em que a sua produção, em particular, estaria assentada. Diferentemente, procuramos problematizar a forma-mercadoria, na qual os produtos do trabalho se objetivam, também como *matriz apriórica* (Kurz, 2007b) dos processos de subjetivação, definindo a possibilidade dos lavradores tomarem sua produção ora como valores de uso, ora como mercadorias que "valem" pelo seu preço, o que não constitui nenhum problema de ordem moral, relacionado a uma presumida "vontade de ganhar dinheiro", mas sim a forma como se experimenta a concorrência no intento de garantir a reprodução em condições cada vez mais críticas.

Nas narrativas de lavradores de Araçuaí sobre suas trajetórias encontramos, igualmente, muitas menções às mudanças nas condições de reprodução decorrentes do

processo de modernização desencadeado no Vale do Jequitinhonha. Antônio Gomes[183], morador da comunidade Córrego da Barriguda, localizada na Chapada do Lagoão, no município de Araçuaí destacou entre as mesmas o fim da agregação nas antigas fazendas regionais: "*Olha, quando... Eu não lembro muito bem o ano que foi, mas naquela época começou uma lei que a pessoa se morasse numa propriedade, depois de um ano, depois de tanto tempo que a pessoa estava morando ali, ela já tinha o direito de uma indenização Porque a pessoa ficava sendo considerada empregado. Ela ficava sendo reconhecida. Mas teve aqueles que entravam na justiça pra pedir um pedaço de terra também. A pessoa mandava embora. O fazendeiro mandava embora, mas ele tinha que me dar um pedaço de terra com a minha casa que estava ali. Dessa época foi que já começou os fazendeiros não querendo, né? Nem podia ouvir falar em agregado. Não queria mais dar casa pra gente morar de favor com eles, com medo de ter que contratar a gente. Com medo de quando eles precisassem da casa, a gente ir com eles na justiça para poder ter o direito nessa indenização*".

O lavrador fazia referência ao Estatuto do Trabalhador Rural[184], identificado igualmente por fazendeiros, como discutimos antes (cf. seção 2.4 dessa tese), como a legislação responsável por desencadear o fim da agregação. Segundo seu depoimento, entretanto, a saída dos lavradores das fazendas não foi imediata, tendo ocorrido progressivamente, permeada por conflitos, nalguns casos, e noutros, por silêncios: "*Eu mesmo, eu continuei ainda um tempo... Nós não deixamos de ser agregado logo naquele começo, não. Mas foi como eu disse pra você, eu já andava pingando pra lá e pra cá por causa de todo aquele problema que éramos só eu e a minha mãe. Então, quando não dava pra nós, a gente tinha que mudar. Tinha também que eles não tiravam logo aqueles que sabiam que não ia brigar, sabe? Os mais caladinhos. Depois acabou saindo todo mundo. Teve aqueles que brigaram. O que era sindicato naquela época! Isso aqui vivia cheio por causa das brigas igual a essas. Eu mesmo conheço alguns que brigaram. Na minha região tem um cara que, até hoje, ele tem um terreno tirado do patrão, entendeu? Conseguiu na justiça. Tirou um pedaço! Ficou com a casa e tomou um pedaço da terra do patrão. Até hoje ele tem essa terra lá*".

Antônio assinalou o medo que tinha de "entrar na justiça" e não encontrar outra fazenda para morar. Enquanto ele sabia ter a possibilidade de buscar agrego, se manteve

[183] Antônio tem 65 anos. ANTÔNIO GOMES I e ANTÔNIO GOMES II. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.
[184] Lei n° 4.214, promulgada no ano de 1963.

quieto na esperança de assegurar sua sobrevivência e a da sua mãe por mais um período. Segundo o lavrador, "*tinha que ser assim porque os fazendeiros, eles passavam uns para os outros: — 'Você vai deixar ele morar lá e depois ele vai querer um pedaço lá dentro'. Era assim, sabe? Aí não. Aí a pessoa já ficava sem achar lugar. Então na justiça eu não entrei, não. Tinha medo de criar inimizade. As pessoas dependentes... Ela depende dos outros, depois cria inimizade, eu achava que ficava mais difícil pra pessoa depois achar um lugar que pudesse se abrigar com a família*". Olhando atualmente para o processo, contudo, Antônio refletiria sobre a maneira como a sua própria percepção do mesmo o teria influenciado decisivamente nas escolhas que tomou e também sobre o modo como essa percepção se modificou: "*Eu era a pessoa, quando eu ficava um ano, dois, eu já ia agradecendo a pessoa por aquele tempo que ele deixou eu naquela casa dele ali, chegava, pronto, entrava ali dentro, saía e deixava pra ele. Eu, no meu modo de pensar, achava que o patrão... Que a terra era dele e nós já tínhamos recebido um favor. Aí eu não mexi. Por isso eu não mexi. Eu achava que podia acabar terminando mal. [...] E eu não adquiri nada na vida, porque nunca tive essa coragem de fazer isso com o patrão. Porque eu achava que eu devia uma obrigação pra ele, por ele ter me abrigado ali naqueles dias, com minha família, com minha mãe e tal. [...] Se hoje eu vejo assim? Hoje eu não vejo mais dessa maneira. É o seguinte... Porque a pessoa, quando ela morava ali de favor, mas não era de favor, o que ela fazia? Tinha de partir a meia com o patrão. Então eu penso que aquela pessoa tinha um direito ali em cima, porque ela é que fazia. Metade de tudo que ela fazia passava para o patrão. E a pessoa ainda sai sem nada... Essa pessoa nunca ia ter nada na vida! Nessa lógica, ela ia ter que trabalhar pros outros a vida inteira. [...] Os lavradores, nós éramos os mais massacrados. Não tinha nenhum tino para procurar a justiça. Aquilo era empurrado assim mesmo. Chega pra lá e a pessoa colocava na cabeça que era só aquele fazendeiro que tinha aquele poder e que a gente não tinha uma ideia nem de procurar justiça pra poder se defender, nem pra defender a causa da gente*".

Para Antônio, o impacto provocado pelo fim da agregação teria sido grande especialmente porque mais da metade dos lavradores do município de Araçuaí se encontravam naquela condição: "*Muita, muita gente. Se for pra fazer um cálculo, assim, eu acho que mais de uns 60% das pessoas naquela época viviam assim. Mais de 60% dos lavradores, dos pequenos, assim, como a gente fala, era agregado. Então foi gente que perdeu, foi muita gente*". Além do grande número de lavradores que sofreram aquele processo, o outro fator apontado que o teria tornado impactante foi a violência usada em muitos casos, sobretudo quando os fazendeiros queriam "esvaziar" logo as terras, com a

intenção de vendê-las, o que nos permite reafirmar nossa sugestão de que a legislação teria sido momento de um processo de autonomização responsável por mobilizar a terra transformando-a numa fonte aparentemente autônoma de rendimentos cujas formas de extração incluiriam sua comercialização: "*Tinha casos, esses foram piores... Que eles queriam que você saísse rápido, que todos saíssem rápido, porque a terra estava 'visada', assim... Porque já tinha alguém 'de olho' nas terras. Porque muitos [fazendeiros] foram pra cidade e não importava, só não queria responder na justiça, né? Agora outros já viram a chance de vender. Viram a chance de tirar aquela gente toda e depois vender. Vender pra quem chegava de fora, assim, atrás de terra. Aí era 'bruto'. Porque soltava o gado na lavoura dos outros. Isso aqui é o que você mais ouvia falar. Derrubava cerca e colocava o gado pra comer em sua roça. Aí o pessoal saía e deixava pra eles. Uns brigavam. Mas ia fazer o que?*".

O uso da violência direta, segundo a narrativa de Antônio, não ficou restrito à expulsão dos agregados, indo atingir igualmente os situantes e pequenos sitiantes proprietários. Ele mesmo, em conjunto com a mãe, embora tivessem vivido muitos anos agregando-se em diferentes fazendas, teriam passado por isso num momento em que o lavrador ainda era criança, quando recorreram a uma terra que era de posse do seu avô: "*Quando o meu avô... Estou lembrando de um negócio... Quando meu avô... Ele tinha uma terra... E quando meu pai largou minha mãe, que nós fomos ficando na fazenda... Aí vinha um: — 'Desocupa a casa'. Aí ia pra outra: — 'Desocupa a casa'. Aí ia pra outra... Até que ela veio parar, eu mais ela viemos parar em uma casa que era do meu avô. Aí chegou um pessoal lá, Joãozinho Costa, hoje ele está até aqui nesse asilo. Joãozinho Costa junto com Mané do Carmo, chegou e empurrou a gente e tomou essa casa. Mãe era mulher, não tinha um homem pra ela contar. O que eles fizeram? Ah... Ela plantava roça. Eles botaram gado pra comer dentro da roça dela. Quando ela falava: — 'Ô João, dá um jeito no seu gado, o seu gado está comendo a minha roça'. Ele respondia assim: — 'Faça cerca igual eu faço'. Quer dizer, mulher não tem condições de fazer uma cerca igual um homem, né? Então ela foi atrás de Belizário Costa, eles falavam que era juiz de paz na época. Foi atrás dele. Quando chegou lá que ele disse: — 'Como é que é a história toda?' E minha mãe contou a história do gado, que punha o gado pra comer na roça dela. E o juiz de paz falou pra ela: — 'Olha Maria, você é mulher, você é a parte fraca, você pode sair e deixar pra ele'. A gente saiu tudo! Saiu e deixou pra eles lá. Saiu depois que... Porque um dia nós fomos tirar o gado, eu e minha irmã, tirar o gado de dentro da roça e esse Joãozinho escondeu de um lado e quando o gado ia passando ele assustou ele e o gado virou tudo pra cima de nós. 60 reis. Nós nos*

*valemos porque mergulhamos debaixo da cerca, senão o gado tinha pisado nós. Duas crianças*".

Quando se tornou inviável conseguir agrego em fazendas conforme faziam anteriormente, Antônio e sua mãe, Maria, foram morar nas terras de "uns primos" do lavrador. Naquele momento, ele já estava noivo da sua atual esposa, Lúcia, e quando foi construir um "barraco" nas terras dos primos de modo a viabilizar seu casamento, foi convidado por seu futuro sogro para erguer a casa já definitivamente, na herança que pertenceria a sua filha: "*A gente ficou morando na terra de meus primos. Quando foi pra casar, aí eu falei: — 'Eu vou fazer um barraquinho pra nós morar. Aí meu sogro veio e falou comigo... Eu estava com as madeiras tiradas pra fazer essa casa no que era de uns primos meus, ele chegou e falou pra mim: — 'Não. Você vai fazer essa casa lá na minha terra, porque você vai casar com ela e ela é herdeira, então ninguém vai mexer com vocês lá'. Carreguei as madeiras pra lá e fiz o barraco. Daquele já fiz mais outro. Estou lá até hoje*". No Córrego da Barriguda, na Chapada do Lagoão, o lavrador não voltou a enfrentar "empurrões" e outras formas de pressão, até que se iniciaram os conflitos fundiários discutidos anteriormente (cf. seção 1.7 dessa tese).

Sugeriu, entretanto, que, mesmo antes disso, as condições de reprodução dos lavradores começaram a ficar dificultadas pelo significativo aumento da quantidade de famílias moradoras na Chapada do Lagoão. Ele mesmo, na condição de agregado, teria morado em terras mais distantes daquela chapada, da qual havia progressivamente se aproximado: "*No começo a gente morava distante, lá para os lados da Igrejinha, muito distante. E nós viemos mudando, por exemplo... Mas toda vez que eu ia mudando eu ia chegando lá mais perto da chapada, até que eu cheguei e parei ali*". Para Antônio, aquele aumento teria sido responsável pela diminuição da vegetação nativa aproveitada pelos lavradores em sua reprodução, tendo desencadeado, inclusive, mudanças nas condições de acesso à água: "*Antes não tinha tanto morador na chapada, famílias igual tem hoje. Só algumas famílias existiam na época. E essas famílias estavam mais a vontade, né? Lá elas colhiam as frutas nativas, né? Colhiam o pequi, o jatobá, a cagaita, as 'medicinas'... Mas aí aquelas famílias foram crescendo, né? Aqueles filhos iam crescendo e casando e colocando uma família ali mesmo. Vinham outros de fora, né? Quem nem eu mesmo vim. Mas eu vim para a herança de Lúcia. Mas tinha outros que vinham posseando um pedacinho de terra, colocando um barraquinho lá. Muita gente que saiu daquelas fazendas, que ficou sem lugar, né? Muita gente foi-se embora, mas muita gente formou uma coisinha por aí. Aí essa chapada foi enchendo, né? E chegou a ficar assim como é que é hoje, quando já diminuiu*

*muito os matos, né? E já diminuiu muito as águas também. Hoje não é que não tem mais chuva, mas as chuvas estão muito mal distribuídas. E eu acho que é por conta desses matos aí, que não tem mais*".

O apontamento de Antônio nos dá a oportunidade de considerar de maneira diferenciada o processo amiúde descrito como "minifundização", segundo algumas interpretações sobre as transformações nas condições de reprodução camponesa que ocorreram no Vale do Jequitinhonha, um dos fundamentos centrais da desagregação do "sistema de economia de subsistência" (cf. seção 1.3 dessa tese). O lavrador aludia efetivamente ao chamado adensamento populacional desencadeado por uma partição sistemática das terras em processos divisórios de herança. Sem embargo, o referido "adensamento" não poderia ser entendido em sentido absoluto, como mero crescimento populacional num espaço limitado, visto que tais limitações estariam inseridas na transformação das condições de reprodução social do campesinato. Teria, assim, que ser relacionado à progressiva impossibilidade dos lavradores moverem outras formas de apropriação da terra a fazer que o processo aparecesse como uma total saturação populacional. Impossibilidade tanto no que tange à anulação da agregação ou da copropriedade, segundo os termos de Moura (1988), como no tocante às crescentes dificuldades para o posseamento desencadeadas com o processo de consolidação da propriedade privada, expulsando os posseiros e fazendo com que se concentrassem exclusivamente nas terras em que fazendas não tiveram o interesse de se estabelecer. Consequentemente, seria um adensamento relativo às novas condições de apropriação fundiária impostas no processo de autonomização.

Para o lavrador, todo esse contexto de transformações teria coincidido com a emergência da necessidade de migrar. Nas palavras de Antônio: "*Foi nessa época que começou essa coisa dos migrantes também. Pra nós foi a primeira vez que... Quando terminou nossa necessidade de estar, assim, em terras de outra pessoa... Quer dizer, a herança era de Lúcia, né? Mas nós estávamos casados. Aí eu não conseguia... Ninguém conseguia viver só de lavoura por aqui. Foi ficando difícil demais, né? Aí começou esse negócio de migrante. Muita migração. Antes sempre tinham uns que saiam, né? Mas engrossou mesmo foi nesse tempo. Todo esse pessoal que foi morar na cidade, nesses povoados que tem aí... Aquele que ficou sem terra foi, né? Muita gente sobrevivia de migração. Pra nós aqui também ajudou, né? Plantava muita lavoura de milho, feijão, mandioca, fazia lavoura mesmo. Agora você me pergunta se dava pra eu sobreviver da*

*lavoura? Eu digo que eu fazia a lavoura e ia pro corte de cana. Eu ia buscar minha 'sustentabilidade' no corte de cana*".

Na sua trajetória pessoal, o lavrador identificou a necessidade de recorrer ao assalariamento, migrando para trabalhar no corte de cana, em razão de ter se endividado no período em que trabalhou como garimpeiro. Depois de casar, Antônio tinha passado ao trabalho no garimpo no qual esteve durante cinco meses sem receber nada, pois a lavra não produziu: "*Eu vou contar a verdade. Eu fiquei, depois de casar eu trabalhei na lavra, garimpeiro, cinco meses sem ganhar um centavo. Então eu me endividei. Não tinha mais como eu fazer uma feira para mulher e os filhos. A partir daí eu fui para o corte de cana. Nessa altura eu já estava com a banca aberta, naquela época não era nem banca, era venda... Com a venda aberta para ela poder pegar comida para ela mais os meninos conseguirem se sustentar. E eu fui pro corte de cana arranjar o dinheiro para pagar essas dívidas*". Segundo o lavrador, no período em que esteve no garimpo, o "dono da turma" fornecia sua alimentação, as ferramentas utilizadas, tais como pás e picaretas, além de explosivos, "*enquanto a gente que era o garimpeiro devia entrar com o serviço. Se a lavra produzisse, a metade era do dono da turma, porque ali ele estava dando a despesa e as ferramentas e a outra metade era da gente. Se a lavra não produzisse, que foi o que aconteceu no meu caso, então o tempo dele foi jogado por água a baixo*". Enquanto se mantinha "*no mato*", sendo "*fornecido*" e retornando para visitar a família em casa "*nuns tempos de oito em oito dias e em outros de quinze em quinze dias*", sem embargo, a sobrevivência da sua esposa e filhos era viabilizada mediante seu endividamento: "*Você imagina: sem ganhar nada! E você no mato está comendo, mas a família está em casa não comendo nada. O fornecimento era só mesmo para o garimpeiro, só. E como eu não levava nada pra casa, nós estávamos fazendo uma dívida em uma venda pra poder pagar depois. Então eu fui pro corte da cana. Isso foi em 82*".

Contextualizando, por sua vez, a situação geral na qual Antônio acreditava se encontrar grande parte dos lavradores na Chapada do Lagoão e em Araçuaí quando as migrações temporárias se tornaram predominantes, apontou a necessidade de trabalharem como diaristas a inviabilizar a produção de lavouras suficientes para a reprodução das famílias: "*Como a gente, na época, o pessoal trabalhava como diarista, a gente não tinha condições de fazer grandes lavouras. Eram pequenas lavouras, então não tinha da lavoura, né? Por exemplo, a gente colhia lá o milho e o feijão, mas para a 'sustentabilidade' a gente precisava de mais coisas, né? Aí não dava pra gente tirar da própria colheita pra trazer para o mercado para vender e para comprar as outras coisas, né? O sal, o café, o macarrão, essas*

*coisas... Então a gente... O pouquinho que a gente colhia a gente deixava em casa e para comprar essas outras coisas a gente corria lá para arrumar algum dinheiro fazendo uma diária. Aí foi entrando o corte de cana*". A situação descrita remete diretamente ao "descapricho" com as próprias lavouras, referido num apontamento de Marciano, anteriormente citado (cf. seção 2.4 dessa tese).

Contudo, segundo nosso debate precedente, na forma regional de reprodução das relações sociais de produção era o vínculo existente com os fazendeiros a impor aos lavradores que não se dedicassem majoritariamente a suas lavouras, tendo que ser "descaprichosos" com as mesmas porque mobilizados a trabalharem em troca de "medidinhas das coisas", enquanto, diferentemente, no momento em que a agregação encontrava seu desfecho seria outro o fundamento do imperativo de fazer "diárias" ou migrar que os dificultava a realização de roças suficientes para a reprodução familiar: "*Acontece que a gente começou uma família, né? E a gente começou a sentir uma necessidade de tratar das crianças. Aquela necessidade de tratar mais dos filhos da gente, entendeu? Não quero desfazer das condições que eu passei junto da minha mãe, não, né? Acontece que eu passei fome. E não queria ver meus filhos nessa situação. Então tinha de estar buscando. Fazendo uma diária... Depois foi o corte de cana que me permitiu a 'sustentabilidade' da minha família. Porque os filhos iam pra escola. Material escolar, vinham as roupas das crianças pra comprar... Aquele negócio de roupa de algodão, as pessoas já foram esquecendo aquilo... Começou a modernizar mais... Já modernizou as coisas que a gente tinha precisão. Então a gente começou a sentir necessidade de estar saindo pra fora pra buscar essas coisas. Porque era com a gente, né? Não tinha quem estivesse te dando uma ajuda, nem tinha aqueles atrapalhando a gente também não. Dependia da gente pros meninos terem as coisas. E a gente esforçava pra poder dar o melhor. Fazia o que precisasse*".

A busca por recursos que possibilitassem aos filhos condições de vida menos dificultosas que aquelas enfrentadas pelo lavrador, assim como a premência de que os mesmos assumissem cada vez mais forma *monetária* em virtude de determinadas necessidades emergentes poderem ser satisfeitas apenas na relação com o mercado apareceram como fatores decisivos a fundamentarem o mencionado imperativo de fazer "diárias" ou migrar que dificultava a produção de lavouras suficientes. O processo de modernização figurava para o lavrador expresso num conjunto de novas *mercadorias* necessárias à reprodução familiar. Modernizaram-se as coisas: o consumo de roupas industrializadas suplantou a antiga produção doméstica de trajes de algodão, materiais escolares despontavam como necessidade antes inexistente. O apontamento de Antônio

possibilitava entrever, contudo, que embora figurassem na necessidade inédita daquelas mercadorias as transformações ocorridas atingiam as próprias relações, a partir das quais emergia tal "precisão". Materiais escolares tornaram-se indispensáveis em virtude da escolarização ter se generalizado como estratégia de reprodução familiar. O consumo de industrializados evidenciaria notadamente a imposição hegemônica daquela forma de produção de mercadorias autonomizada, posto ser produzido por ela[185].

Mais que mera premência de dinheiro para assegurar a realização das novas necessidades emergidas, o que parecia, assim, fundamentar aquele imperativo de fazer "diárias" ou migrar era o exercício da dupla liberdade como alternativa exclusiva de reprodução social. Subjetivada pelo lavrador, a liberdade mencionada aparecia na identificação de uma completa ausência tanto de "ajudas" como de desfavorecimento, relacionável com a desestruturação dos antigos laços de mobilização do trabalho que vinculavam fazendeiros e camponeses regionais. Aparecia ainda como a necessidade do lavrador tornar-se o *sujeito* da sua reprodução, uma vez que passara a personificar a propriedade de mercadorias autonomizadas cuja realização, sobretudo da sua força de trabalho, poderia lhe assegurar a sua sobrevivência e de sua família. Sujeito, todavia, *sujeitado* ao exercício da mobilidade do trabalho como condição necessária daquela reprodução: quando afirmava "fazer o que precisasse", Antônio se referia justamente à necessidade de trabalhar.

O raciocínio sugerido permite evidenciarmos a autonomização da qual resulta a mobilidade do trabalho, portanto, como o próprio fundamento do processo que tornou a monetarização pressuposto da reprodução social. Ante o imperativo de assegurar sua sobrevivência e de sua família necessariamente por meio da realização de mercadorias, sobretudo sua força de trabalho, cuja propriedade ele personifica, o lavrador tem que empregar dinheiro como única possibilidade para reunir os meios de vida que dele se encontram separados. Ou seja, sua reprodução passa, forçosamente, pelo consumo de mercadorias das quais a necessidade tanto faz se é originada a partir do estômago ou da fantasia[186]. Não é, portanto, o consumo, em si mesmo, daquelas novas necessidades que mobiliza o trabalho do lavrador: que sua sobrevivência e de sua família tenha

[185] Como apontamos anteriormente em outra passagem do nosso trabalho, o consumo é apenas corolário "da escolha *já feita* na produção" (Debord, 1997: 14-15, aforismo 6, grifos no original) e como tal teria necessariamente de se tornar consumo de produtos industrializados, numa sociedade que avançara, mesmo retardatariamente ou de maneira não-simultânea, como vimos, em direção ao seu processo nacional de industrialização.

[186] "A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa" (Marx, 1983: 45).

obrigatoriamente que passar por ele apenas revela a autonomização e a mediação da mercadoria que a totaliza como os fundamentos da reprodução social.

Endividado em virtude do período no qual trabalhou, sem ter sucesso, como garimpeiro, Antônio recorreu à migração para o corte de cana, buscando saldar seus compromissos anteriormente contraídos, além de especialmente viabilizar a reprodução familiar de ali em diante. Sua primeira viagem fez no ano de 1982, tendo trabalhado em inúmeras cidades do estado de São Paulo até 1996. Nesse intervalo, o lavrador pode experimentar muitas transformações nas relações de trabalho existentes nos canaviais paulistas. Ele deu destaque para o fato de ter "tirado" suas primeiras safras sem a intermediação dos arregimentadores de força de trabalho que ficaram conhecidos como "gatos". Segundo Antônio, "*nas primeiras vezes que eu fui, fui por conta própria mesmo. Quando chegou numa altura, aí foram os gatos, apareceram os gatos. A gente ia por conta própria assim... A gente ia trabalhar numa usina lá. Eles mandavam o dinheiro para gente pagar as passagens pra viajar e descontava depois, a própria usina. Quando os gatos descobriram ganhar dinheiro nas costas da gente, eles já chegavam aqui, reuniam uma turma: — 'Agora vocês vão lá comigo'. Eles que eram os fiscais, eles que mandavam, pagamento da gente eles é que faziam. Aí já começava a tirar o dinheiro nas costas da gente*".

Para o lavrador, os "gatos" teriam vindo substituir as indicações que antes asseguravam aos migrantes a obtenção de emprego: "*Antes a gente ia assim... Eu já fui sabendo que eu ia ser empregado, né? Porque já tinha ido um colega meu. Aí quando ele chegou, deu a notícia pra mim: — 'Pode ir que o senhor fica'. Porque quem já tinha trabalhado indicava as outras pessoas. Devia ser que nas usinas eles estavam sempre precisando de gente, aí pedia pra os migrantes levarem seus parentes, levarem seus conhecidos. Depois o gato começou a fazer isso, né? Ele entrou no lugar daquelas indicações*". Mas não apenas isso. Eles assumiriam também certas atribuições que anteriormente eram de responsabilidade das próprias usinas, como o adiantamento das passagens e o seu desconto posterior, para retomarmos o exemplo que apareceu no apontamento de Antônio, entre outras, relacionadas com momentos da reprodução dos migrantes que não eram garantidos diretamente por aquelas empresas, devendo ser consumidos com o salário recebido no mercado, no qual os lavradores se inseriam intermediados por "gatos" cujos negócios muitas vezes passavam não apenas pela arregimentação de trabalhadores como também pelo envolvimento em monopólios comerciais: *"Mas ele não só indicava. Ele se responsabilizava pela turma. A turma era dele,*

*né? Ele que montava a turma, fazia os adiantamentos pro pessoal viajar, os nossos pagamentos. Chegando lá, alugava a casa pro pessoal, né? Eu não sei se a casa era dele. Mas ele conhecia quem tinha as casas e como a gente não conhecia ninguém naquelas cidades, né? Ele já dava a garantia por nós pro dono da casa, de que a gente ia pagar o aluguel. Ia com a gente lá no supermercado e falava: — 'Tão morando comigo' e abria a conta ali pra gente, aí a gente ia pegando ali as coisas que precisava, quando a gente ganhava o dinheiro, a gente já acertava com eles. O gato devia de ganhar alguma coisa em cima por arrumar a gente assim pra alugar casa e pra consumir no supermercado daquele pessoal. Porque como a gente ainda não tinha recebido, precisava da conta, não podia comprar em outro lugar, né? Aí comprava ali, naquela venda em que o gato leva nós. Comprava tudo, comprava o fogão, quando não tinha o fogão de lenha, comprava as vasilhas, panelas, prato, tudo. Fazia a despesa lá*".

De acordo com o seu depoimento, Antônio experimentou também muitas transformações nas condições de trabalho e no acesso aos direitos no intervalo em que trabalhou como cortador de cana: "*No começo, mesmo depois que entraram os gatos, eu trabalhei muitos anos sem ter a carteira assinada. Como a gente não trabalhava com a carteira assinada, a gente não tinha direito nenhum, não tinha décimo terceiro, seguro desemprego. Depois veio isso tudo, né? Depois vieram direitos, a comida melhorou, tinha lugares que eles davam a comida, né? Porque antes a gente fazia marmita, levantava três horas pra cozinhar, fazia marmita. Cinco e meia o caminhão parava ali, a gente subia na carroceria do caminhão, ia pra roça, de tarde chegava e ia cozinhar de novo. Nem pensão a gente chamava, a gente chamava 'queimar lata': — 'Como é que o senhor está trabalhando no estado de São Paulo? — 'Estou queimando a lata'. Mas o trabalho foi ficando mais puxado também. Para você ganhar alguma coisa tinha que trabalhar mais, porque eles pagam por produção, né? Toda vida eles pagam a cana por produção. E as usinas não queriam mais saber dos que cortavam pouca cana, não. Queria aqueles que dessem rendimento. Mas ao mesmo tempo eles iam colocando várias exigências pra você não conseguir trabalhar muito, pra o serviço render menos, pra eu ganhar mais pouco. Leirar mais a cana, fazer o ponteiro*[187]*, empilhar assim, assado*".

[187] "Cada trabalhador da turma recebe, no talhão, sua área para cortar: o eito. Cada eito possui cinco linha de cana plantada. Primeiramente, ele corta a linha central. A cana tem que ser cortada rente ao solo, não é permitido deixar toco de cana. Se ficar toco, o cortador fica sujeito a advertência, gancho ou demissão. Sobre essa linha central, vai arrumando a cana cortada de todas as demais linhas. Esse procedimento se chama forma a *leira*; então, vai-se enleirando a cana. Depois de cortar uma certa distância na linha central, ele volta, cortando a cana das outras linhas, as laterais. Depois da cana enleirada no chão, cortam a ponteira da cana. Essa ponteira é

A intensidade do trabalho, resultante do fato da remuneração ser realizada por produção, segundo o lavrador, era tão grande a ponto de desencadear mal estares físicos recorrentes entre os cortadores de cana, além de inúmeras doenças e outros tipos de debilidade: "*Dava uma câimbra. A gente chama ela de 'canguari'. Isso acontecia pelo seguinte. Quando a pessoa... Que a pessoa, como ela trabalha por produção, a pessoa sai daqui e chega lá a fim de ganhar o dinheiro, então o esforço da pessoa... A pessoa ela já estava cansada, né? Aí quando corria no fim do dia pra terminar o eito ou pra igualar, né? Porque tinha gente que passava levando umas fileiras de cana e deixando as outras pra pegar depois. Quando voltava assim pra levar o 'telefone', que aquelas fileiras de cana que deixou pra trás a gente falava o 'telefone', porque enquanto não tirava o telefone eles não mediam, né? O esforço que a gente ia fazendo pra dar conta daquilo ali. A gente cansava, Aí dava o canguari, câimbra no corpo todo, pra tudo quanto é lado. Isso era horrível demais. [...] [Além disso], muita gente se machucava no corte de cana, né? É um serviço muito perigoso, você trabalhando no facão direto, tem cobra, outros bichos no canavial. Mas o pessoal feria mesmo da coluna. Muita gente ficou com a coluna ruim, os braços, porque esforçava demais. Nunca mais sara, a pessoal fica machucada mesmo. Conheço gente que 'encostou' por causa disso aí*".

O lavrador argumentou ter parado de recorrer ao trabalho no corte de cana em decorrência do cansaço físico adquirido com o aumento da sua idade e como uma consequência do intervalo de mais de dez anos em que "tirou safras" de modo quase ininterrupto. Como o cansaço diminuiu muito sua produtividade, Antônio julgava que a migração para o trabalho no corte de cana teria deixado de "compensar" para ele. Contextualizou, ainda assim, o que acreditava ser uma ampliação geral de algumas dificuldades naquele setor motivadas sobretudo pela mecanização, com o que indicou questões semelhantes com aquelas que apareceram anteriormente nos apontamentos de Domingos e Rufino: "*Olha, teve uma época, foi mais ou menos... Eu não sei falar assim a data mesmo, mas quando eu comecei a cortar a cana, eu não tinha treino, então eu não rendia tanto. Quando passou de umas três safras em diante, aí eu já comecei a render bem mais. Aí eu ganhei mais dinheiro, né? Nessa época. Mas quando foi chegando o peso da idade também, depois de tantos anos tirando safra a gente vai ficando mais cansado, né? Muito mais cansado. Aí eu fui diminuindo a minha produção também. Quando eu cortei menos cana de todas as vezes foi em 96, em Mato Grosso. Aí eu olhei pra aquilo e falei: —*

eliminada, não tem sacarose, é considerada impureza no processamento industrial. Assim terminam as sequências do trabalho necessário para cortar a cana" (Alves e Novais, 2014: 113-114).

*'Isso num tá mais compensando pra mim, não. Eu esforçar tanto, cansado do jeito que eu estou. Ficar longe da minha família. Correndo o risco de ficar doente, de poder ficar aleijado, pra ganhar quase que só o valor da 'diária', que era o tipo de um piso que se pagava pra quem tirava pouca produção. Isso não tá compensando mais não'. Tenho que arranjar um jeito de me virar por lá, eu pensava. [...] Mas hoje parece que corte de cana piorou muito. Não só para o pessoal mais velho, mas para quem é jovem também. Esses meninos tudo dizem que sim. Tem hora que volta umas turmas deles que foram e não aguentaram ficar ou porque tem problema com a usina, alguma coisa que está errada, quando eles descumprem combinado, né? Ou porque está muito puxado mesmo. Porque antigamente, toda vida eles estimulavam muito a competição entre nós que éramos cortadores, né? Para os campeões sempre tinham prêmios enquanto tinha outros que acabavam tendo que vir embora porque o que ganhava num dava nem pra pagar a alimentação e o aluguel. Mas hoje em dia a competição já é com a máquina, né? É com ela que você tem que competir. E você compete na desvantagem, né? Porque o terreno mais plano vai pra máquina, aquela cana empezinha vai pra máquina e pra você sobra a cana rolo*[188]*, do pior tipo, daquela que você trabalha pra não receber*".

Os breves apontamentos referentes à sua experiência como cortador de cana que destacamos da narrativa de Antônio tematizam discussões consagradas pela literatura dedicada às condições de vida e relações de trabalho nas quais se reproduzem os trabalhadores do chamado agronegócio no Brasil: o processo de arregimentação dos trabalhadores, seu limitado acesso a direitos trabalhistas e a condições salubres de alimentação, alojamento, repouso e trabalho, o salário por produção, o aumento da produtividade mediante a intensificação do trabalho e o adoecimento decorrente dessa situação, além da mecanização das lavouras e suas consequências para a parcela dos

[188] Em apontamentos de cortadores de cana apresentados na *Análise Coletiva do Trabalho dos Cortadores de Cana da região de Araraquara (São Paulo)*, realizada pela FUNDACENTRO no ano de 2008, a descrição de algumas variedades de cana existentes e da dificuldade implicada no corte de cana uma delas: "– *Se for uma cana reta, é igual uma velinha, é uma atrás da outra... A gente abraça... Eu abraço seis, sete canas se não for muito pesado, bato no pé dela. Dou às vezes cinco, seis facãozada e corta. Aí eu pego, jogo no monte e continuo*. – Qual outro tipo de cana que tem? – *Tem cana caída... ela cai uma em cima da outra... – Tem umas que nem se sabe qual é o pé e qual é a ponta...* – Como se chama isso? – *Cana rolo. – A rolo não é bom. Porque tem rolo enraizada embaixo. Agora tem a rolo de pé... – Tem muita cana velha que você pega uma cana, você puxa, você não acredita, ela dá uns cinco, seis metros... Para você cortar essa cana, você não corta de uma vez e joga no monte; às vezes você corta quatro, cinco vezes a mesma cana; é porque ela entra no meio das outras ruas, então tem que picar... Se você tinha que cortar naquele eito 500 metros, a tendência é você diminuir muito, porque você atrapalha o serviço. – Outra vez, mesmo que ela caia toda para um lado, como ela fica velha, aí começa a chover, ela pega contato com o solo e a chuva... ela brota... Então, além de você cortar o pé, ela fica enraizada no chão... Então você faz uma força maior, porque você tem que cortar a cana e tirar ela da terra, tirar as raízes e muitas vezes você tem que cortar ela mais de uma vez... Então ela rende menos...*" (Ferreira *et al*., 2008: 20).

trabalhadores que continua mobilizada no corte manual[189]. Nos limites do escopo desse trabalho não poderíamos deixar de indicá-los, o que realizamos, não obstante, sem pretendermos uma problematização aprofundada das questões que suscitam. Tais apontamentos nos permitem, ainda assim, dar a conhecer algumas mudanças em curso nas relações de trabalho experimentadas pelos chamados "camponeses-migrantes", como igualmente nos possibilitaram fazer comentários anteriormente indicados de Domingos, Marciano e Rufino. Como vimos anteriormente, mudanças como essas poderiam ser consideradas indicativos da reposição de formas da chamada "acumulação por espoliação" (Harvey, 2004) no processo de modernização, a revelar seu caráter não efetivamente homogeneizador, de um ponto de vista. Mas sugerimos ainda tomá-las em conta da perspectiva da relação fundamental que sua reprodução estabelece com a mediação da mercadoria, exigindo a crítica daquela forma social, de maneira a possibilitar uma problematização das análises que definem o papel assumido pela inserção das formas mencionadas nas condições críticas de reprodução do capital em função do caráter supostamente externo das mesmas.

Além disso, tais apontamentos nos permitem acessar a maneira como as referidas transformações informaram a trajetória experimentada por Antônio no exercício da mobilidade do seu trabalho, na medida em que foram apresentados como aspectos determinantes da sua inserção no mundo da migração e do assalariamento. Contudo, a avaliação do lavrador de que o trabalho como safrista nos canaviais teria deixado de "compensar" não foi a única a informar sua decisão de parar de migrar, possibilitada especialmente por outras alternativas de trabalho que se estabeleceram para o mesmo, inclusive sua atuação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçuaí. Isso porque, segundo o lavrador, conseguir a sua sobrevivência e da sua família trabalhando exclusivamente na condição de lavrador não teria sido possível no momento em que ele

[189] Um exemplo atual síntese da discussão dessas questões pode ser encontrado em Alves e Novais (2014), brevemente descrito abaixo na introdução que abre o livro no qual o artigo foi publicado: "Tendo como base empírica os empreendimentos canavieiros no interior de São Paulo, [o trabalho] 'Precarização e pagamento por produção: a lógica do trabalho na agroindústria canavieira' trata do aumento da produtividade do trabalho, via aumento da sua intensidade (aumento da extração da mais-valia absoluta), isto é, crescimento da quantidade de cana cortada por trabalhador sem que haja inovação tecnológica nos instrumentos de trabalho, na situação específica do corte manual de cana-de-açúcar. Os autores [Francisco Alves e José Roberto Novais] constatam como essa situação leva os autores ao limite da capacidade física, ocasionando casos de doenças e mortes por excesso de trabalho e a existência de 'trabalho degradante e escravo' nos canaviais. Demonstram que há uma convivência entre o corte mecanizado e a intensificação do trabalho no corte manual da cana, discutindo modalidades de recrutamento, de gestão de mão de obra e de remuneração do trabalho" (Figueira *et al*., 2014: 23). Para maior conhecimento acerca do debate podem ser consultados também, exemplos em meio a uma bibliografia vastíssima, os consagrados estudos de Alves (1991) e Moraes Silva (1999), além das pesquisas bastante recentes produzidas por Alves (2008 e 2006), Reis (2012) e Moraes Silva *et al*. (2014).

deixou de ser trabalhador canavieiro: "*O que eu via é que não dava pra alguém poder sobreviver só com a lavoura. A pessoa tinha que ter um 'bico' de qualquer outra coisa, só com lavoura não dava. Quando o sujeito se decidia parar de sair pra fora tinha que arranjar alguma outra alternativa. Eu vejo isso, em geral... Uns tiveram que... Uns inventaram um negocinho, outros colocaram uma banquinha aqui no mercado mesmo. Mas não dava, não, pra viver só da lavoura. Dizer: "essa lavoura está dando pra mim comer, vestir e tomar meu remédio. Não dava, não. A pessoa tinha que arrumar um 'bico' ou uma empreitada, qualquer outra coisa para ajudar. Faz bem tempo que veio desse jeito, desde quando começou a migração era desse jeito. Porque, às vezes, tem ano que chove bastante, mas aquele ano a gente tem outra desvantagem. No ano em que chove bastante, que a pessoa colhe, para ele trazer para o mercado o preço das coisas vai lá pra baixo. No ano que não dá na região, que tudo o que você encontra no mercado vem de fora, não tem nada da região e aí a gente tem que comprar, o preço vai lá em cima. Quando a gente tem que vender não tem preço, quando a gente tem que comprar o preço está alto*".

A impossibilidade ou dificuldade de se reproduzir apenas como lavrador era representada por Antônio de duas maneiras algo diferentes, mas que apareciam, todavia, fundidas no seu apontamento. Inicialmente, ele distinguia a necessidade de possuir algum trabalho alternativo uma vez que não seria possível, segundo seu entendimento, "sobreviver só com a lavoura". Figurava, contudo, em meio aos referidos "bicos" e "negocinhos" que poderiam concorrer de maneira a proporcionar a sobrevivência, a possibilidade de "colocar uma banquinha aqui no mercado mesmo". A depender da perspectiva, essa "banquinha", se servisse apenas para a comercialização da produção familiar, poderia ser tomada simplesmente como um momento integrante da própria reprodução camponesa que, como vimos, foi pensada conjugando obtenção direta da subsistência e venda das chamadas "sobras" com vistas à auferição de rendimentos monetários. Nesse sentido, aquela possibilidade não se constituiria efetivamente como ocupação alternativa a uma reprodução na condição de lavrador.

Sem embargo, poderíamos reconhecer na distinção feita por Antônio entre as condições de sobrevivência obtidas "só com a lavoura" e aquelas incrementadas pela possibilidade de "colocar uma banquinha aqui no mercado" um modo de representar o processo de autonomização experimentado com a modernização das antigas relações regionais de produção. Hoje não seria possível para o mesmo dizer que a lavoura era suficiente "pra mim comer, vestir e tomar meu remédio", mas, considerada a noção de "lavoura" num sentido mais amplo, Antônio já teria se reproduzido nessa condição,

alimentando-se sobretudo, como vimos, com meios de vida produzidos nos roçados, utilizando "medicinas" obtidas "nos matos" e outros recursos empregados na fabricação artesanal de vestimentas, mantas e cobertas. Desse ponto de vista, encontraríamos uma diferenciação entre duas condições de reprodução camponesa a partir da qual poderíamos compreender a separação sugerida pelo lavrador.

Na sequência, todavia, Antônio se referia novamente à necessidade de realizar "empreitadas", "bicos" ou "qualquer outra coisa para ajudar", visto que as condições de comercialização da produção camponesa existentes pareciam não ser suficientes para possibilitar a sobrevivência, sobretudo em razão dos preços obtidos durante a safra serem baixos demais frente à necessidade de rendimentos. Nesse apontamento, o problema mencionado pelo lavrador diferia daquele comentado acima. Não se tratava mais da inviabilidade de se reproduzir *diretamente* por meio da "lavoura" em sentido amplo, considerados aqui a comida, as roupas e os remédios antes produzidos por Antônio conjuntamente com sua mãe, mas, diferentemente, da impossibilidade mesma de obter dinheiro que garantisse o consumo dos mesmos. Ou seja, tratava-se de uma forma de reprodução social já completamente autonomizada e monetarizada na qual os lavradores inseriam-se, ainda que precariamente.

Com o passar dos anos, essas condições deterioradas de reprodução social autonomizada na condição de lavradores não teriam se modificado inteiramente, embora Antônio destacasse o papel assumido por inúmeros programas estatais, alguns mais diretamente relacionados com a dita "agricultura familiar" e outros de caráter mais emergencial, justificados nos termos daquilo que se convencionou chamar "combate à pobreza e à fome"[190]. Nas palavras do lavrador, "*A coisa começou a mudar de primeiro*

[190] Uma discussão acerca da forma de estruturação e o caráter das políticas estatais, também chamadas de "políticas públicas", ultrapassa o escopo do nosso trabalho. Cabe dizer, ainda assim, pois tal entrada nos permitirá estabelecer uma apreensão crítica desse campo de debate e disputa, que determinadas perspectivas presentes no mesmo reivindicam uma distinção entre políticas de orientação estritamente "assistencial", que se voltariam nomeadamente a dar condições de sobrevivência material para famílias destituídas e extremamente pobres, de outras, entre cujas intenções estaria também a produção de efeitos políticos e morais relacionados com a construção de uma suposta *autonomia individual*. Abordagens como a que ficou conhecida como *capability approach*, desenvolvida por Amartya Sen (2000 e 2011) e Martha Nussbaum (2004 e 2011), organizam uma parte dessa discussão. Um exemplo da referida perspectiva encontramos no trabalho desenvolvido por Rego e Pinzani (2013) sobre os impactos do Programa Bolsa Família no Brasil. Segundo esses autores, "o fato, como disse Simmel, [da grande maioria das famílias pesquisadas] se transformarem graças à renda monetária em *pessoas determinadas* remete a configurações problemáticas paradoxais. Por exemplo, a renda permite no mesmo movimento a despersonalização dos sujeitos, como também sua individualização. A personalidade se torna mero veículo de certa função (consumidor, por exemplo); nessa medida, a personalidade é tão indiferente como a de um hóspede em quarto de hotel (Simmel, 1977: 354). Contraditoriamente, essa indiferença liberta a personalidade de vínculos tradicionais ligados a restrições da liberdade de movimentos e da liberdade de ocupação; portanto, permite algo semelhante ao gozo de alguns direitos civis. A relação de domínio pessoal abriga, quase inevitavelmente, controle sobre desejos íntimos e sentimentos pessoais e limita o âmbito de

*quando o pessoal tudo começaram a ter aposentadoria por aqui, que o sindicato faz, né? Olha, aí a pessoa tem aposentadoria, ela já tem um salário, né? Aí voltando atrás, no diarista, por exemplo, se eu não tinha aposentadoria, eu tinha que trabalhar 'a dia' pra mim ganhar um salário, né? Se eu já tenho aquela aposentadoria, vai servir pra mim comprar minha alimentação e os dias que eu ia trabalhar para o outro eu já vou colocar na minha lavoura. Mas depois ainda foi melhorando mais, não é mesmo? Porque aí mesmo para aqueles outros que não tinham aposentadoria ou muitas vezes só um na família era aposentado, pra ter que 'levar' todos os outros, começaram a receber uma Bolsa Família, antes uma Bolsa Escola, tinha. Aí já ajuda mais pra gente, pra gente ter as condições de fazermos as plantações da gente. Agora teve também essa Bolsa Estiagem. Quem entrega para o Compra Direta também.... Fica com retorno garantido e já ajuda na hora que vai pegar o PRONAF, né? Pra quem não é aposentado nem nada. Com certeza essas coisas todas têm segurado demais a migração. Isso não parou de todo a migração, mas minimizou bem ela. Porque aqui a gente tinha uma migração forçada, né? O pai de família não tinha*

---

ação dos sujeitos ao ponto de destituí-los de capacidade funcionais e, mais ainda, de individualidade, entendendo-se aqui uma individualidade dotada de certa autonomia. Logo, as formas dessa dominação assumiam e assumem muitas facetas, inclusive aquela faceta que Marx chamou de coerção extraeconômica. Nesse sentido, a renda liberta a pessoa de relações privadas opressoras e de controles pessoais sobre sua intimidade, pois a conforma em uma função social determinada, permitindo-lhe mais movimentação e, portanto, novas experiências. No caso das pessoas muito pobres, pode até acontecer que tais experiências se revelem portadoras de outro tipo de sofrimento social, vividos, contudo, desfrutando-se de mais liberdade pessoal, mesmo que seja a liberdade de 'vender a própria pele'" (Rego e Pinzani, 2013: 191). Embora reconheçamos pertinência no discernimento entre políticas estatais de orientações distintas, na medida em que cada uma delas exigir-nos-ia críticas com matizes diferenciadas, cabe apontarmos os limites de uma problemática que se deixa ficar restrita ao campo no qual apenas se disputa os recursos mobilizados pelo Estado, buscando-se estritamente pautar a orientação assumida por sua intervenção. Fazendo isso, ainda que os autores mencionados reivindiquem as reflexões formuladas por Georg Simmel, a teoria crítica frankfurtiana e, até mesmo, o tratamento conferido por Marx ao dinheiro como fundamentos de suas análises (cf. Rego e Pinzani, 2013: 15), os mesmos acabam aceitando, como pode ser notado no excerto que trouxemos acima, o processo de autonomização e a dupla liberdade que ele engendra como uma espécie de "mal menor" ante a missão civilizatória que as chamadas relações propriamente capitalista de produção teriam de libertar sujeitos da antiga sujeição pessoal dando-os condições plenas de exercício da sua suposta "subjetividade" mediante relações monetarizadas, a chamada autonomia individual, ainda que essa liberdade implique na necessidade imanente à reprodução daquelas relações de ter que "vender a própria pele", como eles mesmos reconhecem. Essa abordagem poderia ser criticada em diferentes aspectos, segundo o ponto de vista que viemos desenvolvendo em nosso trabalho. Somente para mencionarmos alguns deles, apontamos o fato da mesma corroborar com a perspectiva modernizadora que encontra a causa dos conflitos sociais na falta do desenvolvimento capitalista e da intervenção estatal, sem considerá-los produtos da sua própria realização. Que a "falta de dinheiro" tenha se tornado um problema social apenas indicaria, portanto, do nosso ponto de vista, a efetiva inserção das comunidades e famílias investigadas pelos autores, inclusive no Vale do Jequitinhonha (cf. Rego e Pinzani, 2013: cap. 3), numa sociedade totalmente monetarizada, ainda que tivesse se tornado, para utilizamos uma expressão de Robert Kurz (2002), *sujeitos monetarizados sem dinheiro*. Apontamos também o fato daquela abordagem aceitar os limites restritos da violência econômica como possibilidade de exercício de uma "subjetividade" que teria de se conformar ao consumo e à necessidade de se mediar reificada e espetacularizadamente como sua condição. Por fim, mas não em último lugar, apontamos o fato de a mesma declinar ante a necessidade de crítica das relações capitalistas enquanto totalidade social cujo processo de autonomização autoriza a perspectiva de que seria possível realizar-se autonomamente em fragmentos de socialização que, não obstante, se encontram fetichistamente enredados naquela forma de reprodução total.

*outras fontes de renda pra sobreviver que não fosse sair pra fora. Deve ter reduzido uns 30%, porque também piorou pra conseguir se ajeitar em São Paulo, né? Como eu estava antes falando pra vocês*".

Segundo Antônio, a aposentadoria e os programas estatais assegurariam que os lavradores, não tendo mais que trabalhar "a dia" para comprar a sua "alimentação", "colocassem" os períodos que despenderiam empregados por outros em seus próprios roçados. Num certo sentido, colaboravam, portanto, para que os mesmos lograssem se reproduzir como lavradores, dando-os condições para que contornassem qualquer "descapricho" com suas próprias roças, decorrente da necessidade de terem que ser empregados por outrem. Mas como lavradores cuja "alimentação", ou seja, cuja sobrevivência familiar estaria minimamente garantida com recursos advindos de aposentadorias e programas estatais. Nesse sentido, esses últimos contribuíam para a reprodução dos lavradores, mas essa apenas podia ocorrer, sem embargo, negando determinados conteúdos sociais daquela condição e realizando-os sobretudo como consumidores de industrializados superproduzidos na forma de produção de mercadorias tornada hegemônica no processo de autonomização.

Isso quer dizer que o acesso à terra e a disponibilidade de "dias" para serem empregados na produção das suas próprias lavouras não estabeleceriam enquanto continuidade de um processo de trabalho na terra os *lavradores*, mas, diferentemente, permitiram aos mesmos, sobretudo conjugados a aposentadorias e programas estatais, reproduzirem-se noutra condição, de *lavradores-consumidores*, parte fundamental na realização dos resultados da modernização nacional instituída. Com o processo de autonomização ruíram, como vimos, as condições para que os lavradores pudessem sobreviver diretamente a partir da "lavoura", entendida em sentido amplo e como um momento da reprodução das relações sociais de produção que possibilitaram a territorialização regional do capital. Como indicativos do caráter crítico do processo de reprodução social estabelecido, as novas alternativas de sobrevivência mediadas autonomizadamente, não obstante, também se deteriorariam progressivamente: tanto as condições de comercialização da produção agrícola como as de realização dos lavradores enquanto trabalhadores assalariados. Nesse contexto, os programas estatais de acesso ao dinheiro, numa sociedade completamente monetarizada, possibilitariam, afinal, a sobrevivência dos lavradores. Mas não simplesmente isso. A reprodução dos mesmos enquanto lavradores-consumidores teria como seu sentido viabilizar, ultrapassando completamente o domínio circunscrito da sobrevivência familiar, uma possibilidade

necessária de realização das mercadorias industrializadas, cuja superprodução também indicaria o caráter crítico do atual processo de reprodução social.

Mesmo havendo se "*modernizado as coisas das quais se tinha precisão*" num processo que atingia as próprias relações a partir das quais aquelas necessidades se estabeleciam; mesmo se tornando imperativa a obtenção de renda monetária; e mesmo havendo se instituído aposentadorias e programas estatais como possibilidades críticas de reprodução dos lavradores enquanto consumidores de mercadorias industriais superproduzidas, Antônio sugeria que aqueles recursos assegurariam "*a gente ter as condições de fazermos as nossas plantações*". Ana Cristina Mota Silva (2008 e 2009), investigando condições atuais de reprodução dos lavradores em comunidades rurais no município de Itapipoca, no estado do Ceará, encontrou situação semelhante àquela apresentada por Antônio, caracterizando as referidas plantações por serem destinadas sobretudo para "comer verde", com o que a autora mobilizava conceitualmente uma expressão comumente utilizada também pelo campesinato no Vale do Jequitinhonha. Mantidos para "comer verde", o produto daqueles quintais e roçados seria destinado estritamente para consumo doméstico sem ser integrado na reprodução do conjunto da produção existente na unidade familiar camponesa. O sentido da expressão pode ser apreendido nos casos em que uma roça de milho, por exemplo, se presta quase que exclusivamente para a preparação de pratos culinários nos períodos de colheita daquele produto ainda verde, sem assegurar a manutenção das criações, cuja "engorda" fica dependendo da compra de milho inteiro ou triturado para ração em lojas de produtos agropecuários existentes nos centros urbanos locais. Assim, segundo a autora, embora o produto daquelas lavouras para "comer verde" possa ser percebido como momento da subsistência dos lavradores, o mesmo não chegaria a se realizar efetivamente enquanto "Produção – da terra e do roçado para a reprodução social de um trabalho familiar" (Mota Silva, 2009: 2).

A negação dos conteúdos sociais da condição de lavrador aparecia ainda noutros momentos da apresentação feita por Antônio das atuais alternativas de sobrevivência existentes para os mesmos. Não seria por mera simplificação que o lavrador não teria diferenciado o papel de programas estatais cujo objetivo seria oferecer condições de reprodução para a produção agrícola, como PRONAF e Programa Compra Direta, para ficarmos com os exemplos mencionados por Antônio, daquele desempenhado pelos programas de caráter mais emergencial, como dissemos anteriormente, justificados nos termos daquilo que se convencionou denominar "combate à pobreza e à fome", como o

Programa Bolsa Família[191]. O modo como o lavrador apresentou essas alternativas de obtenção de rendimentos poderia ser interpretado como decorrência de uma efetiva indiferenciação, de certo ponto de vista, da forma como ambos os tipos de programa engajavam-se na sobrevivência familiar, embora à primeira vista parecessem bastante diferenciados. As condições de reprodução advindas do recebimento de benefícios do Programa Bolsa Família reiterariam o papel de consumidor daqueles lavradores: renda monetária para incrementar a sobrevivência assegurando a aquisição de meios de vida necessários às famílias. Diferentemente, aquelas advindas, por exemplo, da obtenção de crédito agrícola junto ao PRONAF, proporcionariam a reprodução dos mesmos como lavradores: a produção agrícola e a sua comercialização seriam as fontes tanto da sobrevivência familiar, como do pagamento do empréstimo.

Sem embargo, em diversos depoimentos discutidos foram feitas menções à possibilidade do pagamento dos créditos do PRONAF ser realizado, por exemplo, com recursos advindos do trabalho assalariado ou da aposentadoria, não implicando necessariamente na produção agrícola e na sua comercialização como pressupostos da reprodução dos lavradores. E mesmo nos casos como o referido por Antônio em que o pagamento do PRONAF poderia ser possibilitado pelo fornecimento da produção ao Programa Compra Direta, implicando, portanto, efetivamente na produção agrícola, os termos da sua *realização* teriam que ser mais bem problematizados: o Estado oferece financiamento para uma produção cuja realização, isto é, a comercialização, depende decisivamente do próprio Estado para que se torne possível o retorno do investimento realizado e o pagamento do crédito. Isso para mencionarmos apenas o problema da comercialização, sem contar os subsídios que permitem amortizar o retorno que seria necessário para quitação dos juros. Assim, também as condições de sobrevivência proporcionadas pelo crédito agrícola obtido junto ao PRONAF, trazido como exemplo, efetivar-se-iam reiterando a negação de

[191] O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza e foi criado pelo Governo Federal no ano de 2003 para unificar ao Programa Fome Zero outros programas anteriormente existentes, como o Bolsa Escola, o Auxílio Gás, o Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação. O foco do programa são famílias com renda *per capta* inferior a R$ 77 mensais e o mesmo afirma estar baseado na promoção do alívio imediato da pobreza por meio da garantia de renda, na inclusão por meio de ações e programas complementares que buscam dar as famílias condições para que consigam superar sua situação de vulnerabilidade e na condicionalidade da escolarização e vacinação como meio para reforçar o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Os beneficiários do programa são preferencialmente mulheres e o valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda, tendo as menores parcelas, atualmente, o valor de R$ 32. Para ter acesso ao benefício é necessário registrar-se no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CAD ÚNICO), instrumento de coleta e gestão de dados cujo objetivo é identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil. Com base nesses dados são selecionadas de maneira automatizada as família beneficiadas pelo programa (cf. "Informações sobre o Programa". *Programa Bolsa Família*. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 21 novembro 2014).

determinados conteúdos sociais da reprodução camponesa, enquanto contraditoriamente afirmariam a mesma, mas unicamente em uma relação necessária estabelecida com o Estado e suas práticas territoriais que asseguram atualmente o processo de territorialização do capital.

Não se trata aqui de realizarmos, de maneira nenhuma, qualquer juízo sobre a adequação das formas de utilização ou pagamento dos empréstimos tomados junto ao programa de crédito mencionado, nem, tampouco, de sugerirmos qualquer apologia de determinado tipo de programas em detrimento de outros. Trata-se, diferentemente de apontarmos que as condições de sobrevivência viabilizadas pelos mesmos, embora proporcionando, nos termos sugeridos pelo próprio Antônio, alternativas ao trabalho assalariado em "bicos" e "empreitadas" ou à migração temporária, realizam-se necessariamente de maneira a reiterar uma forma autonomizada de reprodução social generalizada, em que os lavradores figuram, como vimos, enquanto consumidores e trabalhadores mobilizados.

E dizemos trabalhadores mobilizados, mais que simplesmente lavradores-consumidores, porque, embora a produção camponesa deva ser considerada na relação necessária que sua reprodução estabelece com o Estado, não podendo ser entendida simplesmente, portanto, propriamente enquanto *produção*, para tomarmos os termos sugeridos por Mota Silva (2008), não podemos ignorar que nela trabalhadores são mobilizados e realizam sua mobilidade. Não apenas, como havíamos mencionado até o momento, mediando sua reprodução necessariamente pela forma-mercadoria, como vendedores de produtos agrícolas no mercado, mas também mediante o emprego dos rendimentos monetários viabilizados por aposentadorias e programas estatais. Assim, conquanto a realização da produção agrícola dependa nalgumas situações dos recursos estatais, o dinheiro das aposentadorias, das bolsas ou obtido na forma de crédito proporcionam, por exemplo, a contratação de camaradas que, como vimos tornam-se fundamentais para a continuidade da produção agrícola nomeadamente quando a maior parcela dos filhos migrou restando apenas um casal de idosos a reproduzir a unidade camponesa familiar.

As transformações ocorridas nas condições de sobrevivência existentes nas comunidades rurais de Araçuaí e a maneira como se desdobraram contraditoriamente possibilitando, mas também negando, os conteúdos sociais da condição de lavrador apareceram também na narrativa de Lina Lúcia[192], moradora da Vargem de João Alves,

[192] Lina tem 51 anos. LINA LÚCIA. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

município de Araçuaí. A lavradora nasceu na comunidade de Banco Setúbal, nas proximidades de João Alves. Morava com seus pais numa parte das terras que haviam pertencido ao seu avô paterno. Naquele caso, contudo, a herança passara a apenas alguns filhos e mediante a compra: "*A terra era do meu avô. Ela inteira que era, né? Depois meu avô vendeu pros dois filhos que ficou, né? Porque os outros filhos dele foram tudo embora, pra modo de possear no Paraná. Como não dava pra ficar todos mesmo, aí achou mais justo vender pros que num queriam sair, né? Aí todos os irmãos ficaram igual, né? E o velho conseguiu ir lá fazer as coisinhas dele. Ele mesmo foi embora também. E veio cá só pra vender a terra, pra pai, mais tio Tinito. Então, a terra que nós morava era nossa mesmo*".

Apesar de serem da família, as terras compradas do avô de Lina eram todavia insuficientes para a reprodução familiar. Por isso, plantavam "na meia" na fazenda do seu padrinho. Criador de gado, entre as "obrigações" impostas por aquele fazendeiro se alternavam metade da produção obtida com a lavoura e formação de pastagens após a colheita: "*Porque a terra era pouca, nós plantava na meia nas terras de meu padrinho, Antônio Guedes. Pai criou nós tirando o sustento daquelas terras de Antônio Guedes. Às vezes ele dava nós na meia, outras, era só plantar o capim pra ele. Ele tinha a vida mais folgada e como a família era pequena colocava muito as terras, assim, pra o pessoal trabalhar na meia. Nós plantava amendoim, colhia muito amendoim naquele tabuleiro dele, lá. O amendoim a gente vendia, agora os outros não. Arroz vendia um pouco, mas só quando precisava de coisa... Aí tinha que desinteirar do gasto, né? Eu mesma vendi um bocado de arroz quando eu casei. Agora o amendoim, plantava todo ano pra vender. Horta também, né?*".

O dinheiro obtido com a comercialização se prestava, como na maioria dos casos discutidos, a proporcionar os recursos necessários para aquilo que não era produzido diretamente, num consumo ainda limitado, naquele momento, a certa variedade de mercadorias produzidas em comunidades ou cidades vizinhas. Por trabalharem a meia, contudo, tal renda tinha que ser frequentemente complementada por "diárias" e outras "empreitadas" realizadas pelo pai. Para Lina, o recurso a tais formas de obtenção de rendimentos monetários teria se intensificado ainda mais, sem embargo, ante certa indisposição daquele fazendeiro com a continuidade da cessão das terras em regime de parceria: "*Nós levava essas coisas na feira caminhando, antigamente. A gente não tinha relógio nessas épocas e sabia o horário por causa que o galo cantava onze horas. Quando era uma três da madrugada, saia. Aí vendia alguma coisa e com o dinheiro que entrava, comprava, né? Comprava o que faltava. Vamos supor... Igual feijão... Nós nunca colhia*

*feijão pra passar o ano todo. Aí vendia cebola, laranja, pra comprar o feijão. Comprava o café também, que pai gostava, mas só saía nas matas. Mas vira e mexe isso não alcançava, né? Não alcançava pra precisão da gente, da família. Aí pai usava pegar empreita. Às vezes ele pegava empreita, mas a maioria ele trabalhava a dia. Era uns oito, cinco reais... Cinco contos... Na época não era reais. Que o dinheiro mudou, a moeda mudou, mudou tudo, né? De vez em quando eu falo que era mais fácil antigamente, ninguém comprava as coisas que a gente compra, né? Igual pra lavar roupa, ninguém usava sabão em pó. Hoje em dia se num tem o sabão comprado, ninguém lava roupa, né? Era o sabão de cinza. Usava areia pra arear, né? [...] Então plantava era na meia. Mas depois ninguém queria mais... Nem os Guedes queriam mais dar a terra em parceria, porque tinha coisa... Já queria vender as terras... Eu não sei... Parecia que tinha gente interessada... Isso se falava muito por aqui: quem comprava terra queria ela 'limpa'. 'Limpa', assim... Sem ninguém, né? Morador, meeiro... 'Limpa' é sem nenhum trabalhador, né? Aí pai pegou muita 'empreitada' nessa época pra poder dar sustento a nós, pros que faltavam terminar de crescer, né?*".

Entre seus apontamentos, Lina registrava questões semelhantes àquelas que encontramos nas narrativas de outros lavradores escutados: mudanças nas formas de apropriação fundiária misturavam-se a novas necessidades, definindo contornos para condições de reprodução social que se estabeleceriam a partir de então. O tamanho insuficiente das unidades familiares seria uma questão decisiva para explicar certa precariedade que a lavradora notava nas condições de reprodução experimentadas antigamente naquelas comunidades rurais. Seus cunhados haviam saído em busca da possibilidade de "abrir" posses na fronteira exatamente por isso. Lina argumentava, entretanto, não saber se as condições de vida forjadas fora dali teriam se comprovado suficientes para a sobrevivência dos mesmos, posto ter observado incluso os maiores possuidores de terras na sua comunidade perecerem ante as novas formas de reprodução instituídas com o processo de modernização que viemos discutindo: "*Antes aqui rico era quem tinha terra, né? Quem tinha mais terra nunca passava necessidade... Colocava os outros pra trabalhar pra eles. Esses meninos saíram por isso. Se você não conseguisse aumentar suas terras, você não progredia, né? E aqui chegou uma hora que você só conseguia aumentar as terras se comprasse. Mas o dinheiro era a coisa mais difícil que tinha. Quer dizer, pro pobre, né? O pobre não tinha. Aí que eles foram se embora pro Paraná. Agora isso eu não sei... Eu não sei lá como eles ficaram, se eles conseguiam sobreviver das lavouras deles lá. Aqui todo mundo começou com migração, né? Com um pouco lá eles também tinham que sair pra fora, né? Isso eu já não sei te dizer. Você já*

*escutou demais que o povo aqui é tudo migrante, não é? É a profissão de muitos. Eles preferem mais que ficar em 'diária', porque aqui ganha só 'mixaria'. E lá você tira um salário mais certo. Apesar que fica longe da família... Mas tem alguns que até gostam. Porque não tem que ouvir distrato de fazendeiro que pega pra trabalhar. Desse povo orgulhoso que tinha por aí. Porque sempre tinha uns que tinham mais terras, né? Que arrumava pra camarada. Mas até alguns desses parece que foram ficando mais pobres, sabe? Porque antigamente fazendeiro era melhor de vida que hoje, né? Melhor que nós, pequenos... E hoje está quase tudo igual. Porque os fazendeiros, antigamente, por isso o nome de fazendeiro, que ele tinha condição de colocar o camarada pra trabalhar, pra multiplicar pra ele, né? Hoje pra você, pra qualquer um ter camarada tem que estar pagando. Mas alguns que se dizia fazendeiro não pode pagar tanto. E agora a gente já consegue pagar mais, né? Por isso que foi nivelando*".

A maneira como Lina abordou as transformações ocorridas nas condições de reprodução social existentes em sua comunidade rural retomava diversos aspectos anteriormente discutidos da modernização e do rompimento das relações regionais de produção. Segundo a lavradora, o fundamento da "riqueza" repousava na apropriação fundiária, mas especialmente na medida em que possibilitava aos fazendeiros "colocar camaradas" que trabalhassem "multiplicando" aquelas condições de dominação social. Alternativa de obtenção de terras suficientes para a sobrevivência familiar, o recurso empregado pelos seus cunhados posseantes podia apontar também um esforço de desvinculação dos mesmos ante a referida forma de mobilização do trabalho que se reproduzia. O quadro se modificava, sem embargo, cada vez mais marcado pela monetarização, nova condição para a contratação dos camaradas. Os fazendeiros cuja conversão àquelas condições desdobradas de mediação social foi insuficiente para lhes assegurar a manutenção de alguma *posição*, "empobreciam" progressivamente. Também porque o acesso ao dinheiro proporcionava aos "pobres" ou "pequenos" condições para mobilizarem trabalho, igualando-os, num certo sentido, aos "ricos", dos quais se diferenciariam a partir de então sobretudo em termos quantitativos. As estratégias de reprodução assumidas pelos lavradores assim "desagregados" pareciam indicar certa persistência de aspectos das relações de dominação mobilizadas naquela forma de territorialização regional do capital. Contudo, já podiam ser confrontados no processo contraditório de exercício da dupla liberdade que fundava a mobilidade adquirida pelos mesmos. Tal exercício, por sua vez, reiterava os termos quantitativos anteriormente

apontados: a migração evitava aos lavradores terem de "ouvir distrato de fazendeiro", possibilitando-os, além disso, "um salário mais certo".

Lina se mudaria para a comunidade Vargem de João Alves depois de casada, para morar nas terras do seu marido. A ruptura das antigas relações regionais de produção aparecia-lhe como uma necessidade crescente de consumo a mobilizar de maneira aparentemente imediata os trabalhadores. Partiam em busca dos meios para a aquisição de mercadorias, conforme descreveu a lavradora em seu depoimento: "*Pra mim a infância foi mais sofrida. Porque a gente não tinha o dinheiro que a gente tem hoje, sabe? Mas a gente antigamente sabia economizar mais. Eu num sei. Pelo pouco que a gente tinha até que se virava muito bem. Num tinha... Que hoje tá tudo na 'modernagem', né? Mudou muito as coisas na vida da gente. Depois que eu casei, meu marido já migrou bem umas dez vezes, atrás disso, atrás daquilo, porque precisa de dinheiro pra isso, pra aquilo. Hoje até que o dinheiro entra mais, mas a gente gasta mais, né? Porque hoje compra muito mais coisa. Compra tudo. Quando tem dinheiro a gente passa a precisar de tudo*". Tomada como mediação social, as mercadorias buscadas evidenciariam, sem embargo, mais que simplesmente novas necessidades que não podiam ser diretamente produzidas, o nexo fundamental da forma de reprodução social estabelecida: existiam efetivamente "modernagens" a serem adquiridas no mercado mediante relações necessariamente monetarizadas. Contudo, passariam a "comprar tudo" tanto em virtude da migração temporária colocar entraves diretos à reprodução da produção agrícola voltada para subsistência, como em função do acesso ao dinheiro, ou melhor, da monetarização generalizada das relações sociais, tornar tudo necessário de ser *consumido*.

A primeira viagem do marido de Lina, chamado Miro, em busca de trabalho nos canaviais foi em 1983, logo depois de casarem. Antes disso, ele já havia migrado para trabalhar na capital paulista, como ajudante de pedreiro, na construção civil: "*Nós ficamo falando que ali em São Paulo tem muito suor dele, lá. Ele trabalhou muito, na própria capital, né? Era ajudante de pedreiro, trabalhava em canteiro, assim... Ali naquela rodoviária grande que eles fizeram. Como é que chama mesmo, Miro? Lá que você trabalhava, né? Tietê! Chama Tietê... Mas aí parece que num foi dando mais. Depois apareceu o corte de cana, migrantes saindo daqui pra cortar cana... E alguém que foi colocou ele. Mas ele nunca foi migrante 'tirador de safra', né? Geralmente ele ia até a temporada, só. Ficava três, quatro meses e voltava. Nessas usinas de Cosan mesmo, era difícil de ele pegar. Foi só dois anos. Só umas duas vezes, só*". Conforme nos explicou

Miro[193], preferia trabalhar para os fornecedores de cana e sobretudo no estado do Rio de Janeiro, porque conseguia concentrar num intervalo de tempo mais curto que a safra o trabalho necessário para "conseguir o dinheiro que ia para buscar". Seus apontamentos permitiam entrever outros fatores que não apareciam diretamente subjetivados como condicionantes da sua "escolha" não obstante operassem: "*A gente acabava preferindo trabalhar no Rio, né? No Rio ganhava mais. Mas tinha suas partes mais negativas, né? Porque você num ia pra tirar a safra inteira e acabava perdendo algum direito. Mas pro ganho era melhor. Pior era pra alimentação, alojamento. Você tinha que se virar mais sozinho, não tinha usina ali fazendo tudo para você, mas em compensação nosso ganho dobrava o Cosan. Pra mim, eu achava melhor, porque conseguia voltar logo pra casa, porque a família eu não conseguia mesmo levar junto, porque o salário não alcançava. Aqueles que levava família, eles terminava a safra igual tinha começado, então não compensava, não. Agora eu sempre fui de caçar direito, né? Uma vez, eu propus até de acontecer uma greve. Isso quando eu estava na Cosan, porque lá eles roubava a gente demais, sô. Mas, aí, da gente que procura direito, eles já tem o medo, vice? Porque eles sabe que eles rouba. Que eles faz errado. E às vezes se alguém da turma... Se tem um naquela turma que é mais 'experiente', né? Aí eles não... Eles nem gosta de levar. Dessa forma, porém, eu também nem gosto de ir... Pra trabalhar e não receber, pra isso eu fico aqui mesmo. Aqui a gente também dá suor da gente em troca de 'mixaria', mas fica perto da família. Se é pra sair, prefiro trabalhar de uma vez onde que a gente 'resolve'. Onde consegue aquele dinheiro que saiu pra buscar*".

A apresentação feita por Miro da sua posição, como alguém que era de "caçar direitos" parecia contrastar com a aceitação e até com certa predileção do lavrador por trabalhar em condições menos asseguradas no estado do Rio de Janeiro, estimulado, entretanto, pela possibilidade de obter em menos tempo os rendimentos que o teriam mobilizado a migrar. Sem embargo, a descrição na qual confrontava as condições experimentadas na Cosan com aquelas existentes em fornecedores fluminenses revelava formas de lidar com relações de trabalho que se mostravam precarizadas em ambas as situações. No Rio de Janeiro e sem "tirar" toda a safra, ele ficava desprovido de alguns direitos, além da alimentação, entre outras responsabilidade do contratante, não serem plenamente atendidas. Contudo, ele conseguia obter os rendimentos buscados com mais rapidez, possibilitando-o ficar mais tempo próximo da sua família. Na Cosan, contudo,

[193] MIRO. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

embora tivesse "usina ali fazendo tudo por você", as relações de "roubo" seriam tão manifestas a ponto da empresa não contratar os trabalhadores "mais experientes" relativamente aos seus direitos, procurando evitar conflitos. Não apenas fazendo uma referência direta ao "roubo" Miro apresentava relações que poderiam ser tomadas da perspectiva da superexploração do trabalho. Mais que isso, seu apontamento permitia vislumbrar que as condições de trabalho oferecidas no chamado setor canavieiro não permitiam aos safristas se reproduzirem em conjunto com suas famílias nas chamadas "cidades-destino" da migração. Ou seja, reiteravam uma inserção apenas *eventual* dos mesmos mediante a "externalização" do provimento de parte dos meios de vida imprescindíveis – como das condições de moradia suficientes para toda a família, por exemplo – para o âmbito da reprodução camponesa mobilizada nas chamadas "cidades-origem" da migração. Ante tais condições de precarização generalizadas, o lavrador argumentava preferir "trabalhar de uma vez onde que a gente 'resolve'", fazendo-nos recordar as palavras de Antônio Gomes.

Lina nos apresentou, ainda, a migração do marido do seu ponto de vista. Para a lavradora, os piores momentos daquela situação relacionavam-se com saudade, falta da companhia e de ajuda pra cuidar dos filhos e outros afazeres: "*Eu chorava. Eu vinha chorando pra cá... O pessoal da cidade pensava que tinha acontecido alguma coisa comigo. Com o tempo a gente vai acostumando, mas sente muita saudade. Da companhia dele, né? E olha que eu nunca morei sozinha, que eu morava toda vida com a mãe do Miro, que era uma pessoa amiga de todo mundo, muito boa, muito bem falada aqui na comunidade. Então eu não chegava a ficar só mesmo. Mas tem esse ponto, né? A companhia dele... Até pra ajudar a gente aqui, né? A cuidar dos filhos. A mãe dele ajudava. Mas aquela responsabilidade, quando eles iam crescendo, que tinha de decidir se podia ou não podia, como que fazia... Essa é dividida entre pai e mãe, né? Um sozinho 'sente' pra fazer. [...] O serviço que fica todo pra um só também, né? Porque aí tem que trabalhar dobrado. Mesmo quando você deixa, às vezes, de tocar lavoura num ano ou mesmo pega aquele dinheiro pra botar um camarada pra mexer junto, né? Fica muita coisa pra fazer*".

Note-se que não à toa Lina apresentava a duplicação do trabalho em sentido quantitativo, e não o acumulo, pelas mulheres, de tarefas tomadas como masculinas. Conforme sugerido pela lavradora, a migração temporária reiterada sistematicamente de grande parte dos homens da sua comunidade teria impactado de uma maneira bastante decisiva na divisão sexual do trabalho familiar, tendo, muitas das mulheres, passado a realizarem quase todas as tarefas necessárias à reprodução da unidade camponesa

independentemente do atributo de gênero conferido para as mesmas: "*Aqui nós, essa mulherada faz de tudo, porque já acostumou, né? Tem bem tempo que tudo esses homens daqui saem. A gente faz a carpina, né? Qualquer serviço de enxada a gente pega mesmo. Planta, abre cova... Isso sempre fez, né? Agora, quando precisa, a gente faz a limpada. A gente corta lenha de machado, tira ela e divide, assim... Eu sei fazer cerca! Muitas aqui sabem... E é serviço tido por ser pra homem, né? Uma única coisa que as mulher daqui não faz é roçar aquele mato mais grosso de foice, né? Isso nós não faz. Dificilmente você encontra uma que sabe mexer com foice, quando, assim, aquele mato já ficou bem 'encapoeirado'. E eu também não gosto de mexer com as criação. Mas isso aí sou eu, só. Tem as que fazem bem tranquilas. Eu num gosto de tirar o leite, porque eu sou muito medrosa com gado. Mas eu faço, sabe? Faço xingando, mas eu faço: — 'Miro tá lá pro trecho e fico aqui sofrendo com essas ladrona! Ano que vem num quero saber de Miro sair e me deixar cuidando de gado!'*".

Os homens, contudo, diferentemente, não pareciam aderir, nos seus períodos de retorno para a unidade familiar, às tarefas tomadas como femininas, nomeadamente as relacionadas mais diretamente aos chamados afazeres domésticos. Nas palavras de Lina: "*Eles não fazem. As coisas de casa, muitos não gostam de fazer, não. Eles falam que não sabem fazer, não. Que não é serviço pra eles. Quando eles retornam também, eles estão cansados, né? Porque em São Paulo o serviço é corrido. E você estar fora de casa... Complica demais, né? Eles reclamam da comida. Sempre reclamam da comida. Que a comida lá é tipo uma lavagem, né? Lavagem você sabe, né? Que engorda porco... Mas quando eles chegam, a gente divide tudo. Esse serviço todo de lavoura, igual eu te falei, divide, né? Tem uns, que nem Miro, que até voltam umas vezes durante o ano, quando tem alguma coisa mais pesada pra fazer. E quando eles chegam, eles também ajudam bastante. Mas em casa nunca eles gosta muito de mexer. Pra varrer a casa, o terreiro, lavar vasilha, lavar os panos de casa. Isso eles num gosta, né? Tem uns que mexe... Assim... Vai, prepara uma comida, cozinha uma carne, né? Isso que você perguntou, se a migração mudava a 'atitude' dos homens. Porque eu falei que mudava a 'atitude' das mulheres, né? Acho que pra certas coisas num muda muito, não. Mas pra outras já fica é muito diferente, né? Porque você acostuma ir em reunião da Igreja, reunião da associação, participar dos grupos, dos trabalhos que as 'Irmãs' trouxeram aqui pra nós, né? Aí tem uns que chega e já quer implicar... Falar que num vai, isso, aquilo. E isso nós num deixa, não. Porque quem deve decidir é a gente mesma, né? O que é melhor pra gente... E porque a gente tem nossa autonomia, né? Quando eles não estão aqui, a gente faz de tudo. Trabalha... Leva os trem*

*tudo pra feira, até gado se precisar a gente negocia sem eles aqui, né? E também a gente ganha nosso dinheiro, né? Num fica dependendo só daquele dinheiro que eles mandam. Aquele lá é pra sustentar a família. Mas nós sempre faz um dinheirinho. Igual eu te falei antes que a gente faz o ponto cruz e vende, né? Que eu estava lá naquele projeto, trabalhando também. Aí aquele dinheiro já fica sendo meu. Porque a gente não tem bem assim.. Uma profissão, né? Igual eles são migrante.. Isso a gente não tem, mas a gente trabalha muito aqui e também sabe ganhar nosso dinheirinho*".

Em seus apontamentos, Lina apresenta os termos do referido processo de reestruturação da divisão sexual do trabalho. As mulheres não simplesmente passam a acumular "trabalho dobrado" realizando tarefas consideradas masculinas, mas também conquistam mais "autonomia", para utilizarmos a expressão sugerida pela lavradora, especialmente na medida em que, mesmo temporariamente, assumiriam a frente da reprodução da unidade familiar, passando a responder, entre outras coisas, pela comercialização da produção agrícola e por negociações em geral. Nessa perspectiva, pareceria ocorrer uma espécie de "emancipação" feminina, tanto da divisão sexual do trabalho como da hierarquia de caráter patriarcal, que, em tese, caracterizariam a reprodução camponesa. Quase como uma contraposição, contudo, da aparência "emancipatória" do processo descrito, Lina nos apontava a manutenção de determinadas funções como fundamentalmente femininas, especialmente aquelas relacionadas com a preparação dos bens de consumo, o cuidado e o afeto, encarnadas, por exemplo, nos chamados afazeres domésticos: "que não é serviço pra eles".

Mais que esse caráter, por assim dizer, "parcial" daquela "emancipação", o depoimento de Lina revela o conteúdo francamente negativo da mesma. Ainda que a lavradora destacasse a importância das mulheres "decidirem o de melhor pra elas", engajando-se em atividades comunitárias, políticas ou religiosas mediante as quais contrapunham certo confinamento doméstico[194], a "autonomia" adquirida passava fundamentalmente pelo fato daquelas mulheres não apenas trabalharem de maneira independente dos homens, inclusive porque os mesmos passavam reiterados intervalos trabalhando "no trecho", mas também pelo fato de conseguirem "ganhar seu próprio

[194] Usamos essa noção como aparece, por exemplo, em Martins (2002), apesar de o autor se referir a uma experiência suburbana de socialização, mas que, com relação ao problema apresentado, não se diferencia decisivamente das relações discutidas: "A memória dos antigos registra que as mulheres do lugar estavam sobrecarregadas de trabalho e obrigações. Não poucas participando com a família do trabalho duro nas olarias. Porém, são muitas as indicações de que em São Caetano, durante longo período, a mulher foi confinada a atividades que não ganhava visibilidade pública como acontecia com as atividades masculinas. A vida feminina foi uma dura vida de confinamento doméstico" (2002: 170).

dinheirinho". Outra vez o processo de autonomização podia aparecer como autonomia, impondo contra formas aparentemente pessoais de dominação a mediação abstrata e consequentemente "imparcial" do dinheiro. Nesse caso, contudo, o caráter "parcial" da autonomia adquirida como resultado do processo de autonomização desdobrado nos possibilita ainda apontar como certas modificações nas antigas relações de reprodução camponesa não fariam superar a forma patriarcal que corresponde, como sugerido anteriormente, à totalidade fragmentária fundamentada no valor e na dissociação (Scholz, 2009), na qual se reproduziam e se reproduzem, de maneira transformada, também os lavradores e lavradoras cujas trajetórias trazemos para a discussão.

Que a "autonomia" apresentada por Lina tenha como seu fundamento a autonomização, isso não altera o fato das representações concernentes à relação entre os gêneros terem se transformado algo, no referido processo. Por passar parte do ano não simplesmente "sozinha", mas à frente de tarefas e assumindo papéis tomados como masculinos, a lavradora podia chegar a perceber, conforme deixava escapar em seu apontamento, os homens como aqueles que "ajudavam" nos afazeres necessários à reprodução da unidade camponesa, quando do retorno daqueles intervalos passados trabalhando "pra fora": "quando eles chegam, eles também ajudam bastante". Essa caracterização não deixaria de se opor, todavia, à consideração de que quem teria uma profissão seriam eles, embora elas trabalhassem bastante e até conseguissem ganhar um dinheirinho. Ou seja, embora os homens aparecessem "ajudando" no que se refere à reprodução da unidade camponesa, quando comparado esse âmbito com as relações de trabalho existentes "lá fora", o mesmo podia até ser descrito pelo "muito trabalho" demandado, mas não chegava a ser definido como uma "profissão". Outras atividades realizadas pelas mulheres, como "o ponto cruz" e "os projetos", por exemplo, embora também não chegassem a ser tomadas como uma "profissão" eram, sem embargo, distinguidas da reprodução da unidade familiar, sobretudo por permitirem auferir um "dinheirinho". Como Marli de Almeida, Lina subjetivava a desigualdade de gênero, afirmando que não tinha uma profissão. Os apontamentos de ambas, ainda assim, se distinguiam parcialmente, posto que a diferenciação apontada por Marli entre ela e seu marido, José Maria, se baseava no desnível salarial existente entre eles, sendo os dois assalariados; enquanto Lina identificava, num plano, certa diferenciação entre o trabalho despendido na reprodução da unidade camponesa e o trabalho dos migrantes, cuja remuneração era "mais certa", embora eles não tivessem nenhuma profissão definida, e noutro plano, um desnível entre as atividades que permitiam às mulheres obterem o seu "dinheirinho" e o trabalho feito pelos migrantes. Embora remuneradas, as atividades

mencionadas não seriam tomadas como "profissão" provavelmente em virtude dos rendimentos auferidos com as mesmas serem considerados "complementares" à renda "principal" aportada pelos maridos, ganhando significado, assim, num quadro de representações em que o caráter "parcial" e o conteúdo negativo da "emancipação" possibilitada pelo dinheiro se evidenciavam completamente.

De acordo com Lina, depois do ano de 2006, seu marido Miro havia deixado de trabalhar no corte de cana por terem surgido outras alternativas que lhes assegurava a sobrevivência sem o mesmo ter que migrar: "*Deve de ter uns dois anos que Miro não sai mais. Ele está trabalhando agora é pro Estado. Trabalhando de fazer 'caixas'. Igual o marido da Edna também faz. Aquelas 'caixas' de captação da água da chuva, você já conhece, né? É uma boa opção porque ele num precisa mais de migrar. Eu falo: — 'Ainda bem que Miro agora está em casa, né?'. Mas ele sai pra fazer as caixas... Mas aí é só uns oito, às vezes, uns quinze dias fora, sabe? Tomara que esse trabalho dê continuidade, né? Porque é um trabalho muito interessante, porque a caixa segura a água, né? Igual nós aqui mesmo, que é da região do semiárido, essas caixas, pra nós, foi uma benção. As daqui da comunidade foi feitas pelas Cáritas, né? Só a nossa que não, porque foi minha sogra que fez. A única que foi a própria família que fez. Agora ele trabalha pelo IDENE, sabe? Faz em muitos municípios. Já trabalhou em Padre Paraíso, Itaobim, aqui no município de Araçuaí já fez umas caixas lá na Barriguda. Agora que estamos conseguindo segurar essas águas já fica melhor. Essas caixa aí tem 16 mil litros. A nossa tem 20 mil. É só pro uso da casa mesmo, né? Mas economizando bem dá pra lavar uma roupa. A gente pra beber num fica mais sem água. Mas pra mexer com produção já tem aquelas outras, né? Que chama de 'calçadão'... Cisterna de calçadão, que já é de 50 mil acima, sabe? Já tem umas saindo por aqui também*".

Embora Lina apontasse diversas instituições responsáveis pela construção das cisternas, fazia referência ao fato de seu marido Miro estar "trabalhando agora é pro o Estado" em razão do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE) ser um órgão público, criado a partir da antiga Codevale. Como vimos anteriormente, mesmo possuindo diferentes órgãos executores, o P1MC contaria com financiamento estatal, repassado àquelas instituições. De acordo com a lavradora, a possibilidade de seu marido trabalhar como pedreiro na construção das cisternas se apresentava como "uma boa opção". Embora ele continuasse viajando durante alguns períodos, os mesmos eram curtos, ou seja, Miro não "precisava mais de migrar". Essa alternativa agradava Lina sobretudo porque muitos outros homens da sua comunidade também haviam deixado de serem cortadores de cana, sem ter estancado, contudo, a necessidade dos mesmos de buscarem trabalho fora: "*Não, não foi*

*só o Miro, não. Muitos daqui vieram parando de 'tirar' safra, porque lá o corte de cana está diminuindo, sabe? O pessoal aproveitou, achava que ia ter pra sempre e agora está precisando se virar. Porque está ficando ruim é pra quem já está cansado... Quem não alcança aquelas metas que as usinas exigem. Porque tem lista 'negra', põe seu nome nas listas e num chama mais. Igual Miro mesmo te falou... Mas na época dele a lista era pra aqueles mais 'saidinhos', que bebiam num dia e no outro não aparecia pra trabalhar e também pros 'grevistas' que nem ele. Hoje se você num bate a meta, ano que vem já está fora. Então ele arrumou uma alternativa aqui, né? Fica perto da família, porque tem muitos aí que ainda tiveram que continuar saindo pra fora, sabe? [...] O que que esse povo faz? Aí depende, né? Tinha uns menino que tava saindo pras praias. Eles trabalha assim vendendo rede, vendendo sandália, mas é andando de baixo de sol. Tem as cantina... Que foi uns pegou... Como que eles falam? Tipo um concurso pra cuidar da cantina das escolas, né? Licitação, é isso mesmo. Aí eles levam os outros pra trabalhar mais eles. Pra fazer a comida, pra servir naquelas cantina. [...] Construção civil toda hora tem uns que sai também. Mas pra quem é pedreiro ou servente de pedreiro, já tá bom de arrumar por aqui que sempre tem trabalho. Que nem o Miro mesmo. Mas tem também na cidade, pra trabalhar na cidade. Essas coisas*".

Além do fato de persistir a migração temporária, sinalizando para certo caráter possivelmente precário dos trabalhos atualmente a disposição dos antigos canavieiros, podemos depreender da narrativa de Lina, como também dos apontamentos feitos por inúmeros outros lavradores certa transformação no setor em que se empregam muitos migrantes advindos do Vale do Jequitinhonha: embora o corte manual da cana-de-açúcar prossiga, entre outras tarefas não apenas mecanizadas (cf. Moraes Silva *et al*., 2014) emergidas nos canaviais e a construção civil também empregue migrantes temporários nalguns períodos mais, noutros menos intensamente, há mais de 60 anos, o chamado setor terciário passou a figurar como alternativa presente para muitos lavradores e lavradoras daquela "região". Entre as mulheres, o trabalho no comércio e o oferecimento dos mais diversos serviços passariam a se colocar lado a lado com a tradicional migração, com contornos supostamente "definitivos", para o emprego doméstico. Entre os homens igualmente apresentou presença marcante. Ao longo de nossa pesquisa, nos apontamentos realizados por lavradores sobre a trajetória de seus filhos, parentes em geral, vizinhos e moradores das comunidades, vimos figurar migrações para o trabalho no comércio de alimentos, como redes de supermercados, distribuidoras, cantinas escolares e outros estabelecimentos varejistas; para o trabalho em salões de beleza e centros de tratamento

corporal, nos quais sobretudo as mulheres trabalham como cabeleireiras, manicures, depiladoras, massagistas, terapeutas alternativas, etc.; para o trabalho como motoristas de ônibus urbanos, de viagem, taxis e afins; para o trabalho na segurança, como porteiros, funcionários de carros fortes e de firmas de segurança privada. As empresas terceirizadas empregam também inúmeras faxineiras. Entre os vendedores, sobretudo ambulantes, autônomos ou arregimentados por "gatos" que centralizam a distribuição dos produtos comercializados e até mesmo das máquinas de cartão amiúde empregadas, destacam-se "mandioqueiros" (cf. Gonçalves, 2010), "camelôs" de redes, colchas e outros artigos produzidos em tecelagens domésticas e aqueles que trabalham nas praias especialmente durante o verão. Tomamos parte ainda de migrantes que trabalham em companhias prestadoras de serviço, realizando o isolamento tanto térmico como acústico de usinas canavieiras.

Qualquer listagem, por extensa que fosse, seria insuficiente para abranger as numerosas alternativas de trabalho mobilizadas em torno do comércio e da prestação de serviços. O fato do engajamento dos migrantes nessas ocupações se desenrolar em caráter temporário ou mais permanente depende de uma série de fatores. Como muitos desses empregos são informais, alguns migrantes passam apenas curtos períodos trabalhando para reunir algum dinheiro e retornam para suas "cidades de origem". Outros, mesmo em condições bastante precárias de trabalho e remuneração estabelecem-se nas chamadas "cidades de destino", deixando de morar em alojamentos disponibilizados, nalguns casos, pelos seus empregadores e indo se instalar nas periferias urbanas. Se a migração desencadeada em torno dos empregos obtidos no chamado setor terciário deixa de ser temporária, assumindo caráter definitivo, é um problema que diz respeito, muito além do tempo experimentando distante das "cidades de origem" ou do ritmo em que se alternam momentos passados "lá fora" e "em casa", ao sentido que passa a ser atribuído para reprodução, descanso, enfim, para aquilo que se apresenta como o "outro" do trabalho. Conforme assinalou Martins (1986), tal sentido pode ser apreendido apenas ao nível das relações cotidianas[195].

[195] "Se a migração temporária cíclica separou o lugar da reprodução da força de trabalho do lugar da produção e reprodução do capital, a migração temporária não-ciclica é caracterizada fundamentalmente pela separação do lugar do trabalho em relação ao lugar do não-trabalho, o lugar da festa. O sonho e a expectativa da festa ficam muito evidentes nos garimpos de ouro, onde se vive os extremos da miséria e da riqueza súbita. A descoberta do ouro leva a formas de consumo ostensivo e festivo capazes de esgotarem em poucos dias fortunas inteiras. A riqueza se converte em caricatura da riqueza. Nos casos mais modestos, dos operários das fábricas, das barragens, das estradas, cuja vida se arrasta difícil e pobre, nas condições da mais extrema exploração, o retorno só é possível graças a duras economias e à vida quase indigente nas favelas e subúrbios das cidades e nos acampamentos das construtoras. É justamente essa miséria que permite recriar o lugar de origem como o lugar

O aumento da migração para o comércio e setor de serviços conjugado a uma diminuição do trabalho manual na indústria em virtude da mecanização dos processos produtivos, incluídas aqui a agroindústria e a indústria da construção civil, sugere modificações nas condições de acumulação do capital estabelecidas nacionalmente, compreensíveis apenas se consideradas em sua relação com a totalidade mundial da reprodução capitalista, com o chamado setor financeiro da economia e com as novas atribuições assumidas pelo Estado na gestão da reprodução social. Nos acercamos desse último problema, partindo especialmente de apontamentos dos lavradores acerca dos programas estatais que participam do que identificamos como as atuais condições de reprodução dos lavradores, mobilizados, monetarizados e consumidores de produtos industrializados superproduzidos e também de crédito. O modo como os recursos estatais passaram a integrar a reprodução dos lavradores não se restringiria, sem embargo, como pudemos apontar, aos programas de transferência direta de renda, de subsídio de financiamento para a produção, de compra garantida da mesma ou da produção de infraestruturas de consumo coletivo e familiar: também mobilizava, entre os mesmos, *trabalhadores*, remunerados para engajarem-se em algum dos âmbitos da execução das políticas estatais. Não necessariamente funcionários públicos, mas, muitos deles, contratados por instituições não governamentais que operam a gestão de programas de financiamento do Estado, como no caso dos inúmeros pedreiros que trabalharam na construção de cisternas do mesmo modo que Miro, mas empregados nas chamadas organizações da sociedade civil.

Lina, quando se referiu ao seu trabalho no "projeto", tratava de semelhante experiência. No seu caso, entretanto, embora fosse remunerada pelo Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD), suas funções relacionar-se-iam diretamente com momentos da sua reprodução na condição de lavradora: "*Eu trabalhava no CPCD. Num projeto voltado para a agricultura, para a permacultura, que eles chamam... O nome do projeto é Caminhos das Águas*[196]*. O CPCD tem várias parcerias... Muitas entidades... Acho que umas vinte e três ou umas vinte e cinco entidades trabalha junto e aí então nós*

---

da festa; enquanto o lugar de destino se constitui como o lugar do trabalho. A migração será definitiva quando a festa também migrar. Quando o reencontro desses dois momentos se der no mesmo espaço e a festa, camponesa, anual, do padroeiro, sair do seu ciclo cósmico e entrar no ciclo linear do descanso semanal remunerado, do cinema, do futebol" (Martins, 1986: 61).

[196] Segundo as informações disponíveis no sítio eletrônico do CPCD, o Projeto Caminho das Águas: uma proposta para o semiárido tem como objetivo "contribuir para a transformação social da região de Araçuaí através de ações que garantam a segurança hídrica e promovam a recuperação dos ambientes da bacia do rio Araçuaí e o uso racional dos recursos disponíveis na região". Coordenado pelo CPCD, a autoria do projeto é atribuída ao Banco de Êxitos S/A – Solidariedade e Autonomia – BESA e seu financiamento é proveniente da seleção pública do Programa Petrobrás Ambiental (cf. "Caminho das Águas". *Nossos projetos*. Disponível em: <http://www.cpcd.org.br/portfolio/documentario-caminho-das-aguas/>. Acesso em: 21 novembro 2014).

*trabalhamos voltado para a permacultura. É um novo jeito de fazer horta, uma novo jeito assim... Chama de 'mandala' que é o jeito do canteiro, sabe? Planta as bananeira pra aproveitar a água da pia... Aquelas águas que fica desperdiçando... O ponto principal é cuidar do meio ambiente, é acabar com aqueles focos de lixo, com o costume do pessoal jogar tudo na terra. Porque vai poluindo, né? A gente faz também o Quintal Maravilha na casa das pessoas que foram escolhidas pra ter o 'ponto' do projeto: faz mandala, minhocário, banheiro seco, curva de nível, círculo de bananeira, espiral de ervas, faz pinturas com tintas de terra, né? Pra pessoa estar produzindo pelo menos alguma coisa, assim, pra se alimentar, né? Nosso trabalho é o que? Quatro horas por dia. Hoje trabalha pra uma família, nos outros dia pra outras. Tem também reunião de planejamento e de formação nossa, né? [...] Num é que a gente não tinha conhecimento dessas coisas. Nós aqui, a comunidade nossa sempre foi muito bem organizada com a ajuda da Cáritas, da ASSOCIAR, que mexe em Lagoa dos Patos, mas estamos aprendendo demais com esse projeto. Porque aí tem as pessoas que recebe pra ir ajudar a cuidar do quintal dos vizinhos, né? Num é bem que é pago. É uma bolsa, né? Eu estava trabalhando dois anos nesse projeto. Agora eles falaram que em fevereiro vai começar novamente. Eu recebia R$ 150, que é bom, né? Porque é pra nós mesmos... É pro nosso próprio benefício mesmo. E sai umas meninas daqui pra conseguirem ganhar isso em Araçuaí, trabalhando em lojas, em casas de família. Nesse tempo eu já ajudei muito aqui. Já vi os pé de alface de muita gente produzir*".

Como educadora do Projeto Caminho das Águas, Lina estaria responsável não somente por ensinar para as famílias, técnicas relacionadas à permacultura, por sua vez aprendidas nos processos de capacitação das equipes, mas por trabalhar diretamente atendendo os moradores da sua comunidade na implantação de canteiros, entre outros recursos mencionados em seu depoimento. Ou seja, trabalhava como educadora, mas igualmente na condição de lavradora, posto que se inseria na produção agrícola familiar realizada por seus vizinhos, além de cuidar do seu próprio quintal, no tempo de trabalho dedicado ao projeto, bem como fora dele. Essa inserção na dinâmica de trabalho familiar alheia poderia ser comparada com o recurso dos lavradores a troca de dias, mutirões, marombas ou outras espécies de ajuda mútua, mas das mesmas se distinguia por ser proporcionada mediante remuneração pressuposta. Apesar de paga, aquela "ajuda" diferenciava-se também, noutros aspectos, da contratação de camaradas a dia para a realização de trabalhos na unidade familiar camponesa, justamente em virtude da remuneração não advir da família solicitante dos serviços oferecidos, mas na condição de pagamento referente a um trabalho cujos conteúdos concretos não se restringiam nem à

execução imediata de tarefas propriamente agrícolas, nem ao ensino de técnicas relativas àquela produção.

Diferentemente disso, a remuneração recebida contemplava também a própria disponibilização da "ajuda" ainda que, dessa forma, a mesma pudesse se realizar contraditoriamente apenas como representação (Debord, 1997) de certa relação cujos conteúdos teriam se deteriorado, e que, portanto, apenas se reestabeleceria num plano diferente daquele. Com a crescente monetarização dos lavradores foi permitida certa generalização da contratação de camaradas entre os "pobres" ou "pequenos" que antes dependiam exclusivamente dos mutirões, marombas ou da troca de dias. O trabalho remunerado pelo referido projeto deveria recolocar os termos da "ajuda" despendida independente de qualquer pagamento. Para isso, entretanto, o mesmo tinha que ser efetivamente *mobilizado*. Ou seja, realizava-se em uma forma que negava os próprios conteúdos da "ajuda" apresentando-se como sua simulação.

As relações em que a lavradora se encontrava engajada apresentavam-se como realização da mobilidade do trabalho também sob outro ponto de vista. O trabalho desempenhado por Lina era comparável, embora lhe agradassem particularmente determinados conteúdos concretos das suas atribuições, com outras alternativas experimentadas por lavradoras como ela, mas que tinham que deixar para trás suas comunidades para receberem quantias equivalentes às das "bolsas" pagas pelo Projeto Caminho das Águas, em empregos urbanos cujas funções se distinguem totalmente da possibilidade de beneficiar a própria comunidade "ajudando a cuidar do quintal dos vizinhos".

A perspectiva de incorporar os chamados "saberes tradicionais" poderia ser considerada igualmente do ponto de vista da simulação dos mesmos. Não por estarmos ajuizando se a "permacultura" consegue efetivamente ultrapassar ou não o caráter "difusionista" existente no treinamento técnico tradicionalmente proporcionado pelo extensionismo rural. Mas por considerarmos que os chamados "saberes tradicionais" mobilizados no projeto encontram-se institucionalizados, precisando, portanto, serem *ensinados* para os lavradores. Ou seja, ainda que os mesmos, em seus conteúdos, pretendessem recuperar práticas conhecidas por aqueles lavradores, que poderiam ter se perdido com a transformação das condições de reprodução dos mesmos a forma social segundo a qual era possível acessar tais "saberes" não guardava nem um pouco de "tradicional".

Igualmente os roçados destinados sobretudo para "comer verde", a produção estimulada mediante o trabalho realizado pelos lavradores-educadores contratados pelo

projeto não poderia ser tomada como momento efetivo da reprodução de relações "camponesas" de produção. Apesar de proporcionarem alimentos para as famílias beneficiárias, as mandalas, círculos de bananeiras, espirais de ervas, curvas de nível, minhocários e banheiros secos cobririam apenas tangencialmente as necessidades de sobrevivência das mesmas. Tais técnicas não seriam capazes, independentemente, de reestabelecer condições de reprodução, como vimos, destituídas num processo de autonomização da própria forma de mediação social. Assim como as alternativas para o manejo da água representadas pelas cisternas, o que não quer dizer que não sejam fundamentais para a sobrevivência das famílias no Vale do Jequitinhonha, poderiam unicamente remediar condições de apropriação fundiária, consideradas aqui em sentido amplo, que inúmeros apontamentos realizados pelos lavradores revelaram profundamente transformadas[197].

Não obstante todos os limites que viemos indicando para a realização daquela modalidade de exercício da mobilidade do trabalho enquanto reprodução camponesa, não podemos deixar de considerar que Lina destacava sua importância central na criação de condições para que conseguisse sobreviver em suas terras. Não simplesmente porque o trabalho de lavradora-educadora realizado garantia-lhe um aporte de renda monetária

[197] O auge da simulação da reprodução de determinadas relações sociais cujos conteúdos se encontram deteriorados apareceria nos projetos do chamado turismo comunitário rural, em que as unidades familiares camponesas não teriam uma produção voltada nem mesmo para o "comer verde", mas se prestariam especialmente a serem apresentadas como espaços para o consumo de produtos e de um modo de vida "tradicional". Um caso exemplar desse tipo de projeto nos foi descrito recentemente por José Carlos Alves Pereira, pesquisador da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha e agente do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), a quem agradecemos por informações cuja investigação não poderíamos ter efetuado diretamente a essa altura do desenvolvimento do nosso trabalho. Segundo pudemos apreender do relato realizado por José Carlos, na comunidade de Poço Largo, localizada no município de Turmalina, algumas mulheres estariam organizadas em torno do turismo comunitário rural. Elas se autodenominavam "montadoras de terreiros", porquanto seu trabalho consiste em produzirem hortas, galinheiros, plantarem flores e árvores de maneira a estruturar uma "paisagem", conforme palavras utilizadas pelas próprias lavradoras. Tais mulheres diziam preferir não migrar, pois se passassem muito tempo "fora", resultar-lhes-ia muito trabalho para "montarem" novamente seus terreiros. Nos mesmos, incluída aí a casa da família, oferecem hospedagem e refeições com produtos "típicos" camponeses. A proposta do turismo comunitário rural incluiria, além disso, opções de "vivências", tais como visitas guiadas em que seriam descritos costumes e técnicas "tradicionais", além da contação de histórias relacionadas, naquele caso, com o passado daquelas condições de vida e com as experiências na migração, o que revelava estar em jogo não simplesmente espaços para o consumo mas o *consumo espetacular do espaço*. Tais mulheres, afora se dedicarem diretamente ao ofício de "montadoras de terreiro", trabalhavam também ministrando oficinas sobre a gestão de experiências como a relatada. Em informativo do Portal da Cidadania do Governo Federal encontramos menções a possibilidade de cadastro de unidades familiares estruturadas para o turismo na Rede Nacional de Turismo Rural fomentada no âmbito do Programa Territórios da Cidadania, criado no ano de 2008. Os chamados Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha figuram entre os 120 territórios instituídos pelo programa nas cinco regiões do Brasil com a perspectiva de promover o desenvolvimento econômico e fomentar o desenvolvimento territorial sustentável (cf. "Programa Territórios da Cidadania" e "Rede Nacional de Turismo Rural". *Portal da Cidadania*. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/xowiki/oprograma>. Acesso em: 05 dezembro 2014).

imprescindível para a reprodução familiar, mas sobretudo porque sua consecução resguardava-a, e especialmente ao seu marido, de terem que obter dinheiro migrando temporária ou definitivamente: "*Eu estando nesse projeto fica bom demais, porque eu consigo completar o que ganha o Miro fazendo aquelas caixas de captação de água da chuva, né? E evita ele de ter que sair pra fora pra arranjar qualquer 'troco', porque eu mesma já não tenho mais a idade dessas meninas para estar conseguindo trabalhar na cidade, sabe? Então possibilita da gente continuar aqui levando essa vida de roça que a gente gosta demais disso aqui. Eu num tenho nem idade nem vontade de estar indo para cidade, porque, hoje em dia, cidade num presta mais nada. Você deixa isso aqui e vai correndo atrás de viver pior que na roça. Porque aqui na roça a gente já tem de tudo. Eletricidade, né? Agora água boa garantida. [...] Só é muito difícil de sobreviver só com nossa produção, né? Você sempre precisa de algum 'por fora' para se ajeitar. Precisa de entrar um dinheirinho. Mesmo que você tenha 'produção', você não consegue sustentar família só levando as coisinhas pra feira. O preço é muito abaixado, sabe? A não ser que você tenha, assim, alguma coisa diferenciada. Porque você chega ali naquele mercado central que tem em Araçuaí... Você já conhece, né? Ali você tem que competir com uma porção de mercadorias que os povo trazem tudo do CEASA. Chega caminhão aqui hoje em dia para fazer feira. Diferente daquele tempo que eu contava pra senhora, quando a gente saía daqui de pé, às três horas da madrugada*".

Assim, quando não eram encontradas outras alternativas para fazer "*entrar um dinheirinho*", os recursos necessários de serem obtidos apareciam empurrando aqueles lavradores para a migração, sobretudo em razão das dificuldades existentes para que conseguissem se reproduzir enquanto tal: a concorrência comumente perdida para as mercadorias trazidas do CEASA sugeria que entre os mecanismos de rebaixamento dos preços da produção agrícola dos camponeses do Vale do Jequitinhonha pode estar o posicionamento da mesma fora da média de produtividade impostas pelas chamadas "economias de escala". Sendo imprescindível o acesso a recursos monetários e não conseguindo obtê-los de maneira suficiente por meio da comercialização da produção agrícola, Lina e Miro reproduziam-se igualmente com recurso ao Estado, como outros lavradores cujas trajetórias foram apresentadas, ainda que em condições um pouco diferenciadas.

De um ponto de vista, a reprodução de Lina e Miro diferenciar-se-ia fundamentalmente das condições apresentadas por Marciano e Ana Beota ou mesmo por Antônio Gomes. Eram trabalhadores assalariados, embora os conteúdos dos trabalhos

concretos realizados por ambos pudessem remeter nalguma medida para determinados âmbitos da reprodução camponesa. Ou seja, nem se reproduziam como lavradores comercializando sua produção, nem como aposentados para os quais a feitura de roças poderia pelo menos guardar o sentido de "comer verde". De diferente ponto de vista, entretanto, assemelhar-se-iam todos eles, porque do mesmo modo que a sobrevivência de Lina e Miro dependia da renda conseguida com o trabalho em projetos financiados com recursos estatais, a de Antônio Gomes contava com importantes aportes tanto da aposentadoria como do Programa Bolsa Família, e mesmo a de Marciano e Beota, cuja situação colocava-os mais próximos da condição de lavradores, dependia igualmente da realização da produção agrícola por meio do programa de comercialização direta disponibilizado pelo Estado.

Com isso, não queremos de maneira nenhuma perder de vista a forma como as diferentes condições de acesso à terra experimentadas por cada uma daquelas famílias impactavam nas suas alternativas de vida. Apenas procuramos assinalar como mesmo na situação vivida por Marciano e Ana Beota o papel assumido pelo Estado se impunha, revelando a aparente dificuldade de realização das mercadorias como um momento estruturante de condições de reprodução social de caráter crítico. Outra figura dessas condições, observada nos diversos apontamentos que antes apresentamos, pode ser identificada na importância atribuída por Lina para o chamado "crédito pessoal para consumo", colocado lado a lado aos rendimentos monetários obtidos com o trabalho assalariado na função que cumprem na satisfação de necessidades. Ela nos possibilita relacionar os referidos problemas enfrentados pelos lavradores na realização das suas mercadorias, inclusive a força de trabalho, ao papel de consumidores crescentemente desempenhado pelos mesmos na sociedade produtora de mercadorias em crise de superprodução: "*Porque aqui na roça a gente já tem de tudo. [...] Mesmo quem não tem muito dinheiro, assim, que não tá empregado, recebendo um salário direito, igual, antes, para encontrar, o sujeito tinha que ir pra cidade, hoje consegue comprar as coisas que precisa pra colocar em casa. Você já consegue financiar os materiais para fazer uma reforma.... Você consegue pôr umas coisinhas melhores dentro de casa... Você vai na Eletrozema, em Araçuaí, você consegue comprar um rádio, uma geladeira, televisão... Porque lá você pode dividir 'em vezes' isso. Hoje já tem muitos lugares até que tira empréstimo pra os aposentados, né? Pra quem tem Bolsa Família, porque sabem que a pessoa tem aquela rendinha certa pra pagar suas parcelas. Então, mesmo quem não tem salário fixo, num passa mais o aperto de não ter as coisas, né? Sabendo controlar*

*direitinho... Porque os jovens... Com os jovens num é fácil, né? Porque, hoje em dia, eles querem de tudo, mas num querem saber de trabalhar. É corte de cana só pra comprar aquelas motos, né? [...] Tem também muitos que preferem estudar, tem também... É importante, mas eles deixa rapidinho de querer 'pegar na enxada'. Jovem num quer mais saber do serviço de roça, não. Em lugar nenhum*".

Além de permitir localizar o papel do crédito pessoal para consumo nas atuais condições de reprodução dos lavradores, o apontamento de Lina retomava questões apresentadas em depoimentos anteriormente discutidos. A expressão, na reprodução camponesa, do caráter crítico da reprodução social capitalista acabava subjetivada pelos lavradores como medo de que os filhos ou os mais jovens abandonassem as unidades familiares. Ou porque as necessidades de consumo daqueles ultrapassariam em muito os limites da obtenção de renda proporcionada pela produção agrícola; ou porque eles não poderiam contar com certos benefícios, como a aposentadoria, por exemplo, que os camponeses sabiam necessários para a sua própria reprodução; ou, ainda, porque a perspectiva de uma mais promissora inserção no mercado de trabalho aparecia enquanto recusa do engajamento na produção camponesa. Como se os jovens não quisessem mais "pegar na enxada".

Não obstante caracterizar a escolarização como o avesso das condições de sobrevivência que os lavradores daquelas comunidades rurais buscavam reproduzir, o apontamento feito por Lina nos possibilita estabelecer semelhanças entre algumas modalidades de exercício da mobilidade do trabalho anteriormente investigadas e a perspectiva de reprodução assumida por aquela nova geração: muitos dos jovens escolarizados, especialmente nas escolas técnico-agrícolas, chamadas escolas-família, espalhadas no Vale do Jequitinhonha tornaram-se gestores técnicos de projetos correspondentes àqueles em que Lina e Miro trabalhavam. No transcurso da nossa investigação, estabelecendo contato com inúmeros técnicos de órgãos estatais, como a EMATER, o ITERMG e o IEF, além de ONGs, associações e outras organizações da chamada sociedade civil, deixaria de nos causar qualquer surpresa encontrarmos sistematicamente filhos de lavradores gerindo ou executando "projetos" destinados a possibilitar condições "mínimas" de sobrevivência para os lavradores do Vale do Jequitinhonha.

Os resultados da escolarização dos filhos acabavam revelando, assim, as transformações ocorridas nas condições de reprodução experimentadas por aqueles lavradores. Tomando a chamada reprodução camponesa sob um ponto de vista estrito,

poderíamos admitir que a escolarização se realizou como uma estratégia que, em determinados casos, acabou por afastar os mais jovens da perspectiva de darem prosseguimento para a reprodução das unidades familiares, na medida em que veio a proporcionar oportunidades de trabalho para os mesmos nas cidades. Se consideradas, entretanto, as mudanças que viemos apontando, as novas condições de trabalho experimentadas pelos filhos daqueles lavradores poderiam ser entendidas nas suas semelhanças com as alternativas de reprodução que se colocavam para que aqueles camponeses pudessem seguir em suas comunidades rurais.

Mais que isso. Que as possibilidades de sobrevivência colocadas para ambos passassem pela realização de determinadas políticas estatais, embora cada um deles se engajasse numa posição bastante diferenciada na relação com o Estado, nos permite evidenciar o papel desse último enquanto gestor necessário das atuais condições de reprodução social, cada vez mais críticas. Como discutiremos adiante de maneira mais detalhada, não se trata de afirmarmos tal necessidade fazendo qualquer apologia da intervenção estatal, mas, diferentemente, estamos a distingui-la, para que possa ser problematizada enquanto momento da reprodução crítica das atuais condições de territorialização da sociedade produtora de mercadorias. Apresentamos, assim, e não reivindicamos, a condição do Estado como *gestor de crise*, procurando conjugar essa apreensão com a crítica que viemos dirigindo para a reprodução capitalista enquanto totalidade que o inclui.

Ante o contexto discutido, ao invés de buscarmos verificar, finalmente, se determinadas definições, como a de "campesinato", por exemplo, seriam ainda suficientemente adequadas para caracterizarmos as condições de reprodução social experimentadas nas referidas comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha, restaria perguntarmo-nos se a chamada reprodução camponesa não teria se transformado profundamente, assumindo formas como as que discutimos anteriormente. Viemos argumentando que determinados conteúdos sociais relacionados com a mesma se reproduziriam apenas de modo deteriorado, ou, mais precisamente, seriam inteiramente negados no contexto atual. Entretanto, faz-se necessário problematizarmos mais profundamente em que consistiriam efetivamente os conteúdos sociais citados, posto recusarmos a imagem idealizada de um lavrador independente que se reproduz exclusivamente a partir da sua produção de subsistência complementada pela renda monetarizada obtida com a venda do produto das suas lavouras, como se a mesma representasse o campesinato em sua verdade – possível como um vir a ser – nem

completamente tutelado, como os agregados, por exemplo, nem, ainda que apenas parcialmente, expropriado, como os chamados "camponeses-migrantes".

Inicialmente, investigamos a emergência de um campesinato, por assim dizer, regional, considerando-o do ponto de vista do estabelecimento de condições para a mobilização do trabalho num contexto de ausência de uma superpopulação relativa nacionalmente instituída. Com o processo de autonomização, conforme discutimos anteriormente, aqueles antigos camponeses regionais seriam duplamente liberados, transformando-se em expropriados. Expropriados das condições de reprodução social desestruturadas, não obstante se transformassem, concomitantemente, em proprietários privados tanto das suas forças de trabalho, como, alguns deles, somente, das terras apropriadas que não lhes foram arrancadas no processo discutido. As antigas relações regionais que possibilitavam caracterizá-los como agregados, situantes, parceiros ou posseantes se desestruturaram transformando-os no campesinato, num contexto de luta política emergido ante as novas condições de apropriação fundiária que se foram estabelecendo. Transformando-os igualmente em lavradores, sem mais, modalidade de exercício da mobilidade estabelecida, trabalho qualquer, entre outros, na divisão nacionalmente instaurada. Como nos disseram muitas vezes lavradores do Vale do Jequitinhonha, o termo que viria registrado em sua documentação, "profissão: lavrador" (Leite, 2010: 296).

Como vimos, sem embargo, o trabalho de lavrador apareceria, nos diversos apontamentos trazidos para a discussão, como um momento insuficiente nos esforços realizados para assegurar a sobrevivência. Ou seja, tais relações tornavam-se mais um trabalho qualquer na divisão social do trabalho em circunstâncias nas quais esse último parecia não mais poder ser realizado de maneira a garantir a reprodução integral dos lavradores. Nessas circunstâncias, poderíamos argumentar em favor da necessidade de caracterização dos lavradores mediante o uso de definições que apontassem o caráter conjugado das suas condições de reprodução social, adicionando outros substantivos ao designativo-base "camponeses", que permitissem descrever a proveniência da complementação indispensável à sobrevivência dos mesmos, como tentam fazer, por exemplo, as expressões "camponeses-trabalhadores" ou "camponeses-migrantes", que poderiam ser desdobradas ainda em "camponeses-tomadores de crédito", "camponeses-recebedores de aposentadorias", "camponeses-reproduzidos mediante políticas estatais de gestão de crise", entre inúmeras outras definições, cuja listagem não precisamos dar prosseguimento.

Tais designativos-duplos, sem embargo, apontando certa necessidade de complementação do designativo-base, "lavrador", poderiam dar a entender que são exclusivamente as condições de reprodução daquela categoria de trabalhadores que se encontram em crise, cada vez mais embargadas no desdobramento do processo de modernização. Não é isso, todavia, o que precisamente estamos a argumentar. Diferentemente, as condições de reprodução social daqueles trabalhadores enquanto "camponeses" se encontram em crise justamente e exclusivamente na medida em que integram o âmbito maior do exercício da mobilidade do trabalho e do próprio trabalho enquanto tal – eles mesmos se reproduzindo criticamente, não como categorias que caracterizariam estritamente a expressão fenomênica da reprodução social, mas, diferentemente, como momentos da realização da forma de mediação capitalista cuja reprodução se desenrola de maneira crítica, não obstante prossiga. Portanto, ao argumentarmos que as condições de reprodução camponesa encontram-se em crise apontamos, antes, para a crise integral da reprodução da sociedade fetichista e tautologicamente produtora de mercadorias, ao contrário de qualquer perspectiva de aniquilação completa do campesinato ante um suposto processo de homogeneização das relações sociais de produção capitalistas.

O aprofundamento desse debate deve nos possibilitar amarrar o caminho argumentativo perseguido até o presente momento em nosso trabalho. Antes de prosseguirmos em direção à conclusão dessas reflexões, falta ainda localizarmos mais precisamente certos impactos das opções teóricas que assumimos. Acreditamos ter evidenciado suficientemente nossa busca por uma reflexão que ultrapasse o campo "subjetivista" de crítica dos dominadores ou dos exploradores em favor de um questionamento decisivo da *mercadoria* enquanto forma absolutamente totalitária de mediação social que submete abstrata e impessoalmente, ainda que de modos bastante diferentes, o que é fundamental ser ressaltado, a todos nós.

Tal ponto de vista nos permitiu discutir meandros da sujeição capitalista experimentados por lavradores no Vale do Jequitinhonha que não se restringiram à superexploração das forças de trabalho dos mesmos quando da sua realização como assalariados, nem à extração da parte que lhes caberia do produto social total, como remuneração da propriedade fundiária que lhes diz respeito. Nos permitiu também discutirmos a subordinação capitalista sem necessariamente termos de evidenciar as personificações da dominação ou exploração enquanto alvos da problematização, como frequentemente ocorre nas críticas voltadas sobretudo contra a distribuição desigual do

produto social. O fato de considerarmos a condição de sujeição experimentada pelos lavradores para além da sua dominação ou exploração, seja por capitalistas ou por latifundiários, não significa que tomamos os próprios lavradores como sujeitos que decidiriam, mediante as suas "escolhas", ceder ao capitalismo que se reproduziriam supostamente de maneira independente deles, no capital bancário que lhe concede empréstimos, no capital industrial comprador da sua força de trabalho e vendedor de mercadorias superprodutizidas, no capital rentista responsável por lhe expropriar ou se apropriar da renda fundiária dos mesmos.

Contrariamente, a discussão sobre a sujeição das condições de reprodução dos lavradores à dominação impessoal existente na presente forma de mediação social estabelecida não simplesmente em torno, mas por meio das *coisas*, nos possibilita arrematarmos a problematização exaustivamente conduzida, na qual reivindicamos o entendimento da chamada reprodução camponesa enquanto momento da reprodução capitalista, e não como uma totalidade supostamente apartada. Ou seja, nos permite arrematarmos a problematização na qual reivindicamos que a crítica da desigual distribuição do produto social entre as classes se articule com o mais que necessário questionamento do individualismo metodológico, rumo à crítica categorial do valor-dissociação.

## *4.5. As condições da reprodução crítica da mobilidade do trabalho dos camponeses*

Até agora, conduzimos uma problematização ao frequente entendimento da modernização ocorrida no Vale do Jequitinhonha, a partir de meados do século XX especialmente, como tendo sido a de um processo de acumulação primitiva, por distinguirmos a reprodução das relações de produção anteriormente existentes como momento da territorialização do capital que se desdobrara do sistema colonial, respondendo certas condições, por assim dizer, regionais, de mobilização do trabalho no processo de "internalização" da metrópole. Ante a investigação realizada sobre os resultados da modernização regional, desejamos recolocar a mencionada problematização, mas desdobrando-a a partir de um ponto de vista diferente: do mesmo modo que o processo de modernização retardatária não significou nem a "chegada" nem a "instauração" do capitalismo na "região", também *não* implicou uma completa homogeneização do assalariamento, enquanto marco da presumida passagem das chamadas relações não-capitalistas para relações propriamente capitalistas de produção.

Diferentemente, a partir de nossa perspectiva sobre o processo de modernização, procuramos mostrar como a territorialização do capital desdobrou uma progressiva modificação nas condições para a mobilização do trabalho e, com as mesmas, para a acumulação do capital. Assim, encontramos efetivamente um marco nas referidas transformações sobrevindas no Vale do Jequitinhonha, mas o mesmo se referiu não à "chegada" do capitalismo naquela "região" e, sim, à própria "produção" da mesma, promovida no processo de constituição de uma *superpopulação relativa* a instituir a mobilidade do trabalho enquanto a base da modernização nacional, sobre a qual se assentariam industrialização e urbanização crescentes. O que não significaria a homogeneização completa dos termos daquela acumulação, tanto no que se refere a um processo, pretensamente integral, de expropriação, como em relação a uma suposta predominância da extração de mais-valia relativa, enquanto alicerce da acumulação capitalista.

Sendo assim, as relações que em tese teriam "restado" ou "resistido" àquelas transformações não poderiam ser interpretadas como "sobras" ainda não totalmente modernizadas, uma vez que, além de serem produtos do já referido processo de territorialização regional do capital, teriam igualmente se modificado no bojo da autonomização da reprodução de determinadas relações sociais capitalistas (vide aqui a mobilização do trabalho, no cerne do nosso debate) da sua imposição imediata pelas personificações dos domínios fundiários, "terra" e "capital", concomitantemente, antes mesmo de existirem assim autonomizados.

Para que as mencionadas condições de reprodução social, inclusive aquelas experimentadas por lavradores que não passaram a depender da migração ou do assalariamento para sustentarem suas famílias não sejam consideradas uma totalidade independente, porque a autonomização, como vimos, constitui-se, antes, como o estabelecimento de uma *aparência* de autonomia, a ruptura ocorrida na reprodução camponesa das antigas relações regionais de produção não deve ser buscada de modo localizado, apenas pontualmente, nas "terras" em que um processo de expropriação efetivamente se desdobrou, qualquer que fosse o mesmo, desencadeado nos moldes da expulsão dos agregados, da invasão dos posseantes ou da perda das condições de sobrevivência em sítios e "situações".

Diferentemente, têm que ser problematizada em termos de determinado aprofundamento do caráter da mercadoria como forma de mediação social geral. Esse processo foi frequentemente interpretado como uma maior integração do Vale do

Jequitinhonha e das chamadas regiões limítrofes para onde anteriormente escoava a sua produção a um circuito comercial nacionalizado, a dificultar a inserção da produção camponesa em um contexto mais competitivo, bem como a aumentar a necessidade de renda monetária por parte dos camponeses para o consumo de inúmeras outras mercadorias, inclusive produzidas industrialmente, que passariam a circular no mencionado mercado.

Ainda que aquela perspectiva apreenda em termos fenomênicos momentos fundamentais do processo de modernização discutido, buscamos problematizá-lo diferentemente, sobretudo no que permite discutir a transformação nas condições da acumulação do capital ocorrida, mas não restrita somente ao país. Para retomarmos o problema do chamado assalariamento acessório dos lavradores e das suas migrações temporárias em busca da obtenção de renda monetária para a complementação da sobrevivência, podemos sugerir que o rompimento desencadeado nas condições de mobilização, não dependendo estritamente de processos imediatos ou localizados de expropriação, se referiu, antes, à *autonomização* do trabalho com relação à terra que possibilitaria o exercício da mobilidade das forças de trabalho, inclusive daquele campesinato que logrou se estabelecer na condição de proprietário ou de posseiro regulamentado, independentemente da produção realizada diretamente nas unidades familiares dos mesmos.

No discutido processo de territorialização regional, "capital" não conseguia se objetivar sem "terra", garantia permanente do investimento agrícola segundo o que argumentou Faoro (2001: 152), enquanto "trabalho" não podia ser mobilizado independentemente de ambos, que figuravam sem ter adquirido a menor aparência de autonomia sob a configuração regional dos domínios fundiários. Com a ruptura da mencionada forma de acumulação, desencadeada pelo estabelecimento de uma superpopulação relativa nacional, as condições de mobilização do trabalho poderiam, diferentemente, se tornar aparentemente independentes do investimento efetuado em determinada "terra" regional em que o trabalho se encontraria "represado", segundo a terminologia empregada por Oliveira (1987). Independentes apenas aparentemente, reforçamos, visto que a transformação dos antigos domínios fundiários regionais em *propriedade privada da terra* participara decisivamente do estabelecimento da dupla liberdade em que passou a estar fundamentada tanto mobilidade do trabalho como territorialização do capital. E não somente nas situações em que a expropriação imediatamente ocorreu, pois o processo de autonomização em que repousou incidiu na reprodução camponesa como um todo.

Um exemplo desse impacto se refere à transformação dos posseantes que se estabeleciam nas fronteiras em "posseiros". Assim como a própria emergência do "campesinato" unicamente pode ser definida, de uma maneira rigorosa, a partir do rompimento das relações de produção baseadas nos domínios e com elas de suas nomenclaturas regionais (cf. seção 1.4 dessa tese), a instituição dos posseiros enquanto categoria pressuporia a formação da propriedade privada a sobrepujar as "livres" possibilidades de apropriação conjuntural em determinadas terras[198] e desencadear o surgimento dos movimentos de luta pela terra no Brasil.

Outro exemplo, mais diretamente relacionado com a questão do chamado assalariamento acessório dos lavradores e suas migrações temporárias em busca de rendimentos monetários se refere à transformação dos antigos sitiantes ou mesmo dos situantes em "pequenos proprietários". No contexto mencionado, o processo de autonomização garante a auferição de rendas relativas à propriedade da terra, bem como provenientes do trabalho independentemente de ambos serem mobilizados de modo "fundido", para empregarmos novamente expressão de Oliveira (1987). Como uma propriedade que pode ser *arrendada*, não tendo, necessariamente, que servir para a objetivação do dispêndio do tempo de trabalho familiar dos donos, também a força de trabalho dos camponeses pode ser *mobilizada*, mediante sua comercialização fora das unidades, independentemente dos mesmos serem completamente expropriados das possibilidades de reprodução nas suas terras ou não. Ou seja, com o processo de autonomização, as forças de trabalho dos camponeses emergiriam na condição de *mercadorias* que lhes pertencem e por meio das quais podem conseguir rendimentos monetários, como também o podem mediante a propriedade da terra.

Esse ponto da argumentação deve ser retido. Tomada da perspectiva das suas condições concretas de mobilização, a necessidade dos lavradores obterem trabalho assalariado migrando ou mesmo nas suas comunidades rurais e proximidades, como funcionários de "projetos", diaristas em fazendas ou camaradas a dia em pequenas propriedades de famílias camponesas em melhor situação, pode ser proveniente da deterioração, ainda que parcial, das suas condições de reprodução social. Contudo, considerada do ponto de vista das suas *determinações formais*, a generalização da possibilidade de assalariamento para aqueles camponeses se assenta no processo de autonomização do trabalho com relação à terra, momento central da modificação das

[198] Uma possibilidade "que pressupunha", conforme sugeriu Moura, "afastamento social das áreas nas quais a fazenda tinha interesse de se estabelecer" (1988: 17, nota 4).

condições de mobilização do trabalho, da "abertura" das antigas "regiões" e do estabelecimento de um mercado de trabalho nacional.

Assim, sugerimos que aquele campesinato, constituído enquanto resultado de determinada forma de territorialização do capital, tomada como regional, teria sido aniquilado, de fato. Não para ser substituído, como poderiam indicar perspectivas francamente "leninistas", num presumido processo de completa homogeneização do assalariamento, supostamente "positivo" do ponto de vista da possível formação da consciência "revolucionária" (cf., por exemplo, Muls, 1989). Mas, ao contrário, no seu processo de transformação de um campesinato *regionalmente* reproduzido em um campesinato reproduzido *nacionalmente*. Ou seja, de transformação dos agregados, moradores, foreiros e colonos, entre outros, no *campesinato* propriamente dito, cujas condições de reprodução não mais variam diretamente, acompanhando as formas diferenciadas de extração daquela espécie de tributo pago não apenas em virtude do monopólio fundiário, mas também em decorrência do monopólio da violência que fundamentava a mobilização do trabalho. Não mais variavam posto que o processo de reprodução das relações sociais de produção não mais se territorializava em termos propriamente regionais, não obstante certas particularidades permanecerem existindo. Identificamos, por isso, a reprodução daquele campesinato emergente, o campesinato propriamente dito, como "nacional" em contraposição às condições regionais da sua existência anterior.

Isso significa, segundo a perspectiva aqui mobilizada, tomarmos as condições nacionais de reprodução do atual campesinato existente no Vale do Jequitinhonha não simplesmente enquanto um resultado do processo de modernização sucedido naquela "região", mas como momento da atual forma de reprodução do capital que foi se estabelecendo. O atributo "nacional" que propusemos para caracterizar atualmente as condições de reprodução camponesa se refere à forma assumida pelo processo de territorialização do capital, superadas as limitações impostas pela ausência de uma superpopulação relativa à formação da mobilidade do trabalho. Sabemos, sem dúvida nenhuma, que a reprodução social capitalista, não exclusivamente hoje, mas desde os primórdios do seu processo de instituição com o estabelecimento do sistema colonial, implicou na produção do "mundo" como uma escala imprescindível para o seu desdobramento. Logo, não haveria a menor pertinência em sustentarmos a ideia de uma formação caracteristicamente "regional" ou "nacional". As críticas que Franco (1997)

endereçou à noção de "formação social brasileira" mobilizada pela *Escola Paulista de Sociologia* nos parecem suficientes a esse respeito.

Quando nos referimos aos atributos "regional" e "nacional" não estamos, consequentemente, a estabelecer balizas para segmentos da reprodução capitalista, considerados enquanto formação social específica (brasileira, por exemplo), mas, diferentemente, buscamos evidenciar que uma discussão crítica acerca da reprodução capitalista não pode prescindir da problematização das *relações de poder* que são concernentes à mesma. Assim sendo, a crítica da territorialização do capital ganha importância decisiva. Como viemos assinalando ao longo da nossa exposição, não consideramos o aspecto relacional das práticas territoriais enquanto mero exercício de poderes, como poderia sugerir a apresentação do conceito de *território* mobilizada por Raffestin (1993), por exemplo, mas tomamos criticamente a abordagem mencionada, desviando-a para tratar a reprodução capitalista como processo que mobiliza trabalho mediante práticas de violência extraeconômica e econômica. Partimos assim da forma regional assumida pela territorialização do capital para encontrarmos sua posterior configuração nacional, estabelecida naquele processo de monopolização da violência comandado pelo Estado nacional em consolidação.

Como vimos anteriormente, esse processo apenas pode se efetivar quando a mobilização do trabalho passou a prescindir do porte e das possibilidades de exercício imediato da violência pelas personificações da forma regional de acumulação. A autonomização do capital decorrente desse processo, entre suas muitas dimensões investigadas, se expressaria, para além da referida monopolização da violência, na juridificação que lhe seria correspondente. Apoiado no aprofundamento da divisão do trabalho e na formação do trabalho complexo, esse processo conferiria ao exercício da violência uma *aparência de objetividade*, reforçada ainda pelo assalariamento dos funcionários responsáveis por sua reiteração de uma maneira impessoal. O produto do trabalho despendido pelos mesmos seria a garantia de determinadas condições para a realização de trocas entre cidadãos proprietários, de cuja reprodução fetichistamente naturalizada teria sido apagada as marcas do seu fundamento, o referido processo de expropriação. Considerado, como expusemos, não em termos pontuais ou de modo localizado, mas enquanto autonomização entre terra, trabalho, capital e violência, determinante no estabelecimento daquele padrão territorial em que se assenta o Estado nacional.

Na mencionada forma nacional assumida pela territorialização do capital, a mobilidade do trabalho dos livres *sujeitos sujeitados*[199] se constituiria comandada sob a finalidade tautológica e fetichista de transformar dinheiro em mais dinheiro. Embora o dinheiro, sob certo ponto de vista, tivesse vindo a se tornar a própria e mais central manifestação do poder, conforme sugeriu Smith (1986) caracterizando-o como poder de compra, ou seja, capacidade de "comandar" o trabalho alheio, seu curso forçado sob o controle territorialmente exercido pelo Estado nacional evidenciaria as diferenças fundamentais entre o poder estatal e aquele portado por particulares, considerado, sem qualquer dúvida, o recurso obrigatório ao dinheiro para o exercício da apenas aparente autonomia do Estado.

O Estado assumiria, portanto, um papel determinante nas atuais condições de reprodução social, assegurando a forma nacional da territorialização do capital, entre outras dimensões da reprodução do mesmo, cuja problematização nos deve permitir ainda caracterizar mais detidamente seu sentido atual. Imediatamente, trata-se sobretudo de reforçarmos a perspectiva de acordo com a qual consideramos as atuais condições de reprodução do campesinato momento da atual reprodução do capital nacionalmente estabelecida. Consequentemente, o campesinato "restante" que teria resistido ao processo expropriatório investigado, assim como aquele que logrou "recriar" a sua condição camponesa, não pode ser tomado como uma totalidade supostamente independente ou apartada, sendo necessário criticar, como buscamos proceder ao longo da nossa problematização, a forma de mediação com base na qual a reprodução do mesmo se estabelece como momento daquela totalidade fragmentária conformada pela reprodução capitalista. Além de ser necessário tomar, como buscamos igualmente proceder, as modificações na forma de reprodução do mesmo como momentos do processo de autonomização de certas condições para a mobilização do trabalho com vistas à transformação do dinheiro em mais dinheiro, finalidade abstrata e tautológica da territorialização do capital.

Estamos a argumentar, consequentemente, que as condições de reprodução camponesa, além de repousarem na mercadoria enquanto forma de mediação social fundamentalmente fetichista, sempre corresponderam, nas suas diferentes configurações historicamente assumidas, a condições para a reprodução do capital. Estabelecidas

[199] "Este novo igualitarismo da forma do dinheiro total gera não só novas diferenças sociais e novos fenômenos tanto mais brutais de pobreza e de despojamento de todos os meios de produção, mas também novas e não menos brutais coerções" (Kurz, 1994: 10).

inicialmente como desdobramento do processo colonial de territorialização do capital, constituíram condições para a mobilização do trabalho com o fim do escravismo, num contexto de ausência de superpopulação relativa. Mais que mera circulação simples, participaram do processo global de reprodução do capital acumulando condições para a emergência da dupla liberdade enquanto fundamento da mobilidade do trabalho e da acumulação. Com os processos de expropriação, autonomização e generalização da dependência reificada mesmo aqueles camponeses que conseguiram preservar ou reestabelecer seu acesso à terra, se veriam engajados num processo global também transformado de reprodução do capital, cujos termos falta apresentarmos mais sistematicamente de maneira a completar a nossa proposição de que atualmente os camponeses, sim, se reproduzem, mas se reproduzem criticamente, além de estarem expropriados em suas próprias terras.

Duas abordagens clássicas se colocam como balizas para considerarmos o engajamento da reprodução camponesa nas condições autonomizadas de reprodução capitalista. Ambas foram tratadas, em parte do debate brasileiro sobre o tema (cf., por exemplo, Oliveira, 2003), como correntes ou tendências de uma mesma perspectiva, identificada como paradigma da *questão agrária*[200]. A tese central que estrutura essa perspectiva pode ser abreviada na concepção de que o avanço do capitalismo sobre a agricultura engendra e reproduz a questão agrária como fundamento contraditório do desenvolvimento capitalista no campo. O cerne da discordância entre suas correntes fundamenta-se no entendimento distinto que têm com relação à superação daquela contradição que (re)produz a questão agrária, no processo de superação do próprio capitalismo.

Uma das abordagens desenvolvidas no chamado paradigma da questão agrária retomaria o tratamento conferido por Lênin (1980 e 1985) para o aniquilamento do campesinato como resultado do desenvolvimento de grandes explorações capitalistas. Segundo o autor, as condições de reprodução social daquela classe terminariam completamente exauridas nesse processo, levando-a ou para sua proletarização ou

[200] Como apontou Felício (2011), o paradigma da questão agrária atualmente divide lugar com outro, o do *capitalismo agrário*, segundo o qual os conflitos produzidos pelo avanço do capitalismo no campo seriam solucionáveis com o próprio desenvolvimento do mesmo. As correntes ou tendências do paradigma do capitalismo agrário poderiam ser divididas entre a apologia da agricultura familiar (cf., por exemplo, Veiga, 1991 e Abramovay, 1998) e a apologia do agronegócio (cf., por exemplo, Navarro, 2010). Não obstante possuísse alguma pertinência, para Felício, a referida divisão se prestaria sobretudo a enaltecer a hegemonia capitalista e diluir as contradições existentes entre campesinato e agricultura capitalista, fazendo parecer que, de maneira a assegurar sua sobrevivência, "basta ao campesinato lutar ao lado do capital tecnificado, se integrando no processo produtivo e promovendo a metamorfose do camponês em agricultor familiar" (2011: 6).

diferenciação[201]. Sobrariam, assim, exclusivamente os camponeses que tivessem os fundamentos da sua reprodução modificados, transformando-se em produtores de mercadorias, aos quais interessa o aumento dos preços dos produtos agrícolas, pois sobrevivem a partir da comercialização dos mesmos e não das suas forças de trabalho. Aspirações com essas características os tornaria, enfim, solidários aos proprietários fundiários, com quem partilhariam a apropriação da renda. Para Lênin, nessa mudança consistiria o central, pois seria mais que "suficiente para fazer [do campesinato] um antagonista do proletariado. [...] Por sua situação de classe, o pequeno agricultor torna-se inevitavelmente, à medida que se desenvolve a produção mercantil, um partidário da estrutura agrária existente, um *pequeno agrarista*" (Lênin, 1980: 92, grifos no original).

Ao longo do nosso trabalho, conferimos um tratamento para a relação entre reprodução camponesa e reprodução capitalista diferenciável da abordagem acima apresentada sob muitos aspectos, a começar por não termos tomado as mesmas como totalidades independentes. Principiamos nossa argumentação criticando a perspectiva mobilizada nessa corrente, segundo a qual o capitalismo "chegaria" ao campo, desestruturando uma produção de caráter "natural". Pelo menos no processo que investigamos, desdobrado da territorialização colonial do capital, o campesinato se generalizaria, para não deixarmos de lado a existência de homens livres na ordem escravocrata, com o estabelecimento de condições, por assim dizer, regionais para a mobilização do trabalho com vistas à produção de mercadorias.

Estabelecida como decorrência da reprodução capitalista, a reprodução do campesinato não deixaria, por isso, de passar por transformações no processo de modernização daquela. No tratamento dessas transformações, mais uma vez nos diferenciamos da abordagem antes apresentada. Inicialmente, questionando um dos fundamentos da noção de diferenciação, ao mostrarmos que o campesinato não se *transformava* num produtor de mercadorias, mas, diferentemente, se constituía nessa condição. Para, em seguida, questionarmos o outro fundamento daquela concepção, mostrando que resistiria ao processo de autonomização um campesinato, no Vale do Jequitinhonha, ao menos, não diferenciado, pouco ou nada tecnificado e, inclusive, consideravelmente empobrecido.

[201] A diferenciação dos camponeses consistiria na transformação dos mesmos em pequenos capitalistas, cuja produção perderia seu caráter "natural" em favor do "mercantil" (Lênin, 1980: 63), enquanto que sua proletarização consistiria na expropriação do seu domínio sobre os meios de sua reprodução, sobretudo suas terras, ou na deterioração paulatina das suas condições de reprodução, decorrente da ausência de progresso técnico ou do endividamento (Lênin, 1980: 64).

O tratamento "leninista" mais estrito trataria o problema como processo de proletarização ou, no mínimo, como semiproletarização. Toda a discussão acerca da generalização das migrações temporárias, assim como a formulação da categoria de "camponeses-migrantes" seriam tentativas de enfrentar essa questão. Como vimos, não obstante, muitos lavradores cujas narrativas apresentamos apontaram claramente a necessidade que tiveram de voltar a se reproduzir enquanto camponeses, perante as dificuldades crescentemente enfrentadas para sua inserção no mercado de trabalho assalariado. Não tratamos, portanto, de um processo de proletarização ainda não completamente terminado, mas, sim, de uma espécie de "recampenização", que viria a se conformar como desdobramento das atuais condições de reprodução da acumulação capitalista. Uma espécie de "recampenização", dizemos, pois, como vimos, as condições estabelecidas para a sobrevivência daqueles lavradores não poderiam ser entendidas simplesmente em termos da realização da sua produção camponesa, ficando destacado preponderantemente o papel assumido pelo Estado naquela reprodução, aspecto que consideramos igualmente um desdobramento daquelas mesmas atuais condições de reprodução da acumulação.

Nesse sentido, a forma atual da reprodução camponesa que observamos ser experimentada frustraria não apenas a tese da necessária diferenciação ou completa proletarização, mas frustraria igualmente a perspectiva de constituição do proletariado enquanto momento necessário para a superação da reprodução capitalista, depois de ultrapassada a *questão agrária*, produzida esta em decorrência do desenvolvimento do capitalismo no campo. Justamente porque, como buscamos mostrar, a perspectiva de homogeneização do assalariamento teria que ser revista ante aquela espécie de "recampenização" que vimos emergir – a qual sugeriria a existência de dimensões da reprodução do capital não circunscritas ao processo de exploração dos trabalhadores assalariados com base na extração de mais-valia, relação que, segundo a corrente de orientação "leninista", somente o proletariado, enquanto classe, teria condições para confrontar.

Diferentemente da referida corrente de orientação "leninista", a outra abordagem clássica integrante do chamado paradigma da questão agrária não teria suas teses e perspectivas frustradas diante do processo de "recampenização" que apresentamos. Reconheceria no mesmo a constituição do campesinato enquanto uma classe bastante diferente daquela cujas tendências se aproximariam dos defensores da estrutura agrária existente, identificados por Lênin (1980) como agraristas. Essa abordagem não se

diferenciava da anterior exclusivamente por tomar o campesinato enquanto classe revolucionária, mas, também em virtude da interpretação que tinha sobre a própria contradição resultante da expansão capitalista. Para ela, não seria possível qualquer ultrapassagem definitiva da questão agrária por obra de um suposto processo de homogeneização das relações sociais de produção, por ser a acumulação de capital inteiramente dependente da *reposição* da acumulação primitiva.

No debate brasileiro sobre o avanço do capitalismo no campo se convencionou considerar essa última abordagem um desenvolvimento do tratamento conferido por Luxemburgo (1985) para a contradição central existente na acumulação capitalista. Efetivamente, a autora reconheceu a necessidade de uma constante subordinação das chamadas relações não-capitalistas enquanto momento indispensável da acumulação capitalista, que nunca ficaria completamente restrita à exploração dos trabalhadores assalariados em condições, por assim dizer, "normais" de extração de mais-valia. Investigando os famosos esquemas de reprodução apresentados no segundo livro de *O capital*, Luxemburgo notaria um problema que julgou ter ficado sem resposta no desenvolvimento de toda a obra de Marx. Concordava com esse autor com relação à necessidade de realização da mais-valia para que a acumulação fosse consumada[202], discordando, sem embargo, no que se refere à origem do dinheiro necessário para a transformação do capital-mercadoria *excedente* que resultaria da produção capitalista, irrealizável a partir dos pressupostos pela mesma estabelecidos. A resposta para esse problema teria que ser buscada, para Luxemburgo, no significado econômico do imperialismo, pois sua análise lhe mostrava a realização daquele capital-mercadoria totalmente dependente das chamadas *rendas de terceiros*, que a autora considerou provenientes sobretudo das relações de troca entre produção capitalista e o meio não-capitalista[203].

Em razão da importância que o debate sobre a acumulação primitiva teve na interpretação desenvolvida pela autora, aceitamos a concepção segundo a qual aquela

[202] "Somente então, quando se consegue que a mercadoria toda, em seu conjunto, seja alienada por dinheiro correspondente a seu valor, é que se alcança o objetivo da produção" (Luxemburgo, 1985: 12).

[203] "Para que a acumulação se verifique é necessários encontrar outros compradores que adquiram essa partida de mercadorias em que se encontra o lucro destinado à referida acumulação. Os compradores necessários devem ter meios próprios de compra, meios que sejam fornecidos por fontes próprias e perfeitamente autônomas, que nada tenham a ver com o bolso do capitalista, tais como as de que dispõe os trabalhadores. [...] Teve assim de estabelecer-se, desde o início, uma relação de troca entre a produção capitalista e o meio não-capitalista, relação mediante a qual o capital encontraria a possibilidade de transformar sua mais-valia em ouro necessário à capitalização subsequente, bem como a providenciar as mercadorias necessárias à expansão da própria produção; de garantir, enfim, o crescimento da força de trabalho proletarizada pela decomposição das formas não-capitalistas de produção" (Luxemburgo, 1985: 333, 334 e 335).

abordagem do chamado paradigma da questão agrária que identifica a recriação do campesinato enquanto relação não-capitalista de produção como possibilidade constante baseia-se em sua obra. Sem embargo, deve ser notado que para Luxemburgo o desenvolvimento do capitalismo sobre o meio não-capitalista teria como limite a transformação definitiva desse último em um completo análogo do primeiro[204]. Como argumentamos anteriormente, na discussão travada com os trabalhos de Smith (1988), Oliveira (1987) e Harvey (2004), para ela, a redução da reprodução das relações não-capitalistas de produção a uma forma propriamente capitalista, o seu "engolimento", conduziria ao acirramento das contradições internas do capitalismo, levando-o ao período final da sua trajetória histórica.

Frente a essa consideração, tornar-se-ia necessário revermos a afirmação feita anteriormente sobre a pertinência de partirmos das teses e perspectivas inspiradas na argumentação da autora para tratarmos da permanência de condições de reprodução camponesa e, inclusive, daquele processo que entendemos como uma espécie de "recampenização". Não quando relembramos, contudo, a abordagem segundo a qual apresentamos as condições hodiernas de reprodução do campesinato no Vale do Jequitinhonha. Ela se diferencia mais do modo como a corrente de orientação "luxemburguista" se apropriou da obra da autora, invocando a perspectiva de um reestabelecimento sem limites da acumulação primitiva, que da concepção da própria Luxemburgo a qual identificou como barreira à manutenção das próprias condições de acumulação do capital a transformação definitiva do meio não-capitalista em completo análogo daquele capitalista. Assim, é possível encontrarmos semelhanças entre nossa perspectiva e determinados aspectos da reflexão de Luxemburgo, em um patamar diferenciado daquele que se mobiliza nas discussões do chamado paradigma da questão agrária: como ela, reconhecemos um processo de aproximação das condições de sobrevivência experimentadas pelo campesinato à dos trabalhadores assalariados cujas relações em que se reproduzem são identificadas como propriamente capitalistas.

Sem embargo, a semelhança apontada exigiria importante ressalva, pois não consideramos o processo investigado como a estrita transformação dos lavradores em assalariados, ou seja, não tomamos nesse plano o desdobramento de nenhuma total homogeneização. Não se deve esquecer, contudo, que olhamos para o processo de

[204] "Dessa maneira o capital expande-se cada vez mais graças a suas relações recíprocas com os círculos e com as nações não-capitalistas, acumulando seu capital à custa destes; ao mesmo tempo que corrói a cada instante a outra entidade a qual se associa, procurando desalojá-la e assumir seu lugar" (Luxemburgo, 1985: 335).

modernização buscando criticar a distinção comumente sustentada entre as relações propriamente capitalistas e as chamadas relações não-capitalistas. Assim sendo, que o assalariamento não seja homogêneo, não significa, para nós a ausência de um caráter efetivamente capitalista para as relações de reprodução do campesinato, desde o estabelecimento do mesmo, como também, mais que isso, não nos impede de ver a aproximação entre suas condições de vida, inclusive dos lavradores que nunca se assalariaram, e dos trabalhadores em geral, apreendida no bojo da generalização da *mobilidade do trabalho*: autonomização, dupla liberdade e dependência reificada são suficientes para mobilizar a "entrega dócil dos corpos" para o trabalho, não sendo estritamente necessário o recurso à chamada violência extraeconômica para tanto, diferenciando-se, portanto, tais condições daquelas observadas anteriormente quando investigamos os processos colonial e regional de mobilização do trabalho e de territorialização do capital.

A crítica que propusemos a determinada compreensão das formulações de Luxemburgo como afirmação de uma reposição constante e sem limites da acumulação primitiva estende-se também para a forma como Gaudemar (1977) interpretou a argumentação daquela autora. Nela se fundamenta a diferença, que convém agora explicitarmos, entre a maneira como viemos empregando o conceito de mobilidade do trabalho e a definição que o mesmo recebeu na investigação realizada por esse autor, *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital* (1977). Gaudemar tomou o referido conceito da seção voltada ao estudo da transformação do dinheiro em capital, situada no primeiro livro de *O capital*. Sua apresentação do mesmo passaria de modo decisivo, entretanto, pela incorporação do chamado "Capítulo inédito" daquela obra e pela anteriormente mencionada forma de apreensão das formulações de Luxemburgo.

Nota-se essa influência no modo como ele deu proeminência para a noção de *subsunção* real do trabalho ao capital. Ela corresponderia quase que completamente ao conceito de mobilidade do trabalho ostentado por Gaudemar se esse não implicasse igualmente numa caracterização minuciosa das formas e dimensões concretas daquela subordinação[205]. Para Gaudemar, a transformação do "trabalho" na mercadoria força de trabalho com vistas à sua exploração em regime de assalariamento seria o cerne da

[205]A mobilidade adquirida pelos trabalhadores realmente subsumidos não se referiria apenas aos deslocamentos espaciais impostos pelo capital aos trabalhadores, mas deveria "prestar-se às formas e transformações da organização do processo de trabalho. Duração, intensidade, produtividade do trabalho são as suas palavras-chave. A mobilidade é a capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações de jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior" (Gaudemar, 1977: 194).

instauração da mobilidade. Ou seja, o autor partia da suposição de uma categoria completamente genérica de trabalho para a qual achava especificidade só quando da sua comercialização como mercadoria. Essa maneira de equacionar o problema ficava bem evidente na distinção que o autor sugeria entre uma economia mercantil em geral e a economia mercantil especificamente capitalista, cuja passagem de uma a outra se fundamentaria na transformação do trabalho em mercadoria.

Num ponto de vista, essa passagem era apresentada de modo bastante preciso, correspondendo ao momento de formação do capitalismo e guardaria, sozinha, todo um mundo novo apresentado como uma totalidade de relações. A exposição de Gaudemar acabava por se complicar, sem embargo, quando o mesmo admitia que a acumulação primitiva não teria ficado restrita ao período inaugural do capitalismo, sendo reiterada enquanto parte constitutiva de qualquer processo de acumulação[206]. Que os processos de expropriação se manteriam em curso, isso ficava bem claro nos argumentos do autor. Entretanto, não era tematizado o estatuto daquele âmbito não-capitalista que se ia incorporando mediante a constituição da mobilidade do trabalho. Corresponderiam à economia mercantil em geral tanto as condições de reprodução do campesinato não expropriado que resistia no interior dos países capitalistas como aquelas das relações existentes nas colônias sobre as quais o capitalismo avançava mais tardiamente? No transcurso do processo de modernização tanto umas como as outras não teriam se transformado independente dos processos estritos de expropriação e subsunção ao assalariamento?

Luxemburgo, como vimos anteriormente, imaginava um processo tal de "engolimento" daquelas relações que faria o capitalismo, em razão da sua dependência completa do meio não-capitalista, estourar-se numa crise terminal. Via, portanto, transformação progressiva e não a possibilidade de "eterno retorno" de um âmbito

[206] "A acumulação dita 'primitiva' (e as formas de mobilidade do trabalho que lhe são adstritas) prossegue como elemento permanente do processo de acumulação. Perde apenas a sua predominância, o seu papel de condição necessária, quando a submissão real do trabalho ao capital é estabelecida num espaço dado; é então determinada pelas necessidades de reprodução do próprio capital; torna-se o elemento 'exterior' do aparelho de produção da força de trabalho que o capital requer, ao lado dos seus elementos 'interiores' que são a família, a escola, a formação profissional, etc. [...]. Enquanto o regime capitalista não se apoderou de *toda* a produção nacional, subsiste uma esfera social de acumulação primitiva, uma esfera que executa a passagem da submissão formal [...] à subsunção real [...]. Esta esfera que se vai reduzindo no *interior* do país é substituída pela esfera exterior das relações países que dominam/países dominados para onde o capitalismo foi só exportado mais tarde. À expropriação do camponês interior sucede a do indígena dos países colonizados e, muito rapidamente, a imigração. Assim, a única especificidade da acumulação primitiva que justificaria a sua delimitação histórica e consequentemente a sua não permanência, seria ter sido pressuposição, condição indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, ao seu aparecimento fora das estruturas anteriores, à generalização da submissão real do trabalho" (Gaudemar, 1977: 274-275).

supostamente "externo" sempre disponível para ser incorporado e incorporado de novo. Gaudemar, escrevendo mais de meio século mais tarde, simplesmente por não haver reconhecido o esgotamento de todas as "fronteiras" tanto internas como externas aos chamados países capitalistas nas quais ainda se podia lograr acesso à terra, acabaria desprezando toda essa percepção de processo e mudança que preenchia a reflexão de Luxemburgo, mantendo aprisionadas todas as relações que não haviam se tornado propriamente capitalistas numa categoria inteiramente genérica, típica do método da economia política (cf. Marx, 1987: 16-23). Relegadas ao plano da chamada economia mercantil em geral, as relações que se reproduziam sem o trabalho haver se tornado mercadoria não exigiam tematização, pois eram supostas estáticas, impassíveis de transformação histórica, quase que "naturalmente" reproduzidas, embora o modelo de socialização com o qual se caracterizava aquele mundo não-capitalista correspondesse precisamente ao das relações sociais capitalistas fetichistamente naturalizadas: a velha *robinsonada* das relações não-capitalistas baseadas na troca, no trabalho e em certo fundamento contratualista no qual parecia consistir a perigosa definição geral de "humanidade".

Ainda que, como Gaudemar, não tenhamos reconhecido o esgotamento das "fronteiras" nas quais ainda se pode ter acesso à terra, tendo julgado necessária a historicização dos processos sociais para a crítica da naturalização dos mesmos, não poderíamos proceder da mesma forma que ele sustentando um "modelo" de relações contraposto ao campo da *formação* da mobilidade do trabalho, conceito esse que, consequentemente, acabava por se tornar também mero modelo. Desviamo-lo, assim, mediante uma crítica da perspectiva ostentada por Gaudemar, para considerarmos a mobilidade não enquanto característica *pontualmente* adquirida unicamente pelos trabalhadores que tiveram sua força de trabalho transformada em mercadoria, mas, considerando sua constituição no bojo do processo de autonomização da reprodução capitalista no Vale do Jequitinhonha e no Brasil como um todo. Em outras palavras, desviamo-lo para entender a mobilidade enquanto característica ou, melhor, forma de realização das atuais condições de subordinação tanto ao trabalho assalariado, como igualmente, àquele do "produtor direto", como convém ressaltarmos, produtor de mercadorias. De subordinação a uma socialização mediada de forma fetichista, tautologicamente colocada pelo capital, como "sujeito automático" que subordina as personificações tanto do trabalho como aquelas do próprio capital.

Com o referido desvio na utilização do conceito de mobilidade do trabalho procuramos reunir dois momentos da argumentação de Luxemburgo que parecem inconciliáveis. Por um lado aproveitamos sua perspectiva mais consagrada de que a expropriação reaparece no percurso histórico do capitalismo para além do seu momento inaugural. Por outro, reivindicamos o seu poderoso senso histórico e de processo, aproveitando sua perspectiva de que o desenvolvimento capitalista produz não apenas transformação, como também homogeneização, sem termos que admiti-la mediante a pressuposição de uma completa expropriação, o que, como vimos, no contexto problematizado em nossa investigação seria falso. Certo é que essa conciliação implica críticas inclusive para Luxemburgo, principalmente ao fato da sua perspectiva de diferenciação entre as relações não-capitalistas e propriamente capitalistas se basear estritamente na crítica a distribuição desigual do produto social, ficando de lado o aprofundamento de uma problematização sobre a forma de produção do mesmo e, precisamente por isso, nem chegando a ser suspeitado o capital como *forma social* fundamental.

A perspectiva de uma reposição constante da acumulação primitiva *stricto sensu* necessitaria, assim, ser revista. Em nosso entendimento, os processos posteriores de expropriação não podem ser simplesmente igualados àquela acumulação primitiva desencadeada com o estouro da modernização, que assumiu a forma de cercamentos e expropriações internas aos territórios metropolitanos, assim como dos processos de mobilização do trabalho fora dos mesmos, mediante, como vimos anteriormente, a territorialização colonial do capital cujo sentido era já a produção de mercadorias[207]. Argumentamos isso sem, no entanto, sugerirmos qualquer tipo de disputa em nome do emprego mais "correto" do conceito de acumulação primitiva. Tratamos somente de reivindicar que os processos de expropriação que, como observamos, marcaram a modernização brasileira, sobretudo com a consolidação do Estado nacional, sejam interpretados na relação com a mobilização do trabalho imposta desde o processo de colonização e, portanto, como autonomizações daquela relação capitalista que já se encontrava em processo. Em outras palavras: acabam superadas aquelas formas de mobilização com recurso à violência extraeconômica com o estabelecimento da dupla

[207] Mesmo reconhecendo a diferença entre as formas de mobilização do trabalho, inicialmente colonial e posteriormente regional, caracterizadas pelo recurso à violência extraeconômica, e a mobilidade do trabalho simultaneamente estabelecida nos territórios metropolitanos mediante um processo no qual a violência extraeconômica cedeu lugar àquela estritamente econômica, todo nosso esforço foi o de argumentarmos que ambas integravam uma mesma totalidade, aquela da moderna sociedade produtora de mercadorias em processo de imposição.

liberdade, mas não é ela que inaugura as relações capitalistas. Diferentemente, a mesma transforma relações em processo e, como também viemos reivindicando, não só em circunstâncias nas quais a expropriação pontualmente se desdobrou, uma vez que a autonomização faz de todos expropriados, alguns dentro mesmo da sua própria terra.

Isso dizemos para um começo de conversa. Tem ainda que ser desdobrado o questionamento sobre a permanência ou recriação de relações que, não tendo ficado circunscritas aos moldes das chamadas relações propriamente capitalistas de produção, consideradas, por isso, como vimos, por exemplo, em Harvey (2004), algo "externas", serviriam para mitigar as crises inerentes à reprodução capitalista. Afinal, todas as argumentações realmente potentes sobre a reposição da acumulação primitiva não se limitariam à diagnosticá-la, mas ligavam o reconhecimento da mesma ao papel que cumpririam como solução, ainda que provisória, para aquelas crises. Assim pudemos identificar ao longo da nossa discussão, em Luxemburgo (1985), Oliveira (1987), Smith (1988) e Harvey (2004).

Seguramente a crítica dirigida para a formulação de Gaudemar (1977) sobre a acumulação primitiva como "eterno retorno" seria cabível também para os três últimos autores aqui invocados. Não se trata, sem embargo, de nos satisfazermos com mera "correção" do modo como interpretaram a reiteração de processos de expropriação, superexploração e espoliação como se fossem a internalização de algo externo, sem considerar seu desdobramento sobre um fundamento inicial de totalização encontrável mediante a crítica da mercadoria enquanto forma de mediação social geral. Mas, diferentemente, trata-se de levarmos a cabo uma problematização sobre as atuais possibilidades dos referidos processos operarem efetivamente mitigando crises, como momento do fechamento necessário para nossa exposição, na qual não buscamos simplesmente verificar a "aplicabilidade" da teoria de Luxemburgo para explicarmos condições de reprodução experimentadas hoje em dia por camponeses no Vale do Jequitinhonha, mas sim um esforço de sua atualização que possibilite enfrentarmos criticamente o debate sobre as condições gerais da reprodução capitalista, nas quais a reprodução do campesinato se encontra inserida.

Um caminho fundamental para essa atualização foi sugerido por Kurz em sua investigação sobre os limites estruturais da valorização do capital realizada no ensaio *A ascensão do dinheiro aos céus* (1995a). Não se deixando limitar pelas críticas fartamente dirigidas contra argumentos de Luxemburgo em todo o século XX, o autor faria um aproveitamento nada ortodoxo das questões identificadas pela autora. Não é que não

conhecesse a polêmica em torno da caracterização das crises como resultados da superprodução ou do subconsumo, mas procuraria transpor essa polarização para problematizar uma questão mais profunda que teria sido aflorada pela autora em sua investigação sobre as chamadas rendas de terceiros.

Como vimos antes, Luxemburgo se referia a uma dependência crescente da acumulação do capital com relação às rendas monetárias daqueles que em tese se encontrariam de "fora" da reprodução do capital. Com essa formulação, para Kurz, ela identificava um dos cernes do processo em que se embasa o caráter crítico das atuais condições de reprodução do capital, na medida em que conseguia apreender certo "subconsumo" estrutural do proletariado industrial enquanto momento dos limites da valorização do capital. Luxemburgo não teria, entretanto, conseguido efetivamente desenvolver o problema, por ter restringido sua argumentação ao plano superficial da realização da mais-valia na circulação, ao invés de analisá-lo no ciclo de reprodução do próprio capital que no plano do mercado só figura indiretamente. Por isso, para Kurz, ela compreenderia o limite estrutural da reprodução do capital, por assim dizer, ao avesso: reconhecia um esgotamento progressivo dos chamados "terceiros" e não sua produção crescente, não enquanto meio não-capitalista, mas, diferentemente, como setores improdutivos cuja emergência em certo nível teria detonado a atual crise da reprodução capitalista.

Para que a compreensão desse argumento se torne possível será necessário desenvolvê-lo de modo a evidenciarmos os seus pressupostos. O passo a passo exige inicialmente uma explicitação da própria perspectiva de crise que está mobilizada na interpretação de Kurz. Para o autor, a atual crise da moderna sociedade produtora de mercadorias se fundamenta na autonomização definitiva da relação intrinsecamente contraditória entre dinheiro e trabalho, intrínseca à reprodução do capital. A referida abordagem parece aproximar-se bastante daquela perspectiva sobre a crise desdobrada igualmente por Smith e por Harvey, mas, como veremos, guarda lá suas diferenças importantes de serem destacadas.

A ideia de uma autonomização entre dinheiro e trabalho, Kurz retomava dos desenvolvimentos teóricos realizados por Marx em *O capital*. Desde o primeiro livro aparecem situações em que ambos deixam de coincidir, as quais se baseiam no fato dos mesmos constituírem fases diferentes do desenvolvimento da valorização[208]. Os possíveis

[208] Marx apontava para essa possibilidade quando discutiu o salto mortal que a mercadoria faz rumo à sua realização, que pode ou não ocorrer. Naquele caso, a relação entre dinheiro e trabalho aparece figurada na

atritos inerentes à valorização, apresentados inicialmente do ponto de vista de uma reprodução, por assim dizer, "individualizada" do capital, como se pode observar nomeadamente no primeiro livro de *O capital*, apresentariam contornos muito mais abrangentes no debate feito por Marx no terceiro livro daquela mesma obra sobre a reprodução global do capital[209]. Deles, Kurz tomaria o plano em que desdobrou sua investigação sobre uma multiplicação do dinheiro ocorrida "mais rapidamente que a acumulação de 'trabalho morto' abstractizado, [de modo a fazê-lo se destacar] assim da sua própria base" (Kurz, 1995a: 1)[210].

O referido processo de destacamento foi entendido por Kurz como uma autonomização justamente em virtude do autor compreender, diferentemente da teoria econômica burguesa, que a massa monetária não pode ter um movimento efetivamente autônomo com relação à massa de trabalho. Na realização das relações capitalistas, tal apreensão adviria da natureza particular que possui o dinheiro concentrado no sistema bancário, o *capital que rende juros* e seu suposto atributo de gerar, de si mesmo, mais dinheiro[211]. O único processo efetivo de valorização do valor, o consumo produtivo do

---

autonomização fetichista daquela contradição interna da forma-mercadoria em outra contradição, então externalizada, entre dinheiro e mercadoria que podem não vir a se encontrar de fato, impedindo que aquela última se realize como valor de uso tanto para outro que não o seu possuidor como para o seu possuidor, que procura trocá-la para obter dinheiro, real finalidade da produção de mercadorias (cf. Marx, 1983: cap. I). Apontava também quando apresentou o papel do dinheiro como meio de pagamento, dando destaque para os efeitos de uma distensão temporal entre realização e pagamento, investigação que fundamentaria os desenvolvimentos que o autor alcançou posteriormente com sua análise sobre o crédito e a forma como o entrelaçamento em série de compromissos entre credores e devedores aumentava o potencial de qualquer falha na sequência conduzir à quebra de toda a cadeia de pagamentos (cf. Marx, 1983: cap. III).

[209] Embora não seja possível discutirmos nesse trabalho mais aprofundadamente o problema, indicamos que a crítica formulada por Kurz ao individualismo metodológico se volta mesmo contra Marx, sobretudo com referência ao plano de análise do capital individual, mobilizado no primeiro livro de *O capital*, o qual, contraposto àquele mobilizado no terceiro livro mostraria seus limites (cf. Kurz, 2014).

[210] Para uma compreensão precisa desse problema e daqueles que serão posteriormente discutidos, cabe evidenciarmos que o entendimento assumido por Kurz acerca do dinheiro não o considera simplesmente pressuposto, mas entende seu desdobramento como equivalente geral e como signo de valor, portanto, não exatamente como o valor propriamente dito. Esse último, por sua vez, não corresponderia diretamente à quantidade de trabalho efetivamente despendido na produção das mercadorias, mas, sim, à média social fetichista que se estabelece em torno da mesma, a negar a primeira enquanto "objetividade-objetiva", visto realizar-se apenas como objetividade fantasmagórica. Esse entendimento, o qual compartilhamos ao longo de toda a nossa argumentação, reconhece, portanto, que da relação social mediada por coisas em que nos encontramos inseridos emerge também uma forma de consciência, de modo que uma teoria do valor crítica unicamente pode ser realizada como a própria crítica do valor, visto a superação do fetichismo não ser mero problema de um desvendamento que a ciência pode operar, mas diferentemente, da destruição das relações sociais organizadas com base no mesmo.

[211] *Stricto sensu*, dinheiro apenas se torna capital quando se coloca em processo de valorização do valor, transformando-se de um valor dado, em um valor que aumenta a si mesmo. Para tanto, faz-se necessário o consumo produtivo de meios de produção e força de trabalho, num processo que deve resultar num valor excedente com relação ao inicialmente mobilizado. Com a realização das mercadorias produzidas o referido montante retornaria à forma de dinheiro, completando-se o ciclo resumido por Marx na expressão D – M – D'. Contudo, se aqueles que personificam a produção de mercadorias não possuem capital monetário próprio em quantidade suficiente, podem tomar emprestado total ou parcialmente a massa inicial de dinheiro, que atua

trabalho na produção de mercadorias, desapareceria assim na forma sem conteúdo do automovimento do dinheiro. Se em algum momento, contudo, esse ponto de vista pode realizar-se como mera ideologia das personificações que não tomam consciência do movimento substancial daquele dinheiro, o mesmo tornou-se, progressivamente, efetivo, posto corresponder ao descolamento cada vez maior que o capital que rende juros foi alcançando com relação à valorização do valor, tornando-se *capital fictício* (Marx, 1988: cap. XXV).

Em condições, por assim dizer, "normais", alguns são os casos em que esse descolamento pode ocorrer[212]. Kurz faz referência, não obstante, a um processo histórico progressivo dessa autonomização em escala global. Certa *desproporção* entre o capital constante necessário para por em curso a produção de mercadorias cada vez mais cientificizada e a massa de dinheiro que o mesmo pode mobilizar rentavelmente se estabeleceu como momento daquela autonomização. Essa desproporção teria tornado historicamente o capital empresarial estruturalmente dependente do sistema de crédito, tendo sido percebida desde o começo do século XX por aquelas teorias que investigaram a ascensão do capital financeiro (cf., por exemplo, Lênin, 1990 e Hilferding, 1985). Como consequência da mesma, o capital empresarial se tornaria estruturalmente dependente também da perspectiva de consumo de trabalho *futuro*, fundamento da sua reprodução presente[213].

Tal dependência teve um significado ante a possibilidade de serem expandidos processos de valorização do valor, que teria, não obstante, se transformado com o esgotamento da mesma. Não apenas em razão desse esgotamento, mas também com a progressiva expansão dos setores improdutivos na reprodução capitalista. Aquela

---

enquanto capital. Para esse fim se presta o dinheiro concentrado no sistema bancário. Esse dinheiro não serve simplesmente para mediar a realização das mercadorias, nem é precisamente o real capital empresarial, mas, emprestado na forma de crédito, pode funcionar temporariamente como capital empresarial efetivamente atuante. Nessa condição, torna-se uma mercadoria cujo "preço", cotado nos chamados mercados financeiros, são os juros. Do ponto de vista desse capital, diferentemente do real capital empresarial, a expressão da valorização se veria reduzida a D – D', pois pouco importaria a penetração efetiva na produção de mercadorias, desde que pagos os juros: emprestar dinheiro por certo tempo e receber de volta o valor acrescido de juros corresponde à forma completa do movimento daquele capital, seu movimento efetivo se situa além daquela transação fundada numa estipulação jurídica entre compradores e vendedores (cf. Marx, 1988: cap. XXI).

[212] Isso ocorreria, por exemplo, quando o capital que rende juros não é empregado como capital empresarial efetivamente atuante ou quando determinada produção de mercadorias não tem êxito em sua realização e abre falência. Nesses casos, a não coincidência entre trabalho e dinheiro pode ser adiada para o futuro, pagando-se créditos com mais créditos. Essa desvinculação poderia ocorrer ainda nos movimentos especulativos em que sequer existe a aparência de uma produção real de mercadorias, mas sim mero comércio de títulos de propriedade produzindo aumentos fictícios nos preços e formando bolhas que irremediavelmente conduzem a quebras financeiras.

[213] "Isso significa simplesmente que o real capital empresarial, para poder continuar a produzir na situação atual, tem de hipotecar antecipadamente quantidades cada vez maiores de trabalho a utilizar no futuro (ou seja, futuros ganhos). O capital realmente produtor de mercadorias suga por assim dizer o seu próprio futuro" (Kurz, 1995a: 4).

autonomização entre dinheiro e trabalho em escala global se desdobraria, portanto, de processos que não ficaram restritos ao incremento da composição orgânica do capital industrial em sua articulação necessária com o capital que rende juros. Para Kurz, a mencionada expansão dos setores improdutivos teria sido incrementada, entre outros processos, pelo crescimento intenso que o "setor terciário", voltado para disponibilizar serviços, alcançou durante o século XX.

O entendimento que o autor teve daquele crescimento se afastaria tanto das incontáveis teses sobre a superação do capitalismo industrial por uma "sociedade pós-industrial" ou "dos serviços" como da perspectiva que relacionava a expansão de novos setores da economia imediatamente à produção de valor. Em seu ponto de vista, seria um equívoco identificar qualquer processo em que há mobilização do trabalho à efetiva valorização. Esta, diferentemente, estaria relacionada de modo estrito ao dispêndio de trabalho produtivo. Levar em conta na análise essa questão decisiva exigiria criticar a concepção de que a expansão dos serviços sinalizava unicamente diversificação ou reestruturação setorial num capitalismo cujo desenvolvimento se mantinha crescente e vigoroso, mas não faria supor necessariamente o declínio do capitalismo industrial, ultrapassado por outro sistema. Para Kurz, de maneira distinta, tal observação poderia contribuir para o entendimento do crescimento do setor terciário como um dos aspectos críticos da atual reprodução capitalista.

O autor distinguia, por isso, o dispêndio de trabalho em um sentido "formal", realização de qualquer "atividade" em troca de dinheiro ou num contexto voltado à valorização do dinheiro, daquele que impulsionaria, mediante a criação de mais-valia, efetivamente a reprodução do capital. Apenas esse dispêndio de trabalho em sentido "substancial" poderia ser considerado trabalho realmente produtivo, no sentido de ser *produtivo de capital*. Não seria o caso de explicar a distinção, contudo, recorrendo à definições positivistas de uma ou outra categoria, mas de procurar deduzir o caráter do trabalho do processo de reprodução do capital, observando as diversas formas de transformação e representação do mesmo[214]. Tal distinção seria inescapável posto que

[214] Numa primeira entrada no debate, Kurz apontava a necessidade de olharmos como as massas de trabalho improdutivo aparecem da perspectiva do capital como custos falsos (*faux-frais*, na expressão consagrada por Marx). Seria necessário, porém, distinguir tal apresentação como acontece no plano do capital individual e daquele do capital conjunto. Olhando para uma empresa, o trabalho improdutivo aparece na forma de "despesas gerais", indispensáveis para seu funcionamento, mas que não entram efetivamente na produção da mercadoria final, ainda que devam ser remuneradas. Ainda no plano do capital individual, entretanto, as "despesas gerais" de uma empresa podem reaparecer noutra como produção de mercadoria ou serviço que a mesma se especializou em fornecer. Nesse caso, seriam "externalizadas", num processo que ficou conhecido como terceirização. Para o autor, a racionalização dos processos operativos que pretende a terceirização contribuiu para "enxugar custos",

exclusivamente por meio dela seria possível reconhecer se a expansão de determinados setores implicava na criação de mais-valia ou, diferentemente, só na sua subtração, considerado o plano da mais-valia conjunta.

Para além do incremento do setor terciário, outro processo responsável pela progressiva expansão daqueles setores improdutivos seria decorrente, para Kurz, da necessidade do Estado promover a reparação dos chamados "danos para o homem e a natureza" produzidos crescentemente em razão do caráter francamente destrutivo do desenvolvimento capitalista. Do ponto de vista da mais-valia conjunta, juntar-se-ia à subtração imposta para custear o trabalho puramente administrativo ou de transação comercial, monetária e jurídica, além daquele cujo consumo não retorna num novo ciclo de produção de mais-valia, todos os custos estatais com infraestruturas e "danos sócio-ecológicos". Do ponto de vista do Estado, a parcela daquela subtração que conforma sua receita seria, sem embargo, insuficiente, obrigando-o recorrer ao crédito para o custeio daquelas condições básicas de funcionamento da economia de mercado[215]. Associada à necessidade de crédito tornada intrínseca na produção industrial, o recurso estatal ao financiamento faria aumentar os âmbitos creditizados da reprodução social capitalista exponencialmente. No caso do Estado, ao contrário do que acontece na produção de

---

tornando a organização desses trabalhos no interior das empresas progressivamente antieconômica, além de piorar consideravelmente as condições de trabalho para aqueles engajados nesse tipo de serviço. Contudo, a terceirização não conseguia "transformar", de fato, trabalho improdutivo em produtivo, pois as "despesas gerais" tornavam a aparecer como subtração da mais-valia conjunta: "A representação dos 'custos' (da empresa que cria mais-valia) como 'ganhos' (da empresa que fornece serviços) desaparece no plano do capital conjunto. Marx demonstrou isso exemplarmente para os custos das transações puramente comerciais" (Kurz, 1995a: 7). Segundo Kurz, Marx teria demonstrado o mesmo também para os trabalhos de transação jurídica ou monetária, em síntese, para todos os trabalhos cujo caráter é unicamente o da simples *mediação*: "Uma grande parte do trabalho no comércio a retalho e todo o trabalho no sistema dos bancos, dos créditos e dos seguros, assim como o da 'superestrutura' jurídica é 'em si' improdutivo, porque não faz mais que 'mediar' as relações mercadoria-dinheiro, sem ser ele mesmo uma produção substancial de mercadorias" (Kurz, 1995a: 7). Embora tomasse as formulações de Marx (cf., sobretudo, 1971, 1985 e 1988) como base para a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo em sentido "absoluto", Kurz julgava os caminhos esboçados pelo autor, por serem demasiadamente apegados a uma definição imediata de cada dispêndio de trabalho, insuficientes para perceber situações em que o trabalho despendido resultava improdutivo em sentido "relativo". Para ele, seria necessária, portanto, outra distinção, a ser estabelecida sobre aquela formulada por Marx, que permitisse observar se o consumo de determinadas mercadorias ou serviços refluía ou não para o processo de reprodução ampliada do capital, confirmando o trabalho que as produziu como efetivamente produtivo. Nas palavras de Kurz, "isso ocorre quando os bens de consumo são consumidos por trabalhadores que são por sua vez produtores de capital, cujo consumo não se esgota em si, mas retorna na forma de energia produtiva de capital, num novo ciclo de produção de mais-valia. Inversamente, todos os bens de consumo consumidos por trabalhadores improdutivos ou por não trabalhadores (crianças, aposentados, doentes, etc.) não retornam, como energia renovada, na criação da mais-valia): no plano da sociedade, trata-se apenas de um consumo que desaparece sem deixar rastros e sem impulsionar a reprodução capitalista" (Kurz, 1995a: 7).

[215] "Quando se trata de setores da infraestrutura mediados pelo Estado, como custos sócio-ecológicos, etc., o resultado é uma pressão tributária direta sobre os salários e lucros, ou então o próprio Estado tem de recorrer ao crédito, não lhe bastando mais suas receitas reais" (Kurz, 1995a: 10).

mercadorias, contudo, os créditos não são usados para a criação de mais-valia, mas pulverizados num consumo puramente improdutivo.

Compondo o quadro, Kurz identificaria ainda outro processo responsável pela expansão dos setores improdutivos muito pouco observado pelas investigações sobre a problemática. Na mesma medida em que se expandiriam os setores improdutivos na reprodução conjunta, uma parte crescente da própria produção industrial tornar-se-ia improdutiva. Segundo do autor, "a massa de trabalhadores improdutivos – que aumenta inexoravelmente e que é paga apenas com o dinheiro creditício, renovado com créditos sempre novos – tem, naturalmente, de comer, beber e habitar, além de guiar carros, de consumir televisores, frigoríficos, etc. Como, porém, este consumo, no seu caso, não é produtivo e não retorna, portanto, à produção de mais-valia, isso significa que de forma indireta, uma parte crescente da produção industrial depende, paradoxalmente, dos setores improdutivos financiados com créditos" (Kurz, 1995a: 10).

Instaurar-se-ia, portanto, para o autor, uma situação em que a base efetiva da valorização do capital seria muito menor do que parece. O custeio daqueles setores improdutivos depende da subtração da mais-valia conjunta, sem embargo, a produção industrial, principal vetor da valorização, cada vez menos conseguiria promover uma produção efetiva de mais-valia, por ser alimentada pelas rendas dos trabalhadores improdutivos[216]. Para Kurz, o processo elevaria a uma segunda potência a necessidade estrutural de crédito por parte do capital industrial: além do financiamento para os incrementos na composição orgânica, o mesmo se realizaria mediante um consumo fundamentado sobretudo no crédito.

Outro processo, tão pouco observado quanto esse último, que também tornaria improdutiva a própria produção industrial, fecharia o quadro da expansão progressiva daqueles setores na reprodução capitalista. Para Kurz, ele ocorreria sempre que a produtividade média do trabalho produtivo despendido em determinada produção de mercadorias ficasse abaixo da média social dada. No plano do capital individual, seria possível deduzirmos com certa razão, que muito provavelmente a empresa iria à falência. Contudo, no plano do capital conjunto tal problema teria que ter as suas minúcias consideradas de modo mais detido. Isso porque a referida média, frequentemente compreendida em sentido vulgar, corresponderia, numa escala global, ao nível de

[216] "A distinção decisiva entre trabalho produtivo e improdutivo não coincide com as relações absolutas de grandeza entre a produção industrial nominal e o 'setor terciário', mas [...] é transversal a elas" (Kurz, 1995a: 10).

produtividade dos países em que ele se encontra mais elevado. Assim, em muitas circunstâncias, o Estado interviria buscando filtrar as pressões da concorrência que conseguiriam quebrar regiões ou setores inteiros da produção de mercadorias que se desenvolve dentro de determinado país, especialmente por meio da criação de barreiras alfandegárias. Esse isolamento alfandegário comportaria, todavia, custos notáveis que aprofundariam a situação deteriorada das contas estatais[217]. Para conseguir realizar essa espécie de subvenção à indústria nacional tanto faz se com o objetivo de torná-la "artificialmente" competitiva no mercado mundial ou de salvá-la no mercado interno, o Estado se tornaria ainda mais dependente de créditos: "Os custos do crédito para as subvenções continuam necessariamente a crescer em escala mundial. Na verdade, cresce a parte do sistema industrial global que depende *diretamente* (ou seja, não só através do consumo dos crescentes setores improdutivos) da simulação creditícia" (Kurz, 1995a: 12, grifo no original).

Para o autor, teria sido precisamente a questão do crescimento desses setores improdutivos a ser aflorada por Luxemburgo quando a mesma apontou a necessidade crescente das rendas de terceiros. Ela não teria conseguido perceber, contudo, que a problemática do consumo não fica restrita ao plano da circulação, pois o que importa fundamentalmente é se o mesmo reflui para um novo ciclo de reprodução do capital, confirmando o trabalho despendido na produção daquela mercadoria realizada como efetivamente produtivo. Não obstante, Kurz não deixaria de considerar que a autora apreendeu o problema da substituição progressiva do consumo levado a cabo por trabalhadores produtivos pelo consumo realizado pelos improdutivos, embora tivesse desenvolvido-o de modo equivocado em termos de uma dificuldade estrutural para a realização das mercadorias, o chamado subconsumo[218]. Inverteria a problematização

[217] Tudo aquilo que não se pode deixar de importar deve ser adquirido aos preços do mercado mundial. Primeiramente, contudo, é necessário sempre obter divisas para tanto com as próprias exportações. As barreiras alfandegárias, assim, possibilitariam proteger a própria indústria nacional "subprodutiva" da concorrência estrangeira mais competitiva, mas não a exportação da produção nacional a preços do mercado mundial, estabelecidos de acordo com os níveis de produtividade dos países em que ele se encontra mais elevado. Em consequência, delinear-se-ia um quadro em que "quantidades sempre maiores do próprio trabalho devem ser trocadas por quantidades sempre menores de trabalho alheio" (Kurz, 1995a: 11), sobre o qual se travou a discussão em torno da "deterioração dos termos de troca" nos países subdesenvolvidos (cf., por exemplo, Furtado, 2007). Para Kurz, entretanto, esse processo não se restringiria somente aos países retardatários com relação àquele nível de produtividade, mas, em se tratando de determinadas indústrias isoladas, como os têxteis e calçados, a produção moveleira, a mineração, a siderurgia e a indústria naval, por exemplo, atingiria também os líderes do mercado mundial.

[218] "Sua tese [de Luxemburgo] duma dependência crescente da acumulação do capital em relação à renda monetária de 'terceiros' (que se acham fora da verdadeira reprodução produtiva do capital) aproxima-se do nó do problema. Certamente Rosa Luxemburgo, filha do seu tempo, ainda via estes 'terceiros' no contexto duma produção de mercadorias pré-capitalista ou não-capitalista (camponeses, artesãos, colônias), cujo poder de

desenvolvida por Luxemburgo de maneira a recolocar em debate a questão da crise vislumbrada pela mesma, não em termos de realização, contudo, mas se referindo, diferentemente, à própria *produção* da mais-valia e à forma como desse processo se autonomizou definitivamente o montante de dinheiro exigido para a reprodução das relações sociais capitalistas em seu conjunto. Apenas aparentemente, portanto, a questão faria referência a um meio não-capitalista. Embora os setores improdutivos não possam desencadear de fato a valorização, eles são parte inerente ou, ao menos, decorrente diretamente da reprodução capitalista, um desenvolvimento da sua própria contradição interna.

Para além do problema da expansão dos setores improdutivos aflorado na argumentação de Luxemburgo e da questão da dependência estrutural do crédito[219] desenvolvida por Kurz, para esse autor, como indicamos anteriormente, a referida autonomização alçada pelo dinheiro ante a capacidade efetiva de valorização teria se fundamentado, ainda, no esgotamento das possibilidades da produção de mais-valia se expandir de fato. Kurz sugeria, assim, que no transcurso do século XX, entre o fim da Primeira Guerra Mundial e o término da década de 1970, aquela autonomização já se encontrava em gestação, tendo sido, todavia, contrabalanceada pela simultânea expansão fordista. Foram mobilizados montantes de trabalho produtivo em proporções jamais imaginadas, mas, para que tal desenvolvimento tenha sido possível, tiveram que ser expandidas também condições infraestruturais assentadas basicamente em trabalho improdutivo. De acordo com o autor, em alguns momentos daquele processo, uma desproporção entre ambos teria ensaiado se apresentar, sobretudo em termos de crise

---

compra devia alimentar o mercado capitalista que se tornara demasiado reduzido, devido ao 'subconsumo' estrutural do proletariado industrial. Assim, o capitalismo parece depender, no plano da realização do mercado, dos setores não-capitalistas da produção e das zonas não-capitalistas da Terra; em consequência, ele deveria atingir seu limite absoluto à medida que absorvesse e assimilasse essas zonas e setores. É verdade que Rosa Luxemburgo menciona de passagem, entre os 'terceiros', os próprios funcionários públicos; mas ainda não lhe passa pela cabeça que, exatamente ao contrário da sua argumentação, o limite estrutural do capital poderia consistir no próprio fato de que sua dinâmica cria um número crescente de setores improdutivos e de 'terceiros'" (Kurz, 1995a: 8). "A crise não consiste no desaparecimento de certo tipo de 'terceira pessoa' [...], mas no fato de que um novo tipo de 'terceira pessoa' [...] se torna estruturalmente muito numeroso" (Kurz, 1995a: 8, nota 15).

[219] Em todas as suas formas, algumas diretamente relacionadas, inclusive, com o crescimento dos setores improdutivos: dependência direta do capital empresarial com relação ao sistema de crédito de maneira a viabilizar incrementos na composição orgânica; dependência estatal de créditos para custear o trabalho improdutivo crescentemente mobilizado para o provimento das condições infraestruturais de reprodução das relações sociais capitalistas em seu conjunto e para a reparação dos chamados danos "sócio-ecológicos", lembrando que dessa desdobra-se uma dependência do capital empresarial com relação ao sistema de crédito de segunda ordem, pois parte da produção industrial é consumida por trabalhadores improdutivos pagos com os créditos tomados pelo Estado; dependência estatal de créditos para subsidiar setores inteiros da produção de mercadorias que do ponto de vista dos próprios termos da reprodução do próprio sistema não passam de "indústrias-fantasmas", mantidas em vida "artificialmente".

deficitária estatal, mas, de maneira geral, a expansão industrial fordista teria podido compensar o aumento absoluto e relativo dos setores improdutivos[220].

Para além de referências meramente fenomênicas à expansão fordista, Kurz unicamente considerá-la-ia efetivo crescimento do ponto de vista dos incrementos proporcionados à real produção de valor. Dizemos isso para explicitar que o autor fundamentava sua abordagem na concepção, formulada a partir de Marx, de que o desenvolvimento capitalista não é simplesmente progressivo ou crescente, mas, diferentemente, de maneira contraditória, conduz à sua própria crise. Olhando para o desenvolvimento ocorrido no centro do capitalismo mundial, o autor não deixaria de considerar, portanto, o processo progressivo de cientificização, de tecnicização e de racionalização que permitiu que a valorização fundada na mais-valia absoluta fosse suplantada por aquela que tinha a mais-valia relativa como base[221].

Kurz destacava esse processo por entender que, com o advento dessa última, desdobrar-se-ia conjunta e necessariamente a tendência crítica imanente ao próprio desenvolvimento: a parte de mais-valia proveniente de cada força de trabalho tinha consideráveis aumentos, mas, simultaneamente, com o progresso da produtividade do trabalho, se mobilizava cada vez menos trabalho para cada montante de capital, que progressivamente havia que se ampliar, carregado pela necessidade inelutável de se fazer incrementos no aumento da composição orgânica. Embora a taxa de mais-valia relativa acabasse expandida, o efeito desencadeado pela expulsão relativa de capital variável promoveria a longo prazo uma queda concomitante na taxa de lucro, para cada soma de capital investido[222]. Tal tendência crítica seria refreável unicamente por um efetivo

[220] Embora fizesse menção ao imperialismo e à exportação de capitais, para Kurz, a verdadeira expansão teria sido fundamentada pela criação de novas indústrias a produzir novas necessidades de massas: "a mera expansão de setores produtivos já existentes jamais possibilitaria o secular *boom* fordista, [ocorrido] sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial. [...] Nasceram novos produtos como o rádio e a televisão, que desde o princípio existiram sob a forma de produção em massa para o consumo das massas" (Kurz, 1995a: 16).

[221] "O rápido aumento da cientificização, tecnicização e racionalização tornara-se necessário apenas após a expansão da 'mais-valia absoluta' através da ampliação ilimitada da jornada de trabalho e do ilimitado desgaste das forças de trabalho ter encontrado no curso do século XIX limites naturais e sociais (movimento operário, intervenções estatais). Em vez de 'mais-valia absoluta' como principal meio de acumulação surgiu a 'mais-valia relativa', ou seja, a redução dos custos de reprodução da força de trabalho – redução esta que tornava mais econômicos os meios de subsistência [...]; só o fordismo acelerou e generalizou esta tendência" (Kurz, 1995a: 17).

[222] Assim, Kurz considerava que a chamada lei geral da acumulação capitalista unicamente poderia ser compreendida em todas as suas implicações se articulada àquela tendência estrutural de queda da taxa de lucro igualmente apontada por Marx. A referida tendência se desdobraria daquela primeira lei e, como ela, estaria assentada na concorrência e nos processos de concentração e de centralização do capital impostos por essa última e acelerados com a constituição do sistema de crédito. No discutido ensaio do autor, o problema já bastante desdobrado em outras investigações (cf., com tradução para o português, sobretudo Kurz, 2002) aparecia apresentado assim: "Decisiva para a reprodução sob a forma-mercadoria é, porém, a expansão da substância real de valor e das suas formas sociais de mediação, ocultas atrás da fenomenologia do fordismo.

crescimento da massa absoluta de trabalho mobilizada no conjunto da produção de mercadorias. Sem embargo somente desde que tal massa fosse despendida de forma produtiva.

Considerando o problema desse ponto de vista, Kurz sugeria que um efetivo crescimento teria ocorrido no bojo da expansão fordista. Como carregava com ele o desenvolvimento progressivo dos setores improdutivos infraestruturais que o teriam possibilitado, um montante cada vez maior daquela produção suplementar resultava consumido, contudo, por trabalhadores improdutivos. O necessário recurso ao crédito, portanto, encontrava-se presente já em meio ao que foi considerado o auge do desenvolvimento expansivo capitalista. Com a diferença que, naquele andamento, o pagamento dos juros seria ainda possível de modo a impedir que o descolamento entre dinheiro e trabalho se completasse, impondo uma reprodução fundamentalmente fictícia do capital[223].

Tal processo teria sido irremediavelmente alcançado, para Kurz, com a chamada revolução microeletrônica que evidenciava o caráter circunscrito da expansão industrial fordista, porque historicamente irrepetível. Com o final da década de 1960, a expansão fordista exaurir-se-ia nos países do centro do capitalismo mundial, tanto com relação à capacidade de inovação dos seus produtos e ampliação dos seus mercados, como em referência ao desenvolvimento dos seus bens de investimento resultar rentável[224]. Conjuntamente com esse esgotamento, a promessa de uma expansão suplementar para a

---

Aqui obviamente possui a sua importância o problema da famosa 'queda tendencial das taxas de lucro' que o debate marxista, hoje já quase esquecido, sempre ruminou em vão. A 'composição orgânica do capital' (Marx), que historicamente aumenta com a crescente cientificização e que, no cálculo capitalista, aparece como aumento da intensidade de capital, isto é, como aumento dos capitais necessários para cada emprego, aponta para um movimento em sentido contrário no interior do processo de criação de valor (e, portanto, de produção de mais-valia)" (Kurz, 1995a: 16).

[223] "A expansão fordista, com o seu 'milagre econômico', já não era em princípio grande avanço secular da acumulação autônoma de capital, antes, já devia ser alimentada com a hipoteca de massas futuras de valor. O verdadeiramente 'autônomo' na era fordista e no seu 'modelo de acumulação' era apenas o pagamento regular dos juros da massa creditícia cada vez maior, através duma efetiva ampliação da massa absoluta de lucro. Porém, tal extensão da massa absoluta de lucro já era menor que a concomitante e inevitável ampliação das 'despesas gerais' improdutivas do sistema de mercado em vias de totalização" (Kurz, 1995a: 17).

[224] "A agricultura, a pequena distribuição e produção de mercadorias etc., agora estavam completamente integradas na racionalidade empresarial e industrializadas fordisticamente; além disso, as inovações fordistas de produtos, assim como os mercados de consumo de massa, já não tão novos assim, estavam à beira da saturação. Dali em diante, as inovações (a substituição do disco de vinil pelo CD e novos produtos semelhantes) não podiam mais suscitar avanços significativos no plano da criação de valor; para os antigos produtos fordistas (automóveis, eletrodomésticos, aparelhos audiovisuais) havia apenas as substituições (aceleradas quando muito pela 'usura artificial', isto é, pelo rápido desgaste do material conscientemente planejado e, portanto, pela degradação da qualidade) e não mais novos e vastos mercados. A estagnação do fordismo plenamente evoluído ainda podia ser prolongada por um certo tempo mediante a expansão da indústria de bens de investimento. Internamente, contudo, estes investimentos já eram cada vez mais simples investimentos de racionalização, que começavam a solapar o conjunto da produção real de valor" (Kurz, 1995a: 18).

periferia ou o chamado Terceiro Mundo, os países retardatários do ponto de vista do desenvolvimento industrial fordista, acabaria por não se completar, esbarrando em custos preliminares de capital e de infraestrutura social necessária tão grandes, que tornaram proibitiva a expansão na maioria dos referidos países, enquanto outros tiveram que interrompê-la a meio caminho com a famosa "crise das dívidas" sobrevinda na América Latina em 1982.

A estagnação com aparência mais catastrófica emergida na década de 1980, nomeadamente no Terceiro Mundo, não se concretizaria, sem embargo, enquanto um completo "fim de linha" da reprodução social capitalista como havia prognosticado Luxemburgo quando descreveu o caráter estruturalmente crítico da acumulação. Outra inversão na teoria formulada pela autora seria necessária, portanto, para Kurz, de modo a atualizá-la de fato. Ao invés de fundamentar uma perspectiva de crise terminal, as formulações alcançadas pelo autor com relação ao referido processo definitivo de autonomização entre dinheiro e substância do trabalho embasam, diferentemente, uma concepção de crise que permite identificar os limites estruturais estabelecidos para a valorização do capital pelo seu próprio processo de desenvolvimento, como também reconhecer o atual caráter fictício de uma reprodução do capital que, embora seja estruturalmente crítica, ainda se mantém em curso como forma de mediação social fundamental, exigindo, portanto, a continuidade dos nossos esforços para a sua problematização[225].

Da inversão da teoria de Luxemburgo resultava uma perspectiva de crise que estabelecia como sua base expansão progressiva dos setores improdutivos e elevação simultânea do nível de produtividade ao ponto de ser deflagrada a impossibilidade de qualquer crescimento da real valorização de valor que permitisse efetivamente contrabalancear o primeiro processo. Essa se embasava, assim, na concepção de queda tendencial da taxa de lucro, cerne da teoria marxiana da crise[226]. Sob esse aspecto, a

[225] A interpretação que estamos sugerindo da perspectiva de Kurz acerca da crise parece conflitar com a concepção de "colapso" que tornou sua obra conhecida no Brasil, após a publicação do livro *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial* (2002), em 1992. Esclarecemos, contudo, que a concepção de colapso se refere aos limites colocados para a realização de novas modernizações retardatárias em virtude do nível de produtividade extremamente alto que se mundializou. Esse processo teria sido evidenciado tanto pela crise das dívidas no Terceiro Mundo como pela "queda do muro" que desestruturou os regimes socialistas, tendo essa última revelado, de acordo com o autor, que aquele socialismo nunca tinha passado de mera modernização a mobilizar massas de trabalho de maneira quase forçada para a produção sistemática de mercadorias.

[226] Mesmo Luxemburgo, embora tivesse desenvolvido suas formulações sobre o colapso em outra direção não deixava de recolhê-la na base da contradição fundamental das relações capitalistas: "As condições de

formulação de Kurz se assemelhava bastante a alguns desenvolvimentos sobre a crise propostos por Smith e Harvey. Para esse último, a queda tendencial da taxa de lucro constituiria o *primeiro corte* para uma teoria da crise (cf. Harvey, 1982). De outras perspectivas, no entanto, os desenvolvimentos aventados pelos últimos poderiam ser contrapostos à argumentação acima discutida de Kurz, de maneira a nos possibilitar justamente problematizar a questão da funcionalidade da reposição dos processos identificados como acumulação primitiva ou "por espoliação" (Harvey, 2004) para o enfrentamento das crises do capitalismo.

Inicialmente devemos dizer que, embora os autores parecessem compartilhar a concepção segundo a qual é o próprio desenvolvimento capitalista que conduz, contraditoriamente, à sua crise, ou seja, de que há uma crise *imanente* à reprodução capitalista, pelo que pudemos apreender a partir da argumentação de cada um deles, discordariam quanto à forma de desdobramento daquela imanência. Em Kurz, como discutimos, a perspectiva da emergência de uma autonomização definitiva e de uma reprodução de caráter essencialmente fictício conduziria para a ideia de uma "crise fundamental da moderna sociedade produtora de mercadorias" (cf. Kurz, 1995a, 2002 e 2014). Essa maneira de ver o problema não parece coincidir com a concepção da existência de "crises" que encontramos em Smith e Harvey quando discutimos suas interpretações detidamente (cf. seção 4.1 dessa tese). Tal diferenciação estabelecida apesar de um "substrato" teórico em comum pode ser relacionada com o fato da queda tendencial anteriormente referida, embora tivesse sido formulada por Marx em termos de uma "lei" (Marx, 1988: cap. XIII), possuir inúmeras contratendências ou causas contrariantes, investigadas, inclusive, por aquele próprio autor (cf. Marx, 1988: cap. XIV), o que oferece abertura para interpretações distintas.

Podemos sugerir também outra diferença, bastante vinculada com aquela que apontamos primeiro, com relação ao modo como os autores articularam as escalas mobilizadas nas suas análises. Na argumentação de Harvey (2005), como vimos, a diferenciação entre "externo" e "interno" era decisiva, na medida em que nela se fundamentava a ideia de uma exportação das contradições internas do desenvolvimento capitalista em determinada sociedade civil, que perpassava toda a análise do autor. Diferentemente, em Kurz, a moderna sociedade produtora de mercadorias global era apresentada como a totalidade na qual se desenrolavam as contradições internas da

capitalização da mais-valia e as condições de renovação do capital total cada vez mais entram em contradição, o que, de resto, é apenas um reflexo da contraditória lei da taxa decrescente de lucro" (Luxemburgo, 1985, p. 252).

reprodução do capital, sendo, portanto, referência central em suas formulações. O autor chegaria a mencionar a existência de "planos regionais" até certa altura ainda não completamente integrados à economia mundial, mas a manutenção dos mesmos, ao que parece, não teria resistido ao processo de modernização que tornaria coesas as economias nacionais. Essas últimas, por sua vez, como vimos, somente poderiam se manter completamente autonomizadas do nível de produtividade estabelecido globalmente recorrendo ao endividamento estatal[227]. Rigorosamente, entretanto, embora Harvey mobilizasse aquelas figuras para pensar na possibilidade de a acumulação primitiva se recolocar, por assim dizer, na fronteira, esse autor reconhecia um reestabelecimento irremediável das condições que antes haviam fundamentado a crise e uma expansão subsequente.

Não era exatamente em termos do nível de produtividade dos capitais que ele enxergava, contudo, o reestabelecimento das condições críticas de reprodução. De modo diverso, a crise reapareceria ligada especialmente à sobreacumulação de capital ante as possibilidades do seu emprego lucrativo. Como procuramos mostrar, as condições mencionadas se relacionariam, de acordo com Harvey (2005), diretamente com certa desproporção entre o dinheiro e o capital imediatamente produtivo. Novamente uma perspectiva que parecia se assemelhar às formulações de Kurz, sobretudo àquela da autonomização entre dinheiro e trabalho, sustentáculo da sua concepção de uma crise fundamental. Em Harvey, sem embargo, o descolamento referido não teria um estatuto definitivo. Com base nele seriam deflagradas crises, mas o mesmo parecia poder ser remediado mediante processos de desvalorização do capital, como pormenorizamos anteriormente, em todas as suas formas (bens de capital, força de trabalho, dinheiro, mercadoria) que possibilitariam o restabelecimento das condições necessárias para a acumulação, pelo menos temporariamente, até a constituição de novas crises. Podemos sugerir, nesse sentido, para além da mera identificação de referências a crises na argumentação do autor que, em Harvey (2004, 2005 e 2011), emerge mais ou menos implícita, uma concepção de crise cíclica.

[227] "Obviamente, é decisivo o campo de ação desse nível, isto é, a questão se este campo é a região, a economia nacional ou o mercado mundial. Habitualmente, uma produção de mercadorias limitada regionalmente ainda não se organiza de todo segundo a racionalidade empresarial e só se vincula indiretamente à valorização do capital (a chamada pequena produção de mercadorias, artesanato, oficinas de reparação, etc.) Neste plano, a pressão de um *standard* social sempre mais elevado ainda não atua, ou só o faz em pequena medida. Só no plano das economias nacionais tornadas coesas no decurso da história, se afirma também, a par da 'taxa média de lucro', uma produtividade social média nos diversos setores que se torna um ditame para as empresas. Diverso, por sua vez, é o caso do mercado mundial. Aqui não há algo como uma média mundial, mas prevalece o nível de produtividade dos países mais desenvolvidos" (Kurz, 1995a: 11).

Com essa se relacionaria a perspectiva de um "eterno retorno" da acumulação primitiva, formulado, como vimos, em termos de uma "acumulação por espoliação" que acompanharia todo o curso do desenvolvimento capitalista, vindo à tona sobretudo nos momentos de crise. Tal ordem de fenômenos, para Harvey (2004), não ficava restrita ao âmbito da contradição entre capital e trabalho. Mais que em outros, nos momentos de crise desencadear-se-iam violentos processos de centralização do capital, estabelecendo-se a expropriação de capitalista por capitalista como um resultado da desvalorização e uma solução temporária para a acumulação quando outras já não se mostravam possíveis. Os efeitos mais perversos e decisivos do ponto de vista da luta de classes se concentrariam, contudo, sobre os trabalhadores, mediante inúmeras formas de sua superexploração direta, uma vez que também suas forças de trabalho sofreriam com a desvalorização, assim como mediante a espoliação dos seus direitos e outras conquistas obtidas junto ao Estado. Claramente apresentada como uma "compensação [para os] problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida" (2004: 129), a concepção de acumulação por espoliação organizava em Harvey o fundamento da funcionalidade da acumulação primitiva como meio de solucionar a crise, embora temporariamente.

Desse ponto de vista, a argumentação de Harvey (2004 e 2005) se afastava decisivamente daquela apresentada por Kurz (1995a e 2002). Não seria o caso de desconsideramos, todavia, que o primeiro adotava como uma espécie de marco para o aprofundamento dos problemas de sobreacumulação que, como vimos, teriam um caráter crônico, a década de 1970, uma referência temporal que se aproximava daquela sugerida por Kurz para situar a explicitação dos limites absolutos à valorização e da definitiva autonomização entre dinheiro e trabalho[228]. As duas abordagens sobre a problemática, entretanto, não apenas se diferenciavam bastante, mas, como veremos, a perspectiva formulada por Kurz pretendia criticar aspectos presentes na maneira como Harvey desenvolveu a questão. Um desses aspectos relacionava-se justamente com a possibilidade de reposição da acumulação primitiva. Se aquele autor a considerava um momento das modernizações conduzidas pelos países retardatários, argumentação em decorrência da qual mereceria as mesmas críticas que já apresentamos anteriormente à Gaudemar, Smith e

[228] Harvey também daria muita importância para uma passagem do fordismo para o pós-fordismo ante a qual emergiria um novo padrão de acumulação que o autor chamou, noutro estudo (cf. Harvey, 1992), de "acumulação flexível".

Harvey[229], com o antes referido colapso da modernização, o reestabelecimento daquelas dinâmicas não se tornava impossível, mas, diferentemente, seria insuficiente para o reacoplamento mesmo que temporário de dinheiro e trabalho autonomizados. A crítica assinalada ficava implícita já na ideia de que a expansão fordista seria irrepetível historicamente, não porque grandes massas de trabalho não mais pudessem vir a ser mobilizadas e inclusive superexploradas, mas porque tal processo não poderia se efetivar como uma valorização de fato perante os níveis de produtividade altíssimos que se estabeleceram mundialmente[230], exigindo um nível de investimento para por em curso a produção, confrontado com o qual o valor referido a cada uma daquelas mercadorias resultantes da mesma não passaria de uma "base miserável" (cf. Marx, 1971), embora persistente enquanto mediação central.

Passível de ser problematizado em torno do nível geral de produtividade que continuaria a imperar social e historicamente, de acordo com Kurz, mesmo depois de processos profundos de desvalorização, o ponto no qual a perspectiva desse último confrontaria mais profunda e decisivamente a concepção de Harvey acerca do "eterno retorno" da acumulação primitiva poderia ser discutido, segundo nossa interpretação, relacionado às diferentes compreensões acerca do que o dinheiro, por assim dizer, "representa". Como já dissemos, em Harvey (2004 e 2005), uma desproporção se estabeleceria entre dinheiro e capital efetivamente produtivo. Tal perspectiva organizaria inclusive a crítica dirigida por esse autor para o sistema financeiro internacional e sua capacidade de impor, sempre que necessário do ponto de vista da sua reprodução,

[229] A perspectiva de que os países retardatários seriam retirados de uma espécie de não-capitalismo apenas mediante os processos de modernização ocorridos no século XX foi por nós criticada no texto *Formação do trabalho e modernização retardatária no Brasil* escrito em conjunto pelos participantes do *grupo de sexta* e traduzido para o alemão de maneira a viabilizar uma discussão com Kurz, que ocorreu no ano de 2010.

[230] Em torno da concepção de um nível de produtividade do trabalho geral e demasiadamente elevado para a acumulação Kurz articularia um conjunto de exemplos frequentemente apresentados no debate marxista para sustentar a concepção de que a acumulação poderia ser efetivamente reestabelecida mediante processos de acumulação primitiva. Com relação aos chamados tigres asiáticos e sobretudo a China, o autor assinalava o fato da industrialização voltada para exportação ter efetivamente criado muitos postos de trabalho novos, contudo, não em quantidade que superasse os postos aniquilados com a abertura daquela economia para o mercado mundial e a respectiva desestruturação das indústrias estatais mantidas anteriormente em vida "artificial" subsidiada pelo Estado. Além disso, mais empregos em países retardatários não significariam maior criação real de valor pelo fato dos *standards* empresariais e infraestruturais dos países do centro não lhes serem geralmente acessíveis. No plano do capital individual as empresas tecnologicamente retardatárias tentariam compensar suas desvantagens, sobretudo com baixos salários, péssimas condições de trabalho e destruição desenfreada da natureza. Mas tudo isso se passaria apenas na superfície do mercado, uma vez que esses trabalhadores superexplorados não produziriam, apesar de serem em maior número, tanta mais-valia como operários de produções dotadas de alta tecnologia objetivada em muito capital fixo: "O que se apresenta como vantajoso para o cálculo particular do capital singular – que pela sua própria natureza deve ser cego em relação ao processo conjunto de valorização – não tem nada a ver com a criação substancial de valor no plano da sociedade (hoje sociedade mundial)" (Kurz, 1995a: 19).

desvalorizações que afetariam setores econômicos ou territórios inteiros (cf. Harvey, 2004: 129). Articulada com a perspectiva de que desvalorizações seriam constantemente orquestradas como soluções temporárias para a crise, aquela concepção parecia fazer referência à possibilidade dos excedentes de capital sobreacumulado voltarem a uma proporção em que poderiam ser outra vez "substancializados" com a exploração dos trabalhadores, mediante extração conjugada de mais-valia absoluta e relativa.

O que esse autor entendia como esse reacoplamento parecia passar por uma interpretação do valor que Kurz confrontava diretamente. Para esse último, valor não representava nenhuma "verdade" acerca do trabalho despendido e expropriado pelos capitalistas em benefício da sua acumulação. Diferentemente, seria uma medida fundamentalmente fetichista, não meramente a ocultar, mas efetivamente a negar os dispêndios particulares estabelecendo-se sempre e unicamente por detrás das costas dos sujeitos. Essa medida, independente dos possíveis dispêndios em grandes volumes por trabalhadores superexplorados, se manteria miserável, no plano do capital conjunto, confrontada ao capital sobreacumulado e imposto fantasmagoricamente no desdobrar da concorrência como patamar da composição orgânica que fundamenta os níveis de produtividade do trabalho em escala global[231].

Esse problema pode ser, por ora, apenas referido. Um desdobramento mais aprofundado e cuidadoso do mesmo exigiria realizarmos uma argumentação voltada unicamente para ele. Identificá-lo permite, sem embargo, buscar em que termos as perspectivas discutidas se distinguem e de que ponto de vista as formulações de Kurz implicam em uma crítica aos desenvolvimentos realizados por Harvey. Com a fricção proposta não procuramos, todavia, a aniquilação de nenhuma das posições que viemos apresentando. Indicamos, inclusive, que a perspectiva de Harvey se aproxima bastante daquela assumida por Kurz num aspecto que consideramos decisivo: ele entende que o

[231] Com bastante afinidade de abordagem com aquela assumida na análise que aqui desenvolvemos, outras investigações vêm buscando os termos com base nos quais as formulações de Kurz imporiam uma crítica ao entendimento de Harvey (cf., por exemplo, Boechat, 2013; Pitta, 2013; Toledo, Pitta e Boechat, 2013). Em uma sugestão importantíssima, construída especialmente com base na discussão do livro *O enigma do capital* (Harvey, 2011), Pitta (2013) aponta a necessidade de percebermos a argumentação daquele autor assentada especialmente numa contradição entre dinheiro e materialidade decorrente de uma desregulamentação dos processos de criação do dinheiro. Essa abordagem concentrou suas críticas contra a ideia que os sujeitos, sujeitados ao capital enquanto "sujeito automático", teriam produzido aquela sobreacumulação em busca de benefício próprio no processo de acumulação do capital. Dava ênfase, portanto, ao fato da concorrência que fundamenta tal processo ser um mecanismo "cego", como aparece em Marx (cf. 1984: cap. XXIII). Tais críticas caminhavam para conclusões bastante parecidas com as que chegamos aqui, reconhecendo como pressuposto do argumento que enxerga uma contradição entre dinheiro e materialidade a perspectiva de que o trabalho seria fundamentalmente um produtor de valor de uso e que o contraste desse com o valor se definiria sobretudo em virtude da sua dominação pelo capital.

problema da crise não pode ser facilmente contornado exigindo o seu debate, consequentemente, esforços críticos que busquem ultrapassar a perspectiva de mero gerenciamento da barbárie que hoje experimentamos em escala mundial. Importa, ainda assim, apontarmos as problematizações sugeridas por estarmos convencidos que esses esforços críticos devam passar sobretudo, para além da questão da restituição aos trabalhadores do "valor" reiteradamente espoliado deles mediante exploração ou superexploração, por uma crítica profunda da forma de mediação fetichista, cujas contradições estruturantes, levadas às últimas consequências na forma de uma crise fundamental têm "mostrado os dentes" de maneira cada vez mais terrível.

Tem muita importância dizermos, portanto, que a discussão sobre os limites substanciais que se interpõem à reposição da acumulação primitiva não implica em desconsiderarmos, de modo algum, a presença constante de fenômenos comumente associados à mesma no contexto atual da reprodução capitalista. Expropriação, superexploração do trabalho e até mesmo as violentas dinâmicas de desvalorização que resultam na aniquilação de direitos e de outras garantias sociais vêm se reproduzindo atualmente, poderíamos dizer até, concordando com Harvey (2004), quanto àquela periodização que fez do aumento dos processos de "acumulação por espoliação" ou da instauração da "acumulação flexível", de modo cada vez mais intenso. O sentido desse processo, sem embargo, deve ser procurado nos próprios limites à efetiva reprodução ampliada do capital. É o que Kurz pretende considerando a avançada deterioração nas condições de trabalho e remuneração, assim como o consumo progressivamente mais destrutivo dos meios de produção não produzidos resultados de uma espécie de recrudescimento geral da concorrência.

No capítulo dedicado à lei geral da acumulação, Marx (cf. 1984: cap. XXIII) problematizou a concorrência em muitos dos seus aspectos. Referiu-se detidamente à concorrência entre os capitais como fundamento dos processos de concentração e centralização e da exigência subjacente aos mesmos dos reiterados incrementos na composição orgânica que produzem a queda tendencial da taxa de lucro. Com sua investigação acerca da formação da superpopulação relativa, deu destaque ainda à concorrência que se estabelece entre os trabalhadores. Como vimos, a lei populacional capitalista consiste na produção reiterada e em proporções crescentes pelos próprios trabalhadores da sua redundância relativa. Enquanto o capital adicional resultante da acumulação atrai cada vez menos trabalhadores, o capital precedente que segue se reproduzindo repele progressivamente mais trabalhadores. O processo de acumulação

movimentado pela parcela empregada da força de trabalho disponível faz engrossar as fileiras de trabalhadores na reserva, enquanto a pressão desses últimos impõe para os primeiros que aceitem condições de trabalho e remuneração que se vão crescentemente deteriorando.

Se a concorrência guarda a possibilidade de piora progressiva das condições experimentadas pelos trabalhadores não seria de estranharmos que a ampliação das dificuldades para que capitais e trabalhadores se mantenham competitivos ante os elevadíssimos níveis atuais de produtividade seja a base para o agravamento da superexploração do trabalho e outros processos espoliadores. Capitais que buscam se reproduzir mesmo estando abaixo do *standard* estabelecido se veriam constrangidos fetichistamente a utilizarem aqueles mecanismos numa tentativa de escapar da sua centralização por outros, de maior produtividade. Por sua vez, trabalhadores ainda empregados se veriam constrangidos de maneira igualmente fetichista a aceitá-los, pressionados pelas fileiras na reserva, num contexto em que parece vigorar a franca descartabilidade dos mesmos.

Aqui encerramos um quadro de discussões com o qual pudemos confrontar criticamente a ideia de um "eterno retorno" da acumulação primitiva e a de sua funcionalidade na superação temporária das reiteradas crises da reprodução capitalista. Conseguimos reconhecer, portanto, limitações em ambas as tendências do chamado paradigma da questão agrária para considerarmos o engajamento da reprodução do campesinato nas condições hodiernas de reprodução capitalista. Como vimos antes, a abordagem de orientação "leninista" teria suas teses frustradas ante o processo de "recampenização" que foi apresentado. Por sua vez, a abordagem de orientação "luxemburguista", embora tivesse notado tal processo, não lograria uma efetiva problematização do caráter do mesmo por compreendê-lo equivocadamente como manutenção, como resistência ou como recriação de uma totalidade supostamente independente que a reprodução camponesa nunca foi. Recusando a ideia de uma generalização progressiva das relações de produção ditas propriamente capitalistas, renunciava a qualquer perspectiva de investigação dos impactos do processo de modernização, sem conseguir perceber transformações na reprodução camponesa desencadeadas no bojo da homogeneização da mobilidade do trabalho resultante da autonomização. Tal abordagem também não lograria uma efetiva problematização da funcionalidade da constante reiteração da acumulação primitiva que supostamente fundamentaria a "recampenização" por não conseguir apreender, nem mesmo aquelas

interpretações mais potentes sobre a questão, que levavam em conta o caráter fundamentalmente crítico da reprodução do capital, sua real insuficiência quando considerados os limites estruturais hoje estabelecidos para a valorização do valor.

Mediante uma apropriação totalmente distinta de algumas formulações de Luxemburgo, pudemos sugerir, entretanto, que a presença constante de fenômenos comumente associados à reiteração da acumulação primitiva se relacionaria com o recrudescimento geral da concorrência resultante da crise fundamental da reprodução capitalista hoje estabelecida. Podem ser interpretados desse modo alguns aspectos anteriormente apresentados das condições de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha, tais como a superexploração rotineiramente infligida aos migrantes temporários ou ainda a expropriação da chamada renda camponesa tanto na produção consorciada de eucalipto como no rebaixamento dos preços dos produtos agrícolas. Realizando-se como formas de expropriação ou de exploração por assim dizer mais intensificadas que as condições "normais" da exploração capitalista, não por isso funcionariam de fato enquanto acumulação primitiva posto que, no atual contexto, a reprodução do capital ocorre, rigorosamente, apenas de maneira fictícia.

Para além de mero diagnóstico dos mesmos, ao caracterizarmos a reposição continuada de fenômenos como os acima assinalados enquanto resultados da crise fundamental estabelecida, buscamos problematizar as atuais condições de reprodução capitalista também do ponto de vista da acirrada brutalização das alternativas de sobrevivência hoje existentes. Não estamos sugerindo, sem embargo, uma crítica que reivindica que sejam postos limites a essa brutalização, porque aceita as condições consideradas "normais" dessa socialização. Diferentemente, procuramos levar para a discussão esse caráter cada vez mais insustentável e inaceitável da reprodução social capitalista em crise, inclusive por considerarmos, por exemplo, no que se refere à superexploração, que as relações de trabalho não poderão ser "colocadas nos trilhos" novamente, tendo a mesma se colocado, muito possivelmente, como o *modus operandi* definitivo da mobilização do trabalho na reprodução fictícia do capital.

Além de nos permitir a referida inversão na perspectiva mais frequente de interpretação sobre a reposição da acumulação primitiva, a apropriação sugerida das formulações de Luxemburgo nos possibilita ainda apresentar aspectos das condições hodiernas de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha que compõem aquele conjugado de relações geralmente investigadas do ponto de vista da autonomia do campesinato, mantida mesmo posteriormente ao processo tomado como expansão do

capitalismo no campo, da perspectiva da sua articulação com as atuais condições de reprodução capitalista.

Como vimos anteriormente, as várias interpretações apresentadas sobre as transformações sobrevindas a partir da segunda metade do século XX no Vale do Jequitinhonha, quando não diagnosticaram a subordinação do campesinato via superexploração em relações de assalariamento, via extração da renda da terra ou expropriação completa dessa última, deixaram de lado a investigação de possíveis articulações entre suas condições de reprodução social e a reprodução capitalista, considerando relações sociais autonomizadas, como se elas fossem verdadeiramente autônomas (cf. seções 4.2 e 4.3 dessa tese). De acordo com essa perspectiva acabou estabelecida aquela diferenciação francamente sociologista entre um campesinato supostamente independente e outro, porque parcialmente expropriado, coagido à sua subordinação pelo capital de maneira a viabilizar a reprodução familiar.

Criticamos sob muitos pontos de vista tal aparência de autonomia mesmo nas situações em que o campesinato parecia se reproduzir recorrendo unicamente a uma subsistência dita imediata e a uma circulação supostamente simples. Mais que isso, conseguimos identificar um processo de destituição da reprodução camponesa do que poderiam ser considerados seus conteúdos efetivamente sociais não apenas pela sua necessária efetivação nos termos da mobilidade do trabalho, mas especialmente pela insuficiência da mesma na garantia da sobrevivência familiar. Como afirmamos anteriormente, aquelas relações se transformavam em mais um trabalho qualquer precisamente num contexto em que esse último parecia não mais poder se realizar suficientemente de modo a garantir a completa reprodução dos lavradores. Nessas circunstâncias emergiram alternativas de sobrevivência que procuramos investigar detidamente (cf. seção 4.4 dessa tese) também do ponto de vista das suas várias particularidades e que agora podemos relacionar mais sinteticamente aos termos da reprodução do capital em sua crise fundamental, cuja problematização nós viemos desdobrando tendo como referência sobretudo o plano do capital conjunto.

Antes de tudo a referida articulação nos permitirá concluir a crítica que desenvolvemos ao modo como as duas correntes interpretativas do chamado paradigma da questão agrária trataram a questão da manutenção, da resistência ou da recriação do campesinato. Por um lado, como já apontamos, a persistência atual de condições de reprodução para os camponeses no Vale do Jequitinhonha não pode ser reduzida simplesmente a um processo de proletarização não terminado, como parece sugerir a

tendência de orientação "leninista". Por outro, não pode ser considerada como o reestabelecimento de um substrato supostamente não-capitalista que possibilitaria a continuidade de uma acumulação primitiva com o fito de contornar, mesmo que temporariamente, crises da reprodução do capital, como parece propor a corrente "luxemburguista".

Como a superexploração do trabalho, entre outros fenômenos frequentemente associados à reiteração da acumulação primitiva, o processo de "recampenização" que mencionamos pode ser interpretado como decorrência daquela crise fundamental na reprodução capitalista que viemos discutindo. Mais que a mera manutenção de um campesinato no Vale do Jequitinhonha, estamos a considerar um processo no qual camponeses voltaram a buscar obter sua sobrevivência com o trabalho que realizam diretamente nas suas próprias terras, reconhecendo dificuldades crescentes para se reproduzirem como assalariados, ou seja, cujo nexo estreito com os altos níveis de produtividade responsáveis por exacerbar a redundância relativa dos trabalhadores mobilizados ao ponto da sua total descartabilidade não pode ser de modo algum desconsiderado. Assim, apesar de todo seu aspecto de estratégia de reprodução, a "recampenização" apenas pode ter seu sentido mais completamente apreendido se for considerada como reposta tanto ao desemprego como ao processo progressivo de precarização, ambos muito aprofundados pela crise. Mesmo nas situações em que os camponeses não são imediatamente subordinados ao capital é possível, portanto, relacionarmos suas condições de reprodução social ao contexto atual de reprodução capitalista.

Essa *prescindibilidade* dos trabalhadores, entre eles dos muitos lavradores que buscaram se recampenizar, se põe como outro polo daquelas mesmas condições de reprodução do capital que produzem a *superexploração*. Sendo assim, não pode ser considerada como superação da autonomização ou como uma reunião supostamente desalienada entre trabalhadores e meios de produção. Se seu aspecto violento não é distinguível com tanta perspicuidade nas relações mediante as quais se reproduz o campesinato atualmente no Vale do Jequitinhonha, o mesmo aparece, não obstante, francamente, por exemplo, no genocídio da população jovem e negra nas periferias metropolitanas, na superpopulação crescente dos presídios, etc., a revelarem que a prescindibilidade estabelecida do ponto de vista do capital é a descartabilidade hoje experimentada violentamente pelas pessoas.

Para além de uma problematização das atuais condições de reprodução do campesinato em consequência de estarem assentadas no mencionado processo de autonomização que faz dos lavradores, assim como todos os outros, trabalhadores mobilizados, procuramos dar outro passo em nossa argumentação: sugerimos que a mobilidade do trabalho imposta inclusive para os camponeses só pode se reproduzir atualmente de forma *crítica*. Assim podem ser pensadas tanto as dificuldades que os lavradores enfrentam hoje para se reproduzirem enquanto assalariados como aquelas dificuldades postas para que se reproduzam enquanto tal. Nesse sentido, Kurz (2002) apresentaria a crise fundamental que viemos discutindo igualmente como uma *crise do trabalho*.

O desemprego e a precarização do trabalho ambos decorrentes da progressiva mecanização ocorrida na agroindústria canavieira, o aumento dos empregos obtidos no chamado setor terciário, a reprodução do campesinato cada vez mais vinculada com os programas estatais, tais como os para a comercialização direta, de acesso ao crédito subsidiado, de universalização de rendimento mínimo, bem com os casos em que a aposentadoria representa a renda principal da família, não que comprovem a crise fundamental investigada, podem ser relacionados uns com os outros de maneira a considerarmo-los mais que simples fenômenos, momentos de um processo geral de reprodução social cujo sentido pode ser discutido mediante a crítica daquela. São simultaneamente alternativas de sobrevivência e condições postas para a mesma numa sociedade monetarizada na qual o trabalho é móvel, mas apenas pode se reproduzir criticamente. Operam ainda realizando aqueles camponeses enquanto necessários consumidores de mercadorias numa sociedade em que a superprodução estruturalmente instituída dá o tom.

Não só no que concerne aos aspectos acima referidos, as condições atuais de reprodução do campesinato podem ser relacionadas com aquela crise fundamental. Sua dependência estrutural do Estado permite certas condições de sobrevivência que se diferenciam fortemente daquelas experimentadas hoje em dia pela população pobre metropolitana num contexto marcado ao mesmo tempo por prescindibilidade e superexploração. Não obstante, não podendo ser compreendida no âmbito de uma determinação supostamente política do Estado que parece sujeito, embora não possa prescindir do dinheiro como mediação essencial, evidencia a dependência estrutural do próprio Estado com relação ao crédito imprescindível para a efetivação das políticas

discutidas, inteiramente entrelaçada, consequentemente, à reprodução fundamentalmente fictícia do capital.

O Estado se apresenta assim como um necessário *gestor da crise* viabilizando condições de reprodução para sua população, mas ele próprio consegue se realizar exclusivamente com recurso ao processo ficcionalizado de reprodução do capital. Nas palavras de Kurz: "Num nível elevado de cientificização e de intensificação do capital, as despesas gerais e as condições infraestruturais do processo de criação de valor começam a sufocar a própria criação de valor o que se torna evidente numa paradoxal inversão da relação entre Estado e sociedade; já não é a sociedade que nutre o Estado para que este cuide dos 'assuntos gerais', mas, pelo contrário, é o Estado que deve alimentar a sociedade com o 'capital fictício' para que esta possa manter-se em sua forma tornada obsoleta de sistema produtor de mercadorias. O processo em que massas cada vez maiores de trabalho futuro são hipotecadas e 'capitalizadas', o nutrir-se vampirescamente do futuro, abarca agora tanto a reprodução do capital quanto a reprodução do Estado e as duas formas de dependência do crédito interligam-se" (1995a: 13).

Em razão da dependência estrutural do Estado com relação ao capital fictício creditício, o caráter das suas políticas nunca depende exclusivamente, e quiçá nem principalmente, da chamada correlação de forças estabelecida nas disputas por recursos do fundo público, como parece supor Oliveira (1998) quando reivindica uma luta por "antimercadorias sociais" que o autor acredita destituídas de fetichismo, assim como o conjunto da reprodução social assentada no "antivalor"[232]. A aniquilação ainda em curso

[232] Apesar de algumas semelhanças com as formulações de Kurz (1995a) acerca da constituição de uma reprodução fundamentalmente fictícia do capital, a tese de Oliveira (1998) sobre a transformação do fundo público em pressuposto da reprodução do capital se diferencia das mesmas sobretudo por uma redução do fetichismo da mercadoria à mera alienação dos trabalhadores com relação ao produto do trabalho, uma perspectiva que fundamenta seu entendimento sobre a antecedência histórica da esfera pública, sobre a autonomia relativa da política frente às relações capitalistas, como também sobre a apropriação privada da riqueza social enquanto base central da sociedade burguesa: "O que torna o fundo publico estrutural e insubstituível no processo de acumulação de capital, atuando nas duas pontas de sua constituição, é que sua mediação é absolutamente pelo fato de que, tendo desatado o capital de suas determinações autovalorizáveis, detonou um agigantamento das forças produtivas de tal forma que o lucro capitalista é absolutamente insuficiente para dar forma, concretizar, as novas possibilidades de progresso técnico abertas. Isto somente se torna possível apropriando parcelas crescentes da riqueza pública em geral, ou mais especificamente, os recursos públicos que tomam a forma estatal nas economias e sociedades capitalistas" (1998: 31-32). "Permanece, no campo marxista, uma interrogação sobre o fetiche da mercadoria. O percurso teórico até aqui sumarizado tem, como necessidade intrínseca de seu desdobramento, a anulação do fetiche da mercadoria, se esta categoria está se desfazendo no sistema capitalista; principalmente se a força de trabalho está se desvestindo das determinações de mercadoria. De fato, a des-mercantilização da força de trabalho opera no sentido da anulação do fetiche: cada vez mais, a remuneração da força de trabalho é transparente, no sentido de que seus componentes são não apenas conhecidos, mas determinados politicamente. Tal é a natureza dos gastos sociais que compõe o salário indireto, e a luta política se trava para fazer corresponder a cada item do consumo uma partida correspondente dos gastos sociais. Não há fetiche, neste sentido, sabe-se agora exatamente do que é composta a reprodução social. [...]

também no que costumava ser o centro da reprodução capitalista dos direitos sociais adquiridos longamente até seu ápice na consolidação do chamado Estado de bem-estar, decorrência visível dos últimos *crashs* na reprodução fictícia do capital perante a qual qualquer retrocesso se coloca impraticável, parece evidenciar os exatos limites daquela "autonomia relativa" (Oliveira, 1998: 31) amiúde atribuída para a gestão política da reprodução do capital fictício.

Para além da discussão acerca dos limites estabelecidos para a continuidade das políticas de gestão da crise, falta problematizarmos também o caráter necessariamente antagônico do conjunto da ação estatal, mesmo quando daqueles cada vez mais curtos intervalos em que podem ser levadas a cabo políticas de cunho mais "keynesiano". Conviveriam, assim, na gestão da crise brasileira, programas voltados para o dito fortalecimento da agricultura familiar com os aportes necessários à reprodução do agronegócio, alçado ao posto de "herói nacional" por produzir, em tese, mediante a exportação das suas *commodities*, as divisas responsáveis por proporcionar alguma estabilidade para a balança comercial do país[233]. Do mesmo modo, conviveria com os programas de combate à pobreza, voltados para oferecer alternativas mínimas de sobrevivência para uma população pobre e cada vez mais miserabilizada pela crise fundamental em curso, o aprofundamento da violência policial de Estado a revelar brutalmente a outra faceta da ação política no gerenciamento da descartabilidade dos trabalhadores.

Ou seja, as políticas estatais das quais a reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha depende hoje não somente possuem limites para a sua reprodução e continuidade para além de uma disputa aparentemente política como são o outro polo necessário de uma gestão estatal de crise que também se realiza violentamente. Essa reprodução do campesinato, consequentemente, não guardaria o menor caráter de particularidade regional, mas se estabelece, diferentemente, como vimos antes, numa articulação com o controle territorialmente exercido pelo Estado. Para além de uma salvaguarda de determinadas condições para a realização de trocas entre cidadãos proprietários, o curso forçado do dinheiro ao qual fizemos já referência se mostraria fundamentalmente gestão do capital fictício e os limites estabelecidos para a aparente

---

Importa também observar que o Estado de bem-estar e suas instituições não são, agora, o 'horizonte intransponível'; para além dele bate, latente, um modo social de produção superior. [...] A constituição das classes sociais não atingiu nenhum umbral intransponível; não há também uma 'eternização' nem das classes nem das relações sociais. Mas, decididamente o acesso e o manejo do fundo público são o *nec plus ultra* das formas sociais do futuro" (1998: 35-36).

[233] Presidente Lula chama usineiros de heróis. *Folha de São Paulo*, 20 de março de 2007.

autonomia estatal se evidenciariam, para além do recurso obrigatório ao dinheiro para o exercício da mesma, como os próprios limites da reprodução do capital tornada fundamentalmente fictícia.

Isso não significa que as atuais condições de reprodução experimentadas pelo campesinato no Vale do Jequitinhonha não possuam uma aparência de totalidade independente marcada, como vimos, pelo processo de autonomização. Essa se tornaria fundamento tanto de ideais de resistência camponesa, segundo uma perspectiva de interpretação que discutimos bastante, como de programas estatais de incentivo à comercialização da produção camponesa e ao turismo comunitário que se assentam basicamente na *simulação* de particularidades regionais. Ou melhor, para ao menos mencionarmos os novos termos que estruturam essa discussão, na simulação de *territorialidades* ou de *territórios* organizados mediante a total espetacularização das identidades locais revelando como uma crítica inicialmente dirigida ao Estado foi progressivamente incorporada pelo menos em parte nas ideologias da gestão territorial participativa e democrática[234].

Sem identificarmos qualquer autonomia real e tendo em conta também a ultrapassagem das condições de territorialização do capital efetivamente regionais, consideramos a possibilidade de ligarmos aquela aparência de autonomia que hoje se aprofunda não à manutenção de "reservas de acumulação primitiva" (cf., por exemplo, Oliveira, 1987), mas, diferentemente, à emergência de *bolsões de crise do trabalho*. Integradas na reprodução social capitalista uma vez que não escapam à sua forma de mediação abstrata, fetichista e tautológica, aquelas territorialidades só aparentemente autônomas não podem ser consideradas um "meio" ainda não efetiva ou totalmente incorporado. Assim também não podem ter sua forma de incorporação considerada verdadeiramente particular, pois a mobilidade dos lavradores-trabalhadores se assenta igualmente na dupla liberdade imposta para o conjunto da sociedade no processo de autonomização do capital.

[234] Entre outras referências, essa crítica pode ser atribuída a Raffestin (1993) em sua análise sobre o pacto territorial que incluía geografia regional lablacheana e planejamento regional de Estado. Para o autor seria "inteiramente da lógica do Estado construir uma imagem de diversidade que ele assenta sobre a uniformidade. A região é dita, não vivida. [...] Para o estado, a região é uma expressão da qual se conserva sábia e sutilmente a polissemia" (1993: 182-183). O autor criticava, assim, as ações estatais que pretendiam "dar voz" para os territórios por meio do planejamento, reivindicando um deslocamento do poder concentrado no Estado para a sociedade civil. O território devia se transformar no lugar da autonomia, da identidade e sobretudo do empoderamento. Considerado estritamente do ponto de vista das relações de poder, o problema da autonomização de relações sociais que continuavam a se fundamentar na mesma forma de mediação geral da sociedade produtora de mercadorias nem chegava a ser colocado em questão.

Contudo, como vimos, no atual contexto de crise a mobilidade do trabalho mencionada parece poder se realizar só criticamente. Isso não anula a dupla liberdade resultante do processo de autonomização, mas confere uma progressiva aparência de *imobilidade* para o trabalho que cada vez mais dificilmente consegue se realizar. Tal aparência pode ser identificada num processo de "recampenização" que avança entre a costumeira migração temporária, sobretudo se considerarmos que a reprodução daqueles camponeses passa fundamentalmente por políticas de gestão da crise. Mesmo nas circunstâncias em que trabalho precisa ser efetivamente feito como uma espécie de "legitimação" para o recebimento dos recursos estatais[235], não proveria de fato do seu dispêndio o processo de valorização do valor que pressupõe sua remuneração, mas, diferentemente, essa última estaria assentada essencialmente no processo estrutural de endividamento do Estado.

No caso acima referido, dificuldades crescentemente enfrentadas para a comercialização das forças de trabalho e políticas de gestão da descartabilidade dos trabalhadores parecem se unir numa espécie de confinamento que se dissimula de reestabelecimento de um "modo de vida". Contudo, não devemos esquecer que tal confinamento se assemelha bastante àquele que cada vez mais podemos observar nas periferias urbanas, nas quais os trabalhadores vendem suas forças de trabalho progressivamente no comércio local, nos serviços oferecidos principalmente para os moradores da sua própria "quebrada", incluídos aqui aqueles que possuem caráter "domiciliar", como os serviços domésticos, de cuidado de crianças e velhos, etc., nos inúmeros "projetos" sociais, culturais, educativos, voltados à produção, entre outros, financiados direta ou indiretamente pelo Estado (cf. Giavarotti, 2013)[236]. Também não

[235] Aqui nos referimos, diferenciando-os da política de universalização de renda mínima, por exemplo, aos programas de compra direta da produção agrícola e de crédito subsidiado para a agricultura familiar, mas também aos financiamentos geridos por ONGs entre outras organizações da chamada sociedade civil que empregam trabalhadores, como Miro, na construção de cisternas ou, como Lina, na produção de "Quintais Maravilha".

[236] Não estamos sugerindo que muitos moradores periféricos não se desloquem diariamente em direção ao chamado "centro" urbano para trabalharem, o que seria impossível defendermos ante a costumeira lotação dos transportes públicos e do tráfego urbano no sentido bairro-centro todas as manhãs. Sabemos também que "alternativas" de trabalho criminalizadas presentes entre as possibilidades de reprodução social existentes atualmente nas periferias urbanas, como aquelas ligadas ao tráfico de drogas ou ao crime organizado não se restringem a sua realização na "quebrada" mobilizadas num aparato estruturado em escala nacional ou internacional. Usamos essa ideia de confinamento como uma figura que permite evidenciar diferenças nas condições atuais de reprodução das forças de trabalho àquelas enfrentadas pelos trabalhadores que partiam diariamente em direção aos conglomerados industriais para trabalharem nas fábricas, assim como na produção do espaço relacionada às mesmas, mas não apenas. O aprofundamento de um caráter crítico na realização da mobilidade do trabalho fez emergir a temática das "novas centralidades" urbanas. Se num plano mais fenomênico a mesma até possui alguma correspondência com os processos em curso, como a ideia da constituição de uma sociedade pós-industrial ou dos serviços a noção de "novas centralidades" parece não dar

podemos esquecer que o ápice desse confinamento se explicita violentamente nas penitenciárias, das quais a superlotação atual que referimos antes, para que tentemos considerá-la com um mínimo de crítica do cinismo, tem que ser considerada como decorrência não apenas da crise do trabalho, mas também, em conjunto com ela, da decadência de qualquer potencial supostamente civilizatório do processo de modernização numa *era de expectativas decrescentes* (cf. Arantes, 2014).

Ou seja, qualquer concepção de um "modo de vida" tradicional, próprio ou particularizado para as comunidades camponesas, ainda que se refira sobretudo ou exclusivamente a um âmbito dito "cultural"[237], não pode desconsiderar o caráter espetacularizado do mesmo enquanto um desdobramento do atual caráter fictício da reprodução do capital. Nas palavras de Debord: "O espetáculo é o *capital* em tal grau de acumulação que se torna imagem" (1997: 25, aforismo 34, grifo no original). Assim, igualmente, não deveríamos desconsiderar que a recriação desses "modos de vida tradicionais" constitui o outro polo de uma mesma relação que engendra simulacros igualmente de "fronteiras". Como vimos antes, da mesma forma que prescindibilidade e superexploração apenas podem ser entendidas como um par indissociável, essas territorialidades pretensamente autônomas estão articuladas com aquelas nas quais se desdobra, não *ainda*, por falta de um processo de modernização, mas diferentemente agravadas pelo colapso desse último, o chamado trabalho escravo contemporâneo, a peonagem e o tráfico de pessoas.

Assim, para retomarmos os termos que viemos mobilizando ao longo da nossa investigação, estamos a sugerir que se desdobrou efetivamente um processo de *homogeneização* que poderia ser identificado com a autonomização responsável por generalizar a mobilidade do trabalho, não obstante exista, concomitantemente, uma *diferenciação* em curso. Essa diferenciação não se refere, em nossa perspectiva, nem à manutenção nem à recriação de algo que é o outro das relações capitalistas, mas, diferentemente, é produto central da própria crise das mesmas. Se já foi atribuído à generalização do assalariamento e da reprodução ampliada do capital fundada predominantemente na extração de mais-valia relativa algum potencial supostamente

conta das implicações efetivamente críticas no plano da reprodução do capital de uma passagem das antigas centralidades industriais para as novas centralidades comerciais ou dos serviços (cf., por exemplo, Spósito, 1991).

[237] Consideramos aqui a falta de autonomia igualmente estruturante da reprodução da "cultura" em meio às relações capitalistas, a qual, assim como no caso da "política", não pode prescindir das mesmas medições mediante as quais costumeiramente definimos o âmbito "econômico", como dinheiro e mercadoria. Uma problematização bastante coerente com as perspectivas assumidas em nosso trabalho do processo de autonomização da cultura pode ser encontrada em Kurz (2004c).

civilizatório, essa perspectiva tem que ser completamente abandonada de maneira a enfrentarmos criticamente as atuais condições de reprodução social, colocadas pela reprodução fundamentalmente fictícia do capital. Não falta atingirmos tais padrões de reprodução das relações sociais capitalistas, como poderia sugerir uma abordagem "neodualista". Ao contrário, acreditamos ser da decomposição dos mesmos que necessariamente devemos partir para uma crítica radical que considere seu caráter inerentemente miserável, como sugeriu Debord (1997), para citarmos unicamente um exemplo, mas também, em conjunto, considere os padrões diferenciados que foram assumidos, por assim dizer, por aquela miserabilidade decorrente da discutida crise fundamental.

Como deve ter ficado implícito na argumentação anterior, o caráter crítico da reprodução social que vem à tona nos diversos fenômenos observados não pode ser fenomenologicamente deduzido, sendo compreensível exclusivamente em uma problematização travada no plano do capital conjunto. Reivindicando-a não estamos, entretanto, a apresentar uma questão de ordem epistemológica. Com nossa recusa do individualismo metodológico não pretendemos apresentar o plano do capital conjunto enquanto alternativa mais acertada para a análise e o desvendamento científicos. Diversamente, recebemo-lo como derivação da crítica do capital enquanto processo de autovalorização que é fetichista e por isso considerado sujeito automático. Em outras palavras, o plano do capital conjunto emerge como horizonte quando não nos circunscrevemos a criticar as intenções apenas aparentemente subjetivas das suas personificações, mas nos dirigimos contra uma relação social cujo sentido tautológico ultrapassa o conjunto de estratégias conduzidas por empresários, *players* do sistema financeiro ou mesmo pelo Estado. Ou seja, ultrapassa aqueles mecanismos que tais personificações pensam administrar quando na verdade vão sendo pelos mesmos "administradas".

Frente ao reconhecimento da mencionada insuficiência de uma interpretação circunscrita aos fenômenos, cujo plano de referência, portanto, continua a ser aquele do capital individual, poderíamos ser questionados sobre o porquê de trazermos para a problematização não apenas um diagnóstico, mas uma crítica das atuais condições de reprodução capitalista também do ponto de vista da brutalização das alternativas de sobrevivência hoje existentes. Novamente, sem buscarmos dar contornos propriamente epistemológicos para o problema que formulamos, sugerimos a necessidade de uma abordagem de "mão dupla" da perspectiva de construção teórica hoje. Por um lado,

consideramos que a articulação entre teoria e totalidade concreta (Scholz, 2009) se faz imperativa não com o intuito de comprovação da primeira, mas, diferentemente, para possibilitar uma espécie de reconstituição dos fragmentos autonomizados dessa última resultante da crítica da totalidade social subjacente aos mesmos, posto que a mediação estabelecida entre aqueles fragmentos se reproduz de forma naturalizada. Por outro, entretanto, o potencial problematizador e crítico da teoria apenas pode ser de fato aprofundado, na nossa perspectiva, ante as transformações que emergem na totalidade concreta das condições de reprodução social, sobretudo considerado seu caráter progressivamente deteriorado no atual contexto de crise fundamental. Conforme sugeriu Scholz em seu ensaio *Forma Social e Totalidade Concreta*, "se a realidade social muda, também a própria teoria – na melhor tradição da Escola de Frankfurt – tem de mudar" (2009: 1)[238].

238 "Assim, trata-se de uma nova determinação das relações sociais mundiais, no sentido da totalidade concreta desenvolvida, que não pode ter medo dos 'baixos níveis da empiria' (Kant) e, nessa medida, também de acordo com Adorno, tem de dar prioridade ao objecto real. A teoria tem de se modificar quando a realidade social se modifica, situação em que, no entanto, também não se pode abdicar da crítica do princípio da forma, nem, portanto, da diferenciação entre essência e aparência. A empiria e os planos da análise concreta não devem ser subordinados à definição da forma social fundamental, como aconteceu durante muito tempo, e ainda acontece, nos contextos da crítica do valor. No entanto, inversamente, também a empiria e as análises sociais concretas, ou críticas da ideologia, não podem, por sua vez, ser colocadas em primeiro lugar, contra a determinação geral da forma social das relações fetichistas. Sem embargo, o próprio entendimento da forma fundamental tem de ser aprofundado, até à definição basilar de valor, de trabalho abstrato e de sujeito automático, incluindo simultaneamente a dimensão da dissociação sexual. Aqui se enquadram também a diferenciação e a interação dos diferentes planos do tempo (tempo concreto do desenvolvimento, tempo abstrato do valor, lógica de 'esbanjar tempo' no domínio da reprodução). É neste contexto que se pode determinar a dinâmica da forma do capital, ou da mais-valia, como desenvolvimento de uma 'totalidade substancial'" (Scholz, 2009: 33).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### *Duas conclusões*

Chegamos a essa altura da nossa exposição tendo já realizado uma apresentação sintética de todo o percurso argumentativo do trabalho (cf. seção 4.5 dessa tese). Aproveitaremos essas considerações finais, em vista disso, para um passo diferente: colocarmo-nos novamente ante alguns desdobramentos da atual reprodução crítica da totalidade concreta das relações capitalistas que pudemos acompanhar no Vale do Jequitinhonha e exigem nosso posicionamento, procurando estabelecê-lo, contudo, recolocando os termos da crítica conduzida ao individualismo metodológico, e, consequentemente, como esforço de crítica categorial negativa.

Como afirmamos anteriormente (cf. seção 1.6 dessa tese), somente quando os posseiros das comunidades do Alagadiço, localizadas no município de Minas Novas, passaram a se reproduzir outra vez enquanto lavradores, depois da antiga fazenda ter encerrado suas atividades, a existência de conflitos fundiários emergiu como uma representação presente entre os mesmos. Marciano Soares[239], morador de Quilombo, apresentou-nos alguns aspectos de conflitos muito atuais que vêm ocorrendo em sua comunidade. De acordo com o lavrador, parte da chapada de Quilombo começou a ser cercada sob a responsabilidade de um advogado de Minas Novas: "*Esse doutor, esse advogado queria cercar nossa chapada, inclusive desse lado aqui também. Mas nós tínhamos o documento da associação, como nós éramos quilombolas. Mas ele começou a fazer cerca. Isso foi um furdunço danado. Aí ele veio uns dias aqui e eu conversei com ele, aí eu falei pra ele: — 'Olha, eu nunca vi, sou nascido e criado aqui, e eu nunca ouvi falar que o senhor tem direitos de terra aqui'. Aí ele respondeu: — 'Não. Mas foi agora que aquele moço que mora ali em baixo, foi agora que ele abriu mão disso aqui para mim'. Então coloquei assim: — 'Mas como é que aquele moço abriu mão disso se não era dele?'. E ele: — 'Pois eu digo, o moço abriu mão e eu fiquei com os documentos na mão'*".

Marciano argumentava que seu pai, Zé de Tiolino, nunca chegou a possuir a documentação daquela chapada que começou a ser cercada em sua totalidade. Costumeiramente, o domínio que se exercia sobre as chamadas águas vertentes se fundamentava nos registros possuídos pelos lavradores das grotas, terras acercadas dos

[239] Marciano tem 71 anos. MARCIANO SOARES. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

córregos, e no reconhecimento dos extremantes: "*Nós não chegamos a ter um documento dessa parte toda. Mas pai tinha documento aqui, a senhora sabe, muita gente tinha documentos aqui daquilo que pagava imposto. Pai tinha um documento, assim, de 58 alqueires de terra. Sim, mas se fosse medido dava muito mais, mas ele pagava imposto daquilo ali. E tinha os outros moradores por lá que respeitavam o direito dele. Um se chamava Chico Lopes. Mas hoje já mora outras pessoas lá. Os novos foram embora. Venderam e foram embora. E os velhos morreram. Então pai divisava lá. Tinha aquela estrada que ia para Capelinha e tinha outro que morava lá, se chamava Miguel de Mira. E ele divisava lá com pai. E aí pai divisava com outro tal ali em cima*".

O lavrador ia enumerando antigos extremantes, sugerindo que o responsável pela transferência das terras para o referido advogado de Minas Novas nunca havia dominado partes da chapada mencionada. Ainda assim, quando Marciano, em conjunto com outros moradores de Quilombo, iniciou uma ação judicial que hoje ainda se encontra em curso, buscando deter o cercamento daquelas chapadas, se valeu dos documentos da associação quilombola estabelecida pelos moradores que indicavam uma terra em processo de legitimação e reconhecimento: sabia ser insuficiente, do ponto de vista dos recursos legais, uma reivindicação que se fundasse unicamente na antiga forma dos domínios fundiários. Posteriormente a abertura daquele processo, de acordo com o lavrador, o promotor responsável pelo caso enviou uma liminar para o advogado mencionado, orientando-o a retirar da chapada as madeiras que haviam sido levadas para lá para a feitura do cercamento. Além disso, solicitou que parasse o trabalho das máquinas que haviam principiado o desmate das terras: "*Se não [tivéssemos iniciado a ação], isso tudo que a senhora viu ali, já estava tudo sendo plantado eucalipto. Mas foi só desse lado aqui que nós temos o documento da associação que ele conseguiu fazer isso. Isso até está na justiça ainda, então vai ter a audiência lá em Minas Novas. Aí a gente estava organizando um ônibus para ir lá fazer pressão na porta do Fórum lá de Minas Novas, aí uma pessoa contou que a gente tava fazendo isso, e ligaram lá para aquele doutor, aquele advogado de Minas Novas e fez cancelar a audiência. Dá para a senhora entender?*".

Além da tentativa de desmate e feitura de cercas na chapada da comunidade de Quilombo, Marciano narrou também ter sofrido ameaças de agressão, em virtude dos conflitos por terras. Numa situação em que parte das terras da chapada estava sendo desmatada para a produção de carvão e o lavrador procurou intervir, foi ameaçado: "*Teve ameaça aqui pra mim. [...] O cara estava lá para desmatar para fazer carvão para vender, aí eu fui conversar com o cara que não podia. Que aquela área era nossa e um 'grileiro' que*

*tem por aqui, aquele mesmo que passou as terras que não eram dele para o advogado, chegou e ameaçou. Aí eu levei na justiça. Ele não chegou a mostrar a arma, mas ele falou que se eu fosse lá denunciar ele, que ele vinha aqui me pegar em casa. Aí eu falei: — 'Eu vim aqui num é pra brigar. A gente veio aqui que foi pra gente se entender que essa área aqui é nossa, que isso aqui é da comunidade'. Ele falou assim: — 'Seu lugar é lá embaixo'. E eu digo: — 'Não, mas isso aqui depende da comunidade e eu estou aqui pra defender o que é da comunidade e você tem costume de ameaçar os outros e o senhor nunca achou uma pessoa que colocasse você na lei e eu não vou hoje, que hoje já está tarde, mas amanhã eu vou'. E aí eu fui chamado lá e aí eu entrei, tinha um moço que era presidente da câmara lá e forneceu um advogado para acompanhar eu e aí o 'grileiro' entrou lá com o advogado dele [...]. Então eu fui lá e o juiz falou assim: — 'Você quer que isso fique arquivado aqui, Marciano?'. Eu falei assim: — 'Olha, se ele prometer de não ficar aborrecendo nós lá mais, na comunidade, pode tirar. Agora se ele não prometer...'. E aí ele assinou um papel lá, prometendo*".

Seguindo o registro da identificação das transformações nas condições de territorialização do capital, podemos mencionar que, embora os processos descritos se organizem com recurso à violência extraeconomica, podendo ser remetidos, num primeiro olhar, imediatamente à dinâmica regional de reprodução das relações de produção ou ao coronelismo, conforme inclusive lavradores puderam sugerir (cf. seção 1.5 dessa tese), diferenciam-se bastante dessa última por pressuporem o plano jurídico-estatal para a regulamentação da apropriação fundiária. Ou seja, esses conflitos fundiários podem efetivamente se desdobrar e se desdobram em casos de ameaça, como o que nos foi apresentado por Marciano, mas se assentam na necessidade de manipulação de uma documentação, única maneira de legitimar a propriedade privada da terra, a qual, precisamente por isso, se distingue totalmente do antigo domínio fundiário. Essa diferenciação aparece quando o lavrador descreve que o advogado de Minas Novas antes referido afirmou ter adquirido documentos para respaldar o referido processo de apropriação da chapada. Mas aparece também, ainda que de modo implícito, na iniciativa encampada pelos lavradores do Alagadiço, de procurar o *reconhecimento* das suas antigas posses como terras de "quilombolas" no esforço de defendê-las, mesmo que não só em razão disso, nas circunstâncias de conflitos e disputas que vêm sendo enfrentadas.

Além dos conflitos envolvendo terras na chapada de Quilombo, Marciano fez referência também a outro processo em que fazendeiros e plantadores de eucalipto se acercaram dos posseiros das comunidades do Alagadiço. Segundo o lavrador, alguns anos

atrás havia ocorrido uma ocupação voltada para a reforma agrária em terras naquelas comunidades. Entretanto, posteriormente, muitas daquelas terras teriam passado para o controle de fazendeiros e produtores de eucalipto. A hipótese do lavrador para o estabelecimento dessa situação é a de que ocupantes teriam vendido aquelas terras "baratinho" por não possuírem sua documentação: "*Eles começaram a vender para esses fazendeiros os pedacinhos. Esse pessoal que quer ter número de terra. Você sabe... Se eu tenho uma posse aqui de 50 hectares e eu vendo para ele e ele fala: — 'Eu vou comprar na sua mão porque nessa o outro aí do lado vai vender e eu nisso eu já tenho 100 hectares'. É assim. Então virou eucalipto. E foi um montão para a mão de fazendeiros. Têm alguns [ocupantes] que estão aí ainda, mas eu acho que parte do pessoal já não está mais. E aí acabou virando tudo plantador de eucalipto. Inclusive dentro dessa área que era do meu pai têm uns ali embaixo. Têm uns ali que eu conheço eles todos, um que é de Angelândia. Comprou na mão de um Tereso, a área que o Tereso plantou eucalipto. Está lá e ele nunca veio olhar isso. Aí tem outro que é dono de um supermercado em Capelinha, que é da Angelândia também. Sim, comprou outro pedaço mais pra baixo, também plantou eucalipto e num vem aí de jeito nenhum. Eucalipto, só vem quando o eucalipto está bom de cortar, sim. Então aquele povo pequeno, vai que eles pegaram e venderam baratinho, porque não tinha documento, não é? E vendeu pra essas pessoas ricas. Então eles plantam eucalipto, deixam o eucalipto aí e moram em Capelinha ou em outro canto onde têm os negócios deles. Que nem tem um Mario Batista que tem eucalipto aí em tudo quando é canto, mas é dono de supermercado em Angelândia*".

Independente dos integrantes daquela ocupação terem sido efetivamente os vendedores daqueles "pedacinhos" adquiridos por fazendeiros e produtores florestais, interessa assinalarmos no depoimento realizado por Marciano sobretudo que a comercialização, ainda que seja completamente lícita, também pode operar como um mecanismo de apropriação fundiária capaz de desencadear o alijamento "daquele povo pequeno" das terras. Além disso, sua descrição nos permite distinguir, embora os compradores daquelas terras fossem nomeados como "fazendeiros", uma forma de apropriação fundiária que se diferencia muito daquela existente nas antigas fazendas regionais. O lavrador caracterizava aqueles novos fazendeiros especialmente pelo absenteísmo: moravam na cidade, aonde desenvolviam outros "negócios", nos quais, inclusive, parecia estar majoritariamente assentada sua posição social. Em suas terras, só "apareciam" quando o eucalipto ficava "bom de cortar". O que parece importar na apropriação fundiária não é mais, imediatamente, a mobilização do trabalho, mas,

diferentemente, a extração de uma renda autonomizada. Bem como a forma assumida atualmente pelos conflitos fundiários, tal diagnóstico também evidencia as referidas transformações nas condições de territorialização do capital.

No banco de dados sobre conflitos no campo no Brasil que é desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)[240], encontramos informações acerca da ocupação mencionada por Marciano e alguns de seus desdobramentos[241]. Segundo informações divulgadas no Boletim *Pelejando*, publicado pela CPT Belo Horizonte, a mesma foi principiada em fevereiro do ano de 2000, por um grupo de 78 famílias vinculadas ao Movimento de Luta pela Terra (MLT), em terra cujo tamanho chegaria a 10.000 ha, de propriedade da Fundação Pietro Salini, que, em tese, teria abandonado as mesmas aproximadamente no fim da década de 1980. Noutra edição do mesmo boletim essa informação aparece revisada e mais de 80% daquelas terras são caracterizadas como devolutas. No banco de dados constam também algumas informações recolhidas no jornal *Estado de Minas* publicado no dia 10 de julho de 2000. De acordo com as matérias consultadas, as terras em disputa teriam sido vendidas para a Acesita em 1976 pela Ruralminas, em um contrato fraudulento. Posteriormente, o ITERMG teria passado a reconhecê-las como terras devolutas e no cartório de Minas Novas não haveria nenhum registro das mesmas. Figurava, por fim, uma denúncia feita diretamente por agentes da Comissão Pastoral da Terra apontando o assassinato a tiros de um dos acampados, em dezembro de 2006[242].

Encontramos ainda, naquele mesmo banco de dados, informações sobre outros conflitos envolvendo terras no Alagadiço[243]. De acordo com informações publicadas pelo

[240] A Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização ligada às Pastorais Sociais da Igreja Católica brasileira, desenvolve, desde o ano de 1985, um banco de dados referentes aos conflitos no campo no país, recolhendo informações em jornais, variadas publicações e diretamente com seus agentes de base. Na sede da Secretaria Nacional da CPT, localizada em Goiânia (GO) o material coletado está organizado num arquivo físico de informações sobre conflitos relacionados com terra, garimpo, trabalho, questões de política agrícola, seca, conflitos sindicais e pela água. O acesso informatizado a esse banco de dados possibilita a pesquisa do histórico dos conflitos e a realização do cruzamento de muitas das informações. A partir desse banco de dados, a organização publica anualmente o relatório *Conflitos no Campo Brasil*.

[241] A referência do conflito pesquisado no banco de dados da CPT é "MG-349 Faz. Alagadiço/Acampamento Córrego Varão".

[242] "Antônio Jesus dos Santos, 34 anos, pai de dois filhos (ainda crianças), sem-terra, é assassinado a tiros pelo capataz da fazenda Alagadiço [...], no município de Capelinha. Consta que a vítima estava acampada com seus familiares há mais de cinco anos na referida fazenda. O conflito na região é antigo. Tramita na Justiça uma ação discriminatória para a regularização da área. Os acampados afirmam tratar-se de terras devolutas. [...]. De acordo com Maria Rita e Maria da Conceição (da diretoria do STR), outro acampado (irmão do trabalhador assassinado), quase foi atingido pelos disparos, ao tentar socorrer o irmão" (cf. a "entrada" MG-349 Faz. Alagadiço/Acampamento Córrego Varão do banco de dados da CPT).

[243] A referência do conflito pesquisado no banco de dados da CPT é "MG-1145 Comunidade de Quilombo/ Faz. Alagadiço/Santiago".

Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva no dia 31 de julho de 2007, sob a determinação do Ministério Público de Minas Gerais, naquele mesmo mês, a justiça do município de Minas Novas teria deferido uma liminar que bloqueava as matrículas dos imóveis de um advogado, além de proibi-lo de entrar ou efetuar qualquer forma de intervenção nas terras cujo reconhecimento havia sido reivindicado pela associação quilombola, sob a pena de ser multado. Antes disso, um morador de Santiago, uma comunidade igualmente localizada no Alagadiço, havia realizado uma denúncia na Promotoria de Justiça de Minas Novas sobre a ação do referido advogado naquelas comunidades. Segundo informado, ele se dizia proprietário de grande parte das terras ocupadas pela comunidade de Santiago, afirmando ainda que se restituiria de aproximadamente 400 ha. Tanto a Fundação Cultural Palmares como o ITERMG consideravam que tais terras constavam justamente do perímetro em processo de reconhecimento como "remanescente de quilombos". Os conflitos desencadeados pelo advogado teriam se intensificado no momento em que o ITERMG deu início para as atividades de medição das terras. Para o promotor de justiça Adriano Dutra Gomes, responsável pela ação civil pública durante o período, as referidas terras possuem antiquíssimo histórico de conflitos: "Muitas das pessoas que se apresentam como proprietárias de glebas não as são, e outras tantas possuem título de propriedade absolutamente questionável, dadas as inúmeras transações irregulares, realizadas principalmente há décadas, tendo por objeto terras da região". Além das informações assinaladas, no banco de dados constava ainda uma carta endereçada para a Fundação Cultural Palmares por representantes da associação quilombola das mencionadas comunidades solicitando urgência na demarcação do seu território, em virtude de aumentarem, a cada dia, pressões sobre as terras feitas por fazendeiros e empresas reflorestadoras.

Simeão Rodrigues[244], morador da comunidade de Santiago, apontou conflitos envolvendo suas posses que muito provavelmente são os mesmos que apareceram documentados pela CPT. Segundo o lavrador: "*Tem até uns postes fincados aí para imprensar nós. [...] Fui à justiça, empenhorei com o promotor de justiça e levantei tudo, porque tem um 'grileiro' aqui, um que você já escutou o povo falando dele, que já ia fechando pra plantar eucalipto no terreno de casa. O tal doutor de Minas Novas que eles disseram também, depois de a área estar defendida, ele chegou aqui e falou comigo que tinha*

[244] Simeão tem 71 anos. SIMEÃO RODRIGUES. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

*700 ha lá [no Quilombo] e tinha 400 ha aqui. Ele falava e eu falava: — 'Não, aqui você não vai tirar, não! Não vai tirar minha posse aqui, não'. — 'Ah, mas se você tiver documento igual ao meu...'. — 'Mas eu também tenho documento, igual' E está lá o lugar onde ele jogou as madeiras ali ó. E fechando e fechando tudo aí. [...] Falei com o promotor de justiça lá no Fórum: — 'Eu te pergunto, é um direito que todo cidadão tem, como é que esse senhor tem essa terra lá dentro de minha casa e eu não extremo com ele?'. Aí ele sentou e foi trabalhar*".

O lavrador afirmou dominar conjuntamente com os seus filhos, uma posse de aproximadamente 1.300 ha na comunidade de Santiago, que nunca havia sido registrada em cartório. Em virtude desses conflitos, no ano de 2010, representantes da associação quilombola tomaram a iniciativa de registrar tais terras em nome dessa organização. Procurando respaldar a legitimidade da propriedade privada das terras que vinha reivindicando possuir, o referido advogado de Minas Novas conseguiu igualmente registrar a mencionada gleba em seu nome. Na disputa judicial que acabou sendo travada pelo reconhecimento da validade daqueles registros, o promotor de justiça, a partir de um levantamento da cadeia dominial das terras, pode concluir, contudo, que o registro do advogado era posterior à medição das terras realizada pelo INCRA para a associação quilombola.

Novos conflitos passaram a ocorrer, também recentemente, em comunidades localizadas em Araçuaí, em um contexto no qual foi iniciada uma expansão do reflorestamento naquele município, inclusive em terras cuja demarcação havia sido reivindicada como Área de Proteção Ambiental (APA). Um desses conflitos esteve relacionado com a retirada irregular de vegetação nativa em uma propriedade privada localizada na Chapada do Lagoão. Segundo Antônio Gomes[245], "*eu entrei na área com o florestal e tinha umas madeiras tiradas de lá. Aí o 'florestal', ele veio. E eu fiquei no carro, com o outro 'florestal'. Ele contou lá quantas madeiras e eu nem sei se já falei isso com o compadre Zé Baixinho. Aí ele contou as madeiras, veio pra mim assim e disse: — 'Mais de cem peças de madeira tiradas. Essa madeira foi tirada dessa área e foi escondida na outra área lá do lado de cima, do eucalipto'*".

Depois do ocorrido, algumas lideranças comunitárias da Chapada do Lagoão, estabeleceram contato com a promotoria. De acordo com Antônio, "*a gente foi até a promotoria. Estava o promotor do meio ambiente. Aí a gente começou a conversar com ele, que não tinha conhecimento ainda da causa. Foi João, eu e o Artur. A gente foi conversando*

[245] Antônio tem 65 anos. ANTÔNIO GOMES E ZÉ BAIXINHO. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

*com ele até que aí ele perguntou: — 'Mas Artur, vocês tem alguma documentação?'. [...] Então ele disse: — 'Um tanto de papel que eu tenho aqui doutor'. E aí ele viu, começou a olha a abrangência... A gente tinha feito levantamento de nascentes [...], que eram mais ou menos 600 famílias em volta, que eram 69 nascentes... Aí ele viu tudo aquilo, aquele relatório todo [...]. Aí ele disse: — 'E esse rapaz, essa empresa que está desmatando lá, você sabe informar se eles têm licença lá?'. Aí eu falei: — 'Olha, segundo eles, eles têm a licença. E até segundo a florestal eles têm essa licença'. Ele respondeu: — 'Você chegou a ver?'. E eu disse: — 'Não, ele só falou'. Aí ele respondeu: — 'Se eu pedir para o escrivão fazer uma carta, aí vocês vai lá e entrega a essa pessoa, pra falar que eu quero ver essa licença urgente aqui?' [...] Aí foi eu, Artur e João Eudes para a casa do moço, que era o proprietário. Quando ele olhou a carta que o promotor mandou, pegou e respondeu: — 'Olha, eu não sou o responsável disso aí, não. Aquela parte de terra que está sendo desmatada eu arrendei para uma firma e quem está executando tudo isso é um técnico, não sou eu, então essa carta deveria ser pra ele. Eu não vou ficar com a carta, vocês entregam para ele'. A gente foi na casa do desse técnico, aí ele primeiro olhou a carta e disse assim pra gente: — 'Vou ter que ir lá conversar com ele pessoalmente, porque, na verdade, eu não tenho licença daqueles desmatos lá. [...] Eu não tenho licença porque procurei na internet e não há licença para gradear uma terra. E nós estamos gradeando a terra [...]. Então por isso a gente não tem licença, que nós estamos até ajudando um pouco com a proteção do meio ambiente, estamos enriquecendo o solo*".

Recorrendo novamente ao promotor do meio ambiente, aquelas lideranças comunitárias receberam a orientação que fizessem uma ocorrência para denunciar o desmatamento ocorrido naquelas terras, exigindo sua apuração. Segundo Antônio: "*explicamos que eles tinham falado que [...] não estava desmatando. Que a área não era lenhosa. Mas eu disse para o promotor: — 'Eu, doutor, moro ali há muitos anos e ali eu nunca vi alguma coisa ali ser desmatada. [...] A única devastação ali é o fogo, que os próprios fazendeiros colocam o fogo até mesmo pra sair pastagem para as criações deles. Mas nunca teve plantio de nada naquela área'. Aí nós fotografamos a área. Que teve intervenção nela. Aí, com essas fotos, ele pediu o parecer de um engenheiro do IEF em Medina. Aí esse engenheiro veio e pediu pra dar uma vistoria. Quando a gente chegou lá, tinha uma turma trabalhando nessa área. O engenheiro florestal, do IEF chegou lá, conversou com eles, perguntou quem era o chefe e pediu a licença. O chefe não tinha a licença. Então ele disse: — 'E você sabe que tem que ter licença?'. E a resposta foi: — 'Eu sei, mas a licença nem está comigo, está com o proprietário lá na cidade'. Aí aquele*

*engenheiro disse: — 'Então vamos lá'. Aí ele foi e nós ficamos na área. E aí foi só o engenheiro do IEF com o coordenador do grupo lá. Quando ele voltou, o engenheiro já voltou embargando: — 'Olha, está suspenso. Pode todo mundo ir embora"*".

Embora o proprietário das terras, como vimos, tivesse se desautorizado da responsabilidade sobre o desmatamento, por ter arrendado as terras nas quais fora implementado, Antônio não o isentaria completamente de algum encargo sobre a circunstância estabelecida: as madeiras retiradas na parte arrendada das suas terras permaneceram escondidas em outro pedaço de sua gleba, no qual o mesmo produzia diretamente eucalipto, além de possuir quatro fornos para o carvoejamento do mesmo. Segundo o lavrador, poderia estar em curso uma estratégia comumente utilizada para "esquentar" lenha proveniente de retiradas irregulares, que consistia em carvoejá-la conjuntamente com eucalipto de modo que ficassem indistinguíveis.

Buscando se confrontarem à estratégia assinalada, as lideranças comunitárias realizaram ainda outra denúncia, dessa vez com respeito a possíveis irregularidades na produção de carvão que o proprietário daquelas terras realizava ele próprio. A mesma, entretanto, nunca foi embargada, uma vez que esse último conseguia comprovar a legitimidade do desmatamento em sua plantação florestal: "*Aí a gente foi lá, pegou e denunciou essa carvoeira, porque eles podiam estar usando as plantas nativas pra fazer carvão pra vender. A gente também denunciou esse caso na justiça. Mas ele foi lá, se defendeu e de fato ele tem mesmo uma licença ali pra desmatar 40 hectares, que ali tem 40 hectares de eucalipto. Mas quem disse que aquela carvoeira não estava sendo utilizada também para queimar os paus retirados lá na outra área, que estavam escondidos ali próximo? Ele conseguiu a sua licença, até que aqui eu posso falar. Eu fui um dos denunciantes, assinei como denunciante e tudo, mas acabou que não teve jeito. Ali ele plantou mesmo, ele conseguiu sua licença e plantou*".

Diferentemente daqueles conflitos que apresentamos em Minas Novas, nas comunidades do Alagadiço, a situação ocorrida na Chapada do Lagoão não havia se desdobrado diretamente na ameaça das posses de nenhum lavrador. As lideranças comunitárias buscavam embargar o desmatamento assinalado, além do fato de ele ser irregular, antes de tudo em razão do mesmo apontar para um possível processo de deterioração das suas condições de reprodução. Temiam a possível expansão do reflorestamento que se anunciava no município de Araçuaí por saberem que terras de comunidades rurais como as suas, localizadas na chapada, acabariam interessando especialmente companhias e outros produtores florestais. Argumentavam que o

reflorestamento podia desencadear, por exemplo, problemas no acesso à água que presentemente ainda os alcança em rios, córregos e lagoas, além de causar muito provavelmente o envenenamento da mesma, bem como das próprias terras, devido à pulverização de defensivos amiúde realizada com aviões. Conheciam os prejuízos mencionados graças às muitas histórias de ocupação de comunidades no Vale do Jequitinhonha com plantio de eucalipto, divulgadas nas lutas conduzidas pelos seus moradores. Além daqueles, vislumbravam implícitos em uma possível expansão da silvicultura outros agravos relacionados com processos de centralização da terra experimentados também pelas comunidades que haviam sofrido anteriormente seu reflorestamento. Assim, lideranças comunitárias da Chapada do Lagoão vinham se organizando para enfrentar conflitos que sabiam poder adquirir contornos igualmente fundiários, embora tivessem adotado a preservação ambiental como uma tentativa de resguardar suas condições de reprodução, buscando instituir uma APA abrangendo comunidades da Chapada do Lagoão, processo que foi iniciado no ano de 1997.

Apresentamos alguns processos hoje em curso de tentativas de "grilagem", intervenção ou ocupação das posses de lavradores, com recurso, inclusive, ao uso de violência, de expansão da produção florestal mesmo em contextos nos quais a comercialização das terras produz a aparência de que foi consentida, bem como de organização dos lavradores procurando se confrontar com diversos mecanismos que consideram prejudicar as condições de reprodução em suas comunidades. Ante tais circunstâncias, a conclusão a qual podemos chegar é a de que a crítica aos processos de expropriação continua sendo necessária. Os processos que assinalamos evidenciam a pertinência, ainda atual em certo sentido, da perspectiva assumida em muitas das investigações discutidas ao longo do nosso trabalho. Fazem ressoar palavras como as empunhadas por Martins há quase trinta anos atrás: "O terror de não ver lá adiante o reconhecimento de que fez a derradeira roça. Lá adiante não há terra. Há cerca, arame farpado, jagunço, bala e morte. Ou, então, a estrada – a 'estrada real', dizem em algumas regiões, porque é estrada oficial, larga e longa – a estrada pública, do Estado, que traz o grileiro, o fazendeiro, o empresário, e leva o trabalhador para longe, leva embora" (1986: 10).

Com vimos, a descrição de Martins (1986) continua a se repetir, o que torna inescapável, de um ponto de vista, a conclusão alcançada. Sugerimos, todavia, que a pertinência da referida perspectiva permanece atual apenas em certo sentido por considerarmos imprescindível questionar, agora mais que nunca, a caracterização subentendida na mesma da territorialização do capital como processo extensivo.

Rigorosamente, mesmo num plano categorial essa caracterização seria discutível, pois presume que as relações submetidas com a expansão capitalista sejam totalidades independentes. Tomada num plano histórico, a mesma passa a figurar ainda mais problemática, pois, supondo a reprodução capitalista estruturalmente dependente da subordinação apontada, acredita na eficácia da assim chamada acumulação primitiva promover continuamente acumulação de capital, perspectiva questionável quando consideramos o caráter fundamentalmente fictício assumido hodiernamente por sua reprodução.

Argumentarmos assim, procurando questionar categorial e historicamente tal caracterização, não significa deixarmos de ter em conta que algumas das *expressões* da territorialização do capital hoje, como aquelas que antes observamos no avanço da incorporação direta de renda fundiária por companhias e produtores de eucalipto "particulares" que se apropriam, regular ou irregularmente, de terras no Vale do Jequitinhonha, são efetivamente expansivas. Diferentemente, implica em que as compreendamos como momentos da ficcionalização daquele processo que, por isso justamente, não mais poderia ser identificado por "acumulação". Momentos que se desdobram, como notamos antes, da disputa fetichista pelas melhores posições na concorrência. Assim, embora resultem das estratégias efetuadas no plano do capital individual, têm sua consecução estabelecida em um processo de dominação social que subordina inclusive aqueles que a personificam.

Do ponto de vista dos fazendeiros apontados na narrativa de Marciano, o reflorestamento com vistas à produção de madeira, carvão, entre outros, figura como possibilidade de investimento em uma "cartela de opções" que incluiria diferentes alternativas. Como vimos acima, o lavrador distinguiu donos de supermercado, personificações do capital comercial, que passaram a investir na produção florestal simultaneamente aos seus outros negócios, conduzidos na cidade. Essa apreensão, mais liberal, não permite percebermos, entretanto, que o pano de fundo da cada vez mais vertiginosa criação de alternativas para o investimento talvez decorra, justamente, da impossibilidade das mesmas resultarem efetivas do ponto de vista do conjunto da acumulação. Igualmente, não permite apreendermos que muito possivelmente o reinvestimento era inviável lucrativamente nos próprios contextos em que o recurso conduzido a mais uma expansão do reflorestamento foi originado. Não podemos desconsiderar que uma importante manifestação da crise figura numa "relativa" superprodução do capital em vista das suas possibilidades efetivas de valorização.

A apropriação da renda fundiária aparece como uma alternativa para o capital individual buscando contornar a crise? O crescente incremento em produção do espaço evidenciado por estudos sobre o problema (cf., por exemplo, Harvey, 2004 e 2011) nos permite sugerir que sim. Para os referidos fazendeiros e mesmo para as empresas reflorestadoras menores, contudo, a possibilidade de extrair renda controlando o mercado de comercialização do eucalipto, madeira ou carvão, como procuram fazer as maiores companhias (cf. seção 4.4 dessa tese), está bem distante. Parece coerente com o fato a ocorrência atual das "grilagens" e invasões nas comunidades em que realizamos nossa investigação ser conduzida justamente por personagens como esses. Mesmo tendo a importância da apropriação direta da renda da terra em conta, não seria o caso desconsiderarmos as facilidades para o acesso das referidas personificações a crédito subsidiado, proporcionadas via produção florestal, outro "atrativo" decisivo para o investimento nessa última em detrimento das outras opções existentes na "cartela" mencionada[246].

Independente se a discutida expansão do reflorestamento se orienta predominantemente pela facilitação do acesso ao crédito ou pela possibilidade de incorporação da renda, o que mais importa no argumento é apreendermos seu caráter essencialmente crítico: nas mesmas comunidades do Vale do Jequitinhonha em que acontecem hoje "grilagens" e invasões, muito do eucalipto produzido com vistas ao carvoejamento, que deveria receber seu primeiro corte dentro de 6 ou 7 anos depois do plantio, tem sua colheita postergada. Fazendeiros e produtores florestais argumentam frequentemente que o mercado da madeira destinada para serrarias, carpintarias e marcenarias, assim como o de madeira nobre, que compreendem, ambos, árvores cuja anosidade pode variar, aproximadamente, em torno de 10 e 40 anos, estaria em "aquecimento". O adiamento da colheita, entretanto, pode significar também uma necessidade, num contexto de superprodução de eucalipto, que se mostra primeiro na saturação do mercado de carvão.

Em alguns depoimentos mobilizados até então ficou sugerido que não só as "grilagens" e as invasões conformavam os termos dos conflitos e disputas por terra

[246] Uma amostra dessas facilidades pode ser conferida no documento *Políticas públicas e financiamento no setor florestal: Oportunidade de negócios para pequenas e médias empresas e/ou produtores*, redigido por Aguinaldo Heber Nogueira, gerente da unidade de avaliação econômica e de mercado do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI), que funciona como uma agência estadual de promoção de investimentos; por Marta Célia Oliveira, advogada e membro da equipe da gerência de planejamento e gestão tributária da CEMIG e por Athos Avelino Pereira, ex-prefeito de Montes Claros pelo partido PPS. Nele são apresentadas algumas linhas atuais de financiamento para a silvicultura, especialmente aquelas vinculadas a projetos de desenvolvimento regional no Vale do Jequitinhonha.

experimentados atualmente por lavradores no Vale do Jequitinhonha. Como vimos anteriormente, lideranças comunitárias da Chapada do Lagoão, adotando a preservação ambiental como tentativa de resguardar suas condições de reprodução, vêm buscando estabelecer uma APA desde o ano de 1997. Fazendo menção aos conflitos fundiários iniciados em fins de 1970 (cf. seção 1.7 dessa tese), Antônio nos disse que "*foi depois daquela batalha toda que a gente pensou de fazer um documento assim, pra preservar a chapada, não é? Até que alguém foi se informar e viu que era bom fazer a APA. Nossa vontade de criar a APA? É como eu estou contando para a senhora, a gente queria é preservar a chapada. Mas a vontade bateu forte depois que alguém já tinha um conhecimento, né? Era mesmo com a intenção de conservar o que a gente tem*".

Segundo o lavrador, embora viessem discutindo a ideia, foi só em 1997 que começaram efetivamente a encaminhar diversos procedimentos necessários para o estabelecimento da APA: "*É que esse ano entrou como nossa prefeita a Cacá, que é uma pessoa que se interessa muito. Na época daqueles conflitos mais antigos ela era ainda assistente social na Diocese, mas vinha acompanhando nosso sofrimento por causa dessas disputas de terra. Cacá ajudou a gente demais acompanhando aquele processo judicial inteirinho. Com ela na prefeitura, ficava mais fácil de começar, né? Aí a gente partiu buscando parcerias com a prefeitura, buscou parceria com a EMATER, com a Visão Mundial, com a Cáritas, com a CPT, Secretaria da Agricultura, os Sindicatos. Essas entidades que estão do lado dos mais pobres, não é mesmo? A gente sentou, discutiu e viu que a melhor saída ia ser mesmo fazer a APA. Nessa época a gente começou também a reunir, a fazer reunião nas comunidades, ajudados também pelo Zezé, que tinha muita experiência nessas coisas. Reunia nas comunidades pra gente estar levando a ideia ao conhecimento das pessoas e discutindo. Reunião igual essas que a senhora participou. Fizemos na Barriguda, em Santa Rita, nas Tesouras, em São Pedro do Córrego de Assis, Manuel Preto, nos Quatis, na Escola São Vicente*".

Depois de um longo processo de gestação da ideia, foi votada em 2005 a Lei Municipal que instituiu a APA "Chapada do Lagoão", endossada igualmente pelo poder executivo de Araçuaí. A regulamentação estadual daquele processo, tanto nos órgãos executivos responsáveis, entre eles o IEF, por exemplo, como no legislativo, até hoje se encontra em tramitação. Porém, sua aprovação municipal, sozinha, seria suficiente para desencadear o início do questionamento da APA. Para Antônio, "*é porque na área de abrangência da APA existe pessoas de propriedade, que eles interessam em vender pras empresas. Daí essas pessoas chegaram a negociar com empresários aí. Inclusive um dos*

*empresários chegou a estar na EMATER. E mandaram o rapaz conversar com o conselho gestor. Então ele perguntou se existia mesmo essa APA. Aí a gente: — 'Sim, tem lá no Lagoão'. Então o empresário falou: — 'Ah, mas tem como mostrar um documento?'. E quando viram, falaram pra gente: — 'Mas não tem como a gente comprar, porque a gente não pode desmatar'. Aí ele voltou atrás na compra da chapada. E pediu de volta os R$ 70.000 que tinha colocado na mão do proprietário, pra segurar a terra. Então esse proprietário e mais outros, que é que eles fizeram? Uma conta das empresas que queriam comprar aquelas terras e resolveram passar um abaixo-assinado com os números dos documentos das pessoas, pra acabar com a APA. Rodaram o município e parece que conseguiram 500.000 assinaturas*".

Para o lavrador, um importante motivo de tamanha adesão ao abaixo-assinado mencionado, além da existência de muitos proprietários de terra, empresários e políticos interessados no fim da APA, foi o trabalho de convencimento realizado nas próprias comunidades da Chapada do Lagoão: "*Esse pessoal saiu falando que depois que se registrasse a APA ninguém ia poder lucrar nada com a chapada. Nem eles e nem os pequenos. Convencendo os pequenos de que eles também iam fazer bom negócio, que ia aparecer muito empresário querendo pagar bem. Depois eles ainda falavam, quando encontravam uns que não tinha interesse de vender as terras, falavam que [a APA] ia dominar aquilo tudo, que o povo não ia poder tirar uma vassoura, nem uma lenha da chapada. E com isso eles conseguiram as assinaturas. [...] A gente, do conselho gestor, explica que não é assim. Que vamos sentar juntos pra decidir o manejo. Mas muitos começaram a pensar nisso daí. Que a APA dificulta tudo. Mas autorização pra fazer 'limpeza' no terreno sempre teve que pedir. O negócio é que antes era o IEF, agora é conselho. E a gente está até tentando facilitar isso aí. [...] E tem aqueles que ficam reclamando que devem perder dinheiro com essa APA. E a gente fala: — 'Mas nós não fizemos a APA foi pra isso, pra proteger nossa chapada? Agora vem vocês dizendo de vender?'. Aí eles dizem: — 'Ah, mas se pagasse direitinho, se valesse a pena'*".

O grupo reunido contra a APA não conseguiu revogá-la de fato, mas pôde desencadear, de acordo com Antônio, desentendimentos de alguns moradores das comunidades da Chapada do Lagoão com seu conselho gestor, no qual lideranças comunitárias que haviam lutado pelo estabelecimento da demarcação se encontravam congregadas. Os proprietários maiores iniciaram a referida mobilização, contrariados sobretudo com a proibição dos desmatamentos, acusada de desestimular possíveis compradores cujo interesse nas terras fosse, por exemplo, o reflorestamento. Muito

provavelmente herdeiros absenteístas das antigas fazendas, interessava aos mesmos, consequentemente, a mais completa mobilidade da terra, limitada pela interdição que apontamos. Segundo o lavrador, com a campanha realizada por aquele grupo, essa contrariedade teria se disseminado também entre alguns pequenos lavradores das comunidades da Chapada do Lagoão. Suas preocupações diziam respeito a possíveis restrições no manejo que faziam das terras, mas concerniam igualmente a possíveis dificuldades que encontrariam para comercializá-las.

As lideranças comunitárias que deram início para as discussões e para o encaminhamento dos procedimentos necessários para a instituição da APA buscavam assegurar, via preservação do meio ambiente, as condições de reprodução naquelas comunidades rurais. Ao dificultar a realização dos desmatamentos, a APA contribuía afastando conflitos fundiários e outros problemas eventualmente decorrentes do reflorestamento. Contribuía, portanto, salvaguardando aquelas condições de reprodução assentadas no uso direto das terras. Como vimos anteriormente, contudo, com a autonomização entre terra e trabalho, a primeira passava a participar da reprodução camponesa também como ativo que garante a apropriação de renda, deixando, consequentemente, de integrá-la apenas na condição de "terra de trabalho". Sua comercialização parcial ou total permitiria, inclusive, a realização de estratégias de reprodução como a mudança para terras distintas, a escolarização dos filhos ou quaisquer outras nas quais os lavradores necessitam mobilizar grandes montantes de recursos monetários de uma só vez. Essa possibilidade, todavia, acabava prejudicada com o estabelecimento da APA.

Ou seja, se a APA contribuía salvaguardando as condições de reprodução fundamentadas no uso direto das terras, concomitantemente, sua instituição dificultava estratégias assentadas na mobilização das mesmas. Consequentemente, embora fosse necessária, da perspectiva dos seus idealizadores, para assegurar o acesso à terra em condições adequadas e, no limite, mesmo para proteger as posses de "grilagens" e de invasões, podia aparecer como um problema para aqueles lavradores que pensavam ser necessário recorrer à comercialização das terras de modo a viabilizar suas estratégias de reprodução. Mais que uma simples divergência entre diferentes pontos de vista, a contrariedade experimentada por alguns lavradores da Chapada do Lagoão e os desentendimentos advindos dela tem por base a duplicidade do papel que as terras desempenham atualmente na reprodução camponesa.

Motivação semelhante, que passava também pela tentativa de resguardar suas condições de reprodução teria conduzido lavradores das comunidades do Alagadiço a reivindicarem o reconhecimento das suas terras como "remanescentes de quilombos". Segundo Marciano "*o sonho que a gente tem aqui é legalizar isso, porque a gente já lutou demais para a gente ter o documento dessa terra. Só que isso é uma coisa demorada e sempre a gente faz reunião, conversando com o pessoal, mas o povo fica: — 'Ah, isso não vira nada não'. Aquele negócio. Como esse negócio do documento da terra, a gente tem que esperar para o INCRA decidir isso para nós. Mas pelo menos nós temos o título. Agora está faltando a menina vir e fazer o levantamento para demarcar. E eles negociarem, pois é o INCRA que vai negociar. Se eles tiverem que tirar alguém, vai ser o INCRA. E se tiver que pagar indenização é o INCRA também. [...] Eu acho que vai melhorar sim, porque a gente vai ter mais espaço, a gente inclusive... O velho meu pai, tem gente para fora e tem vontade de voltar para cá, mas vir para cá para ficar de canto, de lado não tem jeito não, uai. Muitas vezes as pessoas querem fazer um trabalho, criar uma criação, como é que fazer coisa, assim. Então eu acredito que vai melhorar nesse aspecto aí. Porque a gente tem mais espaço e, às vezes, uma pessoa da gente que mora lá na cidade grande, que nós temos, eu tenho as minhas irmãs que moram lá no Rio, tem uma que mora lá no Espírito Santo, então se ela quiser voltar para cá tem espaço para ela aí*".

Diferentemente da situação experimentada na Chapada do Lagoão, nesse caso, o que preocupava alguns moradores cujas terras encontram-se na área de abrangência do reconhecimento é a integração de posses hoje apropriadas privadamente num fundo comunitário de terras sob a responsabilidade da associação quilombola. Como vimos anteriormente, muitos posseiros, embora dominem extensões de terras mais amplas, legitimam, mediante o pagamento de impostos, só parte dos seus domínios. Com o reconhecimento, imaginam que o acesso familiar privado a tais terras poderia ficar inviabilizado[247].

No passado, as posses teriam representado a possibilidade dos camponeses resguardarem seu trabalho, mesmo que temporariamente, da extração de tributos por fazendeiros. Além de assegurar esse monopólio sobre a apropriação dos resultados do trabalho, garantia igualmente controle sobre suas condições de realização. Com a autonomização dos rendimentos e suas fontes, a monopolização da terra sofreria transformações, passando a possibilitar a apropriação privada de renda, cuja obtenção,

[247] Caderno de Campo II. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

entretanto, depende da realização das mercadorias na mesma produzidas. Na referida possibilidade consistia, como vimos, uma das alternativas de reprodução daqueles camponeses. Eventuais interdições do exercício desse monopólio apareciam, nessas circunstâncias, como deterioração da reprodução privada, mesmo que em benefício comunitário.

Mesmo em comunidades rurais nas quais conflitos fundiários se encontram circunscritos ao passado, disputas pela apropriação da terra continuam acontecendo. Jabuticaba, comunidade que sofreu a implantação da Acesita em 1974, é uma delas. Domingos Pereira dos Santos[248] apresentou sua comunidade engajada em um conjunto processos judiciais pela retomada das terras que foram ocupadas por aquela empresa no passado: "*Nós estamos trabalhando pra retomar as nossas terras que ela invadiu. Esse que é o trabalho que está sendo feito. Ela não tem mais onde ocupar, o que crescer. A importância que eu vejo na retomada das terras é justamente em cima do incentivo para que os pequenos agricultores familiares tenham mais espaço, em uma terra mais adequada, para que eles possam trabalhar. Porque, primeiro, as terras que aceitam tratamento do solo estão lá [nas chapadas]. As terras que podem proteger o meio ambiente, em termos de assoreamento dos córregos, estão lá. E é lugar que aceita você fazer qualquer tipo de atividade com apoio e bem incentivado. Às vezes, meu menino, meu filho, meu neto não quer plantar roça, mas ele pode partir pra criação de cabra de leite. Retomou essa terra? Tem que desenvolver uma atividade lá, pra poder gerar emprego, renda e condições de vida. Porque nós sabemos que a nossa melhor terra está na mão deles e está na mão deles porque foram invadidas. Mas nunca foi deles nem nunca vai ser deles. Os donos estão aí*".

De acordo com o lavrador, em Jabuticaba o processo de retomada das terras foi iniciado com o mapeamento dos documentos da antiga fazenda de Deodato: "*Tinha uma família que eram os primeiros herdeiros dessa fazenda, povo tudo analfabeto. Tinham documentos em casa, mas eles mesmos não conheciam nada. Aí, os mais novos, de mim pra cá, que foram alfabetizados, tomaram conhecimento daquela documentação toda que tínhamos na fazenda. Tinha o formal de partilha, mas não tinha as divisas. Viemos no cartório. Como Deodato não tinha herdeiros, os irmãos foram fazer a partilha do que ele deixou. E essa terra ficou entre esses que eu não conheci. Fizemos o rolamento e tinha tudo registrado em cartório, direitinho, mas não tinha os limites. Mas quando fomos fazer o levantamento, encontramos uma escritura de um sujeito, com um nome lá... Martins! Ele*

[248] Domingos tem 67 anos. DOMINGOS PEREIRA DOS SANTOS. Entrevistas gravadas e transcritas. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

*tinha comprado nas mãos de Deodato 15 alqueires de terra e com esses 15 alqueires de terra... Esse é um tabelião dos mais velhos que sabia ler, ele tentou roubar do velho a terra toda. Do Deodato. Ele marcou os 15 alqueires de terra dele no mesmo limite que a fazenda tinha, que eram mais de 4.000 alqueires de terra. E ele tinha comprado 15 alqueires, somente. Mas só esse outro sabia ler. Aí pôs o limite da fazenda toda*".

A identificação dos limites da antiga fazenda da qual os atuais moradores de Jabuticaba eram herdeiros e sobretudo posseiros, permiti-los-ia mover o pedido de reintegração de posse. Faltava, contudo, decidir como organizar aquela ação: "*Nós começamos a discutir e de trinta e dois posseiros e herdeiros que ainda estão vivos, dez toparam de entrar com a ação coletivamente. Os outros ficaram achando que nunca compensaria disputar com a Acesita: — 'Ah, mas nós não ganhamos da Acesita. Ela é rica. Nós não vamos entrar, não'. Mas na verdade, se sair esse processo, os trinta vão ganhar, mesmo quem não entrou*".

De posse dos documentos que indicavam que suas terras não tiveram outro proprietário que não Deodato, os lavradores partiram em busca da prova final da irregularidade da ocupação promovida pela Acesita na chapada da sua comunidade: solicitaram uma certidão negativa de registro de imóvel em nome da empresa. Para Domingos, "*essa comprovação final só mostrou aquilo que no fundo a gente já sabia. Mostrou que aquela terra ocupada nunca tinha sido registrada, nem era mesmo de propriedade da Acesita*". Depois disso, bastou oficializarem o pedido de reintegração, utilizando, ainda, para compor a argumentação o fato de nunca terem abandonado efetivamente aquelas terras, na qual seguiram realizando suas criações. Além disso, reivindicaram que a empresa lhes pagasse uma indenização: "*reintegração de posse e indenização dos esbrutos que ela fez. A indenização nós cobramos um valor simbólico, porque senão nós sabemos que a justiça não vai aceitar também. Nós colocamos lá dois milhões e quinhentos em pagamento de indenização pelos danos que ela cometeu. Primeiro, os três anos que ela explorou o carvão da madeira nativa que tinha. Os pequizeiros têm poucos da época, que eles arrancaram. Tudo isso nós falamos no processo. Capim pra criar gado. Coisas que nós perdemos. E outra coisa também que não pode perder de ponto, nós colocamos no processo e provamos que nós nunca retiramos o gado lá de dentro. Porque se nós tivéssemos abandonado, com medo deles, nós poderíamos perder, por eles terem tomado a posse e nós não termos contestado a área. Mas nós nunca largamos a área e provamos, porque o gado tá lá dentro*".

Os lavradores de Jabuticaba aguardam, nesse momento, uma decisão judicial, acreditando que a mesma, muito provavelmente, será positiva, sobretudo em razão do precedente aberto por outros processos de reintegração de posse que foram ganhos recentemente contra a Acesita, em Minas Novas e outros municípios do Vale do Jequitinhonha. Para Domingos, a retomada das terras apropriadas pela empresa irregularmente deverá contribuir para que os lavradores reestabeleçam condições de reprodução perdidas no processo de expropriação que sofreram. Como seu depoimento evidencia, todavia, o lavrador considera transformações na produção agrícola uma necessidade para torná-la efetiva na garantia da reprodução dos moradores da sua comunidade.

Sabemos, contudo, pelas muitas conversas travadas sobre outros processos de reintegração de posse ocorridos no município, que a transformação da produção não é alternativa exclusiva para as terras que são retomadas nas disputas com empresas reflorestadoras. Em outras comunidades, tais terras foram revendidas ou destinadas à produção florestal pelos próprios lavradores na tentativa de garantirem condições de reprodução. Isso ocorreu sobretudo nos casos em que os lavradores receberam como indenização, pelos danos cometidos pelas empresas, as florestas de eucalipto que se encontravam plantadas nas terras cuja posse foi reintegrada. Um exemplo dessas circunstâncias ocorreu nas comunidades de Jacú e Capão da Taquara, localizadas nas proximidades do Alagadiço. Num litígio com a Acesita, famílias receberam 900 ha já reflorestados, como forma de indenização. Posteriormente, tais terras acabaram sendo revendidas para a empresa SADA Bioenergia, que comprou também outros 1.100 ha contíguos às terras já reflorestadas para implantar uma fazenda voltada para a produção florestal[249].

Poderíamos caracterizar os processos apresentados, levados a cabo, hoje, por lavradores na Chapada do Lagoão, no Alagadiço e em Jabuticaba, como estratégias de territorialização do campesinato. Contudo, buscamos mostrar ao longo da nossa argumentação, a reprodução camponesa, não como uma totalidade apartada, mas, diferentemente, como momento daquele todo constituído pela reprodução do capital. Momento da reprodução do capital, afirmamos, não por pensarmos que a reprodução camponesa se encontra subordinada desde "fora" por esse último, perspectiva que resguardaria a ideia de que a mesma é uma totalidade independente, mas porque

[249] Caderno de Campo II. Caracterização das fontes primárias citadas. Referências.

reconhecemo-la assentada na mesma forma de mediação social abstrata, fetichista e tautológica que viemos buscando criticar. Desse ponto de vista, a territorialização do campesinato não consiste em um processo oposto à territorialização do capital, correspondendo, ao contrário, a uma das *expressões* dessa última.

Não há nenhuma novidade no que acabamos de apontar, apenas evocamos a argumentação já sugerida para lembrarmos que a fantasmagoria que envolve as relações sociais mediadas pela forma-mercadoria não permite que identifiquemo-las direta e simplesmente às suas expressões. Assim, num certo sentido, os processos apresentados correspondem de fato à territorialização do campesinato. Mas, afinal, a reprodução camponesa não corresponde a nenhuma outra "territorialidade" independente da territorialização do capital. Outrossim, o avanço da incorporação de renda fundiária anteriormente discutido, embora se expresse como uma expansão, corresponde, diferentemente, como vimos, ao processo de reprodução do capital em sua atual crise fundamental.

Que as relações sociais mediadas pela forma-mercadoria não são meramente identificáveis às suas expressões, os próprios processos conflituosos experimentados atualmente pelos lavradores na execução das suas estratégias de resistência acabam evidenciando. Com seus esforços para a instituição da APA "Chapada do Lagoão" e igualmente para o reconhecimento das terras nas comunidades do Alagadiço como "remanescentes de quilombos", os lavradores buscam se resguardar, como vimos, da possibilidade de perderem as condições de permanecer nas suas terras ou de serem expropriados efetivamente na expansão da incorporação direta da renda fundiária anteriormente apresentada. Quando outros lavradores, expropriados no passado, comercializam suas terras retomadas para empresas reflorestadoras podemos observar, entretanto, que o avanço da incorporação da renda da terra tem outras formas não necessariamente baseadas na expropriação direta do campesinato.

Ante essa constatação teríamos de considerar que a crítica dos processos de expropriação como foi formulada por Martins (1986), por exemplo, tem hoje que ser articulada à crítica de outras formas de extração da renda fundiária, presente em circunstâncias como aquelas que vimos antes (cf. seção 4.4 dessa tese), nas quais os lavradores arrendam suas terras ou produzem eles próprios, diretamente, o eucalipto consumido pelas reflorestadoras. Esse problema tem sido enfrentado atualmente pela geografia agrária uspiana com a utilização do conceito crítico de monopolização do

território[250], utilizado de maneira complementar a outro, o de territorialização dos monopólios[251].

Contudo, como já reiteramos, não tomamos como alvo da crítica a suposta subordinação do campesinato, desde "fora", pelo capital, mas consideramo-lo, diferentemente, a própria forma de mediação em que se assenta, e não apenas ela, a reprodução camponesa. Assim, mesmo nos casos em que nem a expropriação nem a subordinação ocorrem, persistem, ainda assim, relações que são objeto da nossa problematização. Nos processos de territorialização do campesinato investigados, essas relações se evidenciam na *autonomização* que se mantém, para além do esforço de salvaguarda das terras. Não se trata de fazermos nenhuma condenação "barata" dos movimentos sociais e das lutas que empreendem, mas de buscarmos considerá-los nas contradições em que estão inseridos: não só a retomada das terras, mas também o reconhecimento quilombola e a demarcação de uma APA não conseguem superar tal condição. A mesma se expressa inclusive como desentendimentos entre lavradores e lideranças e tem que ser tematizada para que o tratamento do problema não pareça circunscrito aos limites das posições políticas e estratégias adotadas por esses mesmos movimentos.

O processo de autonomização é que faz com que a apropriação da renda fundiária assegurada pela monopolização da terra seja *necessária* para a chamada reprodução camponesa assim como o é para a chamada reprodução do capital. Momento de tantos conflitos dos camponeses com o "capital" (individual), a apropriação da renda, em circunstâncias como aquelas que observamos tanto na Chapada do Lagoão como no Alagadiço, pode, sem embargo, desencadear conflitos igualmente entre os próprios camponeses, quando esses têm a possibilidade de mobilização completa da mesma relativamente embargada ou temem perdê-la privadamente, mesmo que em benefício comunitário[252].

---

[250] "A monopolização do território é desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, as vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes" (Oliveira, 2012: 10).

[251] "A territorialização dos monopólios atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária" (Oliveira, 2012: 8).

[252] O depoimento de um posseiro do Alagadiço, referindo-se à possibilidade de perder seu acesso privado a determinadas terras, mesmo que em benefício comunitário, o que ele comparava à invasão por fazendeiros e reflorestadoras, ajuda a entender o problema: "*Eu não concordo com isso, porque como que eles têm o mesmo direito se não formou nada aí dentro? Eles eram posseiros de outros lugares, eles têm os locais deles, os modos de viver deles. Eles só podem entrar aqui de acordo com quem posseia aqui! A conversa é assim: pode ter uma*

Olhando o problema discutido desse ponto de vista, não pretendemos, como anteriormente já afirmamos, qualquer espécie de "correção" de ordem estritamente epistemológica da crítica da expropriação em sua versão mais corrente. A crítica do individualismo metodológico coloca no centro da problematização o processo de autonomização, entendendo que o mesmo compreende, mas ultrapassa, aquele da expropriação, sobretudo por buscar evidenciar que as relações experimentadas sob a sociedade produtora de mercadorias não prescindem da sua forma de mediação fantasmagórica: onde há separação lá está a mercadoria a reunir o que foi por ela autonomizado. Autonomização e mediação abstrata são dois pares indissociáveis. Consequentemente, a crítica do individualismo metodológico acaba por implicar fundamentalmente na crítica categorial negativa do valor-dissociação.

Além do questionamento da caracterização da territorialização do capital como processo extensivo, consideramos, portanto, necessário problematizar também outro pressuposto da crítica frequentemente contraposta aos processos de expropriação: o pressuposto de que o acesso à terra, entre outras condições de produção, possibilita uma reunião supostamente desalienada entre sujeito e objeto, trabalhadores e seus meios de produção. Isso não quer dizer que nossa outra conclusão seja a de que as estratégias de resistência conduzidas pelos lavradores em suas lutas contra a expropriação não sejam fundamentais. Não enxergamos sua maior importância, contudo, como uma possível salvaguarda do roubo[253] implicado nas "grilagens" e nas invasões, assim como na subordinação monopolista da renda camponesa, por considerarmos os equivalentes fundamentos da justiça totalmente insuficientes, posto que fundamentados na mesma igualdade abstrata da forma-mercadoria.

Contudo, não podemos negar, o que seria cinismo, que mesmo num contexto generalizado de autonomização e mobilidade do trabalho há diferença entre poder se reproduzir tendo acesso à terra, especialmente em comparação com as condições de sobrevivência que estariam colocadas para qualquer um daqueles lavradores hoje, se arremessado nas periferias urbanas ou no desemprego, personificando a própria impossibilidade das promessas civilizatórias do capitalismo. Além disso, há que ser considerado sobretudo que se os lavradores estão em luta por suas terras afirmam

---

*área coletiva que é dos posseiros da associação, onde pode fazer qualquer coisa, como eu disse, em conjunto. Fazer uma área coletiva, todo mundo em conjunto, mas não em cima das terras que é do outro. Dividir a área, separar, porque só vamos fazer uma lavoura coletiva na minha área ou na área do outro desde que ele concorde.* ***Sem concordar fica invadido do mesmo jeito!***".

[253] Nas palavras de Simeão: "Foi juntando área, foi juntando. Eles abraçam tudo, faz um bolão. Puseram um mundo naquele documentinho deles. É. Grilou a terra. Porque se falar roubar, é palavrão".

declaradamente sua posição com relação às perspectivas de reprodução atualmente disponíveis. Dizemos isso sem entretanto nos esquecermos de que as perspectivas mencionadas, embora diferenciadas, se articulam ambas como momentos da crise fundamental da reprodução social capitalista, como vimos anteriormente. Por mais que pareçam melhores, sobretudo olhadas de um ponto de vista comparativo, portanto, determinadas condições de reprodução como aquelas assentadas no acesso à terra não poderiam efetivamente ser consideradas "saídas", não somente porque se mantém na imanência da forma de mediação abstrata, fetichista e tautológica da mercadoria, mas igualmente porque podem vir a ser progressivamente embargadas no transcurso da decomposição avançada dessa forma de socialização: se o "estatismo" que viabiliza a reprodução camponesa está bastante longe de bater em retirada da reprodução fundamentalmente fictícia do capital, temos de saber que o mesmo pode assumir como expressão tanto a simulação de um Estado de bem-estar rebaixado, como aquela de um Estado-de-sítio. O que, ademais, também o subsídio do crédito para a expansão do reflorestamento nos permite suspeitar.

Assim sendo, a outra conclusão a que chegamos é a de que, embora a crítica da expropriação siga sendo necessária ela precisa ser articulada numa crítica radical dos fundamentos da socialização capitalista que tenha em vista igualmente a necessidade constante da sua autocrítica e reformulação ante os desdobramentos sociais concretos desencadeados pela crise. A dialética real do capitalismo de crise tem de ser decifrada teoricamente na perspectiva da totalidade concreta. E não para ser transformada no positivismo da administração de emergência do capitalismo em plena decadência. Especialmente se o que está em questão é a urgência de um mais que profundo revolucionamento assentado na ruptura com a matriz de socialização capitalista. E a convicção de que há vida para além do mercado, do Estado e do trabalho.

## REFERÊNCIAS

### *1. Livros, teses, dissertações e artigos*


ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1998.

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALFREDO, Anselmo. Modernização, contradições espaciais e relação agrário urbana no Brasil. In: *Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos*. São Paulo: AGB/USP, 2008.

ALVES, Francisco; NOVAIS, José Roberto. Precarização e pagamento por produção: a lógica do trabalho na agroindústria canavieira. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de (Orgs.). *Trabalho escravo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

_____. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: será este um fen6omeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do complexo agroindustrial canavieiro?. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (Orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro* (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUFSCar, 2008.

_____. Porque morrem os cortadores de cana?. *Saúde e Sociedade*, v. 15, n. 3, p. 90-98, 2006.

_____. *Modernização da agricultura e sindicalismo: as lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região canavieira de Ribeirão Preto*. 1991. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

ALVES, Juliete Miranda Alves. *A obra de José de Souza Martins e a reforma agrária no Brasil: uma leitura sociológica*. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ALVES, Márcia A.; MOURA, Margarida M.; LACERDA, Sônia; ARAÚJO, Maria T.; COVO, Paula E.; GRAZIANO, Eduardo. *Vicente fala: uma mão na terra outra no coração* (a luta camponesa no Vale do Jequitinhonha). Rio de Janeiro: AJUP, 1993. (Coleção Socializando Conhecimentos, v. 9)

ABNER, George; MARTINS, Tadeu; SILBY, Aurélio (Orgs.). *Geraes: a realidade do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Neoplan, 2011.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: EDUSP, 2007.

ALEIXO, Adriana Cristina Venturoso. A imagem literária de um sertão chamado Brasil. *Revista da UFG*, Goiânia, v. 7, n. 1, jun. 2004.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMARAL, Leila. *Do Jequitinhonha aos canaviais: em busca do paraíso mineiro*. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. Pierre Monbeig e o pensamento geográfico no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, Associação de Geógrafos Brasileiros, São Paulo, n. 72, p. 63-82, 1994.

_____. *Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional*. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. *Boletim Paulista de Geografia*, Associação de Geógrafos Brasileiros, São Paulo, n. 54, p. 5-28, 1977.

_____. *O Planejamento Regional e o problema agrário no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1976.

_____. *A pecuária no Agreste Pernambucano*. 1961. Tese para concurso da cátedra de Geografia Econômica, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ANDRADE, Maria Lúcia Amarante de; CUNHA, Luiz Maurício da Silva. O setor siderúrgico: implantação e desenvolvimento da indústria siderúrgica (período 1952-1989). *Biblioteca de Artigos*, GEDRI, Ourinhos, 2005.

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARAÚJO FILHO, Fidelcino Viana. Apresentação. In: GUIMARÃES, Alisson (Orient.). *Estudo Geográfico do Vale do Médio Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1960.

ARENSBERG, Conrad; KIMBALL, Sólon. O método do estudo de comunidade. In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Comunidade e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1973.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a "escola paulista". In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.

AVINERI, Shlomo. *Hegel's theory of the modern state*. London: Cambridge University Press, 1972.

BACCARIN, José; GEBARA, José. Mineiros no corte de cana na região de Ribeirão Preto (SP). *Travessia, a revista do migrante*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 16-20, 1988.

BADARÓ, Murilo. *Memórias Póstumas de Francisco Badaró*. Belo Horizonte: Edições Claro Enigma, 2008.

_____ (Org.). História da CODEVALE: dez anos de uma ideia-força (1964-1974). In: *Alma de Minas*. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1984.

BARBOSA, Lidiany Silva. *Roupa nova para a velha senhora agrária: os engenheiros-agrônomos e a modernização no campo*. 2004. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

_____; BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. Elites Técnicas, Estado e desenvolvimento em Minas Gerais na era Vargas. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 111-128, abr. 2010.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Os 250 anos de Minas Novas. *Revista do IHGB – MG,* Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 173-184, 1981a.

_____. Fanado (Minas Novas): Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí. *Revista do IHGB – MG,* Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 145-154, 1981b.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1971.

BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro – aspectos políticos*. São Paulo: EDUSP, 2005.

BELLUZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito da história. In: *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BOECHAT, Cássio Arruda. *O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista*. 2013. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BOMBARDI, Larissa Mies. Contribuição à historiografia da Geografia Agrária na Universidade de São Paulo. *Agrária*, São Paulo, n. 8, p. 99-121, 2008.

_____. *Campesinato, luta de classe e reforma agrária* (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo). 2006. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BOTELHO, André. Teoria e história na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Lua Nova*, São Paulo, n. 90, p. 331-366, 2013.

BOTELHO, Maria Isabel Vieira. *O eterno reencontro entre o passado e o presente: um estudo sobre as práticas culturais do Vale do Jequitinhonha*. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Araraquara.

BOURDIEU, Pierre. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

_____. *O poder simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil/DIFEL, 1989.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CHAMOISEAU, Patrick. *Texaco*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CALIXTO, Juliana Sena. *Reflorestamento, terra e trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha, MG*. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Lavras, Lavras.

CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *Dom Antônio Ferreira Viçoso e a Reforma do Clero em Minas Gerais*. 1986. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do rio Bonito*. São Paulo: Editora 34/ Duas Cidades, 2001.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Caminhos da Memória: Parentesco e Poder. *Textos de Historia 2*, n. 3, p. 85-122, 1994.

CAPEL, Horacio. *Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea: una introducción a la Geografía*. Barcelona: Barcanova/Temas Universitarios, 1981.

CAPORAL, Francisco. Política Nacional de ATER: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: RAMOS, Ladjane; TAVARES, Jorge Roberto (Orgs.). *Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico*. Manaus: Editora Bagaço, 2006.

CARRARA, Ângelo Alves. Contribuição para a história agrária de Minas Gerais (séculos XVIII-XIX). *Série Estudos*, Núcleo de História Econômica e Demográfica, Departamento de História, UFOP, Mariana, v. 1, n. 1, 1999.

CARVALHO, Gabriel Alves de Miranda. *Acumulação de capital e inovação tecnológica: A experiência brasileira durante o regime militar, 1964-1985*. 2006. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Ouro, terra e ferro: vozes de Minas. In: *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

CASTRO, Celso. *Os militares e a república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CAVALIERI, Lúcia. *Migração e reprodução social: tempos e espaços do cortador de cana e de sua família*. 2010. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CENTRO de Documentação Eloy Ferreira da Silva. *A luta dos índios pela terra: contribuição à história indígena de Minas Gerais*. Contagem: CEDEFES, 1987.

CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COELHO, France Maria Gontijo. *A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos*. Viçosa: EDUFV, 2005.

COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

CORRÊA, Mariza. *Histórias da Antropologia no Brasil: 1930-1960. Testemunhos: Donald Pierson e Emilio Willems*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais; Campinas: Editora da UNICAMP, 1987.

COSTA, Adriane Lobo. Extensão rural e meio ambiente. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, UFRS, Rio Grande, v. 7, 2001.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república – Momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

COUTINHO, Carlos Sidnei. *Transferência de Tecnologia e Organização do Processo de Trabalho na Indústria Siderúrgica*. 1985. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CRUZ, Paulo Davidoff. Notas sobre o endividamento brasileiro externo nos anos setenta. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M.; COUTINHO, Renata (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DAMIANI, Amélia Luísa. A urbanização crítica na metrópole de São Paulo, a partir de fundamentos da Geografia Urbana. *Revista da Anpege*, São Paulo, n. 5, 2009.

_____. *Observações de Método - Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia; - Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo*. 2008. Tese de Livre Docência. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Urbanização crítica e situação geográfica. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004.

DANTAS, Ibarê. *Coronelismo e dominação*. Sergipe: Programa editorial da UFS, 1987.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELGADO, Guilherme Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil (1965-1985)*. Campinas: Ícone/Editora da UNICAMP, 1985.

DEMPSEY, Bernard. *The Frontier Wage*. Chicago: Loyola University Press, 1960.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DINIZ, Eli. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994.

DULCI, Otávio. João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro. In: *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DURSTON, John. *Juventud e desarrollo rural: marco conceptual e contextual*. Santiago de Chile: Naciones Unidas (Comisión Económica para América Latina y el Caribe), 1998.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

_____. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

FELÍCIO, Munir Jorge. *Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista 'Julio de Mesquita Filho', Presidente Prudente.

FERRAZ, Luiz Pedreira do Couto. Apontamentos sobre a vida do indio Guido Pokrane e sobre o francez Guido Marlière. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Rio de Janeiro, Terceira Série, n. 20, p. 426-434, 1855. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/ferraz-1855-apontamentos>. Acesso em: 5 dezembro 2014.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

_____.Introdução. In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Marx e Engels: história*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERREIRA, Leda Leal; GONZAGA, Maria Cristina; DONATELLI, Sandra; BUSSACOS, Marco Antônio. *Análise Coletiva do Trabalho dos Cortadores de Cana da região de Araraquara (São Paulo)*. São Paulo: Fundacentro, 2008.

FERREIRA RIBEIRO, Ricardo. *Campesinato: resistência e mudança. O caso dos atingidos por barragens do Vale do Jequitinhonha*. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

_____. *Monocultura do eucalipto: um problema de crescimento rápido*. Araçuaí: Edição da Comissão Pastoral da Terra, s/d (mimeo).

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Introdução. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de (Orgs.). *Trabalho escravo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo (Org.); FERNANDES, Antônio Carlos; CONCEIÇÃO, Wander José da. *A terra, o pão, a justiça social: a importante participação da igreja nas políticas públicas do Brasil*. Belo Horizonte: FUMARC, 2010.

FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

FLORENTINO, Manolo. História, sentido e totalidade. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 91, p. 195-198, 2011.

_____; FRAGOSO, João. *O Arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, 1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis. In: *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife e Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940. (Coleção Brasiliana).

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

_____. *Memorial Acadêmico apresentado por Maria Sylvia de Carvalho Franco para a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em seu concurso de livre docência*. 1988. Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

_____. Organização social do trabalho no período colonial. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. Sobre o conceito de tradição. *Cadernos CERU*, Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 5, 1972.

_____. *O moderno e suas diferenças*. 1970. Tese de Livre Docência. Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1970.

FREIRE, Álvaro Pinheiro. *Memória Cronológica de Minas Novas.* Minas Novas: Edição do Autor, 2004.

_____. *Minas Novas: sua história, sua gente*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2002.

FREIRE, Jonis. Comércio local: tráfico interno de escravos em Juiz de Fora (MG), segunda metade do século XIX. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, Juiz de Fora, v. 6, n. 10, p. 77-96, 2011.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: a decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2006.

_____. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1987.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. Social reconstruction in societies dominated by traditional groups. *Social Planning Conference*, Porto Rico, 1966.

GARCIA JR., Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UNB/MCT, 1989.

_____. Libertos e sujeitos, sobre a transição para trabalhadores livres do nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 3, n. 7, 1988.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

GIAVAROTTI, Daniel Manzione. *A reprodução crítica da territorialização do capital e as formas de uso do espaço e do tempo na periferia do Jardim Ibirapuera na metrópole de São Paulo*. 2013. Projeto de Pesquisa (Doutorado em Geografia Humana).

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo (mimeo).

_____. *O Jardim Ibirapuera da imposição à crise do trabalho*. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GOLDENSTEIN, Lea; SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. *Revista do Departamento de Geografia*, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

GOMES, Ângela de Castro. Memória, política e tradição familiar. In: *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

GOMES, Leonardo Ribeiro. O jovem dos clubes 4-S como elemento difusor da modernização das práticas agrícolas em Minas Gerais nas décadas de 1950 e 1960. In: *Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação*. Cuiabá: UFMT, 2013.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GONÇALVES, Maria Creuza. *Os migrantes mineiros vendedores de mandioca nas ruas de São Paulo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GONÇALVES, Múcio Tosta. A formação da economia das plantações florestais nos Vales do Rio Doce e do Aço de Minas Gerais (1940-2000): Notas sobre história econômica e ambiental de uma região. In: *Anais do XII Seminário sobre a economia mineira*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

_____. Tons do verde no Brasil: subordinação da política florestal à lógica da plantation. In: *Anais do Seminário sobre Reforma do Estado*, Rio de Janeiro: CDPA/UFRRJ, 1999.

_____. Quais são os rumos da política florestal no Brasil?. *Vanguarda Econômica*, Belo Horizonte, v. 3, p. 73-86, 1995.

_____. *Exploração florestal, indústria de celulose e ocupação do espaço regional*. Relatório produzido para a Pesquisa Exploração florestal no Norte do Espírito Santo e Sul da Bahia: seus impactos e as alternativas dos atingidos. Belo Horizonte: FASE/IBASE, 1994.

_____. *Política florestal e interesses agroindustriais no estado de Minas Gerais: um estudo do Instituto Estadual de Florestas (IEF)*. 1990. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.

GRAZIANO, Eduardo. *A arte de viver na terra: as condições de reprodução camponesa no vale do Jequitinhonha*. 1986. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, 1986.

GRAZIANO, Eduardo; GRAZIANO NETO, Francisco. As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. *Perspectivas Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 85-100. 1983.

GRAZIANO da SILVA, José Graziano. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista*. 1980. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980.

GUERRA, Cláudio. *Meio ambiente e trabalho no mundo do eucalipto*. Belo Horizonte: Associação Agência Terra/Segrac, 1995.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUIMARÃES, Alisson (Orient.). *Estudo Geográfico do Vale do Médio Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1960.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais. As minas setecentistas.* Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007. v. 1.

_____. Cada venda é um quilombo: escravismo e espaço de rebeldia nas Minas Gerais (século XVIII). In: *Anais da V Jornada Setecentista*. Curitiba: UFPR, 2003.

_____. Mineração, quilombo e Palmares. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

HEGEL, Georg. *Philosophy of right*. New York: Oxford University Press, 1967.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HIRSCHMAN, Albert. On Hegel, Imperialism and Structural Stagnation. *Journal of Development Economics*, Amsterdam, v. 3, p. 1-8, 1976.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 114-142, 1986.

IANNI, Octávio. O mundo agrário. In: *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. As origens políticas da SUDENE. *Revista Mexicana de Sociología*, Ciudad de México, v. 33, n. 4, 1971.

IGLÉSIAS, Francisco. Evocação de Cid Rebelo Horta. *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 111-114, 1986.

JAPPE, Anselm. Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria. *Limiar*, Guarulhos, v. 1, n. 2, p. 1-16, 2014.

_____. *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, 2006.

KAGEYAMA, Ângela (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme (Org.). *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1990.

KURZ, Robert. O fim da política. *Revista Krisis*, n. 14, 1994. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz105.htm>. Acesso em: 5 dez. 2014.

_____. A ascensão do dinheiro aos céus. *Revista Krisis*, n. 16-17, 1995a. Disponível em: <http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>. Acesso em: 5 dez. 2014.

_____. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. *Revista Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 190-206, 1995b.

_____. Natureza em ruínas. *Folha de S. Paulo*, 17 jun. 2001. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz81.htm>. Acesso em: 5 dez. 2014.

_____. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. A substância do capital. O trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização. Primeira parte. *Revista Exit!*, n. 1 e 2, 2004a. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz203.htm>. Acesso em: 5 dez. 2014.

_____. A nova simultaneidade histórica. A crítica precisa apreender os pressupostos repressivos dos obsoletos paradigmas da esquerda. *Folha de S. Paulo*, 25 jan. 2004b. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz154.htm>. Acesso em: 5 dez. 2014.

_____. A estética da modernização: Da cisão à integração negativa da arte. In: *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora: Pazulin/UFJF, 2004c.

_____. A substância do capital. O trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização. Segunda parte. *Revista Exit!*, n. 2, 2005. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz226.htm>. Acesso em: 5 dez. 2014.

_____. A ruptura ontológica antes do início de uma outra história mundial. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton (Orgs.). *Um crítico na periferia do capitalismo. Reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.

_____. Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria. O problema da práxis como evergreen de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas. *Revista Exit!*, n. 4, 2007b. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz288.htm>. Acesso em: 5 dez. 2014.

_____. *Dinheiro sem valor. Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona, 2014.

LAITE, Julian. Expansión capitalista, migración y diferenciación social entre los campesinos de Perú. *Revista Mexicana de Sociología*, Ciudad de México, v. 43, n. 1, p. 193-219, 1981.

LAFER, Betty Mindlin. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LACOSTE, Yves. *A geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 2005.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto – O município e o regime representativo o Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LEFEBVRE, Henri. Estrutura social: a reprodução das relações sociais de produção. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1977.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. TOLEDO, C. A.; BOECHAT, C. A.; KLUCK, E. G. J.; GIAVAROTTI, D. M. A mobilidade do trabalho revisitada: capital, trabalho e subjetivação. In: *Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro: UERJ/UFF/UFRJ: 2013.

_____. *A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador "bóia-fria" em suas condições regionais de mobilização do trabalho*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. *Modernização e mobilização do trabalho no Vale do Jequitinhonha*. 2006. Iniciação Científica. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

LÊNIN, Vladmir. *O Imperialismo, fase final do capitalismo*. São Paulo: Mandacaru, 1990.

_____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 1954.

LOBATO, Monteiro. Velha Praga. In: *Urupês. Obras completas*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

LOPES, José Sergio Leite. Entrevista com Moacir Palmeira. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 19, n. 39, p. 435-457, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACHADO, José Carlos. *Senhora da graça da Capelinha.* Capelinha: Edição do Autor, 2000.

MARCUS da SILVA, Flávio. Práticas comerciais e abastecimento alimentar em Vila Rica na primeira metade do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais. As minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007. v. 1.

MARLIÈRE, Guido Thomaz. Escritos avulsos, correspondências. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, ano X, fascículos III e IV, p. 383-668, 1905. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/marliere-1905-escritos>. Acesso em: 5 dez. 2014.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. *De sem terra a posseiro*. 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. *Lua Nova*, São Paulo, n. 23, p. 7-37, 1991.

MARTINELLO, André Souza; SCHINEIDER, Sérgio. Paralelos entre Antonio Candido e Alexandre Chayanov: economia fechada, equilíbrio mínimo e rusticidade. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 3, n. 3, p. 138-158, 2010.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Hucitec, 2004 [1979].

_____. *Subúrbio*. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: Hucitec e Editora UNESP, 2002 [1986].

_____. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Não há terra para plantar nesse verão. O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *Conde Matarazzo: o empresário e a empresa. Estudo de sociologia do desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 1976 [1967].

_____. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1975.

_____. *A imigração e a crise no Brasil agrário*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1973.

MARTINS, Marcos Lobato. O Jequitinhonha dos viajantes, século XIX e XX. Olhares diversos sobre a relação sociedade-natureza no nordeste mineiro. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p. 702-728, 2008.

MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Orgs.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A economia escravista das Minas Gerais no século XIX. *Textos para discussão*, n. 10, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1982.

_____. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora. In: *A economia mineira no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1980.

MARX, Karl. *Borrador (1857-1858). Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 1971.

_____. *El Capital. Crítica de la economía política*. Libro Primero. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 1975.

_____. *O capital. Crítica da economia política*. Livro Primeiro. Volume I. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *O capital. Crítica da economia política*. Livro Primeiro. Volume I. Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. *O capital. Crítica da economia política*. Livro Segundo. Volume II. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. *O capital. Crítica da economia política*. Livro Terceiro. Volume IV. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. *O capital. Crítica da economia política*. Livro Terceiro. Volume IV. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. Para a crítica da economia política. In: *Os pensadores*. Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MEDEIROS SILVA, Napoleão III de. Vale do Jequitinhonha: incorporação e transformações estruturais. In: NABUCO, Maria Regina. *Contradições do desenvolvimento agrícola de Minas Gerais uma perspectiva regional*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1990.

MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, celeiros e capitais*. Porto: Afrontamento, 1977.

MELLO, Caio Roberto Bourg de. *Contribuição ao estudo do sistema de crédito em "O Capital" de Karl Marx*. 2007. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio – contribuição à revisão da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Reflexões sobre a crise atual. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M.; COUTINHO, Renata (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MENESES, José Newton Coelho. A terra de quem lavra e semeia: alimento e cotidiano em Minas Colonial. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais. As minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007. v. 1.

MICELI, Sérgio. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 166-176, 1991.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de; BUENO, Juliana Dourado; MELO, Beatriz Medeiros de. Quando a máquina 'desfila', os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas. *Contemporânea. Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 4, p. 85-116, 2014.

_____. Lições do Vale: narrativa de uma pesquisadora. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). *Vale do Jequitinhonha: educação e trabalho*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

_____; NEVES, Delma Pessanha (Orgs.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008. v. 1.

_____. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas a proletárias. In: *Travessia, a revista do migrante*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 16-20. 1988.

MORENO, Cézar. *A colonização e o povoamento do Baixo Jequitinhonha: a "Guerra Justa" contra os índios*. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 1998.

MOTA SILVA, Ana Cristina. Circulação simples, reprodução ampliada: produção espacial e contradição agrário-urbana do município de Itapipoca, Ceará, Brasil. In: *Anales do 12° Encuentro de Geógrafos de America Latina*. Montevideo: UGI/IGU, 2009.

_____. *Circulação simples, reprodução ampliada: produção espacial e contradição agrário-urbana no município de Itapipoca, Ceará*. 2008. Relatório de Bolsa de Pós-doutorado (Pós-doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2008.

MOURA, Margarida Maria. Introdução: o vale do Jequitinhonha. In: *Vicente fala: uma mão na terra outra no coração* (a luta camponesa no Vale do Jequitinhonha). Rio de Janeiro: AJUP, 1993. (Coleção Socializando Conhecimentos, v. 9)

_____. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *A reprodução do pequeno produtor no Vale do Jequitinhonha mineiro.* Primeiro relatório de pesquisa, 1978-1980. 1988. Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Escola Interamericana de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1980.

_____. *Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural*. 1973. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1973.

MULS, Nair Costa. *Trabalho, consciência e luta: a formação do proletariado rural em Minas Gerais*. 1989. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1989.

NAVARRO, Zander. Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (Orgs.). *A agricultura brasileira. Desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2010.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja da sesmaria ao minifúndio (Um estudo de história regional e local)*. Salvador: EDUEBA, 1998.

NEVES, Delma Pessanha. Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais. In: *Processos de constituição e reprodução do campesinato no*

*Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2.

NOVAIS, Fernando e SILVA, Rogério Forastieri da. Introdução. In: *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify: 2011.

_____. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. Considerações sobre o sentido da colonização. *Revista do IEB*, IEB-USP, São Paulo, n. 6, 1969.

NUNES, Jerônimo. Apresentação. In: *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Segrac, 1996.

NUNES, Marcos Antônio. *Estruturação e reestruturações territoriais da região do Jequitinhonha em Minas Gerais*. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

NUSSBAUM, Martha. *Creating Capabilities. The Human development approach*. Cambridge: Belknap, 2011.

_____. *Hiding from Humanity. Disgust, Shame, and the Law*. Princeton University Press, 2004.

OHATA, Milton. *Pacto Colonial e conjuntura atlântica: São Paulo, século XVII*. 2003. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. In: *Anais do Colóquio Internacional de Geocrítica*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia/Geocrítica, 2012.

_____. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: MARQUES, Marta Inês Medeiros; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (Orgs.). *O campo no século XXI: um território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. *Modo de produção capitalista e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 74, 2006.

_____. *Crítica à razão dualista e O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. A questão regional: a hegemonia inacabada. *Estudos Avançados*, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____; MAZZUCCHELLI, Frederico. Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil: 1950-1976. In: MARTINS, Carlos Estevam (Org.). *Estado e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Hucitec/CEBRAP, 1977.

OLIVEIRA, Nemuel da Silva e MAIO, Marcos Chor. Estudos de comunidade e ciências sociais no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 3, 2011.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OSÓRIO SILVA, Lígia. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho doméstico: reflexões a partir de Polanyi e Arendt. *Serviço Social em Revista*, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, v. 8, n. 1, jul./dez. 2005.

PAULINO, Eliane Tomiasi; Rosemeire Aparecida de Almeida. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEREIRA, José Carlos Alves. Condição camponesa e migração: caminhos e descaminhos do roçado. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. *Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro* (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUFSCar, 2008.

PEREIRA, Leopoldo. *O município de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969.

PINHEIRO, Ilva Rodrigues. *Origens do processo migratório no Vale do Jequitinhonha*. 1988. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

PINTO, José Claudionor dos Santos. *Memórias de Itinga*. Belo Horizonte: Centro Cultural Escrava Feliciana, 2008.

PITTA, Fábio Teixeira. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. 2013. Relatório de Qualificação (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo (mimeo).

PIZARRO E ARAÚJO, Mons. José de Souza Azevedo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Volume 8. Tomo II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, s/d.

PRADO JR., Caio. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2002.

QUAINI, Massimo. *A construção da Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. Uma categoria rural esquecida. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 45, p. 83-97, 1963.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, Juliana Pereira e DOULA, Sheila Maria. O Jequitinhonha nas páginas do jornal Geraes: cultura e territorialidade. *Contemporâneos: revista de artes e humanidades*, Santo André, UFABC, n. 4, mai./out., 2009.

RANGEL, Inácio. *Dualidade Básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.

REDIN, Ezequiel; SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso da. O campesinato revisitado: contribuição para compreensão da agricultura contemporânea. In: *Anais do 48° Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Campo Grande: SOBER, 2010.

REGO, Walquiria Domingues Leão. Indivíduo, liberdade e igualdade no pensamento liberal e em Marx. *Perspectivas Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 1-19, 1988.

_____; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

REIS, Leonardo Ferreira. *Mecanização e intensificação do trabalho no corte de cana do CAI canavieiro do estado de São Paulo*. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

REZENDE, Bruno Gonçalves de. *Novo perfil do profissional de assistência técnica e extensão rural*. 2012. Monografia (Graduação em Agronomia) Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2012.

RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. *A economia do varejo: agricultura, governo e mercados locais no nordeste de Minas Gerais nos começos do século XX*. In: *Anais do IX Seminário sobre a economia mineira*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000.

_____. *As estradas da vida: história da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais*. 1997. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

_____. *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Segrac, 1996.

_____; GALIZONI, Flávia Maria; SILVESTRE, Luiz Henrique Aparecido; CALIXTO, Juliana Sena; ASSIS, Thiago de Paula; AYRES, Eduardo Barbosa. Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 45, n. 4, p. 1075-1102, 2007.

_____. Agricultura familiar, cultura local e políticas públicas: o caso dos lavradores do Alto Jequitinhonha. In: *Anais do XI Seminário sobre a economia mineira*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004.

_____; CALIXTO, Juliana Sena; SILVESTRE, Luiz Henrique Aparecido. Reflorestamento e ocupação no Alto Jequitinhonha, MG. In: *XV Encontro de Estudos Populacionais*. ABEP, Caxambu, 2006a.

_____. Terra, trabalho e renda no Alto Jequitinhonha: efeitos do reflorestamento sobre a ocupação fundiária e da força de trabalho. In: *Anais do XII Seminário sobre a economia mineira*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006b.

ROMEIRO, Adriana. A Guerra dos Emboabas: novas abordagens e interpretações. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais. As minas setecentistas.* Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007. v. 1.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1975.

SANTOS, Licurgo. *Uma comunidade rural do Brasil colonial: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Editora Nacional, 1956. (Coleção Brasiliana).

SANTOS, Jefferson Rodrigues dos; FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. Alguns apontamentos para a reflexão teórica do campesinato. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n. 30, p. 58-70, 2006.

SCHOLZ, Roswitha. Forma social e totalidade concreta. *Revista Exit!*, n. 6, 2009. Disponível em: <http://o-beco.planetaclix.pt/roswitha-scholz12.htm>. Acesso em: 5 dez. 2014.

_____. A nova crítica social e o problema das diferenças: disparidades econômicas, racismo e individualização pós-moderna. Algumas teses sobre o valor-dissociação na era da globalização. *Revista Exit!*, n. 1, 2004. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/roswitha-scholz3.htm>. Acesso em: 5 dez. 2014.

_____. O sexo do capitalismo. Teorias feministas e metamorfose pós-moderna do patriarcado. *Revista Krisis*, n. 1-2, 2000. Disponível em: <http://o-beco.planetaclix.pt/roswitha-scholz6.htm>. Acesso em: 5 dez. 2014.

_____. O valor é o homem. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 45, p. 15-36, 1996.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVILHA, Mateus de Moraes. *O Vale do Jequitinhonha entre a "di-visão" pela pobreza e sua ressignificação pela identidade regional*. 2012. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*, Presidente Prudente, n. 7, p. 1-21, 2005.

_____. *Campesinos e sociedades campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. *A arte de viver. Riqueza e pobreza no médio Jequitinhonha – Minas Gerais – de 1970 a 1990*. São Paulo: Educ, 2007.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado/Praça Municipal, 1937. v. 6.

SILVA, Roberto Romano da; SILVEIRA, Ligia Fraga; PRADO, Luiz Araujo; Davidoff, Carlos; MORAES, Reginaldo Camello Corrêa de. Entrevista com Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, n. 5, p. 5-14, 1981.

SLENES, Robert. Múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH UNICAMP*, Campinas, n. 17, 1985.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. *GEOUSP: espaço e tempo*, Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 21, 2007.

_____. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988.

SOARES, Geralda Chaves. *Os Borun do Watu – os índios do Rio Doce*. Contagem: CEDEFES, 1992.

_____. *Na trilha guerreira dos Borun*. Belo Horizonte: Instituto Metodista Isabela Hendrix, 2010.

SOARES, Renan Monteiro. *Aspectos sociológicos da pecuária nordestina*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Imprensa Universitária, 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SORRE, Maximilien. Fundamentos da geografia humana. In: MEGALE, Januário Francisco (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). *Max. Sorre. Geografia*. São Paulo: Ática, 1984.

SOUZA, João Valdir Alves de. Fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha. *Unimontes Científica*, Montes Claros, v. 5, n. 2, p. 1-21. 2003.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. Antonio Candido de Mello e Souza e Florestan Fernandes: breves perfis. *Mediações*, Londrina, v. 15, n. 1, p. 203-219, 2010.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. *Revista de Geografia*, São Paulo, v. 10, p. 1-18, 1991.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAUSSIG, Michael. *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia política brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. *Acumulação de Capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

_____; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M.; COUTINHO, Renata (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOLEDO, Carlos de Almeida. *A região das lavras Baianas*. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____; PITTA, Fábio Teixeira; BOECHAT, Cássio Arruda. Repensando o ajuste espacial. In: *Anais do XVII Encontro de Geógrafos da América Latina*, Lima, 2013.

VASCONCELOS, Albertina Lima. *Ouro: conquistas, tensões, poder. Mineração e escravidão – Bahia do século XVIII*. 1998. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

VASCONCELOS, Diogo Luís de Almeida Pereira de. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999 [1904].

_____. *História média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974 [1918].

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994 [1807]. (Coleção Mineiriana, Série Clássicos).

VASCONCELOS, Suani de Almeida. Carta de Sesmaria – Século XIX: Edição Semidiplomática e Estudo Histórico. *Scripta Philologica*, Feira de Santana, n.1, p. 100-111, 2005.

VEADO, Wilson. Viajantes estrangeiros na área de Minas Novas. *Revista do IHGB – MG*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 185-204, 1981.

VEIGA, José Elida. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais. As minas setecentistas.* Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007. v. 1.

VIANNA, Aurélio; FRAIZ, Priscila (Orgs.). *Conversa entre amigos: correspondência entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Rio de Janeiro: CPDOC e FGV, 1986.

VOLL, Vera Lúcia. *Ação do Estado e produção de subsistência numa região do Vale do Jequitinhonha*. 1984. Dissertação (Mestrado em Agronomia com concentração na área de Sociologia Rural). Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, 1984.

WELCH, Clifford; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1.

ZARUR, Jorge. Análises regionais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 1946.

## *2. Fontes cartográficas primárias digitais*


CETEC (Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais). *Cartografia temática de Minas Novas*, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CETEC (Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais). *Cartografia temática de Araçuaí*, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005b.

IBGE (Instituto Brasileiro da Geografia e Estatística). *Base cartográfica contínua escala 1: 250.000*. Diretoria de Geociências e Coordenação de Cartografia, Rio de Janeiro, 2013.

INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). *Imagem de satélite Landsat 7, número 217/071*, Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, São José dos Campos, 2010.


## *3. Fontes primárias oficiais impressas*


APM (Arquivo Público Mineiro). *Inventário do fundo David Moretzsohn Campista*. Diretoria de Arquivos Permanentes, Secretaria de Estado da Cultura, Governo do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CODEVALE (Comissão de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha). *Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha*. Edição Oficial do Governo de Minas Gerais, Belo Horizonte, s/d. v. 1.

CODEVALE (Comissão de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha). *Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha*. Edição Oficial do Governo de Minas Gerais, Belo Horizonte, s/d. v. 2.

DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público). *Processo n. 12.428-54: Funcionário Público – Acumulação Remunerada – Função Gratificada*, Diário Oficial, 1955.

FAO (Comisión Europea y Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación). Estado de la información forestal en Brasil. In: *Información para el desarrollo forestal sostenible*. Monografías de países. Santiago, Chile, 2002. v. 3.

IBGE e MPO (Instituto de Geografia e Estatística e Ministério do Planejamento e Orçamento). *Diagnóstico ambiental da bacia do rio Jequitinhonha. Diretrizes gerais para a ordenação territorial*. Edição da Diretoria de Geociências, Salvador, 1997.

IEF (Instituto Estadual de Florestas). *Projeto de Distritos Florestais para Minas Gerais. Estudos Básicos*. Edição do Governo do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1975. v. 1.

IEF (Instituto Estadual de Florestas). *Projeto de Distritos Florestais para Minas Gerais. Estudos Básicos*. Edição do Governo do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1975. v. 2.

IPEF (Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais). *Boletim informativo da região Centro-Oeste*. Departamento de Silvicultura, Escola Superior de Agricultura 'Luiz de Queiroz', Universidade de São Paulo, 1980.

SIAM (Sistema Integrado de Informação Ambiental). *Parecer único Nº 0592129/2013. Licença de Operação Corretiva*. Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Jequitinhonha, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Governo do Estado de Minas Gerais, 2013.

## *4. Caracterização das fontes primárias citadas*

**Entrevistas gravadas e transcritas**

ANA BEOTA. Ver MARCIANO SOARES.

ANTÔNIO GOMES I. Foi realizada uma entrevista gravada na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Araçuaí, numa das noites em que o lavrador pernoitou por lá, em companhia dos pesquisadores FABIO TEIXEIRA PITTA e LEONARDO FERREIRA REIS, em julho de 2013. Trabalho de Campo realizado no município de Araçuaí, Minas Novas e Berilo, entre os dias 22 e 30 de julho, 2013.

ANTÔNIO GOMES II. Foi realizada uma entrevista gravada na casa do entrevistado, em companhia da sua esposa LÚCIA e dos pesquisadores DANIEL MANZIONE GIAVAROTTI e FÁBIO TEIXEIRA PITTA, em março de 2009. Trabalho de Campo realizado no município de Araçuaí, Itinga, Minas Novas, Turmalina, Capelinha, Veredinha, Itaobim e Caraí, entre os dias 4 de janeiro e 30 de abril, 2009.

ANTÔNIO GOMES e ZÉ BAIXINHO. Foram realizadas duas entrevistas gravadas, ambas na casa de Zé Baixinho, em companhia de sua esposa DÔRA e dos pesquisadores DANIEL MANZIONE GIAVAROTTI e FÁBIO TEIXEIRA PITTA, em janeiro e março de 2009. Trabalho de Campo realizado nos municípios de Araçuaí, Itinga, Minas Novas, Turmalina, Capelinha, Veredinha, Itaobim e Caraí, entre os dias 4 de janeiro e 30 de abril, 2009.

DOMINGOS PEREIRA DA SILVA. Foram realizadas duas entrevistas gravadas, ambas na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Minas Novas em junho de 2012. Trabalho de Campo realizado no município de Minas Novas, entre os dias 29 de maio e 16 de junho, 2012.

ELIANA SILVA NERES. Foi realizada uma entrevista gravada em uma oficina promovida na ACOBAPA em janeiro de 2005, na qual as associadas participantes, especialmente mulheres, narraram trajetórias pessoais e do processo de constituição da associação, partindo de questões que havíamos formulado conjuntamente em reunião ocorrida

anteriormente. Trabalho de Campo realizado no município de Itinga, entre os dias 02 e 31 de janeiro, 2005.

GERALDO DA CUNHA MELO FILHO e JOAZINA MIRANDA NEIVA MELO. Foi realizada uma entrevista gravada em uma sorveteria localizada embaixo do edifício do Cartório de Registro de Imóveis do Município de Araçuaí, de propriedade da família de Joazina, em janeiro de 2012. Trabalho de Campo realizado no município de Araçuaí, entre os dias 16 de janeiro e 12 de fevereiro, 2012.

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS. Foi realizada uma entrevista gravada na loja Azul Martins, de propriedade do fazendeiro, após o encerramento do expediente, em fevereiro de 2012. Trabalho de Campo realizado no município de Araçuaí, entre os dias 16 de janeiro e 12 de fevereiro, 2012.

JOSÉ OTONI ALVES CAMPOS. Foi realizada uma entrevista gravada na sede do Sindicato dos Produtores Rurais de Araçuaí, que ele presidia, em janeiro de 2012. Trabalho de Campo realizado no município de Araçuaí, entre os dias 16 de janeiro e 12 de fevereiro, 2012.

LINA LÚCIA. Foi realizada uma entrevista gravada na casa da entrevistada, na companhia do seu esposo MIRO, em janeiro de 2009. Trabalho de Campo realizado no município de Araçuaí, Itinga, Minas Novas, Turmalina, Capelinha, Veredinha, Itaobim e Caraí, entre os dias 4 de janeiro e 30 de abril, 2009.

MARCIANO SOARES. Foi realizada uma entrevista gravada na casa do entrevistado, em junho de 2012, na companhia de LOURDES, esposa de VITOR COSTA, que tinha ido até lá trabalhar como camarada, e de ANA BEOTA, esposa de Marciano cujas intervenções foram aproveitadas em nosso trabalho. Trabalho de Campo realizado no município de Minas Novas, entre os dias 29 de maio e 16 de junho, 2012.

MARIA DAS DORES DA SILVA. Foi realizada uma entrevista gravada em uma oficina promovida na ACOBAPA em janeiro de 2005, na qual as associadas participantes, especialmente mulheres, narraram trajetórias pessoais e do processo de constituição da associação, partindo de questões que havíamos formulado conjuntamente em reunião ocorrida anteriormente. Trabalho de Campo realizado no município de Itinga, entre os dias 02 e 31 de janeiro, 2005.

MIRO. Ver LINA LÚCIA.

RUFINO MOREIRA. *Entrevista gravada e transcrita*. Trabalho de Campo realizado no município de Minas Novas, entre os dias 29 de maio e 16 de junho, 2012.

SIMEÃO RODRIGUES. Foram realizadas duas entrevistas gravadas na casa do entrevistado, em companhia de GILSON COSTA, filho de VITOR COSTA e professor de filosofia da Rede Municipal de Educação do município de Minas Novas, em junho de 2012. Trabalho de Campo realizado no município de Minas Novas, entre os dias 29 de maio e 16 de junho, 2012.

ZEZÉ DA SILVEIRA. Foi realizada uma entrevista gravada na casa do entrevistado, em companhia de sua filha e de ANTÔNIO GOMES, em março de 2009. Trabalho de

Campo realizado nos municípios de Araçuaí, Itinga, Minas Novas, Turmalina, Capelinha, Veredinha, Itaobim e Caraí, entre os dias 4 de janeiro e 30 de abril, 2009.

**Entrevistas parcialmente gravadas, transcritas e registradas em Caderno de Campo**

JOSÉ MARIA DOS SANTOS e MARLI DE ALMEIDA. Foi realizada uma entrevista na casa de ambos, em julho de 2012, apenas parcialmente gravada, cujo conteúdo também foi registrado no CADERNO DE CAMPO II. Trabalho de Campo realizado no município de Minas Novas, entre os dias 29 de maio e 16 de junho, 2012.

RUFINO MOREIRA. Foi realizada uma entrevista na casa do entrevistado, em julho de 2012, apenas parcialmente gravada, cujo conteúdo também foi registrado no CADERNO DE CAMPO II. Trabalho de Campo realizado no município de Minas Novas, entre os dias 29 de maio e 16 de junho, 2012.

**Entrevistas registradas em Caderno de Campo**

FABIANO XAVIER. Foi realizada uma entrevista sem gravação, registrada no CADERNO DE CAMPO II, na casa do entrevistado e em companhia de GILSON COSTA, em junho de 2012.

LOURENÇA COSTA. Foi realizada uma entrevista sem gravação, registrada no CADERNO DE CAMPO II, na casa da entrevistada e em companhia de GILSON COSTA, em junho de 2012.

MARIA RODRIGUES DE SOUZA. No dia em que realizei a entrevista com MARCIANO SOARES, Maria foi *partir o milho* plantado "na terça" com o lavrador, oportunidade na qual tomei nota de uma breve conversa que realizamos, registrada no CADERNO DE CAMPO II, em junho de 2012.

VITOR COSTA. Foram realizadas duas entrevistas sem gravação, registradas respectivamente nos CADERNOS DE CAMPO II e IV, ambas na casa do entrevistado, na qual fiquei hospedada nas duas visitas que realizei ao Alagadiço, em junho de 2012 e julho de 2013.

**Cadernos de Campo**

CADERNO DE CAMPO I. *Diário com anotações de pesquisa*. Trabalho de Campo realizado no município de Araçuaí, entre os dias 16 de janeiro e 12 de fevereiro, 2012.

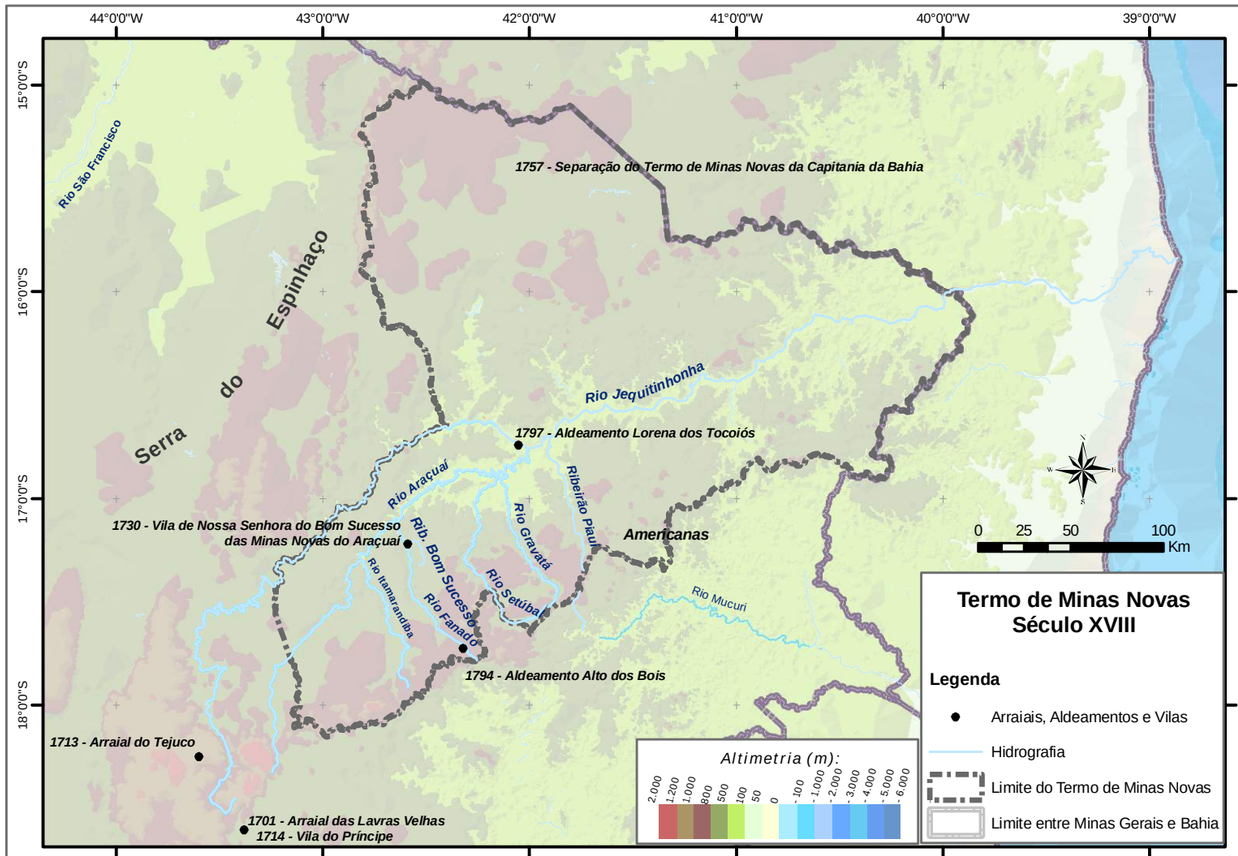
CADERNO DE CAMPO II. *Diário com anotações de pesquisa*. Trabalho de Campo realizado no município de Minas Novas, entre os dias 29 de maio e 16 de junho, 2012.

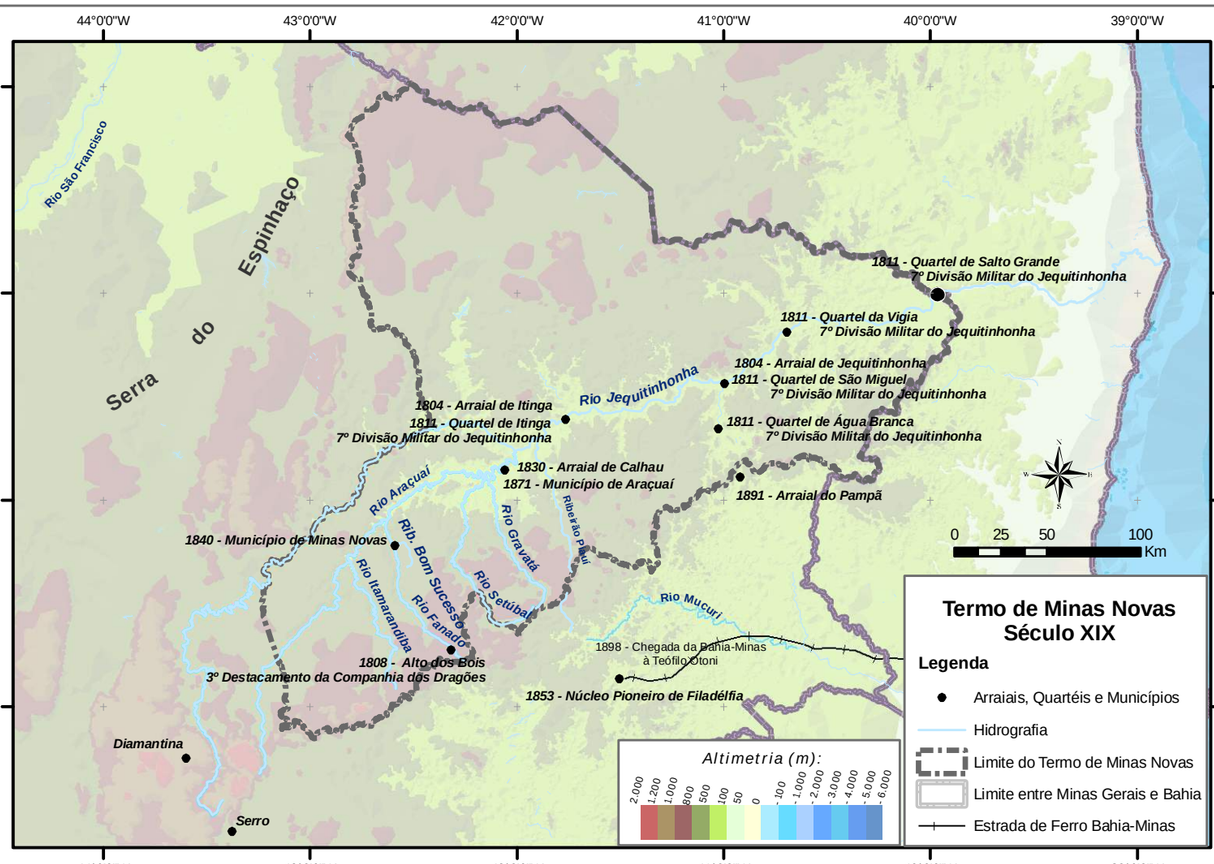
CADERNO DE CAMPO III. *Diário com anotações de pesquisa*. Trabalho de Campo realizado nos municípios de Araçuaí e de Itinga, entre os dias 10 e 21 de julho, 2012.

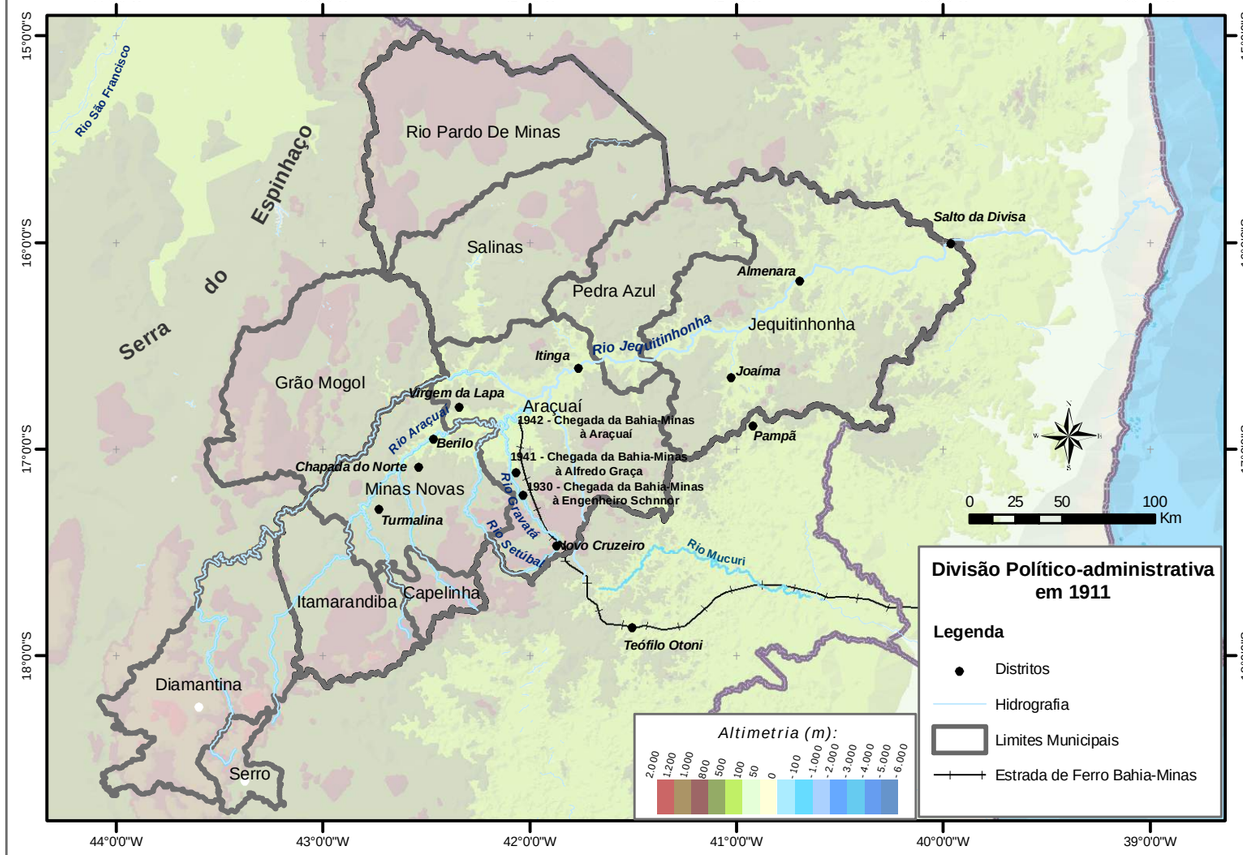
CADERNO DE CAMPO IV. *Diário com anotações de pesquisa*. Trabalho de Campo realizado nos municípios de Araçuaí, Minas Novas e Berilo, entre os dias 22 e 30 de julho, 2013.

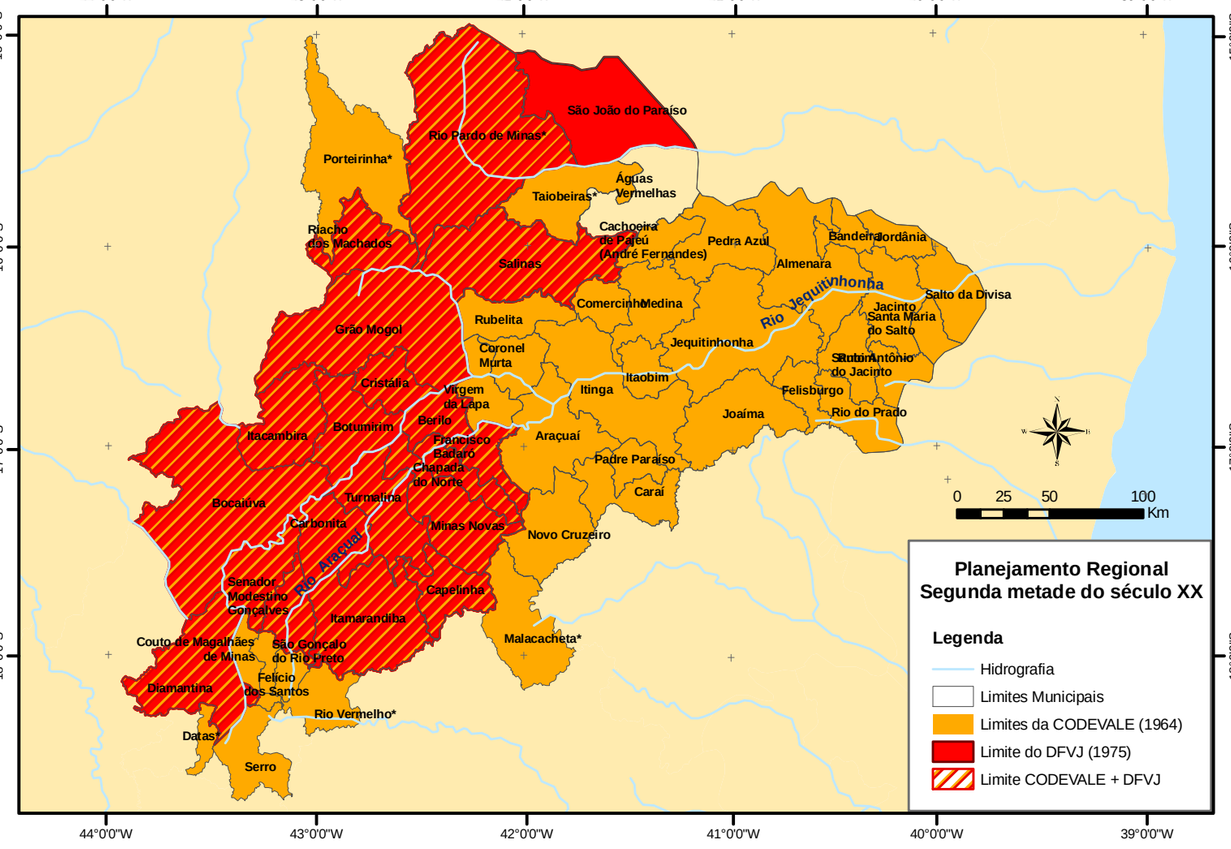
# APÊNDICES

# APÊNDICE A – ESTUDOS CARTOGRÁFICOS




Fonte: IBGE (2013); CODEVALE (s/d); IEF (1975); Ribeiro (1993) e Nunes (2001).

Elaboração: Ana Carolina Gonçalves Leite e Ewerton Talpo.

Projeção Cartografica: Lat./Long. Fuso 23º S Datum SIRGAS 2000.

740000 760000 780000 800000

8100000 8080000 8060000

LEME DO PRADO
CHAPADA DO NORTE
JENIPAPO DE MINAS
BR 367
Araçuaí
Rio
Aleixo
Curralinho
Pinheiro
Macuco
Mata Dois
Gravatá
Suzano
São Benedito do Capivari
Pau d'óleo
MINAS NOVAS
Bom Sucesso
Ribeirão do Meio
Córrego Capoeirinha
TURMALINA
Fanha
Val Verde
Terra Cavada
Aperan Bioenergia
Areião
Cansanção
Cruzinha
Baixa Quente
Curral Velho
Imbiruçu
Buriti
Cachoeira da Lagoa
Ribeirão dos Santos
Córrego do Ouro
Cantinho
Campos
Nago
Lagoinha
Fazenda da Glória
Mangabeira
MG 308
Lagoa Grande
Maurício
Pau D'olinho
Ticororó
SADA Bioenergia
Rubim
Ribeirão da Folha
Tribuna
Córrego do Cedro
Bem Posta
Fazenda Agropecuária Rancho do Campo
Cab. do ribeirão da Folha
Fazenda TECAD
Fazenda São Mateus
Capão da Taquara
São Pedro do Alagadiço
EUCADORA
Quilombo
Santiago
Fazenda Água Limpa
Agropecuária Minas Novas
Trovoadas
MG 211
SETUBINHA
CAPELINHA

0 2 4 8 12 Km

UTM
Fuso 24º S
Datum: WGS 1984

## Localização do município de Minas Novas - Minas Gerais

## Legenda

- Sedes Municipais
- Comunidades Rurais
- Hidrografia
- Rodovias e Estradas Principais
- Estradas Vicinais
- Áreas Urbanas
- Limite Municipal de Minas Novas

**Territorialização do Capital**

- Fazenda Pecuária
- Reflorestamento
- Empresas Reflorestadoras
- Bateria de Carvão

**Reprodução Camponesa**

**Produção Agricola**

- Arroz
- Café
- Cana de Açúcar
- Feijão
- Fumo
- Mandioca
- Milho
- Roça Comunitária

**Industria Doméstica**

- Tenda de Farinha
- Alambique e produção de rapadura
- Apicultura
- Cerâmica
- Artesanato em Bambu

**Pequeno Garimpo de Ouro de Aluvião**

**Comunidades Quilombolas**

- Comunidades Quilombolas reconhecidas
- Comunidades Quilombolas em processo de reconhecimento

**Conflitos Fundiários**

- Comunidade de Jabuticaba
- Alagadiço

# Apropriação Fundiária e Territorialização do Capital no Município de Minas Novas

Fonte: IBGE (2013); INPE (2010); CETEC (2005); Cadernos de Campo II e IV.
Elaboração: Ana Carolina Gonçalves Leite e Ewerton Talpo.

150000 170000 190000 210000

8160000 8140000 8120000 8100000

MEDINA
ITINGA
CORONEL MURTA
VIRGEM DA LAPA
FRANCISCO BADARÓ
JENIPAPO DE MINAS
CHAPADA DO NORTE
NOVO CRUZEIRO
CARAÍ

BR-342 BR-367 MG-114

RIO JEQUITINHONHA

I. Pequena ou dos Prates
I. GRANDE

Centro de Permacultura do Vale do Jequitinhonha
Aldeia Indígena Cinta Vermelha Jundiba
Santana do Araçuaí (Família Baú)
ARAÇUAÍ
Bairro do Pipoca (Família Baú)
Arraial do Crioulos
Gravatá
Barra do Setubal
Baixa Quente
Córrego Narciso
Tesouras
Machado
Engenheiro Schnoor
Alfredo Graça

Santana
Angico
Poço
Areão
Pinheiros
Barra do Pontal
Cachoeira
Barriguda
Sossego
Grama
Banquinho
Morro Grande
Quati
Piabanha
Morro Redondo
Chapada do Brejão
Areia
Almoço
Varginha
Fundo
Pasto Grande
Fruta de Lobo
Lapinha
Lagoa da Lapinha
Lagoão
Malhada Preta
Gangorrinha
Calhauzinho
Diamantina
Paredão
Cabeceira das Neves
Itapuí
Córrego do Engenho
Olho d'água
Aferidor
Ribeirão das Almas
Mandinga
Córrego da Velha
Santa Clara
Capão
Taquaral
Beirão
Água Branca
Córrego dos Bois
Cachoeira D'água Branca
Teste
Estiva
Cabeceira do Santa Rita
Ferreiro
Lapa da Onça
Jacuba

Cór. do Fazenda Santana
Cór. do Angico
Cór. Pinipiri
Cór. Torpedo
Cór. Funil
Cór. Cachoeira
Cór. Seco
Cór. do Sossego
Cór. Flores
Cór. Areia
Cór. do Braga
Cór. Grama
Cór. Redondo
Cór. Quati
Cór. Barriguda
Cór. Piauí
Cór. Santa Clara
Cór. Taquaral
Cór. Capão
Cór. Beirão
Cór. Água Branca
Cór. Teste
Cór. Quati
Cór. Lapa da Onça
Cór. São José
Cór. Detrás
Cór. do Fogo
Cór. Diamantino
Cór. Macaco
Cór. Água Limpa
Cór. Palminha
Cór. Gravatá
Cór. Bonfim
Cór. Retiro
Cór. Manduinga
Cór. Calcáras
Cór. das Pedras
Cór. Tamburil
Cór. Vaca
Cór. Vaqueijador
Cór. Bom Sossego
Cór. Concarcio
Cór. Fundo Grande
Cór. Vereda
Cór. Zeferino
Cór. Urucu
Cór. Engenho
Cór. Machado
Cór. Lage
Cór. Mocas
Cór. Vitorino
Cór. Velha
Cór. Almoço
Cór. Lagoa
Cór. Água Grande
Cór. Calhauzinho
Cór. das Neves
Cór. Tesoura
Cór. Narciso
Cór. Represa
Cór. Curtido
Cór. Rubeira
Cór. Angico
Cór. da Onça
Cór. Mateus
Cór. Piauí
Cór. Água Branca
Cór. Rita
Cór. Lapa da Onça
Cór. Jacuba
Cór. Ribeirão
Cór. Piauí

Rio Setubal
Rio Sucuriú
Rio Gravatá
Rio Almoço
Rio Piauí
Rio Araçuaí

Lagoa da Vargem

Altamira
Ribeirão
Piauí
Araçuaí
Clara
Santa
Capão
Beirão
Água Branca
Teste
Rita
Quati
Lapa da Onça
Jacuba
Detrás
Paredão
Limpa
Água
Palminha
Macaco
Diamantino
Ribeirão
Vaqueijador
Bom Sossego
Almas
Piauí

0 2 4 8 12 Km

UTM
Fuso 24º S
Datum: WGS 1984

## Localização do município de Araçuaí - Minas Gerais

## Legenda

- Sedes Municipais
- Distritos
- Comunidades Rurais
- Hidrografia
- Rodovias Pavimentadas
- Estradas Vicinais
- Limite do Município de Araçuaí
- Municípios Limítrofes

**Territorialização do Capital**

- Fazenda Pecuária
- Reflorestamento
- Mineração
- Frentes de Expansão do Reflorestamento em Chapadas

**Apropriação Fundiária em Conflito**

- Conflitos Fundiários
  - 1 - Chapada do Lagoão
  - 2 - Córrego Novo
- Terras à Venda
  - 3 - Chapada do Lagoão
  - 4 - Córrego da Cachoeira
- Corredor Socioambiental
- Comunidades Quilombolas
- Aldeia Indígena Cinta Vermelha Jundiba
- Centro de Permacultura do Vale do Jequitinhonha

# Apropriação Fundiária e Territorialização do Capital no Município de Araçuaí

Fonte: IBGE (2013); INPE (2010); CETEC (2005b); Cadernos de Campo I e III.
Elaboração: Ana Carolina Gonçalves Leite e Ewerton Talpo.

# APÊNDICE B – FOTOGRAFIAS

Terreiro da casa de Simeão Rodrigues

Simeão Rodrigues

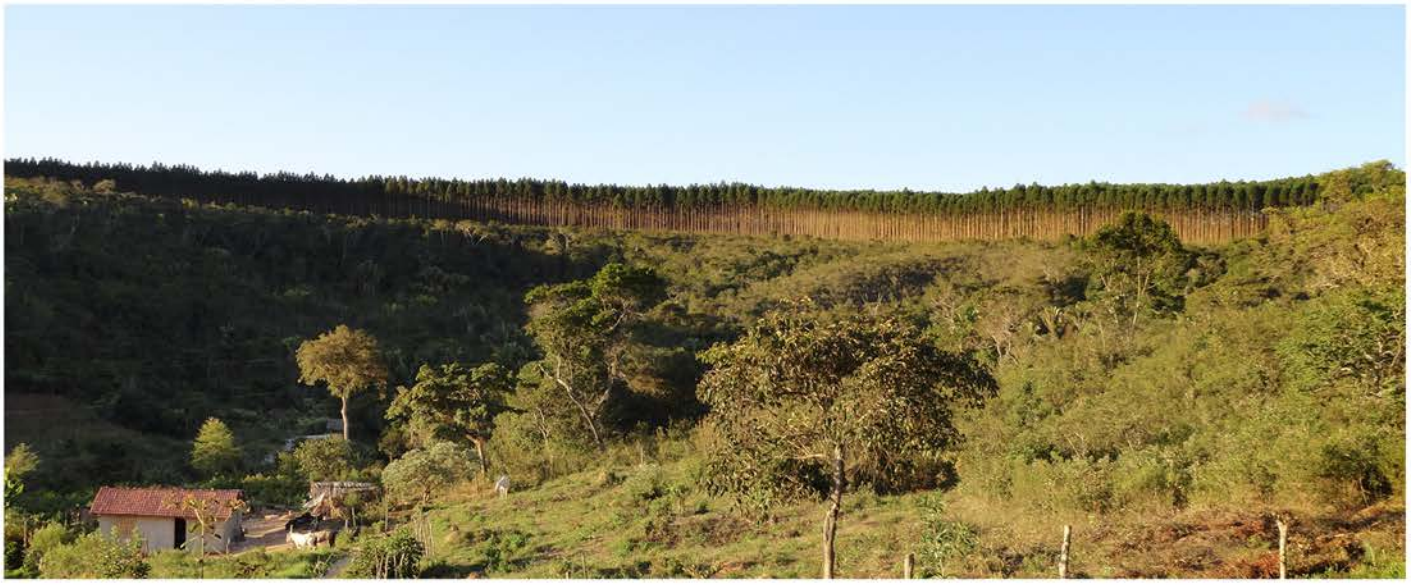
Ana Beota e Marciano colhendo café em seu terreiro com a ajuda de Lourdes, trabalhando como camarada

Lourdes chegando à sua casa depois de um dia de trabalho como camarada nas terras de Marciano.

Moita de eucalipto plantada por Marciano em suas terras

Lourença Costa colhendo verduras em sua horta. Ao fundo os eucaliptos da Fazenda TECAD

Maciço de eucalipto visto da janela da casa de Vitor e Lourdes



Ao fundo da grota onde se localiza São Pedro do Alagadiço, o eucalipto da Fazenda TECAD.

Bateria de carvão nas proximidades de Alagadiço

Sede da Compra Direta na cidade de Minas Novas

Solar da Família Badaró na cidade de Minas Novas

Chapada do Lagoão

Eucalipto plantado na Chapada do Lagoão

Incêndio criminoso. Novas grilagens na Chapada do Lagoão

Antônio, sua esposa Lúcia, seus filhos e os companheiros de pesquisa Fábio Pitta e Leonardo Reis no terreiro da casa da família.

Antônio Gomes em seu abacaxizal

O primeiro “barraco” construído por Antônio Gomes

Cisterna “calçadão” na casa de Antônio Gomes no Córrego da Barriguda

Forno pra assar biscoito no terreiro de Antônio

Antônio Gomes na engorda de porcos

Banca com produtos do CEASA na feira de sábado na cidade de Araçuaí.

Área interna do Mercado Central de Araçuaí: bugigangas e botinas de couro. A feira acontece na área externa.

Banca com produção camponesa na feira de sábado na cidade de Araçuaí.

Irmã Sandra e outros companheiros do Serviço Pastoral dos Migrantes participando da luta pelo abastecimento da comunidade de Córrego Narciso com água da barragem do rio Calhau.

# ANEXO

**Tabela: Extensão territorial ocupada por Reflorestadoras nos municípios do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha e adjacências segundo o mecanismo que possibilitou o acesso à terra**

| Empresa | Áreas autorizadas para alienação pelo Senado e pela ALMG (ha) | Áreas tituladas pela Ruralminas (ha) | Áreas arrendadas (ha) | Municípios |
|---|---|---|---|---|
| **Acesita** | 143.200 | 6.675 | - | Turmalina, Minas Novas e Itamarandiba |
| **Adiflor** | 10.711 | 10.440 | - | Buritizeiros |
| **Carvalhos Projetos** | 8.000 | - | 2.358 | Turmalina |
| **Cia. Brasileira de Ferro** | - | - | 380 | Rubelita |
| **Cimetal Florestas** | - | - | 34.723 | Rio Pardo de Minas |
| **Condecrer Ltda.** | 50.000 | - | - | Rio Pardo de Minas |
| **Empresas Florestais Paraibunas** | - | - | 4.726 | São João do Paraíso |
| **Empresa Agrícola Rio Pardo** | - | - | 459 | São João do Paraíso |
| **Energéticas Florestal S/A** | - | - | 938 | São João do Paraíso |
| **Fabrica de Papel Santa Terezinha** | 52.500 | - | - | Grão Mogol |
| **Ferragens Antônio Falci** | 11.000 | - | - | Botumirim |
| **Florestaminas** | 70.000 | - | 70.977 | Grão Mogol, Rio Pardo, Águas Vermelhas, Rubelita, Salinas, São João do Paraíso |
| **Florestas Rio Doce** | 400.000 | - | 12.344 | Grão Mogol |
| **Interflora** | 50.000 | - | - | Rio Pardo de Minas |

| Empresa | Áreas autorizadas para alienação pelo Senado e pela ALMG (ha) | Áreas tituladas pela Ruralminas (ha) | Áreas arrendadas (ha) | Municípios |
|---|---|---|---|---|
| **Itapeva Florestal** | 50.000 | - | 9.745 | Grão Mogol |
| **Metalur** | 25.000 | - | 19.586 | Riacho dos Machados, Grão Mogol, Cristália |
| **Movex S/A** | 12.500 | - | 11.380 | Salinas, Grão Mogol |
| **Peruaçu Florestal S/A** | - | - | 25.000 | Januária |
| **Planta 7** | 40.000 | - | 52.349 | São João do Paraíso, Salinas, Taiobeiras, Águas Vermelhas, Rio Pardo |
| **Plantar S/A** | 61.000 | 2.711 | - | Itacambira, Botumirim |
| **Procel** | 18.000 | 15.870 | - | Rio Pardo |
| **Replasa** | 50.000 | 9.546 | 8.646 | São João do Paraíso, Rio Pardo |
| **Siderúrgica União Bondespachense** | - | - | 1.446 | Senador Modestino Gonçalves |
| **Suzano** | 100.000 | 17.278 | 5.752 | Turmalina, Minas Novas, Virgem da Lapa, Carbonita |
| **Usifer Usina Siderúrgica Ltda.** | - | - | 1.830 | Rio Pardo de Minas |
| **Usina Siderúrgica Paranaense** | - | - | 1.250 | Rubelita |
| **Vale do Embaúba** | 80.000 | 2.401 | - | Rio Pardo de Minas |
| **Total** | **1.231.911** | **64.921** | **265.139** | |